



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 896

Quarta-feira - 28 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	4
Braço do Trombudo	7
Caçador.....	19
Camboriú.....	38
Campo Alegre	39
Canoinhas.....	43
Capinzal	45
Concórdia	60
Cordilheira Alta	60
Forquilha.....	62
Fraiburgo.....	62
Garopaba.....	63
Herval do Oeste	65
Imbituba	71
Iomerê	76
Irineópolis	76
Joaçaba.....	78
Lauro Muller	95
Leoberto Leal	106
Lindóia do Sul	109
Meleiro	109
Monte Carlo	130
Novo Horizonte	140
Palhoça	140
Palmitos	142
Paulo Lopes	142
Pinheiro Preto	143
Rio do Sul.....	143
Salto Veloso.....	147
São Bento do Sul.....	147
São Lourenço do Oeste.....	156
São Pedro de Alcântara.....	161
Timbó	267
Turvo	267
Videira.....	268

Consórcios

CINCO.....	408
CVC.....	408

Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 165/2011

DECRETO Nº 165/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC.
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.054, de 23 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.691,00 (onze mil seiscentos e noventa e um reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Urbanismo.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa a seguir especificado com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPTO. DE URBANISMO
2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0/187 Aplicações Diretas
R\$ 11.691,00
TOTAL R\$ 11.691,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificada nas rubricas de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

Decreto Nº 166/2011

DECRETO Nº 166/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.055, de 23 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.618,05 (sete mil e seiscentos e dezoito reais e cinco centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.1.0002.0/6 Aplicações Diretas R\$ 7.618,05
TOTAL R\$ 7.618,05

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste decreto, ficam anulados totalmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.0.1.0002.0/4 Aplicações Diretas R\$ 3.850,27
3.1.91.00.0.1.0002.0/5 Aplicações Diretas R\$ 2.303,31

10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMAS SUS
3.3.90.00.0.1.0002.0/15 Aplicações Diretas R\$ 1.464,47
TOTAL R\$ 7.618,05

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 167/2011

DECRETO Nº 167/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.056, de 23 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para a o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de um veículo para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação

orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.1.023 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4.4.90.00.0.1.0002.0/2 Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
TOTAL R\$ 75.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificada nas rubricas de recursos de impostos saúde.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Decreto Nº 168/2011

DECRETO Nº 168/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica através do presente Decreto homologada a Lei nº 2.025 de 22 de novembro de 2011, que ESTIMOU A RECEITA E FIXOU A DESPESA PARA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), no valor de R\$ 17.473.474,00 (dezesete milhões, quatrocentos e setenta e três mil e quatrocentos e setenta e quatro reais), para o exercício de 2012.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria Nº 329/2011

PORTARIA Nº329 2011 de Dezembro de 2011
"DESIGNAR TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea a da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Designar, temporariamente, o servidor Alexander de Carvalho Fabro, para responder pelo Departamento de Recursos Humanos, durante o período de férias da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, Edna de Fátima Lemos Vieira Bissani, no período de 26/12/2011 a 06/01/2012.

Artigo 2º Expirado o prazo voltará a titular ao referido encargo.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de Dezembro de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI.
Prefeita do Município de Água Doce.

Portaria Nº 330/2011

PORTARIA Nº330 de 26 de Dezembro de 2011

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Edna de F. Lemos Vieira Bissani, ocupante do cargo comissionado de Diretor Dpto Recursos Humanos no período de 26/12/2011 a 06/01/2012 referente a 09/10.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de Dezembro de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

Portaria Nº 331/2011

PORTARIA Nº 331/2011 de 26 Dezembro de 2011

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Sandra Maria Celso Zanini ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza no período de 26/12/2011 a 24/01/2012, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de Dezembro de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

Portaria Nº 332/2011

PORTARIA Nº 332 de 26 de Dezembro de 2011.

"SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini Prefeita do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 95 inciso II alínea a da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Substituir, temporariamente a servidora Edna Fátima Lemos Vieira Bissani, por Cristiano Savaris da Silva, na função de Presidente do Fundo Municipal de Assistência - SIMA, no período de 26/12/2011 a 06/01/2012.

Artigo 2º Expirado o prazo voltará a titular ao referido encargo.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de Dezembro de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI.

Prefeita do Município de Água Doce.

Portaria Nº 333/2011

PORTARIA Nº333 de 26 de Dezembro de 2011

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Ronaldo Paulo Venturim, ocupante do cargo efetivo de mecânico, no período de 26/12/2011 a 09/01/2012 referente à 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de Dezembro de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

Portaria Nº 334/2011

PORTARIA Nº334 de 26 de Dezembro de 2011

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a), Alcides Alves, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, no período de 26/12/2011 a 09/01/2012 referente à 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 26 de Dezembro de 2011

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Responsável pelo RH.

Antônio Carlos**PREFEITURA****Decreto Nº 163/2011**

DECRETO Nº 163/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1372/11 de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 208.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

04.01.12.367.0002.1.007-4.4.50.00.00.00.00.00 - Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos 20.000,00

04.01.12.361.0002.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 188.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

04.01.28.361.0002.0.006-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.200,00

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.000,00

04.01.10.306.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 19.000,00

04.01.12.366.0002.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 21.000,00

04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 33.000,00

04.01.12.365.0002.1.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 36.300,00

04.01.12.361.0002.1.004-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.700,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS**06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS**

06.01.26.782.0008.2.038-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.000,00

06.01.26.782.0008.2.038-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 12.000,00

06.01.15.452.0007.1.035-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 55.800,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 165/2011

DECRETO Nº 165/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 477,82 para as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

02.01.04.122.0001.2.002-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 477,82

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

02.01.04.122.0001.2.002-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 477,82

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 166/2011

DECRETO Nº 166/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.378,25 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.244,14

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.134,11

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

04.01.12.361.0002.2.010-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações

Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1,19
04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 682,92
04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.244,14
04.01.12.361.0002.2.010-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 450,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 27 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 158/2011

DECRETO Nº 158/2011

Dispõe anistia às execuções fiscais inferiores a um salário mínimo.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, em especial o contido na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que dentre os princípios de direito administrativo, vigoram os princípios da economicidade e da razoabilidade, que norteiam a execução dos atos administrativos, inclusive dando ou retirando o interesse de agir, conforme o caso concreto;

CONSIDERANDO que ao longo dos anos o Judiciário se viu atolado em processos de execução fiscal cujo valor requerido era manifestamente desproporcional ao próprio custo da sua execução;

CONSIDERANDO que em razão disto, os Tribunais pátrios já vinham, julgado a julgado, definindo parâmetros mínimos para a execução fiscal de pequeno valor, sendo que pacificou-se o entendimento de que o valor mínimo para ensejar tal cobrança seria de 01(um) salário mínimo, conforme súmula 22 do TJSC;

CONSIDERANDO que em razão deste entendimento, o Estado de Santa Catarina editou a Lei Estadual n.º 14.266, de 21 de dezembro de 2007, que passou a considerar como valor irrisório e antieconômico para fins de cobrança de dívida ativa o valor referente a 01 (um) salário mínimo, possibilitando assim sua extinção;

CONSIDERANDO que a administração pública constatou a existência de créditos incluídos em dívida ativa, relativos ao ano de 2006, último ano antes do prazo prescricional, que mesmo atualizados e reunidos com outros débitos do mesmo devedor não alcançam o valor mínimo em questão;

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam anistiados os créditos tributários inscritos em dívida ativa no ano de 2006, que devidamente atualizados e corrigidos com juros e multas, não atinjam o valor correspondente a um salário mínimo por cada devedor.

Art. 2º - Não será aplicada a anistia de que trata o caput do artigo primeiro, se o devedor possuir outros débitos, de mesma natureza, ou não, e de outros exercícios financeiros, que devidamente somados e corrigidos com juros e multas ultrapassem o valor de um salário mínimo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria Municipal, em 20 de dezembro de 2011.

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 164/2011

DECRETO Nº 164/2011

Fixa o prazo de vencimento dos Tributos Municipais a que se refere, cancela ITBI emitidos e não quitados, e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

DECRETA:

Art. 1o - Fica definido o vencimento dos Tributos Municipais - Alvará de Licença de Localização, ISS Fixo e IPTU - nas formas e dias abaixo relacionadas:

I - Alvará de Licença de Localização:

a) Vencimento no dia 30/04/2012.

II - ISS Fixo:

a) Vencimento no dia 30/04/2012.

III - IPTU:

- a) Vencimento da cota única ou da 1ª parcela no dia 30/04/2012;
- b) Vencimento da 2ª parcela no dia 31/05/2012;
- c) Vencimento da 3ª parcela no dia 30/06/2012;
- d) Vencimento da 4ª parcela no dia 31/07/2012;
- e) Vencimento da 5ª parcela no dia 31/08/2012.

Parágrafo Único - Quando o vencimento dos tributos de que trata o artigo 1º do presente decreto coincidir com final de semana ou feriado, seu vencimento será automaticamente postergado para o próximo dia útil seguinte.

Art. 2º - Ficam canceladas e autorizada a baixa, a partir de 01/01/2012, de todas as guias de ITBI emitidas até a presente data e não quitadas até o dia 31/12/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, em 22 de dezembro de 2011.

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Secretário da Administração e Finanças

Portaria Nº 445, de 27 dezembro de 2011.

PORTARIA nº 445, de 27 dezembro de 2011.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 845/1999, autoriza o

pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º da Lei federal nº 10887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor CELSO ABRAÃO HACK e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 845/1999, ao servidor CELSO ABRAÃO HACK, detentor da matrícula funcional nº 212, inscrito no CPF n. 223.368.509-15 e no PASEP n. 10827430709, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 85,20% (oitenta e cinco vírgula vinte por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de calculo disposta na Lei federal n. 10887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.170,37 (um mil cento e setenta reais e trinta e sete centavos) que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei municipal nº 558/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 446, de 27 dezembro de 2011.

PORTARIA nº 446, de 27 dezembro de 2011.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 845/1999, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º da Lei federal nº 10887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora NILZA MARIA VILVERT KOCH e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 845/1999, à servidora NILZA MARIA VILVERT KOCH, detentora da matrícula funcional nº 154, inscrita no CPF n. 015182739-71 e no PASEP n. 170130372477, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 86,08% (oitenta e seis vírgula zero oito por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de calculo disposta na Lei federal n. 10887/2004, perfazendo a importância de R\$ 631,68 (seiscentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei municipal nº 558/92 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 31 de dezembro de 2011.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de 5º Termo Aditivo ao Contrato 187/2008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº. 187/2008; Origem: Licitação nº. 102/2008; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.; Objeto: Serviços Continuados de Engenharia Sanitária Coleta e Destinação Final de resíduos domiciliares e lixo hospitalar; Reajuste de Preços: Aplicação do índice de correção prevista na cláusula 4.8, aplicando-se a inflação do período pelo INPC (6,18%), restando os seguintes valores: Fica alterado o item 4.2.1 - Destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e de varrição, passando para o valor de R\$ 94,17 (noventa e quatro reais e dezessete centavos) a tonelada;

Fica alterado o item 4.2.2 - Coleta de serviços da saúde e destinação final, passando para o valor de R\$ 289,76 (duzentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos) a tonelada; Prorrogação de Prazo: 12 (Doze) meses - 01/01/2012 - 31/12/2012.

Antonio Carlos, 19 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 263/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 263/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 157/2011 - Tomada de Preço nº. 013/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda; Objeto: Contratação de empresa especializada, com fornecimento de material e mão de obra necessária para executar a construção da nova escola do Núcleo Escolar Municipal Professora Verônica Guesser Pauli, com área de 1.301,00 m², na localidade de Rachadel, do Município de Antonio Carlos-SC; Valor: R\$ 1.242.646,47 (Um milhão duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos); Prazo: 240 (Duzentos e quarenta) dias.

Antônio Carlos, 19 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro Preço 5/2011 FMS

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012 Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acionador de torneira a pedal modelo tipo universal. (1899)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	biovision	0	80,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	STERMAX	0	90,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	CRISTOFOLI	0	102,7700	3
2	Acionador de torneira a pedal tipo balcão. (1898)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	STERMAX	0	129,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SOLUCENTER	0	130,0000	2
3	Ambú reanimador de silicone transparente adulto com máscara de silicone e reservatório de o2 e extensor e autoclavável (1750)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	JG MORIYA	0	99,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	protec	0	135,0000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	PROTEC	0	136,0000	3
4	Ambú reanimador de silicone transparente infantil com máscara de silicone e reservatório de o2 e extensor e autoclavável (1751)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	JG MORIYA	0	99,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	protec	0	135,0000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	PROTEC	0	136,0000	3
5	Andador ortopédico - Características: Resistência: até 130 kg;Tamanho único: usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m;Diferenciais:Sete níveis de regulagem de altura, através de pinos de fácil ajuste;Peça plástica interna para reduzir ruído;Fabricado em alumínio anodizado espelhado, que não riscas e não perde o brilho;Composição:Corpo: alumínio;Barras centrais: aço;Ponteira: borracha. (2601)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	82,5000	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ORTOMETAL	0	83,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	QUEIROZ	0	93,4200	3
6	Armário vitrine de parede. (Porta com fechadura cilíndrica, fundo e teto em chapa de aço esmaltado, porta e laterais de vidro cristal de 3mm, com 2 prateleiras de vidro fantasia de 4mm . Dimensões: 0,50m comp. x 0,30m prof. x 0,65m de altura). (1756)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	RENASCER	0	420,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	LM MOVEIS	0	428,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	429,0000	3
8	Banqueta giratória com regulagem de altura - feito em aço carbono, revestido em couvin; possui regulagem de altura; sobre rodas; altura mínima: 51 cm; altura máxima: 62,8 cm; Peso máximo suportado: 135Kg; Azul claro; (2578)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	81,6700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	T.M.	0	120,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	RENOVAR	0	139,0000	3
9	Barra paralela, em tubos em ferro/aço pintados, corrimão pintado após tratamento anti-ferruginoso, com duas barras verticais de cada lado, duas barras horizontais com regulagem de altura e largura, 2 mts de comprimento, plataforma de madeira revestida em piso antiderrapante, dimensões de: 2,00 x 0,80 (C x L), corrimão máxima: 0,90 m e corrimão altura mínima 0,52m, largura máxima corrimão: 0,60 e largura mínim corrimão: 039m, registro no ministério da Saúde. (2555)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	775,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	205,8700	3
70	Óculos anti-laser que acompanha o aparelho laser (2594)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	473,5300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	556,4700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	574,4200	3
71	Régua antropométrica infantil de madeira com cursores em inox 01 metro. (1758)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	INDAIA	0	28,1800	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	TAYLOR	0	33,5700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INDAIA	0	33,9000	3
72	Rolo Bobath grande, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin, Azul claro; (2582)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	197,0900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	231,6000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	239,0800	3
73	Rolo Bobath médio, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin. Azul claro; (2583)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	159,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	187,4700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	193,5200	3
74	Rolo Bobath pequeno, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin. Azul claro; (2584)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	109,5000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	110,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	129,9500	3
75	Step madeira, cor marfim, medindo no mínimo 85x15x45cm (2553)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	123,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	FISIOMED	0	193,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	469,7600	3
76	Tabua de atividade de vida diária (2570)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	300,5700	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	343,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	353,2000	3
77	Tábua proprioceptiva bailarina, Superfície com uma camada emborrachada (ravenna) colada; Certificação da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Peso limite: 120 Kg (2563)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	88,2900	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	107,0800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	112,3400	3
78	Tatame de encaixe 10 mm, Três camadas de E.V.A; Peças de 1m x 1m; Cor: Azul;Altura: 10mm (2586)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	48,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Tornozeleira, par de 0,500 kg com fecho em velcro ajustável (2545)	PAR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	48,2400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	52,1600	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	26,4600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	29,0900	2
81	Tornozeleira, par de 1 kg com fecho em velcro ajustável (2546)	PAR	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	34,1800	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	30,6100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	32,3600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	38,0200	3
82	Tornozeleira, par de 2 kg com fecho em velcro ajustável (2547)	PAR	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	33,2600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	36,6900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	43,1100	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	51,4000	3
83	Tornozeleira, par de 3 kg com fecho em velcro ajustável (2548)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	28,2400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	46,6100	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	51,4000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	44,5700	1
84	Travesseiro clínico, Travesseiro revestido em courvin; Estrutura ergonômica (2571)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	52,3700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	54,0600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	44,5700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	52,3700	2
85	Trena antropométrica (1759)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	10,4200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	WILSON	0	23,5600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SANNY	0	38,7100	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SANNY	0	38,7100	3
86	ULTRASSOM FISIOTERAPÊUTICO - Descrição Aparelho destinado a terapia por ultra-som com frequência de 1 e 3 MHz no mesmo transdutor. Características Técnicas - Aparelho microcontrolado com seleção automática 110/220V, Gabinete metálico com pintura eletrostática, ACD: Auto Check Device, um exclusivo sistema que verifica se a emissão ultra-sônica está funcionando perfeitamente, Entrada para terapia combinada para associar Ultra-som c/ correntes, Comunicação com computadores, Display LCD Blueilgh, Sistema de programação otimizada, 77 Memórias de tratamento (fábrica e regraváveis), Transdutor com cristal especial 1 e 3 MHz, 02 frequências de repetição de pulso (16 e 100 Hz), operação em modo contínuo e 06 tipos de pulsados, Sensor de temperatura evitando aquecimento. Acessórios Inclui Cabo de força, Transdutor aplicador, Tubo de gel ultra-som, Cabo terapia combinada, Medidor de água (seringa) Materiais Auxiliares - Manual de operação e instruções - Certificado de garantia (18 meses) - Controle de qualidade - Certificado de calibração PESO APROXIMADO (GABINETE): 4,0 kg - PESO APROXIMADO (EMBALADO): 5,0 kg (2588)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	1.342,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011**Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	HTM	0	2.000,0000	2

BRACO DO TROMBUDO , 28 de Setembro de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	1.060,0700	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	1.073,0000	3
10	Bastões coloridos, jogo com 5 unidades acompanha suporte para posicionar os bastões na parede. Registro na Anvisa. (2561)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	163,6800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	183,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	191,1500	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	INDAIA	0	15,9900	1
11	Bengala tipo T- Ponteira de borracha na base; madeira mogno (2600)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	18,4000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	33,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	17,0600	1
12	Bola de massagem, cor amarela, tamanho 8 cm, composição picloreto de vinila. (2544)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	3,3300	1
13	Bola exercitadora mãos e dedos, modelo coração. (2567)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	3,9100	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	4,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	76,7300	1
14	Bola feijão, 40 cm, Bola composta em látex especial com 3,0 mm de espessura; Formato em rolo, Comprimento(cheia): 90cm - Diâmetro: 40cm; Suporta até 300 kg. (2569)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	112,6400	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	119,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	103,9500	1
15	Bola feijão, 50 cm, Bola composta em látex especial com 3,0 mm de espessura; Comprimento(cheia): 95cm - Diâmetro: 50cm; Formato em rolo, Suporta até 300 kg. (2568)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	119,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	137,8400	3
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	34,1000	1
16	Bola terapêuta 30 cm de circunferência (2536)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	2
17	Bola terapêuta 45 cm de circunferência (2537)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	40,6400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	41,9500	3
18	Bola terapêuta 55 cm de circunferência (2538)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	58,6800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	61,7600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Bola terapêuta 65 cm de circunferência (2539)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	69,5500	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	68,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	69,1900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	81,3000	3
20	Bola terapêuta 75 cm de circunferência (2540)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	79,5600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	88,8300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	94,9500	3
21	Bola terapêuta 85 cm de circunferência (2541)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	100,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	114,4400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	118,9000	3
22	Bomba manual, Corrente contínua: a bomba infla tanto no movimento de subida quando no movimento de descida, reduzindo pela metade o tempo para enchimento; É possível selecionar a opção Inflar ou Desinflar facilmente, trocando o lado de encaixe da mangueira na bomba; Possui 4 bicos de fácil encaixe, e 5 diferentes tamanhos e formatos; Possui base com encaixe para os pés, o que permite que a bomba fique "fixa" no chão, facilitando o seu uso; Feita em plástico leve, resistente e não corrosivo; Mangueira sanfonada e muito resistente, de fácil armazenagem. (2557)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	74,8000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	87,8900	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	95,0000	3
23	Bomba para inflar bola terapêutica (2542)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	DYNA	0	9,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	10,7400	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	14,0000	3
24	Caixa para esterilização inox 42x28x12cm (1765)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	260,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FAVA	0	264,0000	2
25	Caneta padrão que acompanha o aparelho LASER 904nm 75nM 75W (2592)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	1.659,5700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.950,2100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	2.013,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	CARDIOVERSOR MONOFÁSICO, Portátil, em caixa de material sintético de alto impacto com alça de transporte e Suportes para fixar as pás, composto de Monitor e Desfibrilador em uma única unidade. Saída para registro através de Eletrocardiógrafo, alimentação em rede elétrica de 90/230 volts com chaveamento automático, entrada para fonte externa de 12 volts para uso em ambulâncias e bateria interna recarregável. MONITOR CARDÍACO, de 01 canal, 07 derivações, indicação da Frequência Cardíaca digital de 0 a 300 BPM, alarme de bradi e taquicardia com ajuste digital, alarme de eletrodo solto, pré-amplificador flutuante, proteção contra descarga de Desfibrilador, sinal sonoro da onda "R", monitoração de ECG através do cabo paciente ou através das próprias pás do Desfibrilador. Teclado de membrana sensível ao toque. Com imagem congelada, tela de cristal líquido luminosa com 5 polegadas. DESFIBRILADOR, Tecla Liga/Desliga de sincronismo com monitor para cardioversão, indicação luminosa da onda "R". Teclado de membrana com indicação visual para seleção de energia e funções. Possibilidade de uso de pás internas e externas adulto e infantil, seleção automática das escalas de energia de acordo com a pá utilizada (adulto/infantil externo e adulto/infantil interno). Escalas para seleção de carga, de 01, 02, 05, 10, 20, 30, 40 e 50 Joules para desfibrilação interna adulto, interna e externa infantil. De 10, 20, 40, 80, 160, 240, 300 e 360 Joules para desfibrilação externa adulto. Tempo de carga de 9 a 15 segundos dependendo da carga selecionada (norma IEC 601.2) Circuito anula carga automático que cancela a energia selecionada após 45 segundos ou manual através de tecla no painel. Teste das pás diretamente no equipamento, com lâmpada néon para indicação do disparo. Bateria interna recarregável com capacidade para ate 40 disparos ou 2 horas de monitoração, quando em plena carga. OXÍMETRO DE PULSO, para monitoração da Saturação de Oxigênio (SpO ₂), com indicação digital através da tela do monitor. Faixa de medida de 0 a 100%, resolução de 1% e precisão de ± 2% nas medidas de 70 a 100% e ± 3% nas medidas de 60 a 69%, ajuste de alarmes alto e baixo selecionáveis. Acessórios Standard: 01 Cabo de força tripolar, 01 Cabo paciente 05 vias, 01 Jogo de Pás externas adulto, 02 Fusíveis 2A/250v, 02 Fusível 1A/250v com retardo, 05 Eletrodos, 01 Oxisensor universal tipo Clip e 01 Manual de Instruções.O equipamento deverá possuir Registro na ANVISA. (2616)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CMOS DRAKE	0	8.700,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	Ecafix	0	8.775,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	TEB	0	11.333,3300	3
27	Cavalinho, Fabricado em vinil de alta densidade com pintura (2572)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	163,8300	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	LIDER	0	190,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	192,5100	3
28	Colchonete médio, Possui sua estrutura em espuma e courvin náutico sintético; Densidade da espuma: 26, Azul claro; (2565)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ZEDAMED	0	139,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	154,8100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	181,9140	3
29	Compressor, pressão máxima de trabalho 5-8 bar(72,5-116lbs/pol), deslocamento teórico (fluxo de ar) 304 litros/min.(10,73 pés cúbicos/min), velocidade de 1.750 RPM, estágio (número de pistões) 4, capacidade do reservatório de ar 60 litros, nível ruído 54 db, dimensões 71x42,5x73, voltagem 220 v, isento de óleo. (1895)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	CRISTOFOLI	0	2.250,9000	1
30	Conjunto de banquetas para RPG - Banqueta com corvin resistente e pernas em metal. Registro na Anvisa, garantia: 3 anos , Tamanhos GRANDE: C = 57 cm L = 34 cm A = 31,4 cm P = 3,700 KG 2) MÉDIA C = 46,9 cm, L = 33,9 cm, A = 24,8 cm, P = 3,100 KG, 3) PEQUENA C = 37 cm L = 34 cm, A = 17,8 cm, P = 2,400 KG, Azul claro. (2560)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	168,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Cuba redonda inox 09x05cm 250ml (1764)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	193,5400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	197,2100	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	7,4200	1
32	Cuba retangular inox 30x16x8cm com tampa (1763)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	FAMI	0	7,8100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	FAMI ITA	0	8,7500	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	33,0400	1
33	Cunha para posicionamento grande, Possui sua estrutura em espuma e courvin; Peso máximo suportado: 135 kg, Azul claro; (2581)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	FAMITA	0	80,4100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	FAMI ITA	0	91,5000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	106,1600	1
34	Detector fetal portátil indicado para ausculta dos batimentos cardíaco fetal e fluxo sanguíneo do cordão umbilical, além auxiliar na localização da placenta a partir da 10ª semana de gestação, tem a finalidade de avaliar, a partir da ausculta, a vitalidade fetal, sofrimento fetal, número de fetos e posição fetal (local onde os batimentos cardíacos fetais são mais intensos) com 1 bateria alcalina + carregador. (1890)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	124,7400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	129,9000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	MEDPEJ	0	246,1000	1
35	Disco inflável 35 cm Superfície coberta por cravos emborrachados e pontiagudos medindo 0,3mm. (2564)	UND	HOSPLIFE COM. DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (6594)	MEDPEJ-DF4001	0	280,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	MEDPEJ	0	280,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MEDPEJ	0	302,8000	4
36	Divã adulto para exames clínicos com cabeceira reclinável e suporte para papel lençol. (Próprio para exames, armação tubular, esmaltado, leito acolchoado em espuma e napa, cabeceira reclinável. Acompanha suporte para lençol de papel descartável de 50cm. Dimensões: 180cm comp. x 65cm larg. x 80cm altura.) (1754)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	63,0000	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	75,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	113,9600	3
37	Divã pediátrico. (Armação em tubos redondos esmaltados, leito acolchoado em espuma e napa. Dimensões: 150cm comp. x 50cm larg. x 90cm altura) (1755)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	265,2300	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	276,7500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	LEVITA	0	299,0000	3
38		UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	152,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	LEVITA	0	190,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	236,5600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	eletrodos adesivos para TENS, FES, CORRENTE RUSSA; tamanho 5x5cm, pacote com 4 unidades. (2595)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VALUTRODE	0	19,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	VALUTRODE	0	21,0000	2
39	Equipamento eletromédico para terapia por laser. Modos de emissão contínua e pulsada, memórias de tratamento. Características Técnicas - Gabinete Metálico com pintura eletrostática, 3 tipos de Laser: 904 - 830 e 658 nm com potências diversas, Dosimetria automática com opção FREE, Time-OFF: Tempo de religamento automático, Check Laser para verificação de emissão Laser, Caneta emissora com botão de disparo, Detector toposcópio com sinal visual e sonoro, Frequência especial para Laseracupuntura (Nogier), comunicação com computadores, Display LCD Bluelight, Memórias de tratamento, Trava de segurança com chave, Alimentação 127/220V. Acessórios inclusos; Cabo de força; Materiais Auxiliares; - Manual de operação e instruções; - Certificado de garantia (18 meses); - Controle de qualidade; - Certificado de calibração; PESO APROXIMADO; (GABINETE): 2,9 kg; PESO APROXIMADO (EMBALADO): 4,5 kg (2602)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	1.066,0200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.252,7100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	1.293,1200	3
40	Escada para reabilitação com rampa escada de canto com rampa adulto e infantil, com regulagem de altura e corrimão. Com adaptação para direita, esquerda e longitudinal; Ajuste das barras (3 níveis) para utilização infantil; Certificação da Anvisa, Comprimento quando montado em reta: 3,17cm; Comprimento quando montado em L: 2,42 X 1,57cm; Altura corrimão infantil (max.): 0,67m; Altura corrimão infantil (min.): 0,57m; Altura corrimão adulto: 0,90m; Peso máximo suportado: 135 kg; Degraus com altura de 100mm; Madeira: Sarrafeado de eucalipto. (2556)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	1.067,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.254,4900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	1.294,3600	3
41	Escadinha com 02 (dois) degraus, armação em tubos redondos esmaltada, degraus revestidos com antiderrapante, pés com ponteira de borracha. (1753)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	RENASCKER	0	50,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MACHE	0	51,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	52,5000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	T.M	0	55,0000	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	55,9100	5
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MACOS MOVEIS	0	58,0000	6
42	Espaguete para hidroterapia (2573)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	9,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	9,6100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	10,3900	3
43	Espaldar/Barra de Ling, O equipamento deve ser fixo na parede, conforme o manual que acompanha o produto; Certificação da Anvisa, Distância entre parede e espaldar: 13,5 cm Distância entre os bastões: 19cm Peso suportado: 135 Kg (2559)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	302,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	303,8600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	355,6000	3
44	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor branca extra suave. (2562)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,0400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	21,9200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	23,7000	3
45	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor azul extra forte. (2614)	MT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	30,6800	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	31,3400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	36,0400	3
46	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor vermelho médio. (2611)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	14,5100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	27,0300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	29,7800	3
47	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor cinza super forte (2613)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	27,9300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	42,6800	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	MERCUR	0	48,0000	3
48	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor verde forte. (2612)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	18,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	27,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	31,5400	3
49	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor amarelo suave. (2610)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,7700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	23,5800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	27,0000	3
50	Galão de gel com corante para aparelhos de ultassom fisioterapeutico com 5kg (2597)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	DENTALTEC	0	12,9000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DENTAL TEC	0	16,1200	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	MAXICOR	0	17,5500	3
51	Halter 0,500 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2549)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	6,7200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	7,9800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	8,5700	3
52	Halter 1 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2550)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	12,1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Halter 2 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2551)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	14,4500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	17,4400	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	24,3800	1
54	Halter 3 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2552)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	28,8900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	32,5300	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	36,5700	1
55	Infravermelho com pedestal sem lâmpada para fisioterapia, fototerapia (1590) + lâmpada infra vermelho para fisioterapia, termoterapia, altura mínima 93 cm, altura máxima 148 cm. (2590)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	43,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	46,6100	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VAGALUME	0	303,0000	1
56	INTERFERENCIAL/CORRENTE RUSSA - Descrição Aparelho microcontrolado de Corrente Interferencial e Corrente Russa indicados, respectivamente, para tratamento através de eletroanalgesia e eletroestimulação. Essas correntes operam em média frequência oferecendo maior profundidade muscular e conforto ao paciente. Características Técnicas - Aparelho microcontrolado com seleção automática de tensão: 110/220V, Gabinete metálico com pintura eletrostática e cabo de força trifásico, Memórias de tratamento, Frequência de batimento fixa ou automática, Comunicação com computadores, Display LCD Bluelight, Sistema de programação otimizada, Modo de estimulação: tetrapolar, bipolar, vetorial automático e vetorial manual (Interferencial) e recíproca e sincronizada (Russa), Forma de onda senoidal ou quadrada, Controles: Rise, Decay, ON e OFF (Russa): variável de 02 a 40 segundos (passos de 2 segundos), 18 memórias com os principais tratamentos sendo: 9 para Interferencial e 9 para Russa. Acessórios Inclusos Cabo de força, Tubo de gel, Eletrodo cirúrgico - 4 und, Eletrodo normal 5 cm - 4 und, Eletrodo normal 3 cm - 4 und, Cabo de aplicação azul, Cabo de aplicação vermelho, Fusíveis 1A (Tipo 20AG com retardo) - 2 und, Materiais Auxiliares- Manual de operação e instruções- Certificado de garantia (18 meses) Controle de qualidade - Certificado de calibração PESO APROXIMADO (GABINETE): 3,3 kg PESO APROXIMADO (EMBALADO): 4,3 kg" (2591)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	304,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	INFRALUX	0	496,3300	3
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	KLD	0	2.480,0000	1
57	Jogo de calços para RPG, 12 unidades (2585)	JG	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	INTERFERENTIAL	0	2.490,0000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	37,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	37,9000	2
58	Kit 3 bolas composição - borracha natural, polibutadieno e butílica, cores verdes, azuis, e vermelhas, resistência suave, média e forte. (2543)	KIT	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	43,9000	3
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	29,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 28/09/2011

Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Maca/divã com cabeceira regulável, feita em aço carbono; revestida em ourvin, azul claro, cabeceira possui ângulo aproximado de 40º, peso máximo suportado: 135 Kg, Altura: 81 cm. (2576)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	232,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	L.M.	0	283,2000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MACOS MOVEIS	0	300,0000	3
61	Maca/divã tablado, revestido em courvin; Altura: 51 cm, azul claro, o produto é desmontável. (2575)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARCOS MOVEIS	0	509,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARCOS MOVEIS	0	598,4000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	645,5500	3
62	Meia bola cravo, Composto por material emborrachado com cravos espalhados na superfície. (2566)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	81,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	96,1200	2
63	Mesa auxiliar com 3 gabinetes e suporte para cabos, Feita em aço carbono; Bandejas em polietileno Vacuun Forming; Possui 3 gabinetes que suportam até 7Kg cada um; Possui suporte para cabos na bandeja superior; Pintura epóxi branca; Sobre rodinhas. (2580)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	270,9700	1
64	Mesa de Mayo Inox Instrumental (Armação tubular em aço inox, altura regulável por roseta) (1752)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARCOS MOVEIS	0	205,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RENOVAR	0	208,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	307,1000	3
65	Mesa Ginecológica. (Cabeceira reclinável, duas portas, quatro gavetas, em madeira revestida com fórmica, leito estofado, perneiras forradas. Medidas 1,83m x 0,53m x 0,80m). (1757)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MACHE	0	1.505,3800	1
67	Moldura para espelho de postura, medidas do espelho: 1650 x 510 mm. (2558)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	244,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	285,6500	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	376,0000	3
68	Muleta canadense articulada - Características: Resistência:Até 130 kg/par;Tamanho:Tamanho único (par): usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m;Diferenciais:Quatro regulagens de altura na parte superior e dez regulagens de altura na parte inferior;Ajuste ao tamanho do braço;Apoio de braço em polipropileno;Ponteiras em borracha com peça metálica interna que reduz o desgaste e aumenta a durabilidade;Fabricada em alumínio anodizado espelhado, que não risca e não perde o brilho;Composição:Parte metálica: alumínio;Braçadeira: polipropileno; Ponteira: borracha.Revestimento do punho policloreto de vinila. (2599)	PAR	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	57,7000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MERCUR	0	57,8800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ALO	0	63,0800	3
69	Negatoscopio construído em chapa de aço, visor em chapa de acrílico leitoso de 3mm de espessura, prendedor de radiografia, fonte de luz de uma lampada fluorescente de 15w, em 220 volts medidas (m) 0,36, (larg0 0,47, (alt) 0,10 (prof). (2534)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NSPR	0	129,0300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LEVITA	0	185,0000	2

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 233

LEI COMPLEMENTAR Nº 233, de 22 de dezembro de 2011.

Autoriza permutar parte de área de terreno urbano com Sayonara Aparecida Riedi, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a permutar parte de área de terreno urbano de propriedade do Município de Caçador, por parte de área de terreno urbano de propriedade de Sayonara Aparecida Riedi, conforme especificação a seguir:

I - área de 189,42 m² (cento e oitenta e nove metros e quarenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrada de uma área maior de 990,74 m² (novecentos e noventa metros e setenta e quatro decímetros quadrados), pertencente ao Município de Caçador, objeto da matrícula nº 20.398, localizada na Rua Alcir Francisco Zandavalli, Bairro dos Municípios, avaliada em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) o metro quadrado, totalizando R\$ 28.413,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e treze reais);

II - área de 198,58 m² (cento e noventa e oito metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrada de uma área maior de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), pertencente à Sayonara Aparecida Riedi, objeto da matrícula nº 25.591, localizada na Rua Manoel Pedro Driessen, Bairro dos Municípios, avaliada em R\$ 143,08 (cento e quarenta e três reais e oito centavos), o metro quadrado, totalizando a importância de R\$ 28.412,82 (vinte e oito mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e dois centavos).

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo, destina-se a adequação regular das áreas para edificação e acesso as ruas que circundam os aludidos imóveis.

Art. 2º Fica ainda, o Prefeito Municipal autorizado a anexar a área de 198,58 m² (cento e noventa e oito metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), de propriedade da Senhora Sayonara Aparecida Riedi, ao imóvel de propriedade do Município de Caçador, objeto da matrícula nº 20.398.

Art. 3º Fica, também, área de terreno urbano com superfície de 189,42 m² (cento e oitenta e nove metros e quarenta e dois decímetros quadrados), de propriedade do Município de Caçador, que por esta Lei passa a pertencer a Senhora Sayonara Aparecida Riedi, desafetada na forma da Lei.

Art. 4º As despesas de escritura pública decorrentes da execução desta Lei Complementar, correrão por conta da Senhora Sayonara Aparecida Riedi.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Lei Complementar Nº 234

LEI COMPLEMENTAR Nº 234, de 22 de dezembro de 2011.

Altera o Anexo I, previsto no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O Anexo I, dos cargos do Grupo Ocupacional - Serviços Gerais, previsto no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, fica alterado pelo anexo desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infraestrutura.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

ANEXO I - GRUPO OCUPACIONAL - SERVIÇOS GERAIS

CARGO	VENCIMENTO	REFE-RÊNCIA	CARG.H.	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
AGENTE DE DEFESA CIVIL	931,12	10	44	2	Ensino Médio Completo acrescido de curso de capacidade em Defesa Civil: Curso de Planejamento e Administração para Redução de Desastres, Curso em Planejamento e Gestão em Defesa Civil.
AGENTE DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	893,91	8	44	10	Ensino Fundamental Completo
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS -114	600,00	1	44	120	Alfabetizado

AGEN- TE DE SERVIÇOS E OBRAS ESPE- CIAIS	893,91	8	44	40	Ensino Fundamental Com- pleto
AUXI- LIAR DE SERVIÇOS AGRÍ- COLAS E FLORES- TAIS - 323	600,00	1	44	25	Alfabetizado
AUXI- LIAR DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS - 127	600,00	1	44	15	Alfabetizado
GUARDA PATRI- MONIAL MUNICI- PAL	931,12	10	44	20	Ensino Fundamental Com- pleto

Lei Complementar Nº 235

LEI COMPLEMENTAR Nº 235, de 22 de dezembro de 2011.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, que estabelece as normas para o Parcelamento do Solo para fins Urbanos no Município de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos abaixo elencados da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, que estabelece as normas para o Parcelamento do Solo para fins Urbanos no Município de Caçador, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
Parágrafo único.

I -

IV - infraestrutura básica: os equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, tratamento de esgoto sanitário, implantação de tubulação para esgoto sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação com pavimentação com asfalto, com paralelepípedos e/ou lajotas, na forma aprovada pela Municipalidade.” (NR)

Art. 2º O inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 128, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

I -

III - as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais, faixas para colocação de tubulação do esgoto sanitário, faixas não edificáveis e faixa de domínio de rodovias e ferrovias;” (NR)

Art. 3º O inciso XXI do art. 9º da Lei Complementar nº 128, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo o inciso XXII:

“Art. 9º

I -

XXI - projeto de implantação de tubulação para implantação de esgoto sanitário devidamente aprovado pelo órgão municipal competente.

XXII - os equipamentos urbanos, especialmente a implantação do serviço de energia elétrica, do esgoto pluvial, rede de abastecimento de água e a tubulação para implantação de esgoto sanitário, deverão ser complementados com a tubulação respectiva, de forma que os futuros proprietários de lotes não necessitem agredir a pavimentação implantada, para dar acesso de suas residências a tais equipamentos, na forma que o órgão competente do Município determinar.” (NR)

Art. 4º Os incisos I e IV do art. 11 da Lei Complementar nº 128, de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

I - executar, no prazo fixado pelo cronograma físico-financeiro proposto, a abertura das vias de circulação e praças, com a terraplanagem e pavimentação com asfalto, paralelepípedos e/ou lajota, de todas as ruas do loteamento conforme especificação da Prefeitura, rede de energia elétrica com iluminação pública, rede de abastecimento de água potável, rede de esgoto sanitário a ser implantado, e arborização do loteamento, bem como as obras e equipamentos previstos no projeto de infraestrutura;

II -

IV - fazer constar nos compromissos de compra e venda do lote a condição de que os mesmos só poderão receber a construção depois de executadas as obras de infraestrutura, como a rede de energia elétrica pública, iluminação pública, abastecimento de água potável e execução das vias de circulação com pavimentação em asfalto, com paralelepípedos e/ou lajotas, durante a vigência do cronograma de obras;” (NR)

Art. 5º Acrescenta-se o inciso IX ao art. 49 da Lei Complementar nº 128, de 2008 e altera o parágrafo único e a alínea “b” do artigo, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49.

I -

IX - equipamento urbano constante da tubulação e complementos necessários para implantação de esgoto sanitário, na forma determinada pelo órgão competente da Municipalidade.

Parágrafo único. A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, bem como os loteamentos já aprovados e registrados que necessitem de remodelação para readequação de áreas, consistirá, no mínimo, na forma determinada pelo órgão competente da Municipalidade de:

a)

b) vias de circulação com pavimentação asfáltica, com paralelepípedos e/ou lajotas;” (NR)

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infraestrutura.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Lei Nº 2.866

L E I Nº 2.866, de 22 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a Permissão de Uso de espaço público para exploração a título oneroso de veiculação de publicidade visual através de painéis eletrônicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina, autorizado a outorgar Permissão de Uso de espaço público para exploração a título oneroso, de veiculação de publicidade visual através de painéis eletrônicos (alta definição) em canteiros e praças públicas.

Art. 2º O contrato de Permissão de Uso será firmado pelo prazo de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º A Permissão de Uso do bem descrito no artigo primeiro, se realizará mediante licitação pública, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

Art. 4º Todos os equipamentos e todas as despesas de instalação e manutenção correrão por conta da empresa vencedora da licitação.

Art. 5º Caberá à empresa vencedora da licitação a contratação e administração da exploração da publicidade visual, com os ônus inerentes a atividade.

Parágrafo único. A empresa permissionária fica expressamente proibida de contratar publicidade com cunho político, religioso ou que atente contra a moral e os bons costumes.

Art. 6º Além do pagamento mensal pela utilização do bem público fica o permissionário obrigado a ceder 1.000 (um mil) visualizações mensais, com duração padrão igual à dos anúncios comercializados, para publicidade institucional do Município, cabendo ao Município o fornecimento da arte e vídeo produção.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.868

L E I Nº 2.868, de 22 de dezembro de 2011.

Autoriza realizar serviços de recapeamento asfáltico, a título de geração de empregos e tributos, à empresa SINCOL S.A., INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a realizar, a título de geração de empregos e tributos, serviços de recapeamento asfáltico no pátio da empresa SINCOL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.053.660/0001-68, localizada na Rua Alemanha, 197, neste Município de Caçador.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput deste artigo, serão realizados no pátio e vias internas da beneficiária, numa extensão de 228,75 m² (duzentos e vinte e oito metros e setenta e cinco decímetros quadrados).

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços solicitados, bem como, com os demais custos com a operacionalização, totalizando um custo de R\$ 5.838,32 (cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos), conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

Art. 3º As demais despesas advindas da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infraestrutura.

Lei Nº 2.869

L E I Nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

Dá nova Redação a Lei nº 1.068, de 12/11/1996, que cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

CAPÍTULO I

Seção I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão colegiado do sistema descentralizado da Assistência Social de Caçador, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no § 4º, do art. 17 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. O CMAS é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, o CMAS é a instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de assistência social do Município de Caçador, de caráter deliberativo, propositivo e fiscalizador, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura do órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

§ 1º As ações deliberativas são aquelas que implicam em atos decisórios de aprovação colegiada e devem ser expressas na forma de resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º As atribuições propositivas advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º As ações relacionadas à fiscalização visam garantir o

cumprimento de padrões e normas legais de organização das ações de assistência social.

Art. 3º O CMAS tem a finalidade de aprovar e acompanhar a Política de Assistência Social, em âmbito municipal, visando ampliar o processo de controle social sobre as referidas políticas e zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços sócio-assistenciais para todos os seus destinatários.

Parágrafo único. O controle social se realiza por meio das ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação e pode se desdobrar em ações deliberativas, propositivas e de fiscalização.

CAPÍTULO II

Seção I

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do CMAS:

I - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas conferências de assistência social;

II - aprovar e controlar a execução da política municipal de assistência social;

III - aprovar o plano municipal de assistência social e suas adequações;

IV - aprovar o plano anual de ação de assistência social;

V - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

VI - aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;

VII - aprovar o relatório anual de gestão e o demonstrativo sintético anual da execução física e financeira;

VIII - aprovar os critérios de transferência de recursos financeiros e fixar os pisos por modalidade e nível de complexidade e explicitar os indicadores de monitoramento e avaliação;

IX - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

X - zelar pela efetivação do SUAS;

XI - convocar a conferência municipal de assistência social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como aprovar as normas de funcionamento das conferências e constituir a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

XII - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do Município, considerando as normas gerais do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, as diretrizes da política de assistência social, as proposições da conferência municipal de assistência social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;

XIII - exercer a orientação e o controle do FMAS;

XIV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XV - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XVI - propor ao CNAS o cancelamento de registro das entidades e organizações de assistência social que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;

XVII - acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da assistência social;

XVIII - receber e dar encaminhamento às denúncias que

contrariam o adequado desenvolvimento dos serviços e das ações da assistência social e ao bom uso do recurso público;

XIX - fiscalizar os serviços prestados e a aplicação dos recursos públicos nas entidades e organizações de assistência social;

XX - estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido em lei de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

XXI - definir, monitorar e avaliar os programas de assistência social (ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais), obedecendo aos princípios estabelecidos na LOAS e outros dispositivos legais, com prioridade para a inserção profissional e social;

XXII - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XXIII - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XXIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS;

XXV - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742 de 1993;

XXVI - divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistenciais;

XXVII - acionar o Ministério Público para a defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XXVIII - elaborar e aprovar seu regimento interno; e

XXIX - Fazer publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações.

Parágrafo único. O CMAS deverá emitir resolução que regule o processo de inscrição das entidades e organizações de assistência social e de serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais.

Seção II

Do Exercício das Atribuições

Art. 5º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:

a) a política municipal de assistência social;

b) o plano municipal de assistência social;

c) o plano de ação;

d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;

e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;

g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o FMAS, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

h) as informações relativas aos recursos repassados pelo FMAS às entidades e organizações de assistência social;

i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo FMAS;

j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do FMAS;

k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução;

- d) os documentos contábeis;
- e) a declaração de gratuidade.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembléia Geral;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

Seção III Da Composição

Art. 6º O CMAS é composto de dezoito membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - 09 (nove) representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) 05(cinco) da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) 01 (um) da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;
- e) 01 (um) do Gabinete do Prefeito.

II - 09 nove representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) 03 (três) representantes dos usuários e ou organizações de usuários da assistência social;
- b) 03 (três) representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) 03 (três) representantes de entidades de trabalhadores do setor.

Parágrafo único. Os Conselheiros que exercem cargos e/ou funções nos setores Públicos, não poderão atuar como conselheiro representante da Sociedade Civil.

Art. 7º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecendo-se como legítimos os movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, 02 (dois) anos, por meio de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional, estadual ou municipal;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

Art. 8º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente

e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CNAS; e

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CNAS.

Art. 10. As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742 de 1993, ao qual caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 1º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano de ação ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 2º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede sócio-assistenciais que integra o Sistema Único da Assistência Social - SUAS as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 11. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 12. A designação do Conselho de que trata o inciso I do art. 6º será feita pelos Secretários dos respectivos órgãos municipais e nomeados pelo Prefeito Municipal de Caçador.

Art. 13. A designação dos Conselheiros de que trata o inciso II do art. 6º deverá ocorrer na forma da convocação editalícia e serão nomeados pelo Prefeito Municipal de Caçador.

§ 1º Caberá à Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

§ 4º Caso a representação de algum setor da sociedade civil não preencha a respectiva vaga, será substituída pela entidade ou

organização mais votada.

Art. 14. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Art. 15. Os conselheiros titulares terão mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

Art. 16. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 17. Junto ao CMAS, poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades não-governamentais, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social ou qualquer cidadão desde que solicite pauta previamente.

Art. 18. Os membros titulares do art. 6º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil representada, em caso de conselheiro (a) não-governamental;

VI - por interesse do responsável pelo órgão público representado no CMAS quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo Único - No caso de perda do mandato do conselheiro titular, será designado o conselheiro suplente para a titularidade da função, cabendo a sua representatividade nomear novo suplente.

Seção IV Da Organização

Art. 19. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do CMAS.

§ 2º A Mesa Diretora do CMAS, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral para mandato de dois anos, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e não-governamental para a eleição dos cargos, a ser definida em regimento interno.

§ 4º As comissões serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) e poderão participar como colaboradores (as), os (as) representantes de entidades, representantes dos (as) usuários (as) ou de organizações de usuários (as), ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo

obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Inscrição;

b) de Finanças;

c) de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação;

d) de Normas e Regulamento;

e) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho de caráter temporário e/ou permanente, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destas comissões ou grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes.

§ 6º Compete à Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico administrativo do CMAS, composta no mínimo por dois técnicos, sendo um graduado em serviço social, além de um assistente administrativo, designados para o assessoramento do CMAS:

a) manter cadastro atualizado das entidades e organizações de assistência social do município;

b) preparar e coordenar eventos promovidos pelo CMAS, relacionados à capacitação e atualização de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços de assistência social;

c) fornecer elementos técnico-políticos para a análise do Plano Municipal de Assistência Social e da Proposta Orçamentária;

d) sugerir o estabelecimento de mecanismo de acompanhamento e controle da execução da política de assistência social;

e) acompanhar e assinar os pareceres da Comissão de Inscrição;

f) oferecer suporte técnico e administrativo nas comissões e grupos de trabalho; e

g) acompanhar a execução das deliberações do Conselho e servir de apoio administrativo às suas atividades.

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo organizará através de Decreto o quadro de pessoal do CMAS dentre os servidores públicos do município ou colocados à sua disposição, a fim de compor a Secretaria Executiva.

Seção V Do Funcionamento

Art. 21. A Assembléia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o regimento interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 22. O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 23. A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

Art. 24. A Secretaria Executiva subsidiará a Assembléia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

Art. 25. A cada nova gestão será realizado o Plano de Ação do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os (as) Conselheiros (as), titulares e suplentes, e os (as) técnicos (as) do Conselho.

Art. 26. Deverão ser programadas ações de capacitação dos (as) Conselheiros (as), visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

- FMAS.

Art. 27. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias do CMAS focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos (as) Conselheiros (as), principalmente daqueles (as) que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO III

Da Coordenação e Execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 28. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria de Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;

II - elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do município;

III - propor ao CMAS a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - prestar assessoramento por um técnico no repasse de informações necessárias às entidades e organizações de assistência social;

VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da Rede Sócio-assistencial Governamental e Não-Governamental do Município;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observadas as diretrizes estabelecidas pelo CMAS;

XI - elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FMAS;

XII - envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

XIII - criar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - destinar recursos financeiros do município, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 29. Fica instituído o FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios

para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 30. No exercício da orientação e controle do FMAS, o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - garantir que a Secretaria Municipal de Assistência Social divulgue amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do FMAS;

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do Plano de Ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o Plano de Ação está em conformidade com o Plano Municipal de Assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o Plano de Ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regimento Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento

Interno.

Art. 31. Constituirão receitas do FMAS:

- I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;
- II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;
- III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
- IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;
- V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;
- VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;
- VII - doações em espécie;
- VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;
- IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;
- X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 32. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do CMAS.

Parágrafo Único - O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 33. Os recursos do FMAS serão aplicados em:

- I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;
- II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;
- III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- IV - construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;
- V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;
- VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;
- VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;
- VIII - atendimento das ações sócio-assistenciais de caráter emergencial;
- IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social;
- X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Inclui-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante,

a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Art. 34. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 35. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestral e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

CAPÍTULO V

Das disposições Gerais

Art. 36. Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infra-estrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 37. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Parágrafo único. Os Conselheiros admitidos anteriormente à vigência desta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

Art. 38. A participação nas atividades do CMAS, das comissões temáticas e dos grupos de trabalho será considerada função relevante à sociedade e não será remunerada.

Parágrafo único. Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades a que se refere o caput do presente artigo.

Art. 39. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 40. As Assembléias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 41. O regimento interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do Colegiado, devendo ser submetido à Assembléia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior no regimento interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e aprovação, por decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. O disposto no art. 6º da presente Lei somente se aplicará

partir da próxima gestão do Conselho.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 1.068, de 12 de novembro de 1996.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

Lei Nº 2.870

L E I Nº 2.870, de 22 de dezembro de 2011.

Suplementa dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, na importância de R\$ 341.400,00 (trezentos quarenta e um mil e quatrocentos reais):

02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 40%

3.1.90.00.0019 - Aplicações Diretas . . . R\$ 274.000,00

3.1.91.00.0019 - Transferências Intra Orçamentárias R\$ 7.400,00

SOMA R\$ 281.400,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.099 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

SOMA R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 341.400,00

(trezentos e quarenta mil e quatrocentos reais).

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizada na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotações, na importância de R\$ 341.400,00 (trezentos quarenta e um mil e quatrocentos reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

4.4.90.00.0019 - Aplicações Diretas. R\$ 208.500,00

12.365.0011.1.036 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.0019 R\$ 72.900,00

SOMA R\$ 281.400,00

02.09-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.104-IMPLANTAÇÃO DA ENCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

3.3.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

SOMA R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 341.400,00

(trezentos e quarenta e um mil e quatrocentos reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

ASSIS PEREIRA

Secretário De Desenvolvimento Econômico E Turismo.

Lei Nº 2.871

L E I Nº 2.871, de 22 de dezembro de 2011.

Suplementa e anula dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

(cem mil reais).

Art. 2º Para atender a suplementação orçamentária realizada na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0033.2.013 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES

3.3.50.00.0000 Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

(cem mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

Lei Nº 2.872

L E I Nº 2.872, de 22 de dezembro de 2011.

Suplementa por conta de anulação de dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação do Orçamento Geral da Prefeitura

Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor Fundo Municipal de Saúde, por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de 1.617.000,00 (um milhão e seiscentos e dezessete mil reais) e pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais), totalizando R\$ 1.874.000,00 (um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

3.3.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 199.000,00

SOMA R\$ 1.649.000,00

10.301.0008.2.060 - Manutenção do Programa de Agentes Comunitários - PACS

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

SOMA R\$ 10.000,00

10.301.0008.2.061 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

SOMA R\$ 50.000,00

10.301.0008.2.151 - Manutenção do Setor de Farmácia

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

3.3.90.00.0067 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

SOMA R\$ 105.000,00

10.301.0008.2.173 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.3.71.00.0002 - Consórcios Públicos R\$ 60.000,00

SOMA R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 1.874.000,00

(um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil reais)

Art. 2º Em atendimento aos créditos abertos nas formas dispostas no artigo desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais) e por conta de anulações parcial das seguintes dotações orçamentárias:

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.023 - Construção, Ampliação e Reforma do Postos Saúde

4.4.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

SOMA R\$ 158.000,00

10.301.0008.1.025 - Aquisição de Veículos e Ambulâncias

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 22.100,00

SOMA R\$ 22.100,00

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 161.000,00

4.4.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 25.900,00

SOMA R\$ 186.900,00

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0023.2.041 - MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

18.541.0024.1.019 - DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE

AMBIENTAL

E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E PROGRAMAS AMBIENTAIS R\$ 350.000,00

SOMA R\$ 1.250.000,00

TOTAL R\$ 1.874.000,00

(um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária De Saúde.

Lei Nº 2.873

L E I Nº 2.873, de 22 de dezembro de 2011.

Autoriza conceder incentivos à empresa Madeiras Salamoni Ltda., e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos à empresa Madeiras Salamoni Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Honorino Moro, nº 5.520, Bairro Sorgatto, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.544/0001-44, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, compreendendo a realização de serviços de pavimentação asfáltica e horas máquinas para preparação do terreno para pavimentação em paralelepípedos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a preparação da área para pavimentação de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados) e pavimentação em paralelepípedos com área de 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados), onde está sendo construído o barracão que abrigará o segmento fabricação de artefatos diversos de madeiras.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infraestrutura.

ASSIS PEREIRA
Secretário De Desenvolvimento Econômico E Turismo.

Lei Nº 2.875

L E I Nº 2.875, de 22 de dezembro de 2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Caçador - BPW.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Caçador - BPW, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.045.138/0001-81, com sede na Rua Victor Konder, nº 14, Bairro Paraíso, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Lei Nº 2.876

L E I Nº 2.876, de 22 de dezembro de 2011.

Denomina via pública - RUA JOÃO PIROLI.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica denominada de RUA JOÃO PIROLI, a atual Rua 01, do Loteamento Osvaldo de Matias, no Bairro Rancho Fundo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS
Secretário De Infraestrutura.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Lei Nº 2.877

L E I Nº 2.877, de 22 de dezembro de 2011.

Denomina praça pública - PRAÇA OSCAR HERMANN FENDT.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica denominada de PRAÇA OSCAR HERMANN FENDT, a praça localizada na Rua Valdir Moraes, Loteamento Dona Nagib, no Bairro São Cristóvão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS
Secretário De Infraestrutura.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Lei Nº 2867

L E I Nº 2.867, de 22 de dezembro de 2011.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Caçador Kart Clube.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Caçador Kart Clube, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.684.282/0001-10, estabelecida na Rua Benjamin Constant, 53, centro, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei, destinam-se a custear despesas advindas do Campeonato Catarinense de Kart e Campeonato de Conca, a ser desenvolvido em nosso Município, no mês de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, na seguinte forma:

02.01 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
Programa 04.122.0002.2.013 - Transferências a Instituições Privadas
Elemento 3.3.50.00.00.00.0 - Transferências às Entidades
R\$ 5.000,00
(cinco mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei nº 2.874

L E I Nº 2.874, de 22 de dezembro de 2011.

Autoriza transferir recursos financeiros a título de subvenção, a Cooperativa Cidadania e Meio Ambiente - COOCIMA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros a título de subvenção, a Cooperativa Cidadania e Meio Ambiente - COOCIMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.026.855/0001-01, estabelecida na Rua Eugênio Busato, nº 1.414, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), divididos em 03 (três) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a serem pagas a partir de 1º de janeiro de 2012.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o presente artigo, se destinam a custear as despesas de manutenção da COOCIMA.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012:

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

Programa 04.122.0002.2.013 - Transferências às Instituições Privadas

Elemento 3.3.50.00.00.00 R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.101

DECRETO nº 5.101, de 13 de dezembro de 2011.

Nomeia membros para o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, sob a Presidência do Senhor Vilmar Zolner, 1ª Secretária Neuzeli

Aparecida da Silva e 2ª Secretária Beatriz de Camargo Schmigel, para comporem o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, pelo prazo de dois anos, na forma que segue:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Sistema Nacional de Emprego (SST/SINE)

Titular: NEUZELI APARECIDA DA SILVA

Suplente: BEATRIZ DE CAMARGO SCHMIGEL

b) Ministério do Trabalho - Agência de Caçador (SRTE/GRTE/ARC/TEM)

Titular: ELIANA PIRES DE OLIVEIRA

Suplente: KARINE LICHES SANTOS

c) Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC/ Unidade de Caçador

Titular: PAULO GIANESINI

Suplente: ANA CAROLINA VIEIRA RODRIGUEZ

d) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Titular: DORVILIO BUFFON

Suplente: VALDERIS ROSSET

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Titular: EVELYN SCAPIN

Suplente: MARISA CRISTINA MORONA

f) Secretaria Municipal da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento

Titular: TIAGO BORGIA

Suplente: TERESINHA APARECIDA MARTINS DA SILVA

II - REPRESENTANTES DA BANCADA DOS TRABALHADORES

a) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Celulose, Pasta de Madeira para papel, Papelão e Cortiça de Caçador:

Titular: IVO JOSÉ WEBER

Suplente: DENILSO NONATO

b) Sindicato dos Empregados no Comércio de Caçador:

Titular: VILMAR ZOLNER

Suplente: LUIZ ANTONIO FURTADO

c) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caçador:

Titular: IVONE APARECIDA CRACCO CUCCAROLLO

Suplente: MARCIA LAPOLLI

d) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Caçador:

Titular: SUELI FERREIRA

Suplente: ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA

e) Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimentos de Serviços de Saúde e Seguridade Social, Público e Privado de Caçador e Região:

Titular: SIRLEI FERREIRA

Suplente: ALEX MOURA SANSON

f) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Caçador:

Titular: JOÃO ADELAR SAMPAIO

Suplente: ADELMIR MEIRELES DA SILVA

III - REPRESENTANTES DA BANCADA DOS EMPREGADORES

a) Associação Comercial e Industrial de Caçador- ACIC:

Titular: ROSECLER FAORO
Suplente: CRISTIANE SCHWART

b) Câmara de Dirigentes Lojistas- CDL:
TITULAR: LEILA TERESINHA LONGO ROMÃO
SUPLENTE: NELSI MACIEL DE OLIVEIRA RUPPEL

a) Associação de Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Contestado - AMPE:

Titular: IBRAHIM SOCREPA
Suplente: NERI VEZARO

c) Sindicato da Indústria de Couro, Calçado, Vestuário e Artefatos de Couro de Caçador

Titular: NEOBERTO BALESTRIN
Suplente JOSÉ CARLOS TOMBINI

d) Sindicato da Indústria da Madeira - SIMCA:

Titular: ILTON ROTTA
Suplente: JOÃO ELIAS SIMONETTO

e) Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP

Titular: ILZE SALETE CHIARELLO
Suplente: LUIZ AUGUSTO GRANDO PADILHA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.108

DECRETO nº 5.108, de 13 de dezembro de 2011.
Designa Comissão Especial.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os cidadãos abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial que analisará as instalações dos proponentes vencedores do Processo Licitatório nº 99/2011, Pregão Presencial 56, datado de 30/11/2011, na forma que segue:

SÉRGIO ELOI BISOTTO
VANDERLEI DE LIMA
FÁBIO CASAGRANDE

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 14h do dia 19 de dezembro de 2011.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto Nº 5.111

DECRETO Nº 5.111, de 26 de dezembro de 2011.

Suplementa dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal 2.870, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, na importância de R\$ 341.400,00 (trezentos quarenta e um mil e quatrocentos reais):

02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.047 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 40%
3.1.90.00.0019 - Aplicações Diretas . . . R\$ 274.000,00

3.1.91.00.0019 - Transferências Intra Orçamentárias R\$ 7.400,00
SOMA R\$ 281.400,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.099 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

SOMA R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 341.400,00

(trezentos e quarenta mil e quatrocentos reais).

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizada na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotações, na importância de R\$ 341.400,00 (trezentos quarenta e um mil e quatrocentos reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS

4.4.90.00.0019 - Aplicações Diretas. R\$ 208.500,00

12.365.0011.1.036 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.0019 R\$ 72.900,00

SOMA R\$ 281.400,00

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.661.0027.2.104-IMPLANTAÇÃO DA ENCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

3.3.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

SOMA R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 341.400,00

(trezentos e quarenta e um mil e quatrocentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

ASSIS PEREIRA
Secretário De Desenvolvimento Econômico E Turismo.

Decreto Nº 5.112

DECRETO Nº 5.112, de 26 de dezembro de 2011.

Suplementa e anula dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal 2.871, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

(cem mil reais).

Art. 2º Para atender a suplementação orçamentária realizada na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0033.2.013 - CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES

3.3.50.00.0000 Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 100.000,00

SOMA R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

(cem mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

Decreto Nº 5.113

DECRETO Nº 5.113, de 26 de dezembro de 2011.

Suplementa por conta de anulação de dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº 2.872, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2011, em favor Fundo Municipal de Saúde, por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de 1.617.000,00 (um milhão e seiscentos e dezessete mil reais) e

pelo excesso de arrecadação, no valor de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais), totalizando R\$ 1.874.000,00 (um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

3.3.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 199.000,00

SOMA R\$ 1.649.000,00

10.301.0008.2.060 - Manutenção do Programa de Agentes Comunitários - PACS

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

SOMA R\$ 10.000,00

10.301.0008.2.061 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

SOMA R\$ 50.000,00

10.301.0008.2.151 - Manutenção do Setor de Farmácia

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

3.3.90.00.0067 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

SOMA R\$ 105.000,00

10.301.0008.2.173 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde

3.3.71.00.0002 - Consórcios Públicos R\$ 60.000,00

SOMA R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 1.874.000,00

(um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil reais)

Art. 2º Em atendimento aos créditos abertos nas formas dispostas no artigo deste Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais) e por conta de anulações parcial das seguintes dotações orçamentárias:

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.023 - Construção, Ampliação e Reforma do Postos Saúde

4.4.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

SOMA R\$ 158.000,00

10.301.0008.1.025 - Aquisição de Veículos e Ambulâncias

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 22.100,00

SOMA R\$ 22.100,00

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 161.000,00

4.4.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 25.900,00

SOMA R\$ 186.900,00

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0023.2.041 - MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

18.541.0024.1.019 - DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E PROGRAMAS AMBIENTAIS R\$ 350.000,00

SOMA R\$ 1.250.000,00

TOTAL R\$ 1.874.000,00

(um milhão e oitocentos e setenta e quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de dezembro de 2011.



IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.129

PORTARIA Nº 21.129, de 18 de outubro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29, § 1º, na Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os Servidores Públicos Municipais, Edilene Teresinha de Mello Figueroa, Rosilene Mannes e Laudeni Fagundes, para comporem Comissão de Avaliação do Estágio Probatório do funcionário DIOGO LEMOS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.247

PORTARIA Nº 21.247, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, especificando: código, nome, cargo, secretaria e período:

Cód.	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de
4167	Fabiana Binotto Cracco	Tecnóloga em Alimentos	Educação	23/01/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.249

PORTARIA Nº 21.249, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos ao Servidor Público Municipal CELSO OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a contar de 12 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.254

PORTARIA nº 21.254, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de novembro de 2011, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº Horas
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	80
11267	Alceu Veiga	Ass. Social	86
11127	Carlos Alberto Filipiaski	Ass. Social	108
11192	Doraci Ruppel	Ass. Social	56
830	Eloir do Carmo Antunes	Ass. Social	120
4081	Fátima R. G. Damaceno	Ass. Social	120
11189	João Bethier Neto	Ass. Social	80
11219	Larissa Nora	Ass. Social	06
3384	Lucimeri Vieira	Ass. Social	240
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	120
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	110
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	110
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Bombeiros	110
8628	Angela Knaebel	Dittesc	144
10300	Carlos Venâncio dos Santos	Dittesc	72
10302	Cristiano R. Rodrigues Fernandes	Dittesc	72
576	Daniel P. de Camargo	Dittesc	144
9200	Fábio de Lima Garcia	Dittesc	144
9195	Gustavo P. Boscari	Dittesc	144
1347	João Maria Hornerburg	Dittesc	144
1242	Jose Aldo Moraes	Dittesc	144
668	José Ferreira	Dittesc	144
1444	José Scheffmacher	Dittesc	144
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	144
9255	Lilian Ap. de Oliveira	Dittesc	144
569	Oracides Pires de Camargo	Dittesc	144
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	144
10453	Alan Rocha Liegel	Infra	35
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	20,35
2512	Altino Carneiro	Sec. Saúde	1,15
1793	Cícero Brasil Moreira	Sec. Saúde	27,34
2027	Edézio Recalcatti	Sec. Saúde	33
970	José Gomes de Mattos	Sec. Saúde	64
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	31

310	Moacir Pascoal de Lima	Sec. Saúde	02
546	Nery Guerin	Sec. Saúde	06
2648	Seleme Scolaro	Sec. Saúde	35,34
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	40
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	30
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	39,05
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	22
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	1,22

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

MARINÊS DALAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

OSMAR PEREIRA DIAS

Diretor DITTESC.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.255

PORTARIA nº 21.255, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de dezembro 2011, especificando código, nome dos servidores, Secretaria e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº horas
11149	Ademar Moriggi	Adm e Fazenda	40
10387	Caroline Semke Moraes	Adm. e Fazenda	26
8553	Claudete Natus	Adm. e Fazenda	40
8550	Edson Ferreira Lopes	Adm. e Fazenda	40
8551	Jorge Luiz Trindade	Adm. e Fazenda	46
645	Klaiton Strey	Adm. e Fazenda	48
1515	Nely Fátima Alves de Campos	Adm. e Fazenda	20
600	Sandro Dallazem	Adm. e Fazenda	23
1046	Elena Graci Grabasch Carneiro	Adm. e Fazenda	40
7983	Alcides Correia de Almeida	Agricultura	28
891	Nilton Antonio de Lima	Agricultura	28
791	Maury Carlos Casagrande	Agricultura	15
1164	Sebastião Ribeiro dos Santos	Agricultura	40
11267	Alceu Veiga	Ass. Social	34
11240	Ana Lucia Kletke	Ass. Social	28
11151	Andréa Romão Martins	Ass. Social	09
9691	Carlos A Arruda Wagner	Ass. Social	24
11218	Carlos Alberto Felipiaski	Ass. Social	52
11185	Cristiane B. Granemann	Ass. Social	24
11172	Edmar Sampaio	Ass. Social	83
8612	Elizeni B. Amaral	Ass. Social	36
7785	Elizete Farias	Ass. Social	40

830	Eloir do Carmo Antunes	Ass. Social	48
11139	Eunice M. Ueda	Ass. Social	10
4081	Fátima R. G. Damaceno	Ass. Social	48
3411	Gustavo Alves Weber	Ass. Social	16
11189	João Bethien Brasil Neto	Ass. Social	39
10942	Josiane Criminácio	Ass. Social	24
11219	Larissa Nora	Ass. Social	40
10470	Liane Capelin	Ass. Social	09
11060	Lucas F. Chaves	Ass. Social	20
2529	Lucia Cavalett	Ass. Social	12
11220	Marcelo dos Santos	Ass. Social	54
402	Nilson D. Medeiros	Ass. Social	45
10465	Paulo Eduardo Estanislawski	Ass. Social	08
7746	Santina Piacentini	Ass. Social	48
10218	Silvia Linhares Martello	Ass. Social	16
1303	Dioclécio Alves de Moura	Bombeiros	13
1276	Geraldo Moraes da Silva	Bombeiros	22
1928	Alex Moraes dos Santos	Bombeiros	40
8628	Angela Knaebel	Dittesc	20
8337	Antonio Carlos M. da Conceição	Dittesc	06
10297	Claudio Sonogo	Dittesc	12
576	Daniel P. de Camargo	Dittesc	20
7993	Diogo Borges Barbosa	Dittesc	03
9200	Fábio de Lima Garcia	Dittesc	20
8336	Fernando A Sinhorin	Dittesc	03
1439	Isaac Alves de Mello	Dittesc	40
1391	Ivanir Pagotto	Dittesc	40
1242	Jose Aldo Moraes	Dittesc	20
668	José Ferreira	Dittesc	20
1444	José Scheffmacher	Dittesc	20
1145	José Luiz de Carvalho	Dittesc	40
1457	José Vilmar Miranda	Dittesc	20
674	Juventino dos Passos	Dittesc	40
9255	Lilian Ap. de Oliveira	Dittesc	20
8339	Luciara Coelho	Dittesc	20
10104	Marcelo José A de Andrade	Dittesc	15
569	Oracides Pires de Camargo	Dittesc	20
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Dittesc	20
8333	Priscila Ap. da Luz	Dittesc	02
10296	Viviane D. M. Vosgrau	Dittesc	20
1857	Adenir Zotto	Educação	60
1993	Parcival Pinzegher	Educação	60
599	Ademir Novais dos Santos	Fundação de Esportes	39
1720	Sandro José Neres da Rocha	Fundação de Esportes	38
476	Altair Jorge Machado	Fundema	40
2647	Altenir Ferreira	Fundema	34
24	Amilto Melo Cesar	Fundema	17
3382	Anderson José de Oliveira	Fundema	57
3282	Angelo Edair Fantim	Fundema	30
1384	Antonio Vanderlei Pires	Fundema	40
10500	Clair Rosa Oliveira	Fundema	10
929	Damião Quintino de Souza	Fundema	43
19	Davi R. da Rocha	Fundema	28
296	Edemilson José Fernandes	Fundema	57
21	Elias de Oliveira	Fundema	24
9497	Elisiane Cardoso Piedade	Fundema	10
1452	Evaldo Maurilio	Fundema	40
7672	Gilberto Dalmédico	Fundema	40
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Fundema	28
755	Gilmar Rodrigues Ribeiro	Fundema	15
10486	Hemerson Bachi Castilho	Fundema	40

11146	Izaías Ribeiro	Fundema	58
9907	João Carlos Ferreira dos Santos	Fundema	12
10050	João A dos Santos	Fundema	12
10067	João Rodrigo de Souza	Fundema	02
18	Jocelim Gonçalves de Freitas	Fundema	40
2401	José Adelir Soares	Fundema	22
896	José Alves Ribeiro	Fundema	31
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Fundema	18
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	Fundema	40
14	Marcio Silveira Pinto	Fundema	26
15	Marco A dos Santos	Fundema	40
17	Maria Ap. de Lima	Fundema	06
10554	Maurício de Oliveira	Fundema	59
9693	Moacir Cardoso	Fundema	56
554	Ricardo Pires de Camargo	Fundema	11
5066	Roseli Ap. Gribisk	Fundema	40
9493	Saete Ap. Adamio	Fundema	15
918	Samuel Flores	Fundema	59
9464	Solange Vieira da Silva	Fundema	40
3416	Valcir Vasconcellos	Fundema	38
2515	Valdir dos Santos	Fundema	38
786	Vilmar Moreira dos Santos	Fundema	40
10484	Vinicius Alexandre Soares	Fundema	08
11061	Walmir Richter	Fundema	26
1238	Marcio H. da Silva Coelho	Gabinete do Prefeito	30
10452	Simone Foscarini	Gabinete do Prefeito	49
5065	Adão Ortiz de Goes	Infra-Estrutura	59
2507	Adão Ribeiro de Camargo	Infra-Estrutura	20
10453	Alan Rocha Liegel	Infra-Estrutura	40
10947	Altamiro Figueroa	Infra-Estrutura	35
10916	Anderson dos Santos	Infra-Estrutura	40
11150	Anderson Goes	Infra-Estrutura	59
224	Antonio Amadeu da Luz	Infra-Estrutura	40
2634	Argemiro Zotto	Infra-Estrutura	30
3391	Carlos Carlin Lara	Infra-Estrutura	59
361	Carlos Soares	Infra-Estrutura	40
286	Claudio Sobieski	Infra-Estrutura	59
08	Darci Alves	Infra-Estrutura	40
1301	Edson Iaroch	Infra-Estrutura	30
11147	Eloir Souza Santos	Infra-Estrutura	59
563	Euclides Alves Mello	Infra-Estrutura	48
1278	Eurico Antonio de Oliveira	Infra-Estrutura	40
716	Fernando Dal Puppo	Infra-Estrutura	30
10437	Fábio José Cordeiro	Infra-Estrutura	45
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	Infra-Estrutura	40
8318	Geovane Lipka	Infra-Estrutura	59
2492	Ilto Adão Ferreira	Infra-Estrutura	48
3409	Ivonei Antonio Pavelski	Infra-Estrutura	40
11142	Izaías Isaac Zarur	Infra-Estrutura	30
1833	Jair Ramos	Infra-Estrutura	45
478	Joacir Antunes de Oliveira	Infra-Estrutura	59
1347	João Maria Hornburg	Infra-Estrutura	48
1121	João Gonçalves	Infra-Estrutura	25
1405	Jorge Luiz A Oliveira	Infra-Estrutura	30
916	José Odelir Teles	Infra-Estrutura	30
888	José Osni Batista	Infra-Estrutura-Plantão Fune-rário	58
11145	José Ricardo Kuhn		30
198	José Valdir Peretti	Infra-Estrutura	48
881	José Volni Arruda Palhano	Infra-Estrutura	40
3174	Julio Cesar Petrikowsky	Infra-Estrutura	30

877	Leonir Antonio dos Santos	Infra-Estrutura	40
10474	Marcio Gonçalves Cordeiro	Infra-Estrutura	30
11144	Marcos Eduardo Florindo	Infra-Estrutura	59
11180	Milton Tibes de Lima	Infra-Estrutura	40
11140	Maria Ap. Matos de Oliveira	Infra-Estrutura	20
3517	Mario Silva Medeiros	Infra-Estrutura	20
11014	Milton Gomes Ribeiro	Infra-Estrutura	40
10504	Nelson Borges Tibes	Infra-Estrutura	59
1141	Nelson Hornburg	Infra-Estrutura	30
1846	Nery Franklin da Silva Jr	Infra-Estrutura	35
9487	Nilson José Godinho	Infra-Estrutura	59
11170	Nilso Roberto Goes	Infra-Estrutura	40
396	Nilton Antonio Vieira	Infra-Estrutura	20
11138	Noely Gonçalves Queiroz	Infra-Estrutura	20
1446	Otacílio de Jesus Amaral	Infra-Estrutura	20
10099	Paulo Voleinik	Infra-Estrutura	59
2628	Rui Mattana	Infra-Estrutura	30
1264	Sebastião Moraes	Infra-Estrutura	30
10928	Serly de Goes	Infra-Estrutura	20
123	Valdemar de L. Ribeiro	Infra-Estrutura	10
962	Valdir Teles de Oliveira	Infra-Estrutura - Plantão Fune-rário	58
1328	Valmir de Prado Geraldo	Infra-Estrutura	30
11143	Valter Fontana Jr	Infra-Estrutura	30
609	Valsir Gribinski	Infra-Estrutura	30
547	Vanderlei de Lima	Infra-Estrutura	59
2521	Vanderlei Alves	Infra-Estrutura	30
842	Wilson Ribeiro dos Santos	Infra-Estrutura	59
1836	Aldecir Barpp	Sec. Saúde	40
2512	Altino Carneiro	Sec. Saúde	40
7739	Alice L.G.Lafavera	Sec. Saúde	40
1793	Cícero Brasil Moreira	Sec. Saúde	40
11178	Cíntia Orlandini Cardoso	Sec. Saúde	10
8413	Claudete Bento Corrente	Sec. Saúde	36
8613	Deise Heine	Sec. Saúde	24
364	Delma Dri Ficagna	Sec. Saúde	29
2027	Edézio Recalcatti	Sec. Saúde	40
10766	Edina F. Lopes	Sec. Saúde	27
9350	Eliane Navroski	Sec. Saúde	40
15	Giovani E. T Oliveira	Sec. Saúde	40
10485	Hélio Wirschum	Sec. Saúde	40
352	Iracilda Cristaldo	Sec. Saúde	16
970	José Gomes de Mattos	Sec. Saúde	40
10787	Juliana Cordeiro	Sec. Saúde	06
10831	Katia Possamai	Sec. Saúde	16
405	Luciano Coluzzi	Sec. Saúde	18
11032	Luiz Antonio Wancin	Sec. Saúde	31,4
7824	Maicon Sgarbossa	Sec. Saúde	40
	Márcia de Araujo Mattia	Sec. Saúde	16
1214	Marcio Bassani	Sec. Saúde	40
3273	Maria Estela Cavichioli	Sec. Saúde	10
9393	Maria Helena Magalhães	Sec. Saúde	16
11251	Maria Joaquina Eccel	Sec. Saúde	40
3352	Marlei Keler	Sec. Saúde	13,5
310	Moacir Pascoal de Lima	Sec. Saúde	27,5
8331	Mônica Witiuk	Sec. Saúde	40
7683	Nara Teske	Sec. Saúde	05
8400	Nelson F. da Silva	Sec. Saúde	40
546	Nery Guerin	Sec. Saúde	40
10763	Northon Knoubach	Sec. Saúde	35
8479	Rejane Serafini	Sec. Saúde	08
10102	Rosa Meri Coluzzi	Sec. Saúde	16
10541	Sara Nadiesa Velasques	Sec. Saúde	27

3437	Sayonara Galina	Sec. Saúde	40
2648	Seleme Scolaro	Sec. Saúde	40
135	Sueli Bueno	Sec. Saúde	16
10064	Vagner Andreatto da Silva	Sec. Saúde	25
1849	Valdeci V. Alvarenga	Sec. Saúde	40
749	Valdecir J. P. da Silva	Sec. Saúde	40
1535	Vilmar Dobner	Sec. Saúde	40
2497	Vilmar Góes	Sec. Saúde	40
1866	Vilmar Lezan	Sec. Saúde	40
1065	Waltraude Zardo	Sec. Saúde	06

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infra-Estrutura.

DENISE CHIARELLO HARTMANN

Presidente FUNDEMA.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária De Saúde.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

MARINÊS DALLAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

OSMAR PEREIRA DIAS

Diretor DITTESC.

Portaria Nº 21.260

PORTARIA Nº 21.260, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei nº 1.932, de 02/07/2003,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/11/2011 a 15/12/2011, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
10458	Ademilson Fernandes	Fiscal de Obras	27	IPPUC	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Postura	27	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

NEWTON MARÇAL SANTOS
Presidente IPPUC.

Portaria Nº 21.264

PORTARIA Nº 21.264, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos termos da Lei nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei nº 1.932, de 02/07/2003,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/11/2011 a 15/12/2011, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
4594	Gelson Luiz Savi	Fiscal de Postura	27	03	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributaria	57	02	1.000
0801	Nedival Rodrigues da Cruz	Fiscal de Postura	27	02	1.000
0154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	27	02	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.265

PORTARIA Nº 21.265, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO a cidadã MARIA GORETI DE OLIVEIRA LAMERA, no cargo de Assistente Social, Ref.37, carga horária de 30h semanais, na vaga vinculada à Servidora titular CLEONY LOPES BARBOSA FIGUR que se encontra em licença prêmio, pelo período de 02/01/2012 à 23/03/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.266

PORTARIA nº 21.266, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições

legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
8429	Juliana Cordeiro	Servente Educação	005	10	28/11/11
349	Ana Maria Moretti Bortolon	Professora	005	17	05/12/11
676	Mariluci Lopes Stanke	Servente Educação	005	30	13/12/11
10744	Hélio Pires	Professor	005	15	29/11/11
10292	Edgar Aimi	Agente Seg. e Trânsito	032	15	30/11/11

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.267

PORTARIA nº 21.267, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010 que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

RESOLVE:

PRORROGAR O CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, do servidor AMUR OTÁVIO SOARES, no cargo de Professor de Educação Física, com 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Assistência Social no Programa Pró-Jovem, de 01/01/2012 a 30/06/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

Portaria Nº 21.268

PORTARIA Nº 21.268, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71 parágrafo 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal SÔNIA MARA ALMEIDA, ocupante do cargo de recepcionista, Referência 01, com exercício de 35 (trinta e cinco) horas semanais, em exercício junto a Secretaria de Saúde, a partir de 02 de janeiro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.269

PORTARIA Nº 21.269, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29, § 1º, na Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

SUBSTITUIR membro DÉBORA CUNHA DE ALMEIDA nomeada através da Portaria nº 21.191, de 16/11/11, para compor a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos funcionários da Secretaria de Assistência Social, pela Servidora ISOLETE RENON FARIAS.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

Portaria Nº 21.270

PORTARIA Nº 21.270, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 73, III, alínea "b", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
1039	Juçara S. Muller João	Assistente Social	008	08	Irmã
8075	Jane Schneider	Assistente Social	008	08	Irmã
11015	Jorge Henrique Muller João	Terapeuta Dependência Química	006	05	tia
11090	Maristela Ap. Cordeiro Ribeiro	Aux. Serviços Gerais	003	08	pai

11033	Nelci Ap. Cordeiro Bauerle	Aux. Enfermagem	006	08	pai
-------	-------------------------------	-----------------	-----	----	-----

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.271

PORTARIA Nº 21.271, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR O CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, do cidadão AMILTO MELO CEZAR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, Ref. 01, com 44h semanais, em exercício junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, a partir de 31 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.272

PORTARIA Nº 21.272, de 22 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal GERALDO MORAES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Associação de Bombeiros Voluntário do Município de Caçador, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de sua filha em 14 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Saúde.

Portaria Nº 21.273

PORTARIA Nº 21.273, de 22 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio, a que faz jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisição	Período Gozo
1856	Doraci Maciel dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	Ass. Social	03/09/99 a 03/09/04 - 3 meses	15/01/12 a 13/04/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Camboriú

PREFEITURA

Termo de Prorrogação PR 12/11 - FUNDESB

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2011- FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº012/2011 - FUNDESB, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AFIM DE PROCEDER A LEITURA DO CONSUMO DE ÁGUA, EMISSÃO COM ENTREGA DE FATURAS SIMULTANEAS E AVISOS DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", teve a data de abertura das propostas e documentações prorrogada para o dia 16/01/2012 as 16h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 27 de Dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Política de Investimentos

A Política de Investimentos é um conjunto de normas e diretrizes voltadas à orientação e direcionamento da gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões destinadas aos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, elaborada, no mínimo, anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Camboriú - CAMBORIÚPREV, criado com o intuito de administrar o sistema previdenciário municipal, vem por meio desta Política de Investimentos obdecer os critérios da Resolução nº 3922 /2010 ou pela legislação que vier substituí-la ou complementá-la durante o exercício

do ano de 2012.

Este documento além de atender a Resolução do BACEN e normas do MPS, visa, sobretudo, definir as estratégias do CAMBORIÚPREV quanto à gestão dos recursos dos participantes e assistidos do RPPS por ela administrado, dando-lhes ciência dos objetivos almejados e das ações a serem desempenhadas para alcançá-los, refletindo a seriedade e transparência na gestão dos recursos patrimoniais dos planos de benefícios.

Os critérios, procedimentos e limites estabelecidos para aplicação dos ativos, foram selecionados levando em consideração :

- as perspectivas econômicas para o ano de 2012;
- as normas que regulamentam os RPPS ;
- o fluxo de pagamentos e recebimentos do CAMBORIÚPREV;
- as obrigações futuras já apontadas no cálculo atuarial.

Os cenários de retorno e rentabilidade foram criados tendo como ponto referencial as projeções macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central do Brasil, cuja metodologia para previsão dos índices inflacionários e da taxa SELIC, leva em consideração os fatores externos e internos que possam vir a provocar mudanças no comportamento da economia nacional.

Esta política define ainda, os parâmetros de avaliação dos riscos que a Diretoria do RPPS deverá observar no momento da seleção dos fundos a fim de garantir, além da rentabilidade, a solidez, a liquidez e a segurança necessária à aplicação dos recursos financeiros do CAMBORIÚPREV.

Os cenários de retorno e rentabilidade foram criados tendo como ponto referencial as projeções macroeconômicas levando em consideração os fatores externos e internos que possam vir a provocar mudanças no comportamento da economia nacional.

Esta política define ainda, os parâmetros de avaliação dos riscos que a Diretoria do RPPS deverá observar no momento da seleção dos fundos a fim de garantir, além da rentabilidade, a solidez, a liquidez e a segurança necessária à aplicação dos recursos financeiros do CAMBORIÚPREV.

Camboriú, 21 de dezembro de 2011.

DIONETE CESARIO ALBINO

Presidente CamboriúPREV

ALEXSANDER SILVA BATISTA

Diretor Financeiro e Benefícios

JUCÉLIA TEREZINHA COPPI

Presidente do CMP

Membros CMP

Anderson Luis Fuck

Luciane Coito dos Santos

Odete Assi

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.787 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.787 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA: Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 09 de 19 de dezembro de 2011 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2011

Karina Teresinha Muehlbauer, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Plano de Ação do Ano de 2011.

Art.2º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de Dezembro de 2011.

KARINA TERESINHA MUEHLBAUER

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e onze.

VIVIANE I. F. CALDAS SCHIAVENIN.

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Decreto Nº 6.781 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.781 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com

a Sr^a. LUCIANE DAMAZIO FRANCO, Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema nº 954936, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.782 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.782 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Sr^a. VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Professor Auxiliar I, Registro no Sistema nº 954908, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.783 de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.783 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.799 de 20 de dezembro de 2011; DECRETA:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 89.881,11 (oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e onze centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

2.042 - Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito
300000.00.136 - Despesas Correntes
310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.136 - Aplicações Diretas
319113.00.136 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias. R\$ 1.000,00
04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Serviço do Controle Fazendário
2.011 - Contribuição para a formação do PASEP
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas
R\$ 20.000,00
4.010 - Contribuição a AMUNESC
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
335041.00.136 - Contribuições R\$ 881,11
05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.03 - Serviço de Educação Infantil
2.047 - Pessoal da Educação Infantil
300000.00.139 - Despesas Correntes
310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.139 - Aplicações Diretas
319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado
R\$ 33.000,00
319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 35.000,00
TOTAL R\$ 89.881,11

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Serviço do Controle Fazendário
2.044 - Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças
300000.00.136 - Despesas Correntes
310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.136 - Aplicações Diretas
319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 10.000,00
319113.00.136 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias. R\$ 11.811,11
05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
1.004 - Construção Reforma e Adequação de Unid. Escol de Ensino Fundamental
400000.00.141 - Despesas de Capital
440000.00.141 - Investimentos
449000.00.141 - Aplicações Diretas
449052.00.141 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 54.000,00
05.03 - Serviço de Educação Infantil
2.047 - Pessoal da Educação Infantil
300000.00.141 - Despesas Correntes
310000.00.141 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.141 - Aplicações Diretas
319011.00.141 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 14.000,00
TOTAL R\$ 89.811,11

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.784 de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 6.784 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.651 de 14 de dezembro de 2010; DECRETA:
Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 23.027,46 (vinte e três mil, vinte e sete reais, quarenta e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.03 - Serviço de Educação Infantil
2.047 - Pessoal da Educação Infantil
300000.00.161 - Despesas Correntes
330000.00.161 - Outras Despesas Correntes
339000.00.161 - Aplicações Diretas
339039.00.161 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 23.027,46

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
05.03 - Serviço de Educação Infantil
2.047 - Pessoal da Educação Infantil
300000.00.161 - Despesas Correntes
330000.00.161 - Outras Despesas Correntes
339000.00.161 - Aplicações Diretas
339039.00.161 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 23.027,46

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.785 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.785 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar em Caráter de Trabalho Temporário o Sr. ERON-CLEITON CARNEIRO RIBAS, para exercer o cargo de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, em caráter temporário, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 4.745,18 (quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais, dezoito centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica, mais 50% (cinquenta por cento) por laborar exclusivamente no Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS, conforme Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre, pelo período de 20 de dezembro de 2011 a 20 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.786 de 21 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.786 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
"CANCELA DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADA NO EXERCÍCIO DE 2010, PORÉM, NÃO CONSUMADO O IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições: da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, com fulcro no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/1964, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização, DECRETA:

Art. 1º Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2010, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no Balanço Geral do deste Município.

§ 1º Os Restos a Pagar a que se refere o caput deste Artigo fazem parte integrante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

§ 2º Os créditos cancelados citados no caput deste Artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, são anulados por ausência dos implementos de condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do Balanço do exercício de 2010, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Decreto Nº 6.788 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.788 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. GEOVANE TADEU CANDIDO, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Registro no Sistema sob o nº 954970, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 857,07 (oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) mensais, pelo período de 23 de dezembro de 2011 a 23 de junho de 2012.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 012/2011, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.789 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.789 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. IVAIR ALBERTO TEIXEIRA, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Registro no Sistema sob o nº 954971, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 857,07 (oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) mensais, pelo período de 27 de dezembro de 2011 a 23 de junho de 2012.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 012/2011, em 2º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.790 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.790 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. EDENILSON FERREIRA DE ANHAIA, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Registro no Sistema sob o nº 954972, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 857,07 (oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) mensais, pelo período de 27 de dezembro de 2011 a 23 de junho de 2012.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 012/2011, em 3º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.791 de 23 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.791 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. DJONI MÜLLER, para exercer o cargo de Agente Operacional V, Registro no Sistema sob o nº 954973, Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3A, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 857,07 (oitocentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) mensais, pelo período de 23 de dezembro de 2011 a 23 de junho de 2012.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 012/2011, em 4º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA

Alteração no julgamento da documentação e propostas referente Tomada de Preços n.º 48/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 191/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º 48/2011

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de sua Comissão de Licitação, torna público alteração no RESULTADO DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS, relativamente ao processo acima, publicado na página 21 da edição n.º 887 do dia 15/11/2011 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. A empresa CLEVERSON UBIRACI MARTINS & CIA LTDA foi considerada inabilitada e as demais empresas habilitadas no certame. Diante da inabilitação da empresa CLEVERSON UBIRACI MARTINS & CIA LTDA, a proposta vencedora passou a ser a apresentada pela empresa GT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA com o valor de R\$ 105.444,25 (cento e cinco mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos). As atas encontram-se apenas ao Processo Licitatório e à disposição dos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura.
Comissão de Licitação

Anulação da Carta Convite n.º 11/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 187/2011
CARTA CONVITE N.º 11/2011
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação da Carta Convite n.º 11/2011, que tem por objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de sistemas de som, em diversos eventos a serem realizados em função da comemorações das festividades natalinas. Motivo: Licitação transferida para fundação Cultural. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Anulação do Edital de Concorrência Pública n.º 15/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 177/2011
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 15/2011
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições

legais, torna público a anulação da Concorrência Pública n.º 15/2011, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de sistemas de gestão pública para a administração direta e indireta do município de canoinhas, através de licenças de uso com acesso simultâneo de usuários. Motivo: Correção de Edital. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Anulação do Edital de Pregão Presencial n.º 74/2011
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 178/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º 74/2011
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 74/2011, que tem por objeto a aquisição de materiais de expediente e para confecção de artesanato, a serem utilizados na manutenção do programa e nas ações socioeducativas do creas. Motivo: Licitação lançada pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Anulação do Pregão Presencial n.º 78/2011
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 189/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º 78/2011
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 78/2011, que tem por objeto a contratação de empresa para realização do transporte de tijolos, madeiras e outros materiais, em diversos bairros e localidades do interior do Município, destinados a famílias carentes do Município. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Despacho de anulação do Edital de Tomada de Preços n.º 49/2011
DESPACHO ANULAÇÃO
Processo Licitatório n.º 194/2011
Tomada de Preços n.º 49/2011

Assunto: ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 194/2011, NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS N.º 49/2011.

Trata-se de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ATRAVÉS DE LICENÇAS DE USO COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.

DOS FATOS

Nos dias 28 e 29 de novembro de 2011, o edital referente a licitação acima foi publicado nos jornais Diário do Planalto, A Notícia, Diário Oficial dos Municípios, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, mural público e site desta Prefeitura.

No dia 22 de dezembro de 2011 o edital foi impugnado pela empresa IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL.

Após análise dos motivos expostos na impugnação, verificou-se que assiste razão à impugnante pelos motivos que pugna, em especial a identificação da marca de software específico de determinada empresa.

DA DECISÃO

Por todo o exposto acima, baseado no artigo 49 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores decido pela anulação do processo em epígrafe, levando em consideração que o mesmo, fere frontalmente o contido no Inciso §5.º do artigo 7.º da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, que assim se posiciona:

"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.(Grifo nosso)"

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina;

Determino ainda, que a impugnante seja comunicada desta decisão.

Canoinhas, 22 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Despacho de anulação do Edital de Tomada de Preços n.º FMS 07/2011

DESPACHO ANULAÇÃO DE PROCESSO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º FMS 47/2011

Tomada de Preços n.º FMS 07/2011

Assunto: ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 47/2011, NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 07/2011.

Trata-se de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA NOS PRÉDIOS DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE.

DOS FATOS

No dia 12 de dezembro de 2011, o edital referente a licitação acima foi publicado nos jornais Diário do Planalto, A Notícia, Diário Oficial dos Municípios, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, mural público e site desta Prefeitura.

No dia 26 de dezembro de 2011 o edital foi impugnado pela empresa PAULA MARIA CHEREM LUFT ME.

Após análise dos motivos expostos na impugnação, verificou-se que assiste razão à impugnante pelos motivos que pugna, em especial, o fato de que no objeto, consta o seguinte:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA FÍSICA INTERNA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL - PA E AS DEPENDÊNCIAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, (SALAS, COZINHA, BANHEIROS, ESCADARIA, CORREDORES E AFINS) E EXTERNA (CALÇADAS, ESCADARIAS E AFINS), SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

E o serviço a ser contratado é:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA NOS PRÉDIOS DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA DECISÃO

Por todo o exposto acima, baseado no artigo 49 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, decido pela anulação do processo em epígrafe, levando em consideração que o fato apontado pode ter afugentado possíveis interessados, que ao lerem o objeto, podem ter desistido da licitação por acreditarem que o edital não pertencia ao seu ramo de atividade.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina;

Determino ainda, que a impugnante seja comunicada desta decisão.

Canoinhas, 26 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Pregão Eletrônico Nº 0162/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0162/2011

OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, para o ano letivo de 2012, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC), e Recursos Próprio.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 11:00 horas, para abertura às 11:05 horas do dia 18/01/2012.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço www.cidadecompras.com.br

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 28 de dezembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Contrato 0228/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0228/2011

Pregão Presencial 0148/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: INSTITUTO BARRIGA VERDE

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, objetivando a elaboração e execução de PROCESSO SELETIVO para contratação dos cargos constantes do ANEXO I, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas, recursos próprios.

VALOR R\$: 10.700,00

VIGÊNCIA: 26/12/2011 A 31/03/2012

Termo Aditivo 002/2011 - Contrato Superior 0119/2008

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 002/2011

CONTRATO SUPERIOR 0119/2008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CHIAMOLERA & BARISON - ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 26/12/2011 A 31/12/2012

Edital Processo Seletivo 042/2011 - PROFESSOR / CECON / FME

EDITAL N.º 042, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre inscrições e estabelece normas para o processo seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei n.º 2.178, de 23 de setembro de 1999, Lei Complementar n.º 045, de 12 de dezembro de 2000, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração direta e indireta do Município de Capinzal, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo de Provas, e Provas e Títulos, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade do Instituto O Barriga Verde inscrito no CNPJ sob o n.º 08.072.361/0001-55, sito à rua Coronel Feddersen, 1381, 2º Andar, Sala 01, CEP 89190-000 - Taió (SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário das vagas constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, durante o ano de 2012.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas no período de 26 de dezembro de 2011 à 06 de janeiro de 2012, em sala exclusiva no andar térreo do Centro Administrativo Municipal Prefeito Silvio Santos, sito à rua Carmelo Zocolli, 155, Centro, Capinzal, de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição neste processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes no Anexo I deste Edital. A descrição das atribuições de cada cargo encontra-se no Anexo II do Edital.

2.4. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.4.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.4.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o cargo/função, conforme o Anexo I;

2.4.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.4.4. Ser portador de CPF válido;

2.4.5. Gozar de boa saúde;

2.4.6. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.4.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.4.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao cargo que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.4.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos.

2.5. Será cobrada taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00 para os cargos de nível de formação superior e no valor de R\$ 20,00 para os demais cargos.

2.6. O candidato deverá efetuar o recolhimento da importância relativa à taxa de inscrição diretamente na conta corrente nº 181-2, agência nº 1071-5, operação 006, exclusivamente nas agências da Caixa Econômica Federal ou na rede de lotéricas e correspondentes "Caixa Aqui" em nome da Prefeitura Municipal de Capinzal, sendo expressamente vedado o recolhimento na modalidade "entrega de envelopes" através dos caixas eletrônicos de auto atendimento.

2.7. Será considerada cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem cobertura ou que cometer outra irregularidade que impossibilite o desconto do respectivo cheque ou que fizer agendamento de pagamento sem a devida provisão de fundos.

2.8. O candidato que comprovar residência no município de Capinzal e sua condição de desempregado, terá isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei municipal n.º 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.8.1. Para comprovar a condição de desempregado, o candidato deverá apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou certidão da Previdência Social.

2.8.2. Para comprovar residência no município de Capinzal, o candidato deverá apresentar comprovante de residência em seu nome ou declaração equivalente, firmada pelo próprio candidato, assegurando a veracidade da declaração.

2.9. Caso seja aprovado e contratado, o candidato terá descontado o valor equivalente à taxa de inscrição em duas parcelas mensais, iguais e sucessivas de seus vencimentos, nos termos da Lei municipal n.º 2.719, de 04 de outubro de 2006.

2.10. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função descrito no Anexo I, deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para contratação do candidato.

2.11. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.12. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.14. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.15. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do processo seletivo por conveniência da Administração Pública.

2.16. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.17. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal;

2.18. No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar cópia autenticada da titulação.

2.19. A titulação aplica-se apenas para os cargos de Nível Superior.

2.20. O candidato que comprovar sua condição de doador de sangue nos termos da Lei municipal n.º 2.992, de 14 de dezembro de 2011, terá isenção da taxa de inscrição.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, devendo assinalar sua condição especial no item específico do requerimento de inscrição.

3.2. Será reservada vaga para o candidato portador de necessidade especial para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada

vinde candidatos, equivalente a cinco por cento (5%) das vagas a serem ofertadas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal, Decreto federal nº 3.298, de 1999 e suas alterações, Decreto federal nº 5.296, de 2004 e suas alterações, Lei estadual nº 12.870, de 2004 e Lei federal nº 7.853, de 1989.

3.3. A publicação do resultado final do presente certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais e a segunda, somente a pontuação destes.

3.4. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

3.5. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei estadual nº 12.870/2004 e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.6. O candidato com deficiência deverá entregar no ato da inscrição cópia do laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 3.6, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional - Junta Médica Oficial do Município de Capinzal - conforme Decreto federal nº 3.298/1999 e Decreto federal nº 5.296/2004, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9. O candidato com deficiência participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile deverá requerer no ato da inscrição.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma

hipótese.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV deste Edital e estarão disponíveis no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e na internet, no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

V – DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste processo seletivo serão contratados em caráter temporário, durante o ano de 2012, conforme dispõe a Lei n.º 2.178, de 23 de dezembro de 1999.

5.1.1. Os candidatos classificados serão contratados em caráter temporário, conforme o calendário escolar estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

5.2. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e ao Regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

VI – DAS PROVAS

6.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, constará do seguinte:
a) prova objetiva de conhecimentos e títulos para todos os cargos;

6.2. Todos os candidatos de cada cargo deverão realizar a prova no mesmo dia, horário e local, conforme o cronograma constante do Anexo IV deste Edital, sendo que as provas não poderão ser realizadas individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital ou em suas alterações posteriores.

6.3. As provas serão realizadas na Escola Municipal Viver e Conhecer, sito à rua Grácia Gramazzio Pereira de Lima, Capinzal (SC), dia 14 de janeiro (sábado) de 2012 com início às 9:00 horas, para todos os cargos;

6.4. As provas serão realizadas em etapa única de três (3) horas de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.5. Os candidatos deverão estar no local das provas com antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação ao início da mesma.

6.6. É vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.7. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

6.7.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade;

carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.7.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.7.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.7.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.7.5. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.7.6. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.8. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.09. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no processo seletivo. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.10. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.11. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma (1) hora de seu início.

6.12. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão – resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

6.13. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local, simultaneamente.

6.14. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital.

6.15. O candidato que desejar obter o teor das provas após a realização do processo seletivo, poderá fazê-lo protocolando pedido na prefeitura de Capinzal que encaminhará para a empresa que marcará dia e horário para o candidato retirar o caderno de provas na sede do Instituto O Barriga Verde inscrito no CNPJ sob o n.º 08.072.361/0001-55, sito à rua Coronel Feddersen, 1381, 2º Andar, Sala 01, CEP 89190-000 - Taió (SC), podendo ser retirada somente pelo candidato ou por procurador devidamente documentado em cartório.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de conhecimentos gerais e específicos, conforme ementa das disciplinas constantes do Anexo III, parte integrante deste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de trinta (30) questões, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina será a seguinte:

7.3.1. Para todos os cargos será:

TABELA A			
DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	05	0,2	1,00
Matemática	05	0,4	2,00
Conhecimentos Gerais	05	0,2	1,00
Conhecimentos Informática	05	0,2	1,00
Conhecimentos Específicos	10	0,5	5,00
Total	30		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 1 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. Será considerado aprovado na prova objetiva de conhecimentos o candidato que obtiver nota igual ou superior a quatro (4,0).

7.9. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir do primeiro dia útil após a realização da referida prova, no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br e no Mural do Centro Administrativo Municipal.

7.10. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.10.1. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sala de prova e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

7.10.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do processo seletivo, bem como o gabarito oficial definitivo, na ocorrência de recurso procedente.

7.11. Toda questão que venha ser anulada será computada como

resposta correta para todos os candidatos.

VIII – DA TITULAÇÃO

8.1. Será considerada a seguinte pontuação:

- a) Pós graduação: 1,00 – Um Ponto;
- b) Graduação: 1,00 – Um Ponto;

IX – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a quatro (4,0) na prova objetiva.

9.2. A nota final será calculada da seguinte maneira:

9.2.1. Para todos os cargos a Nota Final será a soma dos respectivos acertos de acordo com o peso:

$$Na\ CE(0,5) + Na\ CG(0,2) + Na\ LP(0,2) + Na\ M(0,4) + Na\ I(0,2) = NF$$

Em que:

Na CE= número acertos conhecimentos Específicos

Na CG= número acertos conhecimentos Gerais

Na LP= número acertos Língua Portuguesa

Na M= número acertos Matemática

Na I= número acertos Informática

NF= Nota Final

9.2.2. Para todos os cargos de acordo com o item 8.1. letras “a” e “b” serão contados 02 (dois) pontos, sendo 01(um) ponto para cada titulação.

9.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

9.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota de conhecimentos específicos;
- b) maior nota de conhecimentos gerais;
- c) o de maior habilitação;
- d) o de maior idade.

X – DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do processo seletivo, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos máximos estipulados no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

10.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado em duas vias e assinadas;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes;
- d) conter nome do candidato, CPF, cargo para o qual se inscreveu e número de inscrição.

10.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Centro Administrativo Municipal, cabendo à Comissão Especial do Processo Seletivo a apreciação, juntamente com a equipe técnica do Instituto O Barriga.

10.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

10.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

10.6. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente.

10.7. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

10.8.1. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.8.2. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

10.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do processo seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Murai Público do Centro Administrativo Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal e no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br.

XII – DA CONTRATAÇÃO

12.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o cargo, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;
- e) Cópia dos seguintes documentos:
 1. Documento de Identidade (RG)
 2. Cadastro de Pessoa Física
 3. Certidão de Casamento
 4. Certidão de Nascimento de Filhos
 5. Carteira de Trabalho
 6. uma (01) foto 3x4.
 7. Atestado de boa conduta.
 8. demais documentos, conforme especificação do cargo, descrito no Anexo I deste Edital.

12.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

12.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

12.4. As convocações iniciarão após a publicação da homologação do Processo Seletivo no jornal oficial do município e poderão ocorrer a partir de da homologação dos aprovados.

XIII – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Delega-se competência ao Instituto O Barriga Verde inscrito para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) constituir comissão interna do Processo Seletivo e designar bancas examinadoras, conforme a necessidade.

XIV – DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

15.2. Este processo seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2012.

15.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, conforme a necessidade, a conveniência, oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

15.4. O candidato classificado no processo seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

15.5. A classificação no processo seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

15.6. Será excluído do certame, por ato do Instituto O Barriga Verde o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

15.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

15.8. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.9. O gabarito da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br

sc.gov.br e no Mural Público do Centro Administrativo Municipal.

15.10. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pelo Instituto O Barriga Verde e pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Capinzal.

15.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Dos Cargos, Salários e Habilitações Mínimas;
ANEXO II – Das Atribuições do Cargo;
ANEXO III – Do Conteúdo Programático;
ANEXO IV – Do Cronograma Previsto.

15.12. Será publicado o presente Edital para fins de publicidade, sendo que o mesmo estará disponível no Mural Público do Centro Administrativo Municipal e no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br, a partir do dia 26 de dezembro de 2011.

Capinzal, 26 de dezembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

DOS CARGOS, VENCIMENTOS E HABILITAÇÕES

PROFESSOR			
CARGO	VAGAS	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor de Educação Física	01	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Geografia	01	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de História	01	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Arte	01	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Letras (Língua Portuguesa)	01	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Letras (Língua Inglesa)	Cadastro de Reserva	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Ciências	01	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Matemática	Cadastro de Reserva	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida
Professor de Pedagogia - Séries Iniciais do Ensino Fundamental	02	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério
Professor de Pedagogia - Educação Infantil	03	R\$ 733,08*	Ensino Superior completo na área ou, a partir da 6ª fase da habilitação escolhida, ou Ensino Médio Magistério

CECON – INSTRUTORES TÉCNICO

Artes Cênicas	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Dança	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Bijuteria	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Arte Aplicada	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Canto	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Customização	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Culinária	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Informática	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo e cursos específicos na área
Reciclagem	01	R\$ 504,10**	Ensino Fundamental completo e cursos específicos na área
Recreação	01	R\$ 504,10**	Ensino Médio completo ou cursando Educação Física e cursos específicos na área

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME
TÉCNICOS DE ATIVIDADES DESPORTIVAS**

Futsal Treinamento	01	R\$ 733,08***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Futsal Escolinha	01	R\$ 733,08***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Voleibol Escolinha	01	R\$ 733,08***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Futebol Escolinha	01	R\$ 733,08***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Haecon – Do Escolinha	01	R\$ 601,69***	Ensino médio completo e cursos específicos da modalidade
Bocha Treinamento	01	R\$ 601,69***	Ensino médio completo e cursos específicos da modalidade
Xadrez Escolinha	01	R\$ 733,08***	Ensino superior completo ou, a partir da 6ª fase em Educação Física
Tênis de Mesa Escolinha	01	R\$ 601,69***	Ensino médio completo e cursos específicos da modalidade

* O valor dos vencimentos deste anexo corresponde a uma carga horária de 20 horas/semanais, para Instrutores do Projeto CECON; as vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal.

** O valor dos vencimentos constantes deste Anexo é proporcional à carga horária de 20 horas/semanais para o cargo de Professor Nível 1 (Ensino Superior completo). Para o Professor Nível Especial 1 (Ensino Superior incompleto ou apenas com Magistério), o valor é de R\$ 601,69 para 20 horas/semanais. As vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal.

***O valor dos vencimentos deste anexo corresponde a uma carga horária de 20 horas semanais; as vagas poderão ser oferecidas com carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, conforme a necessidade do serviço público municipal (FME).

ANEXO II**DAS ATRIBUIÇÕES A TODOS OS CARGOS**

São atribuições funcionais obrigatórias a todos os cargos: ser responsável, assíduo, flexível e comprometer-se com a proposta da instituição que escolheu; cumprir o horário estipulado pelo responsável pelo estabelecimento; comunicar com antecedência às faltas que porventura esteja sujeito; avisar a instituição com antecedência se precisar se ausentar do serviço e apresentar atestado médico no prazo de 24 horas; zelar pela conservação dos equipamentos e materiais da instituição primando pela economia; respeitar a hierarquia da repartição; zelar pelo nome do estabelecimento dentro e fora dele; comunicar ao chefe imediato qualquer ocorrência considerada anormal (psicológica, moral e física); manter um bom clima de trabalho e colaboração com toda a equipe tratando a todos com respeito; apresentar-se utilizando vestimenta adequada à sua função e quando for o caso utilizar uniforme solicitado; participar e auxiliar na realização de atividades, promoções e festividades previstas e organizadas pelo respectivo setor e também o que estiver previsto em calendário e/ou estatuto dos Servidores Públicos; não fazer uso de celulares para tratar de questões pessoais em horário de trabalho.

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS AO CARGO:**01 – PROFESSOR**

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimentos conforme PPP; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem. Participar de todas as atividades previstas em calendário, encontros de estudos e conselhos de classe, mesmo que não estejam em seu horário de trabalho, atender ao chamado da escola sempre que necessário para cumprir com atividades inerentes à função.

02 – INSTRUTORES TÉCNICOS DO PROJETO CECON

Transmitir conhecimentos acerca das atividades de acordo com a função escolhida, ser capaz de trabalhar coletivamente, planejar, orientar, controlar e supervisionar a realização das atividades. Desenvolvendo um trabalho de caráter sócio-educativo, respeitando a individualidade, promovendo a auto regulação e desenvolvendo habilidades com vistas para o equilíbrio emocional, a valorização pessoal e a sustentabilidade econômica familiar.

03 – TÉCNICO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS - FME

Desenvolver atividades desportivas, disciplina esportiva, recreação esportiva e eventos esportivos; desenvolver e elaborar projetos esportivos e outras tarefas correlatas ao seu cargo.

ANEXO III**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****1. CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS CARGOS**

DISCIPLINA	CONTEÚDOS
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância, Fonética, Formação de Palavras, Linguagem Figurada, Discurso Direto e Indireto, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos e Gramática em geral.

Matemática	Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos, geográficos e econômicos do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do município de Capinzal; Atualidades relativas ao Brasil e Mundo, ao Estado de Santa Catarina e ao município de Capinzal.
OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o nível de ensino exigido para o cargo.	

2. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR CARGO

02.1 – PROFESSOR DE ARTE

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História do Ensino da Arte no Brasil; Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; História da Arte; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística – Relação Forma e Configurações Expressivas; LDB, parâmetros curriculares nacionais e PCN de arte.

02.2 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; Educação, trabalho, saúde e lazer; Educação física na perspectiva interdisciplinar; Conteúdos e metodologias; Dança, música, avaliação; LDB E PCN de educação física.

02.3 – PROFESSOR DE GEOGRAFIA

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio-espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia.

02.4 – PROFESSOR DE HISTÓRIA

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo; História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; LDB, PCN de história.

02.5 – PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: V Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento; Linguagem como Meio de Comunicação; Linguagem como Processo de Interação; Implicações na Prática Pedagógica; Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação; Alternância dos Sujeitos, dos Locutores; Epilingüismo

– Metalingüismo; Texto/Discurso/Condições de Produção; Autoria; Gêneros do Discurso; Fenômenos Constitutivos da Linguagem; Prática de Análise Lingüística; Literatura; LDB, PCN de língua portuguesa.

02.6 – PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade, Polissemia e Duplo Sentido, Intertextualidade e Incompletude; Gênero do Discurso, Texto/Discurso/Condições de Produção; Concepções de Linguagem; O uso da Língua Estrangeira na Escola; Concepção de Conteúdos; Metodologia do Ensino da Língua Estrangeira; O Ensino de Língua para a Comunicação; Dimensões Comunicativas no Ensino de Inglês; Construção da Leitura e da Escrita da Língua Estrangeira; A linguagem Oral do Inglês; Aspectos Gramaticais da Língua Inglesa; LDB, PCN de língua inglesa.

02.7 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas – moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais; Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental; LDB, PCN de ciências, avaliação de planejamento de ensino, interdisciplinaridade no trabalho pedagógico.

02.8 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: progressões, funções, logaritmos, polinômios, sistemas lineares, binômios de Newton, análise combinatória, estatísticas e probabilidades, geometria analítica e números complexos; LDB, PCN de matemática.

02.9 – PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Conteúdos de Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Português, Matemática, História, Geografia e Temas Transversais. Planejamento do Ensino, Interdisciplinaridade no Trabalho Pedagógico. Avaliação de Ensino. A relação Ensino – Aprendizagem numa Visão Construtivista Sócio – Interacionista e LDB.

02.10 – PROFESSOR DE PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

a) Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil.

02.11 - INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

a) Conhecimentos Específicos: Conceitos gerais da área. Sistemas Operacionais; Windows XP/Vista/Seven; Noções de Hardware. Instalação e Desinstalação de componentes e programas; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, Office 2003 e 2007, Internet e Correio Eletrônico. Noções básicas de MS-DOS.

02.12 - INSTRUTOR DE RECREAÇÃO

a) Conhecimentos Específicos: Concepções de ensino e

aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas, xadrez, danças entre outros, Conhecimentos do ECA, Direitos Humanos, Lei 9394/96 – LDB.

02.13 - INSTRUTOR DE BIJUTERIA

a) Conhecimentos Específicos: Técnicas de elaboração, criação e fabricação de bijuterias; instrumentos e materiais; conservação dos materiais utilizados na fabricação de bijuterias; espécies de bijuterias. Relacionamento pessoal com as autoridades municipais, com os servidores públicos e com os munícipes; Outros conhecimentos inerentes à função, noções do ECA, noções de LDB e Direitos Humanos.

02.14 - INSTRUTOR DE CULINÁRIA

a) Conhecimentos Específicos: A Gastronomia no Brasil e sua História. Noções de preparo de alimentos, conhecimento da higienização e desinfecção de utensílios e do local de trabalho, noções de armazenamento de gêneros alimentícios, nutrição e reaproveitamento de alimentos. Noções de limpeza e higiene. Lixo Orgânico e Reciclagem; Noções básicas de Informática.

02.15 - INSTRUTOR DE CUSTOMIZAÇÃO

a) Conhecimentos Específicos: Conhecimentos Básicos e manuseio de máquina de costura, tipos de Tecidos, Linhas, Modelos, Tipos de Roupas, conhecimentos básicos de moldes, noções fundamentais sobre os materiais a utilizar, características e, desenho de moldes para confecção e de aplicação de moldes sobre tecidos e customização, patch work, pontos básicos de costura manual e noções do ECA e Direitos Humanos.

02.16 - INSTRUTOR DE ARTE APLICADA

a) Conhecimentos Específicos: Conhecimento de técnicas e materiais utilizadas para o trabalho com: biscuit, pintura em tecido, cerâmica, madeira, vidro, gesso, tela, cesta rias, metais, decoração em vela, EVA, mosaicos, trabalhos com sisal, artes decorativas e noções do ECA e Direitos Humanos.

02.17 - INSTRUTOR DE RECICLAGEM

a) Conhecimentos Específicos: Técnicas de reciclagem de materiais; o que se recicla; coleta seletiva; manuseio de recicláveis; impacto ambiental do lixo reciclável; destinação adequada de materiais recicláveis e noções do ECA e Direitos Humanos.

02.18 - INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS

a) Conhecimentos Específicos: História da arte cênica, comédia e drama, importância da dicção para oratória, oratória, improvisação livre, estilos de dança, conhecimento dos fundamentos técnicos e teóricos da dança, concepções básicas da dança moderna e contemporânea, trabalho corpóreo da técnica da dança moderna e contemporânea, noções espaço cênico, cenografia, iluminação, adereços, figurino, peça teatral, coreografia e noções do ECA e Direitos Humanos.

02.19 - INSTRUTOR DE CANTO

a) Conhecimentos Específicos: História da música, Partituras, Notas e Compassos, técnicas básicas de canto, prática de canto individual e canto, formação e preparação de um coro, leitura musical em conjunto, afinação e percepção rítmica, conhecimento sobre obras eruditas, folclóricas e populares, nacionais e internacionais em diferentes períodos da música. Tipos de Instrumentos e funcionalidades. Comunicações e seus componentes.

02.20 - INSTRUTOR DANÇA

a) Conhecimentos Específicos: História da arte da dança, importância da dança, estilos de dança, conhecimento dos fundamentos técnicos e teóricos da dança, concepções básicas da dança

moderna e contemporânea, trabalho corpóreo da técnica da dança moderna e contemporânea, noções do ECA e Direitos Humanos.

02.21 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS - FUTSAL TREINAMENTO

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física FUTEBOL DE SALÃO: Regras; Regulamentos; Competições; Sistemas Ofensivos; Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

02.22 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS - FUTSAL ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física FUTEBOL DE SALÃO: Regras; Regulamentos; Competições; Sistemas Ofensivos; Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

02.23 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS - VOLEIBOL ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física. VOLEIBOL: Regras, Sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. Noções básicas de Informática.

02.24 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS - HAECON DO ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Histórico, filosofia, regras, Técnicas de defesa pessoal. LDB e PCN de educação física. Noções básicas de Informática.

02.25 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS - BOCHA TREINAMENTO

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; BOCHA: Origem, História, Bocha no Brasil, Regras Oficiais Sulamericana e Paulista: normas e instruções de jogo, modalidades, dimensões da quadra, tipos de jogadas, marcação, jogadores, categorias e histórico.

02.26 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS – FUTEBOL ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; LDB e PCN de educação física FUTEBOL: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

02.27 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS – TÊNIS DE MESA ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação

física e qualidade de vida; TENIS DE MESA: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. Noções básicas de Informática.

02.28 - TÉCNICO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS - XADREZ ESCOLINHA

a) Conhecimentos Específicos: A produção histórica do conhecimento de que trata a educação física; concepções de aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; XADREZ: Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. Noções básicas de informática.

ANEXO IV

DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Divulgação do Edital	26/12/2011
Período de Inscrições	26/12/2011 à 06/01/2012
Divulgação da Homologação das Inscrições	09/01/2012
Recurso quanto às Inscrições	09 e 10/01/2012
Homologação Final das Inscrições (se houver)	12/01/2012
Realização das Provas	14/01/2012
Divulgação do Gabarito Provisório	16/01/2012
Recursos quanto ao Gabarito	16 e 17/01/2012
Divulgação dos Aprovados	23/01/2012
Recurso quanto à Classificação	23 e 24/01/2012
Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo (após recursos)	26/01/2012
Homologação do Processo Seletivo	26/01/2012

Homologação de Inscrições - CONCURSO PÚBLICO Nº 041/2011

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES - CONCURSO PÚBLICO Nº 041/2011

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

INSC.	NOME	DATA NASC.
001	Juliana Godoy	29/09/1989
002	Aline Urbano de Moraes	13/10/1983
003	Paulo Joaquim Gralha Bragatto	01/09/1986
004	Laudy Antonio Steffens Junior	23/12/1988
005	José Gabriel Casagrande Dambrós	10/08/1987

TOTAL: 05

Capinzal SC, 26 de dezembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário de Administração e Finanças.

Termo de Retificação Edital 042/2011

RETIFICAÇÃO N.º 01

EDITAL N.º 042, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base no item 15.1 das disposições Gerais, resolve RETIFICAR:

1. O item 7.2, do edital 042/2011, passa a ter o seguinte teor:

7.2. A prova de conhecimentos será objetiva e constará de trinta (30) questões, sendo que apenas uma (1) estará correta.

2. Fica Incluído ao anexo I do Edital a quantidade mínimas de vagas a serem oferecidas neste certame.

3. Os demais itens e normas do edital permanecem inalteradas.

Capinzal, 27 de dezembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente retificação na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Edital 928/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 928/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJG9600	55037850D	6920/0	16/11/2011	233
IMI9761	55037974D	5010/0	24/11/2011	162 * I
LZH1504	55037712D	5010/0	07/11/2011	162 * I
LZH1504	55037713D	5061/0	07/11/2011	163 c/c 162 * I
LZH1504	55037715D	6556/4	07/11/2011	230 * I
LZH1504	55037957D	6610/2	07/11/2011	230 * VII
LZH1504	55037958D	6599/2	07/11/2011	230 * V
MAA5419	55037846D	6920/0	16/11/2011	233
MAO2903	54943492C	5010/0	10/11/2011	162 * I
MAO2903	54943492C	5061/0	10/11/2011	163 c/c 162 * I
MAO2903	54943494C	6599/2	10/11/2011	230 * V
MBL6536	55037955D	6599/2	04/11/2011	230 * V
MBL6536	55037956D	6556/5	04/11/2011	230 * I
MBT3846	55071095B	6599/2	10/11/2011	230 * V
MCV9088	55038056D	6599/2	11/11/2011	230 * V
MCV9088	55038057D	6610/2	11/11/2011	230 * VII
MDG4987	55037843D	6920/0	16/11/2011	233
MDJ2467	55038054D	5061/0	10/11/2011	163 c/c 162 * I
MDJ2467	55038055D	5010/0	10/11/2011	162 * I
MFI6070	55037842D	6920/0	16/11/2011	233
MGZ8398	55037759D	5010/0	09/11/2011	162 * I
MGZ8398	55037760D	5061/0	09/11/2011	163 c/c 162 * I
MGZ8398	55037761D	6599/2	09/11/2011	230 * V
MHU3463	55037849D	6920/0	16/11/2011	233
MHU3463	55037858D	6599/2	06/11/2011	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 929/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 929/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADX3383	55269753D	5541/2	24/11/2011	181 * XVII
AIA1317	55269691D	5541/2	28/10/2011	181 * XVII
AJH1677	55038004D	6530/0	13/11/2011	228
AMV3291	55269690D	5541/2	27/10/2011	181 * XVII
LWZ1976	55037973D	7455/0	24/11/2011	218 * I
LXG7168	55269700D	5541/2	01/11/2011	181 * XVII
LXR2455	55037971D	5967/0	24/11/2011	203 * V
LYT1302	55071094B	7072/2	10/11/2011	244 * V
LZK0372	55269704D	5541/2	03/11/2011	181 * XVII
MAD8905	55269706D	5541/2	04/11/2011	181 * XVII
MGX1806	55037972D	5185/1	24/11/2011	167
MHJ5817	55269755D	5541/2	24/11/2011	181 * XVII
MIS9825	55269692D	5541/2	29/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital 930/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 930/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBQ1964	55037821D	6920/0	17/10/2011	R\$ 127,69	233
MDA2545	54942910C	6599/2	24/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDA2545	54942911C	6653/1	24/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MIL9859	55037827D	6920/0	21/10/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2011

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

Edital 931/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 931/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDA2545	54942907C	7056/1	24/09/2011	R\$ 191,53	244 * III
MDA2545	54942908C	7056/1	24/09/2011	R\$ 191,53	244 * III
MDA2545	54942909C	5207/0	24/09/2011	R\$ 53,20	169
MHI7453	55269604D	5541/2	08/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2011

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 02 ao Edital Tomada de Preços Nº 42/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 02 AO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 42-2011 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa do ramo de engenharia para a prestação de serviços de assessoria e consultoria para a elaboração do PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico, neste Município de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" do Edital, foi alterado.

Ficando desta forma alterado o prazo de recebimento do envelope 01 - Documentação, dos interessados não cadastrados para o dia 17/02/2011, às 16h00min, e o prazo até as 16h00min do dia 23/02/2012 para entrega dos envelopes 01 - Documentação, 02 - Proposta Técnica e 03 - Proposta de Preços de todos os interessados cadastrados e para a entrega dos envelopes 02 - Proposta Técnica e 03- Proposta de Preços dos interessados não cadastrados, sendo que o início da abertura dos envelopes se dará às 08h30min do dia 24/02/2012.

Informações complementares: o Edital e as alterações em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 26 de dezembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 355

RESOLUÇÃO Nº 355, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

Constitui Comissão Especial.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para análise e parecer ao Veto Parcial, que veta o inciso XXI do art. 33 do Projeto de Lei Complementar nº 28/2011, enviado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º Nomear os Vereadores Alaor Antônio Camillo, Dirceu Biondo e Leocir D. Zanella, para comporem a Comissão.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 8 (oito) dias para apresentação do parecer.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 87/2011

LEI COMPLEMENTAR N. 87/2011

"ALTERA O INCISO III DO ART. 6 E ART. 7 DA LEI COMPLEMENTAR N. 43/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados o inciso III, do art. 6 e o art. 7 da Lei Complementar n. 43/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6 ():

() ;

III - tenha proteção natural, no mínimo em 15 (quinze) metros em cada margens dos córregos e rios que cruzam a propriedade; () .

Art. 7. Os serviços de melhorias nas estradas internas das propriedades rurais e de terraplenagem de aviários, pocilgas e estábulos terão incentivos especiais, com o objetivo de se evitar a evasão dos agricultores, sendo:

a) o cascalhamento e a rolo compactação em estrada interna da propriedade rural que dê acesso a produção terá o desconto de até 70% (setenta por cento) incidente sobre o valor total das horas trabalhadas, sendo concedido o desconto de 10% (dez por cento) a cada item previsto na alínea □b' do artigo anterior, devidamente comprovado pelo contribuinte;

b) terraplenagem de aviário de até 50m de comprimento terá até 20 (vinte) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

c) terraplenagem de aviário de até 100m de comprimento terá até 40 (quarenta) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

d) terraplenagem de aviário de até 150m de comprimento terá até 60 (sessenta) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

e) terraplenagem de aviário de até 200m de comprimento terá até 80 (oitenta) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

f) terraplenagem de pocilgas de até 50m de comprimento, terá até 20 (vinte) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

g) terraplenagem de pocilgas de até 100m de comprimento, terá até 40 (quarenta) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

h) terraplenagem de pocilgas de até 150m de comprimento, terá até 60 (sessenta) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

i) terraplenagem de estábulos de até 50m de comprimento, terá até 30 (trinta) horas de incentivo sobre o total do preço dos serviços prestados;

§ Único - os serviços de terraplenagem que excederem a quantidade de horas incentivadas, serão cobrados conforme a regra estabelecida na alínea □b' do artigo 6 desta Lei Complementar

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes da alteração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

Lei Nº 981/2011

LEI N.981/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE REDE DE ÁGUA DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PILÃO DE PEDRA/IPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação toda a infra-estrutura e instalações da rede de água da Associação de Moradores das localidades de Pilão de Pedra e Ipiranga, conforme deliberado em assembléia geral registrada na Ata n.05 de 13 de dezembro de 2011.

Art. 2º - A partir de 1º de janeiro de 2012, os serviços de abastecimentos e administração na distribuição de água aquelas comunidades passará ao Município, o qual assumira todos os encargos do serviço.

Parágrafo único - Cabe ao Município além do correto tratamento da água a ser fornecida, efetuar reparos caso se faça necessário, efetuar a leitura de consumo de água e emitir a correspondente fatura de cobrança, bem como ampliar a distribuição conforme for evoluindo a necessidade de beneficiados.

Art.3º - A presente doação é feita de forma irrevogável, devendo o departamento competente incluir como patrimônio municipal.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta SC, 23 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Lei Nº 982/2011

LEI Nº 982/2011

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE MÁQUINA AGRÍCOLA E CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES "NASCEM DO SOL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º . Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso, de bem móvel, Máquina Agrícola, a título gratuito, até 31 de dezembro de 2012, à Associação de Agricultores Nascer do Sol, inscrita no CNPJ sob n.º 14.748.061/0001-46, com sede na localidade Linha Alto Ipiranga, interior do Município de Cordilheira Alta/SC, do seguinte bem de propriedade do Município:

I - "trator agrícola de pneus, plataforma, com câmbio lateral, torque de 1.400 RPM, 4 cilindros, embreagem mecânica, transmissão sincronizada 12 x 12, TDP de 540 RPM, sistema hidráulico com bombas, sistema de direção hidrostática, freios e disco banhado a óleo, pneus dianteiros 12.4 x 24 e traseiros 18.4 x 34, modelo A950, série - A9500244037, motor EV84631, marca Valtra, registrado no patrimônio do Município sob o n. 003750".

Art. 2º . As despesas com manutenção, guarda, combustíveis e operadores decorrentes da utilização do equipamento serão de exclusiva responsabilidade da permissionária, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo.

Parágrafo Primeiro - Os funcionários contratados por essa Associação, não terão vínculo com a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Segundo - Será de competência da Associação, fazer o seguro da máquina e equipamentos.

Art. 3º . A permissionária poderá cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região.

Art. 4º . A restituição do bem ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujos bens deverão ser entregues em condições ideais de uso.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro mensal, mediante assinatura de convênio, para aquisição de óleo diesel, e manutenção das ações da Associação Nascer do Sol, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com vigência da data de assinatura do Convênio até 31 de dezembro de 2012.

Art.6º. A entidade deverá prestar contas de cada parcela recebida de acordo com a legislação atual que regem as normas da contabilidade e auditoria.

Art.7º. O respectivo Termo de Permissão de uso firmado regulará o uso dos bens de que trata esta Lei.

Art.8º. Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art.9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta SC, 27 de dezembro de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Lei Nº 983/2011

LEI Nº 983/2011

"AUTORIZA AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO À COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado conceder auxílio financeiro, através de convênio, à Associação Alternativa da Agricultura Familiar, cooperativa, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n.º 00.648.563/0001-90, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Primeiro - A quantia se destina ao custeio de projeto de engenharia para construção de Usina de Beneficiamento de Leite, a ser instalada na Comunidade de Linha Campina do Gregório, Município de Cordilheira Alta/SC, vedada sua utilização para outro fim.

Parágrafo segundo - O repasse será efetuado em uma única parcela, no prazo de até trinta dias após a publicação da presente lei.

Art. 2º. A entidade deverá prestar contas de cada parcela recebida de acordo com a legislação atual que regem as normas da contabilidade e auditoria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 27 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº 533/2011

PORTARIA N.º 533/2011, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor, Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Retificação do Edital

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/PMF/2011, 26/FMS/2011 e 11/FMA/2011

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/PMF/2011, 26/FMS/2011 E 11/FMA/2011 que tem por objetivo a aquisição de combustíveis (gasolina e óleo diesel), para consumo na frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha/SC, durante o exercício de 2012.

A devida retificação se dá na data de abertura dos processos licitatórios em função da não publicação dos mesmos. Em virtude dos fatos, considera-se nova data de abertura destes processos licitatórios conforme lei vigente.

Data de abertura: 09 de janeiro de 2012, as 10:00 horas.

Edital alterado e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal “26 de Abril” Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 27 de dezembro de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0379/2011

DECRETO Nº 0379, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.308.343,03 (um milhão, trezentos e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e três centavos), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0322 (56) R\$ 60.000,00

12.361.0007.1.013 - Construção/Reforma de Quadras e /ou Ginásios Esportivos para o Ensino Fundamental

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (49) R\$ 395.720,13

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (295) R\$ 782.622,90

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0322 (84) R\$ 70.000,00

Total R\$ 1.308.343,03

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172401 - Transferência dos Recursos do FUNDEB R\$ 912.622,90
417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 395.720,13

Total R\$ 1.308.343,03

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2289/2011

PORTARIA N.º 2.289 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 005.236.599-97, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 03 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2290/2011

PORTARIA N.º 2.290 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 2.280/2011

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2.280 de 22 de dezembro de 2011, que prorrogou a ampliação da carga horária da servidora SIMARA CRISTINA FERREIRA DE DEUS SARTURI, no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, alterando a carga horária de 20 (vinte) para 32 (trinta e duas) horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 2.280 de 22 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
27/12/2011	Fundo Nacional de Assistência Social	PTMC	1.735,16
27/12/2011	Ministério da Educação	Salário Educação	109.039,57

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.599/2011

LEI N.º 1.599, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Fiscal de Tributos, dos Quadros I - Efetivos e III - Função e Habilitação, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar com remuneração de R\$ 770, 00 (setecentos e setenta reais).

Art. 2º. Fica extinto o cargo de Diretor Operacional de Infra-Estrutura, do Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655/99.

Art. 3º. Fica extinta, 01 (uma) vaga, para o cargo de Chefe de Divisão, do Quadro II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655/99.

Art. 4º. O Quadros II - Comissionados, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar acrescido de 02 (duas) vagas para o cargo de Diretor.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.600/2011

LEI N.º 1.600, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.120, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica extinta a "Divisão de Recursos Humanos", do artigo 20, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 2º. O artigo 20, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido de "Divisão de Procedimentos Administrativos".

Art. 3º. Fica extinta a "Diretoria Operacional de Infra-Estrutura", do artigo 26, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 4º. O artigo 26, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido da "Diretoria de Infra-Estrutura".

Art. 5º. Fica extinta a "Chefia de Assistência Social", do artigo 38, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 6º. O artigo 38, da Lei Municipal n.º 1.120, de 15 de fevereiro de 2007, passa a vigorar acrescido de "Diretoria de Proteção Social Básica", destinada a gerenciar ações de proteção social básica e inclusão social de forma integrada a Rede Socioassistencial, bem como com as demais políticas intersetoriais, visando a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 200/2011

DECRETO N.º 200, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 31.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	31.200,00
10301252.073 - Func. E Manutenção do Setor Saúde	30.200,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	12.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	13.200,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
10301252.074 - Manut. Do Samu	1.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 201/2011

DECRETO N.º 201, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, OS BENS IMÓVEIS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 1.596, de 23 de dezembro de 2011, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941,

DECRETA,

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, dos bens imóveis abaixo indicados, de propriedade de P. M. LIMA e CIA LTDA, CNPJ N.º 83.849.497/0001-44, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, s/n.º, Centro, Garopaba/SC, assim especificados:

I - Um Terreno urbano situado nesta cidade, sede do Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, designado por lote nº 38 (trinta e oito), integrante do "Loteamento Central", o qual mede 12,66 metros na frente e igual metragem nos fundos por 33,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja: 417,78m² (quatrocentos e dezessete metros e setenta e oito decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao oeste com a Rua Vice Prefeito João Nicomendes Lentz e fundos ao leste com o lote nº 44 (quarenta e quatro); confrontando ao norte com o lote nº 37 (trinta e sete); e, ao sul com o lote nº 39 (trinta e nove). Dito lote dista 12,66 metros da Rua 30 de Dezembro. Matrícula n.º 4.153 do Registro de Imóveis.

II - Um Terreno urbano situado nesta cidade, sede do Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, designado por lote nº 39 (trinta e nove), integrante do "Loteamento Central", o

qual mede 12,66 metros na frente e igual metragem nos fundos por 33,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja: 417,78m² (quatrocentos e dezessete metros e setenta e oito décimos quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao oeste com a Rua Vice Prefeito João Nicomendes Lentz e fundos ao leste com o lote nº 45 (quarenta e cinco); confrontando ao norte com o lote nº 38 (trinta e oito); e, ao sul com a Rua Trinta de Dezembro. Lote de esquina. Matrícula n.º 4.154 do Registro de Imóveis.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, para ampliação do Cemitério Municipal, nos termos do permissivo legal disposto na alínea "k", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41, visando a preservação da Lagoa das Capivaras, local de beleza natural.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na Lei Municipal n.º 1.596/2011, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por imóvel, num total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Administrativa Municipal.

Art. 5º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Dezembro de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2011, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 87/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87.2011
PMG

Ata nº. 87/2011; Processo nº. 237/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA. Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de papel A4, para atender as necessidades da secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: 18.725,00; Data da Assinatura da Ata: 07/12/2011.

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1190/2011

PORTARIA Nº 1190/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar Por Término de Contrato, a Servidora EDI GIACOMELLI PALAVESINI (Matr. 3351), a partir de 28 de dezembro de 2011, a qual exercia a função de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 058/2011

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 0104/2011

Tomada de Preços nº 0008/2011.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2011 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: CONSTRULACER, COM E CONST. LACERDÓPOLIS LTDA.

OBJETO: Construção Unidade de Saúde - Bairro São Vicente

VALOR: R\$ 326.647,04 (trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quatro centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011, conforme Lei Orçamentária 2837/2010.

Herval d'Oeste, em 16 de dezembro de 2011.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do Fundo

ELSON LEONI CHAVES

Contratada

Termo Aditivo Nº 057/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0083/2007

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0121/2007

CONCORRÊNCIA Nº 004/2007

TERMO ADITIVO Nº 057/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0083/2007 de 24 de outubro de 2007. Pelo presente Termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no

CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 083/2007, firmado com a empresa Tucano Obras e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato até o dia 23 de outubro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

Concede-se reajuste ao contrato no aporte de 5,95 % (cinco vírgula noventa e cinco por cento). Este reajuste é concedido com base na Lei Federal 8.666, que institui o índice IGP-M para reajuste de contratos, conforme cláusula 2ª - inciso III, do contrato original.

Item	Serviços	Unid.	Valor Atual	Taxa IGP-M	Valor com Reajuste
01	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares urbanos.	Ton/mês	R\$ 95,29	5,95%	R\$ 100,96
02	Disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais com operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário.	Ton/mês	R\$ 69,63	5,95%	R\$ 73,77
03	Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde.	Ton/mês	R\$ 2.204,42	5,95%	R\$ 2.335,58

Parágrafo Único - Este reajuste terá validade de 01 de janeiro de 2012 até 23 de outubro de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 e 58 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI

Sócia Administradora

CPF: 589.785.859-49

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0083/2007

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0121/2007

CONCORRÊNCIA Nº 004/2007

TERMO ADITIVO Nº 057/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0083/2007 de 24 de outubro de 2007. Pelo presente Termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 083/2007, firmado com a empresa Tucano Obras e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato até o dia 23 de outubro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

Concede-se reajuste ao contrato no aporte de 5,95 % (cinco vírgula noventa e cinco por cento). Este reajuste é concedido com base na Lei Federal 8.666, que institui o índice IGP-M para reajuste de contratos, conforme cláusula 2ª - inciso III, do contrato original.

Item	Serviços	Unid.	Valor Atual	Taxa IGP-M	Valor com Reajuste
01	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares urbanos.	Ton/mês	R\$ 95,29	5,95%	R\$ 100,96
02	Disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais com operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário.	Ton/mês	R\$ 69,63	5,95%	R\$ 73,77
03	Coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde.	Ton/mês	R\$ 2.204,42	5,95%	R\$ 2.335,58

Parágrafo Único - Este reajuste terá validade de 01 de janeiro de 2012 até 23 de outubro de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 e 58 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI JULEIDE

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

INÊS D'AGOSTINI

Sócia Administradora

CPF: 589.785.859-49

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479

Termo Aditivo Nº 058/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0029/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2010



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2010
TERMO ADITIVO Nº 058/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0029/2010 de 28 de abril de 2010. Pelo presente Termo, O Fundo Municipal de Assistência de Herval d'Oeste pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua José Bonifácio nº 699 Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 12.816.323/0001-37, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 029/2010, firmado com a empresa Comércio e Transportes Giusti Ltda inscrita no CNPJ nº 83.414.342/0001-85 Conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

Concede-se reajuste ao contrato no aporte de 6,1749 % (seis virgula dezessete quarenta e nove por cento). Este reajuste é concedido com base na Lei Federal 8.666, que institui o índice INPC para reajuste de contratos, conforme cláusula 2ª - § 2º, do contrato original.

Item	Serviços	Unid.	Valor Atual	Taxa IGP-M	Valor com Reajuste
01	Locação Imóvel 336,37 m²	Mês	R\$ 1.430,00	6,1749%	R\$ 1.518,30

Parágrafo Único - Este reajuste terá validade de 01 de janeiro de 2012,

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 e 58 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 059/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0045/2009

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2009

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2009

TERMO ADITIVO Nº 059/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0045/2009 de 19 de outubro de 2009. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 045/2009, firmado com a empresa ARG Industrial Ltda. EPP inscrita no CNPJ nº 04.415.095/0001-65, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente com a ordem de serviço até o dia 31 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 060/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Habitação de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0053/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0101/2010

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2010

TERMO ADITIVO Nº 060/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 053/2010 de 18 de agosto de 2010. Pelo presente termo, O Fundo Municipal de Habitação de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 053/2010, firmado com a empresa E.U. Consultoria e Planejamento inscrita no CNPJ nº 04.986.007/0001-85, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato até o dia 31 de março de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 061/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0054/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2010

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2010

TERMO ADITIVO Nº 061/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0054/2010 de 26 de agosto de 2010. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 054/2010, firmado com a empresa Andrade Construções Ltda. inscrita no CNPJ nº 03.377.072/0001-40, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato, conjuntamente com a ordem de serviço, até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 062/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº003/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0127/2010

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2010

TERMO ADITIVO Nº 062/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2011 de 27 de abril de 2011. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 003/2011, firmado com a empresa Pedreira Caldart Ltda. inscrita no CNPJ nº 79.386.850/0001-20, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato, conjuntamente com a ordem de serviço, até o dia 31 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas
CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 063/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0023/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2011

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2011

TERMO ADITIVO Nº 063/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0023/2011 de 30 de março de 2011. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 045/2009, firmado com a empresa ARG Industrial Ltda. EPP inscrita no CNPJ nº 04.415.095/0001-65, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente com a ordem de serviço até o dia 31 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 064/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0045/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2011

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2011

TERMO ADITIVO Nº 064/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0023/2011 de 30 de março de 2011. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 045/2011, firmado com a empresa Luzerna Instalações Elétricas Ltda. ME inscrita no CNPJ nº 07.336.749/0001-53, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Yasmin Laís Ribas

CPF: 687.857.399-87

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 065/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0020/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2010

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2010

TERMO ADITIVO Nº 065/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0020/2010 de 01 de abril de 2010. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 020/2010, firmado com a empresa EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agrop. e Extensão Rural de SC inscrita no CNPJ nº 83.052.191/0001-62, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Yasmin Laís Ribas

CPF: 687.857.399-87

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 066/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0022/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2010

TERMO ADITIVO Nº 066/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0022/2010 de 19 de abril de 2010. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento

ao Contrato nº 022/2010, firmado com a empresa Limger Sistemas de Segurança Ltda. inscrita no CNPJ nº 01.813.084/0001-45, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Yasmin Laís Ribas

CPF: 687.857.399-87

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 067/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº042/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2010

TERMO ADITIVO Nº 067/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0042/2010 de 29 de junho de 2010. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 042/2010, firmado com a empresa Limger Sistemas de Segurança Ltda. inscrita no CNPJ nº 01.813.084/0001-45, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Yasmin Laís Ribas

CPF: 687.857.399-87

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 068/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº049/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2010
CONVITE Nº 018/2010
TERMO ADITIVO Nº 068/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0049/2010 de 20 de julho de 2010. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 049/2010, firmado com a empresa CPL Assessoria e Desenvolvimento Ltda. inscrita no CNPJ nº 00.462.389/0001-97, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 069/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº005/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2011

CONVITE Nº 002/2011

TERMO ADITIVO Nº 069/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2011 de 31 de janeiro de 2011. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 005/2011, firmado com a empresa L.G.C.R Comperv Componentes e Serviços Ltda. inscrita no CNPJ nº 02.266.855/0001-94, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 070/2011 de 23/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CONTRATO Nº0018/2009

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2009

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2011

TERMO ADITIVO Nº 070/2011 DE 23/12/2011

Termo Aditivo ao Contrato nº 0018/2009 de 06 de abril de 2009. Pelo presente termo, A Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato nº 018/2009, firmado com a empresa LIZ Serviços On Line Ltda. inscrita no CNPJ nº 03.725.725/0001-35, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Prorroga-se prazo de vigência do contrato conjuntamente até o dia 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigos 57 da lei 8.666/93, e suas atualizações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditada, que não conflitem com o presente. permanecendo em pleno vigor

Herval d'Oeste, 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas

CPF: 076.591.479-43

Extrato Ordem de Serviço 017/2011

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO ORDEM DE SERVIÇO 017/2011

PL 0104/2011 TP 008/2011 - Contrato 058/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste
Contratada: Construlacer Com. e Const. Lacerdópolis Ltda.
Objeto: Construção Unidade Básica de Saúde São Vicente.
Prazo de Conclusão: 330 dias

Herval d'Oeste em 23 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do FMS

CLEIMAR PIOVESAN

Fiscal de Obras Públicas

ELSON LEONI CHAVES
Contratada

VALDECIR CHIAMULERA
Responsável Técnico

Termo Aditivo Nº 053/2011 de 22/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
TERMO ADITIVO Nº 053/2011 DE 22/12/2011

Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento aos Termos de Credenciamento, firmado com as empresas abaixo prorrogando o prazo de vigência dos mesmos, até o dia 31 de dezembro de 2012.

Nº do Termo	Processo Licitatório	Modalidade	Início Vigência	Credenciada
004/2010	0081/2010	Inex. 13/2010	07/06/2010	Aline Andres ME
005/2010	0080/2010	Inex. 12/2010	07/06/2010	Luciano Justi ME
002/2011	0032/2011	Inex. 02/2011	30/03/2011	Vitacir Favero ME
004/2011	0046/2011	Inex. 05/2011	14/04/2011	Rede Sul Brasil de Comunicação Ltda. ME
005/2011	0058/2011	Inex.07/2011	10/06/2011	Alceu Antonio Bortese- Jornal Diário do Vale
006/2011	0098/2011	Inex.08/2011	17/10/2011	Jornal O Nascente Universitário Prestação de Serviços Ltda ME

Parágrafo único - Fica desde já estabelecido que se no decurso do ano ocorrer o encerramento do limite de valor previsto para a modalidade de licitação objeto dos credenciamentos acima referidos, os mesmos serão encerrados pela Contratante sem qualquer ônus a nenhuma das partes.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais itens e cláusulas dos termos de credenciamento acima referidos ora aditados, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 22 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Yasmin Laís Ribas
CPF: 687.857.399-87 CPF: 076.591.479-43

Termo Aditivo Nº 055/2011 de 22/12/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
TERMO ADITIVO Nº 055/2011 DE 22/12/2011

Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste,

pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento ao Contrato de Transporte Escolar, firmado com as empresas abaixo prorrogando o prazo de vigência dos mesmos, até o dia 31 de março de 2012.

Nº do Contrato	Processo Licitatório	Modalidade	Início Vigência	Credenciada
025/2011	036/2011	PP007/2011	25/04/2011	Transportes Coletivos Sarandi Ltda.
026/2011	036/2011	PP007/2011	25/04/2011	Auto Viação Herval Ltda.
028/2011	036/2011	PP007/2011	25/04/2011	Transportes Coletivos Zarpelon Ltda.
034/2011	050/2011	PP013/2011	12/05/2011	Auto Viação Herval Ltda.
033/2011	050/2011	PP013/2011	12/05/2011	Lechnertur Turismo Ltda.

Parágrafo único - Fica desde já estabelecido que se no decurso do ano ocorrer o encerramento do limite de valor previsto para a modalidade de licitação objeto dos contratos acima referidos, os mesmos serão encerrados pela Contratante sem qualquer ônus a nenhuma das partes.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado com base nos fundamentos legais previstos na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais itens e cláusulas dos termos de credenciamento acima referidos ora aditados, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 22 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Yasmin Laís Ribas
CPF: 076.591.479-43

Imbituba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 4.020.2011

Rogberto de Farias Pires
Prefeito Municipal, em exercício
Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
Lei Complementar nº 4.020, de 26 de dezembro de 2011.

Institui a Gratificação de Produtividade aos Auditores Fiscais Tributários do Município de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º Fica instituído o pagamento da gratificação de produtividade aos Auditores Fiscais Tributários do quadro de servidores da Prefeitura do Município de Imbituba.

§ 1º A gratificação referida no caput deste artigo somente será devida àqueles servidores que estejam no efetivo exercício de suas funções, levando-se em conta a atuação pessoal do servidor.

§ 2º A gratificação de produtividade fiscal será atribuída e paga aos servidores ocupantes das carreiras de Auditor Fiscal de Tributos Municipal, inclusive quando ocupantes de cargos de chefia, assim compreendidos os chefes e diretores de departamento.

Art. 2º Os Auditores Fiscais Tributários, pelo desempenho de suas atividades, farão jus a parcelas de produtividade variáveis, cuja mensuração e forma de aquisição estão especificadas no anexo I da presente Lei complementar.

Art. 3º Além de outras garantias e vantagens asseguradas pelo sistema municipal serão concedidos aos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal Tributário as seguintes vantagens:

I - cota de produtividade variável;

II - média aritmética mensal dos valores recebidos nos últimos 12 (doze) meses a título de vencimentos e vantagens, quando dos seguintes casos:

a) do terço constitucional de férias, gratificação natalina, faltas justificadas, gala ou nojo;

b) aposentadoria;

c) licenças ou afastamentos autorizados, conforme estatuto ou lei;

d) júri e outros serviços obrigatórios por lei

§ 1º Com referência ao inciso II, na hipótese de ocorrer fração por mês, o cálculo das vantagens far-se-á com a remuneração média diária do mês anterior.

§ 2º O Auditor Fiscal designado a exercer cargo de chefia do setor não perderá a produtividade nos termos do artigo 1º, § 2º desta lei, que será cumulada com a gratificação do cargo de chefia.

Art. 4º O relatório mensal de produção será entregue pelos Auditores Fiscais Tributários ao chefe do departamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da produção.

§ 1º O inadimplemento deste dispositivo implicará na redução de 30 (trinta) parcelas por dia de atraso até o terceiro dia, após o qual a produção somente será computada para o mês subsequente.

§ 2º As parcelas reduzidas poderão ser levadas a crédito no relatório seguinte e a produção paga no mesmo mês do relatório, desde que devidamente justificados os motivos ao diretor do departamento.

Art. 5º O valor da parcela de produtividade é de 01 (uma) UFM (unidade fiscal municipal), sendo reajustada anualmente, mediante decreto municipal.

Art. 6º O total mensal de parcelas de produtividade a ser percebida pelos Auditores Fiscais Tributários, não poderá ser superior a remuneração equivalente a seu salário base.

§ 1º No mês em que o número de parcelas produzidas excederem o limite previsto neste artigo, o saldo remanescente será creditado ao banco de pontos dos servidores acima identificados, para complementação da produtividade dos meses subsequentes.

§ 2º Os servidores descritos no artigo 1º poderão sacar até 30% (trinta por cento) do saldo do banco de pontos, para compor a sua remuneração do mês.

Art. 7º Nos casos de serviços desenvolvidos em conjunto pelos Auditores Fiscais Tributários por determinação de superior hierárquico, os pontos serão atribuídos a cada um dos participantes, igualmente.

Art. 8º O Departamento de Fiscalização afixará o quadro de plantão ao qual sujeitarão os Auditores Fiscais, bem como os fiscais Tributários.

Parágrafo único. A cada falta do Auditor Fiscal/ Fiscal ao plantão implicará na redução de 50 (cinquenta) parcelas em sua produção mensal.

Art. 9º Atendendo a necessidade da municipalidade, o Chefe do Departamento poderá determinar fiscalizações ou atividades especiais, as quais atribuirão parcelas correspondentes ao trabalho efetuado.

Art. 10. Os atos executados, não previstos em lei, serão glosados no próprio relatório, ou no subsequente, a critério da chefia do Departamento.

Parágrafo único. Constitui direito dos Auditores Fiscais Tributários reclamarem da glosa, cuja instância máxima será o Secretário da Fazenda, iniciando no Diretor do Departamento ou autoridade equivalente.

Art. 11. As parcelas de produção obtidas pelos Auditores Fiscais Tributários resultantes de notificações e autos de infração emitidos que, posteriormente venham a ser anuladas por decisão em processos de reclamação ou defesa, em virtude de atos imperfeitos, serão descontadas da produção no mês imediatamente posterior ao despacho.

Art. 12. As deduções, remissões ou quaisquer acordos feitos pelo Executivo não trarão prejuízo aos pontos adquiridos pelos Auditores Fiscais Tributários, considerando para tal efeito o valor efetivamente fiscalizado.

Art. 13. Os Auditores Fiscais Tributários deverão observar e cumprir fielmente os prazos estabelecidos nas intimações e demais procedimentos fiscais, sob pena de ter as parcelas de produtividade correspondentes descontadas da produção mensal.

Art. 14. Os Auditores Fiscais Tributários e quando em funções diversas das inerentes as atividades de seus cargos ou atividades especiais terão direito de receber em parcelas de produtividade o teto de produção previsto neste decreto, desde que convocados por necessidade do serviço.

Art. 15. O Chefe do Departamento de Fiscalização de Tributos é competente para, em casos especiais, abonar a seu critério, parcelas de produtividade dos Auditores Fiscais Tributários, pelas tarefas desenvolvidas que não conste da tabela de produtividade anexa ao presente Decreto, bem como, cumprimento de diligências com veículo particular dos Auditores Fiscais Tributários.

Art. 16. Compete ao Chefe do Departamento de Fiscalização de Tributos a supervisão e controle das atividades fiscais e administrativas do Departamento, bem como o assessoramento ao Secretário da Fazenda.

Parágrafo único. Deverá o Chefe do Departamento de Fiscalização de Tributos manterem acompanhamento estatístico mensal das atividades fiscais, a fim de prestar informações quando solicitado.

Art. 17. Até o 15º (décimo - quinto) dia de cada mês, e com referência ao mês anterior, o Chefe de Fiscalização Tributária deverá encaminhar relatório ao Secretário da Fazenda, do qual constará no mínimo:

I - relação dos Auditores Fiscais Tributários no exercício de suas funções;

II - valor dos pontos obtidos individualmente pelos Auditores Fiscais Tributários e pelos servidores;

III - relação de redução e suspensão de parcelas de produtividade

determinadas pelo Chefe do Departamento de Fiscalização Tributária.

Parágrafo único. Após aprovado o referido relatório e assinado, o Secretário da Fazenda deverá encaminhá-lo à Diretoria de Recursos Humanos - DRH - até o vigésimo dia do mês para pagamento.

Art. 18. Não poderão os Auditores Fiscais Tributários entrar em gozo de férias, sem ter apresentado o relatório mensal de produtividade referente ao mês anterior.

Art. 19. São atribuições específicas do Auditor Fiscal Tributário:

I - praticar todos os atos concernentes à verificação da regularidade de lançamento e recolhimento dos Tributos municipais;

II - praticar todos os atos concernentes à verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte ou responsável, com ou sem estabelecimento, inscritos ou não, relativos a qualquer tributo municipal;

III - apreender livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias em trânsito ou depositadas, nas hipóteses previstas na legislação tributária;

IV - nomear depositário de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como de mercadoria apreendida;

V - verificar e, se for o caso, exigir a apresentação de documentos relativos a informações econômico-fiscais;

VI - reter para inutilização documentos fiscais não utilizados pelo contribuinte, quando for o caso;

VII - realizar as funções necessárias ao lançamento, homologação e recolhimento dos Tributos municipais, e verificar o cumprimento de obrigações tributárias, principais e acessórias;

VIII - visar documentos fiscais, nos casos previstos na legislação tributária;

IX - solicitar informações que se relacionem aos bens, negócios ou atividades de terceiros, às pessoas e entidades legalmente obrigadas;

X - solicitar a apresentação em juízo dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais;

XI - exigir do contribuinte ou responsável pela obrigação tributária informações e comunicações escritas ou verbais, de interesse da administração tributária;

XII - intimar o contribuinte ou responsável, para comparecer à repartição fazendária;

XIII - requisitar o auxílio da força pública Municipal, Estadual ou Federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrência delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;

XIV - promover o enquadramento em regime de estimativa fiscal, conforme disposto na legislação tributária;

XV - efetuar o lançamento do crédito tributário, bem como a imposição de multa por descumprimento de obrigação tributária, mediante lançamento de ofício por notificação fiscal;

XVI - realizar plantões fiscais, conforme escala preestabelecida;

XVII - exercer as atribuições relativas ao Movimento Econômico;

XVIII - exercer toda e qualquer atividade que venha a ser atribuída à competência dos Auditores Fiscais.

Art. 20. Sem prejuízo dos direitos que a lei assegura ao servidor em geral, são prerrogativas do Auditor Fiscal Tributário e dos demais servidores públicos municipais lotados no Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda:

I - requisitar auxílio e colaboração da autoridade policial, civil ou militar, para o desempenho de suas funções;

II - ser imediatamente assistido pela autoridade superior, quando sofrer embaraço ou coação quanto às atribuições legais ou necessitar de auxílio para bem desempenhar suas funções;

III - portar credencial oficial quando do desempenho de suas

funções;

IV - precedência sobre os demais setores administrativos dentro de suas áreas de competência e jurisdição, conforme inciso XVIII, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 21. O Auditor Fiscal Tributário, no exercício de suas funções, terá livre acesso a estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços, instituições financeiras, e quaisquer outros estabelecimentos do município, para examinar livros fiscais e contábeis, mercadorias, arquivos, eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados, com efeitos comerciais ou fiscais, e outros elementos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Fiscal.

Art. 22. O controle de frequência dos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal Tributário será feito com dispensa do ponto, em razão da natureza de suas atribuições.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere o caput deste artigo não farão jus ao pagamento por serviços extraordinários.

Art. 23. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 24. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANEXO ÚNICO

LC Nº4.020, de 26 de dezembro de 2011).

(Para fins de apuração de valores de produtividade dos Auditores Fiscais Tributários)

ATIVIDADES	Nº PARCELAS
01 - Fiscalização:	
Escrita Contábil	300
Escrita Fiscal	300
Por mês Fiscalizado	05
02 - Elaboração de processo de arbitramento	300
03 - Elaboração e revisão de estimativa fiscal	100
04 - Análise de pedido de Baixa de Inscrição	50
05 - Análise de pedido de Inscrição Cadastral	30
06 - Alteração Cadastral	20
07 - Orientar e informar aos contribuintes quanto ao cumprimento de obrigações acessórias.	20
08 - Serviços de atendimento ao contribuinte, exceto os atendimentos no plantão fiscal (por atendimento).	10
09 - Expedição de Intimação	20
10 - Pronunciamento em pedidos de consultas, regimes especiais, isenção, anistia, moratória, remissão, parcelamento e outros benefícios fiscais, definidos em lei.	30
11 - Plantão Fiscal	100
12 - Diligência com veículo próprio, por deslocamento (limitado a 05 (cinco) deslocamentos por mês)	80
13 - Análise de processo de extravio de documentos	10
14 - Análise de processo de incineração de documentos	10
15 - Avisos/Ofícios emitidos (por emissão)	10
16 - Expedição de Termo de Abertura de Fiscalização	30

17 - Expedição de Termo de Encerramento de Fiscalização	30
18 - Verificação de livro fiscal/contábil (por livro)	30
19 - Monitoramento do banco de dados on-line de contribuintes (por contribuinte)	10
20 - Participação como treinando em cursos de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal, por hora.	25
21 - Serviços relacionados ao movimento econômico, por mês.	500
22 - Fiscalizações ou atividades especiais, designadas pelo Diretor de Fiscalização de Tributos.	200
23 - Serviços especiais designados pelo Secretário da Fazenda	500
24 - Realizar pesquisas externas relacionadas às atribuições da Secretaria da Fazenda visando sua especialização e eficiência, por mês.	500
25 - Prestar as informações requisitadas pelo órgão competente da Procuradoria do Município, para subsidiar a defesa judicial da Secretaria da Fazenda e do Poder Executivo Municipal nos assuntos relativos à legislação tributária, por informação.	300
26 - Propor métodos de trabalho com vista à padronização e ao aperfeiçoamento do atendimento ao contribuinte, por proposta aceita.	100
27 - Assessorar, quando requisitado, Secretário Fazenda em suas funções, por mês.	500
28 - Assessorar, quando requisitado, o Diretor de Fiscalização de Tributos em suas funções, por mês.	300
29 - Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições da Fazenda Municipal, por treinamento.	500

Lei Complementar Nº 4.022.2011

Lei Complementar nº 4.022, de 26 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º Fica autorizada a compensação de crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, relativa a débito com a Fazenda Pública do Município de Imbituba, decorrente de precatório judiciário pendente de pagamento.

Art. 2º A compensação de que trata esta Lei é condicionada a que, cumulativamente:

I - o precatório:

a) esteja incluído no Orçamento do Município e/ou reconhecido e contabilizado como obrigação no passivo dos órgãos e entidades municipais;

b) não seja objeto de qualquer impugnação ou recurso judicial ou, em sendo, haja a expressa renúncia;

II - o crédito tributário a ser compensado:

a) tenha sido inscrito em Dívida Ativa até 31 de dezembro de 2010;

b) não seja objeto, na esfera administrativa ou judicial, de qualquer impugnação ou recurso, ou, em sendo, que haja a expressa renúncia;

c) que não esteja parcelado; e

d) seja liquidado integralmente pelo precatório apresentado, cabendo liquidação parcial quando insuficiente o precatório.

§1º O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos

em precatórios a terceiros, não se aplicando ao cessionário o direito de preferência, consoante disposto no § 13, do artigo 100, da Constituição Federal.

§ 2º A cessão do direito sobre o precatório deverá ser comunicada ao tribunal de origem e à Secretaria da Fazenda do Município, para os fins do art. 100, § 14, da Constituição Federal, habilitando-se a cessão pelo valor e pelo percentual transferido, quando se tratar de débito da Fazenda Pública decorrente de ações plúrimas ou coletivas.

§ 3º Para a compensação do crédito tributário, o interessado poderá utilizar mais de um precatório, se o seu valor individual não alcançar o total inscrito em Dívida Ativa.

§ 4º Subsistindo saldo credor de precatório, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns, previstas na legislação para o crédito preexistente, conforme o caso.

§ 5º Os honorários advocatícios contratados e incidentes sobre crédito decorrente do precatório deverão ser objeto de anuência do advogado habilitado para autorizar a compensação do respectivo valor, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior, em caso de exclusão da verba advocatícia do montante a ser compensado.

Art. 3º A compensação de que trata esta Lei:

I - importa em confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributária;

II - aplica-se a débito da Fazenda Pública do Município em poder do titular do precatório, sucessor ou cessionário, a qualquer título.

§ 1º A iniciativa para a realização da compensação suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de mora e demais acréscimos legais.

§ 2º Em caso de indeferimento do pedido de compensação de que trata o parágrafo anterior, aplica-se ao crédito tributário objeto do pedido, o tratamento regular previsto na legislação vigente.

Art. 4º O pedido de compensação será dirigido ao Titular do Poder Executivo, até 30 de novembro de 2012, sendo instruído com:

I - certidão expedida pelo tribunal competente, atestando a liquidez, certeza e exigibilidade do crédito decorrente do precatório, habilitado em nome do requerente, contendo o valor atualizado do título, de acordo com o disposto no art. 97, § 16, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009;

II - certidão de inscrição em Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município, para fins exclusivos de compensação, contendo o valor do crédito tributário objeto do pedido.

§ 1º O valor do crédito tributário, para fins da compensação prevista nesta Lei, será atualizado desde a data da constituição do crédito inscrito em dívida ativa até a data do requerimento, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, excluídos os juros de mora e multa.

§ 2º O contribuinte poderá optar pela liquidação do crédito tributário mediante pagamento à vista e em pecúnia, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 5º Deferida a compensação, o processo será encaminhado à Secretaria da Fazenda do Município, para baixa da inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral do Município comunicará a compensação efetuada ao tribunal competente, para proceder à baixa do débito da Fazenda Pública decorrente do precatório compensado.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei 3.881, de 13 de abril de 2011.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.018.2011

Lei nº 4.018, de 26 de dezembro de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação dos Veteranos Amigos de Imbituba- ASSOVEAI.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - Associação dos Veteranos Amigos de Imbituba - ASSOVEAI, inscrita no CNPJ sob o nº 08.019.786/0001-09, a importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.021.2011

Lei nº 4.021, de 26 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos técnicos e auxiliares de enfermagem que atuam na área de imunização, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, no ano de 2012, a repassar, a título de abono, aos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, que atuam na área de imunização, os seguintes valores :

I - R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), em doze (12) parcelas mensais de R\$ 200,00(duzentos reais).

Art. 2º Os referidos valores não incorporam para nenhum efeito a remuneração dos profissionais de saúde de que trata o artigo 1º.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por Decreto as disposições contidas na presente Lei para regular a sua execução.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde (Recursos da Vigilância Epidemiológica).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.023.2011

Lei nº 4.023, de 26 de dezembro de 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar repasse de recursos financeiros ao Imbituba Atlético Clube - IAC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse de recursos financeiros no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), ao Imbituba Atlético Clube - IAC, destinado à realização do Baile Municipal 2012.

Parágrafo único. A entidade beneficiada prestará contas ao Município do valor recebido até 60 (sessenta) dias após o efetivo repasse.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.024.2011

Lei nº 4.024, de 26 de dezembro de 2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco, inscrita no CNPJ sob o nº 83.729.459/0001-58, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 169.2011

DECRETO PMI Nº 169, de 21 de dezembro de 2011.

Regulamenta a prorrogação da Licença Maternidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do inciso XIV artigo 35 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogada por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XIV do caput do artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º Será beneficiada pela prorrogação da licença-maternidade a servidora que a requeira até o final do primeiro mês após o parto.

Art. 3º A prorrogação a que se refere o artigo 1º iniciar-se-á no dia subsequente ao término da vigência da licença-maternidade fixada em 120 (cento e vinte) dias.

Art. 4º A prorrogação de que trata o presente Decreto será devida, inclusive, no caso de parto antecipado.

Art. 5º A servidora em gozo de licença-maternidade na data de publicação deste Decreto poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que requeira no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrada em vigor da presente norma.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Iomerê**PREFEITURA****Edital de TP 0007/2011**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Tomada de Preços 0007/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa especializada para execução de projeto de Ampliação do Ginásio Municipal de Esportes Cezar Antonio de Oliveira. A abertura das propostas se dará no dia 16/01/2012 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000

Iomerê, 27 de dezembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato de Contrato 138/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

CONTRATO Nº 138/2011

9º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 12/2008, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Costa Sul Transporte Coletivo – Michael Kobilanski Neves. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada, Cláusula Nona do Contrato n.º 12/2008, e Ofício nº 543/2011, da Senhora Marlem Marques Dal Lago – Secretaria Municipal da Educação, deferido em data de 26/12/2011, pelo Exmo. Sr. Wanderlei Lezan – DD. Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 31.12.2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada pelo período de 200 dias letivos, sendo 1.792,37 km diários totalizando 358.474 km e o valor total de R\$ 1.057.498,30 (um milhão, cinquenta sete mil, quatrocentos noventa e oito reais e trinta centavos), sendo o valor por km rodado de R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição		
Trajetos	Itinerários	Períodos	Km/dia
01	06h00min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II (Tancredo), Rio Branco, chegando as 07h00min. Saindo novamente até Pé da Serra e retornando até Rio Branco, chegando as 07h45min. Retorno as 12h00min horas – Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Rio Branco. Retorno às 16h45min horas – Saindo em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II e Rio Branco (entrada Loni).	Manhã e Tarde	93,4km
02	Saída 05h00min horas – Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Boa Vista, Bom Sossego I e II e retornando a escola do Rio Branco. Retorno as 12h00min. Saída 09h00min – 2º. Grau até Serra da Boa Vista (Estefano), retornando N.E. Guilherme Bossow, no Rio Branco. Retorno as 18h00min 16h45min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Santo Antonio II, Pé da Serra e Rio Branco.	Manhã e Tarde	138,7 km
03	06h00min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Serrinha, Campina dos Pintos, Colônia Franconia, São Roque, São José do Timbózinho (entrada Chaves). São José do Timbózinho (Entrada dos Maia) até Rio Branco. Retorno às 12h15min pelo Rio Vermelho. Saída 10h15min do N.E. Guilherme Bossow, no Rio Branco até Rio Vermelho. Retorno as 17h00min.	Manhã e Tarde	129 km
04	06h05min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 05, Serra Grande, Bom Retiro, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Retorno as 12h00min, retorno inverso.	Manhã	81,69 km
05	06h30min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Campina Grande, Poço Preto, BR 280, km 05, Grupo Escolar Zélia Milles, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Saída 11h50min E.E.B Horacio Nunes até o Trevo Km07. Retornando ao E.E.B Horacio Nunes. Retorno às 12h10min, desembarcando e embarcando alunos. Itinerário inverso Retorno as 17h00min – km 05, Poço Preto e Campina Grande.	Manhã	103,8 km
06	05h50min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 05, Serrinha, Vila Nova do Timbó, entrada dos Colli, Campo do Meio, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Retorno inverso as 12h00min	Manhã	103,83 km

07	05h50min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 07, km 18, km 20, Divisa Pinheiros, Entrada dos Bay, Aparecida dos Pardos, São Pascoal, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Saída 10h40min – Embarcando e desembarcando alunos da rodoviária, km 07, km 18, km 20, Pinheiros, Aparecida dos Pardos, São Pascoal. Retorno as 17h00min, sentido inverso.	Manhã e Tarde	186 km
08	05h45min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 07, km 13, Entrada do km 13, Serra Chata, retornando até Escola de Educação Básica Horácio Nunes, passando Serraria Senn, Areial Hobi, Delby Machado, N.E. Presidente Adolfo Konder, até Irineópolis. Este trajeto repete-se 04 vezes ao dia.	Manhã e Tarde	232,39 km
09	06h00min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por São Pascoal, CTG, Rio Preto, Colônia Litikoski, São Pascoal, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, este trajeto repete-se 03 vezes ao dia. Retorno as 12h00min, sentido inverso, desembarcando e embarcando. Retorno as 17h00min.	Manhã e Tarde	140 km
10	06h10min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Serrinha, Bar da Marica, Colônia Escada, km 05, Matador do Baitaca, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 12h00min.	Manhã	78,84 km
11	09h30min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Rio Vermelho, Santo Antonio II, Rio Branco, São José do Timbózinho, São Roque, Campina dos Pintos, Serrinha, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 17h00min.	Tarde	131,94 km
12	09h00min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Rio Branco, Pé da Serra, Pedra Branca, Santo Antonio I, Serra Grande, km 05, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 17h00min.	Tarde	151,15 km
13	Saída às 06h30min horas: Bairro São Francisco, Rodoviária, km 07, Serrinha, Rio Vermelho, Rio Branco, retorno inverso as 17h00min. Saída as 07h30min do Rio Branco até Pedra Branca. Retornando até Rio Branco. Retorno inverso as 16h00min. Saída 12h00min do Rio Branco, Pé da Serra, Santo Antonio II (Tancredo), Rio Branco.	Manhã e Tarde	131,63 km
14	06h15min Rio Branco, Santo Antonio 2 e São José do Timbózinho; 11h00min Pé da Serra e Santo Antonio 2; 16h50min Rio Vermelho (ressaca) e Santo Antonio 2	Manhã e tarde	90 km

OBS – As linhas acima referenciadas (1 a 13) são as descritas no Contrato nº 96/2009 – 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2008, solicitada através do ofício nº. 369/2009/SME, justificando a retificação do contrato onde houve mudanças dos itinerários e horários conforme tabela abaixo, bem como redução total de 13,63km diários, passando a fazer, a partir de 01 de setembro de 2009 o total

diário de 1.702,37 km. A linha 14 refere-se ao Contrato nº 98/2011. O valor por km rodado refere-se ao Contrato nº 78/2010 - 6º termo aditivo celebrado em 06/12/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – Além das obrigações assumidas pela Contratada na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 12/2008, deverá ainda cumprir as determinadas através do Ofício nº 84/1ªPJ/2008, recebida do Senhor Rodrigo Kurth Quadro – Promotor de Justiça – Ministério Público de Santa Catarina – Comarca de Porto União. **CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 26 de dezembro de 2011.

Município de Irineópolis	Costa Sul Transportes Coletivos
WANDERLEI LEZAN	MICHAL KOBILANSKI NEVES
Contratante	Contratada

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 216 de 21 de Dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 216 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

“INSERE E DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2007 - LEI DE ZONEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica estendido os limites da Zona ZD1 até a esquina da Rua José Gurgacz com a Rua Pedro Kuss, tendo como limite os dois lados da Rua José Gurgacz, respeitando as demarcações laterais já existentes da referida Zona.

Art. 2º. Fica alterado o zoneamento dos lotes inseridos em ZR4 para ZR3, da quadra formada pelas Ruas Lineu Bonato, Angelo Scarpetta e Bertoldo Schneider.

Art. 3º. Fica alterada a Tabela 13 - Zona Especial de Interesse Rodoviário - ZEIR no item Taxa de Ocupação de 50% para 60%.

Art. 4º. Fica alterado o zoneamento dos lotes inseridos em ZR4 para ZR3 do entroncamento da Rua Augusto Cartegiani com a Rua Frei Rogério até a Rua Sigmundo Vesoloski.

Art. 5º. Fica alterado o zoneamento dos lotes confrontantes com a Rua 12 de Outubro do Bairro Jardim Lindóia, no trecho compreendido entre as Ruas Ítala Loraski e Judite Dal M. Chito de ZR4 para ZEIR.

Art. 6º. Fica alterado o zoneamento nos limites da Rua Rosa Heberle até a Zona ZEIS e fundos dos lotes confrontantes com a Rua Armino Heberle alcançando a Zona ZE2 a nordeste, e Zona Agropecuária a noroeste, de ZEIR para ZE2.

Art. 7º. O loteamento aprovado no prolongamento da Rua Joaquim Andre de Sá (Bairro Flor da Serra) será considerado como ZR3, conforme diretrizes do zoneamento pelo qual foi concebido e aprovado, assim como os lotes existentes fruto de parcelamento interior no prolongamento da Rua Celso Brás de Carli, onde por conta da delimitação quando da elaboração do Plano Diretor, ficaram localizados em Zona Agropecuária.

Art. 8º. Fica alterado na Tabela 10 - Zona Residencial 3 - ZR3 do anexo II da Lei Complementar nº 137/07, o Campo “Gabarito”, passando de 02 para 05 pavimentos e o Campo “Taxa de permeabilidade” de 12% (doze por cento) para 20% (vinte por cento).

Parágrafo único - No campo de Observação da Tabela 10 - Zona Residencial 3 - ZR3 fica adicionada a seguinte expressão: “Nas ZR3 inseridas nos Bairros Jardim das Hortênsias, Jardim Alvorada, Monte Belo e Flor da Serra, fica limitado o gabarito em 02 pavimentos e a taxa de permeabilidade em 12% (doze por cento).”

Art. 9º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.213 de 21 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.213 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

“AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser repassado a partir de 06 de janeiro de 2012, destinados ao pagamento de despesas com a realização do Natal Encantado 2011.

Parágrafo único - O valor dos recursos financeiros, de que trata o “caput” deste artigo fica vinculado à apresentação de respectiva prestação de contas ao Poder Executivo no prazo de sessenta dias contados da liberação.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta do superávit oriundo de recursos próprios verificados no exercício de 2011.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 2.994 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nobres Senhores Vereadores,

Submetemos à elevada apreciação dos Ilustres Vereadores, o

Projeto de Lei incluso, que busca autorização legislativa para destinar recursos financeiros a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL, a título de auxílio financeiro a quantia total de R\$ 50.000,00.

O CDL apresentou a Administração Municipal o projeto Natal Encantado, que contempla o embelezamento e iluminação da área central da cidade para as atividades e shows no mês de dezembro, voltados para atrair as vendas do comércio do final de ano.

É do conhecimento dos Ilustres Vereadores, estar a CDL à frente das atividades inerentes ao comércio de Joaçaba, buscando no decorrer do exercício promover o desenvolvimento de diversos eventos, bem como a sua divulgação para toda a região.

Assim, haja vista a importância do evento, submete-se o presente projeto de lei para análise, solicitando-se sua aprovação.

ATENCIOSAMENTE.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei Nº 4.214 de 21 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.214 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL, entidade sem fins lucrativos inscrita no CPNJ sob o nº 04.300.275/0001-00, objetivando a Permissão de Uso de parte de um imóvel, de propriedade do Município de Joaçaba, situado na Rua Carmelita Lemes, Bairro Cruzeiro do Sul.

Parágrafo único - O imóvel destina-se exclusivamente para instalação de capela mortuária para a comunidade.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º. Obriga-se a entidade beneficiária a promover a manutenção e conservação do imóvel, sob pena de rescisão unilateral do Termo de Permissão, independentemente de qualquer indenização, bem como responsabilização cível e criminal.

Art. 4º. O uso do imóvel objeto da presente permissão não poderá ser transferido a terceiros, no todo ou em parte.

Art. 5º. O não cumprimento pela entidade beneficiada de qualquer condição estabelecida na presente Lei ou no Termo de Permissão, acarreta a imediata revogação deste, independente de notificação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.215 de 21 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.215 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC)."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), será ampliado na seguinte conformidade e pontos demarcatórios:

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por linha seca, dividindo-o com o CHÁCARA Nº 44; Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 44 com o azimute de 357°15'16" e a distância de 1.230,38 m até o marco '2' (E=447.993,044 m e N=6.992.221,131 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 44, 45, 46 e 48 com o azimute de 288°23'12" e a distância de 1.047,57 m até o marco '3' (E=446.998,950 m e N=6.992.551,567 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 319°52'45" e a distância de 155,80 m até o marco '4' (E=446.898,550 m e N=6.992.670,709 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 334°12'54" e a distância de 100,98 m até o marco '5' (E=446.854,624 m e N=6.992.761,633 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 319°27'53" e a distância de 226,90 m até o marco '6' (E=446.707,161 m e N=6.992.934,074 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 314°11'42" e a distância de 161,91 m até o marco '7' (E=446.591,073 m e N=6.993.046,945 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 308°01'39" e a distância de 183,22 m até o marco '8' (E=446.446,747 m e N=6.993.159,816 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 294°15'33" e a distância de 175,51 m até o marco '9' (E=446.286,733 m e N=6.993.231,928 m); Daí segue por montante pelo córrego confrontando com Córrego INOMINADO com o azimute de 286°41'17" e a distância de 98,26 m até o marco '10' (E=446.192,608 m e N=6.993.260,146 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 64 e 63 com o azimute de 271°44'04" e a distância de 310,76 m até o marco '11' (E=445.881,993 m e N=6.993.269,552 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 63 com o azimute de 271°06'03" e a distância de 326,36 m até o marco '12' (E=445.555,691 m e N=6.993.275,823 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 63 e 87 com o azimute de 221°59'59" e a distância de 968,05 m até o marco '13' (E=444.907,942 m e N=6.992.556,415 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 89 com o azimute de 312°29'25" e a distância de 310,02 m até o marco '14' (E=444.679,333 m e N=6.992.765,825 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 90 com o azimute de 38°11'15" e a distância de 201,76 m até o marco '15' (E=444.804,070 m e N=6.992.924,409 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 90 com o azimute de 311°53'56" e a distância de 67,06 m até o marco '16' (E=444.754,155 m e N=6.992.969,193 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 90 com o azimute de 355°27'51" e a distância de 100,35 m até o marco '17' (E=444.746,219 m e N=6.993.069,231 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 90 e 92 com o azimute de 334°16'41" e a distância de 330,69 m até o marco '18' (E=444.602,699 m e N=6.993.367,153 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 92 com o azimute de 322°17'55" e a distância de 318,00 m até o marco '19'

(E=444.408,228 m e N=6.993.618,757 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 340°06'07" e a distância de 156,20 m até o marco '20' (E=444.355,066 m e N=6.993.765,631 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 52°47'05" e a distância de 98,17 m até o marco '21' (E=444.433,246 m e N=6.993.825,006 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 19°06'21" e a distância de 85,99 m até o marco '22' (E=444.461,390 m e N=6.993.906,255 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 343°17'22" e a distância de 65,26 m até o marco '23' (E=444.442,627 m e N=6.993.968,755 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 313°51'44" e a distância de 82,75 m até o marco '24' (E=444.382,966 m e N=6.994.026,092 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 341°09'46" e a distância de 145,28 m até o marco '25' (E=444.336,058 m e N=6.994.163,592 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 324°40'11" e a distância de 91,93 m até o marco '26' (E=444.282,895 m e N=6.994.238,591 m); Daí segue por montante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 338°11'04" e a distância de 67,32 m até o marco '27' (E=444.257,878 m e N=6.994.301,091 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 97 e 99 com o azimute de 297°08'00" e a distância de 137,04 m até o marco '28' (E=444.135,917 m e N=6.994.363,590 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 99 com o azimute de 303°59'06" e a distância de 475,20 m até o marco '29' (E=443.741,892 m e N=6.994.629,214 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 99 com o azimute de 212°50'05" e a distância de 397,95 m até o marco '30' (E=443.526,116 m e N=6.994.294,841 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 103, 102, 07, 06, 05, 04, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22 com o azimute de 296°29'47" e a distância de 4.535,15 m até o marco '31' (E=439.467,322 m e N=6.996.318,158 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 22 e 11 com o azimute de 37°16'34" e a distância de 579,54 m até o marco '32' (E=439.818,325 m e N=6.996.779,312 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 11 com o azimute de 299°16'27" e a distância de 81,05 m até o marco '33' (E=439.747,629 m e N=6.996.818,943 m); Daí segue por linha seca confrontando com TRAVESSIA DA RODOVIA FEDERAL BR-282 e CHÁCARA Nº 11 com o azimute de 28°24'47" e a distância de 900,62 m até o marco '34' (E=440.176,168 m e N=6.997.611,078 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 126°37'18" e a distância de 180,16 m até o marco '35' (E=440.320,761 m e N=6.997.503,608 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 111°43'45" e a distância de 82,77 m até o marco '36' (E=440.397,653 m e N=6.997.472,964 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 96°09'57" e a distância de 91,00 m até o marco '37' (E=440.488,122 m e N=6.997.463,190 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 123°40'17" e a distância de 61,70 m até o marco '38' (E=440.539,469 m e N=6.997.428,983 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 105°56'05" e a distância de 71,20 m até o marco '39' (E=440.607,932 m e N=6.997.409,436 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 108°25'22" e a distância de 92,78 m até o marco '40' (E=440.695,956 m e N=6.997.380,115 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 155°04'47" e a distância de 75,44 m até o marco '41' (E=440.727,743 m e N=6.997.311,701 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de

105°44'26" e a distância de 99,07 m até o marco '42' (E=440.823,101 m e N=6.997.284,823 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 123°09'36" e a distância de 75,94 m até o marco '43' (E=440.886,674 m e N=6.997.243,286 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 130°00'37" e a distância de 79,81 m até o marco '44' (E=440.947,802 m e N=6.997.191,975 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 127°51'20" e a distância de 83,61 m até o marco '45' (E=441.013,820 m e N=6.997.140,664 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 125°15'12" e a distância de 122,76 m até o marco '46' (E=441.114,069 m e N=6.997.069,806 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 77°28'47" e a distância de 45,08 m até o marco '47' (E=441.158,081 m e N=6.997.079,579 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 84°33'48" e a distância de 51,58 m até o marco '48' (E=441.209,429 m e N=6.997.084,466 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 99°27'21" e a distância de 59,49 m até o marco '49' (E=441.268,111 m e N=6.997.074,693 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 160°32'49" e a distância de 44,05 m até o marco '50' (E=441.282,782 m e N=6.997.033,155 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 216°16'24" e a distância de 45,46 m até o marco '51' (E=441.255,885 m e N=6.996.996,505 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 162°38'04" e a distância de 40,96 m até o marco '52' (E=441.268,111 m e N=6.996.957,410 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 112°49'09" e a distância de 50,40 m até o marco '53' (E=441.314,568 m e N=6.996.937,863 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 130°13'00" e a distância de 41,63 m até o marco '54' (E=441.346,354 m e N=6.996.910,986 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO SANTA CLARA com o azimute de 124°58'23" e a distância de 59,68 m até o marco '55' (E=441.395,256 m e N=6.996.876,779 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 60 com o azimute de 29°37'07" e a distância de 846,00 m até o marco '56' (E=441.813,370 m e N=6.997.612,237 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 86°47'15" e a distância de 45,20 m até o marco '57' (E=441.858,495 m e N=6.997.614,769 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 128°16'14" e a distância de 41,59 m até o marco '58' (E=441.891,148 m e N=6.997.589,009 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 125°31'08" e a distância de 29,56 m até o marco '59' (E=441.915,209 m e N=6.997.571,835 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 61°07'50" e a distância de 56,91 m até o marco '60' (E=441.965,049 m e N=6.997.599,313 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 51°21'36" e a distância de 55,01 m até o marco '61' (E=442.008,014 m e N=6.997.633,661 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 91°03'36" e a distância de 92,82 m até o marco '62' (E=442.100,818 m e N=6.997.631,943 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 127°07'38" e a distância de 71,13 m até o marco '63' (E=442.157,532 m e N=6.997.589,009 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 134°00'32" e a distância de 71,68 m até o marco '64' (E=442.209,090 m e N=6.997.539,204 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o

azimute de 137°16'12" e a distância de 30,39 m até o marco \65\ (E=442.229,714 m e N=6.997.516,878 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 77°21'59" e a distância de 188,45 m até o marco \66\ (E=442.413,605 m e N=6.997.558,095 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 113°18'13" e a distância de 108,35 m até o marco \67\ (E=442.513,117 m e N=6.997.515,231 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 92°02'38" e a distância de 60,78 m até o marco \68\ (E=442.573,855 m e N=6.997.513,063 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 95°11'26" e a distância de 47,92 m até o marco \69\ (E=442.621,578 m e N=6.997.508,728 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 125°49'06" e a distância de 48,15 m até o marco \70\ (E=442.660,624 m e N=6.997.480,548 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 104°48'59" e a distância de 76,29 m até o marco \71\ (E=442.734,377 m e N=6.997.461,039 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 111°26'02" e a distância de 65,25 m até o marco \72\ (E=442.795,115 m e N=6.997.437,195 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 118°03'21" e a distância de 73,74 m até o marco \73\ (E=442.860,191 m e N=6.997.402,512 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 113°22'13" e a distância de 87,43 m até o marco \74\ (E=442.940,452 m e N=6.997.367,829 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 129°04'27" e a distância de 89,41 m até o marco \75\ (E=443.009,867 m e N=6.997.311,469 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 109°50'32" e a distância de 83,02 m até o marco \76\ (E=443.087,959 m e N=6.997.283,289 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 87°59'31" e a distância de 123,72 m até o marco \77\ (E=443.211,604 m e N=6.997.287,624 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 79°20'15" e a distância de 152,31 m até o marco \78\ (E=443.361,280 m e N=6.997.315,804 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 83°39'51" e a distância de 157,14 m até o marco \79\ (E=443.517,463 m e N=6.997.333,146 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 111°01'26" e a distância de 120,84 m até o marco \80\ (E=443.630,262 m e N=6.997.289,792 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 83°12'57" e a distância de 91,75 m até o marco \81\ (E=443.721,369 m e N=6.997.300,631 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 133°14'39" e a distância de 50,62 m até o marco \82\ (E=443.758,246 m e N=6.997.265,948 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 132°29'25" e a distância de 35,30 m até o marco \83\ (E=443.784,276 m e N=6.997.242,103 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 69°27'26" e a distância de 74,13 m até o marco \84\ (E=443.853,691 m e N=6.997.268,115 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 120°56'45" e a distância de 113,82 m até o marco \85\ (E=443.951,306 m e N=6.997.209,588 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 119°43'38" e a distância de 69,94 m até o marco \86\ (E=444.012,044 m e N=6.997.174,905 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 94°13'42" e a distância de 120,65 m até o marco \87\ (E=444.132,364 m e N=6.997.166,009 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com

o azimute de 76°46'07" e a distância de 75,76 m até o marco \88\ (E=444.206,118 m e N=6.997.183,351 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 120°07'26" e a distância de 77,75 m até o marco \89\ (E=444.273,363 m e N=6.997.144,333 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 133°34'57" e a distância de 62,89 m até o marco \90\ (E=444.318,917 m e N=6.997.100,979 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 94°53'44" e a distância de 76,20 m até o marco \91\ (E=444.394,839 m e N=6.997.094,476 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 71°34'38" e a distância de 61,73 m até o marco \92\ (E=444.453,408 m e N=6.997.113,985 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 136°31'41" e a distância de 56,75 m até o marco \93\ (E=444.492,454 m e N=6.997.072,799 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 103°13'54" e a distância de 75,76 m até o marco \94\ (E=444.566,207 m e N=6.997.055,458 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 134°58'47" e a distância de 64,40 m até o marco \95\ (E=444.611,761 m e N=6.997.009,936 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 152°34'34" e a distância de 65,94 m até o marco \96\ (E=444.642,129 m e N=6.996.951,409 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 86°03'27" e a distância de 63,06 m até o marco \97\ (E=444.705,037 m e N=6.996.955,744 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 51°43'46" e a distância de 104,99 m até o marco \98\ (E=444.787,467 m e N=6.997.020,775 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO DA MAURA com o azimute de 94°04'57" e a distância de 60,89 m até o marco \99\ (E=444.848,205 m e N=6.997.016,439 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 146°17'29" e a distância de 54,72 m até o marco \100\ (E=444.878,574 m e N=6.996.970,918 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 180°00'00" e a distância de 65,03 m até o marco \101\ (E=444.878,574 m e N=6.996.905,887 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 134°58'48" e a distância de 42,93 m até o marco \102\ (E=444.908,943 m e N=6.996.875,540 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 90°00'00" e a distância de 78,09 m até o marco \103\ (E=444.987,034 m e N=6.996.875,540 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 72°40'45" e a distância de 114,65 m até o marco \104\ (E=445.096,481 m e N=6.996.909,672 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 96°20'09" e a distância de 39,29 m até o marco \105\ (E=445.135,527 m e N=6.996.905,337 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 149°36'11" e a distância de 72,88 m até o marco \106\ (E=445.172,404 m e N=6.996.842,474 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 147°30'38" e a distância de 113,08 m até o marco \107\ (E=445.233,142 m e N=6.996.747,096 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 127°12'55" e a distância de 68,10 m até o marco \108\ (E=445.287,372 m e N=6.996.705,910 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 72°46'12" e a distância de 65,86 m até o marco \109\ (E=445.350,279 m e N=6.996.725,419 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 36°42'33" e a distância de 137,90 m até o marco \110\ (E=445.432,710 m e N=6.996.835,971 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de

60°52'09" e a distância de 129,13 m até o marco \111\ (E=445.545,509 m e N=6.996.898,834 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 86°28'52" e a distância de 141,27 m até o marco \112\ (E=445.686,507 m e N=6.996.907,505 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 78°14'23" e a distância de 212,71 m até o marco \113\ (E=445.894,752 m e N=6.996.950,858 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 86°21'01" e a distância de 102,16 m até o marco \114\ (E=445.996,705 m e N=6.996.957,361 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 172°17'55" e a distância de 80,93 m até o marco \115\ (E=446.007,551 m e N=6.996.877,157 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 197°42'44" e a distância de 106,95 m até o marco \116\ (E=445.975,013 m e N=6.996.775,276 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 195°57'22" e a distância de 78,91 m até o marco \117\ (E=445.953,321 m e N=6.996.699,407 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 185°56'08" e a distância de 167,81 m até o marco \118\ (E=445.935,967 m e N=6.996.532,496 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 210°23'48" e a distância de 72,88 m até o marco \119\ (E=445.899,091 m e N=6.996.469,633 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 231°08'07" e a distância de 86,36 m até o marco \120\ (E=445.831,845 m e N=6.996.415,441 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 230°52'33" e a distância de 120,24 m até o marco \121\ (E=445.738,569 m e N=6.996.339,572 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 207°42'58" e a distância de 97,95 m até o marco \122\ (E=445.693,015 m e N=6.996.252,865 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 208°30'45" e a distância de 86,34 m até o marco \123\ (E=445.651,800 m e N=6.996.176,996 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 173°28'33" e a distância de 76,36 m até o marco \124\ (E=445.660,477 m e N=6.996.101,127 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 109°58'12" e a distância de 50,78 m até o marco \125\ (E=445.708,200 m e N=6.996.083,785 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 60°49'11" e a distância de 84,47 m até o marco \126\ (E=445.781,953 m e N=6.996.124,971 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 90°00'00" e a distância de 62,91 m até o marco \127\ (E=445.844,860 m e N=6.996.124,971 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 110°47'03" e a distância de 86,18 m até o marco \128\ (E=445.925,428 m e N=6.996.094,392 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 99°27'21" e a distância de 118,75 m até o marco \129\ (E=446.042,566 m e N=6.996.074,883 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO TIGRE com o azimute de 62°15'29" e a distância de 46,57 m até o marco \130\ (E=446.083,780 m e N=6.996.096,559 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 99 com o azimute de 40°56'04" e a distância de 172,16 m até o marco \131\ (E=446.196,580 m e N=6.996.226,620 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 99 com o azimute de 27°25'45" e a distância de 786,40 m até o marco \132\ (E=446.558,838 m e N=6.996.924,614 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 145°22'57" e a distância de 97,50 m até o marco \133\ (E=446.614,225 m e N=6.996.844,379 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/

LINHA DUAS CASAS com o azimute de 117°37'46" e a distância de 51,42 m até o marco \134\ (E=446.659,779 m e N=6.996.820,534 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 82°52'48" e a distância de 69,95 m até o marco \135\ (E=446.729,193 m e N=6.996.829,205 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 68°01'54" e a distância de 254,96 m até o marco \136\ (E=446.965,638 m e N=6.996.924,583 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 122°27'10" e a distância de 84,83 m até o marco \137\ (E=447.037,222 m e N=6.996.879,062 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 118°09'42" e a distância de 68,89 m até o marco \138\ (E=447.097,960 m e N=6.996.846,546 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 97°35'21" e a distância de 65,65 m até o marco \139\ (E=447.163,036 m e N=6.996.837,876 m); Daí segue por estrada confrontando com ESTRADA MUNICIPAL p/ LINHA DUAS CASAS com o azimute de 115°53'26" e a distância de 84,39 m até o marco \140\ (E=447.238,959 m e N=6.996.801,025 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 72 com o azimute de 57°51'32" e a distância de 427,83 m até o marco \141\ (E=447.601,217 m e N=6.997.028,632 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 72 e 73 com o azimute de 137°21'57" e a distância de 73,66 m até o marco \142\ (E=447.651,109 m e N=6.996.974,440 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 73 com o azimute de 154°00'35" e a distância de 94,05 m até o marco \143\ (E=447.692,324 m e N=6.996.889,900 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 73 com o azimute de 138°58'15" e a distância de 66,09 m até o marco \144\ (E=447.735,709 m e N=6.996.840,043 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 73, 74, 75 e 76 com o azimute de 136°05'07" e a distância de 584,21 m até o marco \145\ (E=448.140,907 m e N=6.996.419,198 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 76 e 77 com o azimute de 78°30'41" e a distância de 130,60 m até o marco \146\ (E=448.268,890 m e N=6.996.445,210 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 77, 78 e 79 com o azimute de 115°55'10" e a distância de 441,36 m até o marco \147\ (E=448.665,856 m e N=6.996.252,286 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 30°09'32" e a distância de 77,72 m até o marco \148\ (E=448.704,902 m e N=6.996.319,485 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 42°25'03" e a distância de 67,53 m até o marco \149\ (E=448.750,456 m e N=6.996.369,341 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 35°00'39" e a distância de 52,93 m até o marco \150\ (E=448.780,824 m e N=6.996.412,695 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 57°49'21" e a distância de 69,20 m até o marco \151\ (E=448.839,393 m e N=6.996.449,546 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 63°27'04" e a distância de 87,30 m até o marco \152\ (E=448.917,485 m e N=6.996.488,564 m); Daí segue por montante pela sanga confrontando com SANGA INOMINADA com o azimute de 59°26'19" e a distância de 55,42 m até o marco \153\ (E=448.965,208 m e N=6.996.516,744 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 117°27'29" e a distância de 61,11 m até o marco \154\ (E=449.019,438 m e N=6.996.488,564 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 104°01'36" e a distância de 44,72 m até o marco \155\ (E=449.062,822 m e N=6.996.477,725 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO ANTINHA com o azimute de 74°45'18" e a distância de 49,46 m até o marco \156\

(E=449.110,545 m e N=6.996.490,731 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº51 com o azimute de 26°34'53" e a distância de 237,54 m até o marco '157' (E=449.216,836 m e N=6.996.703,164 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 51 e 50 com o azimute de 93°23'20" e a distância de 293,36 m até o marco '158' (E=449.509,680 m e N=6.996.685,823 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 50 e 49 com o azimute de 71°19'19" e a distância de 385,89 m até o marco '159' (E=449.875,249 m e N=6.996.809,405 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com CÓRREGO INOMINADO com o azimute de 134°26'40" e a distância de 164,07 m até o marco '160' (E=449.992,387 m e N=6.996.694,518 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com CÓRREGO INOMINADO com o azimute de 133°07'56" e a distância de 95,12 m até o marco '161' (E=450.061,802 m e N=6.996.629,487 m); Daí segue por jusante pelo córrego confrontando com CÓRREGO INOMINADO com o azimute de 143°43'36" e a distância de 80,66 m até o marco '162' (E=450.109,525 m e N=6.996.564,457 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 47 com o azimute de 29°49'54" e a distância de 444,79 m até o marco '163' (E=450.330,784 m e N=6.996.950,304 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARAS Nºs 38, 39, 40, 41 e 42 com o azimute de 118°31'14" e a distância de 1.011,29 m até o marco '164' (E=451.219,350 m e N=6.996.467,440 m); Daí segue por linha seca confrontando com CHÁCARA Nº 42 com o azimute de 14°48'24" e a distância de 1.263,44 m até o marco '165' (E=451.542,232 m e N=6.997.688,921 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 118°35'37" e a distância de 56,93 m até o marco '166' (E=451.592,215 m e N=6.997.661,676 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 129°22'51" e a distância de 54,87 m até o marco '167' (E=451.634,626 m e N=6.997.626,863 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 87°08'22" e a distância de 60,66 m até o marco '168' (E=451.695,213 m e N=6.997.629,891 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 94°34'15" e a distância de 37,99 m até o marco '169' (E=451.733,079 m e N=6.997.626,863 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 115°00'06" e a distância de 50,14 m até o marco '170' (E=451.778,519 m e N=6.997.605,673 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 98°21'36" e a distância de 52,05 m até o marco '171' (E=451.830,017 m e N=6.997.598,105 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 91°47'19" e a distância de 48,49 m até o marco '172' (E=451.878,486 m e N=6.997.596,592 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 119°43'39" e a distância de 48,84 m até o marco '173' (E=451.920,897 m e N=6.997.572,374 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 151°54'38" e a distância de 51,47 m até o marco '174' (E=451.945,132 m e N=6.997.526,966 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 141°05'45" e a distância de 60,29 m até o marco '175' (E=451.982,998 m e N=6.997.480,045 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 101°18'11" e a distância de 39,08 m até o marco '176' (E=452.021,321 m e N=6.997.472,385 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 79°23'16" e a distância de 49,31 m até o marco '177' (E=452.069,791 m e N=6.997.481,467 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 74°59'30" e a distância de 64,29 m até o marco '178' (E=452.131,892 m e N=6.997.498,116 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimute de 70°07'40" e a distância de 75,70 m até o marco '179'

(E=452.203,081 m e N=6.997.523,847 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimuth de 88°21'53" e a distância de 53,03 m até o marco '180' (E=452.256,094 m e N=6.997.525,361 m); Daí segue por jusante pelo lajeado confrontando com LAJEADO INOMINADO com o azimuth de 107°29'03" e a distância de 146,10 m até o marco '181' (E=452.395,443 m e N=6.997.481,467 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 206°23'11" e a distância de 128,30 m até o marco '182' (E=452.338,423 m e N=6.997.366,532 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 203°54'05" e a distância de 129,34 m até o marco '183' (E=452.286,017 m e N=6.997.248,281 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 202°03'01" e a distância de 76,55 m até o marco '184' (E=452.257,279 m e N=6.997.177,330 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 197°39'43" e a distância de 78,01 m até o marco '185' (E=452.233,612 m e N=6.997.103,001 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 181°58'24" e a distância de 78,48 m até o marco '186' (E=452.230,910 m e N=6.997.024,569 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 194°19'56" e a distância de 103,43 m até o marco '187' (E=452.205,305 m e N=6.996.924,354 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 190°26'41" e a distância de 82,39 m até o marco '188' (E=452.190,369 m e N=6.996.843,329 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 178°05'23" e a distância de 64,00 m até o marco '189' (E=452.192,502 m e N=6.996.779,363 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 188°43'08" e a distância de 92,37 m até o marco '190' (E=452.178,500 m e N=6.996.688,056 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 183°28'55" e a distância de 60,02 m até o marco '191' (E=452.174,855 m e N=6.996.628,150 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 181°21'54" e a distância de 61,22 m até o marco '192' (E=452.173,396 m e N=6.996.566,948 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 181°20'15" e a distância de 69,41 m até o marco '193' (E=452.171,776 m e N=6.996.497,553 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 175°50'15" e a distância de 72,39 m até o marco '194' (E=452.177,031 m e N=6.996.425,354 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 162°44'50" e a distância de 79,72 m até o marco '195' (E=452.200,676 m e N=6.996.349,217 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 166°38'52" e a distância de 108,15 m até o marco '196' (E=452.225,653 m e N=6.996.243,986 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 157°30'22" e a distância de 82,41 m até o marco '197' (E=452.257,180 m e N=6.996.167,849 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 163°31'00" e a distância de 134,42 m até o marco '198' (E=452.295,321 m e N=6.996.038,950 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 167°36'39" e a distância de 110,21 m até o marco '199' (E=452.318,967 m e N=6.995.931,308 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 159°00'47" e a distância de 84,36 m até o marco '200' (E=452.349,180 m e N=6.995.852,546 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 168°21'31" e a distância de 136,71 m até o marco '201' (E=452.376,767 m e N=6.995.718,649 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimuth de 164°06'15" e a distância de 91,20 m até o marco '202'

(E=452.401,746 m e N=6.995.630,933 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 189°52'22" e a distância de 99,56 m até o marco \203\ (E=452.384,677 m e N=6.995.532,850 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 205°13'35" e a distância de 70,51 m até o marco \204\ (E=452.354,624 m e N=6.995.469,061 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 214°51'45" e a distância de 56,89 m até o marco \205\ (E=452.322,103 m e N=6.995.422,378 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 224°31'40" e a distância de 66,66 m até o marco \206\ (E=452.275,358 m e N=6.995.374,856 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 244°35'08" e a distância de 81,73 m até o marco \207\ (E=452.201,540 m e N=6.995.339,782 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 261°05'25" e a distância de 139,75 m até o marco \208\ (E=452.063,474 m e N=6.995.318,137 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 265°16'00" e a distância de 179,00 m até o marco \209\ (E=451.885,082 m e N=6.995.303,366 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 256°43'58" e a distância de 91,35 m até o marco \210\ (E=451.796,166 m e N=6.995.282,401 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 257°30'24" e a distância de 75,91 m até o marco \211\ (E=451.722,054 m e N=6.995.265,980 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 282°04'44" e a distância de 74,80 m até o marco \212\ (E=451.648,912 m e N=6.995.281,632 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 304°31'00" e a distância de 73,17 m até o marco \213\ (E=451.588,623 m e N=6.995.323,094 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 281°39'05" e a distância de 49,92 m até o marco \214\ (E=451.539,732 m e N=6.995.333,175 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 251°29'49" e a distância de 76,63 m até o marco \215\ (E=451.467,065 m e N=6.995.308,857 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 234°52'56" e a distância de 108,28 m até o marco \216\ (E=451.378,497 m e N=6.995.246,569 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 237°24'01" e a distância de 75,63 m até o marco \217\ (E=451.314,782 m e N=6.995.205,822 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 222°28'02" e a distância de 67,03 m até o marco \218\ (E=451.269,523 m e N=6.995.156,373 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 205°50'20" e a distância de 101,02 m até o marco \219\ (E=451.225,492 m e N=6.995.065,449 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 213°15'24" e a distância de 91,79 m até o marco \220\ (E=451.175,154 m e N=6.994.988,689 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 243°28'52" e a distância de 31,70 m até o marco \221\ (E=451.146,789 m e N=6.994.974,536 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 237°59'48" e a distância de 86,55 m até o marco \222\ (E=451.073,394 m e N=6.994.928,667 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 237°41'38" e a distância de 78,03 m até o marco \223\ (E=451.007,443 m e N=6.994.886,965 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 239°46'28" e a distância de 53,92 m até o marco \224\ (E=450.960,852 m e N=6.994.859,820 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 232°52'24" e a distância de 74,86 m até o marco \225\

(E=450.901,163 m e N=6.994.814,634 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 243°33'39" e a distância de 86,81 m até o marco \226\ (E=450.823,436 m e N=6.994.775,984 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 229°27'45" e a distância de 103,71 m até o marco \227\ (E=450.744,620 m e N=6.994.708,579 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 221°04'34" e a distância de 253,33 m até o marco \228\ (E=450.578,167 m e N=6.994.517,610 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 221°33'21" e a distância de 134,77 m até o marco \229\ (E=450.488,765 m e N=6.994.416,758 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 236°50'40" e a distância de 193,15 m até o marco \230\ (E=450.327,059 m e N=6.994.311,119 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 214°07'59" e a distância de 56,13 m até o marco \231\ (E=450.295,564 m e N=6.994.264,660 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 180°00'00" e a distância de 73,44 m até o marco \232\ (E=450.295,564 m e N=6.994.191,224 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 216°29'19" e a distância de 42,87 m até o marco \233\ (E=450.270,069 m e N=6.994.156,755 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 188°45'08" e a distância de 39,42 m até o marco \234\ (E=450.264,070 m e N=6.994.117,789 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 225°01'13" e a distância de 57,25 m até o marco \235\ (E=450.223,576 m e N=6.994.077,324 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 183°22'08" e a distância de 76,57 m até o marco \236\ (E=450.219,077 m e N=6.994.000,891 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 180°00'00" e a distância de 92,92 m até o marco \237\ (E=450.219,077 m e N=6.993.907,973 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 185°04'59" e a distância de 67,71 m até o marco \238\ (E=450.213,078 m e N=6.993.840,532 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 173°21'11" e a distância de 220,06 m até o marco \239\ (E=450.238,550 m e N=6.993.621,951 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 171°21'25" e a distância de 119,76 m até o marco \240\ (E=450.256,547 m e N=6.993.503,555 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 194°31'15" e a distância de 131,59 m até o marco \241\ (E=450.223,553 m e N=6.993.376,166 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 183°51'34" e a distância de 133,69 m até o marco \242\ (E=450.214,554 m e N=6.993.242,783 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 192°38'31" e a distância de 178,17 m até o marco \243\ (E=450.175,561 m e N=6.993.068,935 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 193°35'42" e a distância de 121,23 m até o marco \244\ (E=450.147,064 m e N=6.992.951,099 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°50'56" e a distância de 185,93 m até o marco \245\ (E=450.141,065 m e N=6.992.765,262 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 189°37'35" e a distância de 179,37 m até o marco \246\ (E=450.111,070 m e N=6.992.588,417 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 193°00'12" e a distância de 179,96 m até o marco \247\ (E=450.070,577 m e N=6.992.413,071 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 219°55'32" e a distância de 91,45 m até o marco \248\

(E=450.011,883 m e N=6.992.342,937 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 232°36'51" e a distância de 96,26 m até o marco '249' (E=449.935,396 m e N=6.992.284,488 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 248°50'16" e a distância de 178,51 m até o marco '250' (E=449.768,924 m e N=6.992.220,044 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 248°48'39" e a distância de 186,59 m até o marco '251' (E=449.594,954 m e N=6.992.152,603 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 217°28'13" e a distância de 88,75 m até o marco '252' (E=449.540,963 m e N=6.992.082,165 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 206°12'58" e a distância de 105,24 m até o marco '253' (E=449.494,471 m e N=6.991.987,748 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 178°48'20" e a distância de 143,91 m até o marco '254' (E=449.497,470 m e N=6.991.843,874 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 163°58'55" e a distância de 190,23 m até o marco '255' (E=449.549,961 m e N=6.991.661,034 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 162°04'51" e a distância de 162,30 m até o marco '256' (E=449.599,896 m e N=6.991.506,610 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 182°54'46" e a distância de 220,71 m até o marco '257' (E=449.588,680 m e N=6.991.286,185 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 181°24'41" e a distância de 205,47 m até o marco '258' (E=449.583,619 m e N=6.991.080,779 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 190°22'09" e a distância de 172,59 m até o marco '259' (E=449.552,554 m e N=6.990.911,004 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 197°17'25" e a distância de 139,07 m até o marco '260' (E=449.511,222 m e N=6.990.778,223 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 213°24'29" e a distância de 103,61 m até o marco '261' (E=449.454,175 m e N=6.990.691,733 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 219°56'45" e a distância de 106,03 m até o marco '262' (E=449.386,094 m e N=6.990.610,441 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 242°36'12" e a distância de 142,07 m até o marco '263' (E=449.259,957 m e N=6.990.545,068 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 248°58'34" e a distância de 83,55 m até o marco '264' (E=449.181,971 m e N=6.990.515,094 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 265°55'02" e a distância de 105,25 m até o marco '265' (E=449.076,988 m e N=6.990.507,601 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 289°01'14" e a distância de 194,52 m até o marco '266' (E=448.893,090 m e N=6.990.570,996 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 292°17'20" e a distância de 128,21 m até o marco '267' (E=448.774,455 m e N=6.990.619,625 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 294°35'59" e a distância de 96,72 m até o marco '268' (E=448.686,511 m e N=6.990.659,888 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 296°14'01" e a distância de 111,26 m até o marco '269' (E=448.586,710 m e N=6.990.709,069 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 296°14'01" e a distância de 148,40 m até o marco '270' (E=448.453,596 m e N=6.990.774,666 m); Daí segue por jusante pelo rio confrontando com RIO DO PEIXE com o azimute de 298°26'17" e a distância de 456,73 m até o marco '1'

(E=448.051,978 m e N=6.990.992,166 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 4.072,845 ha.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei o Memorial Descritivo, Planilha do Cálculo Analítico da Área e Planta Baixa do Perímetro Urbano aprovado.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas na Lei Nº 2.905 de 05 de junho de 2003.

Joaçaba, SC, em 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.216 de 21 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.216 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA com o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST visando o repasse de recursos financeiros implantação de Pronto Atendimento 24h compreendendo a prestação de serviços em pronto atendimento, com plantão emergencial e especialidades, com plantão à distância, através de escalas, à população do Município de Joaçaba(SC).

Parágrafo único - Nos termos do convênio de que trata o "caput" deste artigo constará, obrigatoriamente, o detalhamento dos conceitos e serviços do que se trata o Pronto Atendimento 24h e/ou Urgência e o detalhamento contábil da respectiva prestação de contas. (Emenda Modificativa)

Art. 2º O valor da parcela mensal a ser repassada pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE decorrente da prestação de serviços do HUST, a partir de janeiro de 2012 será R\$ 66.375,75 (Sessenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Parágrafo único - O valor da parcela poderá ser reajustada em caso de prorrogação do Convênio, mediante Termo Aditivo, transcorrido o período de 01 (um) ano, aplicando-se o INPC acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º O prazo de vigência deste convênio é de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2012 e sua renovação dependerá de prévia anuência do Conselho Municipal de Saúde e da Câmara de Vereadores. (Emenda Modificativa)

Art. 4º As despesas provenientes da execução deste convênio correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012 do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 21 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício



Lei Nº 4.217 de 23 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.217 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

FIXA VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO PARA A LEGISLATURA 2013-2016, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Os subsídios mensais dos agentes políticos, para o mandato de 2012-2016 ficam fixados, em reais, de acordo com a tabela a seguir:

CARGO	VALOR MENSAL EM REAIS
PREFEITO	14.500,00
VICE-PREFEITO	7.000,00
SECRETÁRIO MUNICIPAL	6.800,00
VEREADOR	4.500,00
PRESIDENTE DA CÂMARA	6.800,00

Parágrafo Único - Os subsídios poderão ser reajustados anualmente nos mesmos índices da revisão anual do Funcionalismo Público Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Joaçaba, SC, em 23 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.217 de 23 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 4.217 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

FIXA VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO PARA A LEGISLATURA 2013-2016, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Os subsídios mensais dos agentes políticos, para o mandato de 2012-2016 ficam fixados, em reais, de acordo com a tabela a seguir:

CARGO	VALOR MENSAL EM REAIS
PREFEITO	14.500,00
VICE-PREFEITO	7.000,00
SECRETÁRIO MUNICIPAL	6.800,00
VEREADOR	4.500,00
PRESIDENTE DA CÂMARA	6.800,00

Parágrafo Único - Os subsídios poderão ser reajustados anualmente nos mesmos índices da revisão anual do Funcionalismo Público Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Joaçaba, SC, em 23 de dezembro de 2011.

JOVENTINO DE MARCO

Prefeito em exercício

Pauta da Sessão Nº 54/2012

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 54/2012

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 3.567 de 16 de abril de 2010, alterado pelo Decreto nº 3.876 de 13 de setembro de 2011, torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 09 de janeiro de 2012, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata nº 70 de 05 de dezembro de 2011.
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 122.236, em nome de CENTRO ESPÍRITA LUZ DO CAMINHO, conforme relatório do Conselheiro ROBERTO MINATI;
3. Leitura, discussão e votação do Processo nº 122.311, em nome de ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA ESCOLA DE SAMBA VALE SAMBA, conforme relatório do Conselheiro NEWDIBERTO NIWALDO ANTONIO GHIGGI;
4. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2011.

GRACIELA GLASENAPP

Secretária do CMC

Resolução Nº 04, de 16 de dezembro 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 1.995/93 de 23.09.93

Av. XV de Novembro, 378 - Fone (49) 3522-3000

Joaçaba - SC

RESOLUÇÃO Nº 04, de 16 de dezembro 2011.

Dispõe sobre as doações para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Joaçaba (CMDCA), em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo e controlador das ações da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Joaçaba, estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 1.995, de 23 de setembro de 1993 e conforme deliberação em reunião ordinária do dia 01 de outubro de 2007, resolve:

Considerando a alteração dos parâmetros para a criação e funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente através da resolução CONANDA nº 137/2010;

Art.1º As doações provenientes de pessoas físicas e jurídicas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com dedução de imposto de renda devido, poderão ser destinadas pelos doadores às entidades registradas neste Conselho, atendendo os seguintes critérios:

I - Será destinada às entidades até 80% (setenta por cento) do valor doado.

II - Serão destinados no mínimo 20% (vinte por cento) às demais políticas públicas da criança e do adolescente, conforme posterior deliberação da plenária do Conselho.

III - É facultada a pessoa física ou jurídica doadora a indicação de entidade beneficiária.

Parágrafo Primeiro - A indicação de entidade beneficiária deve ser feita mediante requerimento protocolado na Secretaria dos Conselhos, sendo que este procedimento não obriga o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente a destinar o recurso à entidade solicitada caso esta não tenha seus projetos aprovados de acordo com as legislações que normatizam as avaliações da

plenária do Conselho.

Parágrafo Segundo - As doações (80%) serão repassadas às entidades receptoras, após aprovação da plenária deste Conselho, mediante edital de cadastramento de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, encaminhados por órgãos governamentais e entidades não governamentais.

Parágrafo Terceiro: Só poderão ser beneficiadas, entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente há mais de um ano, que estejam cumprindo com suas finalidades estatutárias.

Parágrafo Quarto: As Entidades receptoras deverão encaminhar cópia da prestação de contas ao Setor de Contabilidade do Fundo Municipal da Infância e Adolescência a este Conselho e aos doadores, referente os valores doados.

Art. 2º - Fica revogada a Resolução nº 006/2007.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RÚBIA KAREN PROVENSI
Presidente do CMDCA

Balancetes Financeiros
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	604,77	Despesa Orçamentária	6.560,00
RECEITA PATRIMONIAL	441,27	Despesas exceto Intra-orçamentárias	6.560,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	163,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.560,00
Receita Extra - Orçamentária	7.281,60	Despesa Extra - Orçamentária	7.281,60
DEPOSITOS	721,60	DEPOSITOS	721,60
CONSIGNACOES	721,60	CONSIGNACOES	721,60
PREVIDENCIA SOCIAL	721,60	PREVIDENCIA SOCIAL	721,60
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.560,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.560,00
OBRIGACOES A PAGAR	6.560,00	OBRIGACOES A PAGAR	6.560,00
FORNECEDORES	6.560,00	FORNECEDORES	6.560,00
Saldos anteriores	75.846,84	Saldos atuais	69.891,61
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	75.846,84	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	69.891,61
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	83.733,21	Total	83.733,21

JOACABA , 23/12/2011

 IRIA F. RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária de Gestão Financeira

 PATRICIA CALLEGARI
 Contadora CRCSC-029205/O-3

 GILDETE POGERE CORADI
 Diretora de Finanças


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.430,62	Despesa Orçamentária	194.641,53
RECEITA PATRIMONIAL	1.430,62	Despesas exceto Intra-orçamentárias	183.443,27
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.205,23
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	128.238,04
		Despesas Intra-orçamentárias	11.198,26
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.658,08
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.540,18
Receita Extra - Orçamentária	358.387,70	Despesa Extra - Orçamentária	209.234,69
DEPOSITOS	12.413,67	DEPOSITOS	12.738,32
CONSIGNACOES	12.413,67	CONSIGNACOES	12.738,32
PREVIDENCIA SOCIAL	1.418,03	PREVIDENCIA SOCIAL	1.174,69
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.735,63	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.027,13
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	6.088,49	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	6.414,79
EMPRESTIMOS	2.289,35	EMPRESTIMOS	2.289,35
OUTROS CONSIGNATARIOS	882,17	OUTROS CONSIGNATARIOS	832,36
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	195.974,03	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	196.496,37
OBRIGACOES A PAGAR	195.974,03	OBRIGACOES A PAGAR	196.496,37
FORNECEDORES	131.110,72	FORNECEDORES	131.641,72
PESSOAL A PAGAR	64.321,96	PESSOAL A PAGAR	64.313,30
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	541,35	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	541,35
INTERFERENCIAS ATIVAS	150.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	150.000,00		
REPASSE RECEBIDO	150.000,00		
Saldos anteriores	321.150,91	Saldos atuais	277.093,01
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	282.656,33	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	234.145,27
BANCO C/ MOVIMENTO	38.494,58	BANCO C/ MOVIMENTO	42.947,74
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	680.969,23	Total	680.969,23

JOACABA , 23/12/2011

 PATRICIA CALLEGARI
 Contadora CRCSC 029205/O-3

 MIRIAN DOLZAN
 Superintendente

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	44.985,38	Despesa Orçamentária	247.593,12
RECEITA PATRIMONIAL	947,16	Despesas exceto Intra-orçamentárias	235.269,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.038,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.602,26
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.054,50
		INVESTIMENTOS	11.613,00
		Despesas Intra-orçamentárias	12.323,36
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.552,13
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	771,23
Receita Extra - Orçamentária	428.432,53	Despesa Extra - Orçamentária	274.554,49
CREDITOS EM CIRCULACAO	175,30	CREDITOS EM CIRCULACAO	175,30
CREDITOS A RECEBER	175,30	CREDITOS A RECEBER	175,30
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	175,30	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	175,30
DEPOSITOS	28.445,77	DEPOSITOS	26.550,35
CONSIGNACOES	28.445,77	CONSIGNACOES	26.550,35
PREVIDENCIA SOCIAL	3.761,95	PREVIDENCIA SOCIAL	3.773,73
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.925,70	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.738,86
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	9.166,99	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	8.161,10
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.579,50	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.821,26
OUTROS CONSIGNATARIOS	3.011,63	OUTROS CONSIGNATARIOS	2.055,40
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	247.811,46	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	247.828,84
OBRIGACOES A PAGAR	247.811,46	OBRIGACOES A PAGAR	247.828,84
FORNECEDORES	121.607,07	FORNECEDORES	121.607,07
PESSOAL A PAGAR	123.817,54	PESSOAL A PAGAR	123.798,12
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.336,85	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.373,65
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.050,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.050,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	152.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	152.000,00		
REPASSE RECEBIDO	152.000,00		
Saldos anteriores	235.957,49	Saldos atuais	187.227,79
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	144.894,46	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	97.323,68
BANCO C/ MOVIMENTO	57.863,83	BANCO C/ MOVIMENTO	82.188,61
BANCOS C/ VINCULADAS	33.199,20	BANCOS C/ VINCULADAS	7.715,50
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	709.375,40	Total	709.375,40

JOACABA , 26/12/2011

 PATRICIA CALLEGARI
 Contadora CRC SC-029205/O-3

 WALDEMAR RONSSEM JUNIOR
 Ordenador de Despesas


ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	29.073,99	Despesa Orçamentária	16.779,91
RECEITA TRIBUTARIA	23.414,11	Despesas exceto Intra-orçamentárias	16.779,91
RECEITA PATRIMONIAL	2.568,95	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.405,43
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRI	3.090,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.374,48
Receita Extra - Orçamentária	17.904,82	Despesa Extra - Orçamentária	17.029,83
DEPOSITOS	249,92	DEPOSITOS	249,92
CONSIGNACOES	249,92	CONSIGNACOES	249,92
PREVIDENCIA SOCIAL	234,94	PREVIDENCIA SOCIAL	234,94
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14,98	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14,98
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	16.779,91	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	16.779,91
OBRIGACOES A PAGAR	16.779,91	OBRIGACOES A PAGAR	16.779,91
FORNECEDORES	15.374,48	FORNECEDORES	15.374,48
PESSOAL A PAGAR	1.405,43	PESSOAL A PAGAR	1.405,43
INTERFERENCIAS ATIVAS	874,99		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	874,99		
REPASSE RECEBIDO	874,99		
Saldos anteriores	388.055,90	Saldos atuais	401.224,97
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	368.219,37	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	370.788,32
BANCO C/ MOVIMENTO	19.836,53	BANCO C/ MOVIMENTO	30.436,65
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	435.034,71	Total	435.034,71

JOACABA , 23/12/2011

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 PATRICIA CALLEGARI
 CRC-029205/O-3-Contadora

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária de Gestão Financeira

**Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	211.979,69	Despesa Orçamentária	130.507,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	82.664,90	Despesas exceto Intra-orçamentárias	130.507,07
RECEITA PATRIMONIAL	93.467,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.782,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAME	35.846,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	127.230,49
		INVESTIMENTOS	494,58
Receita Extra - Orçamentária	150.688,04	Despesa Extra - Orçamentária	184.036,65
DEPOSITOS	18.571,47	DEPOSITOS	18.248,71
CONSIGNACOES	18.571,47	CONSIGNACOES	18.248,71
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.315,27	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.764,87
OUTROS CONSIGNATARIOS	17.256,20	OUTROS CONSIGNATARIOS	16.483,84
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	132.116,57	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	165.787,94
OBRIGACOES A PAGAR	132.116,57	OBRIGACOES A PAGAR	165.787,94
FORNECEDORES	122.517,18	FORNECEDORES	156.163,55
PESSOAL A PAGAR	2.782,00	PESSOAL A PAGAR	2.782,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.820,43	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.820,43
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	536,50	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.073,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.460,46	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.948,96
Saldos anteriores	10.931.688,24	Saldos atuais	10.979.812,25
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	10.931.361,54	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	10.979.485,55
BANCO C/ MOVIMENTO	326,70	BANCO C/ MOVIMENTO	326,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.294.355,97	Total	11.294.355,97

Joacaba, 23/12/2011

 ROBERTO MINATI
 Presidente

 JULIO CESAR BISSANI
 Diretor Executivo

 ADONES MARCIANO
 CONTADOR CRC 028953/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	4.398.175,87	Despesa Orçamentária	3.254.201,11
RECEITA TRIBUTARIA	858.716,40	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.083.431,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	93.444,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.141.497,40
RECEITA PATRIMONIAL	70.519,34	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	86.741,90
RECEITA DE SERVIÇOS	84.428,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.035.094,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.059.500,22	INVESTIMENTOS	798.222,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.049,91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.875,32
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	8.281,26	Despesas Intra-orçamentárias	170.769,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	142.449,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	159.065,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	-214,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.703,89
Receita Extra - Orçamentária	3.796.490,80	Despesa Extra - Orçamentária	5.409.507,31
CREDITOS EM CIRCULACAO	622,20	CREDITOS EM CIRCULACAO	622,20
CREDITOS A RECEBER	622,20	CREDITOS A RECEBER	622,20
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	622,20	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	622,20
DEPOSITOS	297.211,93	DEPOSITOS	244.720,39
CONSIGNACOES	283.996,33	CONSIGNACOES	244.720,39
PREVIDENCIA SOCIAL	49.790,29	PREVIDENCIA SOCIAL	54.353,32
PENSOES ALIMENTÍCIAS	1.242,05	PENSOES ALIMENTÍCIAS	1.242,05
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	46.440,85	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.820,86
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	109.155,78	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	111.139,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	58.289,46	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	56.442,58
OUTROS CONSIGNATARIOS	19.077,90	OUTROS CONSIGNATARIOS	17.722,35
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.215,60	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.006.355,37
DEPOSITOS E CAUCOES	13.215,60	OBRIGACOES A PAGAR	3.897.738,15
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.498.656,67	FORNECEDORES	2.136.765,67
OBRIGACOES A PAGAR	3.390.039,45	PESSOAL A PAGAR	1.256.125,21
FORNECEDORES	1.880.794,16	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	92.897,51
PESSOAL A PAGAR	1.202.264,08	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	41.981,89
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	97.552,31	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	332.944,52
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	41.981,89	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	37.023,35
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	166.472,26	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	75.434,51
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	974,75	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	75.434,51
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	75.434,51	OUTRAS OBRIGACOES	33.182,71
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	75.434,51	OUTRAS OBRIGACOES - EXERCICIO.	33.182,71
OUTRAS OBRIGACOES	33.182,71	INTERFERENCIAS PASSIVAS	1.157.809,35
OUTRAS OBRIGACOES - EXERCICIO.	33.182,71	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	1.157.809,35
		REPASSE CONCEDIDO	1.157.809,35
Saldos anteriores	9.449.981,73	Saldos atuais	8.980.939,98
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.203.434,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.660.191,04
BANCO C/ MOVIMENTO	42.976,91	BANCO C/ MOVIMENTO	110.252,54
BANCOS C/ VINCULADAS	28.641,96	BANCOS C/ VINCULADAS	28.609,35
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	174.928,86	POUPANÇA	181.887,05
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	17.644.648,40	Total	17.644.648,40

JOACABA , 26/12/2011

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETÁRIA DE GESTÃO FINANCEIRA

 GILDETE POGERE CORADI
 DIRETORA FINANCEIRA

 PATRICIA CALLEGARI
 CONTADORA CRC 029205/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	281.167,88	Despesa Orçamentária	915.464,17
RECEITA TRIBUTARIA	9.127,75	Despesas exceto Intra-orçamentárias	885.217,21
RECEITA PATRIMONIAL	7.544,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	447.298,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	264.495,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	416.938,69
		INVESTIMENTOS	20.980,09
		Despesas Intra-orçamentárias	30.246,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.403,04
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.843,92
Receita Extra - Orçamentária	1.618.563,92	Despesa Extra - Orçamentária	1.024.892,23
CREDITOS EM CIRCULACAO	7.841,97	CREDITOS EM CIRCULACAO	7.841,97
CREDITOS A RECEBER	7.841,97	CREDITOS A RECEBER	7.841,97
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.841,97	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.841,97
DEPOSITOS	83.087,60	DEPOSITOS	84.567,73
CONSIGNACOES	82.934,38	CONSIGNACOES	84.567,73
PREVIDENCIA SOCIAL	19.947,04	PREVIDENCIA SOCIAL	20.442,46
PENSAO ALIMENTICIA	1.522,12	PENSAO ALIMENTICIA	1.522,12
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	29.056,51	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	28.076,63
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	17.994,54	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	18.838,78
EMPRESTIMOS	10.853,74	EMPRESTIMOS	11.809,51
OUTROS CONSIGNATARIOS	3.560,43	OUTROS CONSIGNATARIOS	3.878,23
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	153,22	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	932.482,53
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	153,22	OBRIGACOES A PAGAR	932.482,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	922.699,99	FORNECEDORES	443.139,22
OBRIGACOES A PAGAR	922.699,99	PESSOAL A PAGAR	474.781,83
FORNECEDORES	443.139,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.206,88
PESSOAL A PAGAR	470.676,59	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	11.354,60
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.206,88		
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	5.677,30		
INTERFERENCIAS ATIVAS	604.934,36		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	604.934,36		
REPASSE RECEBIDO	604.934,36		
Saldos anteriores	2.223.916,51	Saldos atuais	2.183.291,91
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.529.500,82	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.921.369,79
BANCO C/ MOVIMENTO	286.134,51	BANCO C/ MOVIMENTO	231.555,85
BANCOS C/ VINCULADAS	408.281,18	BANCOS C/ VINCULADAS	30.366,27
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	4.123.648,31	Total	4.123.648,31

JOACABA , 23/12/2011

 VILMAR ZILIO
 Ordenador da Despesa - Secretário FMS

 PATRICIA CALLEGARI
 Contadora CRC 029205/O-3

SIMAE**Ordem de Serviço JHL 09/2011 - SIMAE**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0009/2011

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar os serviços referentes à contratação de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários à Construção de Elevatória de Água Tratada denominada EAT009, na Avenida Caetano Natal Branco, s/nº, no município de Luzerna, de acordo com as especificações pertinentes ao Convite JHL 0009/2011, Processo JHL 0068/2011, Protocolo JHL 3264/2011, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0111/2011 de 26 de dezembro de 2011.

O valor Total dos serviços e materiais contratados é de R\$ R\$ 23.135,84 (Vinte e três mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$13.844,67 (Treze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), correspondente ao material e R\$ 9.291,17 (Nove mil, duzentos e noventa e um reais e dezessete centavos), correspondente a mão de obra, com prazo de execução de 06 (seis) meses, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2011.

Contratante : SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Engº Responsável: Jucenei Silva de Andrade
Engenheiro Civil
CREA/SC 22041-6

RECEBI EM ____/____/____

Resumo Contrato JHL 0111/2011 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0111/2011
CONVITE JHL 0009/2011
PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0068/2011
PROTOCOLO Nº 3264/2011

Data: 26/12/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DE ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA DENOMINADA EAT009, NA AVENIDA CAETANO NATAL BRANCO, S/Nº, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA.

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor total do contrato: R\$ 23.135,84 (Vinte e três mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 26/12/2011 a 06/07/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lauro Muller**PREFEITURA****Lei nº 1.705/2011**

LEI Nº 1.705/2011 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estabelece prazo de licença maternidade e dá outras providências.

PAULO CÉSAR ANTUNES, Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O Município e seus entes autárquicos e fundacionais, prorrogam por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º - A prorrogação está garantida a todas as empregadas públicas municipais e será concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal, independentemente de requerimento das interessadas.

§ 2º - A prorrogação está garantida, na mesma proporção, também às empregadas públicas que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de crianças, nos termos da Lei.

Art. 2º - Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada pública terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta Lei, a empregada pública não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a empregada pública perderá o direito à prorrogação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

PAULO CÉSAR ANTUNES

Prefeito Municipal em exercício

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Extrato de Contrato Nº 113/2011

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2011

Processo Licitatório nº 104/2011 - Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 104/2011

Objeto: ADITIVO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO



DAS LATERAIS DA RODOVIA SC 438, TRECHO QUE CORTA O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER/SC, COMPREENDENDO DA DIVISA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC, ATÉ A DIVISA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, NUMA EXTENSÃO DE 31 KM CONFORME ANEXO I DO EDITAL

Contratado: MARVITA SERVIÇOS DE LIMPEZA E ACOSTAMENTO DE ESTRADAS

Valor: R\$ 480,99 (quatrocentos e oitenta reais e noventa e nove centavos)

Vigência: 01/12/2011 à 31/12/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Editais de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2011

PROCESSO No 001/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2011

A Prefeitura de Lauro Muller-SC, através da Secretaria Municipal da Educação e da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto no 043/2011, de 31 de Outubro de 2011, sob a coordenação da Srª Silvia Vargas Nunes, torna público que se acham abertas as inscrições para o Processo de Seleção Simplificado de Pessoal, destinado à admissão de pessoal em caráter temporário durante o ano letivo de 2012, para as vagas de Professor e Auxiliar de Ensino de Educação infantil em substituição aos funcionários efetivos na Secretaria da Educação (Art. 1º, inciso IV da Lei Municipal nº. 1.503/2008), de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

I. DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

1- Os candidatos trabalharão em regime de substituição e por prazo determinado (ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO), e serão regidos pela Lei Complementar Municipal nº. 1.503/2008 e leis correspondentes.

2 - O Regime jurídico adotado pelo Município de LAURO MULLER é o CLT.

II. DAS DISCIPLINAS

Os profissionais serão contratados na área em que se inscreverem, correspondendo à habilitação exigida, nas disciplinas abaixo. Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior ou outro curso superior com complementação pedagógica.

O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, ou provisoriamente, para os formandos, certidão de colação de grau.

O candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da posse, apresentar o original e a fotocópia do diploma de conclusão do curso.

O candidato, estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena, deverá apresentar na inscrição o original da certidão emitida pela instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre em que o aluno está matriculado e frequentando as aulas.

Os profissionais serão contratados na área em que se inscreverem, correspondendo à habilitação exigida, nas disciplinas abaixo. O candidato poderá se inscrever para 1 (uma) ou 2 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas, devendo orientar-se pela tabela constante neste item II do Edital.

A jornada de trabalho do professor poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, incluídas as horas atividades, conforme a carga horária curricular das áreas de ensino/disciplina.

As disciplinas e a respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir:

ÁREA 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

CÓD.	VAGAS	FUNÇÃO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
01.01	01	Professor	_____	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia Ed. Infantil, ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio – em Educação Infantil ou especialização em Educação Infantil. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Ed. Infantil.

ÁREA 2 – SÉRIES INICIAIS 1º AO 5º ANO.

CÓD.	VAGAS	FUNÇÃO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
02.01	01	Professor	_____	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio – 1ª a 4ª série. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia-Séries Iniciais.

ÁREA 3 – ENSINO FUNDAMENTAL.

CÓD.	VAGAS	FUNÇÃO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
03.01	01	Professor	Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.
03.02	01	Professor	Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Artes.
03.03	01	Professor	Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras - Inglês. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês.

ÁREA 4 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

CÓD.	VAGAS	FUNÇÃO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
04.01	01	Professor	Ensino Especial	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40 (quarenta) horas.

ÁREA 5 – AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CÓD.	VAGAS	FUNÇÃO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
05.01	01	Auxiliar		Certificado ou Histórico de Conclusão do Ensino Médio com Magistério.

III. DA INSCRIÇÃO

1 - As inscrições serão realizadas no período de 23 de janeiro de 2012 à 03 de fevereiro de 2012, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h30min horas, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na rua Orleans, nº 388, Centro de Lauro Muller, com o preenchimento do Requerimento de Inscrição e apresentação de comprovante de habilitação de acordo com o quadro do item II.

2 - A adulteração de qualquer elemento constante de documento pessoal em relação ao original ou a falsidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

3 - Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

4 - O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital.

5 - Será permitida a inscrição por procuração particular com poderes específicos e firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do documento de identidade do candidato e do procurador.

6 - Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, que ficará retida.

7 - O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador no formulário de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento daquele documento.

8 - Efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de identificação e disciplina do candidato inscrito.

9 - O candidato ao inscrever-se deverá satisfazer e documentar (fotocópia) os seguintes requisitos:

a - Apresentar original da carteira de identidade;
b - Apresentar fotocópia autenticada ou fotocópia com o original do comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para a disciplina pleiteada item II deste Edital;

10 - Para realizar sua inscrição, o candidato deverá informar no Requerimento de Inscrição o Nome do Candidato, número de seu CPF e um documento de identificação pessoal, tal como Cédula de Identificação, ou Carteira expedida pelo Órgão fiscalizador da

profissão no qual se acha inscrito, ou Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, a respectiva Disciplina e apresentar 01 (uma) fotografia de tamanho 3 por 4 centímetros.

11 - Para os candidatos que não concluíram o curso superior, deverão apresentar, obrigatoriamente, o original da Certidão de Frequência que está cursando a área específica a partir do 4º semestre.
12 - O candidato inscrito como portador de deficiência deverá mencionar a sua condição no Requerimento de Inscrição e encaminhar pessoalmente ou por procurador, no período das inscrições ao endereço previsto do item III. 1 deste edital:

12.1 - Laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;

13 - O candidato deverá acessar o site www.lauromuller.sc.gov.br, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, ao modelo da ficha de inscrição que deverá ser impressa pelo candidato e levada preenchida para o local das inscrições, bem como aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição ou na publicação no mural da Secretaria Municipal de Educação, poderá também obter informações referentes ao Processo Seletivo pelo telefone 048 - 3464-3123.

IV. DO PROCESSO SELETIVO

1. O processo seletivo dar-se-á através de análise dos títulos e tempo de serviço, que deverá ser acompanhada pelo candidato na inscrição, e será realizado sob a coordenação da Comissão designada pelo decreto 043/2011 e pela Secretária Municipal de Educação de Lauro Muller/SC.

2. A tabela de pontuação e os respectivos critérios para o cômputo dos títulos e tempo de serviço, fazem parte dos anexos V e VI, deste Edital.

V. DA PROVAS DE TÍTULOS

A Prova de Títulos para os cargos constará da avaliação dos certificados ou diplomas de curso de graduação, pós-graduação na área da educação, em nível de Especialização, de Mestrado e de Doutorado dos candidatos, na área de formação específica para a qual o candidato se inscreveu ou em Educação; de comprovante de 4ª fase ou semestre, certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação/educação, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas realizadas no período de 01/01/2010 a 20/12/2011 e de tempo de serviço no magistério não ultrapassando o limite estipulado no ANEXO V e VI.

1 - A prova de Avaliação de Títulos terá pontuação, conforme ANEXO V e VI.

2- Os diplomas, certificados e declarações de conclusão de cursos de habilitação serão aferidos apenas quando oriundos de instituições reconhecidas e credenciadas para oferecer o curso pelo órgão competente do sistema de ensino.

3 - Na contagem geral dos pontos, não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido neste Edital.

4- A nota expressa no Anexo V e VI será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico e ao maior número de cursos para todos os candidatos.

5- Nos documentos apresentados (original e cópia) para a prova de títulos deve constar a assinatura do responsável pelo órgão executor, a carga horária e o período de início e de término do curso ou evento.

6 - Para efeito de pontuação não será considerado título com a carga horária inferior a exigida, nem título com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 01 (um) entre os apresentados com a mesma data, quando se tratar de curso presencial ou semipresencial.

7- A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério e obterá a pontuação conforme ANEXO VI.

8- Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

9- Não será computado também como título de tempo de serviço no magistério o tempo de estágio, de monitoria, de auxiliar e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

10- Os períodos coincidentes serão computados, apenas de 1 (uma) instituição.

11- No cálculo de pontos por tempo de serviço, será computado a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês.

12- O tempo de serviço será válido até a data de 31/12/2011.

13- Os documentos para a prova de títulos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes sito a Rua Orleans, 388, Centro – Lauro Muller/SC, no ato da inscrição.

14- A cópia do título entregue para efeito de avaliação não será devolvida.

VI. DA CLASSIFICAÇÃO

1. No processo de seleção e classificação dos candidatos inscritos para as funções constantes deste Edital, em regime de contratação temporária, considerar-se-á a documentação solicitada, bem como, os requisitos básicos e requisitos específicos para o exercício da função.

2. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da pontuação obtida na prova de títulos e de tempo de serviço.

3. Os candidatos serão classificados nos respectivos cargos/áreas/disciplinas de inscrição, em ordem decrescente da nota final, obedecendo a ordem de preferência por formação, conforme segue:

- Licenciatura Plena;
- Licenciatura Curta;
- Estudante de Licenciatura da 4ª fase em diante;
- Ensino Médio – Magistério – para Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais.

4- Na hipótese de igualdade de pontos entre candidatos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- obtiver a maior pontuação na prova de Títulos e de tempo de Serviço;
- com a idade maior.

VII. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

1- A listagem de classificação dos candidatos inscritos será divulgada pela Comissão do Processo Seletivo no dia 08 de fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, sito a Rua Orleans, 388, Centro – Lauro Muller/SC e no site da Prefeitura Municipal de Lauro Muller www.lauromuller.sc.gov.br.

VIII. DO RECURSO

1. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação da listagem para apresentar recurso de sua classificação, por escrito, à Comissão do Processo Seletivo, via requerimento.

IX DA HOMOLOGAÇÃO

1- A Comissão responsável pelo processo de seleção divulgará a classificação final após os pedidos de recursos no dia 14 de fevereiro de 2012.

2- O processo seletivo com sua classificação final será homologado pelo Prefeito Municipal.

X. CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

1. A convocação dos classificados para ocupar as vagas disponíveis será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes de acordo com a lista de classificação e a necessidade desta Secretaria.

2- O candidato classificado que não se apresentar na data e horário estabelecidos para a escolha de vagas, será automaticamente eliminado.

3- O candidato que escolher a vaga e não assumir no tempo previsto será eliminado do processo seletivo.

4 - A confirmação da vaga será feita pelo próprio candidato.

5. Ao candidato que escolher uma vaga não será permitida troca de vaga, até que termine sua substituição, sendo permitido o seu retorno ao Processo Seletivo após o término de sua substituição.

6. O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria Municipal da Educação, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário ou retorno do titular que estiver substituindo.

7. O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato antes ou no término obedecendo às normas estabelecidas em Lei.

8. O candidato que desistir da vaga escolhida, será eliminado do processo seletivo.

9. O candidato poderá nomear um procurador para participar da escolha de vagas, devidamente autenticada.

10. O candidato terá direito à 01 (uma) vaga de 20 horas, podendo escolher 01 (uma) outra vaga de 10 ou 20 horas, após a conclusão da 1ª chamada da lista de classificação.

11. Após o processo de escolhas de vagas, a chamada será realizada por telefone pela Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes.

12. Em caso de alteração de telefone informado na inscrição, o candidato deverá solicitar a atualização do mesmo junto, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, por meio do telefone (48) 3464-3123.

13. Não obtendo êxito no contato com o candidato, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes para Convocação, continuará a chamada, oferecendo as vagas existentes ao candidato subsequente.

14. O candidato terá o prazo de 01 (um) dia útil para se apresentar para o trabalho, a contar da data estipulada pela comissão responsável pelo processo de seleção, sob pena de ser substituído pelo candidato imediatamente classificado.

15. Os procedimentos relativos à contratação temporária de pessoal serão de responsabilidade da Secretaria de Administração – Departamento de Recursos Humanos.

16. O prazo da contratação temporária para as funções especificadas no item II dar-se-á a partir das necessidades dos serviços públicos no ano de 2012 com término juntamente do ano letivo de 2012.

17. Não será autorizada a redução da carga horária após a escolha de vaga.

18. Em não havendo vagas nas funções relacionadas, quando das chamadas, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, procederá chamada no decorrer do ano, conforme a existência de vaga.

19. Após a segunda chamada da lista de classificação, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes chamará candidatos por meio de apresentação de currículo, conforme exigência para a vaga.

XI. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO NO CARGO

O candidato será contratado no cargo, se atender as seguintes exigências:

1 - Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;

- 2 - Ser brasileiro (nato ou naturalizado);
- 3 - Gozar dos direitos civis e políticos;
- 4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante da última votação ou justificativa);
- 5 - Haver cumprido as obrigações para com o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- 6 - Possuir documento oficial de identidade com fotografia;
- 7 - Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal da Comarca e Circunscrição onde reside o candidato;
- 8 - Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- 9 - Não estar aposentado em decorrência de disciplina, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais n.º 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- 10 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação;
- 11 - Apresentar Atestado Médico de Saúde Ocupacional. O candidato que não for considerado apto no exame de saúde admissional não poderá ser contratado.
- 12 - Apresentar fotocópia autenticada ou acompanhada de original dos seguintes documentos:

- a - carteira de identidade;
- b - certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- c - habilitação exigida pelo item II deste Edital;
- d - Certidão de Nascimento dos Dependentes, caso tenha;
- e - CPF.

XII. DO REGIME EMPREGATÍCIO

- 1 - Os habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos sob o regime Celetista, Admitidos em Caráter Temporário, por prazo determinado, conforme estabelecido em lei e regido pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS,

XIII. DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

- 1 - As pessoas portadoras de deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.
- 2 - São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada disciplina, aos portadores de deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.
- 3 - O Direito de concorrer à reserva de vagas será definido pelo laudo apresentado no ato da inscrição, conforme item XIII.1 e 2 deste edital.
- 4 - Caso o candidato inscrito como portador de deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para portadores de deficiência.
- 5 - No ato da inscrição o candidato portador de deficiência que necessite de atendimento diferenciado no dia do Processo Seletivo, deverá requerê-lo, por escrito, indicando as condições diferenciadas de que necessita.
- 6 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não

portador de deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções, mediante compromisso expresso no Requerimento de Inscrição, no aceite das condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 2 - A aprovação do candidato neste processo não cria direito à admissão e esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação.
- 3 - Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequente não contratação.
- 4 - É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e seus anexos que serão publicados no Órgão Oficial do Município, e afixados em mural na Prefeitura de Lauro Muller SC.
- 5 - O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
- 6 - O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2012.
- 7 - Faz parte deste edital o anexo I – do requerimento do candidato portador de necessidades especiais;
- 8 - Faz parte deste edital o anexo II – do formulário de envio de títulos.
- 9 - Faz parte deste edital o anexo III – do formulário para recurso.
- 10 - Faz parte deste edital o anexo IV – Critérios Básicos.
- 11 - Faz parte deste edital o anexo V – Contagem dos Pontos – Professor.
- 12 - Faz parte deste edital o anexo VI - Contagem dos Pontos – Auxiliar de Educação
- 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

LAURO MULLER (SC), 27 de dezembro de 2011.

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2011.

LAURO MULLER (SC), 27 de dezembro de 2011.

HELIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

ANEXO I - do EDITAL Nº 001/2011

PARA USO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

R E Q U E R I M E N T O

Nome: _____

Nº. de Inscrição: _____

RG: _____, CPF: _____

_____,

Candidato(a) _____

_____,

Inscrito(a) para a Disciplina de: _____

_____, Código _____, Residente: _____

_____, nº _____, Bairro: _____

Fone: (____) _____,

Portador da Necessidade Especial is _____/requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Lauro Muller SC, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2011, de 27 de dezembro de 2011, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

N. Termos
P. Deferimento.
Lauro Muller SC, _____ de _____ de 2011.

Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ANEXO II - do EDITAL 001/2011

Formulário de envio de Títulos

À
Comissão Executiva do Processo Seletivo
Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos
Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme o Edital.

1- Número de Documentos Entregues:

2- Nome do candidato: _____

3- Nº. de inscrição: _____

4- Disciplina: _____

5- O candidato na entrega de títulos deverá efetuar-los em envelopes individuais fechados, subscritos da seguinte forma:

Referente: Documentos Títulos - Processo Seletivo Prefeitura Municipal de Lauro Muller-SC

6- Os documentos enviados, todos autenticados, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao certame seletivo.

7- Tabela a ser preenchida pelo candidato.

Especificação dos Títulos	Pontos
TOTAL	

Pontuação solicitada pelo candidato: _____

Pontuação obtida após análise (não preencher este campo): _____

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

_____ de _____ de 2011

Assinatura do candidato.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: O candidato deve enviar apenas os documentos necessários para análise dos títulos, não enviando documentos que não irão ser utilizados tais como: carteiras funcionais, documentação de conclusão de Ensino Médio, documentação de conclusão de Ensino Superior, carteira de identidade, uma vez que estes documentos não serão utilizados para análise. Deverá apenas enviar documentos que comprovem a pós-graduação realizada, especialização, mestrado e/ou doutorado, ainda

expressamente CONCLUÍDOS, não sendo válidos cursos em que o candidato encontra-se apenas matriculado e em curso.

ANEXO III - do Edital nº 001/2011

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Disciplina: _____

Nº. de Inscrição: _____

Carteira de Identidade Nº.: _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____/____/2011

Assinatura: _____

ANEXO IV CRITÉRIOS BÁSICOS

REDE MUNICIPAL – Apresentar certidão ou declaração expedida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller. O tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo, cargo e área de atuação, carimbo e assinatura da chefia imediata.

REDE ESTADUAL – Apresentar certidão ou declaração expedida pela Secretaria de Estado da Educação ou Coordenadoria de Educação ou ainda por Unidade Escolar. O tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo, cargo e área de atuação, carimbo e assinatura da chefia imediata.

REDE FEDERAL – Apresentar certidão ou declaração do órgão competente. O tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo.

REDE PARTICULAR – Apresentar cópia do contrato de trabalho constante na carteira de trabalho e declaração do estabelecimento de ensino, contendo início, término, cargo e área de atuação. As certidões (ou declarações) de tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo.

Os cursos deverão ser na área de atuação e somente serão válidos os efetuados a partir do ano de 2010.

Será considerado como 01 (um) ano de exercício, fração superior a 180 (cento e oitenta) dias.

No caso de exercício paralelo nas esferas Federal, Estadual, Municipal ou Particular, será considerado o maior tempo.

O tempo de serviço será computado até dia 31 de dezembro de 2011.

O tempo de serviço utilizado para aposentadoria na rede pública ou privada não serão válidos para o cômputo de pontos.

Lauro Müller, 27 de dezembro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

ANEXO V

CONTAGEM DOS PONTOS – PROFESSOR

1 – Área de atuação educação infantil e 1a a 4a séries:	
1.1 – Licenciatura plena em pedagogia, inglês, arte e educação física	10 pontos
1.2 – Estudante de pedagogia, inglês, arte e educ. física a partir do 4º semestre	06 pontos
1.3 – Estudante de pedagogia, inglês, arte e educ. física a partir do 4º semestre	05 pontos
1.4 – 2º grau com habilitação em magistério	03 pontos
2 – Cursos de pós-graduação:	
2.1 – Doutorado	10 pontos
2.2 – Mestrado	08 pontos
2.3 – Especialização	05 pontos
3 – Cursos de aperfeiçoamento:	
3.1 – 020 a 100 horas	01 ponto
3.2 – 101 a 200 horas	02 pontos
3.3 – 201 a 300 horas	03 pontos
3.4 – 301 a 400 horas	04 pontos
4 – Tempo de serviço de docência:	
4.1 – 1 a 2 anos	03 pontos
4.2 – 2 anos um mês a 4 anos	06 pontos
4.3 – 4 anos um mês a 6 anos	09 pontos
4.4 – 6 anos um mês a 8 anos	12 pontos
4.5 – 8 anos e um mês a 10 anos	15 pontos
4.6 – 10 anos e um mês a 15 anos	18 pontos
4.7 – 15 anos e um mês a 20 anos	21 pontos
4.8 – acima de 20 anos	24 pontos

Lauro Müller, 27 de dezembro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

ANEXO VI

CONTAGEM DOS PONTOS – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO

1 – Grau de Escolaridade:	
1.1 – Ensino Médio Completo com Magistério	- 10 pontos
2 – Cursos de Aperfeiçoamento na área:	
2.1 – 020 a 100 horas	- 01 ponto
2.2 – 101 a 200 horas	- 02 pontos
2.3 – 201 a 300 horas	- 03 pontos
2.4 – Acima de 301 horas	- 04 pontos
3 – Tempo de Serviço na área:	
3.1 – 1 a 2 anos	- 02 pontos
3.2 – 2 anos um mês a 4 anos	- 04 pontos
3.3 – 4 anos um mês a 6 anos	- 06 pontos
3.4 – 6 anos um mês a 8 anos	- 08 pontos
3.5 – 8 anos um mês a 10 anos	- 10 pontos
3.6 – Acima de 10 anos	- 12 pontos

Lauro Müller, 27 de dezembro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2011

PROCESSO No 002/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 002/2011

A Prefeitura de Lauro Muller-SC, através da Secretaria Municipal da Educação e da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto no 043/2011, de 31 de Outubro de 2011, sob a coordenação da Srª Silvia Vargas Nunes, torna público que, em razão do processo de municipalização da educação estadual, que está se iniciando neste município, se encontram abertas as inscrições para o Processo de Seleção Simplificado de Pessoal, destinado à admissão de pessoal em caráter temporário durante o ano letivo de 2012, para as vagas de Professores dos últimos anos do ensino fundamental, conforme descritos no edital, com base no Art. 1º, inciso V e VI da Lei Municipal nº. 1.503/2008. A realização de concurso público para a efetiva contratação dos profissionais previstos neste edital, deverá ocorrer no exercício de 2012

I. DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

1- Os candidatos trabalharão em regime de substituição e por prazo determinado (ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO), e serão regidos pela Lei Complementar Municipal nº. 1.503/2008 e leis correspondentes.

2 - O Regime jurídico adotado pelo Município de LAURO MULLER é o CELETISTA (CLT).

II. DAS DISCIPLINAS

Os profissionais serão contratados na área em que se inscreverem, correspondendo à habilitação exigida, nas disciplinas abaixo. Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior ou outro curso superior com complementação pedagógica.

O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, ou provisoriamente, para os formandos, certidão de colação de grau.

O candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da posse, apresentar o original e a fotocópia do diploma de conclusão do curso.

O candidato, estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena, deverá apresentar na inscrição o original da certidão emitida pela instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre em que o aluno está matriculado e freqüentando as aulas.

Os profissionais serão contratados na área em que se inscreverem, correspondendo à habilitação exigida, nas disciplinas abaixo.

O candidato poderá se inscrever para 1 (uma) ou 2 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas, devendo orientar-se pela tabela constante neste item II do Edital.

A jornada de trabalho do professor poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, incluídas as horas atividades, conforme a carga horária curricular das áreas de ensino/disciplina.

As disciplinas e a respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir:

ÁREA 1 – ENSINO FUNDAMENTAL

CÓD.	VAGAS	FUNÇÃO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
01.01	01	Professor	Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras. Não Habilitado – Certidão de freqüência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras.

01.02	01	Professor	Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Geografia. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.
01.03	01	Professor	Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Ciências. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências.
01.04	01	Professor	Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática.
01.05	01	Professor	História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em História. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.

III. DA INSCRIÇÃO

1 - As inscrições serão realizadas no período de 23 de janeiro de 2012 à 03 de fevereiro de 2012, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h30min horas, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na rua Orleans, nº 388, Centro de Lauro Muller, com o preenchimento do Requerimento de Inscrição e apresentação de comprovante de habilitação de acordo com o quadro do item II.

2 - A adulteração de qualquer elemento constante de documento pessoal em relação ao original ou a falsidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

3 - Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

4 - O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital.

5 - Será permitida a inscrição por procuração particular com poderes específicos e firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do documento de identidade do candidato e do procurador.
6 - Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, que ficará retida.

7 - O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador no formulário de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento daquele documento.

8 - Efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de identificação e disciplina do candidato inscrito.

9 - O candidato ao inscrever-se deverá satisfazer e documentar

(fotocópia) os seguintes requisitos:

a - Apresentar original da carteira de identidade;

b - Apresentar fotocópia autenticada ou fotocópia com o original do comprovante de habilitação profissional ou de escolaridade exigida para a disciplina pleiteada item II deste Edital;

10 - Para realizar sua inscrição, o candidato deverá informar no Requerimento de Inscrição o Nome do Candidato, número de seu CPF e um documento de identificação pessoal, tal como Cédula de Identificação, ou Carteira expedida pelo Órgão fiscalizador da profissão no qual se acha inscrito, ou Carteira Nacional de Habilitação ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, a respectiva Disciplina e apresentar 01 (uma) fotografia de tamanho 3 por 4 centímetros.

11 - Para os candidatos que não concluíram o curso superior, deverão apresentar, obrigatoriamente, o original da Certidão de Frequência que está cursando a área específica a partir do 4º semestre.

12 - O candidato inscrito como portador de deficiência deverá mencionar a sua condição no Requerimento de Inscrição e encaminhar pessoalmente ou por procurador, no período das inscrições ao endereço previsto do item III. 1 deste edital:

12.1 - Laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência;

13 - O candidato deverá acessar o site www.lauromuller.sc.gov.br, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, ao modelo da ficha de inscrição que deverá ser impressa pelo candidato e levada preenchida para o local das inscrições, bem como aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição ou na publicação no mural da Secretaria Municipal de Educação, poderá também obter informações referentes ao Processo Seletivo pelo telefone 048 - 3464-3123.

IV. DO PROCESSO SELETIVO

1. O processo seletivo dar-se-á através de análise dos títulos e tempo de serviço, que deverá ser acompanhada pelo candidato na inscrição, e será realizado sob a coordenação da Comissão designada pelo decreto 043/2011 e pela Secretária Municipal de Educação de Lauro Muller/SC.

2. A tabela de pontuação e os respectivos critérios para o cômputo dos títulos e tempo de serviço fazem parte dos anexos V e VI, deste Edital.

V. DAS PROVAS DE TÍTULOS

A Prova de Título para os cargos constará da avaliação dos certificados ou diplomas de curso de graduação, pós-graduação na área da educação, em nível de Especialização, de Mestrado e de Doutorado dos candidatos, na área de formação específica para a qual o candidato se inscreveu ou em Educação; de comprovante de 4ª fase ou semestre, certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação/educação, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas realizadas no período de 01/01/2010 a 20/12/2011 e de tempo de serviço no magistério não ultrapassando o limite estipulado no ANEXO V.

1 - A prova de Avaliação de Títulos terá pontuação, conforme ANEXO V.

2- Os diplomas, certificados e declarações de conclusão de cursos de habilitação serão aferidos apenas quando oriundos de instituições reconhecidas e credenciadas para oferecer o curso pelo órgão competente do sistema de ensino.

3 - Na contagem geral dos pontos, não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido neste Edital.

4- A nota expressa no Anexo V serão computadas, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico e ao maior número de cursos para todos os candidatos.

5- Nos documentos apresentados (original e cópia) para a prova de títulos deve constar a assinatura do responsável pelo órgão executor, a carga horária e o período de início e de término do curso ou evento.

6 - Para efeito de pontuação não será considerado título com a carga horária inferior a exigida, nem título com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 01 (um) entre os apresentados com a mesma data, quando se tratar de curso presencial ou semipresencial.

7- Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

8- Não será computado também como título de tempo de serviço no magistério o tempo de estágio, de monitoria, de auxiliar e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

9- Os períodos coincidentes serão computados, apenas de 1 (uma) instituição.

10- No cálculo de pontos por tempo de serviço, será computado a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês.

11- O tempo de serviço será válido até a data de 31/12/2011.

12- Os documentos para a prova de títulos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes sito a Rua Orleans, 388, Centro – Lauro Muller/SC, no ato da inscrição.

13- A cópia do título entregue para efeito de avaliação não será devolvida.

VI. DA CLASSIFICAÇÃO

1. No processo de seleção e classificação dos candidatos inscritos para as funções constantes deste Edital, em regime de contratação temporária, considerar-se-á a documentação solicitada, bem como, os requisitos básicos e requisitos específicos para o exercício da função.

2. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da pontuação obtida na prova de títulos e de tempo de serviço.

3. Os candidatos serão classificados nos respectivos cargos/áreas/disciplinas de inscrição, em ordem decrescente da nota final, obedecendo a ordem de preferência por formação, conforme segue:

- a) Licenciatura Plena;
- b) Licenciatura Curta;
- c) Estudante de Licenciatura da 4ª fase em diante;
- d) Ensino Médio – Magistério – para Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais.

4- Na hipótese de igualdade de pontos entre candidatos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) obtiver a maior pontuação na prova de Títulos e de tempo de Serviço;
- b) com a idade maior.

VII. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

1- A listagem de classificação dos candidatos inscritos será divulgada pela Comissão do Processo Seletivo no dia 08 de fevereiro de 2012, na Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, sito a Rua Orleans, 388, Centro – Lauro Muller/SC e no site da Prefeitura Municipal de Lauro Muller www.lauromuller.sc.gov.br.

VIII. DO RECURSO

1. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da divulgação da listagem para apresentar recurso de sua classificação, por escrito, à Comissão do Processo Seletivo, via requerimento.

IX DA HOMOLOGAÇÃO

1- A Comissão responsável pelo processo de seleção divulgará a

classificação final após os pedidos de recursos no dia 14 de fevereiro de 2012.

2- O processo seletivo com sua classificação final será homologado pelo Prefeito Municipal.

X. CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

1. A convocação dos classificados para ocupar as vagas disponíveis será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes de acordo com a lista de classificação e a necessidade desta Secretaria.

2- O candidato classificado que não se apresentar na data e horário estabelecidos para a escolha de vagas, será automaticamente eliminado.

3- O candidato que escolher a vaga e não assumir no tempo previsto será eliminado do processo seletivo.

4- A confirmação da vaga será feita pelo próprio candidato.

5. Ao candidato que escolher uma vaga não será permitida troca de vaga, até que termine sua substituição, sendo permitido o seu retorno ao Processo Seletivo após o término de sua substituição.

6. O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria Municipal de Educação, onde poderá ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada de trabalho, sempre que necessário ou retorno do titular que estiver substituindo.

7. O candidato contratado ficará em permanente avaliação, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato antes ou no término obedecendo às normas estabelecidas em Lei.

8. O candidato que desistir da vaga escolhida será eliminado do processo seletivo.

9. O candidato poderá nomear um procurador para participar da escolha de vagas, devidamente autenticada.

10. Após o processo de escolhas de vagas, a chamada será realizada por telefone pela Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes.

11. Em caso de alteração de telefone informado na inscrição, o candidato deverá solicitar a atualização do mesmo junto, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, por meio do telefone (48) 3464-3123.

12. Não obtendo êxito no contato com o candidato, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes para Convocação, continuará a chamada, oferecendo as vagas existentes ao candidato subsequente.

13. O candidato terá o prazo de 01 (um) dia útil para se apresentar para o trabalho, a contar da data estipulada pela comissão responsável pelo processo de seleção, sob pena de ser substituído pelo candidato imediatamente classificado.

14. Os procedimentos relativos à contratação temporária de pessoal serão de responsabilidade da Secretaria de Administração – Departamento de Recursos Humanos.

15. O prazo da contratação temporária para as funções especificadas no item II dar-se-á a partir das necessidades dos serviços públicos no ano de 2012 com término juntamente do ano letivo de 2012.

16. Não será autorizada a redução da carga horária após a escolha de vaga.

17. Em não havendo vagas nas funções relacionadas, quando das chamadas, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, procederá chamada no decorrer do ano, conforme a existência de vaga.

18. Após a segunda chamada da lista de classificação, a Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes chamará candidatos por meio de apresentação de currículo, conforme exigência para a vaga.

XI. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO NO CARGO

O candidato será contratado no cargo, se atender as seguintes exigências:

- 1 - Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- 2 - Ser brasileiro (nato ou naturalizado);
- 3 - Gozar dos direitos civis e políticos;
- 4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante da última votação ou justificativa);
- 5 - Haver cumprido as obrigações para com o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- 6 - Possuir documento oficial de identidade com fotografia;
- 7 - Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal da Comarca e Circunscrição onde reside o candidato;
- 8 - Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, atestado por declaração assinada pelo candidato;
- 9 - Não estar aposentado em decorrência de disciplina, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- 10 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação;
- 11 - Apresentar Atestado Médico de Saúde Ocupacional. O candidato que não for considerado apto no exame de saúde admissional não poderá ser contratado.
- 12 - Apresentar fotocópia autenticada ou acompanhada de original dos seguintes documentos:
 - a - carteira de identidade;
 - b - certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - c - habilitação exigida pelo item II deste Edital;
 - d - Certidão de Nascimento dos Dependentes, caso tenha;
 - e - CPF.

XII. DO REGIME EMPREGATÍCIO

- 1 - Os habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos sob o regime Celetista (CLT), Admitidos em Caráter Temporário (ACT), por prazo determinado, conforme estabelecido em lei e regido pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS,

XIII. DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

- 1 - As pessoas portadoras de deficiência são asseguradas o direito de inscrição no Processo Seletivo, Modalidade - Emprego Público de que trata este Edital, nos termos do Decreto Federal nº. 3.298/99.
- 2 - São reservados 5% das vagas abertas por este edital, para cada disciplina, aos portadores de deficiência de conformidade com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e Decreto Federal nº. 3.298/99, e suas alterações, Decreto Federal nº. 5.296/2004 e suas alterações e na Lei Federal nº. 7.853/1989, caso não houver candidato inscrito ou aprovado as vagas reservadas serão disponibilizadas para os demais candidatos aprovados.
- 3 - O Direito de concorrer à reserva de vagas será definido pelo laudo apresentado no ato da inscrição, conforme item XIII.1 e 2 deste edital.
- 4 - Caso o candidato inscrito como portador de deficiência não se enquadre nas categorias definidas no Art. 4, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos e não na listagem específica para portadores de deficiência.
- 5 - No ato da inscrição o candidato portador de deficiência que necessite de atendimento diferenciado no dia do Processo Seletivo, deverá requerê-lo, por escrito, indicando as condições diferenciadas de que necessita.
- 6 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição ou não atender as condições de deficiência determinadas neste Processo Seletivo, terá sua inscrição

invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência e não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções, mediante compromisso expresso no Requerimento de Inscrição, no aceite das condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 2 - A aprovação do candidato neste processo não cria direito à admissão e esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação.
- 3 - Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequente não contratação.
- 4 - É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e seus anexos que serão publicados no Órgão Oficial do Município, e afixados em mural na Prefeitura de Lauro Muller SC.
- 5 - O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital e do Regulamento do Processo Seletivo e, em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado.
- 6 - O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2012.
- 7 - Faz parte deste edital o anexo I – do requerimento do candidato portador de necessidades especiais;
- 8 - Faz parte deste edital o anexo II – do formulário de envio de títulos.
- 9 - Faz parte deste edital o anexo III – do formulário para recurso.
- 10 - Faz parte deste edital o anexo IV – Critérios Básicos.
- 11 - Faz parte deste edital o anexo V – Contagem dos Pontos – Professor.
- 12 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

LAURO MULLER (SC), 27 de dezembro de 2011.
SILVIA VARGAS NUNES
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO No 002/2011.

LAURO MULLER (SC), 27 de dezembro de 2011.
HELIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

ANEXO I - do EDITAL Nº 002/2011

PARA USO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

R E Q U E R I M E N T O

Nome: _____
 Nº. de Inscrição: _____
 RG: _____, CPF: _____
 _____,
 Candidato(a) _____

 Inscrito(a) para a Disciplina de: _____
 _____, Código _____, Residente: _____
 _____, nº _____, Bairro: _____
 Fone: (____) _____,
 Portador da Necessidade Especia

is _____,
 requer a Vossa Senhoria condições especiais (*) para realização da prova do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Lauro Muller SC, conforme Edital de Processo Seletivo nº 02/2011, de 27 de dezembro de 2011, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade. Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

N. Termos
 P. Deferimento.
 Lauro Muller SC, _____ de _____ de 2011.

Assinatura

(*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência

ANEXO II - do EDITAL 002/2011

Formulário de envio de Títulos

À
 Comissão Executiva do Processo Seletivo
 Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos
 Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme o Edital.

1- Número de Documentos Entregues:

2- Nome do candidato: _____

3- Nº. de inscrição: _____

4- Disciplina: _____

5- O candidato na entrega de títulos deverá efetuá-los em envelopes individuais fechados, subscritos da seguinte forma:

Referente: Documentos Títulos - Processo Seletivo Prefeitura Municipal de Lauro Muller-SC

6- Os documentos enviados, todos autenticados, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao certame seletivo.

7- Tabela a ser preenchida pelo candidato.

Especificação dos Títulos	Pontos
TOTAL	

Pontuação solicitada pelo candidato: _____

Pontuação obtida após análise (não preencher este campo): _____

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

_____ de 2011

Assinatura do candidato.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: O candidato deve enviar apenas os documentos necessários para análise dos títulos, não enviando documentos que não irão ser utilizados tais como: carteiras funcionais, documentação de conclusão de Ensino Médio, documentação de conclusão de Ensino Superior, carteira de identidade, uma vez que estes documentos não serão utilizados para análise. Deverá apenas enviar documentos que comprovem a pós-graduação realizada, especialização, mestrado e/ou doutorado, ainda expressamente CONCLUÍDOS, não sendo válidos cursos em que o

candidato encontra-se apenas matriculado e em curso.

ANEXO III - do Edital nº 002/2011

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Disciplina: _____

Nº. de Inscrição: _____

Carteira de Identidade Nº.: _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____/____/2011

Assinatura: _____

ANEXO IV CRITÉRIOS BÁSICOS

REDE MUNICIPAL – Apresentar certidão ou declaração expedida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller. O tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo, cargo e área de atuação, carimbo e assinatura da chefia imediata.

REDE ESTADUAL – Apresentar certidão ou declaração expedida pela Secretaria de Estado da Educação ou Coordenadoria de Educação ou ainda por Unidade Escolar. O tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo, cargo e área de atuação, carimbo e assinatura da chefia imediata.

REDE FEDERAL – Apresentar certidão ou declaração do órgão competente. O tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo.

REDE PARTICULAR – Apresentar cópia do contrato de trabalho constante na carteira de trabalho e declaração do estabelecimento de ensino, contendo início, término, cargo e área de atuação. As certidões (ou declarações) de tempo de serviço deverá ser expresso em anos, meses e dias, contendo datas de início e término do vínculo.

Os cursos deverão ser na área de atuação e somente serão válidos os efetuados a partir do ano de 2010.

Será considerado como 01 (um) ano de exercício, fração superior a 180 (cento e oitenta) dias.

No caso de exercício paralelo nas esferas Federal, Estadual, Municipal ou Particular, será considerado o maior tempo.

O tempo de serviço será computado até dia 31 de dezembro de 2011.

O tempo de serviço utilizado para aposentadoria na rede pública ou privada não serão válidos para o cômputo de pontos.

Lauro Müller, 27 de dezembro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

SILVIA VARGAS NUNES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

ANEXO V

CONTAGEM DOS PONTOS – PROFESSOR

1 – Área de atuação Educação Fundamental: _____

1.1 – Licenciatura plena em letras, ciências, geografia, história e matemática	10 pontos
1.2 – Estudante de letras, ciências, geografia, história e matemática	06 pontos
2 – Cursos de pós-graduação:	
2.1 – Doutorado	10 pontos
2.2 – Mestrado	08 pontos
2.3 – Especialização	05 pontos
3 – Cursos de aperfeiçoamento:	
3.1 – 020 a 100 horas	01 ponto
3.2 – 101 a 200 horas	02 pontos
3.3 – 201 a 300 horas	03 pontos
3.4 – 301 a 400 horas	04 pontos
4 – Tempo de serviço de docência:	
4.1 – 1 a 2 anos	03 pontos
4.2 – 2 anos um mês a 4 anos	06 pontos
4.3 – 4 anos um mês a 6 anos	09 pontos
4.4 – 6 anos um mês a 8 anos	12 pontos
4.5 – 8 anos e um mês a 10 anos	15 pontos
4.6 – 10 anos e um mês a 15 anos	18 pontos
4.7 – 15 anos e um mês a 20 anos	21 pontos
4.8 – acima de 20 anos	24 pontos

Lauro Müller, 27 de dezembro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

SILVIA VARGAS NUNES
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 846/2011

LEI Nº 846 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 443, de 20/11/1990 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 443, de 20/11/1990 passa a vigorar com esta redação:

Art. 24. O Chefe do Poder Executivo, quanto ao Conselho Tutelar:
I - designará o local de funcionamento e atendimento;
II - determinará o horário de atendimento, se o regimento interno for omissivo; e
III - garantirá a remuneração mensal aos Conselheiros no valor de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) com direito a décimo terceiro e férias anuais.

§ 1º Todos os Conselheiros cumprirão a carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º Não haverá hierarquia entre os Conselheiros, cabendo assim a atividade colegiada.

§ 3º A remuneração e o seu pagamento serão corrigidos sempre com os dos servidores municipais.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis Municipais nº 565, de 28 de setembro de 2007 e nº 640, de 03 de julho de 2009.

Art. 3º A despesa desta lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de dezembro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Retificação do Decreto Nº 152/2011

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 152/2011

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto nº 152/2011, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na edição nº895, de 27 de Dezembro de 2011, p. 95 a 96, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 854 de 23 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com as seguintes estruturas, nos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 27.370,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 27.370,00
Função 12 Educação 27.370,00
Sub-Função 361 Ensino Fundamental 27.370,00
Programa 04 Educação é Tudo 27.370,00
Projeto/Atividade 2.008 Transporte Escolar Ensino Fundamental 27.370,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 27.370,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 27.370,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 27.370,00
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 27.370,00
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00
Função 12 Educação 10.000,00
Sub-Função 365 Educação Infantil 10.000,00
Programa 04 Educação é Tudo 10.000,00
Projeto/Atividade 2.009 Transporte Escolar Ensino Infantil 10.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 10.000,00
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 37.370,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação com as seguintes estruturas, nos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 5.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 5.000,00
 Função 04 Administração 5.000,00
 Sub-Função 122 Administração Geral 5.000,00
 Programa 03 Gestão Geral e Administrativa 5.000,00
 Projeto/Atividade 2003 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças 5.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 5.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.000,00
 Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 430,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 430,00
 Função 04 Administração 430,00
 Sub-Função 122 Administração Geral 430,00
 Programa 12 Fortalecimento dos Municípios 430,00
 Projeto/Atividade 2.032 Contribuição a Entidades Municipalistas 430,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 430,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 430,00
 Modalidade de Aplicação 50 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 430,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 430,00
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 12.000,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 12.000,00
 Função 15 Urbanismo 12.000,00
 Sub-Função 452 Serviços Urbanos 12.000,00
 Programa 10 Revitalização da Área Urbana 12.000,00
 Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas 12.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 12.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 12.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 12.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recurso Ordinário 12.000,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 950,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 950,00
 Função 12 Educação 950,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 950,00
 Programa 04 Educação é Tudo 950,00
 Projeto/Atividade 1.005 Construção de Creche 950,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 950,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 950,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 950,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 950,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 955,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 955,00
 Função 12 Educação 955,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 955,00
 Programa 04 Educação é Tudo 955,00
 Projeto/Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da

Secretaria da Educação Cultura e Desporto 955,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 955,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 955,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 955,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 955,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 224,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 224,00
 Função 12 Educação 224,00
 Sub-Função 361 Ensino Fundamental 224,00
 Programa 04 Educação é Tudo 224,00
 Projeto/Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto 224,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 224,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 224,00
 Modalidade de Aplicação 91 Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrante dos Orçamentos Fiscais e da Sociedade 224,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 224,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 9.090,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 9.090,00
 Função 12 Educação 9.090,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 9.090,00
 Programa 04 Educação é Tudo 9.090,00
 Projeto/Atividade 2.007 Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil (60% FUNDEB) 9.090,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 9.090,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 9.090,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 9.090,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 9.090,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 455,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 455,00
 Função 12 Educação 455,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 455,00
 Programa 04 Educação é Tudo 455,00
 Projeto/Atividade 2.009 Transporte Escolar - Ensino Infantil 455,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 455,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 455,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 455,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação 455,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 7.513,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 7.513,00
 Função 12 Educação 7.513,00
 Sub-Função 365 Educação Infantil 7.513,00
 Programa 04 Educação é Tudo 7.513,00
 Projeto/Atividade 2.009 Transporte Escolar - Ensino Infantil 7.513,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 7.513,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 7.513,00
 Modalidade de Aplicação 91 Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrante dos Orçamentos Fiscais e da Sociedade 7.513,00
 Fonte de Recursos 0.1.0001 Receita de Impostos e Transferência

de Impostos - Educação 7.513,00
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 753,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 753,00
 Função 27 Desporto e Lazer 753,00
 Sub-Função 812 Desporto Comunitário 753,00
 Programa 05 Cultura Esporte e Turismo 753,00
 Projeto/Atividade 2.014 Comissão Municipal de Esporte 753,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 753,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 753,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 753,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recurso Ordinário 753,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 37.370,00

Art. 3º Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de Dezembro de 2011.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Retificação do Decreto Nº 153/2011

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 153/2011

Considerando erro de digitação na publicação do Decreto nº 153/2011, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na edição nº895, de 27 de Dezembro de 2011, p. 96 a 97, retifica-se o referido Decreto para a seguinte redação:

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 855 de 23 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura, nos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 11.668,00
 Unidade Orçamentária 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 11.668,00
 Função 08 Assistência Social 11.668,00
 Sub-Função 244 Assistência Comunitária 11.668,00
 Programa 07 Vivendo com Amor 11.668,00
 Projeto/Atividade 2.022 Assistência a Famílias Carentes 11.668,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 11.668,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 11.668,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 11.668,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 11.668,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 11.668,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações com as seguintes estruturas, nos respectivos valores:

Classificação Código Especificação Valor
 Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 3.768,00
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 3.768,00
 Função 26 Transporte 3.768,00

Sub-Função 782 Transporte Rodoviário 3.768,00
 Programa 09 Revitalização das Estradas 3.768,00
 Projeto/Atividade 1.024 Construção de Ponte de Concreto 3.768,00
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Investimento 3.768,00
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Despesa de Capital 3.768,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 3.768,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 3.768,00
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 5.000,00
 Unidade Orçamentária 03 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 5.000,00
 Função 08 Assistência Social 5.000,00
 Sub-Função 244 Assistência Comunitária 5.000,00
 Programa 07 Vivendo Com Amor 5.000,00
 Projeto/Atividade 2.038 Funcionamento e Manutenção do CRAS 5.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 5.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.000,00
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1.000,00
 Unidade Orçamentária 02 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA - FIA 1.000,00
 Função 08 Assistência Social 1.000,00
 Sub-Função 243 Assistência a Criança e ao adolescente 1.000,00
 Programa 08 Assistência ao Menor com Responsabilidade 1.000,00
 Projeto/Atividade 2.027 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 1.000,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 1.000,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 1.000,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 1.000,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 1.000,00
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1.900,00
 Unidade Orçamentária 03 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL 1.900,00
 Função 08 Assistência Social 1.900,00
 Sub-Função 241 Assistência ao Idoso 1.900,00
 Programa 07 Vivendo Com Amor 1.900,00
 Projeto/Atividade 2.024 Integração do Idoso 1.900,00
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 1.900,00
 Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 1.900,00
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 1.900,00
 Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 1.900,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 11.668,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de Dezembro de 2011.
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
 Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 201/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 201/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Objeto: Execução de obra, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para construção de banheiros e vestiários com área total de 162,82m², sob a arquibancada, no Estádio Municipal Romano Giovanni Sandrin, sito a Rua Barão do Rio Branco.
Valor: R\$ 83.856,60
Vigência: 25 de abril de 2012.
Assinatura: 27 de dezembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Lei Complementar n. 035/2011.

LEI COMPLEMENTAR nº035/2011.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR n.º 022/2006 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – O caput e o § 1º do artigo 19 da Lei complementar 022/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 19. A jornada de trabalho do servidor público municipal é a de 40(quarenta) horas com exceção ao profissional do Grupo de Atividade de Nível Superior – ANS (Químico) que será de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os valores constantes no Anexo III desta lei.

Art. 2º. O anexo I, II e III da Lei complementar 022/2006 passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 3º. As demais disposições vigoram sem alterações.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR n.º 022/2006.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO I -

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

CARGO: QUÍMICO

SERVIÇO: pesquisa e execução de trabalhos de natureza físico-química, bacteriológicas e assemelhadas.

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

ATRIBUIÇÕES: Fazer coleta de material para exames diversificados de laboratório; realizar análises físico-químicas e exames bacteriológicos; documentar análises e exames realizados, registrar resultados e manter cópias arquivadas; proceder análise físico-química e bacteriológica de amostras de água procedentes de outros órgãos e de particulares; interpretar resultados de análises, preparar e fornecer laudos e boletins; proceder esterilização de material em uso; zelar pela conservação e guarda de materiais e aparelhos de laboratório; comunicar a chefia imediata as avarias apresentadas nos aparelhos e solicitar reposição de estoque de materiais; fornecer dados estatísticos de atividades próprias; manter limpo e em ordem o laboratório; executar outras tarefas inerentes ao cargo. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), com dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
- b) Requisitos:
 - 1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, com inscrição no Conselho Regional de Química ou Conselho Regional de Farmácia;
 - 2 - Qualificação com habilitação para a atividade de químico;
 - 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

SERVIÇO: Serviços administrativos em geral.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

ATRIBUIÇÕES: Atividades de natureza qualificada, de complexidade mediana, abrangendo serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos; receber e prestar informações; datilografar ou digitar material inerente ao setor; organizar e manter atualizados os arquivos; conferir e elaborar dados estatísticos; prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
- b) Requisitos:
 - 1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
 - 2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função;
 - 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: OPERADOR DA ESTAÇÃO (ETA/ETE)

SERVIÇO: Operar e manter em funcionamento estações de tratamento de água e esgoto, bem como tornar potável água para abastecimento público.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG
NÚMERO DE VAGAS: 04

LOTAÇÃO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

ATRIBUIÇÕES: Operar equipamentos e dosadores de ETAs/ETEs; efetuar análises físico-químicas e bacteriológicas; controlar a pesagem de produtos químicos e preparar soluções químicas; verificar o funcionamento de equipamentos de ETAs; constatar anormalidades de funcionamento de equipamentos e comunicar a chefia imediata as falhas que não tenha condições de resolver; preencher formulários de controle inerentes as estações de tratamento; controlar estoques, bem como conferir quantidade e qualidade de produtos químicos entregues pelos fornecedores as ETAs; executar serviços de conservação e manutenção de ETAs.

Atividades descritas em função de componentes, conforme segue: floculadores mecânicos de eixo vertical ou horizontal: verificar condições de funcionamento de polias e correias, lubrificar mancais e rolamentos.

Decantadores: verificar desempenho de acordo com efluentes e características físico-químicas de água.

Filtros Rápidos: controlar tempo de lavagem, com base em perdas de carga de piezômetros; preencher formulário Boletim de Operação de Filtros; efetuar lavagem de filtros, escovar normalmente paredes e calhas e fazer desinfecção com hipoclorito de sódio.

Cloradores a Gás: verificar ocorrências de escapamento de cloro nos aparelhos, cilindros e canalizações, com a utilização de amônia; verificar funcionamento de injetores; regular fotômetro para obter dosagem adequada; providenciar trocas de cilindros de cloro, quando vazios ou defeituosos; efetuar limpeza de aparelhos cloradores e de salas de cloração; preencher formulários de controle de cloro; verificar existência de danos em aparelhos cloradores; limpar válvulas redutoras de pressão existentes em entradas de aparelhos cloradores; revisar bombas de água pressurizadas; aplicar vaselina em partes metálicas que mostrem princípios de corrosão.

Dosadores de Nível Constante: verificar condições de funcionamento de bóias, válvulas e agulhas; regular dosagem no dosador.

Extintores de Cal: verificar colocação de peneiras em caixa de saída; limpar peneiras ao término da jornada de trabalho; limpar extintores após cada operação, tratando-se de cal virgem ou hidratada.

Laboratório: realizar análises físico-químicas e bacteriológicas; controlar a validade de soluções, considerando normalidades ou percentagens; verificar periodicamente calibragem de equipamentos eletrônicos e mecânicos, conforme especificações de fabricantes; preencher relatórios de apoio: trabalhos de rotinas, exames físico-químicos, exames bacteriológicos, controle horário de consumo de produtos químicos, jar-test e volumes aduzidos de água; verificar turbidez de água bruta e executar testes de jarros para determinar dosagens ótimas de sulfato de alumínio, quando houver variação na turbidez.

Outras Atividades: manter Estações de Tratamento de Água em funcionamento, através de acionamento de conjuntos moto-bombas de captação; atender necessidades de demanda de redes e reservatórios; zelar pelo funcionamento, limpeza e ordem de instrumentos, aparelhos, equipamentos e dependências de trabalho; comunicar a chefia imediata, irregularidades em funcionamento de aparelhos e demais componentes de ETAs; requisitar materiais necessários ao bom andamento dos serviços; executar outras tarefas inerentes ao cargo. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados, e em regime de revezamento.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

- 1 – Portador de diploma de Ensino Médio;
- 2 – Qualificação com habilitação para o exercício da função;
- 3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO III - MANUTENÇÃO E CONSERTOS - MC

CARGO: ENCANADOR

SERVIÇO: Operação e manutenção qualificativa de equipamentos, máquinas e equipamentos técnicos de sistemas de água e esgoto, redes. Instalações e consertos de redes. Trabalhos de montagem e desmontagem de estações.

GRUPO: III Cargo Efetivo – MC
NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

ATRIBUIÇÕES: Fazer instalação, conserto e manutenção de adutoras, redes de distribuição de água, registros, hidrantes, ventosas, válvulas e conexões em geral; executar a abertura e o fechamento de valas, com a remoção do pavimento, reaterro e apiloamento da vala; executar, nas dependências da Autarquia, consertos de válvulas, torneiras e providenciar as substituições de tubos; executar ligações domiciliares, ampliação de redes e consertos de ligações, tanto de água como de esgoto; efetuar mudanças de ligações, instalações e retiradas de hidrômetros das ligações domiciliares; relacionar e especificar tipo e quantidade de materiais necessários ao serviço e providenciar a retirada do almoxarifado; efetuar a manutenção e a limpeza dos instrumentos e equipamentos de uso diário; efetuar a instalação, conserto e manutenção de redes coletoras de esgoto; relatar as atividades desenvolvidas, de acordo com os critérios da Autarquia; fazer e reparar poços de visitas, poços de limpeza, caixas de proteção de registros e pisos de cimento; participar e executar serviços de plantões em feriados, finais de semana e noturnos, cumprindo as demais atribuições do cargo; fazer coleta de amostras de água para exame de laboratório; executar serviços de limpeza nos floculadores, decantares e demais dependências da ETA; executar serviços de urbanização, compreendendo, construção de muro, pintura e outros que se fizerem necessários as edificações da Autarquia; operar equipamentos de desobstrução, abrindo valas de acesso, quando for necessário; auxiliar nos levantamentos,

nos nivelamentos e medições; executar serviços de carga, descarga, transporte e armazenamento de materiais em locais determinados; efetuar serviços de reparos em alvenaria e/ou carpintaria nas aberturas, paredes, telhados, bem como a colocação de vidros; confeccionar caixas para registros e armações de ferragens para concreto; requisitar e manter suprimento de material necessário ao trabalho, verificando a qualidade dos mesmos, a vista das especificações; executar outras tarefas inerentes ao cargo. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas;

b) Requisitos:

1 – Ensino médio incompleto;

2 - Capacidade física e psicológica para o exercício da função;

3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR n.º 022/2006**QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS**

(Arts. 4.º, parágrafo único, e 6.º, I, da Lei Complementar n.º 022/2006)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
QUÍMICO	01	Portador de certificado de conclusão de ensino superior com registro no respectivo Conselho ou Órgão fiscalizador do exercício profissional e habilitação, conforme Grupo I do Anexo I.

**QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO II – ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL - OAG**

(Arts. 4.º, parágrafo único, e 6.º, II, da Lei Complementar n.º 022/2006)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AGENTE ADMINISTRATIVO	01	Portador de certificado de conclusão de ensino médio e qualificação com habilitação, conforme Grupo II do Anexo I.
OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE)	04	

**QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO IV – SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO E CONserto
- SMC**

(Arts. 4.º, parágrafo único, e 6.º, III, da Lei Complementar n.º 022/2006)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01	Ensino fundamental incompleto, capacidade física e psicológica para o exercício da função, conforme Grupo III do Anexo I.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR n.º 022/2006**TABELA DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO SAMAE
ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR – ANS**

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTOS – R\$
QUÍMICO	20	931,60

ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – OAG

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTO – R\$
AGENTE ADMINISTRATIVO	40	900,00
OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE)	40	950,00

SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO E CONserto – SMC

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTOS – R\$
ENCANADOR	40	950,00

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei Complementar Nº. 034/2011

LEI COMPLEMENTAR nº. 034/2011

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Pela presente Lei fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Meleiro, que se destina a reger o desenvolvimento funcional nos cargos públicos de provimento efetivo em carreiras funcionais e desempenho de atribuições.

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais, do Município de Meleiro, são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos estabelecidos em Lei e nos Regulamentos.

Art. 3º O Regime Jurídico é estatutário e o regime previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social - INSS, a partir da Lei Municipal nº 809/2000, de 03 de abril de 2000.

TÍTULO II**DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO****Capítulo Único****Dos grupos e categorias funcionais**

Art. 4º Para efeitos da aplicação desta lei, considera-se:

I – Plano de Carreira: o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e vencimentos dos servidores efetivos do Município de Meleiro, exceto os do magistério;

II – Carreira: o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Vencimentos, observada a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional;

III – Cargo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades do Servidor Público, previstas no Plano de Carreira e Vencimentos, de acordo com área de atuação e formação profissional.

IV – Categoria Funcional: o conjunto de cargos reunidos em

segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V – Servidor Público: o conjunto de profissionais descrito no artigo 6º desta lei, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal.

VI – Vencimento: é a expressão pecuniária do cargo, consoante nível próprio, fixado em Lei. O vencimento do Servidor Público será fixado de acordo com a sua habilitação, qualificação e carga horária.

VII – Remuneração: é a retribuição mensal paga ao Servidor pelo exercício do cargo correspondente ao vencimento e vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidos em lei.

VIII – Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuição, grau de complexidade e responsabilidade, especificados nesta lei.

IX – Referência: graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

X – Progresso Funcional: deslocamento do Servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo, o qual se dará de modo vertical e horizontal:

a) entende-se por progressão horizontal a ascendência obtida pelo profissional por meio da apresentação de horas de aperfeiçoamento, avaliação de desempenho e tempo de serviço.

XI – Enquadramento: atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao Servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.

XII – Quadro de Pessoal: conjunto de cargos de provimentos efetivos dos Servidores.

XIII - Tempo de serviço: é contado em dias, transformado em anos, contados com 365 dias, serve para efeitos de progressão na carreira e período aquisitivo para aposentadoria.

Art. 5º Os cargos dos Servidores Públicos do Município de Meleiro são classificados como de provimento efetivo e provimento em comissão.

Art. 6º Fica criado o quadro de pessoal do serviço público do Município de Meleiro, classificado e inserido nos grupos ocupacionais, abaixo relacionados.

§ 1º Grupo de Atividades de Nível Superior – ANS:

- I – Advogado;
- II – Analista de Informática;
- III – Analista de Recursos Humanos;
- IV – Assistente Social;
- V – Contador;
- VI – Enfermeiro;
- VII – Enfermeiro PSF;
- VIII – Engenheiro;
- IX – Farmacêutico;
- X – Fisioterapeuta;
- XI – Médico;
- XIII – Médico do PSF;
- XIV – Médico Veterinário;
- XV – Odontólogo;
- XVI – Odontólogo do PSF;
- XVII – Psicólogo; e
- XIII – Tesoureiro.

§ 2º Grupo de Atividades Operacionais e de Administração Geral de nível Médio – OAG:

- I – Agente Administrativo;
- II – Agente Sanitarista;
- III – Auxiliar de Enfermagem;
- IV – Auxiliar de Enfermagem PSF;
- V – Bibliotecário;
- VI – Fiscal de Obras;
- VII – Fiscal de Serviços;
- VIII – Fiscal de Tributos;

IX – Recepcionista;

X – Telefonista; e

XI – Topógrafo.

§ 3º Grupo de Serviços Auxiliares e Transportes – SAT:

I – Carpinteiro;

II – Mecânico;

III – Motorista;

IV – Operador de Equipamentos;

V – Pedreiro; e

VI – Pintor.

§ 4º Grupo de Serviços Gerais de Manutenção, Vigilância e Limpeza – SGM:

I – Auxiliar de Mecânico;

II – Auxiliar de Serviços Gerais;

III – Lavador/Engraxador; e

III – Vigia.

Art. 7º O número de cargos e de vagas de provimento efetivo e as respectivas habilitações exigidas para cada nível ou grupo de níveis das carreiras dos grupos ocupacionais, a que se refere este artigo, estão inseridos nos anexos I a IV desta Lei.

TÍTULO III

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 8º O ingresso na carreira funcional dos cargos dos grupos ocupacionais do quadro de pessoal do serviço público municipal dar-se-á nos termos desta Lei e demais disposições legais aplicáveis, através de concurso público de provas e/ou de provas e títulos.

§ 1º Constituem requisitos de escolaridade para o ingresso nos cargos de que trata o “caput” deste artigo, os constantes dos anexos I a IV desta Lei.

§ 2º O servidor quando ingressar na carreira receberá o vencimento mínimo estipulado (básico) em conformidade com o cargo do grupo ocupacional.

Art. 9º O provimento dos cargos dos grupos ocupacionais a que se refere o “caput” do artigo anterior, ocorrerá mediante nomeação através de ato do Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO IV

DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

Capítulo I

Do provimento

Art. 10 A primeira investidura em cargo do Servidor Público do Município de Meleiro depende de aprovação prévia em concurso público de provas e/ou provas e títulos.

Art. 11 Para que ocorra o provimento é necessário que:

I – Exista vaga;

II – Preencha o candidato, todos os requisitos inerentes ao cargo;

III – Tenha sido prevista lotação numérica específica para o cargo.

Art. 12 As formas de provimento dos cargos efetivos previstos nesta lei são os seguintes:

I – Nomeação;

II – Reintegração;

III – Reabilitação.

Art. 13 Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal prover os cargos públicos de Servidores.

§1º Às pessoas com deficiências, é assegurado o direito de se

inscrever em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições lhes sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservados até 05% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§2º Não havendo inscrito ou aprovados no concurso, como determina o parágrafo anterior, as vagas serão ocupadas pelos demais inscritos.

TÍTULO V DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

Art. 14 Integram o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Funcionalismo Municipal:

I - Quadro de pessoal;

II - Estrutura organizacional de carreiras;

III - Tabelas salariais.

Art. 15 O piso salarial de cada categoria do serviço público de Meleiro é o estabelecido na tabela funcional e salarial, nos anexos desta Lei.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o mês março de cada ano como a data base do funcionalismo, sendo assegurado o reajuste salarial pelo INPC ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 16 É vedada a prestação de serviços gratuitos ao serviço público municipal, do Município de Meleiro.

Art. 17 O Servidor Público Municipal perderá a remuneração:

I – Dos dias que faltar ao serviço sem justificativa;

II – A meio dia, quando sair antecipado ou chegar atrasado, sem justificativa.

Parágrafo Único – O desconto previsto neste artigo decorre da constatação da ausência, registro no ponto, com observação sobre os serviços que deixaram de ser prestados, pela falta.

Art. 18 Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo Único - Mediante autorização do Servidor Público ou de decisão judicial, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, observada a legalidade do desconto.

Art. 19 O vencimento do cargo efetivo, acrescido as vantagens de caráter permanente, é irredutível e observará o princípio da isonomia, quando couber, observada a correspondente carga horária e a habilitação.

Capítulo I

Progressão por mérito - Horizontal

Art. 20 O Servidor Público Municipal fará jus a progressão por mérito podendo conquistar uma referência pela comprovação de frequência em cursos de aperfeiçoamento, na área de atuação profissional, outra por avaliação de desempenho e a terceira por tempo de serviço, conforme o que segue.

§1º As progressões previstas no presente artigo, começam a contar após a última avaliação positiva no estágio probatório, podendo ser cumulativas apenas as decorrentes do tempo de serviço no serviço público do município de Meleiro.

§2º As progressões que tratam deste artigo serão concedidas uma por ano, não podendo ser cumulativas.

§3º Executa-se da determinação do parágrafo anterior o profissional que concluir o estágio probatório, este será enquadrado de

acordo com o tempo de serviço prestado ao Município de Meleiro.

§4º Sendo o tempo de serviço exclusivamente o do período do estágio probatório, o servidor será enquadrado na alínea "c" da tabela salarial ao receber aprovação no mesmo.

Art. 21 Progressão por cursos, concedida após a participação em pelo menos 20h (vinte horas) horas para os cargos de nível superior, 20h (vinte horas) para os cargos de nível de ensino médio e 16h (dezesesseis horas) para os cargos de ensino fundamental e incompleto de aperfeiçoamento em cursos na respectiva área de atuação, com interstício mínimo de 02 (dois) anos entre uma promoção e outra, que corresponderão ao equivalente de 1,3% (um vírgula três por cento), sobre o valor da referência em que estava enquadrado na tabela.

§1º A progressão por cursos de aperfeiçoamento se dará no mês de maio do ano correspondente, sendo a primeira no ano subsequente ao início da sua implantação, para concretização deste direito deve o Servidor proceder da seguinte forma:

I – Entregar as fotocópias dos certificados correspondentes aos cursos de aperfeiçoamento, juntamente com o original, no prazo estabelecido pela administração, que servirá para validação de cada certificado a ser apresentado no protocolo geral do Município de Meleiro.

II – Respeitar a carga horária por curso apresentado deverá ser no mínimo de 04 (quatro) horas/aula.

§2º O mesmo curso, para efeitos de progressão por cursos de aperfeiçoamento, somente será computado uma vez e:

I – Os cursos contados deverão ter sido feitos no máximo em três anos anteriores a data da contagem para progressão.

II – As horas restantes de um certificado em ano anterior não podem ser reapresentadas para uma próxima progressão por cursos.

§3º Serão aceitos cursos oferecidos pela Administração Municipal de Meleiro, indicado pela mesma ou oferecidos por instituição credenciada.

§4º Tendo o Servidor de Meleiro realizando a segunda especialização, poderá contar para o computo de horas, uma vez, para a primeira progressão horizontal seguinte a sua conclusão, respeitado o período da anterioridade no limite de até 03 (três) anos.

§5º No primeiro ano de entrada em vigor da presente Lei não haverá a progressão prevista neste artigo, passando no ano seguinte para a progressão prevista no artigo subsequente.

Art. 22 Progressão pelo alcance de desempenho satisfatório no exercício do cargo, a cada 02 (dois) anos, no qual será considerada a assiduidade, a pontualidade, o zelo pelo desempenho das suas funções e o cumprimento da legislação correspondente, na conformidade da Secretaria Municipal que estiver vinculado, no valor de 1,3% (um vírgula três por cento), sobre o valor da referência em que estava enquadrado.

§1º A progressão por "Avaliação por Desempenho" se dará no mês de maio de cada ano correspondente ao direito, sendo a primeira no segundo ano após a entrada em vigor da presente Lei.

§2º O Servidor Público Municipal será avaliado pela assiduidade ao serviço, responsabilidade nas tarefas determinadas de acordo com critérios estabelecidos em portaria da Administração no início de cada período aquisitivo.

§3º Os detalhamento dos critérios serão estabelecidos no primeiro trimestre do período aquisitivo, com anuência dos servidores, assegurando a publicidade, a transparência no processo e a igualdade de condições dos servidores.

§4º Será constituída, no início de cada período aquisitivo, a Comissão de Avaliação de Desempenho, constituída por:

- I – Um representante da Secretaria correspondente a lotação.
- II – Um representante do setor de Recursos Humanos.
- III – Um representante do funcionalismo eleitos por seus pares.

§5º A Comissão será nomeada pelo chefe do poder Executivo, terá a duração de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzida uma única vez.

Art. 23 A progressão por tempo de serviço, concedida a cada 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público do Município de Meleiro, equivalente a 1,3% (um vírgula três por cento), sobre o valor da referência em que estava enquadrado, resguardando sempre o direito adquirido.

§1º A progressão por tempo de serviço se dará assim que o Servidor Público Municipal cumprir os três anos de serviço, na forma prevista no presente artigo.

§2º A progressão prevista no parágrafo anterior será automática, quando não concedida pode ser requerida por escrito no setor de pessoal do Município.

§3º A primeira progressão que trata deste artigo se dará no mês de maio do terceiro ano de vigência desta lei.

Art. 24 Não será concedida a progressão de que trata este artigo, se no período aquisitivo correspondente o Servidor estiver nas condições a seguir:

- I – Ter sofrido qualquer punição no período aquisitivo;
- II – Ter irregularidade de horário em todo período aquisitivo tendo mais de 03 (três) atrasos por ano ou 10 (dez) no período aquisitivo;
- III – Ter no máximo 02 (duas) faltas injustificadas por ano ou 06 (seis) no período aquisitivo;
- IV – Ter registro de falta justificada, sendo mais que 12 (doze) faltas por ano ou 60 (sessenta) no período aquisitivo.

Capítulo II

Progresso Salarial por Nova Titulação

Art. 25 O progresso funcional decorrente da nova habilitação é concedida quando o profissional concluir habilitação superior ao grau exigido para o provimento do cargo.

§1º A progressão que trata este artigo se dará nos seguintes casos:

- I – Quando a habilitação exigida é de Ensino Fundamental para a habilitação de Ensino Médio;
- II – Quando a habilitação exigida é de Ensino Médio para a habilitação de Ensino Superior;
- III – Quando a habilitação exigida é de Ensino Superior para a habilitação de Pós-Graduação;

§2º A vantagem por nova titulação incidirá sobre o valor do nível correspondente em que estiver na tabela salarial.

§3º A vantagem por nova titulação acontecerá a partir da data de apresentação e protocolo do certificado, que comprove a nova titulação do Servidor Público Municipal, na repartição competente.

§4º O pagamento da vantagem, quando atendido ao estabelecido na legislação, começa a contar 30 (trinta) dias a partir do protocolo da documentação.

Art. 26 O Servidor Público Municipal poderá obter as seguintes vantagens por nova habilitação:

§1º – Para os ocupantes do cargo de Ensino Fundamental, em especial, os descritos no § 3º e §4 do artigo 6º da presente Lei, pela obtenção do nível Médio compatível com sua área específica de efetivação no percentual de 5% (cinco por cento), sobre o salário de referência na tabela em que estiver enquadrado.

§2º - Para os ocupantes do cargo de habilitação de nível Médio, pela obtenção da Graduação compatível com sua área efetivação no percentual de 15% (quinze por cento), sobre o salário de referência na tabela em que estiver enquadrado.

§3º - Para os ocupantes do cargo de habilitação de nível Superior, pela obtenção de formação em Pós-Graduação, em nível de Especialização, compatível com sua área específica de efetivação no percentual de 15% (quinze por cento), sobre o salário de referência na tabela em que estiver enquadrado.

§4º Os diplomas ou certificados que comprovem a nova habilitação devem ser reconhecidos pelos órgãos oficiais da Educação.

§5º As vantagens serão acrescidas à remuneração do mês subsequente a apresentação dos documentos necessários.

§6º Para fins de concessão das vantagens previstas neste artigo serão consideradas todas as titulações obtidas pelo servidor, vedada a repetição de vantagem por habilitação de mesmo nível ou equivalência.

§7º A progressão prevista no presente artigo, começa a contar após a última avaliação positiva final no estágio probatório.

Art. 27 A remuneração é o vencimento do cargo efetivo e de comissão acrescido das vantagens pecuniárias ou temporárias estabelecida nesta lei.

Art. 28 Vencimento é a retribuição pecuniária do cargo, consoante nível próprio, fixado em lei.

Seção I

Do Avanço Trienal

Art. 29 A progressão por tempo de serviço, concedida a cada 03 (três) anos de efetivo exercício no município de Meleiro, equivalente a 1,3% (um inteiro e três décimos), sobre o valor da referência em que estava enquadrado.

I – A progressão por tempo de serviço se dará assim que o servidor público municipal cumprir os três anos de serviço previsto no presente artigo.

II – A progressão prevista neste artigo será automática, quando não concedida pode ser requerida por escrito no setor de pessoal do Município.

III – A contagem para a progressão que trata deste artigo inclui o tempo prestado em qualquer atividade do serviço público no município de Meleiro, vedada a dupla contagem do tempo.

§1º O avanço trienal será pago em item especificado no demonstrativo de pagamento, não fazendo parte da tabela salarial.

§2º Para efeitos deste plano a contagem do tempo inicia na vigência do mesmo.

Seção II

Das vantagens

Art. 30 Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento constituídas em caráter definitivo, como a progressão funcional horizontal e vertical, em conformidade com os artigos 21; 22; 23 e 26 da presente Lei ou em caráter transitório ou eventual, a título de gratificação.

§1º O salário-família será devido na forma do Regime Geral de Previdência Social – INSS.

§2º O salário-família será pago a partir do mês em que o Servidor apresentar à repartição competente a prova de filiação ou condição de equiparado.

§3º O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória do filho ou equiparado.

Art. 31 São concedidas ao Servidor as seguintes gratificações:

I – Gratificação pelos cargos em comissão;

II – Gratificação por desempenho;

III – Insalubridade nos casos do enquadramento da atividade.

Subseção I

Da gratificação Pelo Desempenho de Atividade de Esforço Extraordinário

Art. 32 Os Servidores Públicos Municipais que desempenharem atividades que necessitem de grande esforço físico farão jus a uma Gratificação Especial de Função por Esforço Extraordinário.

§1º São considerados trabalhos de Atividade de Esforço Extraordinário, para efeitos desta Lei o desempenhado por profissionais do quadro funcional de Serviços gerais em atividades braçais em atividades permanentes de campo, os motoristas de caminhões e outros que venham a ser criados;

§2º O pagamento será no percentual de 20% (vinte por cento) sobre menor valor de vencimento municipal.

§3º O pagamento dos valores será em evento próprio e sobre o mesmo não incide qualquer outra vantagem, não sendo cumulativo, cessado o desempenho da função é suspenso o pagamento da vantagem prevista neste artigo.

§4º A regulamentação da atividade prevista neste artigo será por ato do Chefe do Poder Executivo.

Subseção II

Da gratificação Pelo Desempenho de Atividade Complementar

Art. 33 O servidor que desempenhar funções além da sua função de origem, poderá ser recompensando nos termos desta Lei.

§1º A presente gratificação é restrita aos cargos de Nível Superior com alto grau de complexidade técnica.

§2º As funções complementares serão restritas aos órgãos complementares da Administração Pública, sendo as Autarquias e Fundações.

§3º O valor da gratificação será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário base do cargo.

§4º O desempenho desta atividade será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo, com período certo de duração, observados os princípios da administração pública.

§5º A presente gratificação tem caráter indenizatório, exclusivamente enquanto perdurar o desempenho da referida função complementar, não incidindo contribuição previdenciária.

TÍTULO VI

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 34 A jornada de trabalho do servidor público municipal é a de

40 (quarenta) horas semanais.

§1º Os ocupantes dos cargos do Grupo de Atividades de Nível Superior – ANS (Advogado; Analista de Informática; Analista de Recursos Humanos; Assistente Social; Contador; Enfermeiro; Enfermeiro PSF; Engenheiro; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Médico; Médico do PSF; Médico Veterinário; Odontólogo; Odontólogo do PSF; Psicólogo; e Tesoureiro, poderão ter carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os valores proporcionais a sua carga horária, constantes no anexo III desta Lei.

§2º Atendendo ao interesse público e a critério da Administração Municipal, a jornada do Servidor Municipal com carga horária semanal de 20 (vinte) horas poderá ser ampliada para 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas, recebendo o mesmo um adicional proporcional ao aumento da carga horária.

§3º Atendendo ao interesse público e a critério da Administração Municipal, a jornada do Servidor Municipal com carga horária semanal superior, mediante solicitação escrita, poderá ser reduzida para 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas, recebendo o mesmo a remuneração correspondente.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 O quadro permanente dos servidores efetivos, estatutários ou regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Município de Meleiro será estruturado em conformidade com as disposições desta Lei e demais disposições aplicáveis.

Art. 36 Os servidores efetivos, estatutários ou regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, investidos em cargos em comissão, funções de confiança e funções gratificados, contarão o tempo de exercício correspondente para fins de desenvolvimento funcionais, nos termos da presente Lei.

Art. 37 As disposições contidas nesta Lei não se aplicam aos Membros do Magistério.

Art. 38 Os servidores terão direito a receber vencimentos não inferiores ao da lei anterior.

§1º Quando no reenquadramento para a nova tabela, havendo excedente, o valor será convertido em Vantagem Nominalmente Identificável – VNI.

§2º Sobre a vantagem de que trata o parágrafo anterior incidirá o mesmo reajuste do vencimento.

Art. 39 As vantagens conquistadas nos planos anteriores serão incorporadas na tabela salarial do atual Plano de Carreira.

§1º Os avanços trienais obtidos por cada servidor serão incorporados à tabela salarial, por ocasião do reenquadramento.

Art. 40 Os profissionais ocupantes dos cargos vinculados ao PSF, na extinção do programa passam a desempenhar funções próprias da carreira equivalente.

Art. 41 Fica limitado o preenchimento do cargo de engenheiro a um profissional para cada área de atuação (agrícola, construção civil, agrimensura, etc.)

Art. 42 As diferenças salariais decorrem da Lei Municipal 807 de 16 de dezembro de 1999.

Art. 43 Esta Lei será regulamentada no que couber por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 44 Fica autorizado o chefe do Poder Executivo a promover o reenquadramento do funcionalismo nos termos da presente lei.

Parágrafo Único – Nos 30 (trinta) dias posteriores a entrada em vigor da presente Lei será publicada a listagem com o reenquadramento, através de portaria ou decreto.

Art. 45 Nenhum Servidor receberá como vencimento valor inferior ao mínimo nacional, em vigor no estado.

Art. 46 A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 47 Ficam revogadas em seu todo, a Lei Complementar 014, de 27 de outubro de 2005, a Lei Complementar 027 de 28 de dezembro de 2009, a Lei Complementar 030 de 27 de abril de 2010, Lei Complementar 032 de 25 de agosto de 2010, Lei complementar 033 de 10 de março de 2011, e demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR n.º 034 /2011.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

(Art. 6º, § 1º da Lei Complementar n.º 034/2011).

CARGO: ADVOGADO

SERVIÇO: Assessoria jurídica

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de caráter jurídico, que consiste na representação judicial do Município nas demandas em que ele seja autor ou réu, oponente ou assistente; representá-lo extrajudicialmente; emitir pareceres sobre questões jurídicas, minutas de leis, decretos, portarias, contratos e outros atos normativos; orientar e preparar processos administrativos; prestar assessoramento jurídico ao Prefeito e demais órgãos da Administração; revisar os projetos de leis, decretos, portarias e outros atos normativos, antes de serem assinados e publicados; providenciar minutas de contratos, leis, decretos, portarias e outros atos normativos; providenciar a elaboração de razões de vetos a projetos de lei; contratar serviços profissionais de outros advogados para desenvolverem tarefas específicas e de relevância; substabelecer a outro advogado o mandato outorgado pelo Município, funcionando sempre em conjunto; exercer outras atividades inerentes à função. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

- 1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;
- 2 - Qualificação com habilitação para o exercício da advocacia;
- 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ANALISTA DE INFORMÁTICA

SERVIÇO: Assessoria de informática em geral.

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria da Administração e Finanças ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior e natureza qualificada, abrangendo a manutenção preventiva e corretiva nos computadores; propor e auxiliar na compra de equipamentos e suprimentos de informática; dar suporte ao usuário, implantando aplicativos e utilitários, tirando dúvidas e orientando aos funcionários; montar um computador, instalando e configurando todos os equipamentos de software e hardware; lecionar cursos de aplicativos e sistemas operacionais; instalar e configurar computadores, isolados ou em redes, periféricos e softwares; selecionar programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário; executar ações de treinamento e de suporte técnico; prestar suporte técnico aos usuários de microcomputadores, no tocante ao uso de software básico, aplicativos, serviços de informática e de redes em geral; participar da implantação e manutenção de sistemas, bem como desenvolver trabalhos de montagem, simulação e testes de programas; realizar o acompanhamento do funcionamento dos sistemas em processamento, solucionando irregularidades ocorridas durante a operação; auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

- 1 - Portador de Diploma de Ensino Superior na área de Informática ou Computação, com registro no órgão competente;
- 2 - Qualificação com habilitação para o exercício da informática;
- 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

SERVIÇO: Administração de pessoal

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, relativas ao recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, aos controles funcionais e as demais atividades de pessoal da Administração; aplicar e fazer aplicar as leis e regulamentos referentes ao pessoal da Administração, orientando a fiscalização, sua execução, bem como estabelecer normas destinadas a uniformizar a aplicação da legislação; promover a inspeção médica para admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais dos servidores da Administração Municipal; comunicar ao Secretário de Administração e Finanças qualquer irregularidade que se relacione com a Administração de Pessoal; emitir ou fazer emitir todos os controles de competência do Departamento de Administração de Pessoal, dentro do calendário definido, fazendo-os circular conforme o fluxo fixado para cada um; promover a realização de cursos de treinamento de pessoal, de relações humanas e tudo o que julgar conveniente para a melhoria funcional dos servidores municipais e o seu relacionamento com o público; promover a identificação e matrícula dos funcionários e expedir a carteira funcional e profissional; fornecer aos servidores dos seus comprovantes de rendimentos para efeito das declarações de renda; promover a comunicação ao servidor do seu período de férias; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta Lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de Diploma de Ensino Superior em Administração e/ou Ciências Contábeis, com registro no órgão competente.
2 - Especialização e/ou qualificação com habilitação para o exercício da função;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**SERVIÇO:** Assistência social**GRUPO:** I Cargo Efetivo – ANS**NÚMERO DE VAGAS:** 02**LOTAÇÃO:** Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, orientação de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
Requisitos:
1 - Portador de Diploma de Ensino Superior em Serviço Social, com registro no órgão competente;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício de assistente social;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: CONTADOR**SERVIÇO:** Contabilidade em geral**GRUPO:** I Cargo Efetivo – ANS**NÚMERO DE VAGAS:** 01**LOTAÇÃO:** Secretaria de Administração e Finanças.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de caráter contábil, burocrático, que consiste na efetuação de registros, preenchendo livros, consultando dados em tabelas, gráficos e demais demonstrativos a fim de atender as necessidades do setor; assinatura de balanços, balancetes e outros demonstrativos contábeis, outras atividades inerentes à função. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, com registro no órgão competente.
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função de executor contábil;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ENFERMEIRO**SERVIÇO:** Enfermagem em geral**GRUPO:** I Cargo Efetivo – ANS**NÚMERO DE VAGAS:** 02**LOTAÇÃO:** Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, que consiste na execução assistencial e supervisão de serviços de enfermagem em geral e outras atribuições inerentes à profissão. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, com habilitação em Enfermagem e registro no órgão competente;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício de enfermagem;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ENFERMEIRO DO PSF**SERVIÇO:** Enfermagem em geral**GRUPO:** I Cargo Efetivo – ANS**NÚMERO DE VAGAS:** 03**LOTAÇÃO:** Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, que consiste na execução assistencial e supervisão de serviços de enfermagem em geral; Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, que consiste na execução assistencial e supervisão de serviços de enfermagem em geral; Organizar campanhas e projetos sobre a saúde preventiva; Desenvolver outras atribuições inerentes à profissão; Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
 b) Requisitos:
 1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, com habilitação em Enfermagem e registro no órgão competente;
 2 - Qualificação com habilitação para o exercício de enfermagem;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ENGENHEIRO

SERVIÇO: Serviços de engenharia voltados para a área agrícola, construção civil, agrimensura e demais especialidades.

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 03

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, que tem princípio laborativo a execução de trabalhos técnicos na área agrícola, construção civil, agrimensura e demais especialidades, visando sempre o desenvolvimento rural e urbano sustentável, responsabilizando-se por projetos de execução dos serviços de loteamento e desmembramento e remembramento de solo urbano, executar obras as atividades de georeferenciamento de imóveis rurais, conforme preceitua Lei 10.267/01. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
 b) Requisitos:
 1 – Portador de Diploma de Ensino Superior de Engenharia, com registro no órgão competente;
 2 – Qualificação com habilitação para o exercício da engenharia;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: FARMACEUTICO

SERVIÇO: Farmácia em geral

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social

ATRIBUIÇÕES: - Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada; Organizar e supervisionar o planejamento e execução de atividades pertinentes a aquisição e distribuição de medicamentos; Desempenhar a coordenação de programas específicos de orientação ao uso correto de medicamentos; Manter organizadas as planilhas de aquisição e controle de distribuição de medicamentos; Organizar a farmácia do município; Supervisionar o armazenamento, a validade e a distribuição de medicamentos; Desenvolver outras atribuições inerentes à profissão; e Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
 Requisitos:
 1 – Portador de Diploma de Ensino Superior de Farmácia, com registro no órgão competente;
 2 – Qualificação com habilitação para o exercício competente;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

SERVIÇO: Profissional de Saúde, com formação acadêmica Superior, habilitado a construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais, a prescrição das condutas fisioterapêuticas, sua ordenação e indução no paciente, bem como, o acompanhamento da evolução do quadro funcional e a sua alta do serviço.

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social

ATRIBUIÇÕES: - O fisioterapeuta presta serviços nas áreas da saúde, educação, esporte, empresarial, atuando ainda no campo da pesquisa. O exercício profissional do fisioterapeuta compreende a avaliação físico-funcional do paciente, a prescrição do tratamento, a indução do processo terapêutico, a alta no serviço de Fisioterapia e a reavaliação sucessiva do paciente para constatação da existência de alterações que justifiquem a necessidade de continuidade das práticas terapêuticas. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
 Requisitos:
 1 – Portador de Diploma de Ensino Superior de Fisioterapia, com registro no órgão competente;
 2 – Qualificação com habilitação para o exercício competente;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: MÉDICO

SERVIÇO: Medicina em geral, Ginecologia, Pediatria, Geriatria e demais especialidades

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 05

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
 Requisitos:
 1 – Portador de Diploma de Ensino Superior, com habilitação em medicina geral ou com especialidade em determinada área, com registro no órgão competente;
 2 – Qualificação com habilitação para o exercício da medicina;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: MÉDICO DO PSF

SERVIÇO: Medicina em geral, Ginecologia, Pediatria, Geriatria e demais especialidades

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 03

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: - Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada; Realizar atividades relacionadas à saúde envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Organizar campanhas e projetos sobre a saúde preventiva; - Desenvolver outras atribuições inerentes à profissão; e Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

Requisitos:

1 – Portador de Diploma de Ensino Superior, com habilitação em medicina geral ou com especialidade em determinada área, com registro no órgão competente;

2 – Qualificação com habilitação para o exercício da medicina;

3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

SERVIÇO: Medicina veterinária

GRUPO: I Cargo Efetivo - ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde animal. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

Requisitos:

1 – Portador de Diploma de Ensino Superior, com habilitação em medicina veterinária, com registro no órgão competente;

2 – Qualificação com habilitação para o exercício da medicina veterinária;

3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ODONTÓLOGO

SERVIÇO: Odontologia em geral

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 02

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades odontológicas educativas, preventivas e curativas. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

1 – Portador de Diploma de Ensino Superior em Odontologia, com registro no órgão competente;

2 – Qualificação com habilitação para o exercício da odontologia;

3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: ODONTÓLOGO DO PSF

SERVIÇO: Odontologia em geral

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 02

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades odontológicas educativas, preventivas e curativas; Organizar campanhas e projetos sobre a saúde preventiva; Desenvolver outras atribuições inerentes à profissão; e Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

1 – Portador de Diploma de Ensino Superior em Odontologia, com registro no órgão competente;

2 – Qualificação com habilitação para o exercício da odontologia;

3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: PSICÓLOGO

SERVIÇO: Psicologia em geral

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 02

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 20 (vinte) horas semanais (artigo 19), sem dedicação exclusiva ao cargo, conforme inciso III do artigo 15;

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

Requisitos:

1 – Portador de Diploma de Ensino Superior em Psicologia, com registro no órgão competente;

2 – Qualificação com habilitação para o exercício da psicologia;

3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: TESOUREIRO

SERVIÇO: Tesouraria em geral

GRUPO: I Cargo Efetivo – ANS

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças.

ATRIBUIÇÕES: Atividades que consiste em assinar juntamente com o Secretário de Administração e Finanças os cheques emitidos até o valor correspondente 02 (dois) salários mínimos, na ausência do Prefeito Municipal; endossar os destinados a depósitos em estabelecimentos de créditos; promover os recebimentos, devidamente autorizados, de créditos do Município em poder de terceiros; promover a guarda dos valores do Município ou de terceiros ao mesmo caucionados; promover a manutenção em dia da escrituração do movimento de caixa e preparar os comprovantes relativos às operações realizadas; determinar a efetivação do pagamento da despesas, de acordo com as disponibilidades de numerário, os esquemas elaborados e as instruções do Secretário de Administração e Finanças; exercer severa fiscalização sobre o recolhimento da receita e o pagamento das despesas; requisitar talões de cheques aos bancos; preparar, diariamente, boletins de movimentação financeira e enviá-los à contabilidade, ao Secretário de Administração e Finanças e ao Prefeito; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de Diploma de Ensino Superior em Administração, Ciências Contábeis ou Economia, com registro no órgão competente;
2 - Especialização e/ou qualificação para o exercício da função;
3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG

(Art. 6º da Lei Complementar n.º 034/2011).

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

SERVIÇO: Serviços administrativos em geral.

GRUPO: II Cargo Efetivo - OAG

NÚMERO DE VAGAS: 17

LOTAÇÃO: Secretaria da Administração e Finanças ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de natureza qualificada, de complexidade mediana, abrangendo serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos, receber e prestar informações, datilografar material inerente ao setor, organizar e manter atualizados os arquivos, conferir e elaborar dados estatísticos, prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: AGENTE SANITÁRISTA

SERVIÇO: Serviços de vigilância sanitária.

GRUPO: II Cargo Efetivo - OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de natureza qualificada, de complexidade mediana, abrangendo serviços de operacionalização, manutenção, fiscalização e execução de serviços de vigilância sanitária; receber e prestar informações, datilografar material inerente ao setor; organizar e manter atualizados os arquivos; conferir e elaborar dados estatísticos; prestar assessoramento na área de vigilância sanitária e outras atividades inerentes à função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 – Qualificação com habilitação para o exercício da vigilância sanitária;
3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SERVIÇO: Auxiliar de enfermagem.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 06

LOTAÇÃO: Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível médio, que consiste na execução das ações assistenciais de enfermagem, sob a supervisão do enfermeiro, observando e registrando sinais e sintomas apresentados pelo doente, fazendo curativos, ministrando medicamento e outros; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio ou curso de especialização em enfermagem com, no mínimo, 200 (duzentas) horas;
2 – Qualificação com habilitação para o exercício de auxiliar de enfermagem;
3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSF

SERVIÇO: Auxiliar de enfermagem do PSF

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 03

LOTAÇÃO: Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

ATRIBUIÇÕES: - Atividades de nível médio, que consiste na execução das ações assistenciais de enfermagem, sob a supervisão do enfermeiro, observando e registrando sinais e sintomas apresentados pelo doente, fazendo curativos, ministrando medicamento e outros; Executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei; Organizar campanhas e projetos sobre a saúde preventiva; Desenvolver outras atribuições inerentes à profissão; e Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio ou curso de especialização em enfermagem com, no mínimo, 200 (duzentas) horas;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício de auxiliar de enfermagem;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: BIBLIOTECÁRIO

SERVIÇO: Serviços administrativos em geral na Biblioteca Municipal.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de natureza qualificada, de complexidade mediana, abrangendo serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos na Biblioteca Municipal; receber e prestar informações; datilografar material inerente ao setor; organizar e manter atualizado o acervo e os arquivos da Biblioteca Municipal; conferir e elaborar dados estatísticos; prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: FISCAL DE OBRAS

SERVIÇO: Fiscalização de obras.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível médio, que consiste na vistoria de obras e outras atividades específicas da função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da fiscalização obras no Município de Meleiro;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: FISCAL DE SERVIÇOS

SERVIÇO: Fiscalização de serviços e servidores municipais.

GRUPO: II Cargo Efetivo - OAG

NÚMERO DE VAGAS: 02

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível médio, que consiste na fiscalização dos serviços e servidores e outras atividades específicas da função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da fiscalização de serviços e servidores municipais;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

SERVIÇO: Fiscalização de tributos municipais.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível médio, que consiste na elaboração de levantamentos de débitos tributários; confecções de autos de infração; emissão de bloqueios para cobrança e outras atividades específicas da função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei. Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da fiscalização de tributos municipais;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: RECEPCIONISTA

SERVIÇO: Serviços administrativos em geral.

GRUPO: II Cargo Efetivo - OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria da Administração e Finanças ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de natureza qualificada, de complexidade mediana, abrangendo serviços de operacionalização, manutenção e execução de serviços burocráticos; receber e prestar informações; datilografar material inerente ao setor; organizar e manter atualizados os arquivos; conferir e elaborar dados estatísticos; prestar assessoramento na área administrativa e outras atividades inerentes à função; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 – Portador de diploma de Ensino Médio;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: TELEFONISTA

SERVIÇO: Telefonia em geral.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 04

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de pouca complexidade de natureza repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos referentes a ligação telefônica, transmissão e recebimentos de mensagem pelo telefone, que exige, dentre outras qualidades, boa dicção, urbanismo e equilíbrio; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 - Portador de diploma de Ensino Médio;
2 – Qualificação com habilitação para o exercício da função de telefonista;
3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: TOPÓGRAFO

SERVIÇO: Serviços de topografia em geral.

GRUPO: II Cargo Efetivo – OAG

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de natureza qualificada, de complexidade mediana, abrangendo serviços relacionados a levantamentos de jazidas, propriedades rurais, bacias e pontes; execução de levantamentos topográficos, cálculos, nivelamentos, locação de projetos urbanos e obras em geral e execução de demarcação e marcação de áreas; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, Domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;
b) Requisitos:
1 – Portador de diploma de Ensino Médio;
2 – Qualificação com habilitação para o exercício da topografia.
3 – Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO III - AUXILIAR DE SERVIÇOS E TRANSPORTE - SAT

(Art. 6º da Lei Complementar n.º 034/2011).

CARGO: CARPINTEIRO

SERVIÇO: Carpintaria e reformas em geral.

GRUPO: III Cargo Efetivo - SAT

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de regular complexidade, que consiste no trabalho com madeira, desde a seleção do material até a montagem das peças projetadas, tudo na área da construção civil; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino Fundamental incompleto;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da carpintaria;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: MECÂNICO

SERVIÇO: Mecânica, manutenção e consertos de veículos.

GRUPO: III Cargo Efetivo – SAT

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de regular complexidade, que consiste no trabalho de mecânica, manutenção e conserto de veículos; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino Fundamental incompleto;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício de mecânica de veículos;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: MOTORISTA

SERVIÇO: Condução e conservação de veículos pertencentes à frota municipal.

GRUPO: III Cargo Efetivo – SAT

NÚMERO DE VAGAS: 23

LOTAÇÃO: Em qualquer Secretaria conforme a necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de subalterno, de natureza operacional, abrangendo condução e conservação de veículos motorizados utilizados no transporte oficial de passageiros e cargas; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino Fundamental incompleto e possuir Carteira Nacional de Habilitação, com a categoria condizente com a função;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função de motorista;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

SERVIÇO: Operação e manutenção de máquinas e equipamentos.

GRUPO: III Cargo Efetivo – SAT

NÚMERO DE VAGAS: 10

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de qualidade de menor complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de máquinas pesadas e equipamentos da frota municipal; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino Fundamental incompleto e possuir Carteira Nacional de Habilitação, com a categoria condizente com a função;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função de operador de máquinas e equipamentos;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: PEDREIRO

SERVIÇO: Alvenaria e reformas em geral.

GRUPO: III Cargo Efetivo - SAT

NÚMERO DE VAGAS: 04

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de regular complexidade, que consiste no trabalho de alvenaria, reforma e edificação, tudo na área da construção civil; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino Fundamental incompleto;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função de pedreiro;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: PINTOR

SERVIÇO: Pinturas em geral.

GRUPO: III Cargo Efetivo – SAT

NÚMERO DE VAGAS: 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de regular complexidade, que consiste no trabalho de preparação e pintura na área construção civil; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, Domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino Fundamental incompleto;
2 - Qualificação com habilitação para o exercício da função de pintor;
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - GRUPO IV - SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA - SGM

(Art. 6º da Lei Complementar n.º 034/2011).

CARGO: AUXILIAR DE MECÂNICO

SERVIÇO: Serviços gerais de manutenção e mecânica

GRUPO: IV Cargo Efetivo – SGM

NÚMERO DE VAGAS: 03

LOTAÇÃO: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível subalterno, de natureza operacional e de grau de complexidade mediana, abrangendo trabalhos de lubrificação mecânica e demais atividades correlatas; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
b) Requisitos:
1 - Ensino fundamental incompleto;
2 - Capacidade física e psicológica para o auxílio ao exercício da mecânica de veículos.
3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SERVIÇO: Serviços gerais de limpeza

GRUPO: IV Cargo Efetivo – SGM

NÚMERO DE VAGAS: 54

LOTAÇÃO: Secretaria de Administração e Finanças ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível subalterno, de natureza operacional e de grau de complexidade mediana, abrangendo trabalhos de servente, limpeza e higiene; preparação de refeições nas unidades escolares e demais atividades correlatas; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
 b) Requisitos:
 1 - Escolaridade dispensada;
 2 - Capacidade física e psicológica para o exercício da função;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: LAVADOR/ENGRAXADOR**SERVIÇO:** lavar e engraxar a frota municipal**GRUPO:** IV Cargo Efetivo – SGM**NÚMERO DE VAGAS:** 1**LOTAÇÃO:** Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

ATRIBUIÇÕES: - Lavar veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município ou sob sua responsabilidade; Promover os cuidados necessários com equipamentos fixos ou móveis do Município; Realizar a lubrificação de máquinas e equipamentos de propriedade do Município ou sob sua responsabilidade; Engraxar máquinas e equipamentos de propriedade do Município ou sob sua responsabilidade; Desenvolver outras atribuições inerentes à profissão; e Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
 b) Requisitos:
 1 - Ensino fundamental incompleto;
 2 - Capacidade física e psicológica para o exercício da função;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

CARGO: VIGIA**SERVIÇO:** Serviços de vigilância.**GRUPO:** IV Cargo Efetivo – SGM**NÚMERO DE VAGAS:** 03**LOTAÇÃO:** Secretaria de Administração e Finanças ou outra Secretaria onde houver necessidade.

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível subalterno, de natureza operacional e de grau de complexidade mediana, abrangendo trabalhos de vigilância e demais atividades correlatas; executar e responsabilizar-se por todas as demais atribuições inerentes ao cargo, delegadas pelo seu superior imediato, ainda que omissas nesta lei.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 40 (quarenta) horas semanais;
 b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas;
 b) Requisitos:
 1 - Ensino fundamental incompleto;
 2 - Capacidade física e psicológica para o exercício de vigilância;
 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR n.º 034/2011**QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS**

(Arts.6º, parágrafo 1º da Lei Complementar n.º 034/2011)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
ADVOGADO	01	Portador de certificado de conclusão de ensino superior com registro no respectivo Conselho ou Órgão fiscalizador do exercício profissional e habilitação, conforme Grupo I do Anexo I.
ANALISTA DE INFORMÁTICA	01	
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	01	
ASSISTENTE SOCIAL	02	
CONTADOR	01	
ENFERMEIRO	02	
ENFERMEIRO - PSF	03	
ENGENHEIRO	03	
FARMACEUTICO	01	
FISIOTERAPEUTA	01	
MÉDICO	05	
MÉDICO - PSF	03	
MÉDICO VETERINÁRIO	01	
ODONTÓLOGO	02	
ODONTOLOGO - PSF	01	
PSICÓLOGO	02	
TESOUREIRO	01	

**QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO II – ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL - OAG**

(Art 6º , parágrafo 2º, da Lei Complementar n.º 034/2011)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFIS-SIONAL
AGENTE ADMINISTRATIVO	17	Portador de certificado de conclusão de ensino médio e qualificação com habilitação, conforme Grupo II do Anexo I.
AGENTE SANITÁRISTA	01	
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	06	
AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSF	03	
BIBLIOTECÁRIO	01	
FISCAL DE OBRAS	01	
FISCAL DE SERVIÇOS	02	
FISCAL DE TRIBUTOS	01	
RECEPCIONISTA	01	
TELEFONISTA	04	
TOPOGRAFO	01	

**QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES E TRANSPORTES - SAT**

(Art 6º, parágrafo 3º da Lei Complementar n.º 034/2011)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFIS-SIONAL
CARPINTEIRO	01	Ensino fundamental incompleto e qualificação com habilitação para o exercício da função, conforme Grupo III do Anexo I.
MECÂNICO	01	
MOTORISTA	23	
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	10	
PEDREIRO	04	
PINTOR	01	

QUADRO PERMANENTE DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

GRUPO IV – SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA - SGM

(Arts. 6º, parágrafo 4º da Lei Complementar n.º 034/2011)

CARGO	n.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	03	Ensino fundamental incompleto, Escolaridade dispensada, capacidade física e psicológica para o exercício da função, conforme Grupo IV do Anexo I.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	54	
LAVADOR/ENGRAXADOR	01	
VIGIA	03	

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR n.º 034/2011

TABELA DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

(Artigo 6º, da Lei Complementar n.º 034/2011)

ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTOS – R\$
ADVOGADO	20	R\$ 2.805,16
ANALISTA DE INFORMÁTICA	20	R\$ 885,84
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS	40	R\$ 2.987,63
ASSISTENTE SOCIAL	40	R\$ 1.889,80
CONTADOR	40	R\$ 3.947,04
ENFERMEIRO	40	R\$ 2.111,48
ENFERMEIRO PSF	40	R\$ 2.111,48
ENGENHEIRO (agrônomo, civil, agrimensor)	20	R\$ 1.742,16
FARMACEUTICO	20	R\$ 1.043,66
FISIOTERAPEUTA	40	R\$ 1.757,75
MÉDICO	20	R\$ 2.805,17
MÉDICO DO PSF	40	R\$ 7.455,85
MÉDICO VETERINÁRIO	20	R\$ 1.742,16
ODONTÓLOGO	20	R\$ 2.450,84
ODONTOLOGO PSF	40	R\$ 3.100,44
PSICÓLOGO	20	R\$ 1.181,12
TESOUREIRO	40	R\$ 2.987,63

ATIVIDADES OPERACIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTO – R\$
AGENTE ADMINISTRATIVO	40	R\$ 900,00
AGENTE SANITÁRISTA	40	R\$ 900,00
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	R\$ 900,00
AUXILIAR DE ENFERMAGEM PSF	40	R\$ 900,00
BIBLIOTECÁRIO	40	R\$ 900,00

FISCAL DE OBRAS	40	R\$ 1.203,26
FISCAL DE SERVIÇOS	40	R\$ 1.033,48
FISCAL DE TRIBUTOS	40	R\$ 1.300,00
RECEPCIONISTA	40	R\$ 900,00
TELEFONISTA	40	R\$ 900,00
TOPÓGRAFO	40	R\$ 1.018,00

SERVIÇOS AUXILIARES E TRANSPORTES - SAT

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTOS – R\$
CARPINTEIRO	40	R\$ 1.200,00
MECÂNICO	40	R\$ 1.085,15
MOTORISTA	40	R\$ 960,00
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	40	R\$ 1.200,00
PEDREIRO	40	R\$ 1.200,00
PINTOR	40	R\$ 775,11

SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO, VIGILÂNCIA E LIMPEZA - SGM

CARGO OU FUNÇÃO	HORAS	VENCIMENTOS – R\$
AUXILIAR DE MECÂNICO	40	R\$ 750,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40	R\$ 700,00
LAVADOR/ENGRAXADOR	40	R\$ 700,00
VIGIA	40	R\$ 710,00

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO IV
TABELA SALARIAL - INCLUSÃO DE 3 NÍVEIS

HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M
Progressão Horizontal 1,3%	1	100,00	101,30	102,62	103,95	105,30	106,67	108,06	109,46	110,89	112,33	113,79	115,27
ENSINO FUNDAMENTAL	2	116,77	118,28	119,82	121,38	122,96	124,55	126,17	127,81	129,48	131,16	132,86	134,59
5%	3	136,34	138,11	139,91	141,73	143,57	145,44	147,33	149,25	151,19	153,16	155,15	157,17
	4	105,00	106,37	107,75	109,15	110,57	112,00	113,46	114,94	116,43	117,94	119,48	121,03
ENSINO MÉDIO	5	122,60	124,20	125,81	127,45	129,10	130,78	132,48	134,21	135,95	137,72	139,51	141,32
	6	143,16	145,02	146,90	148,81	150,75	152,71	154,69	156,70	158,74	160,80	162,89	165,01

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO IV**TABELA SALARIAL - INCLUSÃO DE 3 NÍVEIS**

HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M
Progressão Horizontal 1,3%	1	100,00	101,30	102,62	103,95	105,30	106,67	108,06	109,46	110,89	112,33	113,79	115,27
ENSINO MÉDIO	2	116,77	118,28	119,82	121,38	122,96	124,55	126,17	127,81	129,48	131,16	132,86	134,59
15%	3	136,34	138,11	139,91	141,73	143,57	145,44	147,33	149,25	151,19	153,16	155,15	157,17
	4	115,00	116,50	118,01	119,54	121,10	122,67	124,27	125,88	127,52	129,18	130,86	132,56
GRADUAÇÃO	5	134,28	136,03	137,79	139,59	141,40	143,24	145,10	146,99	148,90	150,83	152,79	154,78
	6	156,79	158,83	160,90	162,99	165,11	167,25	169,42	171,62	173,85	176,11	178,40	180,72

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO IV

TABELA SALARIAL - INCLUSÃO DE 3 NÍVEIS

HABILITAÇÃO	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M
Progressão Horizontal 1,3%	1	100,00	101,30	102,62	103,95	105,30	106,67	108,06	109,46	110,89	112,33	113,79	115,27
ENSINO SUPERIOR	2	116,77	118,28	119,82	121,38	122,96	124,55	126,17	127,81	129,48	131,16	132,86	134,59
15%	3	136,34	138,11	139,91	141,73	143,57	145,44	147,33	149,25	151,19	153,16	155,15	157,17
PÓS-GRADUAÇÃO	4	115,00	116,50	118,01	119,54	121,10	122,67	124,27	125,88	127,52	129,18	130,86	132,56
	5	134,28	136,03	137,79	139,59	141,40	143,24	145,10	146,99	148,90	150,83	152,79	154,78
	6	156,79	158,83	160,90	162,99	165,11	167,25	169,42	171,62	173,85	176,11	178,40	180,72

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei n.º 1524/2011

LEI n.º 1524/2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE MELEIRO E REGIÃO COLMÉIA BRANCA.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com à Associação dos Produtores de Leite de Meleiro e Região Colméia Branca de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.638.181/0001-37, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante exercício de 2012.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2012.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.470/2010, de 27 de dezembro de 2010 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei n.º 1525/2011

LEI n.º 1525/2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CASA DE REPOUSO SANTO EXPEDITO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com à Casa de Repouso Santo Expedito de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob n.º. 05.542.990/0001-03, no valor total de R\$ 7.200,00 (Sete mil, duzentos reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir 1.º de janeiro de 2012.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.473/2010, de 27 de Dezembro de 2010 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei n.º 1526/2011

LEI n.º 1526/2011

AUTORIZA O MUNICIPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Francisco Canela, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 72.277.101/0001-10, no valor de até R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais) durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes e será utilizada para custear despesas de combustível utilizado no transporte, alimentação e profissional técnicos para os alunos excepcionais que frequentam a APAE, bem como demais despesas necessárias para a manutenção da mesma.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º, da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a colocar a disposição da APAE de Meleiro 04 (quatro) servidores públicos municipais, pertencentes ao quadro efetivo de pessoal da Prefeitura de Meleiro, sendo 01 (um) Assistente Social, 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 02 (dois) Professores.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o artigo 2.º desta Lei, ficarão as disposições da APAE de Meleiro, por tempo indeterminado e terão seus vencimentos pagos pela Prefeitura de Meleiro.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2012.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.471/2010, de 27 de dezembro de 2010 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei n.º 1527/2011

LEI n.º 1527/2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A INSTITUIÇÃO PRIVADA.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

conceder contribuição social à Sociedade Esportiva e Recreativa Meleiro Esporte Clube, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.800.101/0001-63, no valor total de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), visando sua manutenção e funcionamento durante o exercício de 2012.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2012.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.508/2011, de 01 de Agosto de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Lei n.º 1528/2011

LEI n.º 1528/2011

AUTORIZA O MUNICIPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN DE ARARANGUÁ.

O Prefeito Municipal DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Irmã Carmen de Araranguá/SC, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Júlio de Souza n.º 361, na cidade de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 00.900.930/0001-00, no valor total de R\$ 14.400,00 (Quatorze mil, quatrocentos reais), para internação de crianças do Município de Meleiro durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2012.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.506/2011, de 20 de Julho de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 437/2011

PORTARIA n.º 437/2011

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença saúde, à servidora MARIA LUIZA ZANELATTO CÔRNEO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 427/2011.

Meleiro, 26 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aditivo n.º 001/2011 - Contrato N.º. 028/2011

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 001/2011

Contrato n.º. 028/2011

Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO

Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER AS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2011.

Valor: R\$ 11.421,65

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato N.º. 030/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 030/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: DROGASAN HOSPITALARES LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO A PESSOAS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 1.182,80.

Vigência: Início: 25/11/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 25 de novembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato N.º. 031/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 031/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO A PESSOAS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 38.574,80

Vigência: Início: 25/11/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 25 de novembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato N.º. 032/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 032/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: BRASIL TELECOM S.A

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC na modalidade local, através de Serviço Digital 2 Mbps com 10 canais e 100 ramais, denominado serviço Digitronco com Ramais.

Valor: R\$ 6.000,60

Vigência: Início: 12/12/2011 Término: 12/12/2012.

Data da assinatura: 12 de dezembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato N.º. 095/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 095/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (Mangueiras Decorativas) PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PRÉDIOS E PRAÇAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 7.751,00.

Vigência: Início: 28/11/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 28 de novembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato N.º. 096/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 096/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ELÁDIO BIZ ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (Mangueiras Decorativas) PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PRÉDIOS E PRAÇAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 7.500,00

Vigência: Início: 28/11/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 28 de novembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato N.º. 102/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 102/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de

engenharia na construção de módulos sanitários e sistema de tratamento de esgoto, com fornecimento de materiais e mão de obra conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo no edital.

Valor: R\$ 249.130,16

Vigência: Início: 09/12/2011 Término: 09/03/2012.

Data da assinatura: 09 de dezembro de 2011.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 106/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 106/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BRASIL TELECOM S.A

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC na modalidade local, através de Serviço Digital 2 Mbps com 10 canais e 100 ramais, denominado serviço Digitronco com Ramais.

Valor: R\$ 6.000,60

Vigência: Início: 12/12/2011 Término: 12/12/2012.

Data da assinatura: 12 de dezembro de 2011.

Monte Carlo

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 38/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, conforme segue:

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 10/01/2012.

MENOR PREÇO POR LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00 horas.

TELEFONE No (0__49) 3546 0194

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 27 de dezembro de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito municipal

ALBERTINHO MANGOLT

Administrador

Aditivo de Contrato Nº 01.2011 do Contrato Administrativo de PRESTAÇÃO de SERVIÇOS MÉDICOS de ESPECIALIDADES Nº 02/2010

ADITIVO DE CONTRATO Nº 01.2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES Nº 02/2010.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o

Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu GESTOR, o Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CLINICA DA CRIANÇA DR. KAUTZ LTDA inscrita no CNPJ nº 03.840.567/0001-64 representada neste ato pelo Sr. MARCOS KAUTZ, brasileiro, médico, residente e domiciliado em Fraiburgo-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2010, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo de contrato é a prorrogação do contrato original nº 02/2010 em mais 12 meses, com início em 01/01/2012 e final em 31/12/2012, com a correção do valor original pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses, passando o valor a ser praticado pela prestação dos serviços médicos pelo montante de R\$ 23,46 (vinte e três reais com quarenta e seis centavos) por consulta na especialidade Pediatria.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2012 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01.01 2.031 3.3.90.39.50.00.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma do contrato original, ao qual este termo aditivo se subordina.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 26 de dezembro de 2011.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Contratante

CLINICA DA CRIANÇA DR. KAUTZ LTDA

MARCOS KAUTZ

Contratada

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER

CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

Aditivo Nº 01.2011 do Contrato Administrativo de PRESTAÇÃO de SERVIÇOS MÉDICOS de ESPECIALIDADES Nº 01/2010

ADITIVO Nº 01.2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES Nº 01/2010.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu GESTOR, o Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CAD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ nº 10.699.570/0001-75 representada neste ato pelo Sr. CLAUDIO LUIZ OLIVO, brasileiro, médico, residente e domiciliado em Curitiba-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2010, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1 - DO OBJETO**

O Objeto do presente termo aditivo de contrato é a prorrogação do contrato original nº 01/2010 em mais 12 meses, com início em 01/01/2012 e final em 31/12/2012, com a correção do valor original pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses, passando o valor a ser praticado pela prestação dos serviços médicos pelo montante de R\$ 53,08 (cinquenta e três reais com oito centavos) por consulta na especialidade Cirurgia Geral Gastroenterologista.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2012 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01.01 2.031 3.3.90.39.50.00.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma do contrato original, ao qual este termo aditivo se subordina.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 26 de dezembro de 2011.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Contratante

CAD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CLAUDIO LUIZ OLIVO

Contratada

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER

CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de PRESTAÇÃO de SERVIÇOS MÉDICOS de ESPECIALIDADES Nº 03/2010

ADITIVO nº 01/2011 do CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES Nº 03/2010.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu GESTOR, o Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUMPUTURA MÉDICA KUTZKE LTDA inscrita no CNPJ nº 08.528.664/0001-30 representada neste ato pelo Sr. MARCELO RICARDO KUTZKE, brasileiro, médico, residente e domiciliado em Campos Novos-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2010, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1 - DO OBJETO**

O Objeto do presente termo aditivo de contrato é a prorrogação do contrato original nº 03/2010 em mais 12 meses, com início em 01/01/2012 e final em 31/12/2012, com a correção do valor original pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses, passando o valor a ser praticado pela prestação dos serviços médicos pelo montante de R\$ 42,47 (quarenta e dois reais com quarenta e sete centavos) por consulta na especialidade Ortopedia.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2012 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01.01 2.031 3.3.90.39.50.00.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma do contrato original, ao qual este termo aditivo se subordina.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 26 de dezembro de 2011.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

Contratante

CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUMPUTURA MÉDICA KUTZKE

MARCELO RICARDO KUTZKE

Contratada

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER

CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de PRESTAÇÃO de SERVIÇOS MÉDICOS de ESPECIALIDADES Nº 04/2010

ADITIVO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES Nº 04/2010.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu GESTOR, o Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Física DAVID MELO inscrito no CPF nº 305.711.469-53, brasileiro, médico, residente e domiciliado em Curitiba-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2010, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo de contrato é a prorrogação do contrato original nº 04/2010 em mais 12 meses, com início em 01/01/2012 e final em 31/12/2012, com a correção do valor original pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses, passando o valor a ser praticado pela prestação dos serviços médicos pelo montante de R\$ 42,47 (quarenta e dois reais com quarenta e sete centavos) por consulta na especialidade Obstetrícia e Ginecologia.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2012 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01.01 2.031 3.3.90.39.50.00.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma do contrato original, ao qual este termo aditivo se subordina.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 26 de dezembro de 2011.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS N. C. DE SIQUEIRA

CONTRATANTE

DAVID MELO

David Melo

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER

CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 155/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Candida Correa Becker, nº 306, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.446.363/0001-71, neste ato representada pela Sra. ANDRESSA PAULA DE SOUZA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
18	Serviço hora/homem manutenção elétrica predial	HRS	6000,00	16,79

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito 3.3.90.00.00.00.00.00

01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00

01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00

01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto 3.3.90.00.00.00.00.00

01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00

01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos
3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas
3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00

01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social
3.3.90.00.00.00.00.00

01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS
3.3.90.00.00.00.00.00

01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde
3.3.90.00.00.00.00.00

09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom
3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME
ANDRESSA PAULA DE SOUZA
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 156/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SEBASTIÃO ADEMIR DA SILVA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia BR 282, nº Km 341, na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.162.057/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Sebastião Ademir da Silva, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos

indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

AUTO ELETRICA E ACESSORIOS CHIQUINHO

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
4	MANUTENÇÃO ELÉTRICA AUTOMOVEIS, CAMINHÕES, ONIBUS, MAQ. PESA	HRS	4000,00	25,00

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00

01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00

01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00

01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto
3.3.90.00.00.00.00.00

01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00

01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar
3.3.90.00.00.00.00.00

01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação
3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos
3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas
3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura
3.3.90.00.00.00.00.00

01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social
3.3.90.00.00.00.00.00

01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS
3.3.90.00.00.00.00.00

01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica
3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde
3.3.90.00.00.00.00.00

09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom
3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

SEBASTIÃO ADEMIR DA SILVA ME
SEBASTIÃO ADEMIR DA SILVA
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 157/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: AUTO MECANICA GALAFASSI LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 456, nº 124, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.883.208/0001-60, neste ato representado pelo Sr. Ileonero Gallafassi, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

MECÂNICA GALAFASSI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
1	MANUTENÇÃO MECANICA AUTÓVEIS E UTILITÁRIOS	HRS	4000,00	24,50
2	MANUTENÇÃO MECANICA DE CAMINHÕES E ONIBUS	HRS	4000,00	29,50

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão à conta de dotação específica do

município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01	02.00	02.01	2.004	Manutenção	gab.	prefeito	3.3.90.00.00.00.00.00
01	03.05	02.01	2.005	Manutenção	sec. adm	3.3.90.00.00.00.00.00	
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção	sec. Agric.	3.3.90.00.00.00.00.00	
01	06.00	06.03	2.025	Implantação	e man. Sist.	esgoto	3.3.90.00.00.00.00.00
01	06.01	06.04	2.007	Segurança	Pública	3.3.90.00.00.00.00.00	
01	06.00	06.05	2.038	Manutenção	sec. Desenv. Urb.	E meio ambiente	3.3.90.00.00.00.00.00
01	07.00	07.01	1.005	Ampliação	da rede física	de ensino fundamental	3.3.90.00.00.00.00.00
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção	do ensino	fundamental	3.3.90.00.00.00.00.00
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção	do transporte	escolar	3.3.90.00.00.00.00.00
01	07.00	07.01	2.039	Manutenção	da secretaria	de educação	3.3.90.00.00.00.00.00
01	09.00	09.01	2.024	Manutenção	dpto de serv.	públicos	3.3.90.00.00.00.00.00
01	09.00	09.01	2.023	Manutenção	dpto obras	públicas	3.3.90.00.00.00.00.00
01	09.00	09.03	2.022	Manutenção	sec. infraestrutura		3.3.90.00.00.00.00.00
01	10.00	10.03	2.036	Manutenção	sec. Bem estar	social	3.3.90.00.00.00.00.00
01	12.00	12.01	2.010	Manutenção	programas	FNAS	3.3.90.00.00.00.00.00
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção	funda assistência	social	3.3.90.00.00.00.00.00
04	01.00	01.01	2.030	Atenção	básica a saúde	3.3.90.00.00.00.00.00	
04	01.00	01.01	2.031	Assitenica	hospitalar e ambulatorial		3.3.90.00.00.00.00.00
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção	da vigilância	sanitária	3.3.90.00.00.00.00.00
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção	da vigilância	epidemiológica	3.3.90.00.00.00.00.00
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção	da secretaria	de saúde	3.3.90.00.00.00.00.00
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção	do funrebom		3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

AUTO MECANICA GALAFASSI LTDA
ILEONEL GALAFASSI
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 158/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: E.S.A. VELOSO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 456, nº KM 14, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 08.297.607/0001-97, neste ato representado pelo Sr. ADENILSON MOACIR VELOSO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

E.S.A VELOSO CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
6	CHAPEAÇÃO E PINTURA EM VEICULOS EM GERAL	HRS	2000,00	17,60

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social

3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom 3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011

Município de Monte Carlo

ANTONINHO T. GONÇALVES

Órgão Gerenciador

E.S.A. VELOSO LTDA

EDENILSON MOACIR VELOSO

Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 159/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: EILUMINAR MR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Enio Lopes de Albuquerque, nº s/n, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.860.666/0001-07, neste ato representado pelo Sr. ROBSON ANTONIO DE SOUZA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS,

CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

ILUMINAR M. R. SERVIÇOS ELETRICOS **C O S**
LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
19	Serviço hora/homem manutenção elétrica painéis elétricos	HRS	3000,00	32,00
	poço			

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00
01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00
01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00
01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto
3.3.90.00.00.00.00.00
01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00
01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00
01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos 3.3.90.00.00.00.00.00
01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas 3.3.90.00.00.00.00.00
01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura 3.3.90.00.00.00.00.00
01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social 3.3.90.00.00.00.00.00
01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS 3.3.90.00.00.00.00.00
01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom 3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

ILUMINAR MR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA
ROBSON ANTONIO DE SOUZA
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 160/2011
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: JOSÉ PINHEIRO EI pessoa jurídica de direito privado, situada na João Dias de Deus, nº 691, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 14.775.511/0001-90, neste ato representado pelo Sr. José Pinheiro, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

JOSÉ PINHEIRO

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
8	CONFECÇÃO, MONTAGEM, CONserto e reposição DE CALHAS	HRS	2000,00	12,00

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00

01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom 3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
 Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
 Órgão Gerenciador

JOSÉ PINHEIRO EI
JOSÉ PINHEIRO
 Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 161/2011 **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2011**

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE

CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: KRINI FUCCINA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Domingos Rigo, nº 685 sala 02, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.368.036/0001-74, neste ato representado pelo Sr. José Pinheiro, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

KARINI FUCCINA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
9	CONFECCÃO, MONTAGEM, CONSERTO O ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMIN	HRS	2000,00	6,84
10	CONFECCÃO, MONTAGEM, CONSERTO E REPOSIÇÃO BOCA DE LOBO	HRS	2000,00	7,69
11	valor hora/homem montagem, troca e reposição de vidros	HRS	2000,00	7,99

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas 3.3.90.00.00.00.00.00

01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom 3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011

Município de Monte Carlo

ANTONINHO T. GONÇALVES

Órgão Gerenciador

KARINI FUCCINA ME

KARINI FUCCINA

Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 162/2011

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2011

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Nereu Ramos, nº 334, na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.492.725/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Laureci Bitencourt, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS

SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO.

Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
12	SERVIÇO HORA HOMEM PEDREIRO	HRS	6000,00	13,48
13	SERVIÇO HORA HOMEM DE CARPINTEIRO	HRS	6000,00	13,48
14	SERVIÇO HORA HOMEM PINTOR	HRS	6000,00	15,20
15	SERVIÇO HORA HOMEM SERVIÇOS GERAIS	HRS	10000,00	12,43
16	SERVIÇO MENSAL HOMEM/MULHER DE SERVIÇOS GERAIS	HOM.	300,00	1793,26
17	Valor hora/homem reforma, retirada, colocação COBERTURA	HRS	6000,00	23,89

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS 3.3.90.00.00.00.00.00
 01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial 3.3.90.00.00.00.00.00
 04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária 3.3.90.00.00.00.00.00

04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica
3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde
3.3.90.00.00.00.00.00
09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom
3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
LAURECI BITENCOURT
Fornecedor

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 163/2011 **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2011**

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: RONALDO FREITAG ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 456, nº 228, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.492.725/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Ronaldo Freitag, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR MENSAL E DE HORAS/HOMEM PARA PRESTAR OS SERVIÇOS descritos e enumerados no ANEXO VII, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS SEM EXCLUSIVIDADE, EXCETO OS ITENS 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 QUE SERÃO FORNECIDOS, CASO HAJA NECESSIDADE, PELA ADMINISTRAÇÃO. Pela prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA receberá as importâncias unitárias bem como nos referidos itens abaixo enumerados, pelas quantidades efetivamente solicitadas e prestadas, como segue:

RONALDO FREITAG - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário
3	MANUTENÇÃO MECANICA DE MAQUINAS PESADAS, EQUIP. E TRATORES	HRS	4000,00	32,10

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012, a seguir exposta:

Entidade órgão Unidade Projeto/ativ. Descrição proj./ativ.

01 02.00 02.01 2.004 Manutenção gab. prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00
01 03.05 02.01 2.005 Manutenção sec. adm 3.3.90.00.00.00.00.00
01 05.00 05.03 2.027 Manutenção sec. Agric. 3.3.90.00.00.00.00.00
01 06.00 06.03 2.025 Implantação e man. Sist. esgoto
3.3.90.00.00.00.00.00
01 06.01 06.04 2.007 Segurança Pública 3.3.90.00.00.00.00.00
01 06.00 06.05 2.038 Manutenção sec. Desenv. Urb. E meio ambiente 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 1.005 Ampliação da rede física de ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 2.014 Manutenção do ensino fundamental 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 2.015 Manutenção do transporte escolar 3.3.90.00.00.00.00.00
01 07.00 07.01 2.039 Manutenção da secretaria de educação 3.3.90.00.00.00.00.00
01 09.00 09.01 2.024 Manutenção dpto de serv. públicos 3.3.90.00.00.00.00.00
01 09.00 09.01 2.023 Manutenção dpto obras públicas 3.3.90.00.00.00.00.00
01 09.00 09.03 2.022 Manutenção sec. infraestrutura 3.3.90.00.00.00.00.00
01 10.00 10.03 2.036 Manutenção sec. Bem estar social 3.3.90.00.00.00.00.00
01 12.00 12.01 2.010 Manutenção programas FNAS 3.3.90.00.00.00.00.00
01 12.00 12.01 2.011 Manutenção funda assistência social 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.030 Atenção básica a saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.031 Assitenica hospitalar e ambulatorial 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.032 Manutenção da vigilância sanitária 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.033 Manutenção da vigilância epidemiológica 3.3.90.00.00.00.00.00
04 01.00 01.01 2.037 Manutenção da secretaria de saúde 3.3.90.00.00.00.00.00
09 15.00 15.01 2.034 Manutenção do funrebom 3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 71/2011, Pregão Presencial nº 36/2011 - Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 12 meses.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2011
Município de Monte Carlo
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Gerenciador

RONALDO FREITAG ME
RONALDO FREITAG
Fornecedor

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 060/2011

CONVITE Nº 20/11
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/11

HOMOLOGAÇÃO: 27/12/11
CONTRATADO: CRUZEIRO URB. TRANS. E IND. DE ARTEF. DE CIM.LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas mais vantajosa, na contratação de empresa para Execução de reforma e correções na alvenaria, pintura interna e externa do prédio, visando à manutenção da integridade física do edifício e ampliação de 02 banheiros para melhor atendimento aos alunos e professores do Centro Educacional de Novo Horizonte-Cenho, totalizando 1.138,78m2, com fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, conforme Projetos, memorial
VALOR DA DESPESA: R\$ 57.713,99 (cinquenta e sete mil setecentos e treze reais e noventa e nove centavos)
DATA: 27/12/11 - SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 061/2011

CONVITE Nº 21/11
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/11
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 27/12/11

CONTRATADO: NOEMIA DE MOURA ME - METALURGICA MOURA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas mais vantajosa, na contratação de empresa para Execução de 02 Barracões Industrial a ser edificado na Área Industrial, totalizando 1.050 m2, com fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, com recursos do Convênio nº 15.116/2011-5-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço d'Oeste, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos
VALOR DA DESPESA: R\$ 119.674,76 (cento e dezenove mil seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos)
DATA: 27/12/11 - SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 059/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 059/2011
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : CRUZEIRO URB.TRANS.E IND.DE ARTEF.DE CIM. LTDA ME
Valor : 57.713,99 (cinquenta e sete mil setecentos e treze reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 27/12/2011 Término: 10/02/2012

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 20/2011
Recursos: Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 58.222,95

Objeto : O objeto do presente contrato, consiste na contratação de empresa para Execução de reforma e correções na alvenaria, pintura interna e externa do prédio, visando à manutenção da integridade física do edifício e ampliação de 02 banheiros para melhor atendimento aos alunos e professores do Centro Educacional de Novo Horizonte-Cenho, totalizando 1.138,78m2, com fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico.

NOVO HORIZONTE, 27 de Dezembro de 2011

Extrato Contratual Nº 060/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 060/2011
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : NOEMIA DE MOURA ME - METALURGICA MOURA
Valor : 119.674,76 (cento e dezenove mil seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 27/12/2011 Término: 05/03/2012
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 21/2011
Recursos: Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (71), 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (180), 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (181)
Objeto : O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para Execução de 02 Barracões Industrial a ser edificado na Área Industrial, totalizando 1.050 m2, com fornecimento de Material e Mão de Obra, em regime de empreitada global, com recursos do Convênio nº 15.116/2011-5-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço d'Oeste/SC, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos integrantes do edital.
NOVO HORIZONTE, 27 de Dezembro de 2011

Palhoça

PREFEITURA

Extrato de Contrato N.º046/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº046/2011, SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº037/2011 - Convite n.º032/2011 - Reforma da ala antiga da Unidade de Saúde Central onde atualmente funciona os consultórios de enfermagem, psiquiátrico, farmácia de alto custo e assistência social. E reforma do imóvel localizado na rua José de Souza n.º035, no bairro São Sebastião para ser utilizado para realização de esterilização de cães e gatos errantes e de proprietários de baixa renda deste município - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PUEL ENGENHARIA CONSULTORIA E AVALIAÇÃO LTDA ME. OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 21.676,03 (vinte e um mil seiscentos e setenta e seis reais e três centavos) no percentual de 46,622% do valor do contrato nº 037/2011. DATA: 14/12/2011.

Extrato de Contrato N.º047/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO N.º047/2011 - Shopping n.º045/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AJL CLIMATIZAÇÃO LTDA. OBJETO: Fornecimento de aparelhos de ar condicionado (SPLIT) devidamente instalados nas Unidades de Saúde que possuem equipe da Estratégia de saúde da Família, os equipamentos serão adquiridos com recursos do PROESF II. VALOR: R\$ 47.275,00 (quarenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais). DATA: 14/12/2011.

Extrato de Contrato N.º048/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº048/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº029/2011 - Pregão n.º017/2011- Prestação de Serviços de Publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação diária. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula III do Contrato de Execução de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º049/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº049/2011, SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº086/2010 - Inexigibilidade n.º124/2010 - Prestação de Serviços postais. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ETC. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012, o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º050/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº050/2011, SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº088/2010 - Pregão n.º119/2010 - prestação de serviços de perícia médica, laudos admissionais e laudos de insalubridade para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PERICIAL SUL PERÍCIAS MÉDICAS, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012, o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º051/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº051/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº011/2011 - Pregão n.º150/2010 - Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLORIPA SUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO

LTDA ME. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º052/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº052/2011, SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº093/2010 - Pregão n.º131/2010 - empresa especializada para a prestação dos serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança - vigilância eletrônica, para Unidade de Saúde Municipal e demais setores da Secretaria de Saúde. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012, o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º053/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº053/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº021/2011 - Pregão n.º018/2011 - fornecimento parcelado de combustíveis, bem como aquisição de óleos lubrificantes e outros produtos à frota dos veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º054/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº054/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº014/2011 - Credenciamento n.º148/2010 - serviços de saúde para realização de procedimentos com finalidade diagnóstica - Ressonância Magnética, conforme descrição na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - "SUS", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde - SUS. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DMI DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º055/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº055/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº038/2011 - Credenciamento n.º148/2010 - serviços de saúde para realização de procedimentos com finalidade diagnóstica - Ressonância Magnética, conforme descrição na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais

Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - "SUS", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde - SUS. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S/A. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Extrato de Contrato N.º056/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº056/2011, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº039/2011 - Concorrência n.º141/2010 - contratação de empresa especializada para implantação do Modelo de Gestão de Saúde e fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de Treinamento, Implantação, Conversão dos dados existentes, Manutenção legal e corretiva durante o período contratual, Suporte técnico, in loco, após a implantação dos sistemas, configuração, parametrização e customização para adaptar o Sistema as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça. - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até 31/12/2012 o prazo contratual anunciado na Cláusula Oitava do Contrato de Prestação de Serviços. DATA: 21/12/2011.

Palmitos

PREFEITURA

Processo Licitatório 136/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº136/11 Modalidade: Pregão Presencial nº22/11. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA, PARA O EXERCÍCIO 2012. Entrega do Envelopes : 12/01/2012, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 12/01/2012 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 27 de Dezembro de 2011.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 137/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº137/11 Modalidade: Pregão Presencial nº23/11. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITA, PÓ DE BRITA, PEDRISCO, AREIA, CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) E EMULSÃO RM1 - C, conforme Anexo IV. Entrega do Envelopes : 13/01/2012, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 13/01/2012 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo

fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 27 de Dezembro de 2011.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal

Contrato 195/2011

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 127/2011. Modalidade: Tomada de Preço nº 26/2011. Contrato: 195/2011. Objeto: construção de passeios públicos e passagens para pedestres, sinalização vertical e drenagem pluvial na Rodovia SCT 283 no centro na cidade de Palmitos - SC, numa extensão total de 2.792,00 m², dividido em 5 segmentos, conforme projeto de execução. Contratada: IGM Engenharia Ltda - ME. Valor: R\$ 299.906,18. Prazo: 6 meses após autorização de execução.

Palmitos, 23/12/2011.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 196/2011

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 131/2011. Modalidade: Tomada de Preço nº 28/2011. Contrato: 196/2011. Objeto: contratação de empresa para implantação de sinalização turística no Município de Palmitos, considerando também fundações dos suportes de sustentação das placas dos semi-pórticos, placas de solo e totens, conforme projetos. Contratada: Refletto Sinalização e Termoplástico Ltda. Valor: R\$ 94.339,82. Prazo: 3 meses após autorização de execução.

Palmitos, 23/12/2011.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Paulo Lopes

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº. 10/2011

PORTARIA Nº. 10/11

Dispõe sobre o gozo de férias coletivas (FC) para servidores que integram o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Paulo Lopes.

A Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer férias regulamentares, de forma coletiva, referente ao período aquisitivo de 20/11/2012, aos servidores da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no período de 26/12/2011 a 02/01/2012.

Art. 2º. Os casos omissos serão resolvidos pela Gestão de Pessoas da Câmara Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor no dia 26 de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, de 26 de dezembro de 2011.
MARIZE MENEZES WHEELER
Presidente

Publicada a presente Portaria em 26 de dezembro de 2011.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Aviso de Licitação 053/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 053/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de janeiro de 2012, licitação modalidade Pregão Presencial n. 053/2011, tendo como objeto, a aquisição dos seguintes equipamentos para instalação de ACADEMIA AO AR LIVRE, para incentivo ao esporte e a prática de exercícios físicos.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/01/2012, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2011
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0803/RH

PORTARIA N. 0803/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 216, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, conceder à Comissão prorrogação por 30 (trinta) dias, contados a partir de 21/12/2011, para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2011, instaurado através da Portaria n. 0682/RH de 21/10/2011 (publicada em 26/10/2011), em atendimento ao Ofício n. 007/P.A.D.003/2011, em face da complexidade dos trabalhos para apuração dos fatos e término da oitiva das testemunhas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Lsos

Portaria N. 0804/RH

PORTARIA N. 0804/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 216, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, conceder à Comissão prorrogação por 30 (trinta) dias, contados a partir de 07/12/2011, para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2011, instaurado através da Portaria n. 0705/RH de 03/11/2011 (publicada em 07/11/2011), em atendimento ao Ofício n. 017/P.A.D.006/2011, em face da complexidade dos trabalhos para apuração dos fatos e término da oitiva das testemunhas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Lsos

Portaria N. 0808/RH

PORTARIA N. 0808/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento ao disposto no Art. 216, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, conceder à Comissão prorrogação por 30 (trinta) dias, contados a partir de 26/12/2011, para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2011, instaurado através da Portaria n. 0685/RH de 21/10/2011 (publicada em 31/10/2011), em atendimento ao Ofício n. 010/P.A.D.005/2011, em face da complexidade dos trabalhos para apuração dos fatos e término da oitiva das testemunhas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Lsos

Portaria Nº 0797/RH

PORTARIA Nº 0797/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n. 109/2003 e Decreto n. 446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Maris Inês Paini, matrícula n. 5924/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir 01 de janeiro de 2012, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n. 446/2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Mglb

Portaria Nº 0798/RH

PORTARIA Nº 0798/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n. 109/2003 e Decreto n. 446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Tânia Mara Pessoa da Silva, matrícula n. 17663/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D".

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir 01 de janeiro de 2012, conforme o disposto no Art. 10 do Decreto n. 446/2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Mglb

Portaria Nº 0800/RH

PORTARIA Nº 0800/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar n. 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar n. 109/2003 e Decreto n. 446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Devanir Nasato Kaestner, matrícula n. 6602/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C".

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir 01 de janeiro de 2012, conforme o disposto no Art. 10 do Decreto n. 446/2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Mglb

Portaria Nº. 0774/2011

PORTARIA Nº. 0774/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o (a) servidor (a) municipal RAMIRO DE LIZ E SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Divisão de Recrutamento e Seleção, durante o impedimento do titular, por motivo de férias, pelo período de 03/01/2012 à 01/02/2012.

Art. 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a diferença de vencimentos referente ao cargo em comissão, pelo período da designação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Jhc

Portaria Nº. 0791/2011

PORTARIA Nº. 0791/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o (a) servidor (a) municipal SILVIO ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, nível "E", para exercer as atribuições do cargo de Diretor da Defesa Civil - COMDEC, durante o impedimento do titular, por motivo de férias, pelo período de 21/12/2011 à 30/12/2011.

Art. 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a diferença de vencimentos referente ao cargo em comissão, pelo período da designação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Jhc

Portaria Nº. 0792/2011

PORTARIA Nº. 0792/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o (a) servidor (a) municipal LINO ANDRE FIDELIS DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio, durante o impedimento

do titular, por motivo de férias, pelo período de 03/01/2012 à 01/02/2012.

Art. 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a diferença de vencimentos referente ao cargo em comissão, pelo período da designação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal de Rio do Sul

Jhc

Portaria Nº. 0802/RH

PORTARIA Nº. 0802/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º A servidora Salete Cardoso, matrícula n. 17108/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, obteve aprovação na Avaliação de Desempenho, referente ao triênio 2004 a 2007.

Art. 2º Com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art. 59, da Lei Complementar n. 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, do Decreto n. 399 de 05 de outubro de 2004, fica concedida a terceira Progressão por Desempenho Profissional à servidora identificada no artigo anterior, com reflexo financeiro a partir de 01 de janeiro de 2012.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Mglb

Aditivo 299/2011 FMS

CONTRATO Nº 299/2011

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Convite nº 32/2011 - FMS, para a aquisição de medicamentos diversos constantes na tabela brasileira de preços ao consumidor - BRASINDICE, com o maior percentual de desconto, para atender necessidades dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

Aos sete dias do mês de setembro de 2011, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de medicamentos, com origem no Edital de Convite nº 53/2010 - FMS, com data de homologação 26/07/2011, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Serviço Social da Indústria - SESI Farmácia, inscrita no CNPJ sob o nº 03.777.341/0086-55, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescido à quantidade licitada o percentual de 25%, perfazendo um acréscimo total de R\$ 15.000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Convite e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2011.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Dispensa de Licitação 176/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 176/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PLAYGROUND NA ESCOLA MODELO II. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Valor aproximado R\$ 20.860,60 (vinte mil oitocentos sessenta reais sessenta centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Dispense de Licitação 176/2011

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 176/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PLAYGROUND NA ESCOLA MODELO II. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Valor aproximado R\$ 20.860,60 (vinte mil oitocentos sessenta reais sessenta centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resultado Final Homologado Processo Seletivo 017/2011

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO N. 017/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGAM o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo n. 017/2011, APÓS ANÁLISE DE RECURSO, homologado através do Decreto n. 2315 de 27 de dezembro de 2011.

NUTRICIONISTA

Nome		Prova de Títulos		Total	Classifi- cação	Crêterios
	Especiali- zação	Cursos	Experiên- cia			Desem- pate
Scheila Batista da Silva Zucatelli	3,00	2,00	7,00	12,00	1º	
Rosane Soares Portilho	3,00	0,00	3,00	6,00	2º	
Júlia Graziela Bitencourt Ledra	0,00	2,00	3,00	5,00	3º	
Araceli Luiza Zandonoto	0,00	0,00	3,00	3,00	4º	
Greyce Monique Marian Tomé	0,00	2,00	0,00	2,00	6º	1.120 ho- ras curso
Andreia Nunes	0,00	2,00	0,00	2,00	8º	290 horas curso
Janaina de Liz Santos	0,00	2,00	0,00	2,00	7º	120 horas curso
Ketlyn Christyn Ramos Hennich	0,00	2,00	0,00	2,00	5º	80 horas curso

Rio do Sul, 28 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS MILTON HOBUS
Prefeito Municipal Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária Municipal de Educação

Resultado Final Processo Seletivo n. 016/2011

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 016/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal e Jane Maria Ghizzo Schmidt, Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do

Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGAM o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo nº 016/2011:

ASSISTENTE SOCIAL

Nome	Prova Escrita		Prova de Títulos		Entre- vista	Total	Classifi- cação
		Especia- lização	Cursos	Experi- ência		Pontos	
Viviane Domingos	7,4	3,0	1,0		3,5	14,9	1º
Viviane Maria Rodrigues	8,8	0,0	1,0	0,0	4,5	14,3	2º

EDUCADOR SOCIAL

Nome	Prova Escrita		Prova de Títulos		Entre- vista	Total	Classifi- cação
		Gradua- ção	Cursos	Experi- ência		Pontos	
Josiane Vanessa Saturno	6,6	0,0	2,0	0,0	5,0	13,6	1º
Darciele Buscoscky Perkovski	8,6	0,0	1,0	0,0	3,0	12,6	2º
Rafael Carlos Parma	6,6	1,0	0,0	0,0	5,0	12,6	3º
Fernanda Mara Neves	7,0	0,0	1,0	0,0	4,5	12,5	4º
Ediane Pavanate dos Santos	7,2	0,0	1,0	0,0	4,0	12,2	5º
Ana Paula Nunes	6,4	2,0	2,0	0,0	1,5	11,9	6º
Adriane Heratt	7,2	0,0	2,0	0,0	2,5	11,7	7º
Angela Kuroski	6,6	0,0	2,0	0,0	2,5	11,1	8º
Bruna Girardi	6,0	0,0	1,0	0,0	3,0	10,0	9º
Juliana Michele Schneider Hilcher	6,0	0,0	0,0	0,0	3,5	9,5	10º
Cleusa Schmueller	6,4	0,0	1,0	0,0	2,0	9,4	11º
Eduardo Ern dos Santos	6,0	0,0	1,0	0,0	1,5	8,5	12º

Rio do Sul, 28 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

Salto Veloso

PREFEITURA

Extrato de Dispensa Licitatória Nº 0021/2011

Extrato de Dispensa Licitatória

Nº 0021/2011

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC
Contratado: Contrato de Locação de Software de Informática denominado Sistema de controle Interno para o exercício de 2012.
Base Legal: Processo Licitatório nº 0120/2011 - DL nº 0021/2011.
Contrato: 0101/2011
Vigência: 02/01/12 à 31/12/12
Valor: 2.640,00 reais
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 22 de dezembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Listagem de PortariaS

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9367, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Carlos Alberto Pinto Junior. Professor de Música I. FC.

Portaria nº 9368, de 12 de outubro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Claudio José Fagundes. Professor de Música I. FC.

Portaria nº 9369, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Julio César Vargas. Professor de Música III. FC.

Portaria nº 9370, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Márcia Regina Kamienski Lobermayer. Professor de Música III. FC.

Portaria nº 9371, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Técnico em Contabilidade. Cláudia Moreira de Souza. FMD.

Portaria nº 9372, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro

de 2011, da Letra E para Letra F. Inês Marilda Rossetto Wagner. Administrador. GAPRE.

Portaria nº 9373, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Juliane Maria Schmidt. Assistente Administrativo. GAPRE.

Portaria nº 9374, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Mario Sergio Monteiro. Motorista I. GAPRE.

Portaria nº 9375, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Doroteia Kovalski Martins. Assistente Administrativo. SEMAN.

Portaria nº 9376, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. José Otair de Oliveira. Operador de Máquina. SEMAN.

Portaria nº 9377, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Marcelo de Lima. Assistente Administrativo. SEMAN.

Portaria nº 9378, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Orlando Mareth. Operador de Máquina. SEMAN.

Portaria nº 9379, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Orli Tadeu Ramos. Operador de Máquina. SEMAN.

Portaria nº 9380, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Ademar Rocha. Vigia. SECAD.

Portaria nº 9381, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Adriana Bombassaro Zanella. Nutricionista. SECAD.

Portaria nº 9382, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Almir Arlindo Schwalbe. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9383, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Anemari Vidal Teixeira Tissi. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9384, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Angeline Friedrich Novaski. Telefonista. SECAD.

Portaria nº 9385, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos. Almoxarife. SECAD.

Portaria nº 9386, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro

de 2011, da Letra F para Letra G. Cláudio Jorge Giebl. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9387, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Edemilson Benedito de Assis. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9388, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Ederval José Neidert. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9389, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Fábila Alessandra Mengarda Belarmino. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9390, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Hilário Huttl. Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9391, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. José Kaluzny Sobrinho. Fiscal da Fazenda. SECAD.

Portaria nº 9392, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Juarez Hreisemou de Oliveira. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9393, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Leila Morgana K Minicovski Dobrochinski. Professor de Música I. SECAD.

Portaria nº 9394, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Lisane Krisz Ilg. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9395, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Lucia Maria Rocha. Prático de Serviços. SECAD.

Portaria nº 9396, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Marcesi Silene Zeibarth Maahs. Professor de Música I. SECAD.

Portaria nº 9397, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Marcia S Janczkowski Schreiner. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9398, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Maria Eneir Correa Schpak. Prático de Serviços. SECAD.

Portaria nº 9399, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Rosane da Luz. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9400, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor

Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Osvaldir Sestren. Vigia. SECAD.

Portaria nº 9401, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Seclindes Ruth Mey Levandoski. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9402, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Silvio Alciomar Pilat. Almoxarife. SECAD.

Portaria nº 9403, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Sirlei Aparecida Dambroz. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9404, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Solange M Wedderhoff Paloma. Administrador. SECAD.

Portaria nº 9405, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Suely Derevetzkei. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9406, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Tanja Viviane Preissler. Professor de Música II. SECAD.

Portaria nº 9407, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Vera Lucia Kuzawski. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9408 de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Cacildo José Treml. Administrador. SECON.

Portaria nº 9409, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Francisco Schwetler. Trabalhador Braçal. SECON.

Portaria nº 9410, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Elia Fátima da Cruz. Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 9411, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Francisco Tambosi. Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 9412, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Ingrid Aparecida Stiegler Ribeiro. Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 9413, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Janete Rank Ruthes. Oficial Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 9414, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor

Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Liamar Postai Schwalbe. Assistente Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 9415, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra A para Letra B. Maria Luzia Michels Oliveira. Fiscal de Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 9416, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Nilton Gomes de Abreu. Oficial Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 9417, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Rosangela Maria W Mettegang. Oficial Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 9418, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Rosemare Augustin. Assistente Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 9419, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Soeli Teresinha Schewinski. Assistente Administrativo. SEFIN.

Portaria nº 9420, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Florinda Ivete Rosa Rohrbacher. Técnico em Enfermagem. SEMAS.

Portaria nº 9421, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Ingrid Mallon do Nascimento. Instrutor. SEMAS.

Portaria nº 9422, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Joelma Streit. Prático de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9423, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Lindomar Grande. Motorista I. SEMAS.

Portaria nº 9424, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Leocadia Silva. Assistente Administrativo. SEMAS.

Portaria nº 9425, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Olga Soares Bueno. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9426, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Raquel da Silva Cabral. Prático de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9427, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Rosane Baumgartner Kaminski. Assistente Administrativo. SEMAS.

Portaria nº 9428, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Valtrudes Meier. Oficial Administrativo. SEMAS.

Portaria nº 9429, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Alcides Carvalho. Vigia. SEMED.

Portaria nº 9430, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Alzira Neppel Neidert. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9431, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Amélia Kotovicz Friedrich. Secretaria de Escola. SEMED.

Portaria nº 9432, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Ângela Maria Gonçalves Silveira. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9433, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Bernadete Maria Stiegler Stuy. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9434, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Djandira Padilha dos Santos. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9435, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Eli Dautt. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9436, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Eliane Aparecida dos Anjos Sestren. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9437, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Eunice Jorge Gonçalves. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9438, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Generosa Mikus. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9439, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Gilson Pacheco. Vigia. SEMED.

Portaria nº 9440, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Helena Bechler. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9441, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Inez Pereira. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9442, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor

Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Juraci Wossgrau Erzinger. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9443, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Lidia Feil. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9444, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Lindamir Stuber Machado. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9445, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Lucia Soares Bueno. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9446, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Margarida Santana Fernandes Lecheta. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9447, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Clotilde Bachel. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9448, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Fátima Linzmeyer. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9449, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Pinto da Luz. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9450, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Rohrbacher Grossl. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9451, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Otilia Borges de Souza Lopes. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9452, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Otto Schwalbe. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9453, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Silone Cardoso Alves Lourenço. Auxiliar de Biblioteca. SEMED.

P

Portaria nº 9454, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Solange Erdmann Grossl. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9455, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Tereza Schultz. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9456, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Abel Grein. Trabalhador Braçal. SEMOB.

Portaria nº 9457, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Adair Carvalho. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 9458, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Adolar Roberto Rank. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 9459, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Antonio Aldori Stein. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 9460, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Antonio Carlos Voigt. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 9461, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Antonio Marcos Pereira. Pintor. SEMOB.

Portaria nº 9462, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Antonio Siqueira Carvalho Filho. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 9463, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Arnaldo Schoeffel. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9464, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Edson Luiz Veiga. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9465, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Eduardo dos Santos. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9466, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Erlindo Poerner. Auxiliar Administrativo. SEMOB.

Portaria nº 9467, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Evaristo Dziedicz. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9468, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Everaldo Zoellner. Operador de Máquina. SEMOB.

Portaria nº 9469, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Felipe Ruda. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9470, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor

Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Henrique Bonett. Vigia. SEMOB.

Portaria nº 9471, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Ilario Luis Schroder. Operador de Máquina. SEMOB.

Portaria nº 9472, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. José Renato Nancias. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9473, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. José Sadi da Costa Paes. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9474, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Jucelino Spak. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9475, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Juraci Feliciano Pereira. Prático de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 9476, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Laide da Silva. Prático de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 9477, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Maria Aparecida de Oliveira da Luz. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 9478, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Marildo Vaz. Operador de Máquina. SEMOB.

Portaria nº 9479, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Mario do Monte. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9480, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Mauri Vaz. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 9481, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Mauro Vaz. Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 9482, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Osvaldo Flabio da Silva. Pedreiro. SEMOB.

Portaria nº 9483, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Otavio Zigowski. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9484, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Paulo Rosá. Operador de

Máquina. SEMOB.

Portaria nº 9485, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Sebastião Pykosz. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9486, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Terezinha Ramos. Prático de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 9487, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Vilmar Antonio de Souza Freitas. Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 9488, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Wilson Bergamn. Operador de Máquina. SEMOB.

Portaria nº 9489, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Andréa Soares Bueno de Freitas. Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9490, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Ângela Clemens de Bitencourt. Assistente Social. SEMUS.

Portaria nº 9491, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Angelina Costa Ramos. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9492, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Antonio Donizete Schpak. Motorista I. SEMUS.

Portaria nº 9493, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Cristiane Moura. Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9494, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Cristina Levandowski Egerland. Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 9495, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Denise Reusing. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9496, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Dolores Schreiner. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 9497, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Giancarlo Zanon. Médico. SEMUS.

Portaria nº 9498, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro

de 2011, da Letra D para Letra E. Harold Raetsch. Médico. SEMUS.

Portaria nº 9499, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Hoiti Okamoto. Médico. SEMUS.

Portaria nº 9500, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Jackson Goto. Médico. SEMUS.

Portaria nº 9501, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Jaqueline Scholz Krieger. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9502, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra B para Letra C. José Ribeiro Dantas Filho. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 9503, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Karin Marly Zschoerper. Farmacêutico. SEMUS.

Portaria nº 9504, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Luciane Mary Koch Scatalon. Terapeuta Ocupacional. SEMUS.

Portaria nº 9505, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Luis Mauro Baron. Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9506, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Marcelo Leandro Nenevê. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9507, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Marco Antonio Bork Roesler. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 9508, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Maria Hercília de Souza Meira. Vigilante Sanitário. SEMUS.

Portaria nº 9509, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Mariane Schneider. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 9510, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Marioni Aparecida Murara Fagundes. Fonoaudiólogo. SEMUS.

Portaria nº 9511, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Nilson Agostinho Cabral. Almoxarife. SEMUS.

Portaria nº 9512, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Olga Zatesko Cardoso. Prático de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9513, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Sandro dos Santos. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9514, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Sidnei Carlos Silvério. Motorista I. SEMUS.

Portaria nº 9515, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Verônica Andraski Pinheiro. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 9516, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra C para Letra D. Aluisio Oliveira Antunes. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 9517, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Álvaro Martins Alano. Engenheiro. SEPLU.

Portaria nº 9518, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Ari Ribeiro da Silva. Auxiliar de Topógrafo. SEPLU.

Portaria nº 9519, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra F para Letra G. Arildo Ribeiro. Auxiliar de Topógrafo. SEPLU.

Portaria nº 9520, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. Gerson Evers Mendes. Engenheiro. SEPLU.

Portaria nº 9521, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra D para Letra E. José Carlos de Freitas. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 9522, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Sebastião Adevisio Gonçalves de Lima. Pedreiro. SEPLU.

Portaria nº 9523, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Sergio Paloma Pinto. Desenhista. SEPLU.

Portaria nº 9524, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Letra E para Letra F. Teodosio Kachuba. Oficial Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 9525, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 03 para Referência 04. Eli Meirelles de Souza. Professor Especialista em Educação. SEMED.

Portaria nº 9526, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 03 para Referência 04. Maria Adriana

Slomecki. Professor Especialista em Educação. SEMED.

Portaria nº 9527, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 07 para Referência 08. Alessandra Rafaela Rujanowski Bayerl. Professor. SEMED.

Portaria nº 9528, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 03 para Referência 04. Elaine Schreiner Pauli. Professor. SEMED.

Portaria nº 9529, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 06 para Referência 07. Iroaleti Bauer de Lima. Professor. SEMED.

Portaria nº 9530, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 04 para Referência 05. Maria Helena Malchowski Fleischmann. Professor. SEMED.

Portaria nº 9531, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 04 para Referência 05. Maristela Neumann. Professor. SEMED.

Portaria nº 9532, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 03 para Referência 04. Dirce Grein. Professor. SEMED.

Portaria nº 9533, de 12 de dezembro de 2011. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de outubro de 2011, da Referência 03 para Referência 04. Ismael Rodrigues Conde. Professor. SEMED.

Portaria nº 9535, de 12 de dezembro de 2011. Revoga, a partir de 01 de outubro de 2011, a Portaria nº 9237/2011 que concedeu promoção funcional à servidora Ragli Jaqueline Branco Oleinik Soares, Professor, na Secretaria Municipal de Educação, eis que emitida por equívoco.

Portaria nº 9536, de 12 de dezembro de 2011. Revoga, a partir de 01 de outubro de 2011, Portaria nº 9238/2011 que concedeu promoção funcional à servidora Rosane Aparecida Ferreira, Professor, na Secretaria Municipal de Educação, eis que emitida por equívoco.

Portaria nº 9599, de 19 de dezembro de 2011. Designa o servidor Washington Henrique Marques como Responsável pelo Programa Agita São Bento, o qual é vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 9600, de 19 de dezembro de 2011. Opera Remoção de Servidor da Secretaria Municipal de Administração para Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12 de dezembro de 2011. Iracema Rudnick. Prático de Serviços.

Portaria nº 9601, de 19 de dezembro de 2011. Nomeia Servidor Público, a partir de 16 de dezembro de 2011. Joslaine Reguel. Técnico em Planejamento. Nível 07. Letra A. 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 9602, de 19 de dezembro de 2011. Opera Remoção de Servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30 de novembro de 2011. Sandra Jelinsky. Professor.

Portaria nº 9605, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7647/2011. Zuleidi Silveira. SEMED.

Portaria nº 9606, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7648/2011. Josimeri Stiegler Sempticowski. SEMED.

Portaria nº 9607, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7649/2011. Karoline Orben. SEMED.

Portaria nº 9608, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7650/2011. Ana Paula Kunicki. SEMED.

Portaria nº 9609, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7651/2011. Simone Stiegler Neppel. SEMED.

Portaria nº 9610, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7652/2011. Eliane Furst. SEMED.

Portaria nº 9611, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7654/2011. Michele Felix do Nascimento. SEMED.

Portaria nº 9612, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7658/2011. Liria Linzmeyer. SEMED.

Portaria nº 9613, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7662/2011. Edilaine Fernandes. SEMED.

Portaria nº 9614, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7664/2011. Sirlaine Aparecida Borges. SEMED.

Portaria nº 9615, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7663/2011. Patrícia Aparecida Silveira Niepiçuy. SEMED.

Portaria nº 9616, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7665/2011. Silvana Neumann. SEMED.

Portaria nº 9617, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7666/2011. Thadia Jamille Polesa Fischer. SEMED.

Portaria nº 9618, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7667/11. Cassia Stiegler. SEMED.

Portaria nº 9619, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7668/2011. Catia Della Justina. SEMED.

Portaria nº 9620, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7670/2011. Michele Arianne Ramos. SEMED.

Portaria nº 9621, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7675/2011. Daniela Sell Witt. SEMED.

Portaria nº 9622, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7676/2011. Sandra Mara Pacheco. SEMED.

Portaria nº 9623, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7677/2011. Adriana Aparecida Ribeiro Levandoski. SEMED.

Portaria nº 9624, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7684/2011. Nivia Baum. SEMED.

Portaria nº 9625, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7685/2011. Maria Clarice Kozoriz. SEMED.

Portaria nº 9626, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7690/2011. Keli Cristina de Souza. SEMED.

Portaria nº 9627, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7695/2011. Andréia Kiatkoski. SEMED.

Portaria nº 9628, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7696/2011. Roseli Bitencourt Rauhen. SEMED.

Portaria nº 9629, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7709/2011. Eliane Aparecida de Farias Tchoke. SEMED.

Portaria nº 9630, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7710/2011. Maria Terezinha Muller Borges. SEMED.

Portaria nº 9631, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7711/2011. Áurea Germano. SEMED.

Portaria nº 9632, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7728/2011. Josiane Alves Gomes dos Santos. SEMED.

Portaria nº 9633, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7727/2011. Inajara Niesukowski. SEMED.

Portaria nº 9634, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7730/2011. Daiane Gonsalves Batista. SEMED.

Portaria nº 9635, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7747/2011. Dorilda da Silva Correa. SEMED.

Portaria nº 9636, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7749/2011. Arlete Aparecida Rauhen Filipp. SEMED.

Portaria nº 9637, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Professor Educação Infantil, nos termos do Processo nº 7764/2011. Patricia Bachel. SEMED.

Portaria nº 9638, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7786/2011. Wanderleia Furtado Barabach. SEMED.

Portaria nº 9639, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7809/2011. Elenir Moreira Leite Ribeiro. SEMED.

Portaria nº 9640, de 19 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7815/2011. Maria Lucia Pereira Fortes. SEMED.

Portaria nº 9643, de 19 de dezembro de 2011. Declara Vago o Cargo de Atendente Educativo, a partir de 04 de janeiro de 2012, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei nº 228/2001, ocupado pela servidora Simone Stiegler Neppel.

Portaria nº 9645, de 20 de dezembro de 2011. Revoga, a partir de 19 de dezembro de 2011, a Portaria nº 9254/2011 que nomeou servidor público municipal Anderson Trindade Flores, no cargo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 9646, de 20 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Atendente Educativo, nos termos do Processo nº 7813/2011. Sandra Peters. SEMED.

Portaria nº 9647, de 20 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7852/2011. Sílvia Gomes de Abreu Padilha. SEMED.

Portaria nº 9648, de 20 de dezembro de 2011. Prorroga Prazo para Posse no Cargo de Auxiliar de Serviços, nos termos do Processo nº 7875/2011. Sonia Maria da Cruz Belarmino. SEMED.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2011
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Extrato Dispensa 17/2011 FMD
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 17/2011 - FMD

OBJETO: Contratação de instituição especializada na prestação de serviços de elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de concurso público da Fundação Municipal de Desportos - FMD.
CONTRATADO: SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina.

SÃO BENTO DO SUL, 27 de dezembro de 2011.
SYLVIO ROBERTO MUNHOZ
Diretor Presidente FMD

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Extrato Dispensa Nº 428/2011
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 428/2011

OBJETO: Contratação de instituição especializada na prestação de serviços de elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de concurso público da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.
CONTRATADO: SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina.

SÃO BENTO DO SUL, 22 de dezembro de 2011.
JAYME FUCK
Diretor De Suprimentos E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Extrato Dispensa Nº 428/2011

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 428/2011

OBJETO: Contratação de instituição especializada na prestação de serviços de elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de concurso público da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

CONTRATADO: SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina.

SÃO BENTO DO SUL, 22 de dezembro de 2011.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimentos E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Justificativa Dispensa Nº 428/2011**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Contratação de instituição especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de concurso público da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, conforme art. 24 XIII, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação se justifica para a contratação de instituição especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de concurso público tendo como objetivo inscrever e selecionar candidatos para formação de Cadastro Reserva e preenchimento de cargos do Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal por meio de provas teóricas direcionadas de acordo com o perfil do cargo.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter educacional e cultural que tem como missão "Contribuir para o Desenvolvimento Humano e da Comunidade através da Educação e Tecnologia", incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o valor das taxas de inscrições é compatível com os preços praticados no mercado sendo:

R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para os cargos de nível fundamental;

R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível médio; e

R\$ 90,00 (noventa reais) para os cargos de nível superior.

A empresa receberá como pagamento o valor total das inscrições, não tendo ônus para a Prefeitura.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário de Administração, Sr. Marco Rodrigo Redlich.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Diretora do Dep. de Recursos Humanos.

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

Resumido Edital Pregão 87/2011 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2011
MENOR PREÇO GLOBAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Secretário de Administração e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 09:15 horas do dia 12 de janeiro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES, COM MOTORISTA EXPERIENTE EM TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO, E PACIENTES DE HEMODIALISE DENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelo site no endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 28 de dezembro de 2011.

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário De Administração

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira Municipal

Extrato do Contrato Nº 359/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 359/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato Particular de Pavimentação Asfáltica que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária para pavimentação asfáltica das Ruas Carlos Goertler, Jorge Bayerl, Luis Fernando Hastreiter e Miguel Gschwendtner, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato BADESC CIDADES nº 2011008600, e de acordo com o Edital de Concorrência Pública nº 356/2011.

DO VALOR: R\$ 1.859.524,63 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2011.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

MAURÍCIO VOGELSANGER, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 360/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 360/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato Particular de Pavimentação Asfáltica que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária para pavimentação asfáltica da Rua Carlos Ruckl, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato BADESC CIDADES nº 2011008600, e de acordo com o Edital de Concorrência Pública nº 356/2011.

DO VALOR: R\$ 1.504.950,12 - valor total.
 DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar desta data.
 São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2011.
 ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
 MAURÍCIO VOGELSANGER, pela Empresa Contratada.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.344, de 26 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.344, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera o Decreto nº 4.180, de 21 de março de 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base nas Leis Complementares Municipais nº 099, de 03 de fevereiro de 2009 e nº 056, de 14 de outubro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 4.180, de 21 de março de 2011, que "regulamenta os Adicionais de Responsabilidade, de que trata o art. 107, § 3º, da Lei Complementar nº 099/2009, e dá outras providências", passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.344, de 26 de dezembro de 2011)

Órgão

Código/ Nível Quantidade Denominação da Função Setor
 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano Gerência de
 Infraestrutura Urbana AR-6 1 Coordenador de Obras Parque de
 Máquinas

AR-6 3 Coordenador de Grupo-Tarefas Parque de Máquinas

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.346, de 26 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.346, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, no valor de até R\$ 99.712,41 (noventa e

nove mil, setecentos e doze reais e quarenta e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 116

Aplicação Direta R\$ 24.358,72

08.01.12.361.4505.2.012.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 97 Aplicação Direta R\$ 30.311,89

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 119 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 65 Aplicação Direta R\$ 18.293,29

08.01.12.365.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 103 Aplicação Direta R\$ 11.748,51

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS

11.01 FUNDO MUNICIPAL DEW ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.01.08.244.4509.2.029.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 50 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 115

Aplicação Direta R\$ 24.358,72

08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 118

Aplicação Direta R\$ 10.000,00

08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 126

Aplicação Direta R\$ 25.150,77

08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 96 Aplicação Direta R\$ 5.161,12

08.01.12.365.4505.2.015.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 98 Aplicação Direta R\$ 9.667,89

08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 99 Aplicação Direta R\$ 8.625,40

08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 102 Aplicação Direta R\$ 11.748,51

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS

11.01 FUNDO MUNICIPAL DEW ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.01.08.244.4509.2.029.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 49 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Edital de Chamamento para Inscrição e Atualização dos Registros Cadastrais de Fornecedores

Edital de Chamamento para Inscrição e Atualização dos Registros Cadastrais de Fornecedores

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, TOMÉ FRANCISCO ETGES, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que na conformidade do art. 34, da Lei nº 8666/93 e demais normas de Direito Público aplicáveis, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL como Fornecedor e/ou Prestador de Serviços da Administração Pública Municipal de São Lourenço do Oeste -SC.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações e Compras, no horário das 07h 30m às 11h 30m e 1h 30m às 17h 30m, ou pelo fone (49) 3344-8564, ou no site www.saolourenco.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES,
Prefeito Municipal

1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 151/2011, Modalidade CONVITE P/ COMPRAS e SERVIÇOS Nº 023/2011

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2011, MODALIDADE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 023/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Ermindo Lazzarotto, brasileiro, casado, portador do RG nº 761.915 e inscrito no CPF sob o nº 097.378.809-78, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DECORATIVA TINTAS LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Ernesto Beuter, nº 682, centro, no Município de São Lourenço Do Oeste, SC, CEP: 89990-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.014.131/0001-89, neste ato representada por seu administrador, Sr. Eloir Carlos Fabian, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 429.835.509-82 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1.120,524, emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de São Lourenço Do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 151/2011, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 023/2011, expedida pela Secretaria Municipal Administração e Planejamento para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total do Processo, em razão de que ao requerer o orçamento foram previstos quantitativos menores do que o necessário para execução dos trabalhos.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 5,853.12 (cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais e doze centavos) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 151/2011, Modalidade Convite p/ Compras e Serviços nº 023/2011, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA A SEREM UTILIZADOS NA PINTURA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, os seguintes serviços:

Contratada: DECORATIVA TINTAS LTDA EPP;

Produto	Un. Medida	Quant.	Vr. Unit.	Total em R\$
TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO 18 LTS	LATA	8	515,00	4.120,00
TAMBOR DE HIPOCLORITO 50LTS	UND	2	285,00	570,00

MÃO DE OBRA PARA PINTURA	SERV	1	1.163,12	1.163,12
TOTAL GERAL				5.853,12

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 5,853.12 (cinco mil oitocentos e cinquenta e três reais e doze centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ELOIR CARLOS FABIAN
Decorativa Tintas Ltda EPP

ERMINDO LAZZAROTTO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 155/2011

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2011, MODALIDADE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS - RP Nº 025/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Ermindo Lazzarotto, brasileiro, casado, portador do RG nº 761.915 e inscrito no CPF sob o nº 097.378.809-78 residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa C.A SUZIN & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 525, no Município de São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.991.380/0001-07, neste ato representada por seu sócio-gerente, Sr. Claudir Antonio Suzin, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 726.874.729-00 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1.783.253-5 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de Município de São Lourenço do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 155/2011, Modalidade Convite nº 025/2011, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para que se faça o acréscimo de 12,85% (doze vírgula oitenta e cinco por cento) ao valor total do Processo, em razão de que houve erro na previsão das quantidades de morteiros para a realização do evento e por ser considerado de caráter regional, com publicidade ampliada para toda região a fim de que os moradores de cidades vizinhas a São Lourenço venham comemorar sua virada de ano com maior prestígio.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo será de R\$ 2.904,00 (dois mil novecentos e quatro reais) o que perfaz aproximadamente 12,85% (doze vírgula oitenta e cinco por cento) do valor total do contrato.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 155/2011, Modalidade Convite para Compras e Serviços nº 025/2011, que trata

da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO PARA O RÉVEILLON 2011/2012, os seguintes itens:

Contratada: C. A Suzin & CIA Ltda;

Produto	Un. Medida	Quant.
KIT MORTEIRO DE 2" - 25 TUBOS	UND	02
KIT MORTEIRO 3" - 06 TUBOS	UND	03
KIT MORTEIRO 4" - 04 TUBOS	UND	02
MORTEIRO 6"	UND	03
MORTEIRO 7"	UND	01

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 2.904,00 (dois mil novecentos e quatro reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

CLAUDIR ANTONIO SUZIN
C.A Suzin & CIA LTDA

ERMINDO LAZZAROTTO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

2º Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório Nº 107/2011, Modalidade Pregão Presencial Nº 077/2011

2º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural, Sr. Saulo Tarso Sutilli, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.693.577 e inscrito no CPF sob nº 602.767.629-91, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Acesso Plínio Arlindo de Nês, nº 2133 -D, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó, SC, CEP: 89810-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.527.951/0008-51, neste ato representada por seu Procurador, Sr. Odair José dos Santos, brasileiro, casado, supervisor de peças e serviços, inscrito no CPF sob nº 676.372.569-87 e portador da Cédula de Identidade sob nº 12R25428500, emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de Chapecó, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 107/2011, Modalidade Pregão Presencial – RP nº 077/2011, expedida pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, para que se faça o acréscimo de 4,14% (quatro vírgula quatorze por cento) ao valor total do contrato, referente ao Processo supracitado, em razão do evento imprevisível quanto a necessidade de aquisição de válvulas de linha de controle para dar continuidade aos trabalhos do Município.

CONSIDERANDO que o valor total da aquisição das válvulas e mão de obra é de R\$ 6.583,32 (seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos) o que perfaz aproximadamente 4,14% (quatro vírgula quatorze por cento) do valor total do contrato.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 107/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 077/2011, que trata da AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS RETROESCAVADEIRAS CATERPILLAR, MODELO 420E, SÉRIES HLS02555 E HLS02222, os seguintes itens:

Contratada: PARANÁ EQUIPAMENTOS;

Produto	Un. Med.	Quant.	Vr. Unit.	Total em R\$
Tampa 2570466	UNID.	05	35,29	176,45
valvula 2406866	UNID.	02	340,86	681,72
parafuso 0950642	UNID.	01	10,62	10,62
valvula 3489771	UNID.	02	1.721,51	3.443,02
valvula 34899761	UNID.	01	1.721,51	1.721,51
MÃO DE OBRA PARA; SUBSTITUIR VÁLVULAS DE LINHA DO CONTROLE DO boOM; SUBSTITUIR SOLENÓIDES E PARAFUSO DO GRUPO DE CONTROLE DO SISTE- MA PILOTO; SUBSTITUIR VÁLVULA DA LINHA DE CONTROLE DA CAÇAMBA TRASEIRA;	SERV.	01	550,00	550,00
TOTAL GERAL				6.583,32

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 6.583,32 (seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES Prefeito Municipal	ODAIR JOSÉ DOS SANTOS Paraná Equipamentos S.A
SAULO TARSO SUTILLI Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural	

Edital de Prorrogação

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2011

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 153/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 099/2011, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CERÂMICA E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO PISO DO CORREDOR SUPERIOR DA EBM SANTA MARIA GORETTI, firmada em 20/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa ZILLI PISOS E REVESTIMENTOS LTDA ME (CNPJ nº 04.267.403/0001-52), de 31/12/2011 até 20/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 156/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 100/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ANO DE 2012, firmada em 21/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS P/LIMPEZA LTDA (CNPJ nº 73.244.337/0001-18), NOAL & TREVISOL LTDA - ME (CNPJ nº 05.528.521/0001-30), BIOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP (CNPJ nº 06.078.464/0001-05), ALYSON XAVIER DA SILVA E CIA LTDA (CNPJ nº 11.990.606/0001-38), AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (CNPJ nº 05.919.156/0001-94) de 31/12/2011 até 21/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 157/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 101/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CATERPILLAR, 120H, SÉRIE 5FM04194, PATRIMÔNIO Nº 2527, firmada em 23/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. (CNPJ nº 76.527.951/0008-51), de 31/12/2011 até 23/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de Prorrogação

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 158/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 102/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, firmada em 22/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa COMERCIAL ALVORADA LTDA (CNPJ nº 82.831.025/0001-00), de 31/12/2011 até 22/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 146/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 146/2011 - Pregão Presencial Nº 96/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E SEGURANÇA DO EVENTO REVEILLON 2011/2012, A SER REALIZADO NA PRAÇA DA LIBERDADE, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2011 A PARTIR DAS 22:00 HORAS.

FORNECEDOR: RODRIGO COSTA ME

VALOR: 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

FORNECEDOR: PATRIA SEGURANÇA LTDA ME

VALOR: 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

TOTAL: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/12/2011.

VIGÊNCIA: 12/12/2011 à 12/12/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 153/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 153/2011 - Pregão Presencial Nº 99/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CERÂMICA E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO PISO DO CORREDOR SUPERIOR DA EBM SANTA MARIA GORETTI. FORNECEDOR:

ZILLI PISOS E REVESTIMENTOS LTDA ME
VALOR: 15.057,00 (quinze mil e cinquenta e sete reais).
TOTAL: 15.057,00 (quinze mil e cinquenta e sete reais).
DATA DE ASSINATURA: 20/12/2011.
VIGÊNCIA: 20/12/2011 à 20/12/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 156/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 156/2011 - Pregão Presencial Nº 100/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ANO DE 2012.
FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS P/ LIMPEZA LTDA
VALOR: 18.522,40 (dezoito mil e quinhentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).
FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA - ME
VALOR: 3.362,38 (tres mil e trezentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos).
FORNECEDOR: BIOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP
VALOR: 9.224,00 (nove mil e duzentos e vinte e quatro reais).
FORNECEDOR: ALYSON XAVIER DA SILVA E CIA LTDA
VALOR: 207.169,55 (duzentos e sete mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR: 35.084,86 (trinta e cinco mil oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).
TOTAL: 273.363,19 (duzentos e setenta e três mil trezentos e sessenta e três reais e dezenove centavos).
DATA DE ASSINATURA: 21/12/2011.
VIGÊNCIA: 21/12/2011 à 21/12/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 157/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 157/2011 - Pregão Presencial Nº 101/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CATERPILLAR, 120H, SÉRIE 5FM04194, PATRIMÔNIO Nº 2527.
FORNECEDOR: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
VALOR: 34.949,25 (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
TOTAL: 34.949,25 (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 23/12/2011.
VIGÊNCIA: 23/12/2011 à 23/12/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 158/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 158/2011 - Pregão Presencial Nº 102/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA.
VALOR: 77.199,00 (setenta e sete mil cento e noventa e nove

reais).
TOTAL: 77.199,00 (setenta e sete mil cento e noventa e nove reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/12/2011.
VIGÊNCIA: 22/12/2011 à 22/12/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 20/2011 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2011 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 20/2011 - Pregão Presencial Nº 17/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXAMES DE LABORATÓRIO.
FORNECEDOR: QUIMIOLAB COM.DE PROD. DE LAB. LTDA
VALOR: 29.257,50 (vinte e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)
TOTAL: 29.257,50 (vinte e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)
DATA DE ASSINATURA: 14/12/2011
VIGÊNCIA: 14/12/2011 à 14/12/2012
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 21/2011 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2011 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 21/2011 - Pregão Presencial Nº 18/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO DOS PROFISSIONAIS NAS ESFS E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE.
FORNECEDOR: CIRURGICA ERECHIM LTDA
VALOR: 2.100,00 (dois mil e cem reais)
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR: 4.058,89 (quatro mil cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos)
FORNECEDOR: ASSISTEMEDI - ASSISTENCIA TECNICA EM APARELHOS MEDICOS
VALOR: 3.661,00 (tres mil seiscentos e sessenta e um reais)
TOTAL: 9.819,89 (nove mil oitocentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos)
DATA DE ASSINATURA: 14/12/2011
VIGÊNCIA: 14/12/2011 à 14/12/2012
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 22/2011 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2011 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 22/2011 - Pregão Presencial Nº 19/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS SOB MEDIDA PARA SALAS DO PRONTO ATENDIMENTO, LABORATÓRIO, SALA DE ESTERELIZAÇÃO E COZINHA DO PRONTO ATENDIMENTO E CAPS.
FORNECEDOR: ANDREI LINHARES VIEIRA ME
VALOR: 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais)
TOTAL: 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais)
DATA DE ASSINATURA: 15/12/2011
VIGÊNCIA: 15/12/2011 à 15/12/2012
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 23/2011 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2011 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 23/2011 - Pregão Presencial Nº 20/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, COPA E COZINHA, PARA USO EM TODAS AS ESFS E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS P/LIMPEZA LTDA

VALOR: 7.025,50 (sete mil vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA

VALOR: 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais)

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA

VALOR: 9.105,46 (nove mil cento e cinco reais e quarenta e seis centavos)

FORNECEDOR: CLAIRTO RICARDI ME

VALOR: 62,00 (sessenta e dois reais)

FORNECEDOR: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME

VALOR: 2.374,08 (dois mil trezentos e setenta e quatro reais e oito centavos)

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR: 49.705,64 (quarenta e nove mil setecentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

FORNECEDOR: BIOLIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

VALOR: 11.251,00 (onze mil e duzentos e cinquenta e um reais)

TOTAL: 81.668,68 (oitenta e um mil e seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

DATA DE ASSINATURA: 15/12/2011

VIGÊNCIA: 15/12/2011 à 15/12/2012

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Plano Diretor

1 LEGISLAÇÃO BÁSICA

1.1 LEI COMPLEMENTAR n.º 80/2011 - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Lei Complementar n.º 80, de 20 de dezembro de 2011.

Súmula: Institui o Plano Diretor Municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e dá outras providências. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara, com fundamentos na Constituição Federal, Constituição do Estado de Santa Catarina, no Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01, bem como na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. As normas, princípios básicos e diretrizes para implantação do Plano Diretor Municipal, são aplicáveis a toda a extensão territorial do Município.

Art. 2º O Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara, nos

termos desta Lei, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município, integra o processo de planejamento municipal e definirá:

I. A função social da cidade e da propriedade;

II. As estratégias de desenvolvimento municipal, configuradas pelas políticas setoriais e diretrizes de desenvolvimento municipal;

III. O processo de planejamento, acompanhamento e revisão do Plano Diretor Municipal;

IV. O traçado do perímetro urbano;

V. As áreas de expansão urbana;

VI. O uso e ocupação do solo urbano e rural;

VII. O disciplinamento do parcelamento, implantação de loteamentos e diretrizes para regularização fundiária;

VIII. A hierarquização das vias urbanas e municipais, classificação e questões de mobilidade;

IX. A atualização do código de obras e código de posturas.

Art. 3º As políticas, diretrizes, ações estratégicas, normas, programas, planos plurianuais e orçamentos anuais deverão atender ao estabelecido nesta Lei e nas Leis que integram o Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 4º Integram o Plano Diretor Municipal as seguintes leis:

I. Lei do Plano Diretor Municipal;

II. Lei do Perímetro Urbano;

III. Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal;

IV. Lei de Parcelamento do Solo Municipal;

V. Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana;

VI. Código de Obras;

VII. Código de Posturas.

Parágrafo Único. Outras leis e decretos poderão vir a integrar ou complementar o Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara, desde que tratem de matéria pertinente ao desenvolvimento urbano e às ações de planejamento municipal.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

SEÇÃO I

DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º O Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, tendo como finalidades a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, o atendimento às aspirações da comunidade, a disciplina do desenvolvimento municipal e a preservação e conservação dos recursos naturais locais.

Art. 6º O Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara tem por princípios:

I. A justiça social e a redução das desigualdades sociais e regionais;

II. O desenvolvimento sustentável do Município;

III. A função social da propriedade;

IV. A gestão democrática, participativa e descentralizada, com a participação de setores da sociedade civil e do governo;

V. O direito universal à cidade, compreendendo a terra urbana, a moradia digna, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura e ao lazer;

VI. A preservação e recuperação do ambiente natural e construído;

VII. O enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

VIII. A garantia da qualidade ambiental;

IX. O fortalecimento da regulação pública e o controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;

X. A integração horizontal entre os órgãos da Administração Pública, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, consubstanciadas em suas políticas, programas e projetos.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS

Art. 7º O objetivo geral do Plano Diretor Municipal de São Pedro

de Alcântara é orientar a política de desenvolvimento do Município, considerando as suas condicionantes e aproveitando suas potencialidades.

Art. 8º São objetivos específicos do Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara:

I. Ordenar o crescimento urbano do Município, em seus aspectos físico-ambiental, econômico, social, cultural e administrativo, dentre outros;

II. Promover o máximo aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município;

III. Ordenar o uso e ocupação do solo, em consonância com a função socioeconômica da propriedade;

IV. Promover a regularização fundiária;

V. Promover o desenvolvimento do setor primário de forma a assegurar:

a) A qualidade das vias municipais (rurais);

b) A regulamentação das atividades agrossilvipastoris;

c) A proteção ambiental.

VI. Promover o desenvolvimento do setor secundário de São Pedro de Alcântara de forma a minimizar a degradação ambiental e paisagística atento aos níveis de poluição;

VII. Promover o desenvolvimento do setor terciário de São Pedro de Alcântara;

VIII. Promover a instalação de empresas e agroindústrias no município;

IX. Promover a equilibrada e justa distribuição espacial da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais, visando:

a) Garantir a plena oferta dos serviços de abastecimento de água potável em toda a área urbanizada do Município;

b) Prever a implementação e ampliação de sistema coletivo de coleta e tratamento de esgoto sanitário em toda a área urbanizada do Município;

c) Garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário;

d) Garantir a coleta e destinação adequada dos resíduos de serviços de saúde;

e) Assegurar a qualidade e a regularidade da oferta dos serviços de infra-estrutura de interesse público, acompanhando e atendendo ao aumento da demanda;

f) Promover melhorias na malha viária urbana, como pavimentação, utilizando matéria-prima local, e sinalização;

g) Promover, em conjunto com as concessionárias de serviços de interesse público, a universalização da oferta dos serviços de energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações e de transporte coletivos.

X. Intensificar o uso das regiões bem servidas de infra-estrutura e equipamentos para otimizar o seu aproveitamento;

XI. Direcionar o crescimento da cidade para áreas propícias à urbanização, evitando problemas ambientais, sociais e de mobilidade;

XII. Compatibilizar o uso dos recursos naturais e cultivados, além da oferta de serviços, com o crescimento urbano, de forma a controlar o uso e ocupação do solo;

XIII. Evitar a centralização excessiva de serviços;

XIV. Proteger o meio ambiente de qualquer forma de degradação ambiental, mantendo a qualidade da vida urbana e rural, com as finalidades de:

a) Consolidar e atualizar as ações municipais para a gestão ambiental, em consonância com as legislações estaduais e federais;

b) Promover a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em harmonia com o desenvolvimento social e econômico do Município;

c) Recuperar e conservar as matas ciliares;

d) Preservar as margens dos rios, fauna e reservas florestais do Município, evitando a ocupação na área rural, dos locais com declividade acima de 30%, das áreas sujeitas à inundação e dos fundos de vale;

e) Contribuir para a redução dos níveis de poluição e degradação ambiental e paisagística;

f) Recuperar áreas degradadas;

g) Melhorar a limpeza urbana, a redução do volume de resíduo gerado, a reciclagem do lixo urbano, o tratamento e destino final dos resíduos sólidos.

XV. Valorizar a paisagem de São Pedro de Alcântara, a partir da conservação de seus elementos constitutivos;

XVI. Dotar o município de São Pedro de Alcântara de instrumentos técnicos e administrativos capazes de prevenir os problemas do desenvolvimento urbano futuro e, ao mesmo tempo, indicar soluções para as questões atuais;

XVII. Promover a integração da ação governamental municipal com os órgãos federais e estaduais e a iniciativa privada;

XVIII. Propiciar a participação da população na discussão e gestão da cidade e na criação de instrumentos legais de decisão colegiada, considerando essa participação como produto cultural do povo, com vistas a:

a) Aperfeiçoar o modelo de gestão democrática da cidade por meio da participação dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos para o desenvolvimento da cidade;

b) Ampliar e democratizar as formas de comunicação social e de acesso público às informações e dados da administração;

c) Promover avaliações do modelo de desenvolvimento urbano, social e econômico adotado.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO

Art. 9º A ordenação, a expansão e o desenvolvimento do Município, serão implementados por meio de políticas setoriais integradas, suas diretrizes e ações estratégicas que, em conjunto, compõem a Política Urbana do Município.

CAPÍTULO IV

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

Art. 10 A propriedade urbana, pública ou privada, cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos no Plano Diretor Municipal e nas leis integrantes a este, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I. Atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos fundamentais individuais e sociais e ao desenvolvimento econômico e social;

II. Compatibilidade do uso da propriedade com a infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, como também com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e com a segurança, bem-estar e saúde de seus moradores, usuários e vizinhos;

III. A preservação dos recursos naturais do Município e a recuperação das áreas degradadas ou deterioradas;

IV. Compatibilização da ocupação do solo com os parâmetros definidos pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.

§1º. O direito de propriedade sobre o solo não decorre, necessariamente, o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo Poder Público, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 2º. Os direitos decorrentes da propriedade individual estarão subordinados aos interesses da coletividade.

CAPÍTULO V

DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL

Art. 11 A propriedade rural cumprirá sua função social quando houver a correta utilização econômica da terra e sua justa distribuição, de modo a atender o bem estar social da coletividade, mediante a produtividade e a promoção já justiça social, tendo em vista:

I. O aproveitamento racional e adequado do solo;

II. A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III. A observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV. A exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores.

§1º. A propriedade rural deve ainda cumprir a função socioambiental, com vistas aos requisitos ambientais, simultaneamente aos demais elementos, quando cumprir as disposições e condutas discriminadas nas seguintes leis:

I Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal;

II Lei 7.802, de 11 de julho de 1989 - Lei dos Agrotóxicos;

III Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

IV Decreto federal 750, de 10 de fevereiro de 1993 - sobre o corte, exploração e a supressão da mata atlântica;

V Lei 9.974, de 06 de junho de 2000 - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

VI Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997 - Política Nacional dos Recursos Hídricos;

VII Lei 7.754, de 14 de abril de 1989 - Proteção de florestas em nascentes dos rios;

VIII Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais.

§ 2º Em caso de descumprimento das regras impostas por essas leis, a Prefeitura Municipal deverá aplicar a pena de multa nos limites e condições estabelecidas por legislação específica, tais como Código de Obras, Código de Posturas, sem prejuízo de outras.

§3º O órgão público ambiental competente do Município será responsável pela fiscalização das propriedades rurais, bem como pela aplicação e respectiva cobrança das penalidades descritas na legislação complementar.

§4º O valor arrecadado com as multas aplicadas pelo descumprimento da função socioambiental da propriedade rural será revertido para o Fundo de Desenvolvimento Municipal, e gerenciado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§5º O cumprimento das normas descritas no parágrafo 1º não exime o proprietário do cumprimento de todas as demais leis de preservação ambiental de competência do Estado e da União.

TÍTULO II

DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DAS POLÍTICAS URBANAS

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 12 A consecução dos objetivos do Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara, dar-se-á com base na implementação de políticas integradas, visando ordenar a expansão e o desenvolvimento do Município, permitindo o seu crescimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida.

Art. 13 A política de desenvolvimento municipal compõe-se de macrodiretrizes, diretrizes e ações estratégicas, definidas de acordo com as condicionantes, deficiências e potencialidades do município.

§1º. São macrodiretrizes estratégicas de desenvolvimento do município de São Pedro de Alcântara:

I Desenvolvimento urbano e ambiental;

II Dinamismo à economia e ao turismo;

III Garantia da qualidade de vida e bem-estar.

§2º. São diretrizes estratégicas de desenvolvimento do município de São Pedro de Alcântara:

I Desenvolvimento Estratégico Regional;

II Sustentabilidade Sócio-espacial;

III Conservação Ambiental;

IV Desenvolvimento Socioeconômico;

V Otimização da Infraestrutura;

VI Otimização dos equipamentos e serviços sociais;

VII Articulação Institucional.

Art. 14 As diretrizes estabelecidas nesta lei deverão ser observadas de forma integral e simultânea pelo Poder Público, visando garantir a sustentabilidade do Município.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DA INFRAESTRUTURA SOCIAL

Art. 15 A política municipal de desenvolvimento socioeconômico e da infra-estrutura social tem como objetivo geral a promoção social e econômica, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida da população, preservando e incentivando as potencialidades regionais e locais, através da articulação das políticas públicas em suas várias dimensões.

Art. 16 Na política de desenvolvimento socioeconômico devem ser observadas as seguintes objetivos:

I. Fortalecer a agroindústria, ampliando o valor agregado da produção primária;

II. Estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do Município e da região;

III. Promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por microbacias hidrográficas, proteção de matas ciliares e criação de Unidades de Conservação;

IV. Atrair novos setores produtivos para o Município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;

V. Incentivar o empreendedorismo nos setores primário, secundário e terciário, a partir da identificação de vazios econômicos no município;

VI. Promover a geração de emprego, trabalho e renda e o fortalecimento dos segmentos econômicos relevantes para o desenvolvimento do Município, sempre de forma sustentável.

Art. 17 São diretrizes gerais da política de desenvolvimento da infraestrutura social:

I. Respeito e valorização do indivíduo como cidadão, independentemente da condição sócio-econômica, raça, cor ou credo;

II. A ação social como processo sistêmico e integrado, a partir de base territorial e com foco na família, na cultura e na inclusão sócio-econômica de cada cidadão;

III. Excelência em serviços públicos de assistência e promoção social, através de práticas inovadoras;

IV. Integração e complementaridade nos programas, projetos e ações entre os diversos órgãos de governo e a sociedade civil;

V. Estímulo à autonomia da população em situação de risco e vulnerabilidade social, em especial na educação, na formação profissional e geração de oportunidades de trabalho e renda;

VI. Implementação de políticas socialmente inclusivas, vinculadas à geração de emprego e renda;

SEÇÃO I

DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Art. 18 Constituem objetivos para uma política de trabalho, emprego e renda:

I. Redução das desigualdades e exclusão sociais;

II. Garantia dos direitos sociais;

III. Combate a fome;

IV. Garantia de acessibilidade a bens e serviços;

V. Promoção da cidadania.

Art. 19 Constituem diretrizes para uma política de trabalho, emprego e renda:

I. Fortalecer as estratégias de desenvolvimento econômico como mecanismo de melhoria da renda e qualidade de vida da população local;

II. A criação de condições de infra-estrutura e instrumentos de incentivos para o aumento da oferta de postos de trabalho em todos os setores produtivos da economia;

III. Geração de renda e formação de micros e pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, fortalecendo o campo da economia solidária;

IV. O estudo, diagnóstico e a constituição de novas cadeias produtivas sustentáveis, e geradoras de postos de trabalho;
V. Promover entre os empresários, ações de comprometimento com as responsabilidades sociais das empresas articulando parcerias, projetos e programas de geração de emprego e renda;
VI. Investimento público contra inatividade da força de trabalho com idade entre 16-24 anos, por meio de programas de bolsas de estudo, inclusive para os níveis técnicos, tecnólogo e superior.
Art. 20 São ações estratégicas da Política de geração de trabalho, emprego e renda:

- I. Ministrando cursos profissionalizantes;
- II. Realizar palestras técnicas voltadas para a capacitação profissional.

SEÇÃO II

DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO

Art. 21 São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do setor primário:

- I. Ampliar a comercialização da produção agrícola no próprio município;
- II. Ampliar convênios para escoamento da produção agrícola;
- III. Oferecer infraestrutura viária eficiente;
- IV. Incentivar a prática de culturas alternativas;
- V. Incentivar o manejo sustentável das matas;
- VI. Incentivar a prática do reflorestamento com fins comerciais;
- VII. Promover o incentivo fiscal para adequação das propriedades à legislação ambiental;
- VIII. Implementar programas de melhorias de habitação rural para famílias de baixa renda;
- IX. restringir atividades poluitivas nas regiões próximas de manancial de abastecimento;
- X. promover hierarquia viária de acordo com a lei do sistema viário;
- XI. garantir o abastecimento de água na área rural.

Art. 22 São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do setor primário:

- I. incentivar a produção de produtos orgânicos
- II. Incentivar a hortifruticultura;
- III. implantar programa para o desenvolvimento de aviação no município;
- IV. melhorar os serviços de comunicação na área rural;
- V. implantar Horta Municipal Educativa.

SEÇÃO III

DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO

Art. 23 São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do setor secundário:

- I. Fomentar o fortalecimento de indústrias e empresas;
- II. Destinar área para a implantação de indústrias e empresas;
- III. Dar continuidade à atração de novos empreendimentos industriais e empresariais;
- IV. Incentivar e fomentar a atração e desenvolvimento da agroindústria no município agregando valor aos produtos locais.

Art. 24 São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do setor secundário:

- I. realizar cursos de capacitação de mão-de-obra voltado para a produção local;
- II. estabelecer programa de incentivo à indústria e agronegócio;
- III. ofertar incentivos, como isenção de taxas para micro e pequenas empresas;
- IV. expandir a área existente de forma não poluitiva.

SEÇÃO IV

DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO

Art. 25 São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do setor terciário:

- I. Incentivar o consumo no comércio local pelo município;
- II. Fomentar o fortalecimento de empresas existentes no município;
- III. Promover a estruturação, implementação e adequação dos sistemas de comunicação.

Art. 26 São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do

setor terciário:

- I. implantar programa de capacitação profissional para setores tais como construção civil, têxtil, calçadista;
- II. incentivar o comércio atacadista local (principalmente têxtil e calçadista);
- III. incentivar a emissão de notas fiscais.

SEÇÃO V

DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Art. 27 São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento do turismo:

- I. Contribuir para a melhoria da imagem turística do município;
 - II. Propor um novo arranjo organizacional para o desenvolvimento do turismo local;
 - III. Promover manejo sustentável da atividade relacionada ao meio ambiente;
 - IV. Promover o desenvolvimento de atividades turísticas nas pequenas propriedades, enfocando melhorias na infra-estrutura rural, divulgação e capacitação.
- Art. 28 São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do turismo:
- I. elaborar plano municipal turístico e criar conselho de turismo;
 - II. incentivar produto local e o turismo de compras, eventos e manifestações populares (divulgação);
 - III. promover a organização do turismo e valorização da cultura local;
 - IV. incentivar o empreendedorismo local voltado ao turismo;
 - V. implantar programa de sinalização e iluminação nas estradas rurais;
 - VI. promover a melhoria na sinalização turística;
 - VII. realizar cursos de capacitação turística.

SEÇÃO VI

DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA

Art. 29 São diretrizes a serem adotadas na promoção do desenvolvimento humano e qualidade de vida:

- I. Ampliar a rede de saneamento básico municipal;
- II. Fortalecer a prática de reciclagem no município;
- III. Promover melhorias na mobilidade urbana;
- IV. Ampliar a oferta de espaços de desenvolvimento de atividades de lazer, cultura e esporte;
- V. Garantir o acesso ao atendimento de saúde, educação, segurança, lazer e moradia digna para todos;
- VI. Prever área para implantação de área industrial e empresarial;
- VII. Promover melhorias nas áreas de atendimento social no município;
- VIII. Firmar parcerias público-privadas para capacitação de mão-de-obra local visando atender a realidade e demanda municipal e regional;
- IX. Promover o incentivo aos programas assistenciais do próprio município;
- X. Promover melhorias no sistema de segurança pública municipal;
- XI. Promover e incentivar o desenvolvimento da cultura no município.

Art. 30 São ações estratégicas da Política de desenvolvimento humano e qualidade de vida:

- I. elaborar o Plano Municipal de Habitação;
- II. manter as edificações escolares em condições satisfatórias de uso;
- III. definir os bairros e localidades rurais em lei específica;
- IV. fortalecer a integração das escolas e entidades para projetos ambientais;
- V. manter cursos profissionalizantes;
- VI. manter os equipamentos de saúde em condições satisfatórias de uso;
- VII. manter o trabalho preventivo de doenças;
- VIII. manter os estabelecimentos de assistência social em condições satisfatórias de uso;
- IX. manter os estabelecimentos de cultura, esporte e lazer em condições satisfatórias de uso.

SEÇÃO VII

DA HABITAÇÃO

Art. 31 A política municipal de habitação tem por objetivo orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia a toda população, sem distinção, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional e demais políticas municipais.

Parágrafo Único. As diretrizes gerais da política municipal de habitação estão voltadas para o conjunto da população do município, com destaque para as diretrizes da política da habitação.

Art. 32 São diretrizes gerais da política municipal de habitação:

I. assegurar a integração da política municipal de habitação com as demais políticas públicas, em especial as de desenvolvimento urbano, de mobilidade, de geração de trabalho, emprego e renda e ambiental;

II. promover a ocupação do território urbano de forma harmônica, com áreas diversificadas e integradas ao ambiente natural;

III. promover o cumprimento da função social da terra urbana respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e neste Plano Diretor;

IV. viabilizar a produção de lotes urbanizados e de novas moradias, com vistas à redução do déficit habitacional e ao atendimento da demanda constituída por novas famílias;

V. estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias a toda população;

VI. dar continuidade ao processo de simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas para as edificações, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades de moradia, sem prejuízo das condições adequadas à habitabilidade e ao meio ambiente.

Art. 33 São ações estratégicas da Política municipal de habitação:

I. implementar os zoneamentos de uso e ocupação do solo urbano e rural visando ordenar o desenvolvimento municipal;

II. implementar a hierarquização do sistema viário municipal.

SEÇÃO VIII**DA EDUCAÇÃO**

Art. 34 A política municipal da educação tem como fundamento assegurar ao aluno educação de qualidade para o exercício da cidadania, com os seguintes objetivos:

I. atender à demanda da educação infantil, conforme os parâmetros do Plano Nacional da Educação;

II. universalizar o atendimento à demanda do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e permanência na escola;

III. promover a erradicação do analfabetismo;

IV. compatibilizar as propostas educacionais com as necessidades oriundas do processo de desenvolvimento sustentável da Cidade;

V. melhorar os indicadores de escolarização da população.

Art. 35 São diretrizes gerais da política municipal da educação:

I. promover o acesso da escola e da população às novas tecnologias;

II. ampliar e consolidar a autonomia administrativa, financeira e pedagógica das unidades educacionais, garantindo agilidade na viabilização de projetos pedagógicos e qualidade no atendimento;

III. promover a participação da sociedade nos programas educacionais da Cidade;

IV. promover a articulação e a integração das ações voltadas à criação de ambientes de aprendizagem;

V. promover programas de inclusão e de atendimento a educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

VI. promover a elevação do nível de escolaridade da população economicamente ativa;

VII. promover ações que motivem a permanência das crianças e adolescentes no ambiente escolar, em especial aquelas em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Art. 36 São ações estratégicas da Política municipal da educação:

I. fortalecer a integração das escolas e entidades para projetos ambientais;

II. promover cursos profissionalizantes.

SEÇÃO IX**DA SAÚDE**

Art. 37 A política municipal de saúde visa à promoção da saúde da população pela gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados, pelo monitoramento de doenças e agravos, pela vigilância sanitária, integrada às políticas de controle da qualidade ambiental, do ar e das águas, dos resíduos orgânicos e inorgânicos, tendo como objetivos:

I. promover a saúde, reduzir a mortalidade e aumentar a expectativa de vida da população;

II. implantar o Sistema Único de Saúde - SUS;

III. consolidar a gestão plena do Sistema de Saúde.

Art. 38 São diretrizes gerais da política municipal de saúde:

I. promover a melhoria constante da infraestrutura pública dos serviços de saúde;

II. implantar os sistemas de gestão e regulação dos serviços próprios e conveniados ao SUS;

III. promover a melhoria do quadro epidemiológico, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde da população;

IV. promover ações estratégicas de atenção à mulher, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso e ao portador de deficiência;

V. promover a educação na área de saúde, visando o auto-cuidado, a prevenção e a co-responsabilidade da população por sua saúde;

VI. viabilizar ações de prevenção, promoção, proteção e atenção à saúde, no âmbito municipal;

VII. promover a melhoria dos índices de morbidade e mortalidade no município, especialmente das patologias de enfrentamento contínuo.

Art. 39 São ações estratégicas da Política municipal da saúde:

I. implantar sistema de informação integrado (secretaria de saúde e PSF);

II. implantar banco de cadastro único dos pacientes;

III. ampliar o trabalho preventivo a doenças;

IV. promover cursos profissionalizantes.

SEÇÃO X**DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 40 A política municipal de assistência social visa a auto-sustentabilidade da população em situação de risco ou vulnerabilidade social e tem como objetivos:

I. promover a proteção e a defesa dos direitos da população em situação de risco e vulnerabilidade social;

II. realizar ações de promoção à família e de apoio ao desenvolvimento comunitário;

III. implementar ações que possibilitem a criação de oportunidades de trabalho e renda à população em situação de risco ou vulnerabilidade social;

IV. investir e incentivar a educação profissional, priorizando a população de risco ou vulnerabilidade social.

Art. 41 São diretrizes gerais da política municipal de assistência e promoção social:

I. fortalecer e ampliar a rede de responsabilidade solidária para a ação social;

II. promover e incentivar a convivência familiar, a autonomia e a integração do idoso na comunidade;

III. promover a inclusão da pessoa portadora de deficiência e necessidades especiais na família e na comunidade;

IV. desenvolver junto ao jovem uma cultura de protagonista de participação e de co-responsabilidade para com a comunidade;

V. promover, no âmbito da Assistência Social, o enfrentamento à violência, à exploração e abuso sexual, e o atendimento à população de rua, à vitimizada e àquela em conflito com a lei.

Art. 42 São ações estratégicas da Política municipal de assistência social:

I. elaborar projeto para espaço específico para as atividades voltadas a terceira idade e mulheres;

II. construir o espaço físico para os idosos e mulheres;

III. adquirir equipamentos e mobiliários gerais.

SEÇÃO XI**DA CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Art. 43 A política municipal da cultura, esporte e lazer tem como fundamento a promoção de ações que possibilitem a utilização do tempo livre, a prática esportiva, a melhoria e conservação da saúde por meio da atividade física, a sociabilização e promover o desenvolvimento sócio-artístico-cultural da população, com os seguintes objetivos:

I. formular, planejar, implementar e fomentar práticas culturais, de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano e de seu bem estar;

II. desenvolver a cultura e o costume esportivo e de lazer junto à população, com práticas cotidianas baseadas em valores de integração do homem com a natureza e da sua identificação com a cidade.

Art. 44 São diretrizes gerais da política municipal da cultura, esporte e lazer:

I. ampliar e consolidar as possibilidades de convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão e a inserção da arte no âmbito comunitário;

II. promover o acesso aos equipamentos esportivos municipais e às suas práticas esportivas, de lazer, e de atividades físicas, proporcionando bem estar e melhoria da qualidade de vida;

III. ampliar e consolidar programas nos segmentos de cultura, esporte, educação e rendimento como fator de promoção social;

IV. ampliar e consolidar programas destinados à disseminação de práticas artísticas e saudáveis junto à comunidade;

V. promover a preservação e conservação do patrimônio cultural da Cidade.

Art. 45 São ações estratégicas da Política municipal da cultura, esporte e lazer:

I. realizar projetos para construir praças públicas e espaços de lazer nas comunidades;

II. construir o Centro Cultural com objetivo de incentivar as atividades relacionadas à música, dança e teatro e outros;

III. regulamentar legislação específica para a preservação das edificações históricas alemãs;

IV. incentivar o empreendedorismo local voltado ao turismo;

V. promover a organização do turismo e valorização da cultura local;

VI. realizar exposições de trabalhos artesanais;

VII. fortalecer as oficinas de cultura;

VIII. fortalecer agenda cultural coordenando e divulgando eventos programados.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 46 A política ambiental municipal tem como objetivo promover a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente, em seus aspectos natural e cultural, estabelecendo normas, incentivos e restrições ao seu uso e ocupação, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade da Cidade, para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo Único. Constituem os aspectos natural e cultural do meio ambiente, o conjunto de bens existentes no município, de domínio público ou privado, cuja proteção ou preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação histórica, quer por seu valor natural, cultural, urbano, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, artístico, etnográfico e genético, entre outros.

Art. 47 São diretrizes gerais da política ambiental municipal:

I. implementar as diretrizes contidas na Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Política Nacional de Saneamento, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, Lei Orgânica do município e demais normas correlatas e regulamentares federais e estaduais;

II. promover a sustentabilidade ambiental planejando e desenvolvendo estudos e ações visando incentivar, proteger, conservar, preservar, restaurar, recuperar e manter a qualidade ambiental urbana e cultural;

III. elaborar e implementar planos, programas e ações de proteção e educação ambiental e cultural visando garantir a gestão

compartilhada;

IV. assegurar que o lançamento na natureza, de qualquer forma de matéria ou energia, não produza riscos à natureza ou a saúde pública e que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tenham sua implantação e operação controlada;

V. definir de forma integrada, áreas prioritárias de ação governamental visando à proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI. identificar e criar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas;

VII. ampliar as áreas integrantes do Sistema Municipal de Áreas Verdes;

VIII. estabelecer normas específicas para a proteção de recursos hídricos, por meio de planos de uso e ocupação de áreas de manancial e bacias hidrográficas;

IX. promover adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental;

X. promover o saneamento ambiental, por meios próprios ou de terceiros, com a oferta de serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

XI. promover a preservação do patrimônio cultural edificado e dos sítios históricos, mantendo suas características originais e sua ambiência na paisagem urbana, por meio de tombamento ou outros instrumentos, e orientar e incentivar o seu uso adequado;

XII. identificar e definir os bens de valor ambiental e cultural, de natureza material e imaterial, de interesse de conservação e preservação, integrantes do Patrimônio Ambiental e Cultural do município;

XIII. estabelecer normas, padrões, restrições e incentivos ao uso e ocupação dos imóveis, públicos e privados, considerando os aspectos do meio ambiente natural, cultural e edificado, compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental;

XIV. orientar e incentivar o uso adequado do patrimônio, dos sítios históricos e da paisagem urbana;

XV. estabelecer incentivos construtivos e fiscais visando à preservação, conservação e recuperação do patrimônio cultural e ambiental;

XVI. reduzir anualmente, a emissão de poluentes nocivos à saúde despejados no ar, no solo e nas águas, observados os protocolos internacionais relativos à matéria firmados pelo Brasil.

SEÇÃO I

SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS VERDES

Art. 48 Compõem o Sistema Municipal de Áreas Verdes:

I. Áreas verdes públicas ou privadas com vegetação significativa, parques e Unidades de Conservação, cujas funções são proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população;

II. Áreas de preservação permanente (nascentes, cabeceiras dos cursos d'água dentre outras) que integram as bacias hidrográficas do município;

III. Áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental, que devem ser recuperadas e destinadas, preferencialmente, ao lazer da população, de forma a contribuir com o equilíbrio ambiental;

IV. Áreas naturais preservadas em função da existência de populações tradicionais.

Art. 49 O Sistema Municipal de Áreas Verdes tem por objetivo:

I. Assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental nas áreas integrantes do sistema;

II. Adotar critérios justos e equitativos de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer no âmbito municipal;

III. Definir critérios para a vegetação a ser empregada no paisagismo urbano, garantindo sua diversificação;

IV. Garantir a multifuncionalidade das unidades através do tratamento paisagístico a ser conferido às mesmas e atender às

demandas por gênero, idade e condição física;

V. Ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando parques lineares ao longo dos cursos d'água não urbanizados;

VI. Integrar as áreas de vegetação significativa de interesse paisagístico, protegidas ou não, de modo a garantir e fortalecer sua condição de proteção e preservação;

VII. Ampliar e articular os espaços de uso público, em particular os arborizados e destinados à circulação e bem-estar dos pedestres;

VIII. Mobilizar a população envolvida de modo a identificar suas necessidades e anseios quanto às características físicas e estéticas do seu bairro de moradia;

IX. Garantir as formas tradicionais de organização social relacionada com recursos naturais preservados.

Art. 50 São diretrizes relativas ao sistema:

I. Manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;

II. Estímulo à parceria entre setores públicos e privados;

III. O disciplinamento do uso, nas praças, nos parques e demais áreas verdes, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse turístico;

IV. Estabelecimento de programas de recuperação de áreas degradadas;

V. Criação e implantação de Unidades de Conservação da natureza, a fim de assegurar amostras representativas dos ecossistemas e preservar o patrimônio genético, biológico, ecológico e paisagístico do município.

CAPÍTULO IV

DAS POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I

DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 51 O Sistema Viário é constituído pela infra-estrutura física das vias municipais (rurais) e urbanas e logradouros que compõem a malha por onde circulam os veículos, pessoas e animais. **Parágrafo Único.** O Sistema Viário Municipal é objeto de lei específica, que integrará este Plano Diretor, observadas as diretrizes estabelecidas.

Art. 52 São diretrizes da política municipal do sistema viário:

I. planejar, executar e manter o sistema viário segundo critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente, obedecendo as diretrizes de uso e ocupação do solo e do transporte de passageiros;

II. promover a continuidade ao sistema viário por meio de diretrizes rodoviárias e de arruamento a serem implantadas e integradas ao sistema viário oficial, especialmente nas áreas de urbanização incompleta;

III. promover tratamento urbanístico adequado nas vias, de modo a proporcionar a segurança dos cidadãos e a preservação do patrimônio histórico, ambiental, cultural, paisagístico, urbanístico e arquitetônico da Cidade;

IV. hierarquizar o sistema viário, de forma a propiciar o melhor deslocamento de veículos e pedestres, atendendo as necessidades da população, do sistema de transporte coletivo, individual e de bens;

V. planejar, ordenar e operar a rede viária municipal, priorizando o transporte público de passageiros;

VI. aperfeiçoar e ampliar o sistema de circulação de pedestres e de pessoas portadoras de deficiência, propiciando conforto, segurança e facilidade nos deslocamentos;

VII. garantir o acesso às propriedades e comunidades rurais;

Art. 53 São ações estratégicas da Política municipal do sistema viário:

I. estabelecer programa para pavimentação das vias;

II. elaborar projetos viários, prevendo o desenho e o perfil traçados das vias;

III. implantar ciclovias;

IV. incentivar a construção de calçadas, realizar parcerias entre proprietários e a Prefeitura Municipal (padronização);

V. regulamentar sistema viário através de legislação específica;

VI. estabelecer nomenclatura das vias rurais;

VII. implementar acessibilidade para portadores de necessidades especiais;

VIII. implantar programa de sinalização e iluminação nas estradas rurais.

SEÇÃO II

DO SISTEMA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art. 54 A Mobilidade urbana é composta pelo conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar acesso amplo e democrático ao espaço urbano, garantindo a acessibilidade, equidade, segurança e a circulação das pessoas e das mercadorias, orientada para a inclusão social.

Art. 55 São diretrizes do Sistema de Mobilidade Urbana:

I. planejar e executar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;

II. priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;

III. regulamentar todos os serviços de transporte do município;

IV. revitalizar, recuperar e construir passeios, viabilizando e otimizando a circulação de pedestres;

V. permitir integração do transporte com outros municípios;

VI. implementar políticas de segurança do trânsito municipal;

VII. mitigar o conflito entre a circulação de veículos e de pedestres.

Art. 56 O Sistema de Mobilidade é integrado pelos sistemas viário e de transporte, que devem interligar as diversas áreas do município.

Art. 57 O Sistema Municipal de Transporte é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de cargas, abrigos, estações de embarque e desembarque de passageiros e operadores de serviços, submetidos à regulamentação específica para sua execução.

Art. 58 São diretrizes específicas da política municipal de transporte:

I. estabelecer critérios de planejamento e operação de forma integrada aos sistemas estadual e interestadual, atendendo aos interesses e necessidades da população e características locais;

II. estruturar medidas reguladoras para o transporte de carga;

III. definir as principais rotas, os padrões de veículos e os pontos de carga e descarga a serem utilizados no abastecimento e na distribuição de bens dentro do município;

IV. estabelecer horários especiais de tráfego de veículos de transporte de cargas bem como restrições de tonelagem nos principais eixos ou áreas da Cidade;

V. promover meios institucionais adequados para a perfeita harmonia no planejamento e gerenciamento dos serviços de transporte de passageiros e de cargas no âmbito federal e estadual;

VI. promover a atratividade do uso do transporte coletivo de passageiros por intermédio de deslocamentos rápidos, seguros, confortáveis e custos compatíveis;

VII. estabelecer políticas tarifárias que preservem o equilíbrio econômico e social do sistema de transporte;

VIII. buscar a excelência de padrões de qualidade que proporcionem aos usuários do sistema de transporte crescente grau de satisfação com o serviço;

IX. racionalizar o sistema de transporte e as formas de gerenciamento e controle de operação;

X. adequar a oferta de transportes à demanda, compatibilizando seus efeitos indutores com os objetivos e diretrizes de uso e ocupação do solo e da circulação viária;

XI. estruturar as medidas reguladoras para os sistemas autorizados de transporte de passageiros;

XII. possibilitar a participação da iniciativa privada na operação e implantação de infra-estrutura do sistema, sob a forma de investimento, concessão de serviço público, autorização ou obra.

Art. 59 São ações estratégicas da Política municipal de transporte:

I. buscar parcerias de linhas de transporte.

SEÇÃO III

DO SANEAMENTO PÚBLICO

Art. 60 O Sistema de Saneamento Público, a ser regulamentado em lei específica, observados os objetivos e diretrizes propostos,

visa a qualidade de vida, através de um ambiente salubre, e incorpora os seguintes subsistemas e responsabilidades:

- I. abastecimento de água;
- II. esgotamento sanitário;
- III. drenagem pluvial;
- IV. coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Art. 61 O Sistema de Saneamento Público tem como diretrizes:

- I. a sustentabilidade ambiental, econômica e da infraestrutura existente e a implantação, bem como sua máxima produtividade, eficácia e racionalidade;
- II. a justiça social, através do resgate da dignidade, da cidadania e da salvaguarda dos direitos básicos, considerando-se o contexto sócio-ambiental local;
- III. a universalização, a integralidade, a equidade, a regularidade, a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços do sistema de saneamento e seu enquadramento em padrões sanitários adequados.

Art. 62 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação ao abastecimento de água:

- I. garantir a universalização dos serviços e abastecimento de água, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;
- II. estabelecer procedimentos, normas e diretrizes para a preservação, recuperação e ocupação das áreas onde se encontrem poços que abasteçam a cidade, bem como o contínuo monitoramento dos mananciais;
- III. monitorar e controlar as perdas do sistema de abastecimento, a fim reduzi-las;
- IV. promover campanhas institucionais de informação e conscientização para o uso racional da água.

Art. 63 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação ao esgotamento sanitário:

- I. garantir a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de maneira ininterrupta e de acordo com os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;
- II. proceder à análise periódica dos esgotos tratados de acordo com os padrões e normas vigentes;
- III. implantar o sistema de remoção e tratamento do lodo resultante do tratamento dos esgotos e dar destinação e monitoramento adequado aos resíduos gerados;
- IV. estabelecer procedimentos preventivos e prescritivos para impedir, desestimular e retirar os lançamentos indevidos das águas pluviais na rede de esgotos;
- V. combater permanentemente os vetores que povoam as redes de esgoto, de modo a controlar e erradicar a ocorrência de doenças.

Art. 64 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação à drenagem pluvial:

- I. assegurar através de sistemas físicos naturais e construídos, o escoamento das águas pluviais em toda a área do município de modo a propiciar segurança e conforto aos cidadãos priorizando as áreas sujeitas a inundações;
- II. garantir a segurança à margem de curso d'água e outras áreas de fundo de vale, onde haja risco de inundações de edificações;
- III. administrar os cursos d'água cujas bacias de contribuição se localizam integralmente no município;
- IV. articular com os municípios vizinhos a realização de ações de interesse comum visando a conservação das bacias de contribuição e os sistemas de drenagem;
- V. implantar gestão integrada da infra-estrutura de drenagem urbana;
- VI. criar mecanismos e parâmetros técnicos de macrodrenagem que garantam o equilíbrio do ciclo hidrológico nas bacias de contribuição do município, em especial no núcleo urbano, visando evitar pontos de alagamento.

Art. 65 Constituem objetivos para o sistema de saneamento em relação à coleta e tratamento de resíduos sólidos:

- I. garantir a universalização dos serviços de coleta, tratamento e disposição dos resíduos, de maneira ininterrupta e de acordo com

os padrões ambientais e de saúde pública vigentes;

- II. proteger a saúde pública por meio do controle de ambientes insalubres derivados de manejo e destinação inadequados de resíduos sólidos;
- III. preservar a qualidade do meio ambiente e recuperar as áreas degradadas ou contaminadas, através do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos;
- IV. promover a inserção da sociedade nas possibilidades de exploração econômica das atividades ligadas a resíduos, visando oportunidades de geração de renda e emprego;
- V. criar mecanismos específicos para a redução da geração de resíduos;
- VI. incentivar, através de programas específicos, a implantação de reciclagem de resíduos;
- VII. reconhecer e disciplinar a catção ambulante de materiais recicláveis, através de programas específicos.

Art. 66 São ações estratégicas da Política municipal de saneamento público:

- I. elaborar o Plano Municipal de Saneamento;
- II. ampliar o sistema integrado de tratamento e abastecimento de água;
- III. promover e fiscalizar tratamento de esgoto penitenciário e do Hospital Santa Teresa;
- IV. controlar a permeabilidade do solo;
- V. projeto de drenagem urbana (controle e cheias);
- VI. implantar ações para coleta seletiva de lixo nas áreas urbanas;
- VII. promover limpeza dos rios Maruim, Rocinha, Matias, Varginha e Forquilha.

SEÇÃO IV

DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 67 A Iluminação Pública visa conferir conforto e segurança à população, assegurando adequada iluminação noturna nas vias, calçadas e logradouros públicos, adotando medidas de gestão visando a conservação e eficiência energética, redução do consumo e o uso racional de energia, fomentando a co-geração, minimização dos impactos ambientais com estímulo a fontes renováveis.

Art. 68 Constituem diretrizes para a iluminação pública:

- I. buscar formas alternativas de energia, como a solar, eólica e o gás natural para alimentação do sistema de iluminação pública;
- II. promover campanhas educativas visando o respeito às instalações referentes à iluminação pública e a redução de consumo evitando-se o desperdício;
- III. conceder o direito de uso do solo, subsolo ou do espaço aéreo do município, em regime oneroso, na forma estabelecida em lei específica;
- IV. modernizar com maior eficiência a rede de iluminação pública, com programa municipal de gerenciamento da rede;
- V. reciclar lâmpadas e materiais nocivos ao meio ambiente utilizados no sistema de iluminação pública;
- VI. racionalizar a iluminação em próprios municipais e edifícios públicos;
- VII. ampliar a cobertura de atendimento na Cidade, buscando a eliminação de ruas sem iluminação pública.

SEÇÃO V

DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

Art. 69 Constituem objetivos e diretrizes da política de comunicação:

- I. fixar estratégias para acompanhamento da evolução tecnológica dos sistemas de comunicações e telemática em nível municipal e regional, estimulando a participação e controle compartilhado entre os setores público e privado e a sociedade;
- II. atuar junto às empresas concessionárias visando promover a disponibilização dos sistemas de telefonia e de transmissão de dados e imagens, integrando-os com centros urbanos regionais, nacionais e internacionais;
- III. proporcionar os sistemas de telecomunicações e telemática em infra-estrutura de suporte, visando a atração de novos investimentos e empreendimentos urbanos e rurais.

Art. 70 São ações estratégicas da Política de comunicação:

- I. ampliar convênios com operadores telefônicas de celular;
- II. instalar e manter as repetidoras de sinais de TV e internet;
- III. ampliar sistema de entrega de correspondência na área urbana.

SEÇÃO VI

DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 71 O serviço funerário tem caráter público e essencial, podendo ser delegado à iniciativa privada, e reger-se-á por lei específica. Parágrafo Único. O serviço público de competência do município de São Pedro de Alcântara, relativo ao sepultamento de corpos humanos sem vida, é disciplinado precipuamente pela circunstância fática da ocorrência do evento, determinado pelo local do óbito.

Art. 72 O serviço funerário atentar-se-á à regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência e segurança na sua prestação, além da cortesia na relação com os familiares da pessoa falecida, tendo como diretrizes:

- I. descentralizar e ampliar a prestação do serviço à comunidade;
- II. controlar e monitorar os serviços prestados pela iniciativa privada;
- III. ampliar e melhorar a prestação de serviços de cemitério municipal.

Art. 73 São ações da política do serviço funerário:

- I. elaborar projeto para ampliação do cemitério
- II. disponibilizar uma nova área para construção de cemitério.

SEÇÃO VII

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 74 A política municipal de segurança pública tem como fundamento desenvolver e implantar medidas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade, para organizar e ampliar a capacidade de defesa da comunidade e dos próprios municipais, com os seguintes objetivos:

- I. potencializar as ações e os resultados de segurança pública mediante a articulação com as instâncias públicas federal e estadual e com a sociedade organizada;
- II. articular as instâncias responsáveis pela proteção da população, dos bens, dos serviços e dos próprios do município.

Art. 75 São diretrizes gerais da política municipal de segurança:

- I. estimular a parceria e a co-responsabilidade da sociedade com o poder público nas ações de segurança pública, defesa comunitária e proteção do cidadão;
- II. promover a educação e a prevenção na área de segurança pública;
- III. intervir em caráter preventivo e prescritivo nos ambientes e situações potencialmente geradores de transtornos sociais;
- IV. manter quadro efetivo adequado para a manutenção da segurança dos próprios públicos;
- V. integrar programaticamente aos sistemas estadual e federal de segurança pública, suprindo pessoal, estrutura, tecnologia e informação necessários ao bom desempenho de suas atribuições definidas em convênio.

Art. 76 São ações da política da segurança pública:

- I. Conter a ocupação na área do entorno;
- II. manter o Conselho Municipal de Segurança e Defesa Civil.

SEÇÃO VIII

DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Art. 77 A política municipal do abastecimento alimentar tem como objetivo geral a promoção da segurança alimentar à população, especialmente àqueles em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo.

Art. 78 São diretrizes da política municipal do abastecimento:

- I. implantar e consolidar a rede social de abastecimento;
- II. promover a educação alimentar que vise a forma correta e mais econômica de assegurar uma alimentação saudável;
- III. apoiar iniciativas na produção, distribuição e comercialização de alimentos orgânicos;
- IV. incentivar a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados;

V. promover ações de combate à fome;

VI. viabilizar alimentação em situações emergenciais e de calamidade.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 79 A organização territorial é a expressão espacial das políticas públicas urbanas e setoriais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento equilibrado do município, consistindo na organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

§ 1º. A organização territorial abrange todo o território municipal, envolvendo áreas urbanas e áreas rurais.

§ 2º. A lei específica de uso e ocupação do solo complementa o disposto neste título.

Art. 80 Constituem objetivos gerais da organização territorial:

- I. definir o perímetro urbano;
- II. organizar o controle do uso e ocupação do solo nas áreas urbanas;
- III. definir áreas especiais que, pelos seus atributos, são adequadas à implementação de determinados programas de interesse público ou necessitam de programas especiais de manejo e proteção;
- IV. definir diretrizes viárias;
- V. qualificar os usos que se pretendem induzir ou restringir em cada área da cidade;
- VI. promover o adensamento compatível com a infra-estrutura em regiões de baixa densidade e/ou com presença de áreas vazias ou subutilizadas;
- VII. preservar, recuperar e sustentar as regiões de interesse histórico, paisagístico, cultural e ambiental;
- VIII. urbanizar e qualificar a infraestrutura e habitabilidade nas áreas de ocupação precária;
- IX. combater e evitar a poluição e a degradação ambiental;
- X. integrar e compatibilizar o uso e a ocupação do solo entre a área urbana e a área rural do município.

CAPÍTULO II

DO PERÍMETRO URBANO

Art. 81 O perímetro urbano do município e de seus distritos e as áreas de urbanização específica serão definidos em lei.

CAPÍTULO III

DA PAISAGEM URBANA

Art. 82 A Paisagem Urbana é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

Art. 83 É obrigatória a recuperação de áreas degradadas ou que venham a se caracterizar como áreas degradadas sendo responsabilizados os seus autores e ou proprietários.

Art. 84 Caberá aos cidadãos do município, e em especial aos órgãos e entidades da administração municipal, zelar pela qualidade da paisagem urbana, promovendo as medidas adequadas para a:

- I. disciplina e controle da poluição visual e sonora, dos recursos hídricos, do solo e do ar que possam afetar a paisagem urbana;
- II. ordenação da publicidade ao ar livre;
- III. ordenação do mobiliário urbano;
- IV. manutenção de condições de acessibilidade e visibilidade das áreas verdes;
- V. recuperação de áreas degradadas;
- VI. conservação e preservação de sítios significativos.

Art. 85 O Poder Público Municipal, no rol de suas atribuições constitucionais, estabelecerá as ações e medidas reparadoras para a recuperação de áreas degradadas, bem como os prazos para a sua execução, exercendo, também, a fiscalização do seu cumprimento.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Art. 86 São diretrizes gerais da política do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico:

- I. coordenar, integrar e executar as políticas de pesquisa, sistematização e salvaguarda do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;
- II. elaborar, definir e executar a política pública de conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;
- III. mapear, identificar e registrar os suportes adequados, os bens culturais tangíveis e intangíveis do município;
- IV. fomentar parcerias que visem ao desenvolvimento de técnicas, métodos e pesquisas que impactem positivamente a conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;
- V. fomentar parcerias que visem à inversão de recursos na recuperação, utilização e disponibilização pública de bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico caros à memória social urbana do município;
- VI. fomentar as pesquisas e estudos que aprimorem o alcance e a efetividade dos suportes legais de registro e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente o instrumento jurídico do tombamento;
- VII. incrementar as publicações relativas à memória e ao patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico do município;
- VIII. criar a legislação municipal específica de conservação e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;
- IX. georreferenciar as informações pertinentes à política de patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente localização de bens de valor histórico, projeção de áreas envoltórias, bens em estudos de tombamento e projeção de respectivas áreas envoltórias, áreas ou bens de interesse cultural passíveis de tombamento ou de qualquer outra forma de salvaguarda, situação de conservação dos imóveis tombados ou relacionados para o tombamento.

CAPÍTULO V DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Art. 87 O Macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e de zoneamento de uso e ocupação e de parcelamento do solo.

Art. 88 A Política de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo tem por finalidade precípua a ocupação, uso e transformação do território do município de sorte a propiciar a satisfação das demandas econômicas, sociais e ambientais de modo sustentável e equilibrado.

Art. 89 As diretrizes da política de uso, ocupação e parcelamento do solo são:

- I. evitar a expansão desordenada das áreas urbanas através da ocupação dos vazios urbanos;
 - II. orientar os investimentos de acordo com a demanda da população local e do desenvolvimento das atividades econômicas;
 - III. ordenar e controlar as formas de ocupação de acordo com o equilíbrio sócio-ambiental;
 - IV. estabelecer índices urbanísticos adequados ao equilíbrio sócio-ambiental;
 - V. implementar legislação específica para condomínios;
 - VI. garantir a permanência das comunidades tradicionais por meio dos mecanismos de regularização fundiária.
- Art. 90 São ações estratégicas prioritárias da política de uso, ocupação e parcelamento do solo:
- I. implementar o macrozoneamento municipal e zoneamento urbano visando ordenar o desenvolvimento municipal;
 - II. instituir legislações urbanísticas conforme o Estatuto da Cidade;
 - III. promover maior fiscalização para o cumprimento da legislação urbanística;
 - IV. contratar servidores para acompanhar o cadastro e fiscalizar a

implantação dos novos loteamentos;

V. implementação da hierarquização do sistema viário municipal;

VI. promover o crescimento de áreas e infraestrutura para comércio e serviço;

VII. regularizar a identificação numérica das edificações e implantar padronização.

Art. 91 Consideram-se Macrozonas,

I. Macrozona Urbana;

II. Macrozona Rural.

Art. 92 A Macrozona Urbana desdobra-se nas seguintes Zonas:

I. Zona Residencial 1 - ZR1;

II. Zona Residencial 2 - ZR2;

III. Zona Empresarial - ZE;

IV. Zona de Proteção 1 - ZP1;

V. Zona de Proteção 2 - ZP2;

VI. Zona Especial Controlada - ZEC;

VII. Zona de Serviço 1 - ZS1;

VIII. Zona de Serviço 2 - ZS2;

IX. Zona Especial Histórica - ZEH.

Art. 93 A Macrozona Rural desdobra-se nas seguintes Zonas:

I. Zona de Uso Restrito - ZUR;

II. Zona de Uso Especial de Conservação - ZUEC;

III. Zona de Uso Especial Turístico - ZUET;

IV. Zona Agrossilvipastoril - ZA;

V. Zona de Expansão Urbana - ZEU;

VI. Zona Urbana - ZU.

CAPÍTULO VI

DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 94 As compartimentações da zona urbana, de acordo com o suporte natural, infra-estrutura, densidade, uso e ocupação do solo, serão objeto da Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, observados os objetivos e diretrizes estabelecidos em lei específica.

CAPÍTULO VII

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Art. 95 O território do município será ordenado por meio de parcelamento, a ser regulamentado em lei própria, para atender as funções econômicas e sociais da Cidade, compatibilizando desenvolvimento urbano, condições ambientais e saneamento.

Parágrafo Único. A lei de Parcelamento do Solo deverá estar compatibilizada com o estabelecido neste Plano Diretor Municipal.

Art. 96 Deverá ter prévia licença o parcelamento do solo:

I. para fins urbanos ou de urbanização;

II. para a formação de chácaras de lazer;

III. para a formação de núcleos residenciais, mesmo que mantidos sob a forma de condomínio;

IV. para a criação de áreas comerciais, institucionais e de lazer;

V. para a criação de áreas industriais, de núcleo ou de distritos industriais;

VI. para a exploração extrativista;

VII. nas áreas onde existam florestas que sirvam para uma das seguintes finalidades:

a) conservar o regime das águas e proteger mananciais;

b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais;

c) assegurar condições de salubridade pública;

d) proteger sítios que, por sua importância e beleza, mereçam ser conservados;

VIII. para outros fins que não dependam de autorização exclusiva da União ou do Estado.

Art. 97 O parcelamento do solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento, desdobro de lote, reloteamento e remanejamento.

§ 1º. Considera-se loteamento, a subdivisão do solo em lotes destinados a edificação de qualquer natureza, com abertura de vias de circulação ou prolongamento de logradouros públicos, modificações ou ampliação das já existentes.

§ 2º. Considera-se desmembramento, a subdivisão do solo em lotes destinados a edificação de qualquer natureza, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na

abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

§ 3º. Considera-se desdobro de lote, a subdivisão de um lote em dois ou mais lotes de menor área até o limite de 6 (seis) unidades.

§ 4º. Considera-se loteamento, a nova subdivisão de área já loteada, construída ou não, a fim de regularizar a configuração dos lotes, ou adequá-los às do zoneamento, ou para a criação de lotes que, pela sua situação, forma e dimensão, sejam suscetíveis de emprego imediato para fins de edificação de qualquer natureza, com abertura, prolongamento, ou modificação das vias existentes.

§ 5º. Considera-se remanejamento, a nova subdivisão de área já loteada, construída ou não, a fim de regularizar a configuração dos lotes, ou adequá-los às normas de zoneamento, ou para criação de lotes que, pela sua situação, forma e dimensão, sejam suscetíveis de emprego imediato para fins de edificação de qualquer natureza, sem abertura, prolongamento ou modificação das vias existentes.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA E AMBIENTAL

Art. 98 Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana, e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano e ambiental, o município de São Pedro de Alcântara adotará, dentre outros, os instrumentos previstos no art. 4º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único. Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto neste Plano Diretor.

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS E DE PLANEJAMENTO

Art. 99 São instrumentos orçamentários e de planejamento, sem prejuízo de outros previstos na legislação municipal, estadual ou federal:

- I. plano plurianual;
- II. lei de diretrizes orçamentárias;
- III. lei orçamentária anual.

Parágrafo Único. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual deverão incorporar as diretrizes e as ações estratégicas contidas neste Plano Diretor, instrumento básico do processo de planejamento municipal.

SEÇÃO I

DO PLANO PLURIANUAL

Art. 100 O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento das ações do município, tanto para garantir a manutenção dos investimentos públicos em áreas sociais quanto para estabelecer os programas, valores e metas.

Art. 101 O Poder Executivo deverá atender as seguintes diretrizes: I deverão ser compatibilizadas as atividades do planejamento municipal com as diretrizes do Plano Diretor Municipal e com a execução orçamentária, anual e Plurianual;

II o Plano Plurianual deverá ter abrangência de todo o território e sobre todas as matérias de competência municipal.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 102 A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluindo as Despesas de Capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e alterações na legislação tributária.

Parágrafo Único. Todas as ações da Administração Municipal deverão ser disciplinadas e registradas nas leis orçamentárias do município, inclusive as oriundas de parcerias com outros entes federados, da Administração Direta ou Indireta, para obtenção de recursos.

Art. 103 A Lei Orçamentária Anual assegurará investimentos prioritários em programas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e proteção ao meio ambiente.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS

Art. 104 Para os fins deste Plano Diretor Municipal, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos jurídicos e políticos dentro do perímetro urbano municipal, conforme aspectos estabelecidos pela Lei Federal nº 10.257/2001, sem prejuízo de outros, devendo os mesmos ser regulamentados por lei específica:

- I. urbanização específica;
- II. concessão de direito real de uso;
- III. concessão de uso especial para fins de moradia;
- IV. da outorga onerosa do direito de construir;
- V. da transferência do direito de construir;
- VI. do direito de preempção;
- VII. do direito de superfície;
- VIII. das operações urbanas consorciadas;
- IX. do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- X. da desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;
- XI. do consórcio imobiliário;
- XII. do tombamento.

SEÇÃO I

URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA

Art. 105 Lei específica poderá autorizar a aprovação, por ato próprio, de parcelamento destinado a urbanização específica, desde que localizados nas macrozonas pertinentes.

§ 1º. Entende-se pela transformação de área urbana para área de urbanização específica, os parcelamentos já consolidados e caracterizados como tal pelo órgão municipal competente.

§ 2º. É necessário o processo de georreferenciamento e mapeamento, levantamento fotográfico, formulação, saídas de campo e oficinas de trabalho, exceto para áreas de interesse social.

§ 3º. Os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo de cada área de urbanização específica serão definidos em lei específica municipal.

Art. 106 A regularização dos parcelamentos objeto de Urbanização Específica deverá ser precedida de Plano de Urbanização Específica.

§ 1º. O Plano de Urbanização Específica, deverá atender as diretrizes do órgão público competente e garantir as seguintes condições urbanísticas mínimas:

- I abastecimento de água potável;
 - II coleta, tratamento e destinação de esgoto;
 - III drenagem de águas pluviais e estabilização dos leitos carroçáveis;
 - IV rede e distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
 - V abertura de vias e colocação de guias e sarjetas em conformidade com as condições estabelecidas na Lei de Mobilidade Urbana.
- § 2º. O Plano de Urbanização Específica a ser submetido à análise e à aprovação do órgão público competente deverá definir os projetos executivos a serem elaborados, especificando as obras e os serviços a serem executados pelo empreendedor com seus respectivos custos e prazos de execução.

Caberá ao empreendedor, o cumprimento de todas as exigências técnicas e jurídicas requeridas para a aprovação do Plano de Urbanização Específica e a execução das obras necessárias à regularização do empreendimento, estando sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e alteração dada pela Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 107 Aprovado o Plano de Urbanização Específica, a Prefeitura Municipal expedirá a licença para execução das obras e serviços

Art. 108 Após o cumprimento das exigências estabelecidas, a Prefeitura Municipal expedirá o Decreto de Regularização, que possibilitará o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo Único. A regularização dos parcelamentos irregulares não implica no reconhecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de quaisquer obrigações assumidas pelo parcelador junto aos adquirentes dos lotes.

SEÇÃO II

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 109 Lei específica poderá autorizar a concessão do direito real de uso para processos de regularização fundiária de ocupações

indevidas em imóveis públicos.

§ 1º. A concessão do direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente nos casos de programas habitacionais de interesse social, desenvolvidos pelo Poder Público.

§ 2º. A lei deverá prever os requisitos para aplicação da concessão do direito real de uso bem como o prazo para outorga do TÍTULO definitivo.

SEÇÃO III

CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Art. 110 Lei específica poderá autorizar a outorga àquele que residia em área urbana, de propriedade pública, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, título de concessão de uso especial para fins de moradia, em relação à referida área ou edificação, desde que não seja proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º. A lei deverá prever os requisitos para a concessão de uso especial para fins de moradia, facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de concessão de uso especial para fins de moradia, individual ou coletivamente, em local diferente daquele que gerou esse direito, na hipótese de ocupação do imóvel:

I localizado em área de risco, cuja condição não possa ser equacionada e resolvida por obras e outras intervenções;

II bem de uso comum do povo;

III localizado em área destinada a projeto de urbanização;

IV de comprovado interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;

V reservado à construção de represas e obras congêneres.

§ 2º. Extinta a concessão de uso especial para fins de moradia, o Poder Público recuperará o domínio pleno do imóvel.

SEÇÃO IV

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 111 Lei específica poderá autorizar a outorga onerosa do direito de construir, também denominada solo criado, a ser emitida pelo município, a fim de possibilitar a edificação acima dos índices urbanísticos básicos estabelecidos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos ou alteração de uso, e porte, mediante contrapartida financeira do setor privado, em áreas dotadas de infra-estrutura.

Art. 112 A outorga onerosa do direito de construir será regulamentada em lei, que determinará as zonas onde poderá ser exercida, as fórmulas de cálculo, a contrapartida, as condições relativas a sua aplicação, os limites máximos de coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos, alteração de uso e porte, de acordo com a compartimentação das macrozonas, e a infra-estrutura implantada, sendo que os seus recursos serão aplicados para as seguintes finalidades:

I. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social e regularização fundiária;

II. promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e ambiental;

III. ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

IV. criação de espaços de uso público de lazer e áreas verdes;

V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

SEÇÃO V

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 113 Lei específica poderá autorizar a transferência do direito de construir, também denominada transferência de potencial construtivo, a ser expedida pelo Município ao proprietário do imóvel urbano, ou alienar mediante escritura pública, o potencial construtivo de determinado lote, para as seguintes finalidades:

I. promoção, proteção e preservação do patrimônio histórico cultural, natural e ambiental;

II. programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

III. implantação de equipamentos urbanos e comunitários, e espaços de uso público;

IV. melhoramentos do sistema viário básico;

V. proteção e preservação de mananciais.

§ 1º. A transferência do direito de construir também poderá ser dada ao proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo, por limitações relativas à preservação do patrimônio ambiental ou cultural.

§ 2º. O mesmo benefício poderá ser concedido ao proprietário que doar ao Município o seu imóvel, ou parte dele, para os para os fins previstos nos incisos I a V do "caput" deste artigo.

Art. 114 A transferência do direito de construir será regulamentada em lei específica, que determinará, dentre outras, as condições de aplicação do instrumento, os casos passíveis de renovação de potencial e as condições de averbação em registro de imóveis.

SEÇÃO VI

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 115 O Município, por meio do direito de preempção, terá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e o Poder Público dele necessite para:

I. regularização fundiária;

II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III. constituição de reserva fundiária;

IV. ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;

V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 116 As áreas em que incidirão o direito de preempção serão delimitadas em legislação específica, que, dentre outros, também fixará seus prazos de vigências e as finalidades para as quais os imóveis se destinarão.

SEÇÃO VII

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 117 Lei específica poderá autorizar o Município a receber ou conceder diretamente ou por meio de suas empresas ou autarquias, o direito de superfície de terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º. O direito de superfície poderá abranger o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º. A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

SEÇÃO VIII

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 118 O Município poderá constituir operações urbanas consorciadas, compostas de conjuntos de intervenções e medidas coordenadas, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, notadamente ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infra-estrutura, sistema viário e de habitações de interesse social.

Parágrafo Único. Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica, que poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras e serviços necessários à própria operação, se o caso, e deverá prever medidas a serem adotadas, além de, no mínimo:

I definição da área de abrangência e do perímetro da área da intervenção;

II finalidade da operação proposta;

III programas básicos de ocupação da área e de intervenções previstas;

IV estudo prévio de impacto de vizinhança;

V programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

VI contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;

VII forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

Art. 119 A operação urbana consorciada pode ser proposta pelo Poder Público, ou por qualquer cidadão ou entidade que nela tenha interesse.

§ 1º. No caso de operação urbana consorciada de iniciativa da municipalidade, o Poder Público, poderá, mediante chamamento em edital, definir a proposta que melhor atenda ao interesse público.

§ 2º. No caso de operação urbana consorciada proposta pela comunidade, o interesse público da operação será avaliado a atestado pelo Poder Público, ouvido o órgão colegiado municipal de política urbana.

Art. 120 Os recursos obtidos pelo Poder Público Municipal como contrapartida em operações urbanas consorciadas, serão aplicados exclusivamente em programa de intervenções, a ser definido na lei de criação da respectiva operação.

SEÇÃO IX

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 121 Nos termos fixados em lei específica, o Município poderá exigir do proprietário o adequado aproveitamento, por meio de parcelamento, edificação ou utilização, de imóvel que não estiver cumprindo com sua função social, assim considerado aquele que:

I. estiver integralmente vazio ou estiver ocupado com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% do coeficiente básico definido para a respectiva zona;

II. estiver, mesmo edificado, abandonado há mais dois anos, sem que tenha havido nesse período tentativa de venda, locação, cessão ou outra forma de dar uso social à propriedade.

Parágrafo Único. Excetuam-se da compulsoriedade de aproveitamento:

I imóveis integrantes das Áreas de Proteção Ambiental;

II áreas de Parques de Conservação, de Lazer e Lineares, de Bosques de Lazer e de Conservação, de Reservas Biológicas e as Unidades de Conservação Específicas;

III imóveis com Bosques Nativos Relevantes, onde o índice de cobertura florestal seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel;

IV imóveis com Áreas de Preservação Permanente, conforme o estabelecido no Código Florestal Brasileiro, onde o índice de comprometimento dessas áreas seja igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da área do imóvel.

Art. 122 O Município, nos termos definidos em lei, promoverá a notificação dos proprietários, intimando-os a dar o aproveitamento adequado para os respectivos imóveis, determinando as condições e prazos para implementação da referida obrigação.

Art. 123 Em caso de descumprimento das condições e prazos delimitados na notificação, o Município procederá à aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos, conforme estipulação em lei própria.

SEÇÃO X

DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO MEDIANTE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 124 O município poderá, nos termos de lei específica, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, se, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo, o proprietário não tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização.

SEÇÃO XI

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 125 Lei específica poderá autorizar a instituição de consórcio imobiliário, como forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação, por meio do qual o proprietário transfere ao

Município seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 126 O proprietário de imóvel sujeito à compulsoriedade poderá, nos termos da lei, propor ao Poder Público a instituição de consórcio imobiliário.

Art. 127 O consórcio imobiliário poderá, obedecidos aos requisitos e formas da lei, ser instituído em áreas dentro do perímetro urbano destinadas a:

I. proporcionar lotes para realocação de população residente em áreas de risco;

II. proporcionar lotes para habitação social;

III. proporcionar área para implantação de equipamentos comunitários ou área de lazer;

IV. assegurar a preservação de áreas verdes significativas.

SEÇÃO XII

DO TOMBAMENTO

Art. 128 Lei específica disporá sobre o tombamento de bens públicos ou privados de caráter histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, turístico, cultural ou científico, de reconhecido valor para a preservação da identidade e da paisagem local.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS

SEÇÃO I

DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Art. 129 O Estudo Prévio de Impacto Ambiental será exigido no contexto do licenciamento ambiental, à construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de empreendimentos, atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, de acordo com os termos da legislação federal, estadual e municipal.

SEÇÃO II

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Art. 130 Fica instituído o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, como instrumentos de análise para subsidiar o licenciamento de empreendimentos ou atividades, públicas ou privadas, que na sua instalação ou operação possam causar impactos ao meio ambiente, sistema viário, entorno ou à comunidade de forma geral, no âmbito do município.

Art. 131 Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV - para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, serão definidos em legislação específica, que também estabelecerá os critérios para sua exigência.

Art. 132 O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo para análise, no mínimo, os seguintes itens:

I. descrição detalhada do empreendimento;

II. delimitação das áreas de influência direta e indireta do empreendimento ou atividade, considerando entre outros aspectos:

a) o adensamento populacional;

b) equipamentos urbanos e comunitários;

c) uso e ocupação do solo;

d) valorização imobiliária;

e) geração de tráfego e demanda por transporte público;

f) ventilação e iluminação;

g) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

h) descrição detalhada das condições ambientais

III. identificação dos impactos a serem causados pelo empreendimento ou atividade, nas fases de planejamento, implantação, operação e desativação, se for o caso;

IV. medidas de controle ambiental, mitigadoras ou compensatórias adotadas nas diversas fases, para os impactos citados no inciso anterior, indicando as responsabilidades pela implantação das mesmas.

Parágrafo Único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes

do EIV e do RIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado. Art. 133 A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA.

SEÇÃO III

DA INSTITUIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 134 As Unidades de Conservação serão instituídas e terão suas características, objetivos e peculiaridades definidas através de lei.

Parágrafo Único. Entende-se por Unidades de Conservação as áreas no município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, às quais se aplicam garantias de conservação, proteção ou utilização pública.

Art. 135 Lei criará o Sistema de Unidades de Conservação, assim compreendido como o conjunto de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público e classificadas de acordo com a lei.

TÍTULO V

DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO

Art. 136 O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é o conjunto de órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil voltados para propiciar o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana.

CAPÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 137 O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é composto pela seguinte estrutura:

- I. Estrutura administrativa da Prefeitura;
- II. Poder legislativo e executivo;
- III. Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- IV. Demais conselhos existentes.

Art. 138 São objetivos do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I. instituir canais de participação da sociedade na gestão municipal das políticas urbanas;
 - II. integrar os órgãos e entidades municipais afins ao desenvolvimento territorial;
 - III. buscar a transparência e democratização dos processos de tomadas de decisão sobre assuntos de interesse público;
 - IV. instituir mecanismos permanentes e sistemáticos de discussões públicas para o detalhamento, implementação, revisão e atualização dos rumos da política urbana municipal e do Plano Diretor.
 - V. instituir processos de formulação, implementação e acompanhamento dos planos, programas e projetos urbanos.
- Art. 139 São diretrizes do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento:

- I. ampliação da rede institucional envolvida com o planejamento e a gestão da política urbana para promover maior articulação e integração entre as áreas;
- II. clareza na definição das competências de cada órgão envolvido com a política urbana, bem como as regras de integração da rede institucional, de modo a agilizar o processo decisório;
- III. fortalecimento dos canais de comunicação intersetorial, intergovernamental e com os municípios vizinhos;
- IV. parcerias com entidades e associações, públicas e privadas, em programas e projetos de interesse da política urbana;
- V. interação com lideranças comunitárias;
- VI. otimização dos recursos técnicos, humanos e materiais disponíveis;
- VII. ampliação do quadro de servidores municipais voltados para atuação no planejamento e gestão do desenvolvimento territorial mediante concurso público para o preenchimento de cargos de natureza técnica ou administrativa;
- VIII. aprimoramento constante dos servidores responsáveis pelo planejamento e gestão do desenvolvimento territorial, com ênfase na atualização do conhecimento dos conteúdos relativos à gestão urbana e à perspectiva de abordagem integrada do ambiente

urbano;

IX. sistematização da informação de modo a favorecer o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano e ambiental.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

Art. 140 Para garantir a gestão democrática, o Poder Executivo manterá atualizado, permanentemente, o Sistema Municipal de Informações sócio-econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, ambientais e físico-territoriais, inclusive cartográficas, e outras de relevante interesse para o município, de acordo com as seguintes diretrizes:

I. assegurar sucinta e periódica divulgação dos dados do Sistema Municipal de Informações, em especial aos Conselhos, às entidades representativas de participação popular e às instâncias de participação e representação regional, por meio de publicação em jornais locais, na página eletrônica da Prefeitura Municipal e outros;

II. atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos do Sistema Municipal de Informações;

III. estruturar e apresentar o Sistema Municipal de Informações publicamente no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da aprovação deste Plano Diretor Municipal;

IV. os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município, deverão fornecer ao Executivo Municipal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da estruturação do sistema, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Municipal de Informações;

V. é assegurado, a qualquer interessado, o direito à ampla informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 141 O Sistema de Informações será organizado em quatro subsistemas:

- I. subsistema de banco de dados;
- II. subsistema de indicadores;
- III. subsistema documental;
- IV. subsistema de expectativas da sociedade.

Art. 142 O Subsistema de banco de dados deverá seguir, no mínimo, as seguintes ações:

- I. levantamento, classificação e reagrupamento de bases de dados, existentes e demais classes de informações para migração e armazenamento em banco de dados;
- II. elaboração de base cartográfica digital, em escala 1:5.000;
- III. integração com o Cadastro Imobiliário, Planta Genérica de Valores e Setores Censitários do IBGE;
- IV. utilização de um gerenciador de banco de dados;
- V. priorização da aquisição de uma coleção de imagens orbitais com resolução mínima de 0,7 m. ou escala 1:20.000;
- VI. objetivar o cadastro único, multi-utilitário, que reunirá informações de natureza imobiliária, tributária, judicial, patrimonial, ambiental e outras de interesse para a gestão municipal.

Art. 143 O Subsistema de indicadores deverá prever uma sistematização e acompanhamento freqüente da evolução dos resultados. §1º. Deverão ser utilizados inicialmente os indicadores previstos no Plano Diretor Municipal, bem como os valores de base e meta, os quais foram definidos de forma participativa.

§2º. Cada departamento deverá repassar ao mínimo bimestralmente as informações afins a respeito dos indicadores, alimentando o subsistema com informações atualizadas.

§3º. O subsistema de indicadores deverá possuir ferramentas que possibilitem gerar alternativas estatísticas e visuais que servirão de apoio ao planejamento municipal e possibilitar melhor conhecimento da realidade municipal.

Art. 144 O Subsistema documental deverá registrar todos os documentos legais e outros produtos elaborados em um sistema único, incluindo leis, decretos, portarias, planos, programas, projetos e

outros.

Art. 145 O Subsistema de expectativas da sociedade deverá configurar um canal direto de comunicação com toda a população municipal e proceder a um adequado compilamento do processo de gestão democrática, em que:

I. sugestões, críticas e observações sejam processadas e encaminhadas para a estrutura municipal correspondente;

II. os procedimentos e materiais relativos à gestão democrática municipal, seja em material de divulgação, relatórios e atas de audiências públicas, áudio-visual e demais materiais correlatos, sejam armazenados, compilados e atualizados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 146 O processo de planejamento municipal dar-se-á de forma integrada, contínua e permanente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta lei.

§ 1º. O processo municipal de planejamento deve promover:

I revisão e adequação do Plano Diretor Municipal e da legislação urbanística, sempre que necessário;

II atualização e disseminação das informações de interesse do município;

III coordenação das Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

IV ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e promoção do bem estar dos habitantes do município;

V participação democrática popular.

§ 2º. Propostas de alteração deste Plano Diretor deverão ser apreciadas em Conferência Pública e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

Art. 147 É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana, dentre outras, mediante as seguintes instâncias de participação:

I. Conferências públicas;

II. Conselho de Desenvolvimento Municipal;

III. Audiências e consultas públicas;

IV. Assembléias Regionais de Política Municipal;

V. Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal;

VI. Conselhos correlatos reconhecidos pelo Poder Executivo Municipal;

VII. Fundo de Desenvolvimento Municipal;

VIII. Assembléias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal;

IX. Programas e projetos com gestão popular;

X. Sistema Municipal de Informações;

XI. Conselhos municipais.

SEÇÃO I

DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 148 As Conferências Públicas, abertas à participação de qualquer cidadão, ocorrerão ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal ou pelo chefe do Poder Executivo nos casos de necessidade de alteração da Lei do Plano Diretor.

Art. 149 São objetivos das Conferências Públicas:

I. promover debates sobre matérias da política de desenvolvimento urbano e ambiental;

II. sugerir ao Poder Executivo Municipal adequações em objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanos;

III. sugerir propostas de alterações do Plano Diretor e da legislação urbanística, a serem consideradas quando de sua revisão;

IV. avaliar a política urbana, apresentando críticas e sugestões.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 150 Deverá ser instituído o Conselho de Desenvolvimento Municipal, órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva, fiscalizadora e propositiva no processo de planejamento

e gestão municipal na área do desenvolvimento urbano e do Plano Diretor Municipal, tendo as diretrizes e objetivos especificados na lei específica que o instituir.

Art. 151 O Conselho de Desenvolvimento Municipal deve integrar a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, conservando sua autonomia e não se subordinando no exercício de suas funções.

Parágrafo Único. A integração do Conselho à Estrutura Administrativa Municipal visa à disponibilização do suporte administrativo, operacional e financeiro necessário para sua implementação e pleno funcionamento.

Art. 152 O Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser instituído em um prazo máximo de 90 (noventa) dias e seu Regimento Interno aprovado em 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal.

Art. 153 A composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser organizada segundo critérios de representação territorial e setorial, incluindo:

I. membros da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor Municipal;

II. representantes de Comunidades e Bairros;

III. representantes de Movimentos Sociais e Populares;

IV. representantes de sociedades civis organizadas;

V. representantes da Associação Comercial;

VI. representantes de Entidades Sindicais dos Trabalhadores;

VII. membros do Poder Executivo;

VIII. membros legislativos.

SEÇÃO III

DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS

Art. 154 A Audiência Pública é a instância de discussão onde a Administração Pública informa e esclarece dúvidas sobre planos e projetos de interesse dos cidadãos direta e indiretamente atingidos pelos mesmos e estes são convidados a exercer o seu direito de manifestação acerca do tema ou ação correspondente.

Parágrafo Único. Todos os documentos relativos ao tema da Audiência Pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima de quinze dias da data de realização da respectiva Audiência.

Art. 155 A consulta pública é a instância consultiva que ocorrerá na forma de Assembléias, nas quais a Administração Pública tomará decisões baseadas no conjunto de opiniões expressas pela população interessada.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 156 O Presente Plano Diretor Municipal deverá ser revisto, pelo menos, a cada 10 (dez) anos ou sempre que fatos significativos o requeiram.

Art. 157 Fica assegurada a validade das licenças, aprovações de projetos e dos demais atos praticados antes da vigência desta lei, de acordo com a legislação aplicável a época, devendo, para tanto, suas execuções serem iniciadas em até 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. Extinguindo-se os efeitos do ato, por qualquer motivo, o respectivo processo administrativo passará a ser apreciado à luz desta lei.

Art. 158 O Poder Executivo divulgará, de forma ampla e didática, o conteúdo desta Lei visando o acesso da população aos instrumentos de política urbana que orientam a produção e organização do espaço habitado.

Art. 159 Enquanto não forem aprovadas as legislações complementares, compatíveis com as políticas e diretrizes deste Plano Diretor, continuará em vigência toda a legislação que trata de desenvolvimento urbano.

Art. 160 A lei poderá autorizar o Município a atuar no Licenciamento Ambiental, dentro dos padrões e conforme estabelecido na legislação e regulamentação pertinente, devendo estipular, inclusive, sobre a utilização de Termo de Ajustamento de Conduta.

Art. 161 Ficam revogadas as disposições em contrário.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

1.2 LEI COMPLEMENTAR n.º 81/2011 - PERÍMETRO URBANO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEI COMPLEMENTAR n.º 81, de 20 de Dezembro de 2011.

Súmula: Define o novo Perímetro Urbano da sede do município de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

:

Art. 1º Esta Lei define o novo Perímetro Urbano do município; define a Zona de Expansão Urbana do município bem como estabelece o perímetro de São Pedro de Alcântara.

Parágrafo Único. O memorial descritivo dos perímetros encontra-se no Art. 4º, desta lei.

Art. 2º É parte integrante desta lei o seguinte Anexo 1 - Mapa do Perímetro Urbano da Sede;

Art. 3º São consideradas áreas urbanas do município de São Pedro de Alcântara o espaço territorial definido pelos perímetros que se seguem, cujo mapa de localização está no Anexo 1.

Art. 4º As coordenadas descritas estão em formato UTM da Projeção Universal Transversal de Mercator, sob o Datum SAD-69.

Parágrafo Único. O marco inicial da descrição dos perímetros é a Estação Geodésica 91655, da Rede Geodésica de Alta Precisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), situado no município de São Pedro de Alcântara.

I Sede Urbana - Utilizando como apoio o ponto de partida o portal do município de São Pedro de Alcântara que fica na divisa com o município de São José Marco 0 (coordenadas 723.773,2997 E e 6.947.491,2728 N). Segue em direção ao norte na linha divisória entre os municípios de São Pedro de Alcântara e São José a distância de 1.399,26m, até Marco 01 (723.887,6600 E e 6.948.778,6350N). A partir deste ponto segue em direção nordeste, utilizando como referência a linha de 1000m de distância da SC 407 até a divisa com o município de Antônio Carlos, Marco 02 (720.769,2500 E e 6.950.083,3500 N). Após 3.671,59m, seguindo o limite entre os municípios, está o Marco 03 (718.317,1914 E e 6.950.773,1943 N). A partir do Marco 03 segue, a sudoeste, 4.371,89m, tendo como referência a linha de 1.000m da SC 407, onde se encontra o Marco 04 (715.293,5365 E e 6.948.139,6212 N), que representa uma ligação entre as linhas de 1.000m para cada lado da SC 407. Marco 05 (716.751,8132 E e 6.947.185,0153 N). Segue a nordeste, tendo como referência a linha de 1.000m de distância da SC 407, a distância de 1.765,59m, neste ponto, que se encontra a 100m da estrada municipal para Santo Amaro da Imperatriz, encontra-se o Marco 06 (717.993,1998 E e 6.947.968,6550 N). Segue a sudoeste, tendo como referência a distância de 100m da estrada municipal para Santo Amaro da Imperatriz, a distância de 6.707,51m, que encontrará o limite municipal com Santo Amaro da Imperatriz, onde se encontra o Marco 07 (716.149,8653 E e 6.942.853,1367 N). Segue a leste, referenciando-se pelo limite municipal de São Pedro de Alcântara com Santo Amaro da Imperatriz, a distância de 207,35m até o Marco 08 (716.355,8892 E e 6.942.872,2730 N). Segue a nordeste, tendo como referência a distância de 100m da estrada municipal para Santo Amaro da Imperatriz, a distância de 6.692,671m, onde se encontra o Marco 09 (718.189,7915 E e 6.947.931,8892 N), que está a 200m de distância do Marco 06. Segue a sudeste, tendo como referência a distância de 1.000m da SC 407, a distância de 6.261,32m até o Marco 10 (723.579,0810 E e 6.946.100,9480 N). Segue, utilizando como referência o limite municipal entre São Pedro Alcântara e São José, a distância de 2.234,32m até o Marco inicial, ou seja, o

Marco 00, fechando o perímetro urbano com área de 21,79 km². Para delimitar a zona de expansão urbana, o Marco inicial, representado pelo Marco 11 (716.155,2219 E e 6.947.584,8761 N), está situado entre os Marcos 04 e 05 que se encontram na porção oeste e sudoeste do município. Segue a sudeste a Estrada Municipal (Rodovia não pavimentada de tráfego permanente) a distância de 2.247,98m até a Bacia Hidrográfica do Rio Matias, onde está o Marco 12 (715.504,0829 E e 6.946.166,3270 N). Segue 4.829,29 m utilizando como referência o limite da Bacia Hidrográfica do Rio Matias, até o Marco 13 (719.485,0349 E e 6.945.857,0607 N). Segue ao norte a distância de 2.119,11m, utilizando como referência a linha de 1.500m da Estrada para Santo Amaro da Imperatriz, até o limite o espaço urbano, onde se encontra o Marco 14 (719.731,0128 E e 6.947.906,627 N), que fecha, com o limite urbano acima descrito, a zona de expansão urbana com 6,3 km². Art. 5º Torna-se parte integrante desta lei as plantas dos perímetros urbanos, composto na escala 1:12.500 para o perímetro urbano da sede do município de São Pedro de Alcântara, em anexo. Art. 6º A Prefeitura Municipal, no prazo de 240 dias, deverá implantar os marcos representados no mapa em anexo. Parágrafo Único. Os marcos a serem implementados "in loco" deverão ser de concreto com a demarcação correspondente à descrita na presente lei, de modo que propicie a fácil identificação do mesmo.

Art. 7º Fica revogada a Lei Municipal nº 253 de 1º de outubro de 2003.

E as disposições em contrário.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ANEXO 1

MAPA DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE

1.3 LEI COMPLEMENTAR n.º 82/2011 - ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO.

LEI COMPLEMENTAR n.º 82, de 20 de Dezembro de 2011.

Súmula: Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, e dá outras providências.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA serão regidos pelos dispositivos desta Lei, e anexos integrantes.

Parágrafo Único. O Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal divide o território em áreas, setores, regiões e zonas; definem a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura e das condicionantes sócio-ambientais.

Art. 2º São partes integrantes desta lei os seguintes anexos:

I. Anexo 1- Parâmetros Urbanísticos

II. Anexo 2 - Mapa de Macrozoneamento Municipal

III. Anexo 3 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal

IV. Anexo 4 - Mapa de Zoneamento Urbano da Sede

V. Anexo 5 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Urbano

VI. Anexo 6 - Classificação das Atividades de Uso do Solo

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º As disposições desta lei devem ser observadas obrigatoriamente:

I. Na concessão de alvarás de construção, reformas e ampliações;

- II. Na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas;
- III. Na execução de planos, programas, projetos, obras, e serviços referentes a edificações de qualquer natureza;
- IV. Na urbanização de áreas;
- V. No parcelamento do solo;
- VI. Na implantação de atividades no meio rural que estejam estabelecidos nos parâmetros de uso desta lei.

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 4º A presente Lei tem por objetivos:

- I. Estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo municipal, tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade;
- II. Orientar o crescimento da cidade visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis;
- III. Definir áreas, setores, regiões e zonas, em âmbito municipal e urbano, respectivamente, estabelecendo parâmetros de uso e ocupação do solo;
- IV. Promover por meio de um regime urbanístico adequado, a qualificação do ambiente urbano;
- V. Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo municipal, como medida para a gestão do bem público, da oferta de serviços públicos e da conservação do meio ambiente;
- VI. Compatibilizar usos e atividades complementares entre si, tendo em vista a eficiência do sistema produtivo e da eficácia dos serviços e da infra-estrutura.

SEÇÃO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os efeitos de interpretação e aplicação desta lei, adotam-se os conceitos e definições adiante estabelecidas:

I. Área, setor, região ou zona é a delimitação de uma parte do espaço do município, definida por suas características físicas, sociais e ambientais e sobre onde incidirá parâmetros específicos de uso e ocupação do solo.

II. Uso do Solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada área, setor, região e/ ou zona, sendo esses usos definidos como:

- a) Permitido - compreendem as atividades que apresentem clara compatibilidade com as finalidades urbanísticas da área, setor, região e/ ou zona correspondente;
- b) Permissível - compreendem as atividades cujo grau de adequação à área, setor, região e/ ou zona dependerá da análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal e outras organizações julgadas afins;
- c) Proibido - compreendem as atividades que, por sua categoria, porte ou natureza, são nocivas, perigosas, incômodas e incompatíveis com as finalidades urbanísticas da área, setor, região e/ ou zona correspondente.

III. Ocupação do solo é a maneira como a edificação ocupa o terreno, em função das normas e índices urbanísticos incidentes sobre os mesmos.

IV. Práticas conservacionistas - significam a produção de alimentos com o solo permanentemente protegido, com a redução ou eliminação de revolvimento da terra, rotação de culturas e a diminuição do uso de agrotóxicos. Tem por objetivo preservar, melhorar e otimizar os recursos naturais, mediante o manejo integrado do solo, da água, da biodiversidade, compatibilizando com o uso de insumos externos.

V. Os parâmetros urbanísticos, ilustrados e presentes no Anexo 1, parte integrante desta Lei, são definidos como:

- a) Coeficiente de aproveitamento básico: (CA) valor que se deve multiplicar com a área do terreno para se obter a área máxima computável a construir, determinando o potencial construtivo do lote;
- b) Taxa de ocupação máxima: (TO) percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação sobre o plano horizontal e a área total do lote;
- c) Taxa de permeabilidade mínima: (TP) percentual expresso pela

relação entre a área permeável do lote e a área total do lote.

- d) Altura da edificação ou gabarito: é a dimensão vertical máxima da edificação, em números de pavimentos a partir do térreo, inclusive;
- e) Lote mínimo: área mínima de lote, para fins de parcelamento do solo;
- f) Lote máximo: área máxima permitida por lote, para fins de parcelamento do solo;
- g) Testada mínima: dimensão mínima da menor face do lote confrontante com uma via.
- h) Recuo frontal: é a distância mínima perpendicular entre a parede frontal da edificação no pavimento térreo, incluindo o subsolo, e o alinhamento predial existente ou projetado do lote ou módulo. Sua exigência visa criar uma área livre de qualquer tipo de construção para utilização pública, como alargamento de vias e permeabilidade do solo, por exemplo;
- i) Afastamento: é a menor distância entre duas edificações, ou a menor distância perpendicular permitida entre uma edificação e as linhas divisórias laterais e do fundo do lote onde ela se situa, desde que as mesmas possuam abertura para ventilação e iluminação, salvo projeções de saliências em edificações, nos casos previstos no Código de Obras;

VI. Dos termos gerais:

- a) Área computável: área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno e taxa de ocupação máxima;
- b) Regime urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada área, setor, região e/ ou zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno.

CAPÍTULO II

DO MACROZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS ÁREAS, REGIÕES E ZONAS MUNICIPAIS

Art. 6º O município de São Pedro De Alcântara fica dividido em áreas, regiões e zonas conforme Anexo 2 - Mapa de Macrozoneamento Municipal, parte integrante desta Lei, que recebem a denominação como segue:

- I. Zona de Uso Restrito - ZUR;
- II. Zona de Uso Especial de Conservação - ZUEC;
- III. Zona de Uso Especial Turístico - ZUET;
- IV. Zona Agrossilvipastoril - ZA;
- V. Zona de Expansão Urbana - ZEU;
- VI. Zona Urbana - ZU.

Parágrafo Único. Os critérios de uso do solo nas diversas áreas estão contidos no Anexo 3 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal, parte integrante desta lei.

Art. 7º Zona de Uso Restrito (ZUR) - área mais restritiva, em que não se permite a ocupação urbana, com exceção das atividades vinculadas à Prefeitura ou com licença ambiental.

§ 1º . Esta área tem como finalidade preservar e recuperar, com o objetivo de manter o equilíbrio de todo o ecossistema da região, proteger os cursos d'água e suas margens, além de configurar importante refúgio para a fauna local, caracterizando-se como corredor de biodiversidade.

§ 2º . Nesta zona devem ser restringidas atividades econômicas que importem em descaracterização de ecossistemas e na redução de populações naturais e o uso direto dos recursos naturais, permitindo-se o uso criterioso da biota baseado em princípios técnico-científicos rigidamente controlados.

Art. 8º Zona de Uso Especial de Conservação (ZUEC) - conserva as áreas verdes existentes e permite que as áreas já edificadas permaneçam. Para os casos de implantação de novas atividades, será necessária a aprovação da prefeitura.

Parágrafo Único. Esta área tem por objetivo controlar o uso do solo, bem como suas atividades nas áreas de entorno, de modo a proporcionar a conservação do mesmo e seguir as diretrizes, orientações e normas quanto ao uso do solo, estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 9º Zona de Uso Especial Turístico (ZUET) - atividade turística

rural, aproveitando as belezas naturais (cascatas, morros) e a casa rosa em Santa Filomena.

Parágrafo Único. Serão permitidas atividades e construções voltadas ao turismo e lazer, desde que aprovadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 10 Zona Agrossilvipastoril (ZA) - desenvolvimento econômica de São Pedro de Alcântara, com a atividade agropecuária, reflorestamento, considerando:

I. Áreas com solo, topografia, acessibilidade e infra-estrutura adequadas para as diversas formas de produção agropecuária;

II. Extração vegetal;

III. Exploração mineral;

IV. Usos não agrícolas, como turismo, chácaras de veraneio e moradias permanentes, dentre outras.

Parágrafo Único. Esta área tem por objetivo promover atividades voltadas à agricultura, pecuária, silvicultura, criações diversas e agroindústrias, segundo práticas conservacionistas, desempenhando papel fundamental no município, onde as atividades primárias são predominantes.

Art. 11 Zona Expansão Urbana (ZEurb) - área destinada a futura expansão do perímetro urbano de São Pedro de Alcântara.

§ 1º . Esta área tem como finalidade controlar a expansão urbana de forma planejada e organizada, visando a preservação do meio ambiente.

§ 2º . Estas áreas são as mais indicadas para a expansão urbana futura, gerando menores conflitos ao se observar as condicionantes ambientais (hidrografia, declividades, entre outros).

Art. 12 Zona Urbana (ZU) - delimitado pelo perímetro urbano, cujos parâmetros de uso e ocupação do solo serão definidos no zoneamento urbano.

§ 1º . Estas áreas têm por objetivo consolidar as ocupações urbanas existentes e definir os locais passíveis de serem ocupados, aliando ações de infra-estruturação e recuperação das condições sócio-ambientais e novas possibilidades de emprego e renda.

§ 2º . Os parâmetros de uso e ocupação do solo desta Zona Urbana são detalhados no Capítulo III da presente Lei.

§ 3º . As áreas municipais externas à Zona Urbana - ZU - configuram a área rural do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 13 As características de ocupação do solo rural devem seguir legislação federal, regulamentada e orientada pelo órgão competente.

SEÇÃO II

DA CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO MUNICIPAL

Art. 14 Para efeito desta lei as atividades de uso do solo municipal classificam-se em:

I. **Preservação:** Atividades que visam garantir a manutenção e recuperação das características próprias de um ambiente e as interações entre os seus componentes;

II. **Pesquisa científica:** Realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela Ciência, permitindo elaborar um conjunto de conhecimentos que auxilie na compreensão da realidade e na orientação de ações;

III. **Educação Ambiental:** conjunto de ações educativas voltadas à compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a variação/evolução histórica dessa relação;

IV. **Usos Habitacionais:** Edificações destinadas à habitação permanente;

V. **Atividades Turísticas e de Lazer:** Atividades em que são promovidos a recreação, entretenimento, repouso e informação;

VI. **Usos Agrossilvipastoris:** conjunto de atividades de administração (gerenciamento) de uma floresta e/ou área de atividades agrossilvipastoris a fim de que seja possível utilizar-se de forma otimizada os recursos agroflorestais. Abrange aspectos físicos, financeiros, informativos e organizacionais e tem como resultado precípuo o aproveitamento dos bens e benefícios produzidos pela floresta e pelo solo, associado à manutenção da qualidade

ambiental;

VII. **Agroindústrias:** Atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos agrícolas;

VIII. **Mineração:** Atividade pela qual são extraídos minerais ou substâncias não metálicas do solo e subsolo.

CAPÍTULO III

DO ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I

DA ÁREA, SETORES E ZONAS URBANOS DA SEDE

Art. 15 O Anexo 4, parte integrante desta Lei, divide o solo em zonas, que passam a ser denominadas como segue:

I. Zona Residencial 1 - ZR1;

II. Zona Residencial 2 - ZR2;

III. Zona Empresarial - ZE;

IV. Zona de Proteção 1 - ZP1;

V. Zona de Proteção 2 - ZP2;

VI. Zona Especial Controlada - ZEC;

VII. Zona de Serviço 1 - ZS1;

VIII. Zona de Serviço 2 - ZS2;

IX. Zona Especial Histórica - ZEH.

Parágrafo Único. Os critérios de uso e ocupação do solo nas diversas áreas, setores e zonas estão contidos no quadro do Anexo 5, integrante desta lei.

Art. 16 Zona Residencial 1 (ZR1) - área com remanescentes vegetais, com intervenções antrópicas, que possibilitam o uso misto habitacional e de agroindústrias.

Parágrafo Único. O objetivo é o de controlar a ocupação urbana mantendo baixa densidade compatível com a preservação da qualidade ambiental, condicionado à recuperação e/ou instalação de infra-estrutura básica por parte do empreendedor.

Art. 17 Zona Residencial 2 (ZR2) - áreas consolidadas com uso habitacional, de serviços e de comércio.

Parágrafo Único. Esta zona tem como objetivo intensificar e consolidar a ocupação existente, priorizando melhorias no atendimento de infra-estrutura e oferta de serviços públicos, estruturando a paisagem urbana.

Art. 18 Zona Empresarial - áreas destinadas a instalação de pequenas indústrias e empresas, em localização estratégica próximas às estradas em direção a Antônio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz.

Parágrafo Único. Este setor tem como finalidade definir área para atração e concentração de comércios e serviços de médio e grande portes, assim como pequenas e médias indústrias, promovendo a instalação adequada dessas atividades, bem como de infra-estrutura pertinente necessária além de estarem próximos a conjuntos habitacionais existentes e ao longo de importantes vias que ligam a diversas localidades rurais.

Art. 19 Zona de Proteção 1 (ZP1) - área sem interferência humana, destinada a conservação e preservação da área verde.

§ 1º . Esta zona tem como objetivo ser dotada de uso e ocupação extremamente restritos, de caráter excepcional, obedecidos todas as medidas mitigadoras necessárias para sua implantação.

§ 2º . Esta zona com áreas ainda não consolidadas e possui sérios entraves a expansão e ocupação urbana, seja por declividade, tipo de solo, existência de fundos de vale, cursos d'água, vegetação nativa de matas de araucárias, entre outros, devendo seu uso e ocupação serem extremamente restritos e constantemente monitorados pelos órgãos públicos competentes.

§ 3º . Esta zona tem como objetivo criar reserva fundiária, ordenar e priorizar o crescimento correto das ocupações e expansão urbana da sede, mediante implantação de adequada infra-estrutura, a qual deve se dar de forma contígua à infra-estrutura existente, sem, no entanto onerar os investimentos em infra-estruturas e serviços urbanos ao poder público municipal.

§ 4º . Fica a cargo dos empreendedores interessados as despesas referentes a instalação de infra-estrutura básica em qualquer parcelamento ou atividade desenvolvida nesta zona, estruturando a paisagem urbana e, respeitando o atual uso e ocupação destas áreas onde se desenvolvem atividades mais ligadas ao meio rural.

Art. 20 Zona de Proteção 2 (ZP2) - área de entorno da penitenciária, onde não se pode ocupar.

Parágrafo Único. O objetivo nesta zona é o de proibir a ocupação urbana, promover a segurança da população de São Pedro de Alcântara com relação à penitenciária.

Art. 21 Zona Especial Controlada (ZEC) - área com pouca interferência humana, destinada a conservação (pode ser ocupada desde que com moderação e aprovação da prefeitura) da área verde.

Parágrafo Único. O objetivo é destinar esta Área para a conservação, fins recreacionais, culturais, esportivos e turísticos.

Art. 22 Zona de Serviço 1 (ZS1) - destinada ao hospital Santa Teresa, permitindo usos compatíveis à saúde.

Parágrafo Único. Nesta zona o objetivo é de permitir a ocupação de atividades voltadas à saúde e obedecendo-se as diretrizes do hospital Santa Teresa.

Art. 23 Zona de Serviço 1 (ZS2) - compreende à penitenciária.

Parágrafo Único. O objetivo é restringir a expansão da penitenciária de segurança máxima do Estado.

Art. 24 Zona Especial Histórica (ZEH) - destinada ao centro histórico da cidade, onde funcionam: a igreja matriz, a prefeitura, a praça.

Parágrafo Único. O objetivo é manter o padrão de urbanização atual, promover a valorização e a preservação dos imóveis históricos com o intuito de recuperar a cultura local e promovê-las como atrativo turístico, além de concentrar as atividades administrativas municipais de forma a promover o acesso fácil e rápido à população.

SEÇÃO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS USOS DO SOLO URBANO

Art. 25 Para efeito desta lei os usos do solo urbano ficam classificados:

I. Quanto às atividades;

II. Quanto ao porte;

III. Quanto à natureza.

Art. 26 As atividades, segundo suas categorias, classificam-se em:

I. Uso Habitacional - destinadas à habitação permanente, classificando-se em:

a) Habitação Unifamiliar: Edificação isolada destinada a servir de moradia a uma só família.

b) Habitação Coletiva Horizontal: Edificação composta por mais de 2 unidades residenciais autônomas, agrupadas horizontalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público, excetuando nos casos em que o lote seja mínimo de 360m², permitir-se-á apenas uma unidade familiar.

c) Habitação Coletiva Vertical: Edificação composta por mais de 2 unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente com áreas de circulação interna comuns à edificação e acesso ao logradouro público.

II. Uso Institucional: destinados a comportar atividades executadas pelo poder público. Incluem-se: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Unidade de Saúde, entre outros.

III. Usos Comunitários: destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos. Subclassificam-se em: Usos comunitários 1, 2 e 3, cujas atividades apresentam-se no quadro do Anexo 6.

a) Uso Comunitário 1: atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial;

b) Uso Comunitário 2: atividades que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, altos níveis de ruídos e padrões viários especiais;

c) Uso Comunitário 3: atividades de grande porte, que impliquem em concentração de pessoas ou veículos, não adequadas ao uso residencial e sujeitas a controle específico.

IV. Comércio e Serviço: atividades pelas quais fica definida uma relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem intelectual, subdividido em:

a) Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro: atividade comercial

varejista de pequeno e médio porte, destinada ao atendimento de determinado bairro ou zona;

b) Comércio e Serviço Setorial: atividades comerciais varejistas e de prestação de serviços, destinadas ao atendimento de maior abrangência;

c) Comércio e Serviço Geral: atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços, destinados a atender à população em geral, que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria;

d) Comércio e Serviço Específico 1: atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial;

e) Comércio e Serviço Específico 2: atividade peculiar cuja adequação à vizinhança e ao sistema viário depende de análise especial.

V. Industrial: atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos, subdividida em:

a) Indústria Tipo 1: atividades industriais compatíveis com o uso residencial, não incômodas ao entorno;

b) Indústria Tipo 2: atividades industriais compatíveis ao seu entorno e aos parâmetros construtivos da zona, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos;

c) Indústria Tipo 3: atividades industriais em estabelecimentos que implique na fixação de padrões específicos, quando as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados.

§ 1º . A descrição detalhada das classificações das atividades de uso do solo estão contidas no Anexo 6- Classificação das Atividades de Uso do Solo, parte integrante desta lei.

Art. 27 As atividades urbanas constantes das categorias de uso comercial, de serviços e industrial classificam-se quanto à natureza em:

I. Perigosa: atividades que possam dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, poeiras, exalação de detritos danosos à saúde ou que eventualmente possam por em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas;

II. Nocivas: atividades que impliquem a manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos sólidos, líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera, o solo e/ ou os cursos d'água; e

III. Incômodas: atividades que possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego, induções à implantação de atividades urbanisticamente indesejáveis, que venham incomodar a vizinhança e/ ou contrariem o zoneamento do município.

Art. 28 As atividades urbanas constantes das categorias de uso comercial, de serviços e industrial classificam-se quanto ao porte em:

I. Pequeno porte: área de construção até 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados);

II. Médio porte: área de construção entre 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados) e 500,00 m² (quinhentos metros quadrados);

III. Grande porte: área de construção superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados).

Art. 29 As atividades não especificadas no Anexo 6, nesta Lei serão analisadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal que estabelecerá alternativas de localização e eventuais medidas mitigadoras.

CAPÍTULO IV

DAS ÁREAS NÃO COMPUTÁVEIS

Art. 30 Consideram-se área não computável as áreas edificadas que não serão consideradas no cálculo do coeficiente de aproveitamento.

Art. 31 São consideradas áreas não computáveis:

I. Superfície ocupada por escadas enclausuradas, a prova de fumaça e com até 15,00 m² (quinze metros quadrados), poço de elevadores, central de gás, central elétrica (de transformadores) e central de ar condicionado;

II. Sacadas, balcões ou varandas de uso exclusivo da unidade até

o limite de 6,00 m² (seis metros quadrados) por unidade imobiliária;

III. Floreiras de janela projetadas no máximo 0,50 m (cinquenta centímetros) além do plano da fachada;

IV. Reservatórios e respectivas bombas, ar condicionado, geradores e outros equipamentos de apoio, desde que com altura máxima de 2,00 m (dois metros);

V. Áreas ocupadas com casas de máquinas, caixa d'água e barilete;

VI. Até 100% da área mínima exigida para área de recreação desde que de uso comum;

VII. Sótão em residência, desde que esteja totalmente contido no volume do telhado e caracterizado como aproveitamento deste espaço, e;

VIII. Ático não sendo considerado no cálculo do número de pavimentos, desde que atendidos os seguintes itens:

IX. Beiral não ultrapassando 0,80 metros;

X. Projeção da área coberta sobre a laje da cobertura do último pavimento, desde que não ultrapasse o máximo de 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior, sendo no ático permitido todos os compartimentos necessários para a instalação de casa de máquinas, caixa d'água, áreas de circulação comum do edifício, dependências destinadas ao zelador, área comum de recreação e parte superior de unidade duplex nos edifícios de habitação coletiva;

XI. Será tolerado somente o volume da circulação vertical no alinhamento das fachadas frontais e de fundos;

XII. Pé-direito máximo para dependências destinadas ao zelador e parte superior da unidade duplex de 3,20 m (três metros e vinte centímetros);

XIII. São toleradas áreas destinadas a nichos, que constituam elementos de composição das fachadas e que atendam as condições estabelecidas no Código de Obras e Posturas.

Parágrafo Único. Para efeito de verificação da taxa de ocupação, não serão considerados os elementos constantes nas alíneas de I a III deste artigo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 Todos os projetos em andamento, ainda não licenciados, protocolados nos órgãos competentes anteriormente à data de vigência desta lei, terão o prazo de 06 (seis) meses para serem ajustados à presente lei, ao Código de Posturas e Código de Obras.

§ 1º . As informações constantes nas consultas de construção e parcelamento do solo, expedidas anteriormente à data de vigência desta lei terão validade de 06 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

§ 2º . Os projetos licenciados perderão sua validade se as obras não forem iniciadas no prazo de 06 (seis) meses, contado a partir da data de licenciamento, sujeitando-se às normas da presente lei.

Art. 33 As edificações concluídas com recuos frontais inferiores aos estabelecidos nesta lei, deverão observar os novos parâmetros, em caso de reformas ou demolição;

Parágrafo único. Será admitida a transferência ou substituição de alvará de funcionamento de estabelecimentos legalmente autorizado, desde que a nova localização ou atividade atenda aos dispositivos expressos nesta Lei e em seus regulamentos.

Art. 34 Os alvarás de funcionamento para o exercício de atividades que contrariem as disposições contidas nessa Lei, e que tenham sido expedidos em conformidade com a legislação vigente à época, serão respeitados até a data de vigência, ressaltando-se as demais disposições da legislação em vigor.

Art. 35 Em caso de um mesmo lote ficar em zonas diferentes prevalecerão os critérios mais restritivos, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM).

Art. 36 O remembramento de terrenos que se situam em zonas de uso e ocupação do solo diferentes, somente poderá ser aprovado se houver parecer técnico favorável expedido pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal e aprovação do Conselho das Cidades.

Art. 37 Ficará a cargo da Secretaria competente ou ao Órgão Estadual competente o pedido de estudos ambientais e/ ou medidas mitigadoras conforme a natureza das atividades desenvolvidas ou o porte das mesmas.

Art. 38 Ficam revogadas as disposições em contrário.

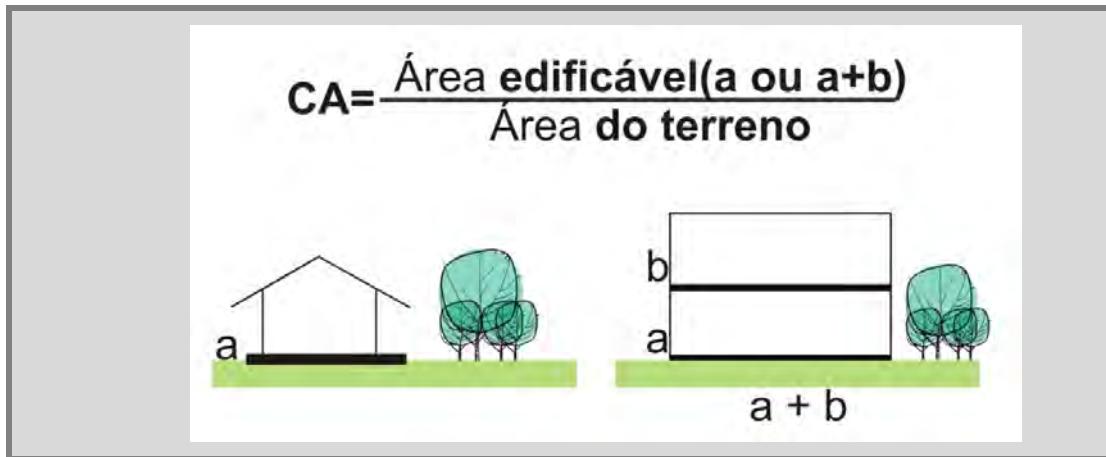
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ANEXO 1

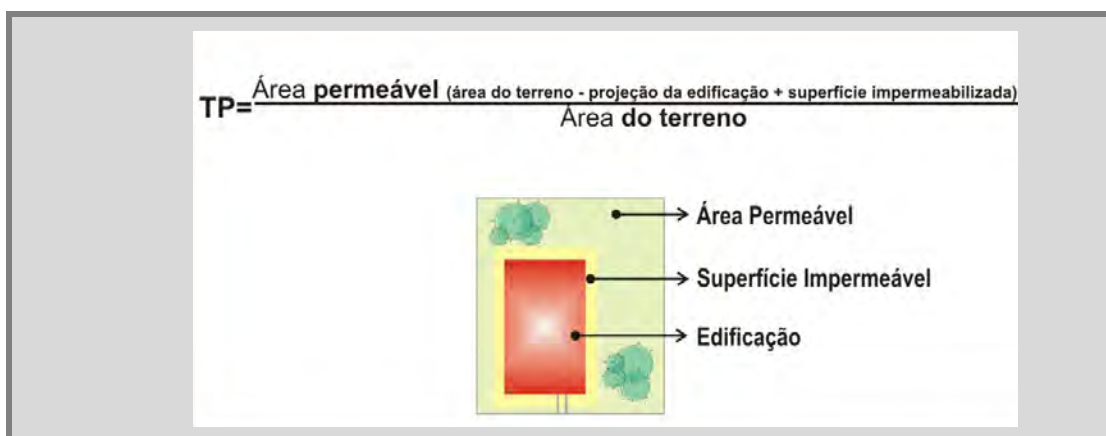
PARÂMETROS URBANÍSTICOS



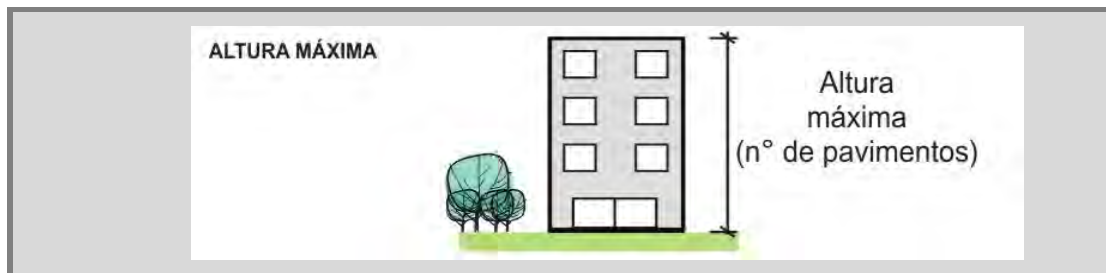
Coeficiente de Aproveitamento Básico – CA



Taxa de Ocupação Máxima – TO



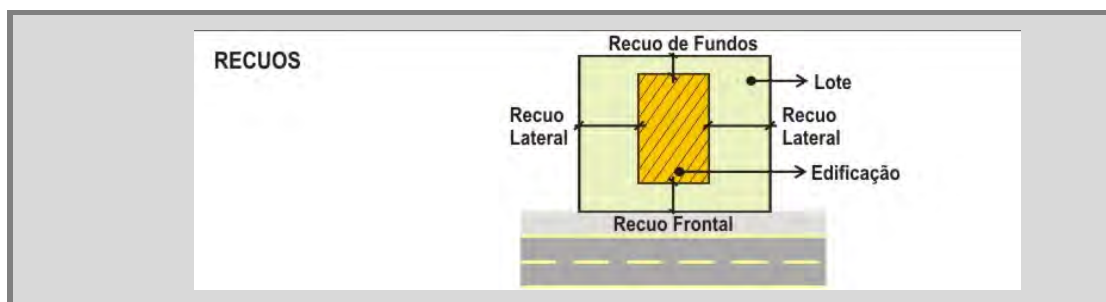
Taxa de Permeabilidade Mínima – TP



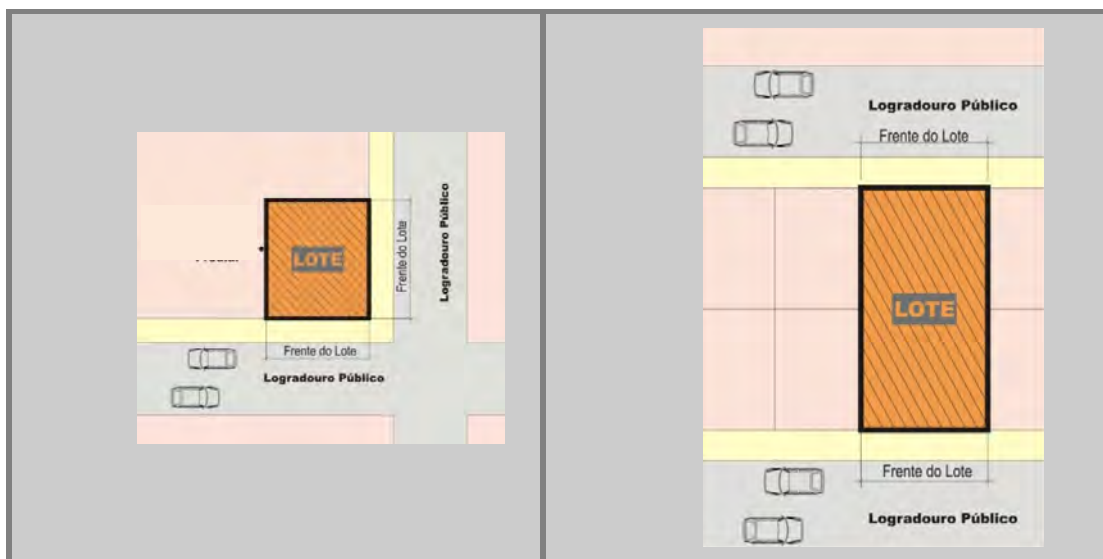
Altura Máxima – Número de Pavimentos (Pav)



Lote Mínimo e Testada Mínima



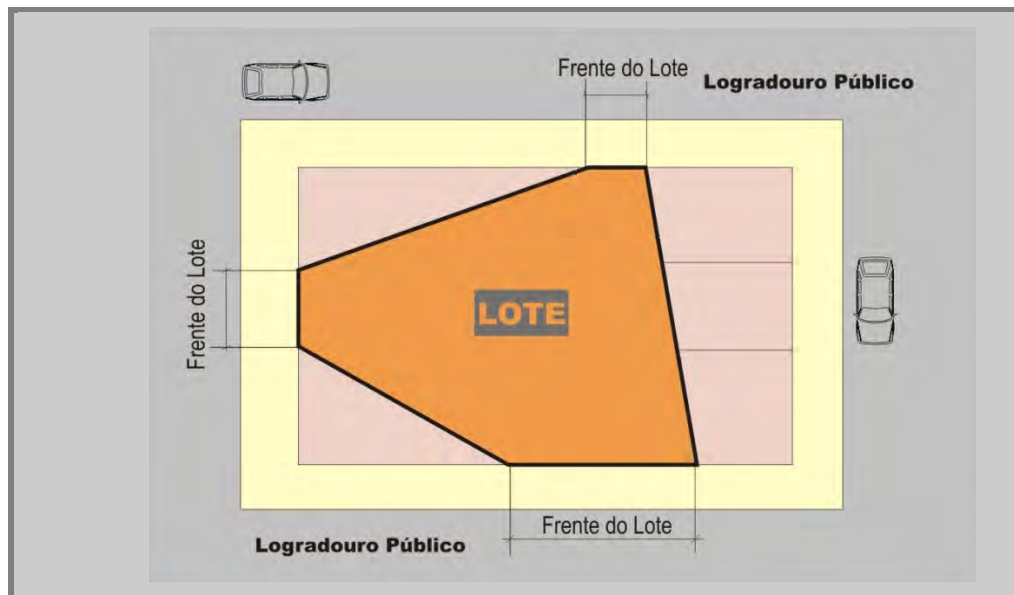
Recuos



CASOS ESPECIAIS DE RECUOS

LOTES DE ESQUINA RESULTANDO EM
DUAS
FRENTES

LOTES DE MEIO DE QUADRA COM DUAS
FRENTES



LOTE IRREGULAR RESULTANDO EM VÁRIAS FRENTES

ANEXO 2
MAPA DE MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

ANEXO 3
PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL		
ZONAS	PERMITIDO	PERMISSÍVEL
Zona de Uso Especial de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e recuperação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> usos habitacionais (uso controlado, respeitado a INCRA)
	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa Científica 	<ul style="list-style-type: none"> atividade agropecuária (com uso reduzido de agrotóxicos)
	<ul style="list-style-type: none"> Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> atividades turísticas e de lazer
Zona de Uso Especial Turística	<ul style="list-style-type: none"> preservação e recuperação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> usos habitacionais (uso controlado, respeitado a INCRA)
	<ul style="list-style-type: none"> pesquisa científica 	
	<ul style="list-style-type: none"> educação ambiental 	
	<ul style="list-style-type: none"> atividades turísticas e de lazer 	
Zona de Uso Agrossilvipastoril	<ul style="list-style-type: none"> atividade agropecuária (garantindo a sustentabilidade) 	<ul style="list-style-type: none"> atividades de silvicultura
	<ul style="list-style-type: none"> - usos habitacionais (uso controlado, respeitado a INCRA) 	<ul style="list-style-type: none"> mineração (restrições)
		<ul style="list-style-type: none"> núcleos de urbanização específica

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL								
ZONA	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO (CA)	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA - TO (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.) ⁽¹⁾	LOTE MÍNIMO/TESTADA MÍNIMA (m²/m)	RECUOS		
						FRENTE	LATERAL	FUNDOS
Zona de Uso Restrito (ZUR)	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona de Uso Especial Turístico (ZUET) ¹	0,15	7,5	75	2	Fração do Módulo do INCRA	10	10	10
Zona de Uso Especial Controlada (ZUEC)	-	-	-	1	Fração do Módulo do INCRA	10	10	10
Zona de Uso Agrossilvipastoril	0,05	5	65	2 ⁽²⁾	Fração do Módulo do INCRA	10	10	10
Zona de Uso Urbano	Parâmetros a serem estabelecidos pelo uso do solo urbano							
Zona de Expansão Urbana	0,1	10	65	2 ⁽²⁾	Fração do Módulo do INCRA	10	10	10

Notas:

- (1) Para edificações com mais de 2 pavimentos, deverão ser avaliados pelo Conselho municipal da cidade.
- (2) Em casos especiais de edificações com altura reconhecidamente diferenciada, tais como silos ou estruturas de apoio, deverá ser consultado o conselho municipal.

¹ Lotes menores serão permitidos desde que aprovados pela Prefeitura Municipal.

ANEXO 4
MAPA DE ZONEAMENTO URBANO DA SEDE

ANEXO 5

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO		
ZONAS	PERMITIDAS	PERMISSÍVEIS
Zona Residencial 1 (ZR1)	Habitação Unifamiliar Uso comunitário 1 Uso comunitário 2 Comércio e serviço vicinal e de bairro	Atividade agropecuárias (com uso reduzido de agrotóxicos e de subsistência)
Zona Residencial 2 (ZR2)	Habitação Unifamiliar Uso institucional Uso comunitário 1 Comércio e serviço vicinal e de bairro	Habitação coletiva vertical Uso comunitário 2 Uso comunitário 3 Comércio e serviço setorial Comércio e serviço geral Comércio e serviço específico 1 Comércio e serviço específico 2
Zona de Proteção 1 (ZP1)	Uso comunitário 4 Uso Institucional	Habitação Unifamiliar Habitação coletiva horizontal
Zona de Proteção 2 (ZP2)	-	Uso Institucional
Zona Empresarial (ZE)	Indústria tipo 1 Indústria tipo 2	Comércio e serviço setorial Comércio e serviço geral Habitação Unifamiliar Uso comunitário 3
Zona Especial de Controlada (ZEC)	Uso institucional Uso comunitário 4	Habitação Unifamiliar Condomínios rurais Uso comunitário 1 Comércio e serviço vicinal e de bairro
Zona Especial Histórica (ZEH)	Uso institucional Uso comunitário 1 Uso comunitário 2 Comércio e serviço vicinal e de bairro Comércio e serviço específico 2	Habitação Unifamiliar Habitação coletiva horizontal
Zona Especial de Serviço 1 (ZES 1)	Uso institucional Uso comunitário 1	Uso comunitário 2 Comércio e serviço vicinal e de bairro Comércio e serviço se Comércio e serviço geral
Zona Especial de Serviço 2 (ZES 2)	Uso institucional	-

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO								
ZONAS	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO BÁSICO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.) ⁽⁴⁾	LOTE MÍNIMO/TESTADA MÍNIMA (m²/m)	RECUOS (m) ⁽¹⁾		
						FRENTE ⁽²⁾	LATERAL	FUNDOS
Zona Residencial 1 (ZR1)	1,4	70	25	2	360/12	5,00	1,50	0
Zona Residencial 2 (ZR2)	2,8	70	25	4	360/12 ⁽³⁾	5,00	1,50	0
Zona Mista (ZM)	1,4	70	25	2	1000/30	5,00	1,50	0
Zona Especial de Conservação (ZEC)	1,2	60	35	2	360/12	5,00	1,50	0
Zona Especial Histórica (ZEH)	1	50	25	2	360/12	5,00	1,50	0
Zona Especial de Serviço 1 (ZES 1)	JÁ CONSOLIDADO							
Zona Especial de Serviço 2 (ZES 2)	JÁ CONSOLIDADO							
Zona de Proteção 1 (ZP1)	1	-(4)	25	2	5000/25	5,00	1,50	0
Zona de Proteção 2 (ZP2)	SEM OCUPAÇÃO							

Notas:

- (1) deverão ser atendidas as exigências mínimas de iluminação e ventilação; em construções de alvenaria,; permite-se a construção de edícula no fundo do lote até 6m de profundidade, altura máxima de três metros, , as normas do código de obras, posturas e parcelamento do solo
- (2) as edificações comerciais que realizarem recuo poderão utilizá-lo como área de estacionamento desde que observadas às normas da Lei de Mobilidade
- (3) Para edificações de quatro pavimentos, deverão ser utilizados no mínimo 2 lotes e os recuos laterais deverão ser no mínimo de h/6 metros, respeitando os demais recuos.
- (4) Para as áreas de morros, a ocupação poderá ser realizada apenas em 2/3 da encosta do morro. O restante caracteriza-se como área de preservação permanente.

ANEXO 6

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO	
USO COMUNITÁRIO	
COMUNITÁRIO 1	
Ambulatório	Biblioteca
Assistência Social	Ensino Maternal, Pré-Escolar, Jardim de Infância
Berçário, Creche, Hotel para Bebês	Escola Especial
COMUNITÁRIO 2	
Auditório	Sede Cultural, Esportiva e Recreativa
Boliche	Sociedade Cultural
Casa de Espetáculos Artísticos	Teatro
Cancha de Bocha, Cancha de Futebol	Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus
Centro de Recreação	Campus Universitário
Centro de Convenções, Centro de Exposições	Hospital
Cinema	Maternidade
Colônia de Férias	Pronto Socorro
Museu	Sanatório
Piscina Pública	Casa de Culto
Pesque-Pague	Parque aquático
Ringue de Patinação	Templo Religioso
COMUNITÁRIO 3	
Autódromo, Kartódromo	Estádio
Centro de Equitação, Hipódromo	Pista de Treinamento
Circo, Parque de Diversões	Rodeio
COMUNITÁRIO 4	
Educação Ambiental	Parques Ecológicos
Parques de Lazer	Conservação e Recuperação
Pesquisa Científica	Atividades Turísticas
USO COMUNITÁRIO	
USO DE COMÉRCIO E SERVIÇO	
COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL E DE BAIRRO	
Açougue	Serviços de Datilografia, Digitação, Manicuro e Montagem de Bijuterias
Armarinhos	Agência de Serviços Postais
Casa Lotérica	Bilhar, Snooker, Pebolim
Drogaria, Ervanário, Farmácia	Consultórios
Floricultura, Flores Ornamentais	Escritório de Comércio Varejista
Mercearia, Hortifrutigranjeiros	Instituto de Beleza, Salão de Beleza
Papelaria, Revistaria	Jogos Eletrônicos
Posto de Venda de Pães	Academias
Bar	Agência Bancária
Cafeteria, Cantina, Casa de Chá, Confeitaria	Borracharia,
Comércio de Refeições Embaladas	Choparia, Churrascaria, Petiscaria, Pizzaria
Lanchonete	Comércio de Material de Construção
Leiteria	Comércio de Veículos e Acessórios
Livraria	Escritórios Administrativos
Panificadora	Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres
COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL E DE BAIRRO	
Pastelaria	Estacionamento Comercial
Posto de Venda de Gás Liquefeito	Joalheria
Relojoaria	Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicos e

	Fotográficos
Sorveteria	Lavanderia
Profissionais Autônomos	Oficina Mecânica de Veículos
Atelier de Profissionais Autônomos	Restaurante, Rotisseria
Pet-shops	
COMÉRCIO E SERVIÇO SETORIAL	
Buffet com Salão de Festas	Sede de Empresas
Centros Comerciais	Serv-Car
Clinicas	Serviços de Lavagem de Veículos
Edifícios de Escritórios	Serviços Públicos
Entidades Financeiras	Super e Hipermercados
Escritório de Comércio Atacadista	Marmorarias
Imobiliárias	Comércio Atacadista
Lojas de Departamentos	Depósitos, Armazéns Gerais
Cartório	
COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL	
Agenciamento de Cargas	Impressoras, Editoras
Canil	Grandes Oficinas de Lataria de Pintura
Comércio Varejista de Grandes Equipamentos	Serviços e Coleta de Lixo
Entrepósitos, Cooperativas, Silos	Transportadora
Grades Oficinas	Hospital Veterinário e Hotel para Animais
Funerária	
COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 1	
Centro de Controle de Voo	Posto de Abastecimento de Aeronaves
Comércio Varejista de Combustíveis	Posto de Gasolina
Comércio Varejista de Derivados de Petróleo	Serviços de Bombas de Combustível para Abastecimento de Veículos da Empresa
Terminal de Transportes público/rodoviária	
COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO 2	
Capela Mortuária	Ossário
Cemitério	
USO INDUSTRIAL	
INDÚSTRIA TIPO 1	
Confecção de Cortinas	
Fabricação e Restauração de Vitrais	
Malharia	
Fabricação de:	
Absorventes	Etiquetas
Acessórios do Vestuário	Fraldas
Acessórios para animais	Gelo
Adesivos	Guarda-chuva
Aeromodelismo	Guarda-sol
Artigos de Artesanato	Material Didático
Artigos de Bijuteria	Material Ótico
Artigos de Colchoaria	Mochilas

INDÚSTRIA TIPO 1	
Fabricação de:	
Artigos de Cortiça	Painéis Cerâmicos e Mosaicos Artísticos
Artigos de Couro	Pastas Escolares
Artigos de Decoração	Perucas e Cabelleiras
Artigos de Joalheria	Produtos Alimentícios

Artigos de Pele Artigos para Brinde Artigos para Cama, Mesa e Banho Bengalas Bolsas Bordados Calçados Capas para Veículos Clichês	Produtos Desidratados Produtos Naturais Relógio Rendas Roupas Sacolas Semijoias Sombrinhas Suprimentos para Informática
INDÚSTRIA TIPO 2	
Cozinha Industrial	Indústria Tipográfica
Fiação	Indústria Gráfica
Funilaria	Serralheria
Indústria de Panificação	
Acabamentos para Móveis Acessórios para Panificação Acumuladores Eletrônicos Agulhas Alfinetes Anzóis Aparelhos de Medidas Aparelhos Fotográficos e Cinematográficos Aparelhos Ortopédicos Artefatos de Bambu Artefatos de Cartão Artefatos de Cartolina Artefatos de Junco Artefatos de Lona Artefatos de Papel e Papelão Artefatos de Vime Artigos de Caça e Pesca Artigos de Carpintaria Artigos de Esportes e Jogos Recreativos Artigos Diversos de Madeira Artigos Têxteis Box para Banheiros Brochas Capachos Churrasqueiras Componentes Eletrônicos Escovas Componentes e Sistemas da Sinalização Cordas e Barbantes Cordoalha Correias Cronômetro e Relógios Cúpulas para Abajur Embalagens	Esquadrias Estandes para tiro ao Alvo Estofados para Veículos Estopa Fitas Adesivas Formulário Contínuo Instrumentos Musicais Instrumentos Óticos Lareiras Lixas Luminárias Luminárias para Abajur Luminosos Materiais Terapêuticos Molduras Móveis Móveis de Vime Painéis e Cartazes Publicitários Palha de Aço Palha Trançada Paredes Divisórias Peças e Acessórios e Material de Comunicação Peças para Aparelhos Eletro-Eletrônico e Acessórios Persianas Pincéis Portas e Divisões Sanfonadas Portões Eletrônicos Produtos Alimentícios com Forno a Lenha Produtos Veterinários Sacarias Tapetes Tecelagem

INDÚSTRIA TIPO 2	
Espanadores	Toldos Varais Vassouras
INDÚSTRIA TIPO 3	
Construção de Embarcações	Indústria Eletromecânica
Curtume	Indústria Granito

Desdobramento de Madeira	Indústria de Plástico
Destilação de Álcool	Indústria de Produtos Biotecnológicos
Entrepósitos de Madeira para Exportação (Ressecamento)	Indústria Mecânica
Frigorífico	Indústria Metalúrgica
Fundição de Peças	Indústria Petroquímica
Fundição de Purificação de Metais Preciosos	Montagem de Veículos
Geração e Fornecimento de Energia Elétrica	Peletário
Indústria Cerâmica	Produção de Óleos vegetais e outros Prod. da Destruição da Madeira
Indústria de Abrasivo	Produção de Óleos, Gorduras e Ceras Vegetais e Animais
Indústria de Águas Minerais	Reciclagem de Plástico
Indústria de Artefato de Amianto	Reciclagem de Sucatas Metálicas
Indústria de Artefatos de Cimento	Reciclagem de Sucatas não Metálicas
Indústria de Beneficiamento	Recuperação de Resíduos Têxteis
Indústria de Bobinamento de Transformadores	Refinação de Sal de Cozinha
Indústria de Compensados e/ou Laminados	Secagem e Salga de Couro e Peles
Indústria de Fumo	Cementação de Aço
Indústria de Implementos Rodoviários	Sintetização ou Pelotização de Carvão de Pedra e Coque
Indústria de Madeira	Tanoaria
Indústria de Mármore	Têmpera de Aço

1.4 LEI COMPLEMENTAR n.º83/2011 - CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA**LEI COMPLEMENTAR n.º 83, de 20 de Dezembro de 2011**

Súmula: Dispõe sobre a Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal e Urbana, bem como da hierarquização do sistema viário e dimensionamento das vias públicas para o município de São Pedro de Alcântara e dá outras providências.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Circulação, Transporte e Mobilidade Rural e Urbana, de São Pedro de Alcântara hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como sua definição para novos parcelamentos, revogando-se disposições contrárias.

Art. 2º São partes integrantes desta Lei:

I. Anexo 1 - Características geométricas das Vias Municipais

II. Anexo 2 - Perfis das Vias Municipais

III. Anexo 3 - Mapa de Hierarquia Viária Municipal

IV. Anexo 4 - Características geométricas das Vias Urbanas da Sede (dimensões mínimas)

V. Anexo 5 - Perfis das Vias Urbanas da Sede

VI. Anexo 6 - Mapa de Hierarquia Viária da Sede Urbana

VII. Anexo 7 - Uso de recuos das edificações como área de estacionamento

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 3º A função da reestruturação do sistema viário consiste em garantir locomoção com segurança e fluidez, não somente privilegiando o deslocamento de automóveis, mas de outros modos como a pé, bicicleta, ônibus, motocicletas e outros.

Art. 4º A mobilidade urbana privilegia o uso das vias pelos pedestres através de atividades de lazer, de vizinhança, comunitárias e de trabalho.

Art. 5º As vias possuem o papel de ordenação da ocupação urbana, tornando-se eixos de desenvolvimento da malha urbana, possuindo usos ou atividades diferenciadas, necessitando por isso diferentes dimensões e tipos de pavimentação, arborização ou iluminação e demarcações de faixas de estacionamento.

Art. 6º Constituem objetivos da presente Lei:

I. Induzir o desenvolvimento equilibrado da área urbana do município, a partir da relação entre circulação e uso e ocupação do solo;

II. adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;

III. garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano proporcionando deslocamentos intra e interurbanos que atendam às necessidades da população;

IV. hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego, de modo a assegurar segurança e conforto;

V. priorizar o transporte coletivo ao transporte individual na ordenação do Sistema Viário;

VI. ampliar e melhorar as condições de circulação de pedestres e de grupos específicos, como idosos, portadores de deficiência especial e crianças;

VII. garantir a mobilidade urbana para pedestres com a capacidade de locomoção reduzida permanente e temporária;

VIII. integrar o sistema de transporte e circulação entre as diversas localidades do município;

IX. melhorar as estradas vicinais, garantindo a política agrícola e de abastecimento.

Art. 7º O sistema de transporte público do município deverá ser objeto de plano específico, quando justificado por suficiente demanda, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei do Plano Diretor Municipal, bem como com o estabelecido por esta Lei.

Art. 8º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I. Acesso: o dispositivo que permite a interligação para veículos e pedestres entre: logradouro público e propriedade pública ou privada; propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio; logradouro público e espaço de uso comum em condomínio.

II. Acostamento: é a parcela da área adjacente à pista de rolamento, objetivando: permitir que veículos em início de processo de desgoverno retomem a direção correta; proporcionar aos veículos acidentados, com defeitos, ou cujos motoristas fiquem incapacitados de continuar dirigindo, um local seguro para estacionar fora da trajetória dos demais veículos; permitir o embarque e desembarque sem interrupção de fluxo de tráfego.

III. Alinhamento: a linha divisória entre o terreno e o espaço público;

IV. Calçada ou passeio: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, vegetação, sinalização e outros fins;

V. Estacionamento: o espaço público ou privado destinado à guarda ou estacionamento de veículos, constituído pelas áreas de vagas e circulação;

VI. Faixa de manutenção de vias: faixa paralela à pista de rolamento das vias, em ambos os lados;

VII. Logradouro público: é o espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos (rua, avenida, praça, largo);

VIII. Malha urbana: o conjunto de vias do município;

IX. Meio-fio: a linha composta de blocos de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento ou do acostamento;

X. Nivelamento: a medida do nível da soleira de entrada ou do nível do pavimento térreo considerando a grade da via urbana;

XI. Pista de rolamento: a faixa da via destinada à circulação de veículos, excluídos os passeios, canteiros centrais e acostamentos;

XII. Seção normal da via: a largura total ideal da via, sendo a distância entre os alinhamentos prediais para as vias urbanas;

XIII. Sistema viário: o conjunto de vias que, de forma hierarquizada e articulada com as vias locais, viabilizam a circulação de pessoas, veículos e cargas;

XIV. Via de circulação: o espaço organizado para a circulação de veículos, motorizados ou não, pedestres e animais, compreendendo a pista de rolamento, passeios, acostamentos e canteiros centrais.

XV. Via municipal: o conjunto de vias do município, excluídas as vias urbanas, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional;

XVI. Via urbana: o conjunto de vias da sede urbana classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional.

Art. 9º A Prefeitura Municipal será responsável pelo disciplinamento do uso das vias de circulação no que concerne:

I. Ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga e estacionamento de veículos;

II. Ao estabelecimento de rotas especiais para veículos de carga, de produtos perigosos ou não, e para veículos turísticos e de fretamento;

III. À estruturação de vias de circulação para pedestres, a partir da organização e urbanização da sede urbana e do incentivo ao turismo;

IV. Ao estabelecimento de áreas de estacionamento ao longo das vias em pontos adequados;

V. Ao estabelecimento de normas sobre as condições para a implantação de locais de paradas de ônibus ao longo das vias, se for o caso;

VI. À colocação de placas e mobiliário urbano ao longo das vias;

VII. À implantação de canteiros ao longo das vias conforme consta nesta lei, com espécies determinadas pelo plano de arborização urbana e paisagismo;

VIII. Ao procedimento de rebaixamento dos meio-fios e instalação de outros dispositivos de modo a possibilitar e facilitar o deslocamento de portadores de necessidades especiais e idosos;

IX. À padronização de calçadas, de acordo com estudos específicos,

para utilização de pisos e revestimentos adequados.

Art. 10 Aos proprietários ou inquilinos cujos imóveis possuam destinadas para vias públicas, compete:

I. Proceder à remoção e desobstrução de todo e qualquer obstáculo nas calçadas e passeios como escadas, rampas de acesso à edificação fora do alinhamento predial, placas, tocos de árvores, entre outros, tornando o trânsito livre para pedestres, de modo particular aos portadores de necessidades especiais e idosos;

II. Utilizar material antiderrapante para a pavimentação dos passeios e garantir a regularidade do pavimento;

III. Realizar a limpeza e conservação de lotes vagos e proceder ao fechamento dos mesmos em todas as divisas se necessário;

§ 1º . Para estabelecimentos comerciais a permissão para a colocação de mesas e cadeiras nos passeios será mediante autorização do órgão pertinente da Prefeitura Municipal, com definição de horário.

§ 2º . A demarcação e delimitação de faixa a ser utilizada para locação de mesas e cadeiras e outros correlatos deverá ser realizada de modo a deixar livre no mínimo uma faixa de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura correspondente a uma cadeira de rodas e uma pessoa de cada lado.

Art. 11 É obrigatória a adoção das disposições da presente Lei em todos os empreendimentos imobiliários, loteamentos, desmembramentos, unificações ou arruamentos que vierem a ser executados no município de São Pedro de Alcântara.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara fiscalizará a execução das vias de que trata o caput deste artigo.

Art. 12 Os atos administrativos necessários para o cumprimento do disposto nesta Lei, serão definidos através de decreto.

CAPÍTULO II

DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS

Art. 13 Para efeito desta Lei, a hierarquia viária do município de São Pedro de Alcântara compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 1 (características geométricas), Anexo 2 (perfil das vias) e Anexo 3 (Mapa de hierarquia viária municipal):

I. Vias intermunicipais: finalidade de promover a circulação entre os municípios. Compreende as vias de maior tráfego, de interligação entre os principais municípios vizinhos. As vias são: a via principal SC 407, sentido oeste, com destino a Angelina; continuidade da Rua Quinze e continuidade da Estrada para Antônio Carlos;

II. Vias Municipais Principais: finalidade de promover a circulação no interior do município. Compreende as vias de maior tráfego, de interligação entre as principais comunidades rurais. As vias são: Rua José Schweitzer, Rua João Benjamin Clasen, Estrada Rio Forquilha e Estrada Invernada;

III. Vias Municipais Secundárias: caracterizada pelo deslocamento do tráfego local, de baixa velocidade, compreendendo as demais vias rurais do município.

CAPÍTULO III

DA HIERARQUIZAÇÃO DAS VIAS URBANAS DA SEDE

Art. 14 Para efeito desta Lei, a hierarquia viária da área urbana da sede de São Pedro de Alcântara compreende as seguintes categorias de vias, conforme Anexo 4- características geométricas, Anexo 5 - perfil das vias e Anexo 6 - Mapa de hierarquia viária urbana da sede:

I. Rodovia SC 407: formando o eixo de ligação dos extremos da cidade no sentido longitudinal. Apresentam algumas atividades de comércio, serviços de pequeno porte e institucionais. Pode apresentar um deslocamento mais rápido exemplo;

II. Via Conectora: faz a ligação entre a via principal de acesso ao município até o município de Antônio Carlos e Santo Amaro da Imperatriz Carlos. Incluem as vias: Rua Quinze, Rua Nilo Sthein, Rua Antônio Paulino da Silva e sua continuação, Estrada para Antônio Carlos e a Estrada para Santo Amaro da Imperatriz;

III. Via Arterial: caracteriza-se por conectar o tráfego local, estruturando o interior dos bairros, onde se devem concentrar atividades de comércio e serviços de pequeno porte para atendimento local exemplo, além de permitir a circulação de pedestres

e bicicletas. Abrangem-se as vias: Rua João Pedro Hammes, Rua Antônio José Raulino e Rua Arnaldo Alfredo Stahelin;

IV. Vias Locais: configura as vias de mão dupla e de baixa velocidade, promovendo a distribuição do tráfego local. Compreende as demais vias urbanas.

SEÇÃO I

DAS VIAS

Art. 15 As vias a serem criadas em novos loteamentos ou oficializadas em projeto urbanístico da Prefeitura serão classificadas como vias locais, se não houver necessidade de outra classe de via.

§ 1º . Os parâmetros de novas vias deverão seguir as dimensões mínimas constantes nos Anexo 1 e Anexo 4.

§ 2º . Nos casos de abertura de novas ruas e calçadas ou reforma das existentes, é obrigatória, nas confluências de vias, a execução de rampa para acesso de pessoas com necessidades especiais.

§ 3º . Nas vias Arteriais e na SC 407 dentro do perímetro urbano, deverão ser adaptadas rampas para acesso de pessoas portadores de necessidades especiais, de acordo com a NBR-9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 16 Para abertura de novas vias deverá ser seguida a fluência do traçado do entorno, evitando a falta de continuidade de vias locais.

Parágrafo Único. As vias urbanas não poderão ter seu traçado interrompido na abertura de novos loteamentos, devendo ser prevista a continuidade.

Art. 17 Nos terrenos lindeiros às vias que constituem o sistema rodoviário estadual (SC 407), será obrigatório o respeito à faixa de domínio determinada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Santa Catarina (DEINFRA).

Art. 18 As vias a serem abertas serão destinadas exclusivamente à circulação, não podendo ser computadas como áreas para estacionamento de uso público ou privado das unidades imobiliárias lindeiras a estas vias.

Art. 19 As vias poderão ter gabaritos maiores do que os dispostos nos Anexos 1, 2, 4 e 5 conforme determinação técnica do Executivo Municipal.

Art. 20 Novas vias poderão ser definidas e classificadas por Decreto Municipal de acordo com esta Lei, sempre com a finalidade de acompanhar a expansão e urbanização da cidade.

Art. 21 As vias deverão ter sinalizações horizontal e vertical, de acordo com critérios estabelecidos na legislação nacional de trânsito.

SEÇÃO II

DAS DIMENSÕES DAS VIAS

Art. 22 Ficam considerados os elementos apresentados nos Anexo 1 e Anexo 2 (área rural), Anexo 4 e Anexo 5 (área urbana) da presente Lei para o dimensionamento das vias.

Art. 23 Todas as vias existentes e pavimentadas permanecem com a caixa atual.

Art. 24 Os órgãos pertinentes da Prefeitura Municipal poderão requerer a utilização da faixa de manutenção das vias rurais, quando houver necessidade, sendo a negociação feita diretamente com o proprietário, estudado caso a caso.

Art. 25 É obrigatório recuo mínimo de 10,00 m (dez metros) para as novas edificações em vias municipais principais e secundárias, a partir da faixa de manutenção.

SEÇÃO III

DA IMPLANTAÇÃO DAS VIAS

Art. 26 A implantação das vias deverá ser a mais adequada às condições locais do meio físico, em especial quanto à otimização das obras de terraplanagem necessárias para a abertura das vias e implantação de edificações.

Art. 27 O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer às normas técnicas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como os Anexo 1, Anexo 2, Anexo 4 e Anexo 5.

Art. 28 As vias deverão acompanhar as curvas de nível do terreno

e evitar a transposição de linhas de drenagem naturais ou córregos, sendo aceitáveis rampas de até 20% (vinte por cento) em trechos não superiores a 150,00 m (cento e cinquenta metros).

Art. 29 Deve ser evitada a remoção de vegetação e implantação de obras de terraplanagem junto a córregos e linhas de drenagem natural.

Parágrafo Único. Entende-se por linhas de drenagem natural as feições topográficas em que ocorre uma concentração de fluxo das águas pluviais, independentemente do fluxo possuir caráter permanente ou não.

Art. 30 Devem se proteger as superfícies de taludes expostas à erosão intensa. Os taludes nestas condições deverão ser impermeabilizados, revestidos com vegetação ou protegidos artificialmente. Em taludes com banquetas pode ser necessário instalar um sistema de drenagem nas banquetas. Em geral não se devem plantar árvores ou arbustos em aterros em contacto com a água.

Art. 31 A implantação de vias deverá estar vinculada a um projeto paisagístico de suas calçadas, de modo a proporcionar qualidade paisagística e, em alguns casos (como em rodovias dentro de perímetro urbano), para promover a desaceleração dos veículos.

CAPÍTULO IV DAS CICLOVIAS

Art. 32 Considera-se a implantação de ciclovias na sede urbana do Município como uma alternativa importante de meio de transporte para o trabalhador e de lazer para a população.

Art. 33 Ciclovias são vias de uso especial destinadas aos ciclistas e pedestres possuindo desenho de uso exclusivo, podendo ser utilizados os passeios ou área destinada aos estacionamento de vias existentes, organizando roteiros de ligação entre diferentes partes das áreas urbanas.

Art. 34 Na implantação das ciclovias é necessária a execução de sinalização vertical e horizontal e implantação de paraciclos em pontos próximos a espaços de uso público como escolas, postos de saúde, praças.

Art. 35 A execução de ciclovias devem ser priorizadas nas vias arteriais e conectora.

Parágrafo único: O Município definirá posteriormente sobre a localização e o lado das vias serão reservadas às ciclovias.

CAPÍTULO V DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Art. 36 Estas áreas deverão ser definidas, demarcadas e ter a sinalização vertical e horizontal implantadas, determinando-se as áreas de estacionamento permitidas e estabelecendo-se critérios de porte de veículos permitidos e horários.

Art. 37 O Município deverá adotar projetos de pavimentação com a implantação de avanço de calçadas nas esquinas, em frente a escolas, hospitais, locais de instalação de paraciclos, entre outros, que facilitem a visualização dos locais de estacionamento.

Art. 38 Fica permitido o uso dos recuos das edificações como área de estacionamento, exclusivamente nas vias da zona residencial 2, zona especial histórica e zona empresarial, nas seguintes condições:

- I. Instalar guia rebaixada;
- II. Deixar liberado o espaço reservado para o passeio sem dificultar a mobilidade dos pedestres e cadeirantes;
- III. Não utilizar integralmente as fachadas das edificações comerciais para vagas de veículos de forma a dificultar a entrada de pedestres, pessoas idosas ou portadores de deficiências físicas (Anexo 7);
- IV. Sinalizar este espaço com placas, com a utilização de elementos de paisagismo ou diferenciação de nível;
- V. Dar preferência as áreas de estacionamento nos fundos da edificação comercial, principalmente quando se tratar de comércio de grande porte.

CAPÍTULO VI REMOÇÃO DE BARREIRAS NAS CALÇADAS

Art. 39 A remoção de barreiras nas calçadas consiste na retirada de obstáculos, empecilhos, desníveis abruptos, tocos de árvores

entre outros, que possam existir nos passeios calçados ou locais de concentração de pessoas como praças, para proporcionar trânsito livre para idosos, portadores de necessidades especiais e população em geral e evitar acidentes.

§ 1º. O plantio de árvores deverá obedecer ao Plano de Arborização Urbana e Paisagismo.

§ 2º. Fica proibida a colocação de placas de propaganda ao longo das calçadas.

§ 3º. A instalação de estacionamento de bicicletas deverá ser realizada somente nos locais pré-determinados pela prefeitura municipal.

CAPÍTULO VII DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 40 O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará ao infrator multa do valor de referência a ser definido pela Prefeitura, vigentes à época da infração.

§ 1º A multa será aplicada a contar da notificação da irregularidade emitida pelo Órgão Público competente.

§ 2º O infrator deverá custear com recursos próprios as obras de reparo por atos praticados que venham a ferir o disposto nesta Lei.

§ 3º As sanções previstas no caput deste artigo não excluem demais penalidades previstas em Leis Federais e Lei Estadual, por atos lesivos que venham contribuir para a ocorrência de danos ambientais.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 Deverá ser providenciada a instalação de guias rebaixadas, rampas, sinalização horizontal e vertical indicativa, como faixas de pedestres, placas com nomes de ruas, locais, bairros, órgãos públicos, entre outros.

Art. 42 A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, tais como loteamentos e condomínios urbanísticos, são de inteira responsabilidade do empreendedor, sem custos para o município, salvo casos específicos previstos por Lei.

Parágrafo Único. O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de arreamento onde constará a orientação para o traçado das vias, onde for necessário.

Art. 43 Ficam revogadas as disposições em contrário.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

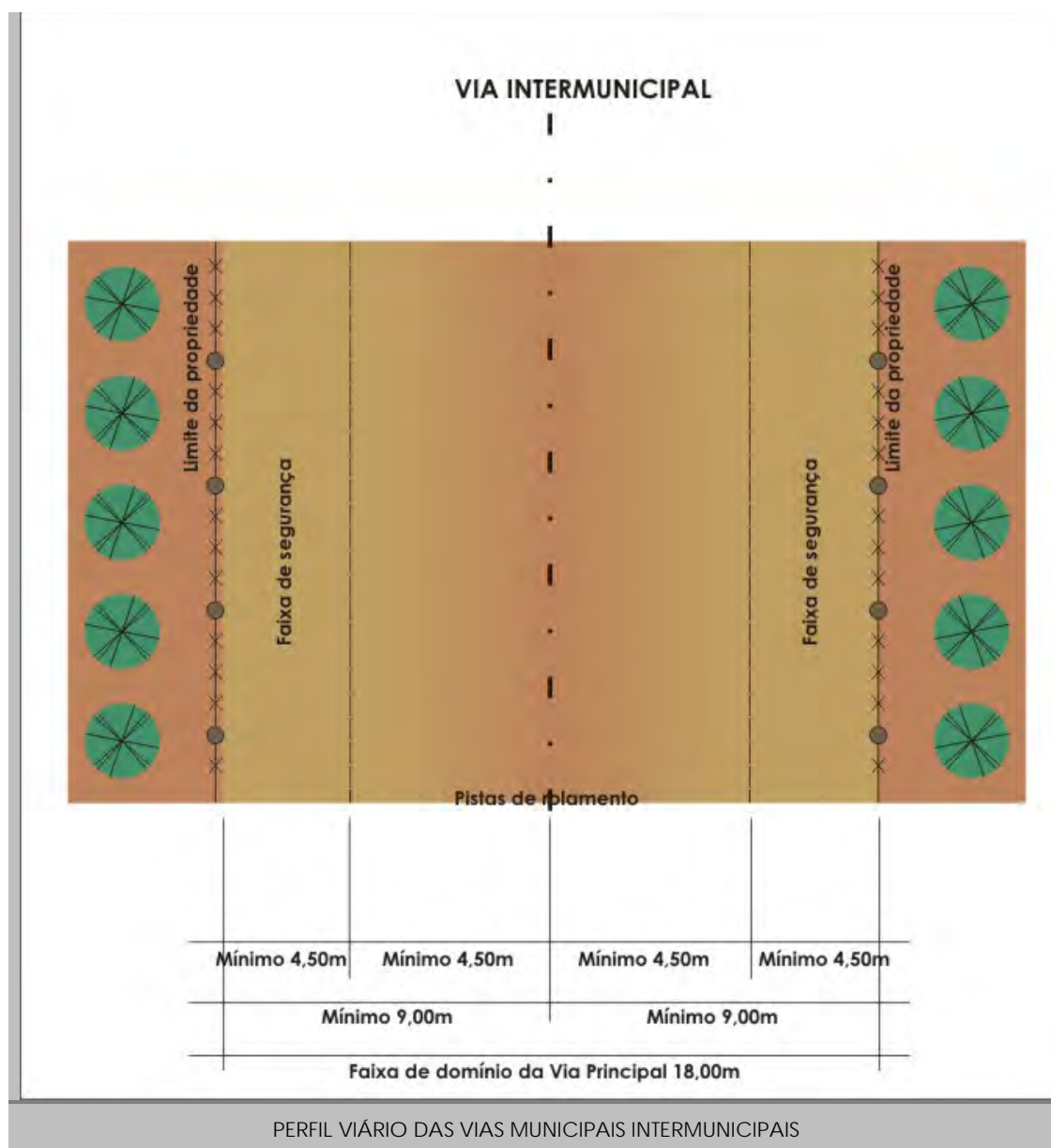
Prefeito Municipal

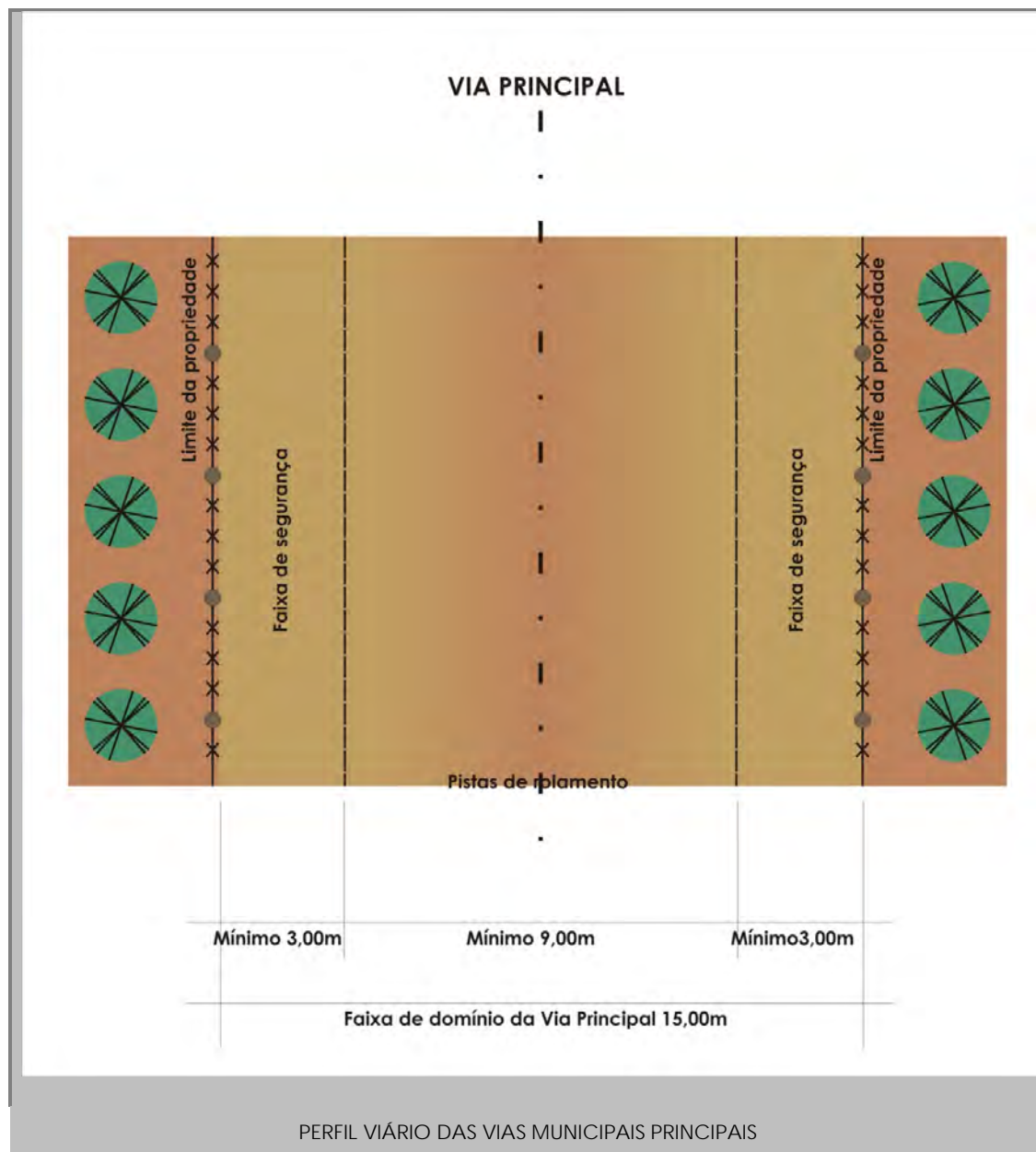
ANEXO 1
CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS MUNICIPAIS

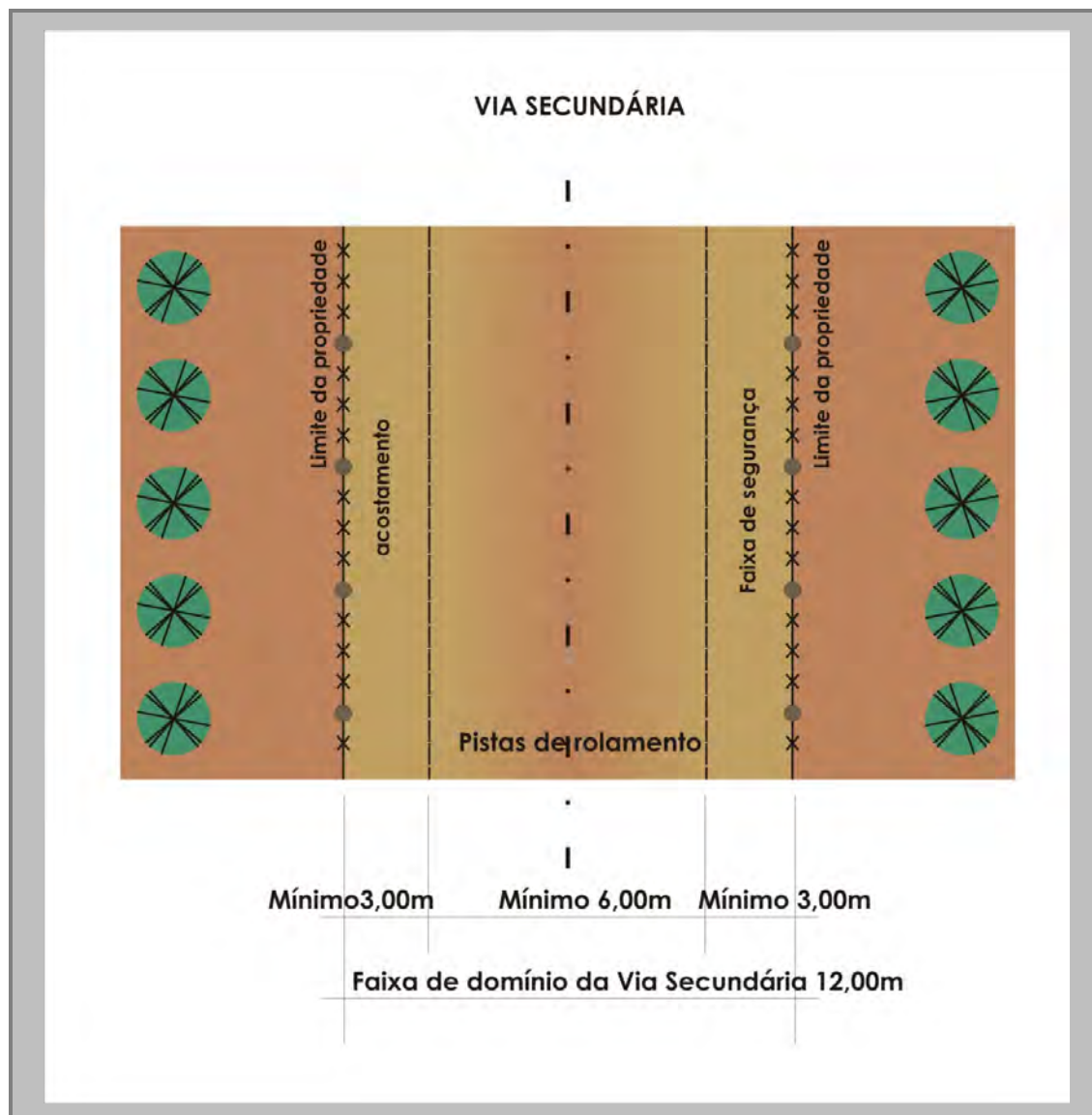
CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS MUNICIPAIS					
CATEGORIAS DAS VIAS	SEÇÃO NORMAL DA VIA (m)	PISTA DE ROLAMENTO (m)	FAIXA DE MANUTENÇÃO (m)	INCLINAÇÃO MÍNIMA ⁽¹⁾ (%)	RAMPA MÁXIMA ⁽²⁾ (%)
Via intermunicipal	13,00	7,00	(E) 3,00 (D) 3,00	0,5	20
Via Municipal Principal	12,00	6,00	(E) 3,00 (D) 3,00	0,5	20
Via Municipal Secundária	12,00	6,00	(E) 3,00 (D) 3,00	0,5	20

ANEXO 2

PERFIS DAS VIAS MUNICIPAIS







PERFIL VIÁRIO DAS VIAS MUNICIPAIS SECUNDÁRIAS

ANEXO 3
MAPA DE HIERARQUIA VIÁRIA MUNICIPAL

ANEXO 4

CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS URBANAS DA SEDE (DIMENSÕES MÍNIMAS)

CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS URBANAS DA SEDE (DIMENSÕES MÍNIMAS)							
CATEGORIAS DAS VIAS	SEÇÃO NORMAL DA VIA (m)	PISTA DE ROLAMENTO (m)	FAIXA DE ESTACIONAMENTO. OU ACOSTAMENTO. (m)	CALÇADAS (m)	CICLOFAIXA	INCLINAÇÃO MÍNIMA (%)	RAMPA MÁXIMA ⁽²⁾ (%)
Rodovia SC 407⁽¹⁾ ESTRUTURAL	12,50	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,50	(E) 2,00 (D) 2,00	-	0,5	20
Via Arterial	15,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,50	(E) 2,00 (D) 2,00	2,50	0,5	20
Via Conectora	15,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,50	(E) 2,00 (D) 2,00	2,50	0,5	20
Vias Locais	12,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,50	(E) 1,75 (D) 1,75	-	0,5	20

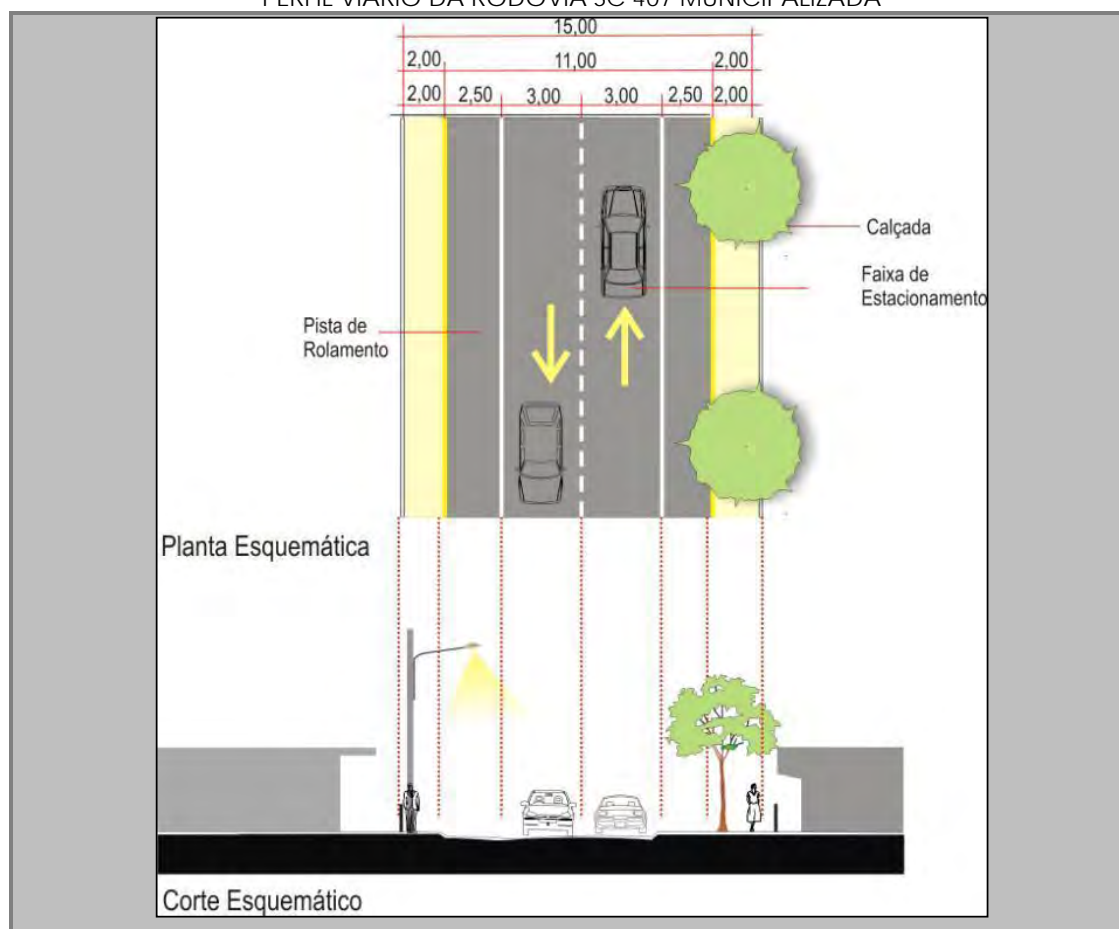
Notas:

(1) Medição válida para o trecho municipalizada.

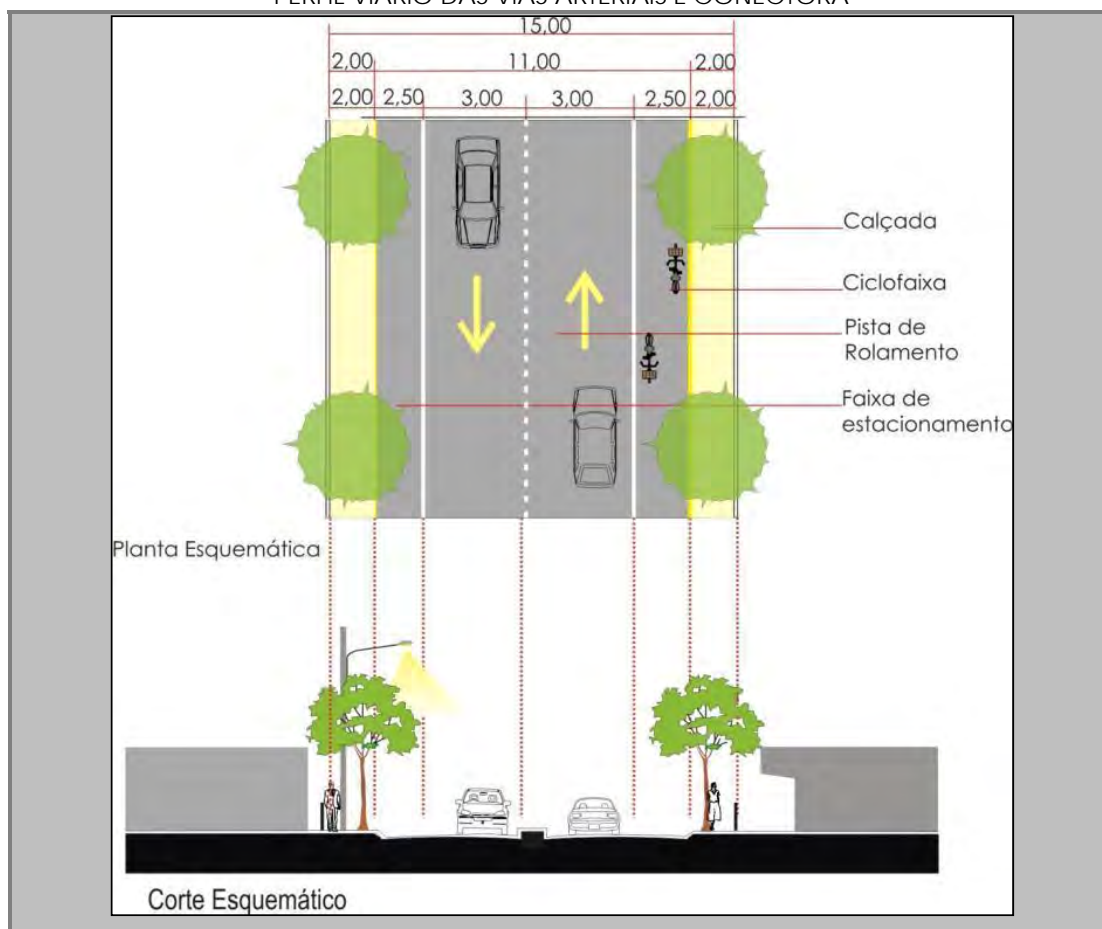
ANEXO 5

PERFIS DAS VIAS URBANAS DA SEDE

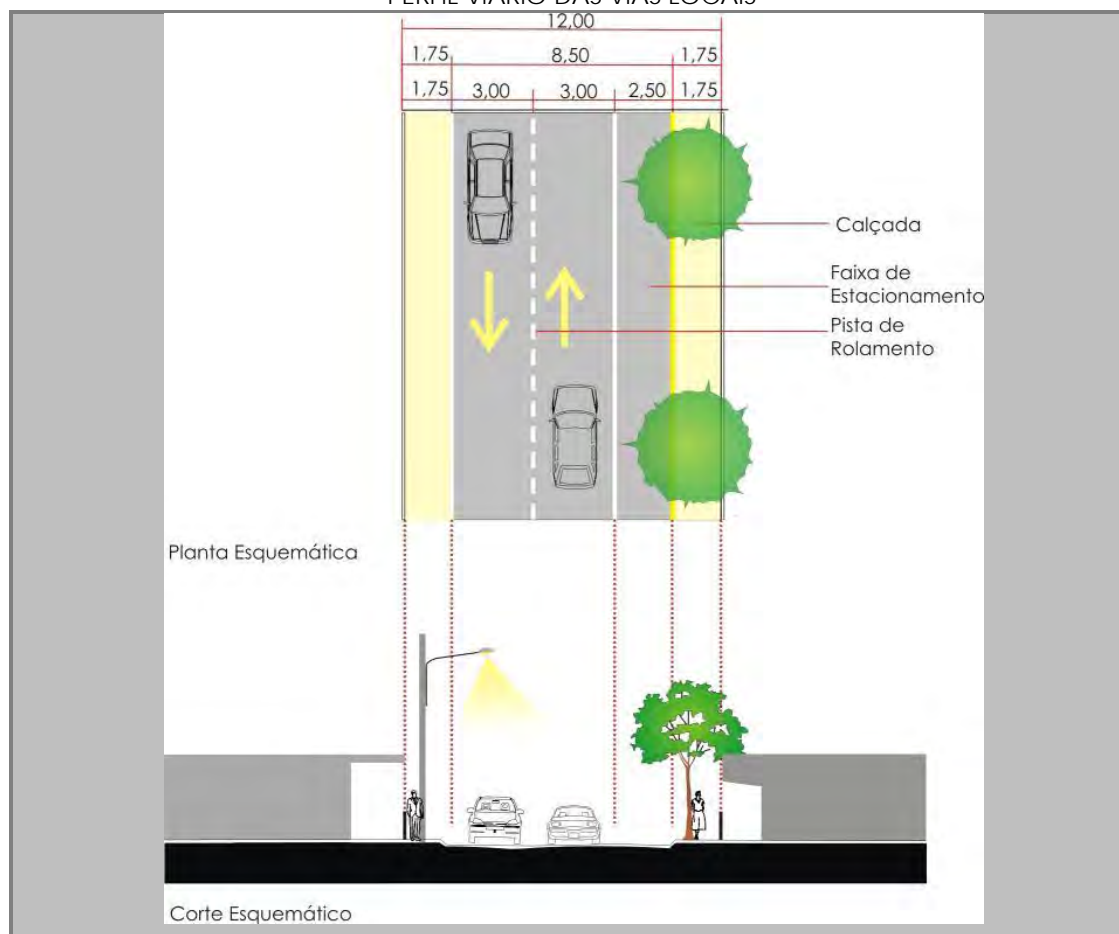
PERFIL VIÁRIO DA RODOVIA SC 407 MUNICIPALIZADA



PERFIL VIÁRIO DAS VIAS ARTERIAIS E CONECTORA



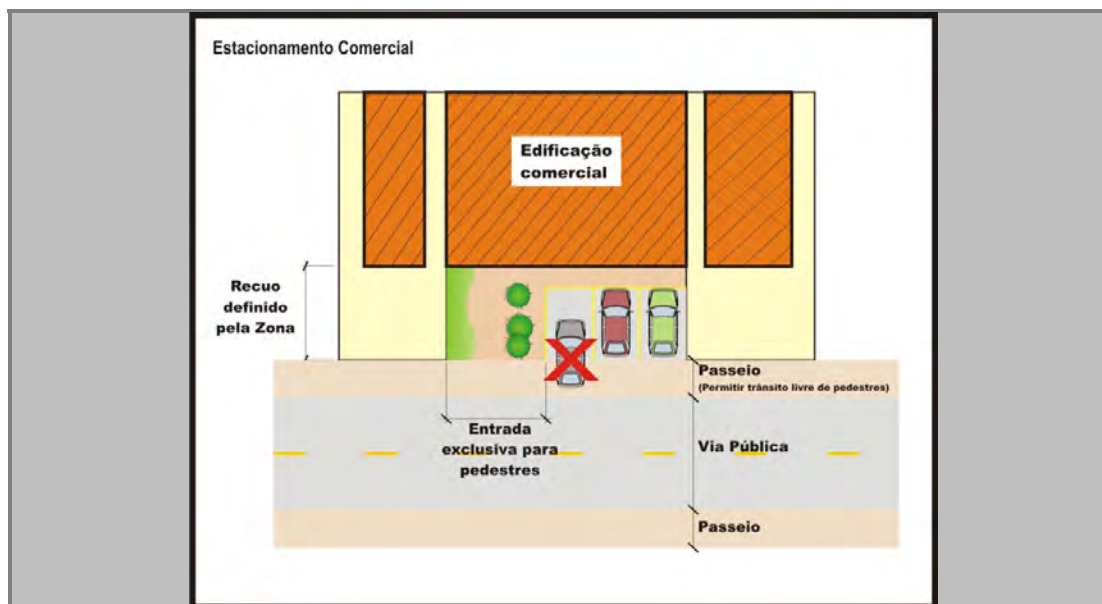
PERFIL VIÁRIO DAS VIAS LOCAIS



ANEXO 6
MAPA DE HIERARQUIA VIÁRIA DA SEDE URBANA

ANEXO 7

USO DE RECUOS DAS EDIFICAÇÕES COMO ÁREA DE ESTACIONAMENTO



1.5 LEI COMPLEMENTAR n.º 84/2011- DE PARCELAMENTO DO SOLO**LEI COMPLEMENTAR n.º 84, de 20 de Dezembro de 2011**

Súmula: Define os procedimentos relacionados com o parcelamento e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos no Município;

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Parcelamento do solo para fins urbanos no município de São Pedro de Alcântara será regido por esta Lei, em conformidade com a Legislação Federal, Estadual e Municipal e demais leis pertinentes.

§1º. O disposto na presente Lei aplica-se igualmente aos remembramentos do solo para fins urbanos e a condomínios ou loteamentos fechados.

§2º. O parcelamento do solo rural observará as normas federais vigentes.

Art. 2º O parcelamento do solo para fins urbanos observará as diretrizes gerais da política urbana, conforme dispõe o art. 2º da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, e os seguintes princípios:

I. Função social da cidade e da propriedade;

II. Garantia do direito à moradia e ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos;

III. Urbanismo como função pública e respeito à ordem urbanística;

IV. Prevalência do interesse público sobre o interesse privado;

V. Ocupação prioritária dos vazios urbanos;

VI. Recuperação pelo Poder Público das mais-valias urbanas decorrentes da ação do Poder Público;

VII. Acesso universal aos bens de uso comum do povo;

VIII. Preservação do interesse público como elemento determinante na destinação dos imóveis públicos.

Art. 3º A presente lei, visando promover o predomínio do interesse coletivo sobre o particular, apresenta os seguintes objetivos dentre outros:

I. Orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique em parcelamento do solo e remembramentos para fins urbanos;

II. Possibilitar à população a facilidade de acesso aos equipamentos urbanos e comunitários para assegurar-lhe condições dignas de habitação, trabalho, lazer e circulação no espaço urbano;

III. Facilitar ao Poder Público Municipal o planejamento de obras e serviços públicos;

IV. Prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

V. Ordenar o crescimento da cidade;

VI. Garantir a continuidade da malha urbana, evitando ociosidade de infra-estrutura;

VII. Assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo e remembramentos para fins urbanos.

Art. 4º Para os fins desta lei, consideram-se as seguintes definições, segundo Código Florestal Federal:

I. Alinhamento predial: linha divisória entre o lote e o logradouro público;

II. Alvará: documento expedido pelo Poder Público Municipal concedendo licença para o funcionamento de atividades ou a execução de serviços e obras;

III. Aprovação: ato que legitima uma nova situação física/geométrica/locacional do lote;

IV. Área de domínio público: é a área ocupada pelas vias de circulação, áreas institucionais e espaços livres;

V. Área de fundo de vale: área do loteamento destinada à proteção das nascentes e dos cursos d'água;

VI. Área institucional: áreas destinadas à implantação dos equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares;

VII. Área rural: a parcela do território cujo emprego envolve atividade de exploração extrativa agrícola, pecuária, silvícola ou agroindustrial;

VIII. Área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano por lei municipal específica, que não se enquadre na definição de área rural; destinada à moradia, ao comércio, a indústria, delimitado pelo perímetro urbano e nele incidindo o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

IX. Área verde: bosques de mata nativa representativos da flora do município, que contribuam para a preservação de águas existentes, do habitat, da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais;

X. Áreas destinadas a uso comum dos condôminos: aquelas referentes ao sistema viário interno e as demais áreas integrantes de condomínios não caracterizadas como unidades autônomas;

XI. Áreas destinadas a uso público: aquelas referentes ao sistema viário, à implantação de equipamentos comunitários, a espaços livres de uso público e a outros logradouros públicos;

XII. Área de Preservação Permanente: florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, cuja faixa de preservação no município é de 30,00 m (trinta metros) para cada lado do rio e raio de 50,00 m (cinquenta metros) de nascentes.

XIII. Arruamento: logradouro ou conjunto de logradouros públicos destinados à circulação viária e acesso aos lotes urbanos;

XIV. Condomínio: divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação e áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos, nem na modificação ou ampliação dos já existentes, podendo haver abertura de vias internas de domínio privado;

XV. Condomínio urbanístico: a divisão de imóvel em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao perímetro do condomínio.

XVI. Desmembramento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem que haja necessidade de abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes;

XVII. Empreendedor:

a) O proprietário do imóvel a ser parcelado, que responde pela implantação do parcelamento;

b) O compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou o superficiário, desde que o proprietário expresse sua anuência em relação ao empreendimento e sub-rogue-se nas obrigações do compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou do superficiário, em caso de extinção do contrato;

c) A pessoa física ou jurídica contratada pelo proprietário do imóvel a ser parcelado ou pelo poder público para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria, sob regime de obrigação solidária, devendo o contrato ser averbado na matrícula do imóvel no serviço de registro de imóveis;

d) As cooperativas habitacionais, as associações de moradores e as associações de proprietários ou compradores, que assumam a responsabilidade pela implantação do parcelamento.

XVIII. Equipamentos comunitários: são as instalações públicas de educação, cultura, saúde, segurança, esporte, lazer e convívio social;

XIX. Equipamentos urbanos: são as instalações de infra-estrutura urbana básica e outras de interesse público;

XX. Espaços livres: áreas de interesse de preservação e/ou espaços livres de uso público destinados à implantação de praças, áreas de recreação e esportivas, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos;

XXI. Faixa não edificável ("non aedificandi"): área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

XXII. Fração ideal: parte inseparável de um lote ou coisa comum, considerada para fins de ocupação;

XXIII. Gleba: área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano;

XXIV. Habitação: moradia digna inserida no contexto urbano, provida de infra-estrutura básica, de serviços urbanos e de equipamentos urbanos básicos;

XXV. Infraestrutura básica: equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, sistema de drenagem urbana e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não;

XXVI. Linhas Sanitárias: projeto de esgotamento cloacal e de tratamento de esgotos; projeto de rede coletora de esgotos; projeto de abastecimento de água potável;

XXVII. Lote: porção de terra parcelada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com testada para via pública oficial, servida de infra-estrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos nesta Lei e de acordo com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo urbano.

XXVIII. Loteamento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes, respeitando-se as diretrizes de arruamento;

XXIX. Parcelamento: subdivisão de glebas, áreas ou terrenos indivisos em lotes. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições das legislações federais, estaduais e municipais pertinentes;

XXX. Pista de rolamento: faixa destinada exclusivamente ao tráfego de veículos.

XXXI. Quadra: área resultante de loteamento, delimitada por vias de circulação e/ou limites deste mesmo loteamento;

XXXII. Registro: ato que legitima a propriedade do lote. Assim, o registro se dá após a aprovação, e um não substitui o outro. Deverá ser obedecido o prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação para que se proceda ao registro do lote. Caso isto não aconteça, a aprovação será considerada sem efeito;

XXXIII. Regularização fundiária: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visem a adequar assentamentos preexistentes, informais ou irregulares, às conformações legais, de modo a garantir o direito a cidades sustentáveis e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana;

XXXIV. Remembramento: Considera-se remembramento a unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.

XXXV. Testada: dimensão frontal do lote;

XXXVI. Unidade autônoma: a unidade imobiliária destinada à edificação, resultante de condomínio realizado nos termos desta lei;

XXXVII. Vias de circulação: área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas;

XXXVIII. Vias públicas: as vias são tornadas públicas oficialmente com a aprovação do lote com testada para elas. São consideradas vias públicas aquelas que figuram em plantas de parcelamento do solo aprovadas e que constituam testadas de lotes ou aquelas pavimentadas pelo poder Público Municipal;

TÍTULO II

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento e desmembramento, observadas as disposições desta Lei, bem como da legislação federal e estadual vigente.

Parágrafo Único. Os loteamentos e desmembramentos subordinam-se às diretrizes do Plano Diretor, da Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e da Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana do município quanto à destinação e à

utilização das áreas parceladas, de forma a garantir o desenvolvimento urbano integrado.

CAPÍTULO II

DAS EXIGÊNCIAS PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS DE PARCELAMENTO

Art. 6º O parcelamento do solo urbano só será permitido nas áreas inseridas nos perímetros urbanos do município, aprovados por lei municipal.

Parágrafo Único. O Município não aprovará loteamento de glebas distantes do perímetro urbano cuja implantação exija a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana, inclusive de vias de acesso, nas áreas adjacentes, salvo se:

I tais obras e serviços forem executados pelo loteador às suas próprias custas;

II a gleba se localizar em área propícia para urbanização, segundo as diretrizes de desenvolvimento urbano decorrentes do planejamento municipal, sem originar situações que caracterizem degradação ambiental.

Art. 7º Para a aprovação de novos parcelamentos deverão ser priorizados os vazios urbanos, e considerados os imóveis sujeitos à obrigatoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano.

Art. 8º O parcelamento do solo urbano poderá ser dividido em etapas de execução discriminadas no projeto completo.

Art. 9º Qualquer modalidade de parcelamento do solo urbano ficará sujeita à aprovação prévia da Prefeitura, nos termos das disposições desta e de outras leis pertinentes.

Art. 10 A tramitação dos processos de parcelamento do solo urbano compreende as etapas:

I. De Consulta Prévia, onde são requeridas diretrizes de parcelamento para a prefeitura;

II. Elaboração e apresentação de projeto à Prefeitura Municipal;

III. Expedição de licença;

IV. Vistoria;

V. E expedição de alvará de conclusão de obra.

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES PARA A CONSULTA PRÉVIA

Art. 11 Antes da elaboração do projeto, o interessado está obrigado a realizar a Consulta Prévia que resulte em informações das Diretrizes Gerais relativas a:

I. Uso e ocupação do solo, conforme Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;

II. Traçado do sistema viário e diretrizes, conforme Lei Municipal de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal;

III. Reserva de áreas destinadas a uso público, inclusive quanto a sua localização;

IV. Reserva de faixas não edificáveis;

V. Linhas sanitárias.

Parágrafo Único. O prazo máximo para o fornecimento das Diretrizes Gerais é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data do protocolo de entrega, pelo interessado, de todos os documentos exigidos.

Art. 12 As Diretrizes Gerais expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição, renovável por mais um ano, após o que estarão automaticamente prescritas e o processo iniciado arquivado.

Art. 13 Para a solicitação de diretrizes previstas no artigo anterior, o empreendedor deve apresentar requerimento específico e planta do imóvel à autoridade licenciadora.

§ 1º. O requerimento a que se refere o caput deste artigo deve ser instruído com:

I Prova de propriedade da gleba ou lote, ou de direito para parcelar, conforme disposto nesta lei;

II Certidão de matrícula da gleba ou lote atualizada, expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente.

§ 2º. A planta do imóvel deve estar georreferenciada e conter no mínimo:

I As divisas da gleba ou lote, com indicação de suas medidas perimetrais e área, e das vias lindeiras ao seu perímetro;

II As curvas de nível com espaçamento adequado à finalidade do

empreendimento;

III A localização dos cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios e nascentes, áreas de preservação permanente, áreas com vegetação significativa, árvores de porte isoladas e construções existentes na gleba ou lote;

IV O tipo de uso predominante a que o parcelamento se destina e uma estimativa do número de unidades habitacionais, no caso de uso residencial.

Art. 14 Deve ser comunicada à autoridade licenciadora qualquer alteração na situação jurídica da gleba ou lote objeto de análise para fins de formulação de diretrizes, obrigando à revisão das diretrizes formuladas.

Art. 15 Será indeferido pela autoridade licenciadora a solicitação de diretrizes, para os casos previstos no Art.42, podendo ainda declarar a impossibilidade de implantação do empreendimento com base na análise dos seguintes fatores:

I. A compatibilidade do empreendimento com o plano diretor;

II. A situação jurídica da gleba ou lote.

Art. 16 A autoridade licenciadora ao deferir a solicitação de diretrizes, deve formulá-las, indicando, no mínimo:

I. O traçado básico do sistema viário principal e diretrizes, no caso de loteamento;

II. A localização das áreas destinadas a uso público;

III. A localização das áreas com restrição ao uso e ocupação em razão da legislação federal, estadual ou municipal;

IV. As faixas não edificáveis;

V. Os usos admissíveis na gleba ou lote, com as respectivas localizações;

VI. Os requisitos a serem cumpridos para o licenciamento ambiental, se for o caso.

Art. 17 As diretrizes expedidas vigoram pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, renovável por mais um ano.

Art. 18 A autoridade licenciadora deve dar ampla publicidade às solicitações de diretrizes e das diretrizes formuladas, especialmente para a Câmara de Vereadores e para o Conselho de Desenvolvimento Municipal (ou Conselho da Cidade).

Art. 19 Fica dispensada a fase de fixação de diretrizes para loteamentos e desmembramentos que não resultem em mais de 09 (nove) unidades.

SEÇÃO II

DO PROJETO DE PARCELAMENTO

Art. 20 O projeto de parcelamento deve ser elaborado em conformidade com Lei Federal nº. 6.766/ 79 e suas alterações, e com as diretrizes formuladas pelo Município, considerando:

I. A valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico;

II. A previsão da execução das obras necessárias em sequência que impeça a instauração de processo erosivo e seu desenvolvimento;

III. A reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplenadas, com plantio de vegetação apropriada.

Art. 21 Desde o registro do seu contrato, os adquirentes de lotes ou unidades autônomas podem apresentar projetos de construção à autoridade municipal competente, ficando, porém, condicionada a expedição de "habite-se" ou ato equivalente ao termo de vistoria e recebimento de obras do parcelamento.

SEÇÃO III

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 22 O interessado apresentará projeto de loteamento, que será analisado para efeito de liberação do alvará de licença para início das obras.

Art. 23 O pedido de autorização para aprovação de projeto de loteamento e início das obras será instruído com os seguintes documentos:

I. Requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário ou pelo empreendedor, com firma reconhecida;

II. Proposta de instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor mencionado nos arts. 83 e 84 da presente

Lei que tratam da Responsabilidade do Empreendedor;

III. Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

IV. Instrumento de alteração de uso do solo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando for o caso;

V. Certidões negativas de tributos municipais;

VI. Declaração de possibilidade de abastecimento d'água potável fornecida pelo órgão competente;

VII. Declaração da possibilidade de fornecimento de energia elétrica fornecida pelo órgão competente;

VIII. 03 (três) vias impressas dos projetos urbanísticos e complementares e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, conforme estabelecido na presente Lei. Em casos de loteamento de parte do terreno, as plantas do projeto urbanístico deverão abranger a totalidade do imóvel;

IX. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução;

X.

XI. Autorização para corte da cobertura vegetal do terreno, expedida pelo órgão competente, quando for o caso.

Art. 24 O pedido de autorização para aprovação de projeto de desmembramento será instruído com os seguintes documentos:

I. Requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário e/ ou empreendedor, com firma reconhecida;

II. Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

III. Certidões negativas de tributos municipais, expedidos pelos órgãos competentes;

IV. 03 (três) vias impressas do projeto urbanístico preferencialmente nas escalas 1:200 e 1:500 (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

a) Rumos e distâncias das divisas;

b) Área resultante;

c) Indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;

d) Indicação precisa de edificações existentes;

e) Indicação precisa da localização em relação às vias mais próximas.

V. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução;

VI. Comprovação da existência de rede de abastecimento d'água e de energia elétrica no local;

VII. Memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

SEÇÃO IV

DO CONTEÚDO DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Art. 25 O projeto urbanístico de loteamento deverá ser apresentado em 03 (três) vias impressas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

I. Planta geral de localização, que compreenda a região onde o terreno estiver localizado, os logradouros vizinhos e o zoneamento previsto na respectiva lei;

II. Planta planialtimétrica, na escala mínima de 1:500, indicando:

a) Norte magnético e verdadeiro;

b) Pontos de amarração ou de referência da obra;

c) Cursos d'água e áreas alagadiças, se houver;

d) Alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;

e) Edificações existentes;

f) Subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração;

g) Sistema de vias com a respectiva hierarquia e denominação provisória (rua a, b);

h) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;

i) Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;

j) Marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas;

k) Todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo, em planta e perfis;
l) Praças e demais áreas públicas estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos em lei;
m) Áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas não edificáveis estabelecidas pela legislação vigente;
n) Linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio se houver;

o) Áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver;

p) Quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto, inclusive o número de lotes e quadras, áreas das vias públicas, dos espaços livres, dos espaços destinados a edifícios públicos e remanescentes loteáveis, e respectivos percentuais em relação à área total.

III. Memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Art. 26 Os projetos complementares deverão constar de:

I. Projeto detalhado de arruamento;

II. Projeto de rede de abastecimento d'água aprovada pelo órgão competente;

III. Projeto de rede elétrica e de iluminação pública aprovado pelo órgão competente;

IV. Projeto de rede de esgotos e, quando necessário, de sistema de tratamento de efluentes aprovado pelo órgão competente;

V. Projeto de rede de escoamento das águas pluviais, dimensionadas conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo órgão responsável e projeto municipal, quando existente;

VI. Projeto de arborização e praças, quando exigido a critério da Prefeitura Municipal, conforme Plano de Paisagismo e Arborização Urbana, com a recomendação do uso de espécies nativas da região.

Art. 27 Será necessária a apresentação de parecer do órgão competente sugerindo restrições a que a gleba seja parcelada, para os casos de empreendimentos que poderão gerar grandes impactos, tais como em terrenos:

I. Com área superior a 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados);

II. Com presença de nascentes, cursos d'água, represas, qualquer recurso hídrico e vegetação arbórea significativa;

III. Localizados em sítios arqueológicos;

IV. Que constituam áreas alagava, aterradas com material nocivo à saúde pública, geomorfologicamente degradadas ou com declividade superior a 30% (trinta por cento).

Art. 28 Todas as pranchas dos projetos deverão conter assinatura do proprietário e responsável técnico, anexada à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

SEÇÃO V

DA APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE LOTEAMENTOS E DESMEMBRAMENTOS

Art. 29 Considera-se aprovado o projeto de parcelamento que possua licença urbanística e licença ambiental.

Art. 30 A implantação de parcelamento do solo para fins urbanos no município de São Pedro de Alcântara depende de análise e aprovação do projeto, com a emissão da respectiva licença urbanística pela autoridade licenciadora, observando-se:

I. A exigência de licenciamento ambiental do parcelamento do solo para fins urbanos, pelo órgão ambiental competente;

II. Admitir-se a exigência de renovação periódica da licença ambiental, aos critérios do órgão licenciador;

III. A licença ambiental do parcelamento não pressupõe a licença ambiental das obras e atividades a serem implantadas nos lotes ou unidades autônomas produzidos, a qual deve ser feita na forma da legislação ambiental, pelo órgão ambiental competente;

Art. 31 Recebido o projeto de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá ao exame das plantas e do memorial descritivo, podendo recusar a indicação das áreas a serem doadas ou dos lotes a

serem caucionados e escolher outros, bem como exigir modificações que se façam necessárias.

§1º. A Prefeitura Municipal disporá de 90 (noventa) dias para pronunciar-se, ouvidas as autoridades competentes, para a aprovação, ou não, do projeto de loteamento, e 60 (sessenta) dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização.

§2º. Transcorridos os prazos sem a manifestação do Poder Público, o projeto será considerado rejeitado ou as obras recusadas, assegurada a indenização por eventuais danos derivados da omissão.

§3º. Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, a Prefeitura Municipal expedirá um Alvará de Licença no qual deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado; as obras a serem realizadas; o prazo para execução; a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato de seu registro e a descrição das áreas caucionadas por força desta Lei.

§4.º Com a expedição do Alvará de Licença, fica o loteador obrigado a demarcar as extremas dos lotes com moirões de cimento pintados e numerados, identificando-os conforme o Projeto aprovado. Qualquer divergência encontrada entre a marcação dos lotes e o Projeto, implicará na suspensão imediata da Licença e embargo do loteamento.

Art. 32 A aprovação do projeto de loteamento ficará condicionada à arborização das vias e, se necessário, dos locais destinados à área verde sob responsabilidade do empreendedor, conforme solicitação do órgão municipal competente.

Art. 33 Poderá ser negada a aprovação de loteamento, subdivisão de terrenos ou abertura de via ou logradouro que se contraponham ao interesse público ou sacrifiquem o desenvolvimento e planejamento do município.

Art. 34 O Município poderá aprovar parcelamentos com as obras de infra-estrutura incompletas ou parciais, desde que o empreendedor ofereça como garantia de sua execução, imóvel a ser caucionado, em valor correspondente ao das obras a serem executadas, conforme avaliação do órgão competente.

SEÇÃO VI

DA EMISSÃO DE ALVARÁ

Art. 35 O alvará de conclusão (total ou parcial) só será emitido após a conclusão das obras e dele deve constar o nome do bairro, número dos quarteirões aprovados, nomes das firmas executoras e consultora, assinatura do responsável técnico pelo acompanhamento das obras e do secretário do órgão municipal competente.

Art. 36 Não serão fornecidos alvarás de licença para construção, reforma ou demolição em lotes resultantes de parcelamentos não aprovados pelo Município.

Art. 37 Expedido o alvará de licença para o início das obras, o empreendedor poderá dar início às mesmas, mediante comunicação dirigida à Prefeitura.

Art. 38 O prazo para execução das obras será de 02 (dois) anos, contados a partir da data da autorização, o qual deverá ser anualmente renovado.

Parágrafo Único. O empreendedor que não cumprir o prazo disposto no caput deste artigo ficará sujeito à multa estabelecida nos artigos 109 a 112 desta Lei, até a conclusão da obra.

SEÇÃO VII

DA ENTREGA DAS OBRAS

Art. 39 Uma vez realizadas as obras e estando quitados os tributos municipais, a Prefeitura a requerimento do interessado aprovará o parcelamento após a realização de devida vistoria, fornecendo certidão e cópia visada do projeto, a ser averbada no Registro de Imóveis (RI) pelo interessado.

§ 1º. A Prefeitura terá no máximo de 180 (cento e oitenta) dias para atender ao requerimento do interessado.

§ 2º. A manifestação da autoridade licenciadora deve se dar mediante a expedição do Termo de Vistoria e Recebimento de Obras.

§ 3º. Todas as eventuais exigências oriundas da vistoria devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor.

§ 4º. A Apresentação de exigências pela autoridade licenciadora

interrompe o prazo previsto para o recebimento, que recomeça a fluir depois de cumpridas as exigências pelo empreendedor.

Art. 40 O empreendedor deve solicitar averbação do termo de vistoria e recebimento de obras na matrícula em que se acha registrado o parcelamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua expedição.

Art. 41 Os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, estadual ou federal, bem como os concessionários ou permissionários de serviços públicos, subordinam-se a todas as condições prescritas nesta lei.

CAPÍTULO III

DAS EXIGÊNCIAS URBANÍSTICAS PARA O PARCELAMENTO

Art. 42 Não será permitido o parcelamento do solo urbano em:

I. Terrenos alagadiços e em locais sujeitos as inundações;

II. Terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III. Terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento); salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV. Terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação por serem áreas de risco de deslizamento;

V. Área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis;

VI. Terrenos contíguos a cursos d'água, represas e demais recursos hídricos sem a prévia manifestação dos órgãos competentes;

VII. Áreas fora do alcance de equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável, das galerias de águas pluviais e de energia elétrica;

VIII. Onde não seja possível o esgotamento sanitário, seja mediante rede coletora ou fossa séptica, conforme determinação do órgão responsável;

IX. Áreas que não sejam adjacentes à malha urbana existente.

Art. 43 Não serão objetos de indenização em caso de desapropriações, as benfeitorias ou construções realizadas em parcelamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos parcelados, ou parceláveis, para fins de indenização, as glebas parceladas sem a devida autorização.

Art. 44 A responsabilidade pelas diferenças constatadas entre as dimensões existentes nos lotes e a planta aprovada, ou pelos custos de compatibilização das ruas com o sistema viário existente ou planejado será exclusivamente do empreendedor.

Art. 45 As áreas de equipamentos urbano e comunitário, os espaços de uso público e áreas verdes deverão ser implantados pelo empreendedor, conforme diretrizes fornecidas pela Prefeitura Municipal, e deverão ser mantidas e conservadas por este até o recebimento das obras.

Art. 46 Os parcelamentos devem atender ao disposto nesta lei, bem como à ordem urbanística expressa em leis municipais, Lei do Plano Diretor Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, e aos seguintes requisitos:

I. As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbano e comunitário, bem como a áreas verdes de uso público, deverão ser proporcionais à gleba e nunca inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da área loteável, dos quais:

a) Máximo de 20% (vinte por cento) poderá destinar-se à implantação do sistema viário;

b) Áreas verdes públicas deverão ser, no mínimo, iguais a 8% (oito por cento) da área loteável;

c) O restante, até completar os 35% (trinta e cinco por cento), deverá ser destinado à implantação de equipamentos públicos e comunitários tais como caixa d'água, subestação de energia elétrica, educação, cultura, esporte e lazer, creches, postos de saúde.

II. As áreas públicas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários a serem entregues ao Município deverão possuir no mínimo, 30% (trinta por cento) de seu total em um só perímetro, onde possa ser inscrito um círculo com raio mínimo de 10,00 m (dez metros), e em terreno com declividade inferior a 30% (trinta por cento);

III. A localização das áreas verdes públicas e das áreas destinadas

à implantação de equipamentos urbanos ou comunitários será definida de acordo com o interesse coletivo, pela Prefeitura Municipal não podendo estar situadas nas faixas "non aedificandi";

IV. Não serão computados como áreas verdes públicas os canteiros centrais ao longo das vias;

V. Não serão computadas como áreas verdes públicas as áreas de preservação permanente;

VI. Quando do interesse do Poder Público Municipal, as áreas verdes públicas e destinadas à implantação de equipamentos urbanos poderão ser definidas fora do perímetro da gleba onde for realizado o loteamento.

Art. 47 A ocupação do solo por meio de parcelamentos deverá ocorrer de forma a respeitar o meio ambiente, assegurando condições de acessibilidade e resolução de questões de risco geológico e inundações.

Art. 48 Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em terreno arruado ou loteado sem prévia licença da Prefeitura Municipal.

Art. 49 Os lotes deverão possuir as áreas e testadas mínimas previstas, definidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 50 As vias projetadas deverão harmonizar-se com a topografia local e sua seção transversal deverá obedecer ao disposto na Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal.

Art. 51 O comprimento das quadras dos loteamentos residenciais não poderá ser superior a 200,00 m (duzentos metros) e inferior a 30,00 m (trinta metros) devendo o arruamento ser compatível com as ruas existentes e projetadas em seu entorno.

Art. 52 As tubulações que não passarem pelas vias públicas deverão possuir faixas sanitárias não edificável com largura mínima conforme projeto aprovado pelo órgão competente.

Art. 53 Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o loteamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pelo Município a qual deverá ser executada pelo empreendedor.

Art. 54 Onde não existir rede de água, o Município somente autorizará o parcelamento se o empreendedor, com aprovação do órgão competente, executar o projeto de abastecimento a partir da captação em manancial existente na área ou a partir de poços artesianos.

Art. 55 Caso o órgão competente não assuma a operação do sistema de abastecimento de água, este deverá funcionar em sistema de condomínio, do qual participarão todos os compradores dos lotes e o empreendedor.

Art. 56 No caso de terrenos em nível inferior ao da rua, deverá haver rede complementar para escoamento das águas na parte mais baixa do terreno.

Art. 57 As áreas a serem transferidas ao Município passarão a integrar o domínio do Município no ato do registro do loteamento, sem ônus para este.

SEÇÃO I

DO REGISTRO DO PARCELAMENTO (LOTEAMENTOS E DESMEMBRAMENTOS)

Art. 58 O Registro Imobiliário do parcelamento deve ser feito no Cartório de Registro de Imóveis na forma prevista em lei, contendo, entre outros dados:

I. O nome do empreendimento;

II. A indicação das licenças concedidas e suas datas;

III. A indicação das áreas, em metros quadrados, destinadas aos lotes ou unidades autônomas, bem como das áreas destinadas ao uso público ou comum dos condôminos;

IV. Os nomes dos futuros logradouros públicos, se os mesmos já constarem do projeto aprovado;

V. As restrições administrativas, convencionais e legais;

VI. O prazo previsto de término da execução das obras e serviços;

VII. Quadro contendo a identificação de cada lote ou unidade autônoma, com sua quadra e número e o número de sua matrícula.

Parágrafo Único. O parcelamento não pode ser registrado se a descrição do imóvel constante da matrícula não corresponder ao

projeto aprovado.

Art. 59 Juntamente com o registro do parcelamento, devem ser abertas as matrículas correspondentes a cada um dos lotes ou unidades autônomas, cuja descrição deve conter:

I. O número do lote e quadra, o nome do logradouro que faz frente, as medidas perimetrais e área, e os lotes confrontantes com os números de suas respectivas matrículas;

II. Quanto às unidades autônomas, o seu número e quadra, as medidas perimetrais e área; a fração ideal da área comum e as unidades confrontantes com o número de suas respectivas matrículas.

Art. 60 As restrições administrativas, convencionais e legais, bem como os Ônus, devem ser transportadas para as matrículas abertas por meio de averbação.

Art. 61 O empreendedor deve requerer o registro do parcelamento dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data de aprovação do projeto, sob pena de caducidade das respectivas licenças, acompanhado dos seguintes documentos:

I. Título de propriedade da gleba ou lote;

II. Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhado das respectivas certidões expedidas pelo Oficial do Registro de Imóveis;

III. Certidões negativas nos termos da Lei;

IV. Autênticas de:

a) Licenças urbanísticas e ambiental do parcelamento;

b) Projeto;

c) Memorial descritivo e do cronograma físico;

d) Instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor.

V. Cláusulas padronizadas que regem os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas;

VI. Autorização do cônjuge do empreendedor ao parcelamento, salvo no caso de separação absoluta de bens;

VII. Instrumento de instituição e convenção do condomínio urbanístico.

§ 1º. Se o empreendedor não for o proprietário do imóvel, serão exigidos:

I Certidões de ações penais e cíveis condenatórias nos termos da lei;

II Autorização do cônjuge do proprietário do imóvel, ou do promitente comprador, ou cessionário, ou promitente cessionário ou superficiário, conforme o caso;

III Declaração do proprietário do imóvel dando anuência ao empreendimento, e responsabilizando-se, no caso de rescisão de contrato com o empreendedor, pelas obrigações assumidas;

IV IV Contrato de parceria firmado nos termos desta lei;

§ 2º. Na hipótese de o empreendedor ser o Poder Público, fica dispensado a apresentação:

I Das certidões e a autorização de que trata o inciso II deste artigo;

Art. 62 O Oficial do Registro de Imóveis tem o prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do protocolo do pedido de registro do parcelamento, para o exame dos documentos apresentados e comunicar ao empreendedor as eventuais exigências para o registro.

Art. 63 Estando a documentação em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis deve autuar o requerimento com os documentos e, informar o fato à autoridade licenciadora, providenciar a publicação de edital, contendo um resumo do pedido de parcelamento e um desenho simplificado da localização do imóvel.

Parágrafo Único. O Edital se processará na forma da Lei que regula os Registros Imobiliários em vigor, bem como as providências cabíveis no que tange as impugnações.

Art. 64 Registrado o parcelamento, o Oficial do Registro de Imóveis deve encaminhar à autoridade licenciadora a certidão correspondente.

Art. 65 A partir do registro do parcelamento, as áreas destinadas ao uso público, constante do projeto, passam a integrar o domínio do Município, independentemente de qualquer instrumento de sua outorga.

§ 1º. O disposto no caput se aplica também aos parcelamentos do solo para fins urbanos efetuados sobre imóveis de propriedade da União ou do Estado, condicionando-se a apresentação de termo de anuência destes.

§ 2º. Na hipótese de o Município dar outra destinação ao imóvel, retirando-lhe o uso público, o domínio das áreas afetadas ao uso comum do povo reverte à União ou ao Estado, através do termo de reversão da titularidade dominial, expedido pela autoridade federal ou estadual.

Art. 66 O registro do parcelamento só pode ser cancelado, ouvido o Ministério Público:

I. Por decisão judicial;

II. A requerimento do empreendedor, se não houver lotes ou unidades autônomas vendidos, com a anuência da autoridade licenciadora;

III. A requerimento do empreendedor, em conjunto com todos os adquirentes de lotes ou unidades autônomas, com anuência da autoridade licenciadora;

IV. A requerimento da autoridade licenciadora, no caso de parcelamento registrado há mais de 10 (dez) anos e não implantado, cuja licença urbanística não atenda as normas em vigor;

V. No caso em que a área seja objeto de regularização fundiária, objeto de parcelamento anterior, registrado, mas não executado, ou executado em desconformidade com seu licenciamento.

Art. 67 Os loteamentos e desmembramentos que não resultem em mais de 10 (dez) unidades devem ser requeridos pelo empreendedor e instruídos com a devida licença urbanística, plantas e memoriais descritivos da gleba ou lote e das parcelas a serem criadas, obedecidas às normas contidas na Lei Federal 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 68 O registro de condomínio rege-se pelo disposto nesta lei, e suplementarmente, pela Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 69 Nenhum imóvel pode ser alienado sem antes estar devidamente matriculado no Serviço de Registro de Imóveis, bem como, não podem ser objeto de alienação partes destacadas de terreno, sem antes ter sido o imóvel devidamente parcelado ou regularizado nos termos desta lei.

SEÇÃO II

DA INTERVENÇÃO

Art. 70 No caso de o empreendedor estar executando o parcelamento sem registro, em desacordo com o projeto aprovado ou em descumprimento ao cronograma físico, a autoridade licenciadora deve notificá-lo para, no prazo e nas condições fixadas, regularizar a situação, sem prejuízo da aplicação das devidas sanções administrativas.

§ 1º. Além do previsto no caput deste artigo, a autoridade licenciadora deve comunicar a irregularidade ao Ministério Público, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

§ 2º. Havendo a omissão da autoridade licenciadora, o Ministério Público também pode promover a notificação do empreendedor prevista no caput deste artigo.

Art. 71 Qualquer pessoa pode comunicar ao Poder Público municipal a existência de parcelamento irregular, devendo os agentes públicos competentes tomar imediatamente as providências cabíveis, na forma do artigo anterior, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 72 Decorrido o prazo previsto no caput do artigo anterior, sem regularização e havendo risco de a irregularidade vir a causar dano à ordem urbanística, a autoridade licenciadora pode decretar a intervenção no empreendimento, nos termos da Lei Federal nº. 6.766/79 e alterações.

CAPÍTULO IV

DOS CONTRATOS

Art. 73 A alienação dos lotes ou unidades autônomas pode ser contratada por qualquer uma das formas previstas em lei Federal, sendo vedada cláusula de arrependimento nos contratos preliminares, sob pena de considerar-se não escrita.

Art. 74 Os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas são regidos por disposições específicas a cada contratação

e por cláusulas padronizadas, nos termos da Legislação Federal pertinente.

Art. 75 A alienação de imóvel parcelado caracteriza-se como uma relação de consumo, submetendo-se à Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, e à Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas alterações.

Art. 76 Nos termos da Lei Federal, o contrato preliminar, desde que registrado, vale como título para o registro da propriedade do lote ou unidade autônoma adquiridos, quando acompanhado da respectiva prova de quitação.

Art. 77 As questões de insolvência ou de falência, bem como cessão, são regidas pela Lei Federal nº. 6.766/79 e suas alterações.

Art. 78 O registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão só pode ser cancelado:

I. Por decisão judicial;

II. O requerimento conjunto das partes contratantes;

III. Quando houver rescisão comprovada do contrato.

Art. 79 Com a certidão expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente atestando que o contrato está quitado, o Poder Público, a requerimento do adquirente, deve fazer a transferência do lançamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote ou unidade autônoma para o nome do adquirente.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

SEÇÃO I

DO EMPREENDEDOR

Art. 80 É obrigatória, para a execução de loteamento, a prestação de caução.

§ 1º. No ato de recebimento do Alvará de Licença e da cópia do projeto aprovado pela Prefeitura, o interessado assinará um termo de Compromisso, ao qual deve estar anexado proposta de instrumento de garantia de execução das obras a seu cargo.

§ 2º. O instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor, referido no caput deste artigo, pode ser representado por hipoteca de lotes ou unidades autônomas no próprio empreendimento, com o devido registro na matrícula dos imóveis dado em garantia; hipoteca de outros imóveis; fiança bancária ou pessoal; depósito ou caução de títulos da dívida pública; seguro garantia correspondendo ao mesmo valor orçado para as obras de urbanização, ou por qualquer outra espécie de garantia prevista em lei.

§ 3º. Se a caução se der na forma de carta de fiança bancária, a mesma ficará em depósito na Divisão da Tesouraria, contendo cláusula de correção monetária e prazo de no mínimo o previsto no cronograma das obras acrescido de 12 (doze) meses. Podendo, se necessário, na emissão do alvará de urbanização, poderá ser exigida a renovação da caução, com prazo de validade mínima ao do cronograma acrescido de 6 (seis) meses.

Art. 81 É de responsabilidade, ainda, do empreendedor:

I. Executar os serviços previstos no Art. 83 e 84 da presente Lei;

II. Executar as obras de infra-estrutura de acordo com os anteprojetos apresentados e aprovados ou modificados pela Prefeitura Municipal;

III. Não outorgar qualquer escritura da venda dos lotes antes de concluídas as obras previstas nos itens anteriores e de cumpridas as demais obrigações impostas por esta lei ou assumidas no Termo de Compromisso;

IV. Fazer constar dos compromissos de compra e venda de lotes a condição de que as mesmas só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas nos itens anteriores;

V. Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços.

§1º. As obras de que cogita o presente artigo e seus itens deverão ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

§ 2º. O prazo para a execução das obras e serviços a que se referem os itens I e II deste artigo será estabelecido, entre empreendedor e a Prefeitura, quando da aprovação do loteamento, não podendo ser este prazo superior a 02 (dois) anos.

Art. 82 Será exigida, em todos os loteamentos liberados para a

execução das obras de infra-estrutura, a instalação de placa com dimensões mínimas de 2,00m (dois metros) por 3,00m (três metros), fixada em local visível, contendo:

I. Nome do empreendimento;

II. Nome do responsável pelo empreendimento;

III. Nome e número do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do responsável técnico;

IV. Número do alvará de licença para a execução de obras, fornecido pelo Município;

V. Os seguintes dizeres:

VI. "Este empreendimento está liberado para implantação de infra-estrutura, estando proibida a venda de lotes, conforme a Lei Federal Nº6.766/79 e as alterações da Lei Federal Nº9.785/99. Consulte a Prefeitura antes de comprar um lote".

Art. 83 De posse do alvará de licença para o início das obras, o empreendedor deverá executar no mínimo os seguintes serviços, conforme os projetos já liberados:

I. Demarcação das quadras com marcos de concreto;

II. Terraplenagem de todas as ruas;

III. Implantação dos meio-fios em concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV. Obras de consolidação e arrimo, pontilhões e qualquer obra-de-arte necessária à conservação das ruas;

V. Rede de abastecimento de água potável, com sistema de captação e tratamento se for o caso;

VI. Rede de eletrificação e iluminação pública;

VII. Rede de esgotamento de águas pluviais, com bocas de lobo em alvenaria de tijolo maciço e grelha de ferro ou concreto armado, conforme modelo fornecido pelo Município;

VIII. Ensaibramento da pista de rolamento das vias com declividade inferior a 15% (quinze por cento) com material de boa qualidade em camada compacta e com espessura mínima de 0,20 m (vinte centímetros);

IX. Pavimentação das vias com mais de 15% (quinze por cento) de declividade, no mínimo com sub-base de ensaibramento conforme o item anterior e base de areia de no mínimo 0,15 m (quinze centímetros) de espessura para vias pavimentadas com pedras irregulares, paralelepípedos ou similares, e base de brita de no mínimo 0,15 m (quinze centímetros) de espessura para vias asfaltadas, podendo o Município estabelecer outras exigências conforme o tipo de solo;

X. Recobrimento vegetal de todos os taludes com declividade superior a 1(horizontal) para 2 (vertical);

XI. Rede de esgoto e sistema de tratamento de efluentes, quando for o caso.

Art. 84 As canalizações deverão ser recobertas após autorização por escrito da Prefeitura, a qual poderá exigir regulamentações de acordo com o projeto de rede de esgotamento padrão do município

Art. 85 Nas ruas com declividade inferior a 15% (quinze por cento) a pavimentação das vias poderá ser executada pela Prefeitura por meio do sistema de contribuição de melhoria, a requerimento dos interessados, ou pelo empreendedor, quando este assim se dispuser, atendendo as exigências estabelecidas.

Art. 86 Para a execução de obras de infra-estruturação de loteamentos, a Prefeitura Municipal e o empreendedor poderão utilizar o instrumento de Consórcio Imobiliário, legislado e regulamentado por Lei Municipal específica.

Art. 87 Antes de o empreendedor iniciar a pavimentação das ruas, deverá fazer comunicação por escrito neste sentido à Secretaria de Obras, a fim de possibilitar o acompanhamento da obra.

Parágrafo Único. Durante a execução das obras deverão ser respeitados os cuidados com a limpeza e o sossego público previstos na Lei do Código de Obras e Lei do Código de Posturas.

Art. 88 O empreendedor deve comunicar à autoridade licenciadora quaisquer alterações ocorridas no registro de imóveis quanto à propriedade, direitos reais e ônus relativos à gleba ou ao lote.

Art. 89 O empreendedor deve manter conta corrente única e específica em sua contabilidade relativa a cada empreendimento regido

por esta Lei, para a movimentação dos recursos recebidos dos adquirentes de lotes ou unidades autônomas.

Parágrafo Único. Além do disposto no caput deste artigo, os empreendimentos regulados por esta Lei podem ser constituídos sob regime de patrimônio de afetação, a critério do empreendedor.

SEÇÃO II

DO PODER PÚBLICO

Art. 90 É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários:

I. A implantação dos elementos de infra-estrutura complementares não exigidos do empreendedor, nos loteamentos e desmembramentos;

II. A operação e a manutenção da infra-estrutura básica e complementar, nos loteamentos e desmembramentos e das áreas destinadas a uso público nos parcelamentos.

§ 1º. A implantação, operação e manutenção dos equipamentos comunitários a cargo do Poder Público devem respeitar as orientações específicas das licenças urbanística e ambiental, bem como as diretrizes das respectivas políticas setoriais.

§ 2º. Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infra-estrutura básica e complementar das áreas destinadas a uso público.

§ 3º. Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infra-estrutura básica e complementar das áreas destinadas ao uso público, externas a condomínios.

§ 4º. É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários disponibilizar os pontos de conexão necessários para a implantação dos elementos de infra-estrutura básica ou complementar na área interna do parcelamento, a ser efetuada pelo empreendedor.

Art. 91 Admite-se a contratação de parceria público-privada, nos termos da lei, para o cumprimento das exigências previstas neste Capítulo.

Art. 92 O Poder Público ou os concessionários devem reembolsar o custo de obras de sua competência se executadas pelo empreendedor, quando de sua transferência ao Poder Público, na forma do contrato.

SEÇÃO III

DOS CONDÔMINOS

Art. 93 Cabe aos condôminos a manutenção do sistema de circulação, das áreas destinadas a uso comum dos condôminos e da infra-estrutura complementar interna dos condomínios urbanísticos, a partir do registro da instituição do condomínio no Registro de Imóveis, responsabilizando-se o empreendedor pelos custos relativos às unidades ainda não alienadas.

CAPÍTULO VI

DOS PARCELAMENTOS ILEGAIS

Art. 94 Serão considerados parcelamentos ilegais e sujeitos à regularização nos termos da legislação vigente:

I. Parcelamento licenciado e não registrado;

II. Parcelamento não licenciado e clandestino;

III. Parcelamento que não atenda a destinação de áreas públicas, nos termos desta lei;

Art. 95 Ocorrendo a execução de parcelamento licenciado, mas não registrado, a localização, dimensão e finalidade das áreas destinadas a uso público não podem ser alteradas, sob pena de aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

§ 1º. Na hipótese de execução de parcelamento não licenciado, a autoridade licenciadora deve definir, no processo de regularização fundiária, a localização, dimensão e finalidade das áreas de que trata o caput deste artigo.

§ 2º. Caso não seja possível alcançar o percentual de áreas destinadas a uso público exigido por lei municipal, o empreendedor deve ressarcir o Município, em área equivalente, no dobro da diferença entre o total das áreas públicas exigidas..

Art. 96 A Prefeitura poderá promover notificação ao empreendedor sobre a necessidade do registro do loteamento e,

conseqüentemente, da necessidade de regularização do mesmo para torná-lo capaz de ser registrado, sendo esta notificação feita pessoalmente ao notificado, que deverá assinar comprovante do recebimento.

Art. 97 O empreendedor que parcelar sem autorização do Município ou em desacordo com o projeto aprovado, além das multas previstas nesta lei, será obrigado a reparar os danos ambientais provenientes de escavações e quaisquer outras obras ou serviços executados no imóvel.

§ 1º. O Órgão Municipal Competente estipulará o prazo que não excederá a um ano para o proprietário regularizar o loteamento e iniciar as obras de reparação, nos termos do caput deste artigo, após análise de cada caso concreto.

§ 2º. Havendo parte do loteamento ou ruas em condições de serem aprovadas, poderá ser efetuada a aprovação parcial.

§ 3º. Findo o prazo concedido ao loteador sem que este tenha tomado as providências exigíveis, será facultado aos adquirentes dos terrenos ou lotes irregulares a fazer a regularização e solicitar a aprovação do loteamento, e as taxas devidas serão distribuídas entre os proprietários da área beneficiada.

Art. 98 As chácaras de campo que, pelas características de ocupação, sejam parcelamentos do solo para fins urbanos de fato, podem ser regularizados por decisão de 2/3 (dois terços) dos proprietários das frações e transformá-las em condomínios, com a extinção da associação proprietária do terreno e com a transferência aos sócios cotistas das frações ideais do terreno.

Parágrafo Único. Para a regularização pode-se dispensar a aprovação de projeto, se já possuírem um projeto aprovado anteriormente observando-se o que segue:

I Elaboração de projeto específico;

II Observar o contido no art. 11 e Parágrafo Único;

III Observar os requisitos para o parcelamento da presente lei, ressalvada a possibilidade de redução, a critério da autoridade licenciadora, do percentual de áreas destinadas a uso público, definido no capítulo II desta Lei.

Art. 99 Todos os atores envolvidos, como empreendedor, Poder Público, condôminos, autoridade licenciadora, estão obrigados a esta lei, bem como à Leis Federais pertinentes.

Art. 100 A regularização fundiária efetivada nos termos da Lei, posterior ao parcelamento, ou a celebração de termo de ajustamento de conduta, não extinguem a punibilidade.

Parágrafo Único. Lei Municipal específica regulamentará a Regularização Fundiária no município, conforme Lei do Plano Diretor.

CAPÍTULO VII

DO REMEMBRAMENTO

Art. 101 Nos casos de REMEMBRAMENTO, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do respectivo PROJETO DE REMEMBRAMENTO, devendo para tal fim anexar, em seu requerimento, os seguintes documentos:

I. Título de propriedade dos imóveis, sem cláusula restritiva quanto a sua alienabilidade, comprovada através de Certidões do Registro de Imóveis;

II. Certidão negativa da Fazenda Municipal referente aos Imóveis;

III. Quatro cópias do PROJETO DE REMEMBRAMENTO apresentadas em papel e uma cópia em meio digital, sem rasuras, na escala indicada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, assinadas pelo proprietário e pelo profissional responsável pelo projeto, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) As divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;

b) Localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas à inundações, bosques, construções existentes;

c) Orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;

d) Arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;

e) Planta de situação anterior e posterior ao remembramento que pretende efetuar, contendo as identificações do(s) lote(s), dimensões lineares e angulares, raios, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise

do projeto;

f) Outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do poder executivo municipal.

g) Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA;

h) Memoriais descritivos do(s) lote(s).

CAPÍTULO VIII

DOS CONDOMÍNIOS

Art. 102 Aplicam-se aos Condomínios Urbanísticos ou loteamentos fechados os requisitos e procedimentos prescritos nesta Lei, os índices urbanísticos definidos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e na Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade do município.

Art. 103 A implantação do condomínio não poderá interromper o prolongamento das vias públicas existentes ou projetadas, bem como as demais vias classificadas na Lei de Sistema de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal.

Art. 104 As vias internas do Condomínio Urbanístico serão obrigatoriamente pavimentadas e devem seguir as características de vias locais estabelecidas na Lei de Sistema de Circulação, Transporte e Mobilidade Municipal.

Art. 105 O muro em torno do Condomínio deve ser construído com altura não superior a 3,00m (três metros), tendo este 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de altura feito em material que impeça a visualização e o restante com elemento vazado sendo ambos em materiais que proporcione estabilidade e segurança, sendo permitida a colocação de cercas elétricas, desde que obedecidas às normas técnicas de segurança para se evitar danos físicos a pessoas ou a animais.

Parágrafo único. O município deverá regulamentar no prazo de 12 (doze) meses a partir da aprovação desta lei, a colocação de fios eletrificados e outros equipamentos de segurança.

Art. 106 A extensão máxima de muros que confrontam com vias públicas não poderá ser superior a 50% do comprimento de cada face individual de quadra. O restante da extensão deverá ser de material e solução construtiva que não ofereça bloqueio visual às vias públicas.

Art. 107 As obras e serviços de reparos das áreas públicas situadas dentro do perímetro do condomínio somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo municipal.

Art. 108 O Condomínio deverá ter o registro no Ofício do Registro de Imóveis, especificando-se na respectiva matrícula o uso do imóvel somente para esta finalidade.

TÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 109 Os infratores da presente lei estarão sujeitos às penalidades impostas por infrações administrativas contra a Ordem Urbanística, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, em especial as previstas na Lei Federal nº 6.766/ 79 e suas alterações, bem como da obrigação de reparar os danos causados à ordem urbanística e a terceiros.

Art. 110 Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes da licença urbanística:

I. PENA - Multa de 800 VRM (oitocentos Valores de Referência Municipal) e embargo do empreendimento.

Art. 111 Expedir:

I. Licença urbanística sem a observância das disposições desta Lei;

II. Título de legitimação de posse a quem saiba não preencher os requisitos exigidos em lei:

a) PENA - Multa de 950 VRM (novecentos e cinquenta Valores de Referência Municipal).

Parágrafo Único. Comete também a infração prevista no inciso II do caput aquele que, mediante declaração falsa ou outro meio fraudulento, contribui para a expedição indevida do título de legitimação de posse, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 112 Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o agente

público incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº. 8.429, de 2 de junho de 1992, quando estimular, permitir ou omitir-se em relação a:

I. Parcelamentos do solo para fins urbanos efetivados em desacordo com esta Lei;

II. Ocupações informais ou irregulares do solo urbano.

Parágrafo Único. Incorre igualmente em improbidade administrativa o agente público que deixar de cumprir, injustificadamente, os prazos e outras determinações previstas nesta Lei para a prática dos atos de sua competência.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 113 Será obrigatório, conforme Lei Federal nº. 10.932/04, ao longo das faixas de domínio público das rodovias estaduais, a reserva de uma faixa não-edificável de 15,00 m(quinze metros) de cada lado, salvo maiores exigências de legislação específica.

Parágrafo único. Se necessária, a reserva de faixa não-edificável vinculada a dutovias será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes.

Art. 114 O empreendedor, ainda que já tenha vendido todos os lotes ou unidades autônomas, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação judicial destinada a impedir construção e uso em desacordo com restrições legais ou contratuais, ou para promover a demolição da construção desconforme.

Art. 115 Se o empreendedor integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do parcelamento irregular, é solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos adquirentes de lotes ou unidades autônomas e ao Poder Público.

§ 1º. Também são solidariamente responsáveis os co-possuidores e co-proprietários do imóvel objeto do parcelamento, ainda que não tenham anuído com sua implantação.

§ 2º. Nos termos da lei federal, poderá ser decretada a desconsideração da pessoa jurídica e indisponibilidade dos bens necessários das pessoas referidas no caput deste artigo e § 1º, como medida liminar destinada a garantir a regularização do empreendimento ou o ressarcimento dos danos.

Art. 116 O foro competente para os procedimentos judiciais previstos nesta Lei é sempre o da comarca da situação do lote ou da unidade autônoma, observado o disposto no art. 107 do Código de Processo Civil.

Art. 117 Os loteamentos aprovados antes da vigência da presente Lei e ainda não totalmente executados, terão um prazo de um ano para iniciar a implantação do projeto aprovado, e após este prazo estarão sujeitos às exigências das mesmas.

Art. 118 Esta lei complementa as normas da legislação referente ao Plano Diretor Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 119 Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal (CONSELHO DA CIDADE) em vista de lei federal vigente e leis municipais integrantes ao Plano Diretor Municipal.

Art. 120 Ficam revogadas as disposições em contrário.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

1.6 LEI COMPLEMENTAR nº 85/2011- CÓDIGO DE OBRAS
LEI COMPLEMENTAR N.º 85, de 20 de dezembro de 2011.

Súmula: Dispõe sobre o Código de Obras do município de São Pedro de Alcântara regulamentando as normas edilícias no município; e revoga a Lei Municipal nº 04 de 21 de março de 1.997 e dá outras providências.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS

OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º Esta Lei dispõe do novo Código de Obras e matérias de Edificações em Geral do município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, elaborado à luz do Plano Diretor e demais leis pertinentes.

Art. 2º Serão reguladas pelo presente Código as seguintes obras efetuadas por particulares ou entidade pública, na zona urbana e rural no município, obedecendo as prescrições legais federais e estaduais pertinentes:

I. Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação, demolição;

II. Projetos de edificações;

III. Serviços e obras de infra-estrutura;

IV. Drenagens e pavimentação;

V. Abastecimento de água e esgotamento sanitário;

VI. Energia e telefonia.

§ 1º. Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo, executados por órgão público ou por iniciativa privada, estarão obrigados à prévia Licença Municipal.

§ 2º. Os projetos, serviços e obras referidas neste artigo devem ser executados de acordo com as exigências contidas neste Código e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

Art. 3º O Município oferecerá incentivos para as construções em estilo germânico.

Art. 4º Constituem objetivos do Código de Obras:

I. Regular a atividade edilícia, visando garantir as condições mínimas de segurança, conforto, higiene e salubridade das edificações e obras em geral, inclusive as destinadas ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos;

II. Atribuir direitos e responsabilidades do município, do proprietário ou possuidor de imóvel, e do profissional, atuantes na atividade edilícia;

III. Estabelecer procedimentos administrativos, regras gerais e específicas destinados ao controle da atividade edilícia.

Art. 5º Mediante convênio com organizações governamentais ou não-governamentais, poderá o Poder Público dispensar de projeto próprio às edificações residenciais isoladas com área construída inferior a 70 m², destinada a famílias com renda inferior a 03 (três) salários-mínimos, sendo utilizado projeto-padrão fornecido pela entidade conveniada, sendo a responsabilidade técnica pela execução assegurada por profissionais qualificados, devidamente anotada em formulário especial.

Art. 6º Todos os logradouros públicos e edificações, exceto aqueles destinados à habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser projetados de modo a permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, conforme orientações previstas na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º Para atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será exigida, a critério do órgão competente do município, aprovação prévia dos órgãos estadual e municipal de controle ambiental quando da aprovação do projeto.

Parágrafo Único. Consideram-se impactos ao meio ambiente, natural e construído, as interferências nas condições da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, da insolação e acústica das edificações e suas áreas vizinhas, bem como do uso do espaço urbano.

Art. 8º O projeto do qual possa decorrer risco à saúde pública, deverão atender as exigências do Código de Vigilância Sanitária, legislação estadual e federal, e ser analisado pela autoridade sanitária municipal, a fim de que obtenha as devidas autorizações e licenciamentos.

Art. 9º As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, ou nas suas vizinhanças, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 10 Para efeito de aplicação deste Código, ficam assim conceituados os termos:

I. Alinhamento: linha divisória legal entre lote e logradouro público;

II. Altura da edificação: desnível real entre o pavimento do andar de saída da edificação e o pavimento do andar mais elevado, excluído o ático;

III. Andar: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior de sua cobertura;

IV. Área edificada: área total coberta de uma edificação;

V. Área útil: superfície utilizável de uma Edificação, excluídas as paredes;

VI. Ático: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar casa de máquinas, piso técnico de elevadores, caixas d'água e circulação vertical;

VII. Átrio: pátio interno, de acesso a uma Edificação;

VIII. Balanço: avanço da Edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares;

IX. Certificado de conclusão de obra: documento expedido pela prefeitura que autoriza a ocupação de uma edificação;

X. Consulta prévia: consulta de viabilidade.

XI. Coroamento: elemento de vedação que envolve o ático;

XII. Demolição: total derrubamento de uma edificação. (a demolição parcial ou o total derrubamento de um bloco de um conjunto de edificações caracteriza-se como reforma);

XIII. Edificação: obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material;

XIV. Edificação permanente: aquela de caráter duradouro;

XV. Edificação transitória: aquela de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

XVI. Embargo: ato administrativo que determina a paralisação de uma obra;

XVII. Equipamento: elemento destinado a guarnecer ou completar uma edificação, a esta se integrando;

XVIII. Equipamento permanente: aquele de caráter duradouro;

XIX. Equipamento transitório: aquele de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

XX. Escala: relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa;

XXI. Infração: violação da lei.

XXII. Jirau: mobiliário constituído por estrado ou passadiço instalado a meia altura em compartimento; piso intermediário dividindo compartimento existente com área até ¼ da área do compartimento;

XXIII. Lindeiro: limítrofe;

XXIV. Logradouro público: toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;

XXV. Memorial descritivo: texto descritivo de elementos ou serviços para a compreensão de uma obra, tal como especificação de componentes a serem utilizados e índices de desempenho a serem obtidos;

XXVI. Mezanino: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares;

XXVII. Mobiliário: elemento construtivo não enquadável como edificação ou equipamento;

XXVIII. Movimento de terra: modificação do perfil do terreno que implicar em alteração topográfica superior a 1,00 m (um metro) de desnível ou a 1.000,00 m³ (um mil metros cúbicos) de volume, ou em terrenos pantanosos ou alagadiços;

XXIX. Muro: elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, em relação ao nível do passeio;

XXX. Muro de arrimo: muro destinado a suportar desnível de

terreno superior a 1,00 m (um metro), com altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e do terreno a ser edificado;

XXXI. Número de pavimentos: em terrenos inclinados, menores de 15% de declividade, o número de pavimentos é definido a partir do nível da via pública; em terrenos maiores de 15% de declividade, o nível zero será a menor cota atingida pela construção;

XXXII. Obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique na alteração de seu estado físico anterior;

XXXIII. Obra complementar: edificação secundária, ou parte da edificação que, funcionalmente, complemente a atividade desenvolvida no imóvel;

XXXIV. Obra emergencial: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel;

XXXV. Pavimento: plano de piso; conjunto de compartimentos situados no mesmo nível numa edificação;

XXXVI. Peça gráfica: representação gráfica de elementos para a compreensão de um projeto ou obra;

XXXVII. Perfil do terreno: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serviu de base para a elaboração do projeto e/ou constatação da realidade;

XXXVIII. Perfil original do terreno: aquele constante dos levantamentos aerofotogramétricos disponíveis ou do arruamento aprovado, anteriores à elaboração do projeto;

XXXIX. Piso drenante: aquele que permite a infiltração de águas pluviais no solo através de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua superfície por metro quadrado;

XL. Reforma: obra que implica em uma ou mais das seguintes modificações, com ou sem alteração de uso: área edificada, estrutura, compartimentação vertical e/ou volumetria. Obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação;

XLI. Pequena reforma: reforma com ou sem mudança de uso na qual não haja supressão ou acréscimo de área, ou alterações que infrinjam as legislações edilícias e de parcelamento, uso e ocupação do solo;

XLII. Reconstrução: obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, motivada pela ocorrência de incêndio ou outro sinistro fortuito, mantendo-se as características anteriores;

XLIII. Reparo: obra ou serviço destinado à manutenção de um edifício, sem implicar em mudança de uso, acréscimo ou supressão de área, alteração da estrutura, da compartimentação horizontal ou vertical, da volumetria, e dos espaços destinados à circulação, iluminação e ventilação;

XLIV. Restauro ou restauração: recuperação de edificação tombada ou preservada, de modo a restituir-lhe as características originais;

XLV. Saliência: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou apostado em edificação ou muro.

XLVI. Tapume: vedação provisória usada durante a construção;

XLVII. Testada: linha que separa o logradouro público da propriedade particular;

XLVIII. Vistoria: diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições das obras.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

Art. 11 O Município, visando exclusivamente à observância das prescrições deste Código, do Plano Diretor Municipal e da legislação correlata pertinente, licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, e da sua execução ou da sua utilização.

Art. 12 O Município deverá assegurar, por meio do respectivo órgão competente, o acesso aos munícipes a todas as informações

contidas na legislação relativa ao Plano Diretor Municipal, Perímetros Urbanos, Parcelamento do Solo Urbano e Regularização Fundiária, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, pertinentes ao imóvel a ser construído ou atividade em questão, bem como as informações geotécnicas e condições do solo, bem como as informações geotécnicas e condições do solo.

Art. 13 O Município manterá um cadastro dos profissionais e empresas, legalmente habilitados, nos termos do art. 19 da presente lei.

Art. 14 Fica obrigada a Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, por meio da Secretaria Municipal competente a comunicar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), quando constatar irregularidades e ou infrações cometidas pelos profissionais responsáveis pela obra.

Art. 15 A Municipalidade aplicará as multas, estabelecidas nesta lei, aos infratores do disposto neste Código.

CAPÍTULO II

DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR

Art. 16 É direito do proprietário ou possuidor promover e executar obras ou implantar equipamentos no imóvel de sua propriedade, mediante prévio conhecimento e consentimento do Município, respeitada a legislação urbanística municipal e o direito de vizinhança.

§ 1º. Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro Imobiliário.

§ 2º. Considera-se possuidor, a pessoa, física ou jurídica, que tenha de fato o direito de usar e alterar as características do imóvel objeto da obra.

§ 3º. A análise dos pedidos de emissão dos documentos previstos neste código dependerá, quando for o caso, da apresentação do Título de Propriedade registrado no Registro de Imóveis, sendo o proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, responsáveis, civil e criminalmente, pela veracidade dos documentos e informações apresentadas ao Município, não implicando sua aceitação em reconhecimento do direito de propriedade sobre o imóvel.

Art. 17 O proprietário ou possuidor do imóvel, ou seus sucessores a qualquer título, são responsáveis pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade dos imóveis, edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições deste Código e legislação municipal correlata, assegurando-lhes todas as informações cadastradas na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativas ao seu imóvel.

CAPÍTULO III

DO PROFISSIONAL

Art. 18 É obrigatória a assistência de profissional habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional.

Art. 19 Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitada as atribuições e limitações consignadas por aquele organismo e devidamente licenciado pelo Município.

Parágrafo Único. São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar e executar obras neste município, os registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC e matriculados na Prefeitura, na forma da Lei.

Art. 20 A Prefeitura manterá um registro das empresas ou profissionais matriculados, onde consta a Razão Social, nome por extenso e, sendo o caso a abreviatura usual do profissional ou empresa.

§ 1º. São condições necessárias para a matrícula:

I Apresentação da Carteira Profissional, expedida ou visada pelo CREA - SC, tanto para responsáveis técnicos, como para Empresas, quando for o caso.

§ 2º. A matrícula será renovada anualmente pelos interessados, junto ao Órgão competente da Prefeitura.

Art. 21 Será considerado autor, o profissional habilitado responsável

pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho.

Art. 22 A responsabilidade pela elaboração de projetos, cálculos, especificações e pela execução de obras é do profissional que a assinar, não assumindo o Município, em consequência da aprovação, qualquer responsabilidade sobre tais atos.

Parágrafo Único. A assinatura do profissional nos projetos, cálculos e outros, submetidos à Prefeitura, será, obrigatoriamente precedida da função que no caso lhe couber, como "Autor do Projeto" ou "Autor dos Cálculos" ou "Responsáveis" pela execução das obras e sucedida de seu respectivo título.

Art. 23 Será considerado Responsável Técnico da Obra, o profissional responsável pela direção técnica das obras, desde seu início até sua total conclusão, respondendo por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e observância da legislação em vigor.

Art. 24 É obrigação do responsável técnico, ou do proprietário, a manter no local da obra, à disposição da fiscalização municipal, uma cópia do projeto aprovado, do respectivo alvará, bem como a colocação da placa da obra em posição bem visível, enquanto perdurarem as obras.

Parágrafo Único. A placa da Obra deve conter as seguintes informações:

I Endereço completo da obra;

II Nome do proprietário;

III Nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s) pelo(s) projeto(s) e pela construção, categoria profissional e número da respectiva carteira;

IV Finalidade da obra; e

V Número do alvará ou licença.

Art. 25 É permitida a substituição de profissionais responsáveis pela execução de obras, nos termos da legislação profissional regulada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, devendo o Município ser comunicado, pelo novo responsável, em prazo de 05 (cinco) dias úteis após o deferimento da substituição pelo Conselho.

Parágrafo Único. Esta comunicação será efetuada por meio de requerimento específico, cujo modelo será fornecido pela Prefeitura.

Art. 26 A atuação do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra sem os documentos exigidos pelo Município, será comunicada ao órgão fiscalizador do exercício profissional.

Parágrafo Único. As penalidades impostas aos profissionais de Engenharia e Arquitetura pelo CREA serão observadas pela Prefeitura no que lhe couber.

TÍTULO III

DA APROVAÇÃO DE PROJETOS E DO LICENCIAMENTO DE OBRAS

Art. 27 Mediante requerimento padronizado ou formalização de processo e pagamento das taxas devidas, a Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA fornecerá dados ou consentirá na execução e implantação de obras, reformas ou manutenção e serviços, a partir da emissão de:

I. Consulta Prévia;

II. Comunicação de Aprovação;

III. Alvarás e

IV. Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se").

Art. 28 O projeto apresentado para aprovação deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

I. Requerimento solicitando a aprovação do Projeto, assinado pelo proprietário ou representante legal.

II. Consulta Prévia / Guia Amarela;

III. Planta de localização na escala 1: 5000, onde constarão:

a) Orientação do Norte;

b) Indicação da numeração do lote a ser construído e dos lotes vizinhos;

c) Relação contendo a área do lote, área de projeção de cada unidade, incluindo as já existentes e a taxa de ocupação;

d) Perfis longitudinais e transversais;

e) Quitação do IPTU, CREA e ART.

IV. Planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1: 50, contendo:

a) As dimensões e áreas de todos os compartimentos inclusive dimensões dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;

b) A finalidade de cada compartimento;

c) Indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;

d) Os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversa

V. Cortes longitudinais e transversais na mesma escala de planta baixa, com a indicação dos elementos necessários à compreensão do projeto como pé direito, altura das janelas e peitoris e perfis do telhado;

VI. Planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessário para a compreensão do projeto;

VII. Elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VIII. Planta de situação, na mesma escala da Planta da Cobertura, onde constarão:

IX. Escritura do terreno.

§ 1º. Em todas as peças gráficas nos Incisos IV, V, VI e VII deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º. Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo ser consultado previamente o órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 3º. Todas as pranchas relacionadas nos Incisos anteriores deverão ser apresentadas em 3 (três) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas, os carimbos de aprovação e as rubricas dos funcionários encarregados.

§ 4º. Se o proprietário da obra não for proprietário do terreno, a Prefeitura exigirá prova de acordo entre ambos.

§ 5º. Os projetos da obra e a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART deverão ser apresentados conforme orientações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

CAPÍTULO I

DA CONSULTA PRÉVIA

Art. 29 Antes de solicitar a aprovação do Projeto para obtenção do Alvará de Aprovação e Alvará de Construção, o requerente deverá efetivar a Consulta Prévia através do preenchimento da Guia Amarela (Consulta Prévia para Requerer Alvará de Construção).

§ 1º. A consulta prévia consiste na consulta de viabilidade a fim de obter informações do lote sobre o qual se pretende construir.

§ 2º. A consulta prévia poderá ser requerida por qualquer interessado, mediante:

Informação do nome e endereço do proprietário;

I Informação completa da localização do lote onde será realizada a construção, reconstrução, reforma ou ampliação;

II A indicação da destinação da obra (residencial, comercial, industrial etc);

III Material construtivo e natureza da obra (alvenaria, madeira ou mista); e

IV Croqui de situação do lote.

§ 3º. Cabe à Prefeitura Municipal a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre o lote, constantes da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, da Lei de Mobilidade e eventuais restrições providas da legislação ambiental estadual e federal.

Art. 30 As informações disponibilizadas pela Consulta Prévia prescreverão em 180(cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do despacho para sua emissão, garantido ao requerente o direito de solicitar Alvará de Aprovação conforme a legislação vigente à época do protocolamento do pedido de Consulta Prévia, caso ocorra nesse período alteração da legislação e desde que a nova lei não disponha de modo contrário.

CAPÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO

Art. 31 Dependem, obrigatoriamente, de comunicação prévia ao Município, as seguintes atividades:

- I. Execução de restauro em edificações tombadas ou preservadas, desde que obtida a prévia aprovação dos órgãos competentes;
- II. Execução de reparos externos em edificações com mais de dois andares;
- III. Execução de reparos externos em fachadas situadas no alinhamento;
- IV. Execução de pequenas reformas;
- V. Execução de obras emergenciais;
- VI. Início de serviços que objetivem a suspensão de embargo de obra licenciada;
- VII. Início, paralisação e reinício de obras para efeito de comprovação da validade do alvará de construção;
- VIII. Implantação de mobiliário urbano;
- IX. Transferência, substituição, baixa e assunção de responsabilidade profissional.

§ 1º. A comunicação será assinada por profissional habilitado, nos casos em que a natureza do serviço ou tipo de obra assim o exigir, e instruído com peças gráficas ou descritivas, e outras julgadas necessárias para sua aceitação.

§ 2º. A comunicação terá eficácia a partir da aceitação pela Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA cessando imediatamente sua validade se:

I Constatado o desvirtuamento do objeto da Comunicação, caso em que serão adotadas as medidas fiscais cabíveis;

II Não iniciados os serviços, 90 (noventa) dias após a sua aceitação.

CAPÍTULO III**DOS ALVARÁS**

Art. 32 Após a Consulta Prévia, os interessados em construir, reformar, demolir ou regularizar edificações, deverão solicitar os respectivos Alvarás na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, instruindo o projeto com as documentações exigidas a cada caso, as quais serão analisadas pela Secretaria.

Parágrafo Único. A liberação do Alvará de Construção é condicionante para a obtenção de ligação de energia elétrica e de água no local da obra.

Art. 33 A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara poderá emitir os seguintes alvarás, conforme solicitação do interessado, com o pagamento das respectivas taxas:

- I. Alvará de Aprovação;
- II. Alvará de Construção;
- III. Alvará de autorização.

SEÇÃO I**DO ALVARÁ DE APROVAÇÃO**

Art. 34 A pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Aprovação para:

- I. Movimentação de terra;
- II. Muro de arrimo;
- III. Edificação nova;
- IV. Reforma;
- V. Aprovação de equipamento;
- VI. Sistema de segurança.

§ 1º. Um único Alvará de Aprovação poderá abranger a aprovação de mais de um dos tipos de projetos elencados acima.

§ 2º. Nos casos de edificação nova ou reforma (III- IV) será exigido no projeto a indicação das guias rebaixadas no projeto para a expedição do Alvará de Aprovação.

Art. 35 O pedido de Alvará de Aprovação será instruído com:

- I. Requerimento assinado pelo responsável do projeto e pelo proprietário, solicitando aprovação do projeto;
- II. Título de propriedade do imóvel;
- III. Apresentação de levantamento topográfico para verificação das dimensões, área e localização do imóvel, quando necessário, considerando-se que:
 - a) Somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento)

entre as dimensões e área constantes do documento de propriedade apresentado e as apuradas no levantamento topográfico; e

- b) Havendo divergência superior a 5% (cinco por cento) entre qualquer dimensão ou área constante do documento de propriedade e a apurada no levantamento topográfico, poderá ser emitido o alvará de aprovação, ficando a emissão do alvará de construção condicionada à apresentação de escritura retificada.

IV. Memorial descritivo;

V. 03 (três) cópias do projeto, que deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) Data, nome e assinatura do proprietário, do autor do projeto e do responsável pela obra no carimbo de todas as pranchas;

b) Planta esquemática de situação do lote, com orientação do norte magnético, nome e cotas de largura de logradouros e dos passeios contíguos ao lote, distância do lote à esquina mais próxima, indicação da numeração dos lotes vizinhos e do lote a ser construído, quando houver;

c) Quadro contendo a relação das áreas de projeção e da área total construída de cada unidade ou pavimento, área do lote e taxa de ocupação;

VI. Planta de localização, na escala mínima de 1: 5000, onde constarão:

a) Projeção da edificação ou das edificações dentro do lote com as cotas;

b) Dimensões das divisas do lote e as dimensões dos afastamentos das edificações em relação às divisas e a outras edificações porventura existentes;

c) Dimensões externas da edificação;

d) Nome dos logradouros contíguos ao lote.

VII. Planta baixa de cada pavimento da edificação na escala mínima de 1:100, onde constarão:

a) Dimensões e áreas exatas de todos os compartimentos, inclusive vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;

b) Finalidade de cada compartimento;

c) Traços indicativos de cortes longitudinais e transversais;

d) Indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

e) Cortes transversais e longitudinais, na escala mínima de 1:100 em número suficiente ao perfeito entendimento do projeto, dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris e demais elementos, com indicação, quando necessário, dos detalhes construtivos;

f) Planta de cobertura com indicação do sentido de escoamento das águas, localização das calhas, tipo e inclinação da cobertura, caixa d'água, casa de máquina, quando for o caso, e todos os elementos componentes da cobertura, na escala mínima de 1:200;

g) Elevação das fachadas, na escala mínima de 1:100;

h) Quadro com especificação e descrição das esquadrias a serem utilizadas;

i) No caso de projetos envolvendo movimento de terra, será exigido corte esquemático com cotas de níveis e indicação de cortes e/ou aterros taludes, arrimos e demais obras de contenção.

VIII. O projeto legal de arquitetura deverá seguir as definições da NBR 5984;

IX. As dimensões das pranchas com os desenhos citados no caput deste artigo deverão adotar as definições da NBR 10068;

X. Projeto das instalações hidráulico-sanitárias e elétricas, na escala mínima 1:50;

XI. Será obrigatória a apresentação de projeto estrutural para edificações com mais de três pavimentos;

XII. Projeto de prevenção de incêndio, aprovado pelo corpo de bombeiros, para edificações com mais de dois pavimentos;

XIII. Em casos especiais, poderá a prefeitura exigir cálculos de tráfego de elevadores e projetos de instalações de ar condicionado ou calefação e ainda, de instalações telefônicas;

XIV. Nas obras de reforma, reconstrução ou acréscimo, serão apresentadas, a critério do profissional, com indicação precisas e convencionadas, as partes a acrescentar, demolir ou conservar.

Sendo utilizadas cores, as convenções deverão ser as seguintes: amarelo para as partes a demolir, vermelho para as partes novas ou a renovar e preto para as partes a conservar;

XV. Para aprovação de um projeto pela Prefeitura Municipal, o mesmo deverá ser assinado pelo proprietário e pelo seu autor ou autores.

Art. 36 Quando se tratar de construções destinadas ao fabrico ou manipulação de gêneros alimentícios, frigoríficos e matadouros, bem como hospitais e congêneres, deverá ser ouvida a Secretaria Municipal competente antes da aprovação do projeto, bem como respeitadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 37 As obras de construção de muros de sustentação ou proteção de terras, bem como obras de canalização de cursos d'água, pontes, pontilhões, bueiros, ficam sujeitos à apresentação de projeto e respectiva aprovação.

Art. 38 Em caso de erro ou insuficiência de elementos, o requerente será notificado, dentro do prazo de dez (10) dias contados da data da entrada do projeto no órgão municipal competente, a fim de satisfazer as exigências formuladas ou dar os esclarecimentos que forem julgados necessários.

Art. 39 O Alvará de Aprovação terá sua validade por 01 (um) ano a contar da data da publicação do deferimento do pedido, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião dos pedidos de prorrogação.

§ 1º. Findo este prazo e não tendo sido requerido o Alvará de Construção, será cancelada a aprovação do projeto.

§ 2º. A revalidação do alvará de aprovação não será necessária quando houver Alvará de Construção em vigor.

§ 3º. Poderão ser emitidos sucessivos alvarás de aprovação de projeto arquitetônico para um mesmo imóvel enquanto não for requerida a emissão de Alvará de Construção.

§ 4º. O prazo do Alvará de Aprovação ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

I Existência de pendência judicial;

II Calamidade pública;

III Declaração de utilidade pública;

IV Pendência de processo de tombamento;

V Processo de identificação de edificações de interesse de preservação;

VI Processo de identificação de áreas de interesse ambiental.

§ 5º. O prazo dos Alvarás de Aprovação ficará suspenso durante o período de aprovação de projeto modificativo.

Art. 40 O Alvará de Aprovação poderá, enquanto vigente o Alvará de Construção, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados, ou a aprovação de projeto modificativo em decorrência de alteração do projeto original.

Art. 41 O Alvará de Aprovação, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

I. Revogado, atendendo relevante interesse público;

II. Cassado, juntamente com o alvará de construção, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;

III. Anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO II

DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

Art. 42 A pedido do proprietário do imóvel a Prefeitura Municipal, mediante processo administrativo, emitirá Alvará de Construção, indispensável para:

I. Movimentação de terra;

II. Muro de arrimo;

III. Edificação nova;

IV. Demolição;

V. Reforma;

VI. Reconstrução;

VII. Instalação de equipamentos;

VIII. Sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico;

IX. Sistema hidrossanitário;

X. Implantação de loteamento;

XI. Sistema de segurança;

XII. Alinhamento.

Parágrafo Único. Um único Alvará de Construção poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de serviço ou obra elencado no artigo anterior.

Art. 43 Quando houver mais de um Alvará de Aprovação em vigor, será concedido Alvará de Construção para um único projeto aprovado.

Art. 44 O Alvará de Construção será concedido mediante:

I. Escritura Pública ou Contrato de Compra e Venda averbado à Matrícula do Imóvel principal;

II. Projetos aprovados, devidamente assinados pelo proprietário, autor e responsável técnico da obra;

III. Projeto de prevenção contra incêndio e laudo de exigências expedido pelo corpo de bombeiros, conforme estabelecido na legislação estadual,

IV. Alvará de Aprovação.

Art. 45 Quando o Alvará de Construção for destinado ao licenciamento de um conjunto de serviços ou obras a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele constará a área de atuação de cada um dos profissionais.

Art. 46 Poderá ser requerido Alvará de Construção para cada bloco isoladamente, quando o Alvará de Aprovação compreender mais de um bloco de edificação, observado o prazo de vigência do Alvará de Aprovação.

Art. 47 Durante a vigência do Alvará de Construção, somente serão permitidas alterações nas obras mediante prévia aprovação de projeto modificativo.

Art. 48 No expediente que originou o Alvará de Construção, será comunicado, pelo Responsável Técnico da Obra, o andamento das obras ou serviços durante suas etapas, até a total conclusão, quando será requerida a expedição do Certificado de Conclusão.

Art. 49 O Alvará de Construção, terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado, pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

Parágrafo Único. Decorrido o prazo inicial de validade do alvará, sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado.

Art. 50 A revalidação da licença só será concedida se requerida pelo profissional dentro da vigência da referida licença, e desde que os trabalhos de fundação estejam concluídos.

Art. 51 Poderá ser aceita, caso a caso e a critério da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, a continuação de obras paralisadas e parcialmente executadas, desde que:

I. Não se agrave eventual desconformidade com este Código, a legislação de Parcelamento E Uso E Ocupação Do Solo no que diz respeito às condições de higiene e salubridade da edificação, e índices de ocupação e aproveitamento;

II. A edificação for utilizada para uso admitido na zona pela legislação de uso e ocupação do solo;

III. A edificação for adaptada às normas de segurança.

Art. 52 O prazo do Alvará de Construção ficará suspenso mediante comprovação, por meio de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

I. Existência de pendência judicial;

II. Calamidade pública;

III. Decretação de utilidade pública ;

IV. Pendência de processo de tombamento.

Art. 53 Deverão ser mantidos na obra durante sua construção e ser permitido fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente, os seguintes documentos:

I. Ficha técnica devidamente assinada pela autoridade competente;

II. O alvará de licença de construção;

III. Cópia do projeto aprovado assinada pela autoridade competente e pelos profissionais responsáveis.

SUBSEÇÃO I

DA DEMOLIÇÃO

Art. 54 O requerimento para obtenção do alvará de demolição será instruído com os seguintes documentos:

- I. Título de propriedade ou equivalente;
- II. Croqui de localização do imóvel, quando necessário;
- III. Anotação de responsabilidade técnica (ART) de profissional habilitado nos seguintes casos:
 - a) Edificação com mais de 2 (dois) pavimentos ou que tenha mais de 8,00 m (oito metros) de altura;
 - b) Edificação no alinhamento ou dele distante menos de 1,00 m (um metro).
- IV. No pedido de licença para demolição, deverá constar o nome do proprietário, endereço completo e características gerais da(s) edificação(ões) a ser(em) demolida(s), número da inscrição imobiliária municipal do imóvel, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proprietário e o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado, atendendo solicitação justificada do interessado, e a juízo da Prefeitura.

Art. 55 A licença para demolição será negada quando se tratar de imóvel tombado pela municipalidade.

Parágrafo único. A demolição só será permitida após análise e parecer do Conselho Municipal.

Art. 56 As demolições com uso de explosivos deverão ser acompanhadas por profissional habilitado e membros dos órgãos fiscalizadores.

Art. 57 O órgão competente da Municipalidade poderá, quando julgar necessário, estabelecer horários para a realização de demolição.

Art. 58 Caso a demolição não fique concluída no prazo licenciado, estará o proprietário sujeito às multas previstas neste Código.

Art. 59 Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso adotará todas as medidas necessárias à garantia das condições de segurança dos operários, dos transeuntes, das benfeitorias dos logradouros e das propriedades vizinhas.

**SUBSEÇÃO II
DA RECONSTRUÇÃO**

Art. 60 Os requerimentos pela reconstrução serão instruídos com:

- I. Título de propriedade do imóvel;
- II. Laudo técnico de sinistros;
- III. Documentos comprovantes da regularidade da obra sinistrada;
- IV. Peças descritivas, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico da obra.

**SUBSEÇÃO III
DO MOVIMENTO DE TERRA**

Art. 61 Quando destinado exclusivamente a movimento de terra, o Alvará de Construção, prescreverá em 1 (um) ano, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, podendo ser prorrogado, a pedido, por igual período.

**SEÇÃO III
DO ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO**

Art. 62 Dependirão obrigatoriamente de Alvará de Autorização:

- I. Implantação e/ou utilização de edificação transitória ou equipamento transitório;
- II. Implantação e/ou utilização de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;
- III. Implantação e/ou utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;
- IV. Avanço de tapume sobre parte do passeio público;
- V. Utilização temporária de edificação, licenciada para uso diverso do pretendido;
- VI. Transporte de terra ou entulho.

Parágrafo Único. O pedido de Alvará de Autorização será instruído

com peças descritivas e gráficas, e será devidamente avalizado por profissional habilitado quando, a natureza da obra ou serviço assim o exigir, dependendo sua renovação de recolhimento semestral das taxas devidas.

Art. 63 O prazo de validade do Alvará de Autorização e de cada renovação será fixado de conformidade com a sua finalidade.

Art. 64 O Alvará de Autorização poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a Prefeitura Municipal não tiver interesse na sua manutenção ou renovação.

**CAPÍTULO IV
DO "HABITE-SE" - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO**

Art. 65 Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida vistoria pelo órgão municipal competente, da Prefeitura Municipal e expedido o Certificado de Conclusão de Obra - o habite-se.

Art. 66 Concluída a obra, o proprietário, juntamente com o responsável técnico, deverá solicitar ao Município, o "habite-se" da edificação, que deverá ser precedido de vistoria pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas neste Código e na legislação estadual e federal.

Art. 67 Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, sendo considerada nestas condições a edificação que:

- I. Garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente por ela afetada;
- II. Possuir as instalações previstas em projeto ou com pelo menos um banheiro funcionando a contento;
- III. For capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- IV. Não estiver em desacordo com as disposições deste código e do projeto aprovado;
- V. Atender às exigências do corpo de bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico, quando for o caso;
- VI. Tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado (execução do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de esgoto).

Art. 68 Poderão ser concedidos Certificados de Conclusão de Edificação em caráter parcial, se a parte concluída atender para o uso a que se destinam as exigências do artigo anterior.

Art. 69 O "habite-se parcial" não substitui o "habite-se" que deve ser concedido ao final da obra.

Art. 70 Poderão ser aceitas pequenas alterações que não caracterizem o projeto aprovado, nem impliquem em divergência superior a 5% (cinco por cento) entre as metragens lineares e/ou quadradas da edificação, constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada.

§ 1º. Quando constatadas divergências fora do parâmetro indicado no caput deste artigo, será notificado o Proprietário para que providencie em 90 dias a demolição das partes em desacordo ou regularize o projeto respeitando a legislação vigente à época da apresentação do mesmo, ficando a critério do órgão municipal competente aceitar ou não as modificações.

§ 2º. Decorrido o prazo de que trata o § 1º deste artigo, não tendo sido demolidas as partes em desacordo, a Prefeitura Municipal providenciará a demolição, lançando os custos ao proprietário, acrescidos de 100 % a título de cominação, sem prejuízo das multas a serem definidas pela Prefeitura Municipal.

**TÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 71 Os emolumentos referentes aos atos definidos no presente Código serão cobrados em conformidade com o Código Tributário do Município.

**CAPÍTULO I
DA ANÁLISE DOS PROCESSOS**

Art. 72 Os requerimentos de quaisquer dos documentos relacionados neste Capítulo serão instruídos pelo interessado e analisados

de acordo com a legislação municipal, conforme a natureza do pedido, observadas as normas, em especial, do Código de Obras e do Plano Diretor Municipal, sem prejuízo da observância, por parte do autor do projeto, das disposições estaduais e federais pertinentes.

Art. 73 Em um único processo, poderão ser analisados os diversos pedidos referentes a um mesmo imóvel, e anexados, também, os eventuais pedidos de reconsideração ou recurso.

Art. 74 Os processos que apresentarem elementos incompletos ou incorretos, e necessitem de complementação da documentação exigida por este Código ou esclarecimentos serão objetos de notificação ao requerente para que as falhas sejam sanadas.

Art. 75 Os pedidos serão indeferidos, caso não seja atendida a notificação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento.

Art. 76 O prazo para formalização de pedido de reconsideração de despacho ou recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da data de conhecimento, pelo requerente, do indeferimento.

Art. 77 Para os processos relativos a pedido de concessão de Certificado de Conclusão de Obra - "Habite-se", o prazo ficará dilatado para 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO II

DOS PRAZOS PARA DESPACHOS E RETIRADA DE DOCUMENTOS

Art. 78 O prazo para despacho final de liberação de alvará ou de indeferimento do pedido não poderá exceder a 01 (um) mês após atendimento integral das exigências, inclusive para a decisão sobre recurso, salvo os pedidos de Certificado de Conclusão, cujo prazo de solução não poderá exceder a 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único. O curso desse prazo ficará suspenso durante a pendência do atendimento, pelo requerente, de exigências feitas através de notificações, ou caso os requerimentos necessitem de análise de outras Secretarias Municipais, do Conselho Municipal Desenvolvimento Urbano ou demais órgãos interessados.

Art. 79 Transcorrido o prazo para decisão de processo de Alvará de Aprovação, poderá ser requerido Alvará de Construção e informada a data em que a obra será iniciada, sendo de inteira responsabilidade do proprietário e profissionais envolvidos a eventual adequação da obra à legislação e normas técnicas.

Art. 80 Vencido o prazo legal de exame dos documentos e emissão dos alvarás, o Município adotará as medidas administrativas necessárias.

Art. 81 Decorrido o prazo legal para a emissão de Certificado de Conclusão, a obra poderá ser utilizada a título precário, responsabilizando-se o Responsável Técnico da Obra por evento decorrente da falta de segurança ou salubridade não se responsabilizando o Município por qualquer evento decorrente de falta de segurança ou salubridade.

Parágrafo Único O prazo para retirada de qualquer documento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do seu deferimento, que será objeto de notificação ao requerente, após o qual o processo será arquivado por abandono, sem prejuízo da cobrança de taxas devidas.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Art. 82 Poderão ser objeto de regulamentação própria, por ato do Poder Executivo, procedimentos especiais relativos a:

- I. Edifícios públicos da administração direta;
- II. Programas de habitações de interesse social;
- III. Programas de regularização de edificações e obras;
- IV. Serviços ou obras que, por sua natureza, admitam procedimentos simplificados.

TÍTULO V

DAS NORMAS SOBRE OBRAS

CAPÍTULO I

DAS OBRAS PÚBLICAS

Art. 83 As obras públicas não poderão ser executadas sem autorização da Prefeitura, devendo obedecer às determinações do presente Código ficando, entretanto, isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

- I. Construção de edifícios públicos;

II. Obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;

III. Obras a serem realizadas por instituições oficiais ou para-estatais quando para a sua sede própria;

IV. Obras para entidades com fins filantrópicos, com mais de dois anos de fundação.

Art. 84 O processamento do pedido de licença para obras públicas será feito com preferência sobre quaisquer outros processos.

Art. 85 O pedido de licença será feito por meio de ofício dirigido ao Prefeito pelo órgão interessado, devendo este ofício ser acompanhado do projeto completo da obra a ser executada, conforme exigências deste Código.

Art. 86 Os projetos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, sendo a assinatura seguida de indicação do cargo, quando se tratar de funcionário, que deva, por força do mesmo, executar a obra. No caso de não ser funcionário, o profissional responsável deverá satisfazer as disposições do presente Código.

Art. 87 Os contratantes ou executantes das obras públicas estão sujeitos ao pagamento das licenças relativas ao exercício da respectiva profissão, a não ser que se trate de funcionário que deva executar as obras em função do cargo.

Art. 88 As obras públicas ficam sujeitas na sua execução, à obediência da Legislação Municipal específica existente.

CAPÍTULO II

DAS OBRAS EXISTENTES, REFORMAS, REGULARIZAÇÕES E RECONSTRUÇÕES DE EDIFICAÇÕES

Art. 89 A execução das obras, em geral, somente poderá ser iniciada depois de concedida o Alvará para Construção.

SEÇÃO I

DAS REFORMAS E AMPLIAÇÕES

Art. 90 As edificações existentes regulares poderão ser reformadas desde que a reforma não crie nem agrave eventual desconformidade com esta Lei ou com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Parágrafo Único. As reformas estão sujeitas ao Alvará de Aprovação, de Construção e Certificado de Conclusão de Obra.

Art. 91 Não será concedido Certificado de Conclusão para a reforma, parcial ou total, que esteja em desacordo com esta lei e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 92 Nas edificações a serem reformadas com mudança de uso e em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério da Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, relativas a dimensões e recuos, desde que não comprometam a salubridade nem acarretem redução da segurança.

Parágrafo Único. Serão considerados ainda para efeito deste artigo, os imóveis reconhecidos por lei municipal, estadual ou federal, como de patrimônio histórico e tombadas.

SEÇÃO II

DAS REGULARIZAÇÕES

Art. 93 As edificações irregulares, no todo ou em parte, poderão ser regularizadas e reformadas, desde que atendam ao disposto nesta Lei e na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, expedindo-se Alvará de Aprovação das edificações e Certificado de Conclusão de Obra.

Art. 94 A reconstrução de qualquer edificação, caso se pretenda introduzir alterações em relação à edificação anteriormente existente, será enquadrada como reforma.

SEÇÃO III

DAS RECONSTRUÇÕES

Art. 95 A edificação regular poderá ser reconstruída, no todo ou em parte, conforme o projeto aprovado.

Art. 96 A edificação irregular só poderá ser reconstruída para atender ao relevante interesse público.

Art. 97 A reconstrução de edificação que abrigava uso instalado irregularmente, só será permitida se:

- I. For destinada a uso permitido na zona;

II. Adaptar-se às disposições de segurança.

Art. 98 O Município poderá recusar, no todo ou em parte, a reconstrução nos moldes anteriores da edificação com índice e volumetria em desacordo com o disposto nesta Lei ou no Plano Diretor Municipal, que seja prejudicial ao interesse urbanístico.

CAPÍTULO III**DAS OBRAS PARALISADAS OU EM RUÍNAS**

Art. 99 No caso de paralisação da obra por mais de um ano, a Prefeitura mandará proceder a uma vistoria e tratando-se de ruína eminente, intimará o proprietário a mandar demolir-la, sob pena de ser feita a demolição pela Prefeitura, cobrando as despesas cabíveis, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo.

Art. 100 Nas obras paralisadas mais de um ano, deverá ser feito o fechamento do terreno, no alinhamento do logradouro por meio de muro dotado de portão de entrada, observadas as exigências desta Lei, para fechamento dos terrenos.

Art. 101 Durante o período de paralisação, o proprietário será responsável pela vigilância ostensiva da obra, de forma a impedir a ocupação do imóvel.

Parágrafo Único. A obrigação estende-se às pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 102 Todas as obras de demolição ou execução de serviços necessários deverão ser acompanhadas por responsável técnico habilitado, o qual deverá tomar as medidas relativas à segurança, durante a sua execução.

Art. 103 No caso de obra comprometida estruturalmente, ao órgão municipal competente determinará a execução de medidas necessárias para garantir a estabilidade de edificação.

Art. 104 Para imóveis tombados, será ouvido o órgão competente, em atendimento às normas legais pertinentes, sem prejuízo da vedação e lacramento necessários.

SEÇÃO I**DA DEMOLIÇÃO**

Art. 105 Nenhuma demolição de edificação ou obra permanente, de qualquer natureza, poderá ser realizada sem prévio requerimento à Prefeitura, que expedirá o Alvará de Construção.

Art. 106 Do requerimento, deverão constar os métodos a serem usados na demolição.

Art. 107 Imóveis tombados não poderão ser demolidos, descaracterizados, mutilados ou destruídos.

Art. 108 Se a demolição for de construção localizada, no todo ou em parte, junto ao alinhamento dos logradouros, será expedida, concomitantemente, a licença relativa a andaimes ou tapumes.

Art. 109 Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso porá em prática todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, dos logradouros e das propriedades vizinhas, obedecendo ao disposto neste Código.

Art. 110 Os órgãos municipais competentes poderão, sempre que julgarem conveniente, estabelecer horários para demolição.

CAPÍTULO IV**DAS OBRAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 111 A execução de obra ou serviço público ou particular em logradouro público depende de prévio licenciamento da Prefeitura Municipal.

Art. 112 A realização de obra e serviço em logradouro público por órgão ou entidade de prestação de serviço da Administração direta ou indireta será autorizada mediante o atendimento das seguintes condições:

I. A obra ou serviço constará, obrigatoriamente, de planos ou programas anuais ou plurianuais que tenham sido submetidos à Prefeitura Municipal;

II. A licença para a execução de obra ou serviço será requerida pelo interessado, com antecedência mínima de 01 (um) mês;

III. O requerimento de licença será instruído com as informações necessárias para caracterizar a obra e seu desenvolvimento, sendo exigível, no mínimo:

- a) Croquis de localização;
- b) Projetos técnicos;

c) Projetos de desvio de trânsito; e

d) Cronograma de execução.

IV. Compatibilização prévia do projeto com as interferências na infra-estrutura situada na área de abrangência da obra ou serviço;

V. Execução da compatibilização do projeto com a infra-estrutura e o mobiliário urbano situado na área de abrangência da obra ou serviço;

VI. Colocação de placas de sinalização convenientemente dispostas, contendo comunicação visual alertando quanto às obras e a segurança;

VII. Colocação, nesses locais, de luzes vermelhas;

VIII. Manutenção dos logradouros públicos permanentemente limpos e organizados;

IX. Manutenção dos materiais de abertura de valas, ou de construção, em recipientes estanques, de forma a evitar o espalhamento pelo passeio ou pelo leito da rua;

X. Remoção de todo o material remanescente das obras ou serviços, bem como a varrição e lavagem do local imediatamente após a conclusão das atividades;

XI. Responsabilização pelos danos ocasionados aos imóveis com testada para o trecho envolvido;

XII. Recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços; e

XIII. Recomposição do logradouro de acordo com as condições originais após a conclusão dos serviços.

Art. 113 A licença de execução de obra e serviço em logradouro público conterá instruções específicas quanto à data de início e término da obra e aos horários de trabalho admitidos.

Art. 114 Concluída a obra ou serviço, o executor comunicará a Prefeitura o seu término, a qual realizará vistoria para verificar o cumprimento das condições previstas no respectivo licenciamento.

Art. 115 Concluída a obra ou serviço, o executor será responsável pela solução/reparação de qualquer defeito surgido no prazo de 05 (cinco) anos.

CAPÍTULO V**DOS PASSEIOS**

Art. 116 Compete ao proprietário a construção, reconstrução e conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não em conformidade com os padrões de passeios estabelecidos por normas editadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 117 A Prefeitura Municipal estabelecerá os padrões em conformidades com as normas da ABNT, garantida a acessibilidade e a segurança dos passeios.

Parágrafo Único. O material a ser utilizado nos passeios deverá ter características antiderrapantes atestadas pelo Órgão Competente.

Art. 118 Transversalmente, os passeios terão uma inclinação do alinhamento do lote para o meio-fio de 2% (dois por cento) a 3% (três por cento);

Art. 119 Será prevista abertura para a arborização pública no passeio, em conformidade com os padrões de passeios estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 120 Todos os passeios deverão possuir rampas de acesso junto às faixas de travessia, de acordo com especificações da norma NBR 9050/1994 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 121 Nos casos de acidentes e obras que afetem a integridade do passeio, o agente causador será o responsável pela sua recomposição, a fim de garantir as condições originais do passeio danificado.

CAPÍTULO VI**DO REBAIXAMENTO DE GUIAS OU MEIO FIO**

Art. 122 As guias rebaixadas em ruas pavimentadas só poderão ser feitas mediante licença, quando requerido pelo proprietário ou representante legal, desde que exista local para estacionamento de veículos.

Parágrafo único. A altura mínima da guia será de 0,10m (dez centímetros).

Art. 123 Em edificações destinadas a postos de gasolina, garagens coletivas, comércio atacadistas e indústrias, os rebaixamentos de

nível e rampas de acessos deverão atender:

I. A largura máxima de 5,00 m (cinco metros) por acessos;

II. A soma total das larguras não poderá ser superior a 10,00 m (dez metros), medidas no alinhamento do meio-fio.

Art. 124 A regularização de guias e passeio deverá ser executada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

Art. 125 A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado, à boa técnica, às normas técnicas e ao direito de vizinhança, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades e dos logradouros públicos, observados em especial a legislação trabalhista pertinente.

SEÇÃO I

DO CANTEIRO DE OBRAS E INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 126 As instalações temporárias que compõem o canteiro de obras somente serão permitidas após a expedição de Alvará de Construção da obra, obedecido ao seu prazo de validade.

Art. 127 O canteiro de obras compreenderá a área destinada à execução e desenvolvimento das obras, serviços complementares, implantação de instalações temporárias necessárias à sua execução, sendo permitido: tapumes, barracões, escritório de campo, depósito de materiais e detritos, estande de vendas, sanitários, poços, água, energia, caçamba, vias de acesso e circulação, transporte e vestiários.

Art. 128 Durante a execução das obras, será obrigatória a manutenção do passeio desobstruído e em perfeitas condições, proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização dos mesmos como canteiro de obras ou depósito de entulhos, salvo no lado interior dos tapumes que avançarem sobre o logradouro.

Art. 129 A não retirada dos materiais de construção ou do entulho autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-se o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa de remoção, bem como a aplicação das sanções cabíveis.

SEÇÃO II

DO FECHAMENTO DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 130 Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas.

Art. 131 Para todas as construções, reformas, reparos ou demolições será obrigatório o fechamento no alinhamento, do canteiro de obras, por alvenaria ou tapume, com altura mínima de 2,00 m (dois metros), salvo quando se tratar da execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Art. 132 Os tapumes somente poderão ser colocados após expedição, pelo órgão competente do município, da licença de construção ou demolição.

Art. 133 Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a metade da largura do passeio, sendo que, no mínimo, 0,80m (oitenta centímetros) deverão ser mantidos livres para o fluxo de pedestres.

I. A faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio, nem exceder a 2,00m (dois metros);

II. Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação do alinhamento do logradouro o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 134 O Município, por meio do órgão competente, poderá autorizar, por prazo determinado, ocupação superior à fixada 0,80m (oitenta centímetros), desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

Art. 135 Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito, e outras instalações de interesse público.

Art. 136 Concluídos os serviços de fachada, ou paralisada a obra por período superior a 90 (noventa) dias, o tapume será obrigatoriamente recuado para o alinhamento.

SEÇÃO III

DAS PLATAFORMAS DE SEGURANÇA E VEDAÇÃO EXTERNA DAS OBRAS

Art. 137 Nas obras ou serviços que se desenvolverem a mais de 9,00 m (nove metros) de altura, será obrigatória a execução de:

I. Plataformas de segurança a cada 8,00 m (oito metros) ou 3 (três) pavimentos;

II. Vedação externa que envolva totalmente a obra.

CAPÍTULO VIII

DAS ESCAVAÇÕES, MOVIMENTO DE TERRA, ARRIMO E DRENAGEM.

Art. 138 As escavações, movimentos de terra, arrimo e drenagem e outros processos de preparação e de contenção do solo, somente poderão ter início após a expedição do devido licenciamento pelos órgãos municipais competentes.

§ 1º. Caberá ao responsável pelas obras de escavações ou movimentação de terra recobrir as áreas escavadas com gramíneas para proteção do solo contra erosão e para o embelezamento da paisagem urbana, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de multa.

§ 2º. Caberá ainda ao responsável pelas obras de escavações ou movimentação de terra a instalação de sistema de drenagem nos taludes e banquetas.

Art. 139 No caso da existência de vegetação de preservação, definida na legislação específica, deverão ser providenciadas as devidas autorizações para a realização das obras junto aos órgãos competentes.

Art. 140 Será obrigatória a apresentação de projeto junto aos órgãos municipais competentes para serviços de bota-fora e áreas de empréstimo em glebas de terra, que deverá emitir o Alvará de Aprovação e o Alvará de Construção.

Art. 141 Antes do início das escavações ou movimentos de terra, deverá ser verificada a existência ou não de tubulações e demais instalações sob o passeio do logradouro público que possam vir a ser comprometidos pelos trabalhos executados.

Parágrafo Único. Os passeios dos logradouros e as eventuais instalações de serviços públicos deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

Art. 142 Toda e qualquer obra executada deverá possuir, em sua área interna, um sistema de contenção contra o carregamento de terras e resíduos, com o objetivo de evitar que estes sejam carreados para galerias de águas pluviais, córregos, rios e lagos, causando assoreamento e prejuízos ambientais aos mesmos.

Art. 143 Deverão ser protegidas e escoradas construções, muros ou estruturas vizinhas ou existentes no terreno, para que não sejam atingidas pelas escavações, movimentos de terra, rebaixamento de terra ou do lençol d'água. O escoramento deverá ser reforçado e o terreno protegido contra a perda de coesão por desidratação, para evitar desabamento.

Art. 144 As valas e barrancos resultantes de escavações ou movimentos de terra, com desnível superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), deverão ser escorados por tábuas, pranchas ou sistema similar, e apoiados por elementos dispostos e dimensionados conforme exigir o desnível e a natureza do terreno, de acordo com as Normas Técnicas oficiais.

Art. 145 O terreno circundante a qualquer construção deverá proporcionar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosões.

Art. 146 As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos:

I. Atender a porcentagem mínima de permeabilidade estabelecida

na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;

II. Construção de reservatório ligado a sistema de drenagem, em casos especiais.

Art. 147 Os passeios e logradouros públicos e eventuais instalações de serviço público deverão ser adequadamente escorados e protegidos.

Art. 148 O órgão competente poderá exigir dos proprietários a construção, manutenção e contenção do terreno, sempre que for alterado o perfil natural do mesmo pelo proprietário ou seu preposto.

§ 1º. Esta medida também será determinada em relação aos muros de arrimo no interior dos terrenos e em suas divisas, quando colocarem em risco as construções existentes no próprio terreno ou nos vizinhos, cabendo a responsabilidade das obras de contenção àquele que alterou a topografia natural.

§ 2º. O prazo de início das obras será de 30 (trinta) dias, contado da respectiva notificação, salvo se por motivo de segurança, a juízo do órgão competente, a obra for julgada urgente, situação em que estes prazos poderão ser reduzidos.

Art. 149 Sempre que o proprietário ou seu preposto alterar o perfil natural do terreno, com inclinação máxima de 15%, este deverá ter altura máxima de 1,00m (um metro).

CAPÍTULO IX

DAS SONDAGENS

Art. 150 A execução de sondagens em terrenos particulares será realizada de acordo com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 151 Sempre que solicitado pelo órgão competente, deverá ser fornecido o perfil indicativo com o resultado das sondagens executadas.

TÍTULO VI

DOS COMPONENTES, MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS

Art. 152 Além do atendimento às disposições deste Código, os componentes das edificações deverão atender às especificações constantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, mesmo quando sua instalação não seja obrigatória por este Código.

Art. 153 O dimensionamento, especificação e emprego dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, garantindo desempenho, no mínimo, similar aos padrões estabelecidos neste Código.

Art. 154 O desempenho obtido pelo emprego de componentes, em especial daqueles ainda não consagrados pelo uso, bem como quando em utilizações diversas das habituais, será de inteira responsabilidade do profissional que os tenha especificado ou adotado.

Art. 155 A Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA poderá desaconselhar o emprego de componentes considerados inadequados, que possam vir a comprometer o desempenho desejável, bem como referendar a utilização daqueles cuja qualidade seja notável.

Art. 156 As edificações deverão observar os princípios básicos de conforto, higiene e salubridade de forma a não transmitir, aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 157 Visando o controle da proliferação de zoonoses, os componentes das edificações, bem como instalações e equipamentos, deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais transmissores de moléstias, conforme disposto no Código de Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO I

DOS COMPONENTES BÁSICOS

Art. 158 Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à

função e porte do edifício, de acordo com as normas técnicas, especificados e dimensionados por profissional habilitado, devendo garantir:

I. Segurança ao fogo;

II. Conforto térmico e acústico;

III. Segurança estrutural;

IV. Estanqueidade.

Art. 159 Nenhuma edificação poderá ser construída sobre terreno úmido, pantanoso, instável ou contaminado por substâncias orgânicas ou tóxicas sem o saneamento prévio do solo.

Parágrafo Único - O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica, ou através de outro processo estabelecido nas Normas Técnicas.

Art. 160 Os trabalhos de saneamento do terreno deverão estar comprovados por meio de laudos técnicos, pareceres ou atestados que certifiquem a realização das medidas corretivas, assegurando as condições sanitárias, ambientais e de segurança para a sua ocupação.

Art. 161 As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo em hipótese alguma, avançar sob o passeio do logradouro e sob imóveis vizinhos.

Art. 162 No que tange ao cálculo das fundações e estrutura, serão obrigatoriamente considerados:

I. Os efeitos para com as edificações vizinhas;

II. Os bens de valor cultural;

III. Os logradouros públicos;

IV. As instalações de serviços públicos.

Art. 163 As paredes que estiverem em contato direto com o solo deverão ser impermeabilizadas.

Art. 164 As varandas e sacadas acima de 1,00m (um metro) do nível do solo deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra queda, com altura mínima de um metro resistente a impactos e pressão.

Parágrafo único. Se o guarda-corpo for vazado, deverá assegurar condições de segurança contra transposição de esfera com diâmetro superior a 0,15 m (quinze centímetros).

Art. 165 Quando a edificação estiver junto à divisa, ou com afastamento desta até 0,25m (vinte e cinco centímetros), deverá obrigatoriamente possuir platibanda.

Art. 166 Deverão possuir calhas todas as edificações que possuem beiral com caimento no sentido da divisa e cujo afastamento desta seja inferior a 0,80 m (oitenta centímetros).

Art. 167 A cobertura de edificações agrupadas horizontalmente deverá ter estrutura independente para cada unidade autônoma e a parede divisória deverá propiciar total separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

CAPÍTULO II

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 168 A execução de instalações prediais, tais como, as de água potável, águas pluviais, esgoto, energia elétrica, pára-raios, telefone, gás e disposição de resíduos sólidos, deverão ser projetados, calculados e executados, visando à segurança, higiene e conforto dos usuários, de acordo com as disposições deste Código e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT vigentes.

Art. 169 Todas as instalações e equipamentos exigem responsável técnico legalmente habilitado, no que se refere ao projeto, instalação, manutenção e conservação.

SEÇÃO I

INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Art. 170 Os terrenos, ao receberem edificações, deverão ser convenientemente preparados para escoamento das águas pluviais e de infiltração com adoção de medidas de controle da erosão.

Art. 171 Não será permitido o despejo de águas pluviais ou servidas, inclusive daquelas provenientes do funcionamento de equipamentos, sobre as calçadas e os imóveis vizinhos, devendo as mesmas ser conduzidas por canalização sob o passeio à rede coletora própria, de acordo com as normas emanadas do órgão municipal competente.

Art. 172 Não serão admitidas construções sobre valas, redes

pluviais; redes que conduzam cabos ou tubulações de terrenos vizinhos ou outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública.

Art. 173 Somente o Município poderá autorizar ou promover a eliminação ou canalização de redes pluviais bem como a alteração do curso das águas.

Art. 174 Todas as edificações ou atividades que gerem efluentes sanitários, industriais, infectantes ou contaminantes deverão possuir tratamento adequado às suas características específicas, em atendimento a legislação ambiental.

§ 1º. Onde existir rede de coleta de esgoto, as edificações ficam obrigadas a se conectarem à rede e desativarem a fossa séptica e o sumidouro.

§ 2º. Em áreas não atendidas por rede de coleta de esgoto, nas edificações que possuam fossa séptica, o proprietário fica obrigado a efetuar manutenções periódicas e manter sinalizada a sua localização no lote.

§ 3º. As águas provenientes das pias de cozinha e copas deverão passar por uma caixa de gordura antes de serem esgotadas.

Art. 175 É obrigatória a ligação da rede domiciliar à rede geral de água quando esta existir na via pública onde se situa a edificação.

Art. 176 Toda edificação deverá dispor de reservatório elevado de água potável de acordo com as determinações da NBR 5626.

Art. 177 Todo imóvel está sujeito à fiscalização relativa aos efluentes hídricos, ficando assegurado o acesso dos fiscais.

SEÇÃO II

DA PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

Art. 178 As edificações que se enquadram nas exigências das normas técnicas de prevenção de incêndios, segundo sua ocupação, uso e carga de incêndio, deverão dispor de sistema de proteção contra incêndio, alarme e condições de evacuação, sob comando ou automático.

Art. 179 Em benefício da segurança pública, nos edifícios já existentes, em que se verifique a necessidade de adequações, estas serão exigidas pelo órgão competente, atendendo a legislação específica.

SEÇÃO III

DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 180 As edificações deverão ter suas instalações elétricas executadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentos de instalações da concessionária de energia elétrica local.

SEÇÃO IV

DAS INSTALAÇÕES PARA ANTENAS

Art. 181 Visando a garantir a proteção da saúde e do meio ambiente a instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e de outras radiações eletromagnéticas estão sujeitas à legislação federal pertinente e às regulamentações deste código.

Art. 182 A construção e instalação de antenas de que trata o artigo anterior deverá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Obras em conjunto com a Secretaria Municipal do Meio ambiente, sem prejuízo das exigências de normas federais, mediante o pagamento de taxa respectiva, (observada a Lei Federal 11.934/2009, a Resolução ANATEL 303/2002 ou outras normas que as venham alterar).

§ 1º. A autorização inicial será em caráter provisório, onde serão considerados os cálculos de radiação previstos na RESOLUÇÃO ANATEL 303/2002, em especial a Tabela VII e VIII que apresenta cálculo de distâncias mínimas das antenas para atendimento aos limites de exposição da população.

§ 2º. É proibida a instalação de antenas localizada a menos de 50,00 m (cinquenta metros) de hospitais, clínicas, escolas, creches e asilos. (área crítica conforme resolução ANATEL 303/02).

§ 3º. É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição em lei federal, e sujeito ao órgão regulador federal.

Art. 183 Nas edificações residenciais multifamiliares é obrigatória

a instalação de tubulação para antenas de televisão em cada unidade autônoma.

SEÇÃO V

DAS INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 184 A instalação de equipamentos de rede telefônica nas edificações obedecerá à norma NBR 5410, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e os regulamentos da concessionária local.

SEÇÃO VI

DO CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 185 Nas edificações que requeiram o fechamento das aberturas para o exterior, os compartimentos deverão ser providos de equipamento de renovação de ar ou de ar condicionado, conforme estabelecido nas normas técnicas vigentes, devendo:

I. A temperatura resultante no interior dos compartimentos deverá ser compatível com as atividades desenvolvidas;

II. O equipamento deverá funcionar ininterruptamente durante o período de atividades do local, mesmo durante intervalos, de modo a garantir permanentemente as condições de temperatura e qualidade do ar;

III. Atender a legislação específica quanto à geração de ruídos.

SEÇÃO VII

DA INSONORIZAÇÃO

Art. 186 As edificações que ultrapassem os níveis máximos de intensidade definidos pela NBR 10151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem-estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza.

Art. 187 As instalações e equipamentos causadores de ruídos, vibrações ou choques deverão possuir sistemas de segurança adequados, para prevenir a saúde do trabalhador, usuários ou incômodo à vizinhança.

SEÇÃO VIII

DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA - PÁRA RAIOS

Art. 188 É obrigatória a instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, estritamente de acordo com a NBR 5419 da Associação Brasileira de Normas Técnicas em:

I. Todas as edificações, exceto nas edificações residenciais com área total construída inferior a 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados) e com altura inferior a 8,00 m (oito metros);

II. Edificações de caráter temporário, tais como: circos, parques de diversões e congêneres.

Art. 189 Deverá ser realizada anualmente a manutenção do sistema, devendo o proprietário apresentar laudo técnico, emitido por profissional ou empresa legalmente habilitado, sempre que solicitado pelo órgão competente.

Art. 190 Os Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas poderão ser fiscalizados pelo órgão competente, quando este julgar necessário.

Art. 191 As áreas abertas, onde possa ocorrer concentração de público, deverão ser devidamente sinalizadas, de forma a orientar o público quanto às medidas a serem adotadas, no caso de risco de descarga atmosférica.

Art. 192 É obrigatória a substituição dos sistemas que utilizem materiais radioativos ou que se tenham tornado radioativos, em função do tempo de utilização ou devido à quantidade de descargas atmosféricas absorvidas.

Art. 193 Para remoção, substituição, transporte e disposição final dos pára-raios radioativos, deverão ser obedecidos os procedimentos estabelecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

SEÇÃO IX

DA INSTALAÇÃO DE GÁS

Art. 194 Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo as normas técnicas vigentes.

Art. 195 O armazenamento de recipientes de gás deverá estar fora das edificações, em ambiente exclusivo, dotado de aberturas para

ventilação permanente.

Art. 196 É obrigatória a construção de chaminés de descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

SEÇÃO X

DO ABRIGO PARA GUARDA DE LIXO

Art. 197 As edificações de uso multifamiliar ou misto com área de construção superior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados) ou com mais de três unidades autônomas e as edificações não residenciais com área de construção superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) deverão ser dotadas de abrigo destinado à guarda de lixo, com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes recipientes dos resíduos, localizado no interior do lote, em local desimpedido e de fácil acesso à coleta, obedecendo às normas estabelecidas pelo órgão competente e as normas técnicas vigentes.

Art. 198 Ficam dispensadas do atendimento ao item anterior, as edificações destinadas a garagens comerciais, templos, cinemas, teatros, auditórios e semelhantes.

Art. 199 As edificações destinadas a hospitais, farmácias, clínicas médicas ou veterinárias e semelhantes deverão ser providas de instalação especial para coleta e eliminação de lixo séptico, de acordo com as normas emanadas do órgão competente, distinguindo-se da coleta pública de lixo comum.

Art. 200 É proibida a instalação de tubo de queda para a coleta de resíduos sólidos urbanos.

Parágrafo Único. Os tubos de queda para a coleta de resíduos já existentes deverão ser lacrados.

Art. 201 Serão adotadas medidas especiais para a remoção dos resíduos sólidos, tendo em vista sua natureza e o volume, conforme as normas estabelecidas pelo Código de Vigilância Sanitária e órgão competente.

SEÇÃO XI

DOS EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

Art. 202 Todo equipamento mecânico, independentemente de sua posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos, ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

Art. 203 Qualquer equipamento mecânico de transporte vertical não poderá se constituir no único meio de circulação e acesso às edificações.

Art. 204 Só serão permitidas as instalações mecânicas, tais como, elevadores, escadas rolantes, planos inclinados, caminhos aéreos ou quaisquer outros aparelhos de transporte, para uso particular, comercial ou industrial, quando executada por empresa especializada, com profissional legalmente habilitado e devidamente licenciado pelo órgão competente.

Art. 205 Todos os projetos e detalhes construtivos das instalações deverão ser assinados pelo representante da empresa especializada em instalação e pelo profissional responsável técnico da mesma.

Parágrafo Único. Os projetos e detalhes construtivos devem ficar arquivados no local da instalação e com o proprietário ao menos uma cópia, a qual deverá ser apresentada ao Município, quando solicitado pelo órgão competente.

Art. 206 O projeto, a instalação e a manutenção dos elevadores e das escadas rolantes deverão obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as NBRs 9.077 e 13.994.

Art. 207 As escadas rolantes são consideradas como aparelhos de transporte vertical, porém sua existência não será levada em conta para o efeito do cálculo do escoamento das pessoas da edificação, nem para o cálculo da largura mínima das escadas fixas.

Art. 208 Os patamares de acesso sejam de entrada ou saída, deverão ter quaisquer de suas dimensões, no plano horizontal, acima de três vezes a largura da escada rolante, com o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 209 É obrigatória a inspeção periódica e expedição de um relatório anual dos equipamentos das instalações mecânicas pela

Empresa de manutenção, assinado por profissional responsável.

Art. 210 O Relatório de Inspeção deverá permanecer em poder do proprietário da instalação, para pronta exibição à fiscalização municipal.

CAPÍTULO III

DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

SEÇÃO I

DOS MUROS, CERCAS E GRADES.

Art. 211 Os muros, muretas, floreiras, cercas vivas ou semelhantes são elementos que definem o alinhamento predial do imóvel e consideradas vedações.

Art. 212 A edificação do muro deverá obedecer ao alinhamento predial, bem como as medidas correspondentes das divisas da propriedade,

§ 1º. A demarcação do alinhamento do lote será feita pelo proprietário, com aval dado pela Prefeitura, mediante requerimento do interessado junto ao órgão municipal competente e pagamento da respectiva taxa de expediente.

§ 2º. A demarcação do alinhamento predial bem como as medidas correspondentes as suas divisas deverão ter a aprovação do Município.

Art. 213 O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, construído com material que vede a visão, terá altura máxima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) em relação ao nível do passeio, assim como o muro de arrimo.

Parágrafo Único. As grades poderão ter altura máxima de 3,00m (três metros).

Art. 214 É permitida a instalação de cercas energizadas nos muros ou gradis, com finalidade de proteção de edificações em geral, condicionada ao licenciamento da Secretaria Municipal de Obras, e em conformidade com normas técnicas Brasileiras e Normas Técnicas Internacionais editadas pela IEC (International Electrotechnical Commission) que regem a matéria.

§ 1º. A instalação deverá respeitar a altura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) em relação ao solo.

§ 2º. A instalação da cerca energizada deverá ser efetuada por responsável técnico habilitado e possuir registro no CREA, responsabilizando-se pela perfeita aplicação das normas de projeto e execução, assumindo total responsabilidade pela qualidade dos equipamentos e materiais utilizados.

§ 3º. O proprietário e o profissional e /ou empresa serão responsabilizados penal e civilmente por todos os danos ou ocorrência que possam advir da incorreta instalação da ofendícula.

§ 4º. Fica obrigatória a instalação, a cada 5,00 m (cinco metros) de cerca energizada, de placas de advertência.

§ 5º. Deverão ser colocadas placas de advertência nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de sua direção.

§ 6º. O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Art. 215 Entre propriedades urbanas e rurais serão comuns os muros e cercas divisórias devendo os proprietários dos imóveis confinantes dividir proporcionalmente as despesas de sua construção e conservação, na forma do Artigo 1297 da Lei Federal 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

Art. 216 Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e caiados, ou ainda ser utilizados gradis ou cerca de tela de arame liso.

§ 1º. Os terrenos baldios devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros em bom estado e aspecto.

§ 2º. O infrator será intimado a construir o muro dentro de 30 (trinta) dias da data da intimação. Findo este prazo, não sendo atendida a intimação, a Prefeitura executará as obras, cobrando do proprietário, as despesas incorridas, acrescidas de multa, conforme o disposto nesta lei.

Art. 217 Nos terrenos de esquina as vedações situadas no alinhamento do logradouro público deverão ter o canto chanfrado de 2,00 m (dois metros) em cada testada, a partir do ponto de encontro das duas testadas.

SEÇÃO II**DAS FACHADAS E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS EM BALANÇO**

Art. 218 A composição das fachadas deve garantir as condições térmicas, luminosas e acústicas internas presentes neste Código.

Art. 219 Os elementos construtivos em balanço tais como marquises, varandas, brises, saliências ou platibandas, deverão adaptar-se às condições dos logradouros, quanto à sinalização, posteamento, tráfego de pedestres e veículos, arborização, sombreamento e redes de infra-estrutura, exceto em condições excepcionais e mediante negociação junto ao Município.

Art. 220 As saliências para contorno de aparelhos de ar condicionado poderão alcançar o limite máximo de 0,70 m (setenta centímetros), desde que sejam individuais para cada aparelho, possuam largura e altura não superiores a 1,00 m (um metro) e mantenham afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

Art. 221 Os beirais deverão ser construídos de maneira a não permitirem o lançamento das águas pluviais sobre o terreno vizinho ou o logradouro público.

Art. 222 Serão permitidos as projeções de jardineiras, saliências, quebra-sóis, beirais e elementos decorativos sobre os afastamentos, com no máximo 0,50 m (cinquenta centímetros) de profundidade.

SEÇÃO III**DAS MARQUISES**

Art. 223 A construção de marquises na testada dos edifícios deverá obedecer às seguintes condições:

I. Para construções no alinhamento predial, não exceder a largura dos passeios menos 0,50 m (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,00 m (dois metros);

II. Para construções situadas em locais em que a lei de uso e ocupação do solo urbano e municipal exija recuo do alinhamento predial, a marquise não poderá exceder 1,20m (um metro e vinte centímetros), sobre a faixa de recuo;

III. Não apresentar em qualquer de seus elementos, inclusive babinelas, altura inferior a cota de 3,00 m (três metros), referida ao nível do passeio;

IV. Ter, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício, junto a qual deverá ser disposta a calha, provida de condutor para coletar e encaminhar as águas, sob o passeio, à sarjeta do logradouro;

V. É vedado o emprego de material sujeito a estilhaçamento;

VI. Deverá ser construída em material incombustível, de boa qualidade, com tratamento harmônico com a paisagem urbana e ser mantida em perfeito estado de conservação.

SEÇÃO IV**DAS SACADAS**

Art. 224 As sacadas em balanço a serem construídas nos recuos frontais, laterais e de fundo, deverão obedecer às seguintes condições:

I. Ter altura livre mínima de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) entre o pavimento em balanço e o piso;

II. O balanço máximo igual a 1/3 (um terço) dos recuos frontal ou lateral, obedecendo ao critério de que o afastamento das divisas deverá ser de no mínimo 2,00 m (dois metros);

III. As sacadas poderão ter fechamento com material translúcido.

SEÇÃO V**DAS PÉRGULAS**

Art. 225 As pérgulas não terão sua projeção incluída na taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote, desde que:

I. Localizem-se sobre aberturas de iluminação, ventilação e insolação de compartimentos;

II. Tenham parte vazada, uniformemente distribuída em no mínimo 70% (setenta por cento) da área de sua projeção horizontal;

III. A parte vazada não tenha qualquer dimensão inferior a uma vez a altura de nervura;

IV. Somente 10% (dez por cento) da extensão do pavimento de sua projeção horizontal sejam ocupadas por colunas de sustentação.

Art. 226 As pérgulas que não atenderem aos itens I, II, III e IV, serão consideradas como áreas cobertas para efeito dos parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 227 É vedada a colocação de quaisquer elementos móveis nas fachadas, marquises ou aberturas das edificações, no alinhamento predial ou a partir do mesmo, tais como: vasos, arranjos, esculturas e congêneres.

Art. 228 É proibida a colocação de vitrines e mostruários nas paredes externas das edificações avançando sobre o alinhamento predial ou limite do recuo obrigatório.

SEÇÃO VI**DOS TOLDOS**

Art. 229 Para a instalação de toldos no térreo das edificações no alinhamento predial, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I. Não exceder a largura dos passeios menos 50,00 cm (cinquenta centímetros), e ficar em qualquer caso, sujeita a balanço máximo de 2,00 m (dois metros)

II. Não apresentar quaisquer de seus elementos com altura inferior a cota de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), referida ao nível do passeio;

III. Não prejudicarem a arborização e iluminação pública e não ocultarem placas de nomenclatura de logradouros;

IV. Não receberem das cabeceiras laterais quaisquer vedação fixa ou móvel;

V. Serem confeccionadas em material de boa qualidade e acabamento, harmônicos com a paisagem urbana;

VI. Não serão permitidos apoios sobre o passeio.

Art. 230 Os toldos instalados no térreo de construções recuadas do alinhamento predial deverão atender as seguintes condições:

I. Altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), a contar do nível do piso;

II. O escoamento das águas pluviais deverá ter destino apropriado no interior do lote;

III. A área coberta máxima deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da área de recuo frontal;

IV. Deverá ser confeccionado com material de boa qualidade e acabamento.

Art. 231 Os toldos quando instalados nos pavimentos superiores, não poderão ter balanço superior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 232 Quando se tratar de imóvel de valor cultural, deverá ser ouvido o órgão competente.

Art. 233 É de responsabilidade do proprietário do imóvel garantir as condições de segurança na instalação, manutenção e conservação dos toldos.

SEÇÃO VII**DAS CHAMINÉS E TORRES**

Art. 234 As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que o fumo, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes.

§ 1º. As chaminés de lareiras, churrasqueiras e coifas deverão ultrapassar o ponto mais alto da cobertura no mínimo 0,50 m (cinquenta centímetros).

§ 2º. A altura das chaminés industriais não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros) do ponto mais alto das edificações num raio de 50,00m (cinquenta metros).

§ 3º. As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento mínimo das divisas de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 4º. Se a chaminé ou torre ultrapassar a 10,00 m (dez metros) de altura, observar-se-á afastamento de 1/5 (um quinto) de sua altura.

§ 5º. As fábricas/ indústrias e oficinas instaladas antes da vigência desta lei deverão se adequar às presentes normas, e sempre que se construir alguma edificação mais alta do que a chaminé existente, esta deverá ser aumentada.

Art. 235 A qualquer momento o Município poderá determinar a

modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumívoros ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica.

Art. 236 Para a instalação de torres em estrutura metálica deverá ser solicitada prévia autorização, condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

I. Documento de propriedade ou equivalente;

II. Planta da quadra do imóvel;

III. Certidão negativa de tributos;

IV. Laudo técnico quanto à estabilidade;

V. Anuência da aeronáutica quanto à altura e interferência nos equipamentos de rádio-navegação;

VI. Pára-raios;

VII. Anotação de responsabilidade técnica (ART) com o devido recolhimento bancário;

VIII. Representação da implantação da torre no terreno e corte esquemático com as devidas dimensões, bem como do equipamento de apoio, em escala adequada a boa interpretação.

Art. 237 Para a implantação das torres, as fundações deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, bem como qualquer ponto de sua estrutura ou equipamentos acoplados, qualquer que seja o seu tipo, não podendo, em hipótese alguma, avançar sob ou sobre o passeio do logradouro ou imóveis vizinhos.

Art. 238 Para os casos em que houver necessidade de edificação para utilização de equipamento de apoio, a mesma deverá receber previamente Alvará de Construção e/ ou regularização, se for o caso, ou apresentar projeto aprovado.

SEÇÃO VIII

DOS JIRAUS E PASSARELAS

Art. 239 É permitida a construção de jiraus ou passarelas em compartimentos que tenham pé-direito mínimo de 4,00 m (quatro metros) desde que o espaço aproveitável com essa construção fique em boas condições de iluminação e não resulte em prejuízo para as condições de ventilação e iluminação de compartimentos onde essa construção for executada.

Art. 240 Os jiraus ou passarelas deverão ser construídos de maneira a atenderem às seguintes condições:

I. Permitir passagem livre por baixo, com altura mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros);

II. Ter guarda-corpo;

III. Ter escada fixa de acesso.

Art. 241 Quando os jiraus ou passarelas forem colocados em lugares freqüentados pelo público, a escada será disposta de maneira a não prejudicar a circulação do respectivo compartimento, atendendo às demais condições que lhe forem aplicáveis.

Art. 242 Não será concedida licença para construção de jiraus ou passarelas sem que seja apresentada, além das plantas correspondentes à construção dos mesmos, o detalhamento do compartimento onde estes devam ser construídos, acompanhados de informações completas sobre o fim a que se destinam.

Art. 243 Não será permitida a construção de jiraus ou passarelas que cubram mais de 1/3 (um terço) da área do compartimento em que forem instalados.

Art. 244 Não será permitida a construção de jiraus ou passarelas, em compartimentos destinados a dormitórios em prédios de habitação.

Art. 245 Não será permitido o fechamento de jiraus ou galerias com paredes ou divisões de qualquer espécie.

SEÇÃO IX

DOS SÓTÃOS

Art. 246 Os compartimentos situados nos sótãos que tenham pé-direito médio de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) poderão ser destinados a permanência prolongada, com mínimo de 10,00 m² (dez metros quadrados), desde que sejam obedecidos os requisitos mínimos de ventilação e iluminação.

SEÇÃO X

DAS PORTARIAS, GUARITAS E ABRIGOS

Art. 247 Portarias, guaritas e abrigos para guarda, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizados na

faixa de recuo mínimo obrigatório, desde que não ultrapassem 6,00 m² (seis metros quadrados).

Art. 248 As bilheterias, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizadas nas faixas de recuo mínimo obrigatório, não ultrapassando 6,00 m² (seis metros quadrados), desde que a área de espera não interfira no acesso de pedestres ou na faixa de circulação de veículos, tampouco no passeio público.

Art. 249 Quando solicitado pelo Município, estas edificações deverão ser removidas sem qualquer ônus para o mesmo.

CAPÍTULO IV

DA CIRCULAÇÃO E SISTEMAS DE SEGURANÇA

Art. 250 As exigências constantes deste Código, relativas às disposições construtivas da edificação e a instalação de equipamentos considerados essenciais à circulação e à segurança de seus ocupantes, visam, em especial, permitir a evacuação da totalidade da população em período de tempo previsível e com as garantias necessárias de segurança, na hipótese de risco.

Art. 251 Considera-se Sistema de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio, o conjunto de instalações, equipamentos e procedimentos que entram em ação no momento em que ocorre uma situação de emergência, proporcionando nível adequado de segurança aos ocupantes de uma edificação.

Art. 252 Nos edifícios serão adotadas para as saídas de emergência as normas técnicas vigentes e para a segurança contra incêndio e pânico a legislação estadual pertinente.

Art. 253 Estas disposições aplicam-se a todas as edificações por ocasião da construção, da reforma ou ampliação, regularização e mudanças de ocupação já existentes.

Art. 254 Ficam dispensadas das exigências destas especificações, as edificações destinadas a residências unifamiliares.

Art. 255 As especificações para instalações dos Sistemas de Segurança, Prevenção e Combate a Incêndio deverão ser dimensionadas e executadas de acordo com as normas técnicas oficiais e legislações estadual e federal específicas, especialmente a NBR 9.077.

Art. 256 As edificações existentes, que não atenderem aos requisitos mínimos de segurança, deverão ser adaptadas nas condições e prazos estabelecidos por ato do Executivo.

Art. 257 Os corredores, áreas de circulação, acessos, rampas, escadas e guarda-corpos deverão obedecer aos parâmetros definidos pela NBR 9077, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CAPÍTULO V

INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 258 Para efeito deste Código, os compartimentos são classificados em:

I. Grupo A - aqueles compartimentos destinados a repouso, estar, refeição, estudo, trabalho, reunião, prática de exercício físico ou esporte;

II. Grupo B - os compartimentos destinados a:

a) Depósitos em geral, com área superior a 2,50 m² (dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

b) Cozinhas, copas e áreas de serviço;

c) Salas de espera, com área inferior a 7,50 m² (sete metros e cinquenta decímetros quadrados).

III. Grupo C - os compartimentos destinados a:

a) Depósitos em geral, com área igual ou inferior a 2,50 m² (dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

b) Instalações sanitárias, vestiários, áreas de circulação em geral e garagens;

c) Todo e qualquer compartimento que, pela natureza da atividade ali exercida, deva dispor de meios mecânicos e artificiais de ventilação e iluminação.

IV. Grupo D - os compartimentos destinados a abrigar equipamentos.

Parágrafo Único. Salvo casos expressos, todos os compartimentos deverão ter vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior, devendo atender as seguintes condições:

I Para efeito de ventilação, será exigido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da abertura iluminante;

II Não serão considerados ventilados os compartimentos cuja profundidade, a partir da abertura iluminante for maior que 3 (três) vezes o seu pé direito;

III Não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas do lote, bem como a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

IV As aberturas de compartimentos de permanência prolongada, quando confrontantes com economias distintas, não poderão ter, entre elas, distância inferior a 3,00m (três metros) embora sejam da mesma edificação;

V Em nenhum caso a área dos vãos poderá ser inferior a 40,00 cm (quarenta centímetros).

Art. 259 As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de produtos químicos deverão ter aberturas de iluminação e ventilação dos compartimentos da linha de produção dotados de proteção.

Art. 260 As salas de aula das edificações destinadas a atividades de educação deverão ter aberturas para ventilação equivalentes a, pelo menos, um terço de sua área, de forma a garantir a renovação constante do ar e a permitir a iluminação natural mesmo quando fechadas.

Art. 261 Para os compartimentos de utilização prolongada, destinados ao trabalho, ficam permitidas a iluminação artificial e ventilação mecânica, mediante projeto específico que garanta a eficácia do sistema para as funções a que se destina o compartimento.

SEÇÃO I

DOS DUTOS

Art. 262 Os compartimentos dos Grupos C e D que não utilizarem ventilação e iluminação naturais deverão ter sua ventilação proporcionada por dutos de exaustão vertical ou horizontal, visitáveis e abertos diretamente para o exterior, ou por meios mecânicos.

Art. 263 O duto de exaustão vertical deverá ter:

I. Área mínima de 1,00 m² (um metro quadrado);

II. Seção transversal capaz de conter um círculo de 60,00 m (sessenta centímetros) de diâmetro.

Art. 264 O duto de exaustão horizontal deverá ter:

I. Área mínima de 0,50 m² (cinquenta decímetros quadrados), observada a dimensão mínima de 25,00 m (vinte e cinco centímetros);

II. Comprimento máximo de 5,00 m (cinco metros) quando houver uma única comunicação para o exterior;

III. Comprimento máximo de 18,00 m (dezoito metros) quando possibilitar ventilação cruzada, pela existência de comunicações diretas para o exterior.

Art. 265 Os meios mecânicos deverão ser dimensionados de forma a garantir a renovação do ar, de acordo com as normas técnicas vigentes, salvo exigência maior fixada por legislação específica.

SEÇÃO II

DOS PÁTIOS

Art. 266 Todos os compartimentos dos Grupos A e B deverão ter ventilação direta para logradouros públicos ou para pátios de iluminação e ventilação, devendo satisfazer as seguintes condições:

I. Ser de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), o afastamento de qualquer vão à face da parede e fique oposta, afastamento este medido sobre a perpendicular traçada no plano horizontal;

II. Permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de, no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

III. Permitir a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo, cujo diâmetro em metros, será calculado pela fórmula: $d = h/6$ 1,20, onde "h" é a distância em metros do forro do ultimo pavimento que deve ser servido pela área, até o piso do pavimento térreo, excluindo-se do cálculo os pavimentos intermediário.

CAPÍTULO VI

DA ABERTURA DE PORTAS E JANELAS

Art. 267 As portas ou janelas terão sua abertura dimensionada em função da destinação do compartimento a que servirem e deverão proporcionar nos casos exigidos resistência ao fogo, isolamento

térmico, isolamento e condicionamentos acústicos, estabilidade e impermeabilidade.

Art. 268 Os portões, portas e janelas situadas no plano de piso térreo não poderão abrir sobre as calçadas.

Art. 269 Com a finalidade de assegurar a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas, as portas situadas nas áreas comuns de circulação, bem como as de ingresso à edificação e às unidades autônomas, terão largura livre mínima de 0,80 m (oitenta centímetros).

Art. 270 Em edificações de uso coletivo, as alturas para acionamento de maçaneta de porta e outras medidas recomendadas para pessoas portadoras de deficiência física deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050.

Art. 271 As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de comércio deverão ser dimensionadas em função da soma das áreas úteis comerciais, na proporção de 1,00 m (um metro) de largura para cada 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) de área útil, sempre respeitando o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Art. 272 As portas de acesso das edificações destinadas a abrigar atividades de indústria deverão, além das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ser dimensionadas em função da atividade desenvolvida, sempre respeitando o mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 273 As aberturas para ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos A e B, poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,60 m² (sessenta decímetros quadrados).

Art. 274 A metade da área necessária à iluminação deverá ser destinada à ventilação do compartimento.

Art. 275 Os compartimentos classificados nos Grupos A e B poderão apresentar, no máximo, a partir do plano de iluminação, profundidade igual a 3 (três) vezes sua largura mínima.

Art. 276 As aberturas para ventilação dos compartimentos classificados no Grupo C poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais a, no mínimo, 1/15 (um quinze avos) da área do compartimento, observado o mínimo de 0,25 m² (vinte e cinco decímetros quadrados).

Art. 277 É obrigatória a ventilação de garagens fechadas.

Art. 278 A ventilação e iluminação de qualquer compartimento poderão ser feitas através de varandas.

Art. 279 A ventilação e iluminação dos compartimentos classificados nos Grupos B e C poderão ser feitas através de outro compartimento.

Art. 280 As instalações sanitárias não poderão ser ventiladas através de compartimentos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, e de compartimentos classificados no grupo A.

Art. 281 Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás, deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas para o exterior, atendendo às normas técnicas vigentes.

Art. 282 Em observância ao disposto no Código Civil, nenhuma abertura voltada para a divisa do lote poderá ter qualquer de seus pontos situados a menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) dessa, ressalvadas as aberturas voltadas para o alinhamento dos logradouros públicos.

CAPÍTULO VII

DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art. 283 Toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias, na razão de sua lotação e em função da atividade desenvolvida, de acordo com os parâmetros das NBRs 5715 e 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

CAPÍTULO VIII

DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E GARAGENS

Art. 284 As dimensões mínimas das vagas de estacionamento e das faixas de manobra serão calculadas em função do tipo de veículo, e do ângulo formado pelo comprimento da vaga e a faixa

de acesso, conforme tabela do Anexo 1.

Art. 285 As vagas em ângulo de 90° (noventa graus) para automóveis e utilitários que se situarem ao lado de parede, deverão ter larguras mínimas de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 286 Deverão ser previstas vagas para veículos de pessoas portadoras de deficiências físicas, calculadas sobre o mínimo de vagas obrigatórias, na proporcionalidade de 1% (um por cento) quando em estacionamento coletivo e comercial, observando o mínimo de 01 (uma) vaga, devendo atender as normas técnicas vigentes.

TÍTULO VII

DAS NORMAS ESPECÍFICAS

Art. 287 Todas as residências devem ser construídas no nível da rua, sendo proibida a construção abaixo do nível (enterradas), sob pena de embargo e demolição da obra.

Art. 288 O local para guarda de veículos deverá constar do projeto, não podendo ser utilizados os recuos obrigatórios.

Art. 289 As residências poderão ter duas peças conjugadas, desde que a peça tenha, no mínimo, a soma das dimensões de cada uma delas.

Art. 290 Será permitida a utilização de iluminação zenital nos seguintes compartimentos: vestibulos, banheiros, corredores, depósitos e lavanderias.

Art. 291 Nos demais compartimentos serão tolerados iluminação e ventilação zenital quando esta concorrer no máximo com até 50% (cinquenta por cento) da iluminação e ventilação requeridas, sendo a restante proveniente de abertura direta para o exterior, no plano vertical.

Art. 292 Toda habitação deverá ter revestimento impermeável, nas seguintes situações:

I. Paredes - revestimento impermeável até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II. Pisos - revestimentos impermeáveis na copa, cozinha, banheiro e garagem.

Art. 293 As dimensões mínimas deverão atender o disposto na tabela do Anexo 2.

Art. 294 Conforme utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:

I. residenciais;

II. não residenciais;

III. mistas.

CAPÍTULO I

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 295 As edificações residenciais, segundo o tipo de utilização de suas unidades, podem ser:

I. Privativas, ou

II. Coletivas.

Art. 296 As edificações residenciais privativas podem ser unifamiliares ou multifamiliares.

Art. 297 As edificações residenciais coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva (dormitórios, salões de refeições, instalações sanitárias comuns) tais como em internatos, pensionatos, asilos e estabelecimentos hospitalares.

Art. 298 Qualquer unidade residencial será constituída, no mínimo, de um compartimento habitável, um sanitário e uma cozinha, não podendo ter o conjunto área inferior à 35,00 m² (trinta e cinco metros quadrados).

CAPÍTULO II

DAS EDIFICAÇÕES PRIVATIVAS

SEÇÃO I

EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 299 A edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial.

Parágrafo Único. As edificações residenciais unifamiliares regem-se por este Código, observadas as disposições federais e estaduais.

SEÇÃO II

EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 300 Será multifamiliar quando existirem na mesma edificação, duas ou mais unidades residenciais.

Art. 301 As edificações residenciais multifamiliares serão permanentes ou transitórias, conforme o tempo de utilização de suas unidades.

Art. 302 Uma ou mais edificações residenciais multifamiliares possuirão sempre:

I. portaria com caixa de distribuição de correspondência em local centralizado;

II. local centralizado para coleta de lixo ou dos resíduos de sua eliminação;

III. equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as exigências do presente Código;

IV. área de recreação, proporcional ao número de compartimentos, de acordo com o abaixo previsto:

a) proporção mínima de 0,50 m² (cinquenta decímetros quadrados) por compartimento habitável, não podendo, no entanto, ser inferior a 40,00 m² (quarenta metros quadrados);

b) indispensável continuidade, não podendo, pois, o seu dimensionamento ser feito por adição de áreas parciais isoladas;

c) obrigatoriedade de nela se inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

d) obrigatoriedade de existir uma porção coberta de no mínimo 20% (vinte por cento) da sua superfície até limite máximo de 50% (cinquenta por cento);

e) facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos depósitos de lixo e isoladas das passagens de veículos;

V. local para estacionamento ou guarda de veículos;

VI. instalação de tubulação para antenas de TV;

VII. instalação de tubulação para telefones;

VIII. elevadores em edifícios com mais de 3 andares.

Art. 303 As edificações residenciais permanentes são os edifícios de apartamentos e a parte de uso residencial das edificações mistas.

Art. 304 As edificações residenciais transitórias são os hotéis e motéis.

Art. 305 Nas edificações destinadas a hotéis, motéis, existirão sempre como parte comum obrigatórias:

I. hall de recepção com serviço de portaria e comunicação;

II. sala de estar;

III. compartimento próprio para administração;

IV. compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza, em cada pavimento;

V. equipamento para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições deste Código.

Art. 306 As instalações sanitárias do pessoal de serviço serão independentes e separadas das destinadas aos hóspedes.

Art. 307 Haverá sempre entrada de serviço independente da entrada de hóspedes.

Art. 308 Sem prejuízo da largura normal do passeio, haverá sempre defronte à entrada principal, área de desembarque de passageiros, com capacidade mínima para dois automóveis.

Art. 309 A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel, terá que atender integralmente todos os dispositivos da presente Lei.

SEÇÃO III

EDIFICAÇÃO EM MADEIRA

Art. 310 A edificação em madeira ficará condicionada aos seguintes parâmetros, salvo quando adotada solução que comprovadamente garanta a segurança dos usuários da edificação e de seu entorno:

I. Máximo de 2 (dois) andares;

II. Altura máxima de 8,00 m (oito metros);

III. Afastamento mínimo de 3,00 m (três metros) de qualquer ponto das divisas ou outra edificação;

IV. Afastamento de 5,00 m (cinco metros) de outra edificação de madeira;

V. Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material

incombustível.

SEÇÃO IV DAS RESIDÊNCIAS ISOLADAS

Art. 311 As residências poderão ter dois compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

Art. 312 Os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos limites contidos no Anexo 2.

Art. 313 Não serão considerados como aberturas para ventilação as janelas que abrirem para terraços cobertos, alpendres e avandados, se tiverem paredes opostas ou ortogonais à abertura, numa distância inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da projeção dos beirais, medido desta, em direção ao terraço coberto.

SEÇÃO V DOS CONDOMÍNIOS

Art. 314 Para efeito desta Seção, considera-se condomínio a construção de várias unidades residenciais, unifamiliares ou multifamiliares num mesmo lote ou apenas uma unidade multifamiliar.

Parágrafo Único. Os condomínios podem ser constituídos por Condomínios Verticais ou por Conjuntos Residenciais.

Art. 315 Nos condomínios residenciais unifamiliares, a fração ideal de cada uma das unidades autônomas sobre a totalidade do terreno não poderá ser inferior a duas vezes a área do lote mínimo previsto para a área.

Art. 316 O sistema viário interno dos condomínios deverá observar os requisitos constantes da Lei Municipal do Parcelamento do Solo e Lei Municipal do Sistema Viário e Acessibilidade Urbana.

Art. 317 A conservação das benfeitorias, equipamentos, instalações, acessos e demais coisas comuns será de exclusiva responsabilidade dos condomínios.

Art. 318 Aplicam-se no que couber, as demais disposições das Leis Federais no 4.591/64 e no 6.766/79, da Lei Estadual 6063/82, da Lei de Parcelamento do Solo do município, Lei municipal n.º 308/2004 e desta Lei.

SUBSEÇÃO I DOS CONDOMÍNIOS VERTICAIS

Art. 319 Os edifícios de 03 (três) ou mais pavimentos e/ou 8 (oito) ou mais apartamentos possuirão, no hall de entrada, local destinado à portaria, dotado de caixa receptora de correspondência.

Art. 320 As áreas comuns das habitações coletivas deverão ter as dimensões mínimas, conforme disposto na tabela do Anexo 2.

Art. 321 Quando o edifício dispuser de menos de 3 (três) pavimentos, e/ou menos de 8 (oito) apartamentos, será obrigatória apenas a instalação de caixa de correspondência por apartamento em local visível do pavimento térreo.

Art. 322 O número máximo de unidades autônomas por condomínio será de 25 (vinte e cinco) unidades.

Art. 323 Nos condomínios residenciais unifamiliares as áreas de uso exclusivo não poderão ser inferiores ao lote mínimo previsto para a área.

Art. 324 As áreas mínimas de apartamento para moradia do zelador, quando for o caso, deverá ser: sala com 9,00 m² (nove metros quadrados), dormitórios com 9,00 m² (nove metros quadrados), cozinha com 5,00 m² (cinco metros quadrados), sanitário com 2,70 m² (dois metros e setenta decímetros quadrados) e local para tanque.

§1º. A sala e o dormitório poderão constituir um único compartimento, devendo, neste caso, ter a área mínima de 15,00 m² (quinze metros quadrados).

§2º. Os edifícios não enquadrados nas disposições deste artigo deverão ser dotados de, no mínimo, um banheiro destinado ao zelador (quando for o caso) contendo vaso sanitário, pia e chuveiro.

Art. 325 Os edifícios deverão ter revestimento impermeável nas seguintes situações:

I. Paredes - revestimento impermeável até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) na cozinha, banheiro e lavanderia;

II. Pisos: revestimento impermeável, na copa, cozinha, banheiro, garagem, hall do prédio, hall dos pavimentos, corredores principais e secundários, escadas e rampas.

Art. 326 Os Edifícios deverão dispor de 01 (uma) vaga de garagem/ estacionamento para cada unidade habitacional.

Parágrafo Único. O recuo de frente obrigatório não poderá ser utilizado como área de estacionamento de veículos.

Art. 327 Os edifícios deverão ter acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física conforme normas técnicas vigentes - NBR 9050/1994 e NBR 13994/1997.

Art. 328 As edificações deverão possuir Saídas de Emergência conforme Normas Técnicas vigentes - NBR 9077/2001.

Art. 329 Os edifícios deverão ter distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a economia distinta, não inferior a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros).

Art. 330 Os edifícios com área total de construção superior a 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) disporão, obrigatoriamente, de espaço descoberto para recreação infantil, e ainda às seguintes exigências:

I. Ter área correspondente a 3% (três por cento) da área total de construção, observada a área mínima 22,50 m² (vinte e dois metros e cinquenta decímetros quadrados);

II. Conter no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

III. Situar-se junto a espaços livres externos ou internos;

IV. Estar separado do local de circulação ou estabelecimento de veículos e de instalação de coletor ou depósito de lixo e permitir acesso direto à circulação vertical;

V. Conter equipamentos para recreação de crianças;

VI. Ser dotado de guarda-corpo com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) se estiver em piso acima do solo para proteção contra queda.

SUBSEÇÃO II DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS

Art. 331 Consideram-se conjuntos residenciais os que tenham mais de 20 (vinte) unidades de moradia, respeitadas as seguintes condições:

I. O anteprojeto será submetido à apreciação da Prefeitura Municipal;

II. A largura dos acessos será determinada em função do número de moradias a que irá servir e deverá se adequar ao Sistema Viário Básico;

III. O lote deverá ter a área mínima estabelecida pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IV. Poderão ser criadas vielas para passagem de pedestres e infraestrutura urbana;

V. Deverá possuir "playground", com área equivalente a 6,00m² (seis metros quadrados), por unidade de moradia;

VI. As áreas de acesso serão revestidas de asfalto ou similares;

VII. O terreno será convenientemente drenado;

VIII. A infra-estrutura exigida é regulamentada pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IX. Os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de residências isoladas, geminadas ou em série;

X. O terreno, no todo ou em parte, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela mantenha, as dimensões mínimas permitidas pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e as construções estejam de acordo com este Código;

XI. Exigir-se-á, ainda, a reserva de área e outras obrigações contempladas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

SEÇÃO VI DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 332 Entende-se por Habitação de Interesse Social a economia

residencial urbana destinada exclusivamente à moradia própria de famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos, que habitem por, no mínimo, cinco anos no município, cadastradas na Assistência Social Municipal.

Parágrafo Único. A moradia será constituída por dormitórios, sala, cozinha, banheiro, circulação e área de serviço e que se enquadre nos requisitos da Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 333 A habitação de Interesse Social deverá apresentar as seguintes características e satisfazer as seguintes condições:

I. Área construída mínima de 40,00 m² (quarenta metros quadrados) e máxima de 70,00 m² (setenta metros quadrados);

II. Ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) nos seguintes locais: no gabinete sanitário, no local do banho e na cozinha no local do fogão e do balcão da pia, e pisos: na copa, cozinha e banheiro.

Parágrafo Único. Excepcionalmente poderá ser construída habitação de interesse social com mais de 70,00 m² (setenta metros quadrados) desde que as famílias estejam enquadradas nas condições da Política Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 334 Os prédios de apartamentos populares poderão ter orientações diferentes desse Código desde que tecnicamente justificadas pelo projetista e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 335 As dimensões mínimas das habitações de interesse social e das casas populares deverão atender o disposto na tabela do Anexo 3.

SEÇÃO VII

DA HABITAÇÃO COLETIVA

Art. 336 As Edificações destinadas a internatos, pensionatos, asilos e estabelecimentos hospitalares deverão ter acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física e mobilidade reduzida, conforme normas técnicas vigentes - NBR 9050/1994 e NBR 13994/1997.

Art. 337 As edificações deverão possuir Saídas de Emergência conforme Normas Técnicas vigentes - NBR 9077/2001.

Art. 338 A habitação coletiva deverá dispor, no mínimo, de 01 (uma) vaga de garagem/ estacionamento por unidade.

Parágrafo Único. O recuo de frente obrigatório não poderá ser utilizado como área de estacionamento de veículos.

CAPÍTULO III

DAS EDIFICAÇÕES, USOS E BENFEITORIAS NA ÁREA RURAL

Art. 339 Todas as edificações que se instalem em zona rural ficam subordinadas às exigências de licença ambiental municipal e as demais que lhes forem aplicáveis.

Art. 340 É proibida a utilização de árvores para promover o cercamento de propriedades ou áreas confinadas.

Art. 341 As normas para Edificações Rurais destinadas à criação de animais serão regulamentadas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO IV

DAS EDIFICAÇÕES NÃO HABITACIONAIS (NÃO RESIDENCIAIS)

Art. 342 São consideradas edificações não residenciais, aquelas destinadas a instalações de atividades:

I. de uso industrial;

II. para locais de reunião;

III. para comércio, e prestação de serviços;

IV. Edificações para Usos de Saúde;

V. estabelecimentos escolares e institucionais;

VI. usos especiais diversos.

Art. 343 As edificações não residenciais deverão ter:

I. Instalações sanitárias privativas;

II. Equipamentos de prevenção e extinção de incêndio, conforme normas do Corpo de Bombeiros;

III. Estrutura e entre pisos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do Município);

IV. Distância entre dois pavimentos consecutivos pertencentes a

economias distintas não inferiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros);

V. Acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências físicas conforme normas técnicas vigentes (NBR 9050/1994).

VI. Corredores de circulação com largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

VII. Saídas de emergência conforme normas técnicas vigentes (NBR 9077/2001).

Art. 344 As edificações destinadas a atividades consideradas potencialmente incômodas, nocivas ou perigosas, além das prescrições do presente Código deverão atender à legislação sobre impactos ambientais.

Art. 345 Nas edificações em que houver atividades que incluam manipulação de óleos e graxas, tais como serviços de lavagem e/ou lubrificação, oficinas mecânicas em geral, retificadoras de motores, dentre outras, além das disposições do artigo anterior, deverá ser instalada caixa separadora de óleo e lama atendendo as normas técnicas pertinentes.

Art. 346 Os sanitários deverão atender, no mínimo, as seguintes condições:

I. Pé-direito mínimo de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

II. Paredes até a altura de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III. Vaso sanitário e lavatório;

IV. Quando coletivos, um conjunto de acordo com as normas técnicas vigentes;

V. Incomunicabilidade direta com a cozinha.

Art. 347 Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despensas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I. Ser dimensionados conforme equipamentos específicos;

II. Ter piso e paredes até a altura mínima de 2,00 m (dois metros), revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

Art. 348 As áreas de estacionamentos descobertas em centros comerciais, supermercados, pavilhões, ginásios e estádios deverão:

I. Ser arborizadas na relação de 01 (uma) árvore para cada 04 (quatro) vagas;

II. Ter piso com material absorvente de águas pluviais, quando pavimentado.

SEÇÃO I

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO USO INDUSTRIAL

Art. 349 As edificações destinadas ao uso industrial, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão atender às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e as normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 350 Para a instalação de estabelecimentos industriais e expansão ou ampliação da área construída, deverá o interessado apresentar licença fornecida pelo órgão estadual de proteção do meio ambiente.

Art. 351 As edificações destinadas à indústria de produtos alimentícios e de medicamentos deverão:

I. Ter, nos recintos de fabricação, as paredes revestidas até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos;

II. Ter o piso revestido com materiais lisos, laváveis, impermeáveis e resistentes a produtos químicos agressivos, não sendo permitido o piso simplesmente cimentado;

III. Ter assegurado a incomunicabilidade direta com os compartimentos sanitários;

IV. Ter as aberturas de iluminação e ventilação dotadas de proteção com tela milimétrica.

Parágrafo Único. Nas instalações industriais deverão ser adotadas, independentes entre si, as instalações de esgotos sanitários, esgotos pluviais e despejos industriais.

Art. 352 O uso direto de corpo d'água para resfriamentos de equipamentos industriais, ou a perfuração de poços d'água, freáticos ou artesianos dependem de licença do Órgão Ambiental Estadual, observadas as normas de outorga do uso da água.

Art. 353 A disposição do lixo nas Zonas Industriais deverá ser

aprovada pelo setor técnico responsável da Prefeitura ouvido o órgão estadual de proteção do meio ambiente e cumpridos no mínimo os seguintes requisitos:

- I. somente será permitida a queima de lixo e resíduos em incineradores adequados;
 - II. aos resíduos industriais não poderão ser adicionados lixos e outros detritos que terão sistema próprio de coleta;
 - III. os equipamentos de eliminação do lixo não poderão lançar substâncias nocivas nas redes de esgoto ou corpos d'água;
- Parágrafo Único. Ficam as indústrias instaladas no município, responsáveis pela elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

SEÇÃO II

EDIFICAÇÕES DESTINADAS A LOCAIS DE REUNIÃO

Art. 354 São considerados locais de reunião:

- I. Esportivos: estádios, ginásios, quadras para esportes, salas de jogos, piscinas e congêneres;
- II. Recreativos: sedes sociais de clubes e associações, salões de bailes, restaurantes e congêneres com música ao vivo, boates e discotecas, boliches, salas de jogos, parques de diversões, circos e congêneres;
- III. Culturais: cinemas, teatros, auditórios, centros de convenções, museus, bibliotecas, salas públicas e congêneres;
- IV. Religiosos: igrejas, templos, salões de agremiações religiosas ou filosóficas e congêneres;
- V. Comerciais: espaços destinados a feiras, exposições e eventos similares.
- VI. Acampamentos Turísticos.

Art. 355 Nas partes destinadas a uso pelo público em geral serão previstas:

- I. circulação de acesso e de escoamento, dentro das normas de acessibilidade e mobilidade previstas em lei federal e nesta lei, privilegiando os portadores de deficiência física e de mobilidade reduzida.
- II. condições de perfeita visibilidade;
- III. espaçamento entre filas e séries de assentos;
- IV. locais de espera;
- V. instalações sanitárias para cada nível, independentes das destinadas aos empregados;
- VI. lotação máxima permitida, com aviso afixado em local de perfeita visibilidade;
- VII. Condicionamento acústico adequado para os estabelecimentos com música ao vivo, boates e discotecas.

Art. 356 As circulações de acesso em seus diferentes níveis obedecerão às seguintes disposições:

- I. Quando a lotação exceder a 5.000 (cinco mil) lugares, serão exigidas rampas para o escoamento de público dos diferentes níveis.
- II. Quando a lotação de um local de reunião se escoar através de galeria, esta manterá uma largura mínima constante até o alinhamento do logradouro, igual à soma das larguras das portas que para ela se abram.
- III. Se a galeria a que se refere o item anterior tiver o comprimento superior a 30,00 m (trinta metros), a largura da mesma será aumentada de 10% (dez por cento) para cada 10,00 m (dez metros), ou fração do excesso.
- IV. Será prevista, em projeto, uma demonstração da independência das circulações de entrada e saída de público.
- V. No caso em que o escoamento de lotação dos locais de reunião se fizer através de galerias de lojas comerciais, as larguras previstas nos parágrafos segundo e terceiro deste artigo, não poderão ser inferiores ao dobro da largura mínima estabelecida por este regulamento para aquele tipo de galeria.
- VI. As folhas de portas de saída dos locais de reuniões, assim como as bilheterias, se houver, não poderão abrir diretamente sobre os passeios dos logradouros.
- VII. As folhas das portas de saída de que trata o parágrafo anterior, deverão abrir sempre para o exterior do recinto.
- VIII. Quando houver venda de ingresso, as bilheterias terão guichês afastados, no mínimo 3,00 m (três metros) do alinhamento

do logradouro.

SUBSEÇÃO I DOS ESTÁDIOS

Art. 357 Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este regulamento, obedecerão às seguintes exigências:

- I. as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas, que terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (mil) espectadores, não podendo ser inferiores a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- II. para o cálculo da capacidade das arquibancadas e gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas ou 3 (três) em pé.

SUBSEÇÃO II DOS AUDITÓRIOS, DOS TEMPLOS, GINÁSIOS ESPORTIVOS, HALL DE CONVENÇÕES E SALÕES DE EXPOSIÇÕES

Art. 358 Esses locais obedecerão às seguintes exigências:

- I. quanto aos assentos:
 - a) atenderão as seguintes condições:
 - a.1) O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,90 m (noventa centímetros), de encosto a encosto.
 - a.2) Cada série não poderá conter mais de 15 assentos, devendo ser intercalado entre as séries, um espaço de, no mínimo, 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura.
 - a.3) Assegurar perfeita visibilidade do espetáculo.
 - b) o piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20 m (vinte centímetros) e profundidade mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);
- II. quanto às portas de saída do recinto onde se localizará os assentos:
 - a) haverá sempre mais de uma porta de saída e pelo menos uma delas não poderá ter largura inferior a 2,00 m (dois metros);
 - b) a soma das larguras de todas as portas de saída equivalerá a uma largura total correspondente a 1,00 m (um metro), para cada cem espectadores;
 - c) o dimensionamento das portas de saída independe daquela considerada para as portas de entrada;
 - d) terão inscrição "saída", sempre luminosa;
- III. quanto a localidades elevadas: o guarda-corpo terá a altura máxima de 1,00 m (um metro);
- IV. quanto aos locais de espera: terão área equivalente no mínimo, de 1,00 m² (um metro quadrado) para cada 8 (oito) espectadores;
- V. V. quanto à renovação e condicionamento do ar: os auditórios com capacidade superior a 1000 (mil) pessoas, possuirão, obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;
- VI. quando a lotação for inferior a 1000 (mil) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação do ar.

SUBSEÇÃO III DOS CINEMAS

Art. 359 Os cinemas atenderão ao estabelecido nas subseções I e II desta Seção.

Art. 360 As cabinas onde se situam os equipamentos de projeção cinematográfica devem:

- I. Instalação das cabines dentro dos padrões das normas técnicas vigentes;
- II. Assegurar, por meio de sistema de exaustão ou condicionamento de ar, os índices de conforto térmico conforme normas técnicas em vigor;
- III. Instalar exaustão para o exterior da cabina;
- IV. Instalar visor contra ofuscamento nos projetores cinematográficos ou fornecer aos operadores, óculos adequados para o mesmo fim.

SUBSEÇÃO IV DOS TEATROS

Art. 361 Os teatros atenderão ao estabelecido nas subseções I e II desta Seção.

SUBSEÇÃO V DOS PARQUES DE DIVERSÕES

Art. 362 A armação e montagem de parques de diversões, além das normas técnicas em vigor, atenderão às seguintes condições:

I. Haverá obrigatoriamente, vãos de "entrada" e "saída", independentes;

II. A soma total das larguras desses vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00 m (três metros), cada um;

III. A capacidade máxima de público, permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a duas pessoas, sentadas, por metro quadrado e espaço destinado a expectadores;

IV. Os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;

V. Nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá por em perigo os funcionários e o público;

VI. Em cada aparelho de recreação deverá existir, em local visível inscrição indicando o limite máximo de carga e o número máximo de usuários.

VII. Nos parques de diversão os aparelhos de recreação deverão estar isolados das áreas de circulação.

SUBSEÇÃO VI DOS CIRCOS

Art. 363 A armação e montagem de circos com coberturas ou não, atenderão às seguintes condições:

I. Haverá obrigatoriamente, vãos de "entrada" e de "saída" independentemente;

II. A largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00 m (três metros) cada uma;

III. A largura das passagens de circulação será proporcional a 1,00 m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo todavia, ser inferior a 2,00 m (dois metros);

IV. A capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a duas pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;

V. A segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os itens IV e V do artigo 358 deste código.

SUBSEÇÃO VII DAS PISCINAS

Art. 364 No projeto e construção de piscinas, serão observadas condições que assegurem:

I. Facilidades de limpeza;

II. Distribuição e circulação satisfatória de água;

III. Impedimento do refluxo das águas de piscina para rede de abastecimento e, quando houver calhas, destas para o interior da piscina;

IV. Higiene.

SUBSEÇÃO VIII DOS ACAMPAMENTOS TURÍSTICOS

Art. 365 São considerados Acampamentos Turísticos as áreas especialmente preparadas para a montagem de barracas e o estacionamento de reboques habitáveis ou equipamento similar dispondo, ainda, de instalações, equipamentos e serviços específicos

para facilitar a permanência dos usuários ao ar livre.

Art. 366 Para os fins desta lei, os Acampamentos Turísticos se classificam em:

I. Organizados: sendo os que dispõem de terrenos delimitados e infra-estrutura básica;

II. Rústicos: sendo os que dispõem de terrenos não delimitados e sem infra-estrutura básica.

Parágrafo Único. Nenhum Acampamento Turístico poderá ser instalado sem a aprovação do projeto e licenciamento pela Prefeitura Municipal.

Art. 367 Toda modificação na estrutura, superfície, capacidade de alojamento ou outra característica do Acampamento Turístico, deverá ser notificada previamente à Prefeitura Municipal, para que indique as providências a serem tomadas quanto às modificações.

Art. 368 Serão vedadas as instalações de Acampamento Turístico em:

I. Leitos secos de rios, lugares de possível inundação ou pouca salubridade;

II. Raio inferior a 150,00 m (cento e cinquenta metros) dos locais de captação de água potável para o abastecimento da população;

Art. 369 Nos Acampamentos Turísticos organizados, deverão ter obrigatoriamente delimitado de forma diferenciada os espaços destinados a cada barraca ou veículo, ou cada grupo de barracas ou veículos.

Art. 370 Os Acampamentos Turísticos organizados, quanto às categorias, instalações e serviços, deverão obedecer ainda à deliberação do Ministério do Turismo, e à Lei Federal 11.771/2008 (Política Nacional de Turismo).

Art. 371 Nos Acampamentos Turísticos rústicos a Prefeitura Municipal definirá a sua capacidade, computando um mínimo de 35,00 m² (trinta e cinco metros quadrados) por barraca ou veículo.

SEÇÃO III

DOS EDIFÍCIOS COMERCIAIS, DE ESCRITÓRIOS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Art. 372 As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional deverão:

I. Ter no pavimento térreo, caixa receptora de correspondência, dentro das normas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

II. Ter portaria quando a edificação contar com mais de 20 (vinte) salas ou conjuntos;

III. Ter, em cada pavimento, um conjunto de sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para cada 7,50 m² (sete metros e cinquenta decímetros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo.

Art. 373 Será exigido apenas um sanitário, quando privativo, nos conjuntos ou unidades autônomas com área máxima de 70,00 m² (setenta metros quadrados).

Art. 374 As edificações destinadas a comércio em geral, deverão:

I. Ter pé-direito mínimo nas lojas de:

II. Área até 100,00 m² (cem metros quadrados) pé-direito de 3,00 m (três metros);

III. Entre 100,00 m² (cem metros quadrados) e 200,00 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);

IV. Acima de 200,00 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito de 4,00 m (quatro metros).

V. Ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/10 (um décimo) da área útil dos compartimentos;

VI. Ter as portas gerais de acesso ao público, com uma largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

VII. Ter em cada pavimento, 01 (um) conjunto sanitários, na proporção de 01 (um) para cada grupo de 20 (vinte) pessoas ou fração, calculados à razão de uma pessoa para cada 15,00 m² (quinze metros quadrados) de área de sala, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo;

VIII. Ter instalações sanitárias para uso público, separadas por sexo, nas lojas de médio e grande porte, na razão de um conjunto

de vaso e lavatório para cada 200,00 m² (duzentos metros quadrados) de área de piso de salão, localizadas junto às circulações verticais ou em área de fácil acesso;

IX. Ter 01 (um) sanitário para cada instalação comercial unitária;

X. Garantir fácil acesso para portadores de deficiência física às dependências de uso coletivo e previsão de 2% (dois por cento) de sanitários, com o mínimo de um, quando a edificação contar com mais de 20 (vinte) unidades;

XI. Lojas com iluminação artificial e sistema de renovação ou condicionamento de ar, quando possuírem profundidade superior à largura da circulação ou distarem mais de 04 (quatro) vezes esta largura do acesso ou de pátio interno;

XII. Ter marquise ou galeria coberta nas seguintes condições:

a) Em toda a extensão da testada, quando a edificação for contígua às divisas laterais do lote;

b) Em toda a frente da unidade a que se refere este artigo e situados ao nível do pavimento do acesso, quando a edificação estiver isolada de uma ou mais divisas.

§ 1º. Será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior mantenha espaço livre com altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).

§ 2º. A instalação de vitrinas e mostruários só será permitida quando não advenha prejuízo para ventilação e iluminação dos locais em que sejam integradas e não perturbem a circulação do público;

I A abertura de vãos para vitrinas e mostruários em fachadas ou paredes de área de circulação horizontal será permitida desde que o espaço livre dessa circulação em toda a sua altura, atenda às dimensões mínimas estabelecidas nesta Lei.

II Não será permitida a colocação de balcões ou vitrinas-balcões nos halls de entrada e circulação das edificações.

§ 3º. A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante prévia licença da Prefeitura e obedecerá ao contido no Código de Posturas deste município.

SUBSEÇÃO I

DO COMÉRCIO ESPECIAL

Art. 375 Os edifícios de comércio especial destinam-se às atividades abaixo relacionadas:

I. Restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos congêneres;

II. Restaurantes - pizzarias, cantinas, casas de chá, churrascarias;

III. Lanchonetes e bares - lanchonete, bares, botequins, hot-dogs, pastelarias;

IV. Confeitarias e padarias - confeitarias, padarias, docerias, bufes, massas e macarrão, sorveterias.

V. Açougues e peixarias - açougues, casas de carne, peixarias, aves e ovos, animais vivos (de pequeno porte e pequeno número);

VI. Mercarias e quitandas - mercarias quitandas, empórios, armazéns, quitandas, laticínios, frios;

VII. Mercados e supermercados - pequenos mercados e supermercados.

Art. 376 Nos estabelecimentos de comércio especial os compartimentos destinados ao trabalho, fabrico, manipulação, cozinha, despensa, depósito de matérias primas ou gêneros, e guarda de produtos acabados e similares, deverão ter os pisos, paredes, pilares e colunas revestidas de material durável, liso, impermeável e resistente a freqüentes lavagens.

Art. 377 Os compartimentos para venda, atendimento ao público ou consumo de alimentos deverão ter, pelo menos, o piso revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a freqüentes lavagens.

Art. 378 Os depósitos de material de limpeza, consertos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigia e a residência ao zelador, não poderão estar no mesmo local, nem ter comunicação direta com os compartimentos destinados a consumo de alimentos, cozinha, fabrico,

manipulação, depósito de matérias primas ou gêneros, e a guarda de produtos acabados.

SUBSEÇÃO II

DOS RESTAURANTES, LANCHONETES, BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 379 As cozinhas, copas, despensas e salões de consumo desses estabelecimentos terão os pisos e paredes revestidas de material liso, resistente e não absorvente, sendo as paredes revestidas até a altura de 2,00 m (dois metros).

Art. 380 Se os compartimentos de consumo de alimentos não dispuserem de aberturas externas, pelo menos em duas faces deverão ter instalação de renovação de ar.

Art. 381 Além da parte destinada a consumação, os restaurantes deverão dispor:

I. De cozinha - cuja área que não será inferior a 5,00 m² (cinco metros quadrados), devendo corresponder à relação mínima de 1:10 (um por dez) da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para consumo. As cozinhas não poderão ter comunicação direta com o salão de refeições;

II. Opcionalmente, de um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que deverá satisfazer às condições exigidas para compartimentos de permanência transitória, estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados).

Art. 382 Nos bares e lanchonetes, deverão ser atendidas as seguintes diretrizes:

I. A área dos compartimentos destinados à venda ou à realização de refeições ligeiras, quentes ou frias, deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros);

II. Os compartimentos ou ambientes que possam ser utilizados para venda ou consumo de alimentos apresentando área cujo total seja superior a 40,00 m² (quarenta metros quadrados), deverão satisfazer às seguintes especificações:

a) Dispor de aberturas externas, pelo menos em duas faces ou de instalação de renovação de ar;

b) Possuir um compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, que satisfaça, para efeito de ventilação e iluminação, as condições estabelecidas para os compartimentos de permanência transitória estando ligado diretamente à cozinha e tendo área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados).

Art. 383 Confeitarias e padarias deverão atender as seguintes especificações:

I. Os compartimentos de consumo, de trabalho e manipulação, quando tiverem área igual ou superior a 40,00 m² (quarenta metros quadrados) cada um, deverão ter instalação de renovação de ar, se não dispuserem de abertura externa pelo menos em duas faces;

II. Havendo compartimento para despensa ou depósito de matéria prima para o fabrico de pães, doces e confeitados, este deverá satisfazer às condições do compartimento de permanência transitória, estando ligado diretamente ao compartimento de trabalho e manipulação e tendo área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados);

III. Não havendo, no estabelecimento, área destinada à consumação, deverá existir, pelo menos, sanitários para funcionários.

SUBSEÇÃO III

DOS AÇOUGUES E PEIXARIAS

Art. 384 O compartimento destinado a açougues e peixarias deverá:

I. Ter, pelo menos, uma porta de largura não inferior a 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros), amplamente vazada, que abra para via pública ou para faixa de recuo do alinhamento de modo a assegurar plena ventilação para o compartimento;

II. Não ter comunicação direta com os compartimentos destinados a habitação;

III. Ter água corrente e ser dotado de pias;
IV. Ter suficiente iluminação natural e artificial.

Art. 385 As dependências destinadas ao público e ao corte deverão ser separadas entre si por meio de balcão com revestimento impermeável e adequado à função.

Art. 386 As dependências destinadas ao público, ao corte e ao armazenamento não poderão ter aberturas de comunicação direta com chuveiros ou sanitários.

SUBSEÇÃO IV DAS MERCEARIAS E QUITANDAS

Art. 387 Nas mercearias e quitandas, as áreas destinadas à venda, atendimento ao público e manipulação deverão ser de tal forma que permita, no plano do piso, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3,00 m (três metros).

Art. 388 Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, estes deverão satisfazer, para efeito de ventilação e iluminação, as condições de compartimento de permanência transitória e possuir área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados).

SUBSEÇÃO V DOS MERCADOS E SUPERMERCADOS

Art. 389 Para construção de mercados particulares no município, serão observadas as seguintes exigências:

I. As portas para os logradouros deverão ter largura mínima de 2,00 m (dois metros);

II. O pé-direito mínimo será de 3,00 m (três metros), medido do ponto mais baixo do telhado;

III. As passagens principais apresentarão largura mínima de 2,00 m (dois metros) e serão pavimentadas com material impermeável e resistente;

IV. Os pisos serão de material impermeável e resistente;

V. A superfície iluminante não será, em geral, inferior a 1/5 (um quinto) da superfície útil e as aberturas, quer em plano vertical, quer em clarabóias, serão convenientemente estabelecidas, procurando aclaramento uniforme;

VI. A superfície de ventilação permanente em plano vertical, janelas ou lanternins, não será inferior a 1/10 (um décimo) do piso;

VII. Deverá haver instalações sanitárias na proporção mínima de 01 (uma) para cada 05 (cinco) compartimentos, devidamente separadas para cada sexo, de acordo com as normas deste código, para as instalações sanitárias agrupadas e localizar-se-ão no mínimo a 5,00 m (cinco metros) de qualquer compartimento de venda;

VIII. Deverão possuir instalação frigorífica proporcional à necessidade do mercado;

IX. Deverá haver compartimento especial destinado a depósito de lixo localizado em situação que permita a sua fácil remoção.

SEÇÃO IV DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 390 Consideram-se edificações para usos de saúde as destinadas à prestação de serviços de assistência à saúde em geral, inclusive veterinária, com ou sem internação, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

I. Hospitais ou casas de saúde;

II. Maternidades;

III. Clínicas médica, odontológica, radiológica ou de recuperação física ou mental;

IV. Ambulatórios;

V. Pronto-socorros;

VI. Postos de saúde;

VII. Bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas.

Art. 391 As edificações para usos de saúde, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer no que couber, às condições estabelecidas nas normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 392 Os hospitais, maternidades e pronto-socorros deverão ser

dotados de instalações de energia elétrica autônoma - gerador ou equivalente com iluminação de emergência.

SEÇÃO V

DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES E INSTITUCIONAIS

Art. 393 As edificações para usos educacionais, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer às normas federais, estaduais e municipais específicas.

Art. 394 As edificações destinadas a escolas e creches deverão ter as instalações sanitárias com as seguintes condições:

I. Instalações sanitárias separadas por sexo para os alunos;

II. Masculino: 01 (um) vaso sanitário e 01(um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunos e 01 (um) mictório para cada 25 (vinte e cinco) alunos;

III. Feminino: 01 (um) vaso sanitário para cada 20 (vinte) alunas e 01 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) alunas;

IV. Instalações sanitárias e quaisquer outros equipamentos adaptados ao porte dos alunos quando em educação infantil (creche e pré-escola);

V. Funcionários e professores: 01 (um) conjunto de vaso sanitário, lavatório e local para chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) pessoas;

VI. Sala exclusiva e instalação sanitária para professores, quando com mais de 5 (cinco) salas de aula;

VII. Ter bebedouro automático, no mínimo, 01 (um) para cada 150 (cento e cinquenta) alunos;

VIII. Garantir fácil acesso para pessoas portadoras de deficiência física e mobilidade reduzida às dependências de uso coletivo, administração e a 2% (dois por cento) das salas de aula e sanitários.

Art. 395 As edificações para usos educacionais até o ensino médio, inclusive, deverão possuir áreas de recreação para a totalidade da população de alunos calculada, na proporção de:

I. 0,50m² (cinquenta decímetros quadrados) por aluno para recreação coberta;

II. 2,00 m² (dois metros quadrados) por aluno para recreação descoberta.

Art. 396 Não será admitida, no cálculo das áreas de recreação, a subdivisão da população de alunos em turnos em um mesmo período.

Art. 397 Não serão considerados corredores e passagens como locais de recreação coberta.

Art. 398 Serão admitidos outros pavimentos, desde que para uso exclusivo da administração escolar.

Art. 399 Os corredores e as escadas deverão ter uma largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 400 As escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

SEÇÃO VI

DOS USOS ESPECIAIS E DIVERSOS

Art. 401 São consideradas como edificações de usos especiais:

I. os depósitos de explosivos, munições e inflamáveis;

II. fábricas de fogos de artifícios e munições;

III. os depósitos de armazenagem ou pavilhões;

IV. Garagens Não Comerciais e Garagens Comerciais;

V. Postos de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação.

SUBSEÇÃO I

DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, INFLAMÁVEIS, FÁBRICAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS E MUNIÇÕES

Art. 402 As edificações para depósitos de explosivos, munições e inflamáveis, fábricas de fogos de artifício e munições terão de obedecer às normas estabelecidas em regulamentação própria das Forças Armadas e do Corpo de Bombeiros ou outros órgãos com atribuições para tal.

Art. 403 As edificações de que trata esta Subseção, só poderão ser construídas em zonas destinadas especificamente para este fim, fora da área urbana, definidas na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º. Para instalações especiais das Forças Armadas e Polícia

Militar essas exigências poderão ser excepcionalizadas.

§ 2º. Nesse caso, os depósitos deverão ser projetados e construídos, obedecendo rigorosamente condições de segurança contra incêndio e ainda de choques de possíveis explosões.

SUBSEÇÃO II DOS PAVILHÕES

Art. 404 Pavilhões são edificações destinadas, basicamente, para instalações de atividades de depósito, comércio atacadista, armazéns e indústrias, devendo atender as seguintes condições:

I. Ter as paredes de sustentação de material incombustíveis;

II. Ter pé-direito mínimo de:

a) Área até 100,00 m² (cem metros quadrados) pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros);

b) Entre 100,00 m² (cem metros quadrados) e 200,00 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros);

c) Acima de 200,00 m² (duzentos metros quadrados) pé-direito mínimo de 4,00 m (quatro metros).

III. Ter nos locais de trabalho vãos de iluminação e ventilação com área equivalente a 1/10 (um décimo) da área útil;

IV. Ter instalações sanitárias, separadas por sexos na proporção 01 (um) conjunto sanitário com chuveiro para cada 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) ou fração de área construída;

V. Ter vestiários separados por sexo.

§ 1º. Para qualquer depósito será obrigatório muro com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros), no alinhamento do logradouro.

§ 2º. A carga e descarga de quaisquer mercadorias deverão ser feitas no interior do lote.

SUBSEÇÃO III DAS GARAGENS NÃO COMERCIAIS

Art. 405 São consideradas garagens não comerciais as que forem construídas no lote, em subsolo ou em um ou mais pavimentos de edifício de uso residencial e não residencial.

Parágrafo Único. Essas garagens podem ser cobertas ou descobertas.

Art. 406 As edificações destinadas a garagens não comerciais, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

I. Equipamentos e instalações contra incêndio, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

II. Pé-direito livre mínimo de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) com passagem mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros);

III. Locais de estacionamento para cada veículo com largura livre mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e comprimento mínimo de 4,60 m (quatro metros e sessenta centímetros) numerados sequencialmente;

IV. Vão de entrada com largura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e, no mínimo, 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) veículos;

V. Ter o corredor de circulação largura mínima de 3,00 m (três metros), 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,00 m (quatro metros) ou 5,00 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30° 45° 60° e 90° respectivamente;

VI. Os pisos antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;

VII. Passagem de pedestres, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), separada das destinadas aos veículos.

Art. 407 Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo.

Art. 408 Não serão permitidas quaisquer instalações de

abastecimento, lubrificação ou reparos em garagens não comerciais.

Art. 409 Os locais de estacionamento quando delimitados por paredes, deverão ter largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 410 O rebaixamento dos meios-fios de passeios para acessos de veículos não poderá exceder a extensão de 7,00 m (sete metros) para cada vão de entrada da garagem, nem ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 1,00 m (um metro).

SUBSEÇÃO IV DAS GARAGENS COMERCIAIS

Art. 411 As garagens comerciais são edificações destinadas à guarda de veículos, podendo haver serviços de lavagem, lubrificação e abastecimento, devendo atender as seguintes disposições:

I. Ter local de acumulação com acesso direto do logradouro, que permita o estacionamento eventual de um número de veículos não inferior a 5% (cinco por cento) da capacidade total da garagem, não podendo ser numerado nem sendo computado nesta área o espaço necessário à circulação de veículos;

II. Ter caixa separadora de óleo e lama quando houver local para lavagem e/ou lubrificação;

III. Ter vãos de entrada com largura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), e no mínimo 02 (dois) vãos quando comportar mais de 50 (cinquenta) carros;

IV. Ter os locais de estacionamento para cada carro com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00 m (cinco metros), numerados sequencialmente;

V. Ter o corredor de circulação com largura mínima de 3,00 m (três metros), 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), 4,00 m (quatro metros) ou 5,00 m (cinco metros) quando os locais de estacionamento formarem em relação ao mesmo, ângulo de até 30° 45° 60° e 90°, respectivamente;

VI. Ter instalação sanitária para uso público de no mínimo 01 (um) conjunto sanitário;

VII. Ter instalação sanitária destinadas aos funcionários na proporção de 01 (um) conjunto com chuveiro para cada 10 (dez) funcionários;

VIII. Os locais de estacionamento para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e saída independente para cada veículo;

IX. O rebaixamento dos meios-fios de passeios para acessos de veículos, não poderá exceder a extensão de 7,00 m (sete metros) para cada vão de entrada da garagem, nem ultrapassar a extensão de 50% (cinquenta por cento) da testada do lote, com afastamento mínimo entre eles de 3,00 m (três metros);

X. As garagens comerciais com circulação vertical por processo mecânico deverão ter instalação de emergência para fornecimento de força, com geradores próprios.

Art. 412 Em caso de estacionamento coberto, a construção poderá ser transitória, com materiais de duração limitada, de fácil demolição, mas de arquitetura compatível com o local onde for implantada a obra.

Art. 413 A localização de estacionamento coberta ou descoberta deverá obedecer aos parâmetros da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

SUBSEÇÃO V DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO

Art. 414 Os Postos de Abastecimento são estabelecimentos que se destinam à venda no varejo de combustíveis minerais e óleos lubrificantes, e estão sujeitos à regulamentação de normas federais, tais como CONAMA e ABNT.

Art. 415 Os postos de abastecimento podem ainda exercer além das atividades de abastecimento e lubrificação, a limpeza, lavagem

de veículos, e guarda de veículos, que podem ser exercidos em conjunto ou isoladamente.

Art. 416 A instalação de dispositivos para abastecimento de combustíveis será permitida somente em postos de serviços, garagens comerciais, estabelecimentos comerciais e industriais, empresas de transporte e entidades públicas.

Art. 417 Nas edificações destinadas a postos de serviços ou naquelas que possuam abastecimento de veículos destinado à frota própria, deverão atender as determinações de normas técnicas da ABNT e:

I. Os acessos de veículos e rebaixamento de meios-fios obedecerão a projeto a ser previamente submetido à aprovação da municipalidade;

II. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00 m (quatro metros) do alinhamento ou das divisas do lote, deverão os mesmos estar em recintos cobertos e fechados nestas faces;

III. Haverá calha coletora, coberta com grelha, em toda a extensão dos limites do lote onde não houver muro de vedação;

IV. Deverão ser executadas construções e instalações de tal forma que os vizinhos ou logradouros públicos não sejam atingidos pelos vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem;

V. Ter vestiário e instalação sanitária com chuveiro para uso dos empregados;

VI. Ter instalação sanitária para os usuários, separadas das destinadas aos empregados;

Art. 418 Os postos de serviços só poderão ser construídos em terrenos com área superior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados) e testada mínima de 20,00 m (vinte metros).

TÍTULO VIII

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 419 Toda obra deverá ser vistoriada pela Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e, devendo o servidor municipal incumbido desta atividade ter garantido o livre acesso ao local.

CAPÍTULO II

DA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA OBRA

Art. 420 Em toda obra será obrigatória a fixação de placa cujas dimensões garantam área mínima de 0,50 m² (zero vírgula cinco metro quadrado), em local visível conforme determina o parágrafo único do artigo 24 deste Código.

Art. 421 Deverá ser mantido no local da obra o documento que comprove a regularidade da atividade edilícia em execução, sob pena de intimação e autuação, nos termos deste Código e legislação pertinente, tais como:

I. Alvará de autorização e peças gráficas e/ou descritivas vistas;

II. Alvará de Construção e peças gráficas e/ou descritivas aprovadas.

Art. 422 No decurso da obra, os responsáveis ficam obrigados à rigorosa observância, sob pena de multa, das disposições relativas à:

I. Andaime, bandeja e telas, quando necessário, carga e descarga de materiais;

II. Limpeza e conservação dos passeios fronteiros ao imóvel, de forma a possibilitar o trânsito normal de pedestres, evitando, especialmente, as depressões que acumulam água e detritos;

III. Limpeza e conservação das vias públicas, evitando acumulação no seu leito carroçável de terra ou qualquer outro material, principalmente proveniente dos serviços de terraplenagem e transporte;

IV. Outras medidas de proteção determinadas pela prefeitura.

Art. 423 Constatada irregularidade na execução da obra, pela inexistência dos documentos necessários, pelo desvirtuamento da atividade edilícia como indicada, autorizada ou licenciada, ou pelo desatendimento de quaisquer das disposições desta lei, o proprietário ou possuidor e o Responsável Técnico da Obra serão intimados e autuados, ficando as obras embargadas.

Art. 424 O embargo será imediato havendo risco à segurança de transeuntes ou aos imóveis limítrofes e ainda, quando verificada a impossibilidade de aprovação da obra.

Art. 425 Na impossibilidade do recebimento do embargo lavrado, decorrente da ausência no local, do proprietário, responsável ou de operários, deverá o agente de fiscalização providenciar encaminhamento do procedimento via postal com aviso de recebimento (AR).

Art. 426 O prazo máximo para o início das providências tendentes à solução das irregularidades apontadas será de 10 (dez) dias.

Art. 427 Durante o embargo, só será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação das infrações.

Art. 428 Em se tratando de obra aceita, autorizada ou licenciada pela Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, o embargo somente cessará após a eliminação das infrações que o motivaram e o pagamento das multas impostas.

Art. 429 Em se tratando de obra sem o documento que comprove a regularidade da atividade, o embargo somente cessará após o cumprimento de todas as seguintes condições:

I. Eliminação de eventuais divergências da obra em relação às condições indicadas, autorizadas ou licenciadas;

II. Pagamento das multas impostas;

III. Aceitação de comunicação, ou expedição da autorização ou alvará de construção.

Art. 430 Decorrido o prazo assinado, a Prefeitura nos 5 (cinco) dias subsequentes vistoriará a obra e, se constatada resistência ao embargo, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

I. Expedir novo auto de infração e aplicar multas diárias até que a regularização da obra seja comunicada, e verificada pela Prefeitura em prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da comunicação, à repartição competente;

II. Requisitar força policial, requerendo a imediata abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência, previsto no Código Penal, bem como para as medidas judiciais cabíveis.

Art. 431 A resistência ao embargo ensejará ao profissional responsável pela obra, também, a aplicação da multa diária prevista.

Art. 432 Para os efeitos desta Lei, considera-se resistência ao embargo a continuação dos trabalhos no imóvel sem a adoção das providências exigidas na intimação.

Art. 433 Lavrado o auto de flagrante policial e aberto o respectivo inquérito, será o processo encaminhado para as providências de ajuizamento da ação judicial cabível, sem prejuízo da incidência das multas, no caso de continuação das irregularidades.

Art. 434 O servidor municipal que lavrar o auto de infração, por ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexistência dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 435 Não serão objetos de regularização as edificações que, em razão da infringência à legislação edilícia, sejam objeto de ação judicial, bem como não poderão ser anistiadas as multas aplicadas em razão das irregularidades da obra.

SEÇÃO I

DA VERIFICAÇÃO DA ESTABILIDADE, SEGURANÇA E SALUBRIDADE DA EDIFICAÇÃO

Art. 436 A Prefeitura poderá fiscalizar as edificações de qualquer natureza e/ou serviços complementares, mesmo após a concessão do Auto de Conclusão, para constatar sua conveniente conservação e utilização, podendo interditá-las sempre que suas condições possam afetar a saúde e segurança de seus ocupantes, vizinhos e transeuntes, sem prejuízo de outras sanções.

Art. 437 Verificada a inexistência de condições de estabilidade, segurança e salubridade de uma edificação, serão os proprietários ou os possuidores intimados a promover, nos termos da lei, o início das medidas necessárias à solução da irregularidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, devendo a Prefeitura, nos 5 (cinco) dias subsequentes ao prazo assinado na intimação, vistoriar a obra a fim de constatar a regularidade exigida.

§ 1º. No caso de a irregularidade constatada apresentar perigo

de ruína ou contaminação, poderá ocorrer a interdição, parcial ou total, do imóvel e, se necessário, do seu entorno, dando-se ciência aos proprietários e ocupantes dos imóveis.

§ 2º. O não cumprimento da intimação, para a regularização necessária ou interdição, implicará na responsabilização exclusiva do intimado, eximindo-se a Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA de responsabilidade pelos danos decorrentes de possível sinistro.

§ 3º. Durante a interdição somente será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação da irregularidade constatada.

Art. 438 Decorrido o prazo concedido, sem o cumprimento da intimação, ou verificada desobediência à interdição, deverá o funcionário encarregado da vistoria:

I. Expedir auto de infração e aplicar multas diárias ao infrator até serem adotadas as medidas exigidas;

II. Requisitar força policial, requerendo imediatamente abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência previsto no código penal, bem como para adoção das medidas judiciais cabíveis.

Art. 439 Lavrado o auto de flagrante policial e aberto o respectivo inquérito será o processo encaminhado para as providências de ajuizamento da ação cabível, sem prejuízo da incidência das multas, no caso de continuação das irregularidades.

Art. 440 O servidor municipal que lavar o auto de infração, na ocasião da abertura do inquérito policial, será responsável pela inexatidão dos dados que possam prejudicar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Art. 441 O atendimento da intimação não desobriga o proprietário ou o possuidor do cumprimento das formalidades necessárias à regularização da obra ou serviço, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 442 Não sendo atendida a intimação, estando o proprietário ou o possuidor autuado e multado, os serviços, quando imprescindíveis à estabilidade da edificação, poderão ser executados pela Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e cobrados em dobro do proprietário ou do possuidor, com correção monetária, sem prejuízo da aplicação das multas e honorários profissionais cabíveis.

Art. 443 Independentemente de intimação e assistido por profissional habilitado, o proprietário ou possuidor de imóvel que constatar perigo de ruína ou contaminação, poderá dar início imediato às obras de emergência, comunicando por escrito à Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, justificando e informando a natureza dos serviços a serem executados.

Art. 444 Comunicada a execução dos serviços, a Prefeitura Municipal, vistoriando o imóvel objeto da comunicação, verificará a veracidade da necessidade de execução de obras emergenciais.

CAPÍTULO III

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 445 Auto de Infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de ocorrência que, por sua natureza, características e demais aspectos peculiares, denote ter a pessoa física ou jurídica, contra a qual é lavrado o auto, infringido os dispositivos deste Código.

Art. 446 O Auto de Infração lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter as seguintes informações:

I. Endereço da atividade ou obra;

II. Número da inscrição do imóvel no cadastro imobiliário;

III. Nome do proprietário, do construtor e do responsável técnico, ou somente do proprietário quando se tratar de auto-construção;

IV. Data da ocorrência;

V. Descrição da ocorrência que constitui a infração e os dispositivos legais violados;

VI. Multa aplicada;

VII. Intimação para a correção da irregularidade;

VIII. Prazo para a apresentação de defesa;

IX. Identificação e assinatura do atuante e do autuado, e de testemunhas, se houver.

§ 1º. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão na sua nulidade, quando do processo, constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º. A autuação deverá ser feita pessoalmente, podendo ser também por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

§ 3º. A assinatura do infrator no auto não implica confissão, nem a aceitação dos seus termos.

§ 4º. A recusa da assinatura no auto, por parte do infrator, não agravará a pena, nem impedirá a tramitação normal do processo.

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Art. 447 Para os efeitos desta lei, considera-se infrator o proprietário do imóvel e, ainda, quando for o caso, o responsável pelo condomínio, o usuário, o responsável pelo uso e o responsável técnico das obras.

Parágrafo Único. Os infratores serão enquadrados nos procedimentos administrativos e regras do Auto de Infração definidos neste título.

Art. 448 O desatendimento às disposições do Código de Obras constitui infração sujeita a penalidades pecuniárias, e poderá acarretar ao infrator as seguintes penas:

I. Interdição;

II. Embargo;

III. Demolição;

IV. Multa.

Art. 449 As penalidades aplicadas não isentam o infrator da obrigação de reparar ou ressarcir o dano resultante da infração, na forma prevista em lei.

SEÇÃO I

DA INTERDIÇÃO

Art. 450 Consiste no ato de paralisação de toda ou qualquer atividade, obra, ou parte da obra, impedimento do acesso, da ocupação ou do uso, mediante aplicação do respectivo auto de interdição por autoridade competente.

§ 1º. Cabe interdição quando houver iminente perigo de caráter público ou ambiental

§ 2º. A interdição será imposta após vistoria efetuada pelo órgão competente.

§ 3º. A interdição não exime a obrigatoriedade do cumprimento das demais cominações legais e da aplicação concomitante de multas.

SEÇÃO II

DO EMBARGO

Art. 451 O embargo consiste na ordem de paralisação da obra, atividade ou de qualquer ação que venha em prejuízo da população, ou que contrarie a legislação municipal, com aplicação do respectivo auto de embargo por autoridade competente.

§ 1º. Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste Artigo, e a qualquer dispositivo deste Código, o encarregado pela fiscalização comunicará o infrator através de Notificação de Embargo, para regularização da situação no prazo que lhe for destinado, ficando a obra embargada até que isto aconteça.

§ 2º. A Notificação de Embargo será levada ao conhecimento do infrator - proprietário e/ou responsável técnico para que a assine, e se houver recusa, serão apanhadas as assinaturas de duas testemunhas.

§ 3º. Se ocorrer decurso do prazo ou o desrespeito do embargo comunicado ao infrator através de Notificação de Embargo, o encarregado da Fiscalização lavrará o Auto de Infração.

§ 4º. O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências da Prefeitura, decorrentes do que especifica este Código.

§ 5º. Se não houver alternativa de regularização da obra após o embargo, seguir-se-á a demolição total ou parcial da mesma.

Art. 452 O embargo não impede a aplicação concomitante de outras penalidades estabelecidas neste Código.

Art. 453 Cabe embargo nos seguintes casos e condições:

I. Falta de obediência a limites, a restrições ou a condições determinadas por legislação municipal;

II. Falta de licença para obra em execução, independentemente

do fim a que se destina;

III. Falta de licença para atividade ou instalação comercial, industrial, de serviços ou de qualquer outra natureza;

IV. Quando se verificar, a qualquer tempo, a falta de segurança, estabilidade ou resistência das edificações, dos terrenos ou das instalações;

V. Na execução ou funcionamento irregular de obra, qualquer que seja seu fim, espécie ou local, nos edifícios, nos terrenos ou nos logradouros públicos;

VI. Atividades que causem incômodo de qualquer natureza à vizinhança ou que infrinjam qualquer legislação municipal;

VII. Obras licenciadas de qualquer natureza em que não estiver sendo obedecido o projeto aprovado, ao alinhamento predial ou nivelamento ou sendo cumprida qualquer prescrição do alvará de licença.

Art. 454 O órgão competente poderá solicitar, sempre que necessário, o auxílio de força policial para fazer respeitar o cumprimento do embargo.

SEÇÃO III

DA DEMOLIÇÃO

Art. 455 A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

I. A obra estiver sendo executada sem projeto aprovado, sem alvará de licenciamento e não puder ser regularizada;

II. Houver risco iminente de caráter público;

III. Houver desrespeito ao alinhamento e não houver possibilidade de modificação na edificação para ajustá-la à legislação vigente;

IV. O proprietário não tomar as providências determinadas pelo município para sua segurança.

Art. 456 A demolição será precedida de vistoria, pelo profissional responsável do setor técnico da Prefeitura.

Parágrafo único. A vistoria será realizada do seguinte modo:

I designará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo ele encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;

II não comparecendo o proprietário ou seu representante, o responsável pela vistoria fará rápido exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação;

III não podendo fazer adiantamento ou se o proprietário não atender à segunda intimação, o responsável pela vistoria fará os exames que julgar necessários concluídos os quais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar do mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo que para isso for julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias nem superior a 90 (noventa) dias;

IV do laudo se dará cópia ao proprietário, e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado aquele, da instituição para o cumprimento das decisões nela contidas;

V a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante recibo, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no lugar de costume;

VI no caso de ruína iminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário, se não puder ser encontrado de pronto, levando-se ao conhecimento do Prefeito as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 457 Cientificado o proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 458 Se não forem cumpridas as decisões do laudo, nos termos do artigo anterior, serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

SEÇÃO IV

DA MULTA

Art. 459 A multa será aplicada pelo órgão competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Art. 460 As multas serão aplicadas ao infrator, cabendo também ao responsável técnico da obra, se houver, na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para cada.

Art. 461 As multas diárias por desobediência ao auto de embargo terão como base os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor estabelecido.

Art. 462 Na reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo Único. Considera-se reincidência, para duplicação da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 463 A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 464 Simultaneamente à lavratura do competente auto de infração, o infrator será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar ou apresentar defesa à autoridade competente, sob pena de confirmação da multa imposta e de sua subsequente inscrição em dívida ativa.

Art. 465 As multas, independentemente de outras penalidades previstas pela legislação em geral e pelo presente Código, terão os seguintes valores cobrados cumulativamente:

I. Multas de 50 VRM (cinquenta Valores de Referência Municipal) a 5.000 VRM (cinco mil Valores de Referência Municipal) para:

a) Obra em execução, ou executada sem licenciamento;

b) Obra em execução, ou executada em desacordo com o projeto aprovado;

c) Demolição total ou parcial de prédios sem licença;

d) Infrações às demais imposições do presente Código;

II. Multas de 200 VRM (duzentos Valores de Referência Municipal) a 30.000 VRM (trinta mil Valores de Referência Municipal) para:

a) Obra em execução, estando a mesma embargada;

b) Quando o prédio for ocupado sem que a Prefeitura tenha fornecido o respectivo Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se");

c) Obra em execução, ou executada em desacordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal.

Art. 466 A graduação das multas far-se-á tendo em vista:

I. Gravidade da infração, considerando:

a) A natureza da infração;

b) As consequências à coletividade.

II. Circunstâncias atenuantes:

a) A ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;

b) O infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo.

c) Ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III. Circunstâncias agravantes:

a) A reincidência na infração;

b) Cometer a infração para obtenção e vantagem pecuniária;

c) Provocar consequências danosas ao meio ambiente;

d) Danificar áreas de proteção ambiental;

e) Agir com dolo direto ou eventual;

f) Provocar efeitos danosos à propriedade alheia;

g) Uso de meios fraudulentos junto à municipalidade.

IV. Antecedentes do infrator.

Art. 467 A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pela Secretaria Municipal Competente.

CAPÍTULO V

DO RECURSO

Art. 468 O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa contra a autuação, a partir da data do recebimento da notificação.

Art. 469 A defesa far-se-á por petição, instruída com a documentação necessária, endereçada à Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, que apreciará o recurso em até 60 (sessenta) dias, acatando, ou não, pela sua procedência.

Parágrafo Único. A apresentação de defesa no prazo legal suspende a exigibilidade da multa até decisão de autoridade administrativa.

Art. 470 O julgamento do recurso em primeira instância compete à Junta de Julgamento de Recursos, e em segunda e última

instância, ao Secretário da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Parágrafo Único. A Junta de Julgamento de Recursos será constituída pelo Secretário da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo e, no mínimo, dois servidores municipais efetivos, sem atuação no setor de fiscalização.

Art. 471 O servidor municipal responsável pela autuação é obrigado a emitir parecer no processo de defesa, justificando a ação fiscal punitiva e, no seu impedimento, a chefia imediata avocará o poder decisório, instruindo o processo e aplicando, em seguida, a penalidade que couber.

Art. 472 Julgada procedente a defesa, tornar-se-á insubsistente a ação fiscal, e o servidor municipal responsável pela autuação, terá vista do processo, podendo recorrer da decisão à última instância no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 473 Consumada a anulação da ação fiscal, será a decisão final, sobre a defesa apresentada, comunicada ao suposto infrator.

Art. 474 Na ausência de defesa ou sendo julgado improcedente o recurso, será aplicada a multa correspondente, notificando-se o infrator para que proceda ao recolhimento da quantia relativa à multa, no prazo de 10 (dez) dias.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 475 Os casos omissos no presente Código de Obras serão avaliados e julgados pelo Órgão competente juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Municipal, aplicando-se Leis, Decretos e Regulamentos Especiais.

Art. 476 Todas as situações e fatos ambientais que se encontrem ou se encontrarem em desacordo com o que dispõe este Código, ou contrarie seus princípios, mas não estejam previstos em texto legal, serão gerenciados pelo órgão municipal competente, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Art. 477 São partes integrantes deste Código os seguintes anexos:

I. Anexo 1: Dimensões Mínimas de Vagas de Estacionamento;

II. Anexo 2: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências;

III. Anexo 3: Dimensões Mínimas dos Cômodos para Residências de Interesse Social;

IV. Anexo 4: Dimensões Mínimas dos Cômodos Edifícios de Habitação Coletiva (Partes Comuns).

Art. 478 No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e demais órgãos pertinentes integrantes da Prefeitura Municipal, e os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessária à implementação do disposto neste Código.

Art. 479 Fica estipulado o prazo de 12 meses para adequação do setor de Fiscalização para o cumprimento das normas do presente Código.

Art. 480 São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais que tratam de matéria ambiental com ele não conflitante, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 481 Ficam revogadas as disposições em contrário.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ANEXO 1
DIMENSÕES MÍNIMAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

TIPO DE VEÍCULOS	DIMENSÃO (m)	INCLINAÇÃO DA VAGA				
		0°	30°	45°	60°	90°
Automóvel e Utilitário	Altura	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10
	Largura	2,30	2,30	2,30	2,30	2,30
	Comprimento	5,00	4,50	4,50	4,50	4,50
	Faixa manobra	3,00	2,75	2,90	4,30	4,60
Ônibus e Caminhões	Altura	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
	Largura	3,20	3,20	3,20	3,20	3,20
	Comprimento	13,00	12,00	12,00	12,00	12,00
	Faixa manobra	5,40	4,70	8,20	10,85	14,50

ANEXO 2
DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS PARA RESIDÊNCIAS

CÔMODO	DIÂMETRO CÍRCULO INSCRITO (M)	ÁREA MÍNIMA (m ²)	ILUMINAÇÃO MÍNIMA ⁽¹⁾	VENTILAÇÃO MÍNIMA ⁽¹⁾	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUNDIDADE MÁXIMA
Vestíbulo	0,80	-	-	-	2,30	
Sala de Estar	2,50	10,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Sala de Refeições	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	-
Copa	1,80	5,00	1/6	1/12	2,50	-
1º e 2º Quartos	2,50	8,00	1/6	1/12	2,50	-
Demais Quartos	2,00	5,00	1/6	1/12	2,50	-
Banheiro	1,00	1,50	1/8	1/16	2,20	-
Lavanderia	1,50	2,50	1/8	1/16	2,20	-
Depósito	1,00	1,50	-	-	2,10	-
Garagem	2,20	9,00	1/12	1/24	2,20	3 vezes o pé-direito
Abrigo	2,00	-	-	-	2,20	-
Despensa	1,00	1,50	1/8	1/16	2,50	-
Corredor	0,80	-	-	-	2,30	-
Escritório	2,00	6,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Escada	0,80	-	-	-	2,00	-

ANEXO 3
DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO
COLETIVA (PARTES COMUNS)

CÔMODO	DIÂMETRO CÍRCULO INSCRITO (M)	ÁREA MÍNIMA (m²)	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUNDIDADE MÁXIMA
as	2,50	7,00	1/6	1/12	2,50	3 vezes o pé-direito
Cozinha	1,80	4,00	1/6	1/12	2,30	-
Quartos	2,00	5,00	1/6	1/12	2,50	-
Banheiro	1,00	1,50	1/8	1/15	2,30	-
Corredor	0,80	-	-	-	2,30	-
Escada	0,80	-	-	-	2,00	-

ANEXO 4
DIMENSÕES MÍNIMAS DOS CÔMODOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO
COLETIVA (PARTES COMUNS)

CÔMODO	CÍRCULO INSCRITO (m)	ÁREA MÍNIMA (m ²)	ILUMINAÇÃO MÍNIMA	VENTILAÇÃO MÍNIMA	PÉ DIREITO MÍNIMO (m)	PROFUNDIDADE MÁXIMA
Hall do Prédio	3,00	-	1/10	1/20	2,50	3 Vezes o Pé-Direito
Corredores Principais	1,20	-	-	-	2,50	-
Escada	1,20	-	-	-	2,00	-
Rampa	1,20	-	-	-	2,00	-

1.7 LEI COMPLEMENTAR n.º86/2011 - DE CÓDIGO DE POSTURAS E MEIO AMBIENTE

LEI COMPLEMENTAR N.º 86, de 20 de dezembro de 2011..

Súmula: Dispõe sobre o Código de Posturas e Meio Ambiente do município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA; revoga a Lei Municipal 003/1997 e dá outras providências.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Código dispõe sobre o Poder de Polícia a cargo do Município em matéria de utilização do espaço e da higiene no Município, da preservação do Meio Ambiente, de bem-estar público, de Licenciamentos de atividades Econômicas, das infrações e penalidades e demais disposições estatuinte as necessárias relações entre o Poder Público local e os munícipes.

§ 1º. O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas dos espaços referidos no caput deste artigo.

§ 2º. Estão sujeitas a presente regulamentação, no que couber, as edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações quotidianas do meio urbano.

Art. 2º As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo anterior, bem como do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais visam:

I. Garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;

II. Estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;

III. Promover a segurança e harmonia dentre os munícipes;

IV. Assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações neste município.

Art. 3º Cabe às autoridades competentes zelar pela observância dos preceitos deste Código.

Art. 4º Constitui infração toda a conduta contrária às disposições desta Lei, sujeitando o infrator às penalidades constantes no Capítulo V deste Código.

Art. 5º Será considerado infrator, além daquele que praticar ação ou omissão:

I. O co-autor;

II. O mandante;

III. O participe a qualquer título;

IV. O Agente fiscal, que tendo conhecimento de infração, deixar de notificar ou atuar o infrator.

§ 1º. Na hipótese da infração ser cometida por Agente de qualquer Poder Público, cabe ao cidadão denunciar a irregularidade ao Prefeito Municipal.

§ 2º. Terá o Poder Público Municipal o prazo de 10 (dez) dias úteis para averiguar a denúncia e responder ao denunciante.

Art. 6º São considerados logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum pertencentes ao município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, tal como definidos em legislação federal.

Art. 7º É livre à população o uso e circulação pelos logradouros públicos, nos termos desta Lei.

Art. 8º É livre à população o acesso aos bens públicos de uso especial, tais como, Prefeitura Municipal e anexos; Biblioteca Municipal; Centro Cultural; Fórum; Correios e Telégrafos, dentre outros nos horários de expediente ou visitação pública, nos termos de seus regulamentos próprios.

CAPÍTULO II**DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO****SEÇÃO I****DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Art. 9º É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único. Quanto ao uso e destinação das vagas de estacionamento em vias e logradouros públicos, estes ficam condicionados à regulamentação por Decreto Municipal para órgão competente.

Art. 10 Nos casos de descarga de materiais que não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, por tempo não superior a 3 (três) horas, com o mínimo prejuízo ao trânsito podendo o Poder Público regulamentar o horário para carga e descarga, em função da demanda local. .

Parágrafo Único. Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos com distância conveniente dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 11 É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Art. 12 A Prefeitura poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 13 Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que seja solicitada à Prefeitura a aprovação de sua localização devendo ser observados os seguintes requisitos:

I. Aprovação do requerimento;

II. Não prejudiquem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos porventura verificados;

III. Sejam removidos num prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades.

Parágrafo Único - Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando do responsável as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 14 Nas obras e demolições não será permitido:

I. Tapume além do alinhamento;

II. A ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção, sendo que o tapume deve ocupar no máximo 2/3 (dois terços) da largura do passeio.

Parágrafo Único. Os Andaimas deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

I. Apresentarem perfeitas condições de segurança;

II. Terem, no máximo 2/3 (dois terços) da largura do passeio;

III. Não causarem dano às árvores, aparelhos de iluminação e redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica;

IV. Serem retirados quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 90 (noventa) dias.

Art. 15 Os equipamentos de concessionárias ou equipamento urbano só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Art. 16 Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fiquem livres para o trânsito público faixas do passeio com a largura mínima para aquela via.

SEÇÃO II**DA DENOMINAÇÃO E EMPLACAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E NUMERAÇÃO PREDIAL**

Art. 17 A denominação dos logradouros públicos do município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA será realizada por meio de lei e sua inscrição far-se-á, obrigatoriamente, por meio de placas afixadas nas paredes dos prédios, nos muros, nas esquinas ou em outro local conveniente.

Art. 18 Quando a lei limitar-se à denominação do logradouro, a sua localização, com as indicações indispensáveis à sua identificação,

será feita por Decreto do Poder Executivo.

Art. 19 Para denominação dos logradouros públicos serão escolhidos, dentre outros, nomes de pessoas, datas ou fatos históricos que representem, efetivamente, passagens de notória e indiscutível relevância; que envolvam acontecimentos cívicos, culturais e desportivos; de obras literárias, musicais, pictóricas, esculturais e arquitetônicas consagradas; de personagens do folclore; de acidentes geográficos; relacionados com a flora e a fauna locais.

Art. 20 Fica proibido denominar ruas, praças, avenidas, viadutos ou jardins públicos com nomes de pessoas vivas.

Art. 21 As propostas de denominação deverão ser sempre acompanhadas de biografia, com dados completos sobre o homenageado, em se tratando de pessoa e nos demais casos, de texto explicativo dos motivos da denominação, incluindo fontes de referência.

Art. 22 Nenhum logradouro poderá ser dividido em trechos com denominações diferentes, quando esses trechos tiverem aproximadamente a mesma direção e largura, ressalvados os casos já existentes.

Parágrafo Único. Quando a tradição local demandar a manutenção de diferentes nomenclaturas em trechos contínuos, cada trecho deve ter a numeração dos imóveis reiniciada e específica.

Art. 23 As placas de nomenclatura serão colocadas somente após a oficialização do nome do logradouro público.

Art. 24 No início e no final de uma via, deverá ser colocada uma placa em cada esquina, e, nos cruzamentos, uma placa na esquina da quadra que termina sempre à direita da mão que regula o trânsito, e outra em posição diagonalmente oposta, na quadra seguinte.

Art. 25 A numeração dos imóveis de uma via pública começará no cruzamento do seu eixo com o eixo da via em que tiver início.

Art. 26 Todas as edificações existentes que vierem a ser construídas, reformadas ou ampliadas no município deverão ser obrigatoriamente numeradas.

Art. 27 Cabe ao Poder Municipal, a determinação da numeração dos imóveis dentro do município, respeitadas as disposições deste Código.

Art. 28 É obrigatória a placa de numeração, com o número oficial definido pelo órgão competente, em local visível, no muro do alinhamento ou na fachada.

Art. 29 A numeração das novas edificações e das respectivas unidades distintas será designada por ocasião da emissão do Alvará de Autorização e para a emissão do Certificado de Conclusão de Obra ("Habite-se") será exigida a fixação.

Art. 30 Os parâmetros para a numeração predial serão definidos pelo órgão Municipal competente, em legislação específica.

Art. 31 Serão notificados para regularização os proprietários dos imóveis sem placa de numeração oficial, com placa em mau estado de conservação ou que contenha numeração em desacordo com oficialmente definida incorrerá em multa o não cumprimento desta condição.

Art. 32 Incorrerá em multa aquele que danificar, encobrir ou alterar a placa indicadora dos logradouros públicos ou de numeração dos prédios, além da obrigação de indenizar o Município do prejuízo causado.

SEÇÃO III

DA PROPAGANDA E PUBLICIDADE

Art. 33 A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença da Prefeitura e do pagamento da respectiva taxa.

Art. 34 São considerados meios ou instrumentos de propaganda e publicidade:

I. Os letreiros;

II. Os anúncios visíveis ao público;

III. A propaganda falada por meio de amplificadores de som, alto falante e propagandistas.

§ 1º. Consideram-se letreiros, as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, desde que contenham apenas o nome do estabelecimento, a marca ou o logotipo, a atividade principal, o endereço e o telefone.

§ 2º. Consideram-se anúncios, as indicações de referência a produtos, serviços ou atividades por meio de placas, cartazes, painéis ou similares, instalados em locais estranhos àquele onde a atividade é exercida.

§ 3º. A publicidade em imóveis, edificados ou não, dependerá de licença expedida, sempre a título precário, pelo órgão competente.

Art. 35 Os requerimentos de licença para propaganda ou publicidade deverão especificar:

I. Para letreiros:

a) Alvará de licença de localização no município;

b) Local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;

c) Natureza do material a ser empregado;

d) Dimensões;

e) Inteiro teor dos dizeres;

f) Disposição em relação à fachada, terreno e meio-fio;

II. Para anúncios

a) Alvará de licença de localização no município;

b) Local de exibição com endereço completo, indicação fiscal e nome do proprietário;

c) Natureza do material a ser empregado;

d) Dimensões;

e) Inteiro teor dos dizeres;

f) Autorização do proprietário com firma reconhecida;

g) Definição do tipo de suporte;

h) Disposição do equipamento no terreno, em relação às divisas, ao alinhamento predial e às construções existentes.

Art. 36 As propagandas ou publicidades não poderão obstruir a circulação destinada aos pedestres, iluminação, ventilação de compartimentos de edificações vizinhas, ou não, bem como a estética e beleza de obra de arte, fachada de prédios públicos, escolas, museus, igrejas, teatros ou, de algum modo prejudicar os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas e monumentos.

Art. 37 O veículo de divulgação deverá ser mantido em perfeito estado de conservação, cabendo ao responsável sua substituição durante o período concedido para a licença, caso se deteriore ou estrague, tornando-se fator de poluição visual.

Art. 38 Ficam proibidas a propaganda e publicidade, sejam quais forem suas finalidades, formas ou composições nos, seguintes casos:

a) Nas árvores, postes, bancos, toldos, abrigos, jardineiras, estátuas, monumentos, caixas de correio, caixas de telefone, coleta de lixo, alarme de incêndio, hidrantes, viadutos, pontes, canais, túneis, sinais de trânsito, passarelas e grades de proteção para pedestres e portal de entrada do município;

b) Nos muros, andaimes, e tapumes, quando se tratar de cartazes, impressos, pinturas e letreiros de quaisquer natureza, exceto aqueles afixados em quadros próprios, desde que atendida as exigências legais;

c) Em situações onde, vede portas, janelas ou qualquer abertura destinada à ventilação e iluminação;

d) Nos meio-fios, passeios e leito das vias;

e) No interior de cemitérios;

f) Quando prejudicarem a iluminação dos logradouros públicos, sinalização de trânsito e a orientação dos pedestres;

g) Quando possuírem incorreções de linguagem;

h) Quando, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito e tráfego;

i) Sejam ofensivas à moral, pessoas, crenças e instituições.

Art. 39 Na expedição do alvará de publicidade serão observados:

I. Em letreiros:

a) Para mais de um estabelecimento no térreo de uma edificação, a área destinada a publicidade deverá ser subdividida proporcionalmente entre os estabelecimentos;

b) É tolerado o anúncio para o mesmo estabelecimento, desde que não ultrapasse a terça parte do total estabelecido para o letreiro;

c) Permitido o anúncio em toldo somente na bambinela;

d) Para a edificação recuada do alinhamento predial em lote de esquina, o letreiro poderá ser instalado no recuo, a partir de 5,00

m (cinco metros) da confluência dos alinhamentos.

II. Anúncios em imóvel não edificado:

a) Deverá ser apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e anualmente laudo técnico anual quanto as condições de estabilidade e segurança;

b) Deverá ser moldurado, contendo em local visível a identificação da empresa de publicidade e o número da licença;

c) No caso de anúncio luminoso não poderá ter sua luminosidade projetada para o imóvel vizinho, excetuando-se os casos em que essa edificação tenha cunho comercial;

d) Sua colocação fica condicionada à limpeza permanente do terreno e existência de muro e passeio, excetuando-se as rodovias, bem como a exigência de execução de passeio quando a via não for dotada de pavimentação definitiva, devendo, neste caso, a área referente ao passeio ser mantida ajardinada.

III. Anúncios em imóvel edificado:

a) Deverão ser atendidas as disposições apresentadas para anúncios em imóveis não edificados;

b) Afastamento mínimo das edificações será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

c) O anúncio não poderá vedar a fachada principal da edificação.

Art. 40 O anúncio no interior do lote para locação e venda do imóvel será permitida independente de licença específica, desde que não ultrapasse 0,40 m (quarenta centímetros) por 0,60m (sessenta centímetros).

Art. 41 Será facultada às casas de diversões, teatros, cinemas e similares, a colocação de programas e de cartazes artísticos na sua parte externa, desde que colocados em local próprio e se refiram exclusivamente às diversões nelas exploradas.

Art. 42 Nenhuma placa, tabuleta ou letreiro poderá ocupar mais de 5% (cinco por cento) da área da fachada.

Art. 43 Os letreiros, quando colocados sobre as marquises não poderão ultrapassar os limites fixados para as mesmas.

Art. 44 A Prefeitura estabelecerá, por ato do Poder Executivo, prazo para a retirada de toda a propaganda e anúncios luminosos que estejam em desacordo com o estabelecido neste Código.

Art. 45 Toda e qualquer propaganda ou publicidade deverá oferecer condições de segurança ao público, bem como observar as características e funções definidas no projeto arquitetônico de construções aprovadas pela Prefeitura, de forma que não as prejudiquem.

Art. 46 Cessadas as atividades do anunciante ou a finalidade da propaganda ou publicidade, estabelecida na licença da Prefeitura, deverá ser retirado pelo anunciante todo e qualquer material referente à propaganda ou publicidade no prazo de 72 (setenta e duas) horas do encerramento.

Art. 47 O não cumprimento do disposto no artigo anterior implicará na retirada do material por parte da Prefeitura, o qual só será devolvido ao proprietário após o pagamento das multas devidas assim como das despesas acrescidas de 20% (vinte por cento).

Art. 48 Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definido pela Prefeitura.

Art. 49 No caso de anúncios, propagandas, letreiros e publicidades já existentes e em desacordo com este Código, o órgão competente fará a notificação necessária, determinando o prazo para retirada, reparação, limpeza ou regularização.

Art. 50 Expirado o prazo estipulado na notificação, a Prefeitura efetuará os serviços necessários, cobrando, dos responsáveis, as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das multas aplicadas.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 51 Toda atividade comercial, industrial, prestadora de serviços ou comunitária, localizada em áreas particulares ou públicas somente poderá funcionar com o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Administração Pública a requerimento dos interessados, observadas as disposições contidas na Lei de

Uso e Ocupação do Solo Urbano e demais leis pertinentes.

§ 1º. O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido pelo Departamento de Receita e Fiscalização, nos seguintes casos:

I. A localização e o funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuário, de prestação de serviço de qualquer natureza;

II. A exploração de atividade comercial ou de prestação de serviço em logradouros públicos;

III. O exercício de atividades especiais.

Art. 52 A expedição do Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco ambiental, além do procedimento usual, dependerá de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.

Art. 53 A expedição de Alvará de Localização e Funcionamento para atividades consideradas de risco à saúde pública, além do procedimento usual, dependerá de prévio parecer técnico sanitário expedido pela autoridade sanitária municipal.

Art. 54 Somente será concedida a licença quando o interessado comprovar o pagamento da taxa devida nos termos da legislação tributária.

SEÇÃO I

DAS ATIVIDADES COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMUNITÁRIOS E INDUSTRIAIS

Art. 55 O Alvará de Localização e Funcionamento será expedido mediante requerimento ao órgão competente.

Art. 56 O requerimento deverá especificar com clareza:

I. O ramo do comércio ou da indústria, ou a tipologia do serviço a ser prestado;

II. O endereço em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 57 Para ser concedido o Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, as instalações de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços qualquer que seja o ramo de atividades a que se destinam deverão ser previamente vistoriados pelo órgão competente, no que diz respeito às seguintes condições:

I. Compatibilidade da atividade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;

II. Adequação do prédio e das instalações às atividades que serão exercidas, conforme as exigências relativas que constam no Código de Obras;

III. Compatibilidade das soluções de segurança, prevenção de incêndio, moral e sossego público, previstas neste Código e na legislação estadual e federal pertinente;

IV. Compatibilidade dos requisitos de higiene pública e proteção ambiental, de acordo com as normas específicas.

Art. 58 Fica proibido o fornecimento de Alvará de Localização e Funcionamento para estabelecimentos que foram construídos irregularmente, e que estejam em:

I. Logradouros públicos;

II. Áreas de preservação ambiental;

III. Áreas de risco assim definidas pela Administração Municipal.

Art. 59 O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser renovado anualmente.

Art. 60 A critério do órgão competente poderá ser expedido o Alvará de Localização e Funcionamento temporário de estabelecimento, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 61 O estabelecimento ou atividades estão obrigados a novo licenciamento, mediante Alvará de Localização e Funcionamento, quando ocorrer as seguintes situações:

I. Mudança de localização;

II. Quando as atividades ou o uso forem modificados em quaisquer dos seus elementos;

III. Quando forem alteradas as condições da edificação, da atividade ou do uso após a emissão do Alvará de Localização e Funcionamento;

IV. Quando a atividade ou uso se mostrarem incompatíveis com as novas técnicas e normas originadas do desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de proteger o interesse coletivo.

Parágrafo Único. A modificação do Alvará de Localização e Funcionamento devido ao disposto no presente artigo deverá ser requerida no prazo de (30) trinta dias, a contar da data em que se verifique a alteração.

Art. 62 O Alvará de Localização e Funcionamento deverá constar os seguintes elementos:

I. Nome do interessado;

II. Natureza da atividade e restrições ao seu exercício;

III. Local do exercício da atividade e identificação do imóvel com o respectivo número de inscrição no Cadastro Imobiliário, quando se tratar de estabelecimento fixo;

IV. Número de inscrição do interessado no Cadastro Fiscal do município;

V. Horário do funcionamento, quando houver.

Art. 63 O Alvará de Localização e Funcionamento deverá ser mantido em bom estado de conservação e afixado em local visível, devendo ser exibido à autoridade fiscalizadora, sempre que esta o exigir.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Art. 64 Os horários de abertura e fechamento do comércio, prestação de serviços e estabelecimentos industriais obedecerão aos horários estipulados nesta lei, observadas às normas da Legislação Federal do Trabalho que regula a duração e condições, bem como os acordos feitos pelas entidades sindicais ou representações de classe.

Art. 65 Os estabelecimentos comerciais obedecerão ao horário de funcionamento das 08h00 (oito horas) às 18h00 (dezoito horas) nos dias úteis, facultado o intervalo de 2 (duas) horas para almoço, e aos sábados, das 08h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas), salvo as exceções desta Lei.

§ 1º - Aos mesmos horários estão sujeitos os escritórios comerciais em geral, as seções de venda de estabelecimentos industriais, depósitos, e demais atividades que tenham fins comerciais.

§ 2º - Poderão funcionar mediante prévia autorização do órgão competente da Prefeitura até às 22h00 (vinte e duas horas) e nos sábados até às 18h00 (dezoito horas), os estabelecimentos comerciais.

Art. 66 Estão sujeitos a horários especiais:

I. horário livre todos os dias:

- postos de gasolina e borracharias;
- hotéis e similares;
- hospitais e postos de saúde;
- indústrias;
- cinemas e teatros;
- banca de revista;
- casas de diversão pública.

II. das 06h00 (seis horas) às 22h00 (vinte e duas horas):

- padarias;
- sorveterias, lanchonetes, bares, cafés;
- restaurantes.

III. das 08h00 (oito horas) às 21h00 (vinte e uma horas), de segunda a sábado:

- supermercados;
- mercearias;
- lojas de artesanato.

IV. nos sábados, até às 18h00 (dezoito horas):

- salões de beleza;
- barbearias.

V. das 05h00 (cinco horas) às 18h00 (dezoito horas), inclusive aos sábados:

- casas de carne;
- peixarias.

VI. das 08h00 (oito horas) às 22h00 (vinte e duas horas):

- farmácias.

§ 1º - Farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º - Aos domingos e feriados funcionarão normalmente as

farmácias que estiverem de plantão, obedecida à escala organizada pela Prefeitura, devendo as demais afixar à porta uma placa com a indicação das plantonistas.

§ 3º - Os proprietários dos estabelecimentos citados no inciso II deste artigo, que desejarem horário diferente do especificado para funcionamento, deverão solicitar licença especial à Prefeitura.

Art. 67 Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste capítulo, que necessitam funcionar em dia e horário especial deverão requerê-lo ao órgão competente da Prefeitura.

Art. 68 Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, indústrias e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial de que dispõe a legislação tributária do município.

Art. 69 Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta multa em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definido pela Prefeitura.

SEÇÃO III

DO COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE

Art. 70 Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, por ocasião de festejos e comemorações populares, em locais previamente autorizados pelo Município.

Art. 71 Considera-se comércio ambulante a atividade comercial ou a prestação de serviços em logradouro público, sem instalação ou localização fixa.

Art. 72 Nenhum vendedor ambulante poderá exercer suas atividades no município sem a respectiva licença.

Art. 73 Para a obtenção da licença para comércio ambulante, o interessado formalizará o requerimento, que será protocolado, na Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, acompanhando de:

I. Cópia do documento de identidade;

II. Comprovante de residência;

III. Carteira de saúde para os que negociarem com gêneros alimentícios;

IV. Atestado de antecedentes;

V. Especificação dos meios que serão utilizados para o exercício da atividade

VI. Declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;

VII. Logradouros pretendidos para o exercício da atividade.

Parágrafo Único. A permissão das licenças obedecerá aos critérios sucessivamente na ordem indicada:

I Tempo de residência em SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, com documento comprobatório;

II Número de filhos menores;

III Renda familiar "per capita";

IV Tempo de desemprego;

V Portador de deficiência.

Art. 74 É proibido o exercício da atividade de comércio ambulante fora dos horários e locais demarcados.

§ 1º. O Município estabelecerá, quando da concessão da licença, os locais e horários de estacionamento dos veículos a serem utilizados para o exercício da atividade do comércio eventual e ambulante, quando for o caso.

§ 2º. Eventuais modificações de horários deverão ser previamente autorizadas pelo órgão competente.

Art. 75 A licença para comércio ambulante é individual, intransferível e exclusiva para o fim ao qual foi destinada e deverá estar sempre disponível para apresentação, pelo seu titular, sendo que o titular deverá utilizar crachá de identificação de licenciamento disponibilizado pelo Poder Público, à fiscalização, sob pena de multa e apreensão.

§1º. Na concessão da licença para os centros comerciais, o Município considerará de modo especial, as características do logradouro público em que será exercida a atividade comercial eventual, ou que será percorrido pelo comerciante ambulante, quanto à estética urbana, trânsito e outros elementos adequados.

§2º. Não será concedida licença pelo Município sempre que no logradouro público do centro comercial em que será exercida a atividade comercial eventual, ou que será percorrido pelo comerciante ambulante, bem como nos logradouros públicos próximos, existir estabelecimento comercial permanente, com atendimento no setor da atividade do comércio a ser licenciada.

§3º. Com base nos elementos de que tratam os parágrafos 1º e 2º deste artigo, poderá o Município, ao licenciar comerciantes ambulantes, estabelecer impedimento ao exercício da respectiva atividade em determinados logradouros públicos, os quais deverão expressamente constar da correspondente licença.

Art. 76 A licença será concedida pelo Poder Público, sempre a título precário e pelo prazo de (01) ano, podendo ser renovado anualmente.

Art. 77 O vendedor ambulante reincidente não licenciado para o exercício ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder, a qual somente lhe será restituída mediante requerimento e após o pagamento de multa correspondente.

Parágrafo Único - As mercadorias apreendidas serão removidas para o depósito municipal e podendo ser doadas à instituição de caridade ou vendidas em leilão para indenização das despesas e cobranças da multa respectiva, caso as mesmas não sejam pagas pelo infrator.

Art. 78 Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, será imposta a multa em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definido pela Prefeitura e apreensão da mercadoria, quando for o caso.

Art. 79 Os casos omissos serão resolvidos por uma comissão encarregada da análise de casos excepcionais, que, a qualquer momento, poderá baixar normas complementares às presentes, visando sempre a harmonia, segurança, higiene, estética e ordem entre os ambulantes e visitantes compradores, para o cumprimento deste regulamento.

SEÇÃO IV

DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMERCIAL OU DE SERVIÇOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 80 Estão sujeitas à licença de funcionamento, as seguintes atividades:

I. Bancas de jornal, revistas, cigarros e doces embalados;

II. Café e similares;

III. Venda de flores;

IV. Venda e produção de sucos;

V. Venda e produção de sorvetes;

VI. Lanchonetes;

VII. Serviços de telefone, correio, informações, segurança;

VIII. Engraxates;

IX. Outras atividades a critério da Prefeitura.

Art. 81 Os estabelecimentos poderão instalar-se em praças e demais logradouros públicos, à critério da Prefeitura Municipal, mediante Concessão de Uso outorgada quando não haja ou traga prejuízo à comunidade.

Art. 82 Os padrões para os equipamentos serão estabelecidos pelo órgão competente por ato administrativo não podendo ser alterados sem a prévia anuência.

Art. 83 É vedada a Concessão de Uso em locais com as seguintes características:

I. rótulas ou praças situadas em rótulas do sistema viário;

II. canteiros centrais do sistema viário.

Art. 84 Para a implantação de equipamentos em passeios deverá ser preservada uma faixa de circulação para pedestres com largura mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 85 Em praças, largos ou jardinetes, a somatória das áreas de projeção dos equipamentos existentes e previstos não poderá ultrapassar 2% (dois por cento) da superfície total do logradouro.

Art. 86 A seleção dos interessados na implantação de equipamentos de uso comercial ou de serviços em logradouros públicos se fará por meio de licitação pública, constará do Edital de licitação a descrição das obras e serviços a serem executados pelo interessado, através da Concessão de Uso, obedecendo a projeto de urbanização elaborado pela Prefeitura Municipal.

Art. 87 As bancas de jornal, revistas e livros não poderão ser localizadas:

I. a menos de 10,00m (dez metros) de ponto de parada de coletivos;

II. a menos de 50,00m (cinquenta metros) de outra já licenciada;

III. em áreas que possam perturbar a visão dos condutores de veículos;

IV. em áreas que possam ocupar mais de 1/3 (um terço) da largura da calçada.

Art. 88 O permissionário não poderá explorar mais de uma banca, a qualquer título, estendendo-se ao cônjuge e aos familiares do mesmo.

Art. 89 É vedada a exploração de banca a:

I. distribuidor ou agente distribuidor de jornal e revista;

II. titular de emprego público da União, do Estado, do Município, da Administração direta, indireta ou fundacional ou de entidade de economia mista.

Art. 90 O vencedor da licitação assumirá as condições estabelecidas pela Prefeitura, registradas em Contrato Administrativo.

Art. 91 A Concessão de Uso para lanchonetes e similares será por prazo determinado de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 92 A edificação passará a constar como do patrimônio público, sendo que se concederá a venda do ponto e não a benfeitoria construída.

Art. 93 O concessionário tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do Contrato Administrativo, para executar as obras e serviços objeto da licitação. O concessionário que descumprir as determinações contidas no Contrato Administrativo poderá ter sua Concessão de Uso cassada, sem direito à indenização.

Art. 94 A Concessão de Uso se faz por contrato administrativo, pelo qual o Poder Público atribui a utilização de um bem de seu domínio em contrapartida pela execução de obras e serviços convencionados pelo outorgante, nos termos da legislação federal.

Art. 95 É proibido ao permissionário e aos seus pressupostos:

I. fechar a banca por mais de 5 (cinco) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias anuais alternados, sem consentimento ou autorização do órgão competente;

II. vender com ágio jornal, revista e publicação que tenha preço tabelado;

III. locar ou sublocar a banca;

IV. recusar-se a vender, em igualdade de condições, mercadorias que lhe foram consignadas por distribuidor registrado;

V. estabelecer, por motivo político ou ideológico, distinção ou preferência entre mercadorias recebidas;

VI. veicular qualquer tipo de propaganda política ou eleitoral, salvo a constante de jornal, revista ou publicação exposta à venda.

Art. 96 Para a outorga da permissão de uso e concessão do Alvará de Localização e Funcionamento para o comércio de comidas típicas, flores e frutas, o Município verificará a oportunidade e conveniência da localização do negócio relativamente ao trânsito, à estética da cidade e ao interesse público.

Parágrafo Único. Para o exercício das atividades definidas neste artigo o interessado deverá observar, além de outras, as condições seguintes:

I. apresentar-se asseado e convenientemente trajado;

II. manter o local de trabalho limpo e provido de recipiente para coleta de lixo ou resíduos;

III. utilizar recipientes e utensílios adequados e higienizados.

Art. 97 O Município poderá autorizar, sem cobrança de qualquer taxa, a pintores, escultores, livreiros, artesãos e entidades culturais ou de assistência social a realizarem, em logradouros públicos, a prazo certo, exposições de livros ou de trabalhos de natureza artística, cultural e artesanal.

Art. 98 O pedido de autorização será dirigido ao chefe de Poder Executivo Municipal e indicará o local, natureza, caráter e prazo da exposição.

Art. 99 O local da exposição deverá ser mantido limpo, sendo o

interessado responsável por qualquer dano que porventura causar ao logradouro ou a bem público.

SEÇÃO V DAS FEIRAS-LIVRES

Art. 100 As feiras-livres serão sempre de caráter transitório e de venda exclusivamente a varejo e destinar-se-ão ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade.

Art. 101 Terão prioridades para o exercício e comércio nas feiras livres e nos mercados destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para consumo doméstico os agricultores e produtores do município.

Art. 102 As feiras, de qualquer natureza, serão localizadas, orientadas e fiscalizadas pelo órgão competente às quais cabe redimensioná-las, remanejá-las ou proibir o seu funcionamento.

Art. 103 Para o exercício da atividade em feira-livre, além da licença, o feirante deverá ser previamente cadastrado pelo órgão competente além de ser portador da Carteira de Saúde devidamente atualizada.

Art. 104 As bancas deverão ser padronizadas e devidamente numeradas, obedecendo ao critério de prioridade, realizando-se o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias. Parágrafo Único. A delimitação de área dos boxes e espaços constará dos respectivos Termos de Outorga de Permissão ou Autorização de Uso de Bem Público, mediante compromisso a ser firmado pelo interessado.

Art. 105 São obrigações comuns a todos os que exercerem atividades nas feiras:

I. Não iniciar a venda de suas mercadorias antes do horário regulamentar, nem prolongá-lo além da hora do encerramento;

II. Expor em lugar visível o Alvará de Licença expedido pela Prefeitura, bem como a Licença Sanitária expedida pela autoridade estadual;

III. Usar de urbanidade e respeito para com o público em geral, bem como acatar as ordens emanadas da autoridade competente;

IV. Utilizarem bancas apropriadas, aprovadas pela Prefeitura;

V. A venda de produtos alimentícios de ingestão imediata só está permitida em condições apropriadas, caixas ou outros recipientes fechados, adequados e vistoriados pela Prefeitura;

VI. Cuidar para que produtos não estejam deteriorados ou contaminados, e se apresentem em perfeitas condições de higiene, protegidos de impurezas e insetos;

VII. Possuir em suas barracas, se for o caso, balanças, pesos e medidas devidamente aferidas sem vício ou alteração com que possa lesar o consumidor;

VIII. Não jogar lixo na via pública ou nas imediações de sua banca;

IX. Manter nas bancas recipientes para os resíduos, contribuindo com a coleta seletiva;

X. Manter a banca em perfeito estado de asseio e higiene;

XI. Observar as normas relativas à limpeza e resíduos sólidos estabelecidas em lei municipal.

XII. Devem estar rigorosamente asseados utilizando vestuários adequados e limpos;

XIII. Não apregoar as mercadorias com algazarras, nem usar dizes ofensivos ao decoro público;

XIV. Não ocupar, com suas barracas, local diferente do concedido dentro do seu grupo de feira;

XV. Não colocar os gêneros alimentícios em contato direto com o solo;

XVI. Zelar pela arborização e jardinagem.

SEÇÃO VI

DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE CARÁTER PROVISÓRIO E DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS

Art. 106 Para realização de divertimentos e festejos públicos, nos logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, será obrigatória a licença prévia da Administração Municipal.

§ 1º. As exigências do presente artigo são extensivas às

competições esportivas, bailes, espetáculos, circos, festas de caráter público ou divertimentos populares de qualquer natureza.

§ 2º. Excetuam-se das prescrições do presente artigo as reuniões de qualquer natureza sem convites ou entradas pagas, realizadas por clubes ou entidades profissionais e beneficentes, em suas sedes, bem como as realizadas em residências.

Art. 107 O requerimento do Alvará de Localização e Funcionamento dos divertimentos públicos será acompanhado dos certificados que comprovam terem sido satisfeitas as exigências regulamentares da legislação federal, estadual e municipal, nos casos cabíveis.

Art. 108 A instalação de circos, parques de diversões e congêneres está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I. Requerimento;

II. Autorização do Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil;

III. Instalações sanitárias.

Art. 109 Uma vez instalado o parque de diversões ou congêneres, não serão permitidas modificações nas instalações ou seu aumento, sem a licença prévia, após a vistoria técnica pelo órgão competente.

Parágrafo único. Não será permitida a instalação de circos que se utilizem de animais selvagens.

Art. 110 Descumpridas as condições impostas pelo Município, o órgão competente poderá promover a interdição do empreendimento.

Art. 111 A apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos equipamentos poderá ser facultada, desde que seja realizada vistoria pela Prefeitura Municipal, atestando o atendimento das normas de segurança para as edificações e instalações de equipamentos, prevista pela legislação municipal, estadual e federal.

Art. 112 A Administração poderá exigir um depósito, como garantia de despesas com a eventual limpeza e recuperação do logradouro público.

Art. 113 O depósito será restituído integralmente, mediante requerimento, se não houver necessidade de limpeza ou recuperação do logradouro; em caso contrário, serão deduzidas as despesas com os serviços executados pela Administração.

Art. 114 As licenças para os parques de diversões e congêneres serão concedidas por prazo inicial não superior a 03 (três) meses, devendo ser renovada a vistoria, para que haja renovação ou prorrogação da licença.

Art. 115 A prorrogação ou renovação de licença poderá ser negada, podendo a Administração Municipal por outro lado, estabelecer novas exigências e restrições relativamente a qualquer elemento do parque e podendo, ainda, ser este interditado antes de terminar o prazo de licença concedido, se por motivos de interesse ou segurança pública.

SEÇÃO VII

DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DIVERSAS

Art. 116 As instalações que, diretamente ou indiretamente, propiciam à população atendimento e fornecimento de água potável, energia elétrica, gás, serviços de telecomunicações e instalações diversas deverão ser licenciadas pelo Município.

Art. 117 A concessionária dos serviços deverá manter arquivados os projetos e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), devendo fornecê-las ao Município sempre que solicitado.

Art. 118 Todas as instalações deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação e funcionamento, podendo o Município fiscalizar o estado destas instalações e submetê-las a provas de eficiência.

Art. 119 Quando da solicitação do licenciamento para instalação e funcionamento de subestação e linhas de transmissão de energia, torres de telecomunicação e estação de rádio base (ERB) e similares, deverá ser apresentado, pelo interessado, termo de responsabilidade pela instalação e pela sua influência, aos imóveis confrontantes, quanto ao sistema de proteção e compatibilidade eletromagnética.

Art. 120 A critério do órgão competente poderão ser feitas outras exigências, quando necessário, considerando a potencialização do

risco do entorno.

§ 1º;

SEÇÃO VIII

DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATACÃO.

Art. 121 O Uso de piscinas coletivas e de Uso Especial deverá seguir as normas da Vigilância Sanitária quanto à construção, operação, manutenção e uso.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos somente poderão colocar piscinas à disposição dos usuários mediante Licença Sanitária (Alvará Sanitário), expedida pela autoridade sanitária competente.

Art. 122 O uso das piscinas deverá obedecer às seguintes prescrições:

I. todo frequentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro;

II. No trajeto entre os chuveiros e a piscina será necessária a passagem do banhista por um lava-pés, situado de modo a reduzir ao mínimo o espaço a ser percorrido pelo banhista para atingir a piscina após o trânsito pelo lava-pés.

Art. 123 A água das piscinas deverá ser tratada de forma a atender aos padrões estabelecidos pela Vigilância Sanitária e Coordenação de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 124 Ficam excluídas destas exigências as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.

Art. 125 Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa a ser definida pela Prefeitura em valores de referência, sem prejuízo das penalidades impostas pela norma estadual.

SEÇÃO IX

CASAS DE CARNE, AVES E PEIXARIAS

Art. 126 Nenhum animal destinado ao consumo público poderá ser abatido fora dos matadouros licenciados.

Art. 127 É indispensável o exame sanitário dos animais destinados ao abate, sendo que sem a apresentação deste, o mesmo não poderá ser efetuado.

Art. 128 O serviço de transporte de carnes do matadouro para os açougues será feito em veículos apropriados, fechados e com dispositivos para ventilação, observando-se na sua construção interna todas as prescrições de higiene, de acordo com modelo aprovado pela Prefeitura.

Art. 129 Os estabelecimentos destinados à venda de carnes, frutos do mar e aves, deverão observar as normas de higiene ditadas por este Código, pelo Código Sanitário do Estado e leis específicas.

Art. 130 Compete aos proprietários dessas casas:

I. manter o estabelecimento em completo estado de asseio;

II. manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de moscas e roedores.

III. cumprir normas da Vigilância Sanitária;

IV. observar o uso de uniformes próprios e limpos, aventais e gorros e botas, por todos os funcionários do estabelecimento.

Art. 131 Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa a ser definida pela Prefeitura em valores de referência.

CAPÍTULO IV

DO MEIO AMBIENTE

Art. 132 No interesse do controle da poluição do ar, do solo e água, a Prefeitura exigirá parecer técnico do órgão Estadual Competente, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se figurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 133 Para impedir ou reduzir a poluição do meio ambiente, a administração promoverá os meios a fim de preservar o estado de salubridade do ar respirável, evitar os ruídos, os sons excessivos e a contaminação das águas.

Art. 134 No Meio Rural e urbano, para se evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias, sempre com autorização do Órgão Ambiental Competente

Art. 135 No Meio Rural e urbano é proibido atear fogo em roçada, palhadas ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I. Preparar aceiros de, no mínimo 7,00m (sete metros) de largura;
II. Mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e local para lançamento do fogo.

Art. 136 A derrubada de matas dependerá de expedição de licença por órgão competente, observadas as restrições contidas em legislação específica.

Parágrafo Único. Caberá à Prefeitura Municipal fiscalizar as atividades constantes do Caput deste artigo.

Art. 137 É proibido comprometer, por qualquer forma, a qualidade e pureza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

SEÇÃO I

DA LIMPEZA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E MANUTENÇÃO DE TERRENOS NÃO EDIFICADOS

Art. 138 Compete ao Município, em colaboração com seus municípios, manter limpa a área municipal mediante varrição, capinação e raspagem de vias públicas, bem como coleta, transporte e destinação final do lixo até o Aterro Sanitário.

Parágrafo Único. A execução dos serviços de limpeza pública, de competência do Município, poderá ser realizada diretamente ou por terceiros, observadas as prescrições legais pertinentes.

Art. 139 Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteira à sua residência.

§ 1º. É proibido varrer lixo e detritos sólidos de qualquer natureza para canos, valas, sarjetas, bueiros ou canais das vias públicas.

§ 2º. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

§ 3º. A lavagem ou varrição do passeio do prédio residencial deve ser efetuada em hora conveniente e de reduzido movimento de tráfego.

§ 4º. Quando se tratar de estabelecimento comercial ou de prestação de serviço, a lavagem e varrição dos passeios somente serão efetuadas fora do horário normal de atendimento ao público.

Art. 140 Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I. Consentir no escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

II. Transportar sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

III. Queimar no Perímetro Urbano, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos, que possam causar danos ao Meio Ambiente.

Art. 141 É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações, várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população, prejudicar a estética da cidade, ou que causem danos ao meio ambiente.

Art. 142 O Município manterá o serviço regular de coleta e transporte de resíduos nas ruas e demais logradouros públicos da cidade e mediante pagamento do preço do serviço público, fixado nas tabelas oficiais vigentes.

Art. 143 Os resíduos sólidos das habitações e demais geradores deverão ser armazenados em sacos plásticos apropriados, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 144 Caberá ao Município fixar os dias da semana para a coleta e remoção dos materiais a seguir especificados:

I. resíduos sólidos de residências; de escritórios e consultórios; comércio em geral; restaurantes, lanchonetes; mercearias; hotéis e supermercados.

II. móveis, colchões, utensílios de mudanças e outros similares;

III. restos de limpeza e podas de jardins;

IV. entulho, terras e sobras de material de construção;

V. materiais contaminados, radioativos ou outros que necessitem de condições especiais na sua remoção;

VI. material remanescente de obras ou serviços em logradouros públicos; e

VII. sucatas.

§ 1º. Os serviços constantes do inciso I do caput deste artigo é de caráter permanente.

§ 2º. Serão eventuais os serviços constantes dos incisos II a VII

do caput deste artigo, e sua execução dependerá da solicitação do interessado.

§ 3º. Os serviços de coleta, transporte e destino final de Resíduos Sólidos Da Saúde serão de responsabilidade dos respectivos geradores.

Art. 145 Os promotores de eventos culturais, religiosos e esportivos, dentre outros, são responsáveis pela limpeza dos logradouros que forem atingidos por resíduos gerados em função da atividade.

Art. 146 As áreas de comercialização, utilizadas por feirantes e vendedores ambulantes, deverão ser mantidas permanentemente limpas, durante e após a realização das atividades.

Art. 147 Os feirantes e vendedores ambulantes deverão realizar a limpeza de sua área de trabalho e acondicionar os resíduos em sacos plásticos para serem recolhidos pela coleta pública.

Art. 148 É obrigatória a disponibilização pela prefeitura, de depósito de água para a higiene e limpeza do local e trabalhadores.

Art. 149 Os proprietários ou condutores de animais serão responsáveis pela limpeza dos dejetos dispostos pelos mesmos em qualquer logradouro público.

SUBSEÇÃO I

DA MANUTENÇÃO DE TERRENOS

Art. 150 No Perímetro Urbano do município, nenhum terreno urbano não edificável pode, por força deste Código, ser mantido sem muro, grades ou outros fechamentos, conforme definido no Código de Obras.

Art. 151 Nenhum terreno urbano, mesmo murado, pode ser mantido com entulho de qualquer espécie ou procedência, com mata-gal ou com água empoçada.

§ 1º. A limpeza a que alude o caput deste Artigo, será sempre de responsabilidade do proprietário do terreno, correndo por sua conta, as despesas necessárias para mantê-la.

§ 2º. Havendo denúncia, anônima ou nominal, por parte de qualquer cidadão, com referência à infringência do que dispõe este Artigo, a Prefeitura Municipal notificará o proprietário do terreno urbano, concedendo-lhe o prazo máximo de 10 (dez) dias para que regularize a situação.

§ 3º. Não sendo atendida a notificação mencionada no parágrafo anterior, a Prefeitura executará a limpeza, cobrando-se os custos decorrentes do notificado, que além dessas despesas arcará com o pagamento da multa correspondente, conforme disposto neste Código.

Art. 152 A infração de qualquer das disposições dos artigos anteriores, sujeitará o infrator ou o responsável pela infração, à multa variável conforme Artigos 261 e 262 deste código, acrescida de 50% (cinquenta por cento) a cada notificação não atendida ou a cada reincidência. .

SEÇÃO II

DA HIGIENE DAS EDIFICAÇÕES

Art. 153 Não é permitido conservar água estagnada nos quintais, pátios dos prédios situados na zona urbana.

Art. 154 Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I. Vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;
- II. Facilidade de sua inspeção;
- III. Tampa removível.

Art. 155 Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer seja individualmente, ou coletivo.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO DO AR

Art. 156 As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura conforme regulamentado no Código de Obras aprovado com a Lei do Plano Diretor.

Art. 157 Para evitar desconforto à população, as indústrias deverão

observar o zoneamento determinado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, aprovado com a Lei do Plano Diretor.

Parágrafo Único. Estas instalações estarão sujeitas ainda à realização de Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme previsto na Lei do Plano Diretor.

Art. 158 Para preservar a salubridade do ar respirável, incube a administração exigir as medidas seguintes:

- I. impedir que sejam depositados nos logradouros públicos, os materiais que produzam aumento térmico e poluição do ar;
- II. promover a arborização de áreas livres e proteção das arborizadas;
- III. promover a construção ou o alargamento de logradouros públicos que permitam a renovação freqüente do ar;
- IV. disciplinar o tráfego dos transportes coletivos, de modo a evitar a sua concentração no centro urbano;
- V. os veículos de transporte coletivo devem ser dotados de dispositivos antipoluentes;
- VI. irrigar os locais poeirentos.

SEÇÃO IV

DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 159 Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, incumbe à administração exigir o cumprimento da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo, bem como, aplicar o instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança, ambos aprovados com a Lei do Plano Diretor, de forma a:

- I. Impedir a localização, em setores residenciais ou comerciais, de estabelecimento cujas atividades produzam ruídos, sons excessivos ou incômodos;
- II. Disciplinar e controlar o uso de aparelhos de reprodução eletro - acústica em geral;
- III. Disciplinar o uso de maquinários, dispositivo ou motor de explosão que produzam ruídos ou sons, além dos limites toleráveis, fixados em ato administrativo;
- IV. Disciplinar o transporte coletivo de modo a reduzir ou eliminar o tráfego em áreas próximas a hospital, casa de saúde ou maternidade;
- V. Disciplinar o horário de funcionamento noturno de construções;
- VI. Impedir a localização, em zona de silêncio ou setor residencial, de casas de divertimentos públicos que, pela natureza de suas atividades, produzam sons excessivos ou ruídos incômodos.

SEÇÃO V

DA POLUIÇÃO HÍDRICA

Art. 160 Para evitar a poluição das águas, o Município adotará, dentre outras, os parâmetros e diretrizes aprovados com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de forma a:

- I. Impedir que as indústrias, fábricas e oficinas depositem ou encaminhem para os rios, lagos ou reservatórios de águas, resíduos ou detritos provenientes de suas atividades;
- II. Impedir a canalização de esgoto e águas servidas para os córregos;
- III. Proibir a localização de estábulos, cocheiras, pocilgas, currais e congêneres nas proximidades dos cursos d'água.

SEÇÃO VI

DO REGULAMENTO ANTI-FUMO

Art. 161 Em obediência à Lei Estadual vigente (Lei nº 14.874, de 13 de outubro de 2009), fica proibido no território municipal, o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em todos os recintos de uso coletivo fechado, público ou privado, independente de sua natureza ou razão jurídica, considerados entre outros:

- I. Instituições de ensino e de saúde;
- II. Hotéis, pensões e similares;
- III. Restaurantes, lanchonetes e similares;
- IV. Bares, cafés e similares;
- V. As casas de música e de espetáculos, boates, danceterias e similares;
- VI. Os museus, teatros, salas de projeção, bibliotecas, cinemas, salas de exposições de qualquer natureza e locais onde se realizam

espetáculos circenses;

VII. Mercados, supermercados e demais locais fechados de venda de alimentos;

VIII. Ginásios esportivos, clubes e academias;

IX. Os ambientes de trabalho, independentes de sua natureza, comercial, de serviço ou industrial e de manufatura, público ou privado, incluindo repartições públicas, salas de escritórios e similares;

X. Shoppings centers e áreas comuns de edifícios e condomínios comerciais;

XI. Áreas comuns de edifícios e condomínios residenciais;

XII. Igrejas, templos e outras edificações de culto religioso;

XIII. Veículos onde se transportam crianças e/ou gestantes;

XIV. O interior dos equipamentos do transporte coletivo;

XV. Táxis, ônibus, micro-ônibus e vans de transporte comercial, público e similares;

XVI. Elevadores;

XVII. Postos de gasolina e demais ambientes, mesmo abertos, que por orientação de autoridade competente, sejam classificados com potencial de combustão, incluindo garagens públicas ou comerciais e dos condomínios residenciais.

§ 1º Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para efeito desta lei, inclui-se o conceito de ambiente ou recinto coletivo fechado, todo espaço coberto por um teto ou fechado entre uma ou mais paredes ou muros, independentemente do material utilizado para o teto, paredes e muros, bem como se a estrutura seja permanente ou provisória.

§ 3º Nos locais previstos nos parágrafos deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos responsáveis pela fiscalização, bem como será proibido a presença de cinzeiros nestes locais.

Art. 162 Os bares e restaurantes poderão dispor de espaço destinado exclusivamente aos fumantes.

Parágrafo Único. O espaço dedicado exclusivamente aos fumantes - chamado fumódromos - deverá ter um tamanho máximo de 12 m², sendo proibida a comercialização de alimentos ou bebidas e a entrada de crianças e adolescentes.

Art. 163 Esta lei não se aplica:

I. aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;

II. às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;

III. às vias públicas e aos espaços ao ar livre;

IV. às residências;

V. aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada, definidos na razão social como tabacaria;

VI. nos quartos de hotéis, desde que utilizado pelo hóspede.

Parágrafo Único - Nos locais indicados nos incisos I, II, e V deste artigo, deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 164 Considera-se infrator, para os efeitos desta lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado que, de forma direta ou indireta, permita, tolere o consumo ou consuma tabaco em desconformidade com esta Lei.

Art. 165 Os infratores desta lei sujeitar-se-ão à multa em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definida pela Prefeitura, aplicada em dobro na reincidência..

Art. 166 Qualquer pessoa poderá relatar a Secretaria Municipal de Saúde, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, por meio da Secretaria de

Saúde, e seu Departamento de Vigilância Sanitária regulamentarão no prazo de 90 dias, os procedimentos para receber denúncias, efetuar a fiscalização e aplicação das multas devidas pela infração referida nesta seção.

SEÇÃO VII

DA ARBORIZAÇÃO NO MUNICÍPIO

Art. 167 É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores da urbanização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas as disposições do Código Florestal Brasileiro, da Legislação Estadual específica.

Art. 168 Constitui infração ambiental o corte ou sacrifício de arborização pública, estando sujeito às multas estabelecidas neste código, sem prejuízo das demais penas aplicáveis determinadas pelas Legislação Federal e Estadual.

Art. 169 Caberá ao órgão competente da Prefeitura elaborar o Plano de Arborização Urbana e Paisagismo e implementá-lo com as espécies vegetais indicadas assim como sobre o espaçamento entre as árvores.

Art. 170 Sem prejuízo das demais exigências na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal e demais normas oficiais adotadas pela Prefeitura, deverão constar da planta indicativa do arruamento ou loteamento, a ser submetido à Coordenadoria do Meio Ambiente, a localização e o tipo de vegetação de porte arbóreo existente.

Art. 171 O plantio de novas árvores deverá ser constatado quando da vistoria para verificação da execução das obras de infra-estrutura, antes da aprovação final do Projeto de Loteamento ou Plano de Arruamento, conforme disposições da Lei de Parcelamento do Solo Urbano.

Art. 172 O Plano de Arborização de Loteamento ou Arruamento deverá ser aprovado pela Coordenadoria do Meio Ambiente executado pelo interessado.

SEÇÃO VIII

DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 173 Os níveis máximos de intensidade de som ou ruídos permitidos são os seguintes:

I. em zonas residenciais: 60 decibéis (60db) horário compreendido entre 7h00 horas e 19h00, medidos na curva "B" e 45 decibéis (45 dB) das 19h 00, medidos na curva "A";

II. em zonas comerciais: de 75 decibéis (75db), no horário compreendido entre 7h00 e 19h00, medidos na curva "B" e 60 decibéis (60db) das 19h00 horas às 7h00, medidos na curva "B".

Art. 174 Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta multa de 50% a 100% da unidade fiscal municipal.

Art. 175 É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos, em especial entre as 22h00 e as 7h00

§ 1º. Entendem-se como Ruídos ou Sons Excessivos, o som puro ou mistura de sons capazes de prejudicar a saúde, a segurança ou o sossego público.

§ 2º. Para os efeitos desta lei, consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança ou ao sossego públicos, quaisquer ruídos que:

I. Atinja no ambiente exterior e no recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 dB (oitenta e cinco decibéis), medidos no curso "C" do aparelho medidor de Intensidade de Sons, de acordo com o método MB-268 prescrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II. Alcancem, no interior do recinto em que têm origem níveis de sons superiores aos considerados normais pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 176 Serão tolerados os ruídos provenientes de aparelhos produtores ou amplificadores de sons por ocasião de festividades públicas ou privadas, desde que licenciadas pela Prefeitura.

Art. 177 Os aparelhos produtores ou amplificadores de sons instalados sem a licença da Prefeitura ou que estejam funcionando em desacordo com a lei serão apreendidos ou interditados.

Art. 178 É vedada, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviço de qualquer natureza e nas casas de diversão, a produção de ruídos que, por sua natureza, perturbem

o sossego público, bem como a prática de atividades contrárias à moral e aos bons costumes.

Art. 179 Qualquer pessoa que considerar seu sossego perturbado por sons e ruídos não permitidos poderá solicitar ao órgão competente municipal providências destinadas à sua supressão.

Art. 180 Excepcionalmente, a Administração Pública poderá autorizar o uso de alto-falantes e instrumentos musicais para fins de propaganda.

Art. 181 É vedado a qualquer pessoa que habite em edifício de apartamento residencial:

I. usar, alugar ou ceder apartamento ou parte dele para escolas de canto, dança ou música, bem como para seitas religiosas, jogos e recreios, ou qualquer atividade que determine o afluxo exagerado de pessoas;

II. usar alto-falantes, pianos, rádio, máquina, instrumento ou aparelho sonoro em altura de volume que cause incômodo aos demais moradores.

Art. 182 Não são proibidos os ruídos e sons produzidos pelas seguintes formas:

I. por sinos de igrejas, conventos e capelas, desde que sirvam exclusivamente, para indicar horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos, devendo ser evitados os toques antes de 6 (seis) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas;

II. por bandas de músicas em procissões, cortejos ou desfiles públicos nas datas religiosas e cívicas ou mediante autorização especial pelo órgão competente.

III. por sirenes ou aparelhos de sinalização de ambulâncias ou de carros de bombeiros e da polícia;

IV. por apitos das rondas e guardas policiais;

V. por máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pela Administração, desde que funcionem entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas e não ultrapassem o nível máximo de 90 dB (noventa decibéis), medidos na curva "C" do aparelho medidor de intensidade de som à distância de 5,00m (cinco metros) de qualquer ponto da divisa do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas;

VI. por toques, apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, desde que seja entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, estejam legalmente regulados na sua intensidade de som e funcionem com extrema moderação e oportunidade, na medida do estritamente necessário;

VII. por sirenes ou outros aparelhos sonoros, quando funcionem, exclusivamente, para assinalar horas, entradas ou saídas de locais de trabalho, desde que os sinais não se prolonguem por mais de 60 (sessenta) segundos e não se verifiquem, no caso de entrada ou saída de estabelecimentos, depois das 19 (dezenove) horas;

VIII. por explosivos empregados em pedreiras, rochas ou suas demolições, desde que as detonações sejam das 7 (sete) às 19 (dezenove) horas e autorizadas previamente pela Administração Pública;

IX. por manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados e entre 7 (sete) e 23 (vinte e três) horas.

Art. 183 Ficam proibidos ruídos, barulhos e rumores, bem como a produção dos sons excepcionalmente permitidos no presente artigo, nas proximidades de hospitais, casas de saúde e sanatórios, escolas, teatros, cinemas e templos religiosos, nas horas de seu funcionamento.

Art. 184 Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definida pela Prefeitura.

SEÇÃO IX

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 185 O Poder Público e toda a comunidade são responsáveis pelas ações de prevenção e controle de zoonoses no município.

Parágrafo Único. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I. Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da saúde pública

veterinária.

II. Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais;

III. Preservar a saúde e o bem estar da população humana, evitando-lhes danos causados por animais.

Art. 186 Ao munícipe, cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais tais como roedores, moscas, mosquitos, pulgas e outros vetores.

§ 1º. É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis e outros materiais que propiciem a instalação de roedores e outros vetores.

§ 2º. É proibido qualquer atividade na área urbana relacionada a uso primário ou à atividades agropecuárias que possam propiciar a instalação de roedores e outros vetores.

§ 3º. Os estabelecimentos que comercializem e/ou manipulem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de acúmulos de águas originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 187 Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade, desde que estejam causando danos a vizinhança.

Art. 188 É proibida no Perímetro Urbano a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

Art. 189 É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 190 É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção de dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 191 É obrigatória a vacinação dos animais por parte do seu proprietário, que deverá manter o documento comprobatório desta exigência, com observância do prazo de validade.

Art. 192 É proibida a permanência de animais soltos em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art. 193 É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, exceto com o uso adequado de coleira e guia e conduzidos por pessoa com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ 1º - incorre em multa quem conduzir animal na via pública quando em perigo a segurança pública, sendo permitidos somente animais devidamente contidos.

§ 2º - Todo cão treinado para ataque ou de raça considerada de temperamento violento somente poderá transitar em vias e logradouros públicos usando focinheira e quando seu condutor possuir idade e força adequada para contê-lo.

§ 3º - Fica proibido o trânsito de cães ou animais de raça considerada de temperamento violento em locais de maior concentração de público.

Art. 194 Será apreendido todo e qualquer animal:

I. Encontrado solto ou abandonado nas vias e logradouros públicos ou de livre acesso à população;

II. Suspeito de raiva ou outra zoonose;

III. Submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto;

IV. Mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V. Cuja criação ou uso sejam vedados por esta Lei;

VI. No caso dos cães, para o caso de se não cumprir o disposto no artigo anterior

VII. Serão apreendidos os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por agente sanitário, ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

Art. 195 O animal cuja apreensão for impraticável em função de ferimentos ou enfermidades poderá, a juízo do Agente sanitário, ser eutanasiado in loco, afastado da atenção pública e após terem-se esgotadas todas as tentativas de sua recuperação.

Parágrafo único. O proprietário do animal, quando identificado, deverá ser comunicado da ocorrência.

Art. 196 O Poder Público Municipal não responde por indenizações nos seguintes casos:

I. Dano ou óbito do animal apreendido, caso esteja ferido ou doente;

II. Eventuais danos a bens ou a pessoas causados pelo animal no ato da apreensão.

Art. 197 Os animais apreendidos deverão ser retirados dentro do prazo de 03 (três) dias, mediante pagamento da taxa de manutenção respectiva.

Art. 198 Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

I. Resgate;

II. Leilão em hasta pública;

III. Adoção;

IV. Doação;

V. Eutanásia.

Art. 199 Os animais de grande porte, que não forem resgatados por seus proprietários serão leiloados ou doados a critério do órgão competente.

§ 1º. O leilão em hasta pública ocorrerá mediante divulgação de edital, informando data, horário e local.

§ 2º. Caso não haja comprador os animais de grande porte deverão incorporar-se ao patrimônio municipal, podendo ser abatidos ou doados mediante recibo a entidades filantrópicas, científicas ou pessoas físicas.

§ 3º. A pessoa que receber a doação do animal ficará como fiel depositário, devendo comprometer-se a cuidar da saúde, dando-lhe alimentação, abrigo e condições adequadas de sobrevivência, não sendo permitido abandonar, doar a terceiros, vender ou maltratar o animal.

Art. 200 A eutanásia só será efetivada em animais portadores de patologias que não possuam cura clínica, devidamente comprovada por médico veterinário que deverá ser feita por esse profissional com anestesia geral profunda de maneira que não cause nenhuma angústia ou dor ao animal, segundo preconização da Organização Mundial da Saúde.

Parágrafo Único. Neste caso, será permitido o acompanhamento do procedimento por entidades de defesa animal.

Art. 201 É de responsabilidade de estabelecimentos comerciais e residências que possuírem cães de guarda alertar os transeuntes através de placa indicativa, em lugar visível e de fácil leitura.

Art. 202 Os proprietários de animais serão responsabilizados por desordens ou perturbações do sossego eventualmente causados pelos mesmos.

Art. 203 A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulada pelas respectivas Convenções, desde que não contrarie este Código.

Art. 204 Em caso de morte do animal, o proprietário é responsável pelo destino do cadáver.

Parágrafo Único. Havendo suspeita de doença contagiosa, o proprietário deverá procurar orientação técnica e comunicar o órgão sanitário responsável.

Art. 205 Toda pessoa ou estabelecimento que vender ou negociar animais será licenciado e fiscalizado por órgão competente. A licença obedecerá a critérios de bem-estar animal.

Parágrafo único. Todo o ato de crueldade com animais selvagens ou silvestres será punido em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definida pela Prefeitura.

SEÇÃO X

DO FUNCIONAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Art. 206 Os cemitérios públicos terão caráter secular e serão administrados e fiscalizados pela Prefeitura, mediante regulamento próprio, baixado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 207 Toda construção, ampliação e reformas de cemitérios estão sujeitas às normas ambientais.

Art. 208 É lícito às Irmandades, sociedades de caráter religioso ou empresas privadas, respeitadas as Leis e regulamentos que regem a matéria, estabelecer ou manter cemitérios, desde que devidamente autorizados pelos órgãos estadual e municipal, ficando sujeitos permanentemente à sua fiscalização.

§ 1º. A prefeitura poderá fazer concessões perpétuas, nos

cemitérios públicos, às pessoas físicas, sociedades civis, instituições, corporações ou confrarias religiosas, mediante o pagamento do preço respectivo.

§ 2º. As relações entre concessionários e adquirentes são as reguladas pela Lei Civil e no que concerne à inumação, exumação e construção funerária, as estabelecidas nos regulamentos municipais e nas condições constantes do termo celebrado entre o concessionário e a Prefeitura.

§ 3º. Nas relações entre o concessionário e os adquirentes é obrigatória a assinatura de contrato para concessão de sepulturas por prazo de 5 (cinco) anos; de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) anos e perpétua.

Art. 209 Os cemitérios, sejam públicos ou particulares, constituirão parques de utilidade pública por sua natureza, e devem ser respeitados, conservados limpos e tratados com zelo; suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

§ 1º. Nos cemitérios do município são livres todos os cultos religiosos, a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes.

§ 2º. Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 210 É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

I. Quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II. Quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

§ 1º. Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade policial ou da saúde pública.

§ 2º. Não se fará sepultamento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do Registro Civil do local do falecimento.

§ 3º. Na impossibilidade da obtenção de Certidão de Óbito, o sepultamento poderá ser feito mediante autorização da autoridade médica, policial ou jurídica, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 211 Os sepultamentos em jazigos sem revestimento sepulturas poderão repetir-se de 03 (três) em 03 (três) anos, e nos jazigos com revestimento-carneiras, não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito, seja convenientemente isolado.

§ 1º. Considera-se como sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões:

I. Para Adulto: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 0,80m (oitenta centímetros) de largura e 0,55 m (cinquenta e cinco centímetros) de profundidade;

II. Para Crianças: 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 0,55 m (cinquenta e cinco centímetros) de profundidade.

§ 2º. Considera-se como carneira a cova ou construção acima do solo, com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,15 m (dois metros e quinze centímetros) de comprimento por 0,80 m (um metro e vinte e cinco centímetros) de largura.

Art. 212 Os proprietários de terrenos ou seus representantes são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

Art. 213 Do dia 28 de outubro a 1º de novembro não se permitem trabalhos nos cemitérios, a fim de ser executada, pela administração, a limpeza geral.

Art. 214 Os jazigos nos quais não forem feitos serviços de limpeza, obras, conservação e reparação, julgados necessários, serão considerados em abandono e ruína.

§ 1º. Os proprietários de jazigos considerados em ruína serão convocados em Edital, que será publicado por duas vezes em jornal de circulação local e se, no prazo de 90 (noventa) dias, não comparecerem, as construções em ruína, após o arquivo fotográfico e

demais dados da sepultura, serão demolidas, revertendo ao patrimônio municipal o respectivo terreno.

§ 2º. Verificada a hipótese do parágrafo segundo, os restos mortais existentes nos jazigos, serão exumados e colocados no ossário municipal.

§ 3º. O material retirado dos jazigos, abertos para fins de exumação, pertencem ao cemitério, não cabendo aos interessados, o direito de reclamação.

Art. 215 Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de Saúde Pública.

Art. 216 Exceto as pequenas construções sobre as sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela repartição competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Entende-se por pequenas construções os jazigos de no máximo 0,80m (oitenta centímetros) de altura excetuando-se a pedra lápide.

Art. 217 Nos cemitérios é proibido:

I. Praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;

II. Arrancar plantas ou colher flores;

III. Pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

IV. Efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;

V. Praticar comércio;

VI. A circulação de qualquer tipo de veículo motorizado, estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério.

Art. 218 É permitido dar sepultura em um só lugar a duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia.

Art. 219 Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

I. Sepultamento de corpos ou partes;

II. Exumações;

III. Sepultamento de ossos;

IV. Indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

Parágrafo Único - Esses registros deverão indicar:

I Hora, dia, mês e ano;

II Nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;

III No caso de sepultamento deverá ser indicados o nome, a filiação, a idade, o sexo do morto e certidão.

Art. 220 Os cemitérios devem adotar livros tombo ou fichas, onde de maneira resumida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esses livros devem ser escriturados por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 221 Os cemitérios públicos e particulares devem apresentar os seguintes equipamentos e serviços:

I. Capelas, com sanitários;

II. Edifício de administração com:

a) Sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores - imediato;

b) Depósito para ferramentas - imediato;

c) Sanitários para o público - em curto prazo;

d) Sanitários e Vestiário para funcionários, dotados de chuveiros - em curto prazo;

e) Com itens de primeiros socorros - imediato;

III. Ossuário para colocação dos ossos após exumação - imediato;

IV. Iluminação elétrica de toda a área, para facilitar a vigilância - imediato;

V. Rede de distribuição de água - imediato;

VI. Área de estacionamento de veículos - em longo prazo;

VII. Arruamento urbanizado e arborizado - médio prazo;

VIII. Recipientes para depósito de resíduos em geral - imediato.

Art. 222 Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo.

SEÇÃO XI

DA SEGURANÇA PÚBLICA

SUBSEÇÃO I

DOS INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E BALÕES

Art. 223 A Prefeitura Municipal fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamável e explosivo.

Art. 224 São considerados inflamáveis, dentre outros: fósforos e materiais fosforosos; gasolina e demais derivados do petróleo; éteres, alcoóis; aguardentes e óleos em geral; carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos.

Art. 225 Consideram-se explosivos, dentre outros: fogos de artifícios, nitroglicerina, seus compostos e derivados; pólvora, algodão-pólvora, espoletas e estopins fulminatos; coratos; formiatos e congêneres; cartucho de guerra, caça e mina.

Art. 226 É absolutamente proibido:

I. Fabricar explosivos sem licença especial e em local não autorizado pela Prefeitura;

II. Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;

III. Depositar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 227 Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável em 20 (vinte) dias.

Art. 228 Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos desde que atendam à regulamentação das Forças Armadas.

Art. 229 Os depósitos de explosivos e inflamáveis somente serão construídos se obedecidas as prescrições das Forças Armadas e Corpo de Bombeiros.

Art. 230 Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

Art. 231 Não poderão ser transportados explosivos e inflamáveis simultaneamente no mesmo veículo.

Art. 232 Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas, além do motorista e ajudante.

Art. 233 Não será permitida descarga de explosivos nos passeios e vias públicas.

Art. 234 São vedados, sob pena de multa, além das responsabilidades criminal e civil que couberem, as seguintes atividades:

I. Soltar balões, bombas, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueira nos logradouros públicos, sem prévia licença da Prefeitura e de outros órgãos competentes;

II. Fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo.

Parágrafo Único. Em dias de festividades religiosas, tradicionais e outras de caráter público, poderão ser usados fogos de artifícios e outros apropriados, observadas as normas fixadas pelo Município e pelo órgão estadual.

Art. 235 Fica sujeita à licença da Prefeitura, a instalação de bombas de gasolina e de depósitos de outros inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários.

Art. 236 Os projetos de construção de estabelecimento de comércio varejista de combustível mineral deverão observar, além das disposições deste Código, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações dos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no tocante ao aspecto paisagístico e arquitetônico.

Art. 237 O transporte de inflamáveis para os postos de abastecimento será feito em recipiente apropriado, hermeticamente fechado, devendo a descarga nos depósitos subterrâneos realizar-se por meio de mangueiras ou tubos adequados, de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes de transporte para o depósito.

Art. 238 Os abastecimentos de veículos serão feitos por meio de bombas ou gravidade devendo o tubo alimentador ser introduzido diretamente no interior do tanque do veículo.

Art. 239 É absolutamente proibido o abastecimento de veículos ou quaisquer recipientes nos postos, por qualquer processo de despejo livre, dos inflamáveis, sem o emprego de mangueiras.

Art. 240 Para depósitos de lubrificantes, localizados nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados, à prova de poeira, e adotados dispositivos que permitam a alimentação dos tanques dos veículos sem qualquer extravasamento.

Art. 241 Nos postos de abastecimento equipados com serviços de limpeza, lavagem e lubrificação de veículos, estes serão feitos nos recintos dos postos dotados de instalações destinadas a evitar a acumulação de água e de resíduos de lubrificantes no solo ou seu escoamento para o logradouro público.

Parágrafo Único. As disposições deste artigo estendem-se às garagens comerciais e demais estabelecimentos onde se executem tais serviços.

Art. 242 As infrações destes dispositivos serão punidas com a aplicação de multas.

SUBSEÇÃO II

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 243 A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro além de licença de localização e funcionamento, dependerão de licença especial, nos casos de emprego de explosivos.

Parágrafo Único. As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Art. 244 O Município poderá, em qualquer tempo, determinar a execução de obras, inclusive de acessos próprios, nas áreas ou locais de exploração de propriedades circunvizinhas, bem como de vias públicas, evitando a obstrução de cursos e mananciais d'água, o carregamento do material explorado para os leitos das estradas e o acúmulo de água em depressões resultantes de exploração.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, os limites da área de exploração serão disciplinados pela Prefeitura, devendo esses limites situar-se fora das faixas de domínio das rodovias municipais, a uma distância capaz de não comprometer a estabilidade daquelas rodovias.

Art. 245 Os volumes de transporte de materiais de construção em geral, especialmente os materiais terrosos, e areias, nos limites da zona urbana do município, não deverão exceder a capacidade nominal dos veículos transportadores, a fim de evitar evasão desses materiais para as vias públicas.

Art. 246 Será interditada a pedreira ou parte da pedreira que embora licenciada pela Prefeitura, demonstre posteriormente que a sua exploração acarreta perigo ou dano à vida ou à propriedade.

Art. 247 A exploração de pedreiras com explosivos fica sujeita às seguintes condições:

I. Intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosão;

II. Içamento, antes da explosão, de uma bandeira a altura conveniente para ser vista à distância;

III. Colocação de sinais nas proximidades das minas que possam ser percebidos distintamente pelos transeuntes, pelo menos a 100,00m (cem metros) de distância.

IV. Toque por 03 (três) vezes, com intervalo de 02 (dois) minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.

Art. 248 É proibida a extração de minérios em todos os cursos de água do município:

I. A jusante do local em que recebe contribuições de esgotos, nos primeiros 10,00 km (dez quilômetros);

II. Quando modificam o leito ou as margens dos mesmos;

III. Quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;

IV. Quando de algum modo possam oferecer perigos a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios.

SEÇÃO XII

DO TRANSPORTE COLETIVO

Art. 249 O serviço de transporte coletivo municipal será prestado através de veículos automotores, obedecendo ao Plano Diretor de Tráfego que for estabelecido pela municipalidade.

Parágrafo Único. Para os fins desta lei, incumbe ao Município fiscalizar as condições de higiene e segurança dos veículos.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 250 Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, de outras leis, decretos e atos normativos, baixados pela administração no exercício de seu poder de polícia.

Art. 251 Será considerado infrator todo aquele que cometer, iniciar, constranger ou auxiliar alguém na prática de infração à legislação de postura do município.

Art. 252 A responsabilidade por infração à norma de poder de polícia independe da intenção do agente ou responsável e da natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 253 A responsabilidade será:

I. Pessoal do infrator;

II. De empresa, quando a infração for praticada por pessoa na condição de seu mandatário, preposto, ou empregado.

III. Dos pais, tutores, curadores, quanto às pessoas de seus filhos menores, tutelados e curatelados, respectivamente.

Art. 254 As infrações resultantes do descumprimento das disposições desta lei sujeitam o responsável às seguintes sanções:

I. Multa;

II. Apreensão;

III. Perda de bens e mercadorias;

IV. Suspensão de licença;

V. Cassação de do Alvará de Localização e Funcionamento;

VI. Demolição.

Parágrafo Único - As penalidades previstas neste capítulo serão aplicadas pela autoridade competente, através de processo fiscal.

Art. 255 Quando o Agente fiscalizador constatar a ocorrência de infração prevista nesta Lei, deverá lavrar Auto de Infração.

Art. 256 As penalidades cominadas nesta lei, quando aplicadas, não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Único - Aplicada qualquer penalidade prevista nesta Lei, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência legal que a houver determinado.

Art. 257 Ao infrator que incorrer simultaneamente em mais de uma infração, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades cominadas.

SEÇÃO I

DAS MULTAS

Art. 258 A multa será aplicada pelo órgão municipal competente em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

Parágrafo Único. A pena de multa reverte-se para o município, de forma a ser definida pela Secretaria de Administração.

Art. 259 A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta Lei, não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a Administração Pública, previstos na legislação penal.

Art. 260 Quando da imposição da multa será notificado o infrator, cabendo-lhe recurso ao órgão fiscalizador, a ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da notificação.

I. Caso o infrator não interponha recurso, deverá pagar a multa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação;

II. O não pagamento da multa implicará em inscrição na dívida ativa e cobrança judicial.

Art. 261 A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da infração assim definida:

- I. Infrações Leves, com multa a ser definida pela Prefeitura em valores de referência, e aplicadas na primeira autuação;
- II. Infrações Médias, com multas a ser definida pela Prefeitura em valores de referência, e aplicadas na primeira reincidência;
- III. Infrações Graves, com multas a ser definida pela Prefeitura em valores de referência, e aplicadas na segunda reincidência;
- IV. Infrações Gravíssimas, com multas a ser definida pela Prefeitura em valores de referência, e aplicadas a partir da terceira reincidência.

Parágrafo único. Considera-se reincidência outra infração de mesma natureza.

Art. 262 Serão ainda consideradas para a graduação das multas:

I. Gravidade da infração, considerando:

- a) a natureza da infração;
- b) as consequências à coletividade.

II. Circunstâncias atenuantes:

- a) a ação do infrator não ter sido fundamental para consecução do evento;
- b) o infrator por espontânea vontade imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo;
- c) ser o infrator primário, e a falta cometida de natureza leve.

III. Circunstâncias agravantes:

- a) a reincidência na infração;
- b) provocar consequências danosas ao meio ambiente;
- c) danificar áreas de proteção ambiental;
- d) agir com dolo direto ou eventual;
- e) provocar efeitos danosos a propriedade alheia;

IV. Antecedentes do infrator.

Art. 263 A correção e atualização do valor das multas serão realizadas a partir de índices econômicos a serem definidos pelo Departamento de Finanças.

SEÇÃO II

DA APREENSÃO E PERDA DE BENS E MERCADORIAS

Art. 264 A apreensão consiste na tomada de coisas móveis ou semoventes, que forem elementos de infração, sendo o seu recolhimento feito mediante recibo descritivo.

Parágrafo Único. A apreensão de bens e mercadorias ocorrerá quando apurado o exercício ilícito do comércio, transgressão às normas de higiene pública ou como medida assecuratória do cumprimento da penalidade pecuniária.

Art. 265 Nos casos de apreensão será lavrado pelo Agente fiscalizador o respectivo auto de infração, descrevendo detalhadamente a coisa apreendida, que deverá ser recolhida ao depósito municipal ou permanecer no local, caso o objeto seja irremovível por razões diversas.

§ 1º. A devolução da coisa apreendida dar-se-á depois de pagas as multas aplicadas ao caso e indenizado o Poder Público Municipal das despesas que tiverem sido efetivadas em decorrência da apreensão e/ou transporte e depósito.

§2º. Produtos alimentares perecíveis que venham a ser apreendidos em bom estado de conservação serão imediatamente repassados às instituições de caridade.

§ 3º. Serão encaminhados para destruição quando se tratar de produto impróprio para o consumo.

§ 4º. Além dos casos previstos neste Código, a perda de mercadorias ocorrerá quando a apreensão recair sobre substâncias entorpecentes, nocivas à saúde ou outras de venda ilegal, encaminhando a mercadoria apreendida ao órgão federal ou estadual competente.

Art. 266 Caso não seja reclamada e retirada dentro de 30 (trinta) dias, a coisa apreendida será vendida em hasta pública, sendo aplicada a importância apurada no pagamento das multas e despesas de que trata o artigo anterior.

Art. 267 Encerrado o leilão, no mesmo dia será recolhido o sinal de vinte por cento (20%) pelo arrematante, sendo-lhe fornecida guia para o recolhimento da diferença sobre o total do preço da arrematação.

§ 1º. Quando o arrematante, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a partir do encerramento do leilão, não completar o preço da arrematação, perderá o sinal pago e os bens e as mercadorias serão novamente levados a leilão.

§ 2º. Se houver qualquer saldo, ficará este à disposição do proprietário da coisa apreendida, que poderá retirá-lo mediante requerimento devidamente instruído.

§ 3º. Prescreve em 05 (cinco) dias o prazo para exercício do direito especificado no parágrafo anterior.

SEÇÃO III

DA SUSPENSÃO E DA CASSAÇÃO DE LICENÇA

Art. 268 A suspensão de licença consiste na interrupção, por prazo não superior a um ano, da atividade constante do alvará, em consequência do não cumprimento de norma prevista para seu regular exercício, funcionamento ou, no caso de estabelecimento, quando o interessado se opuser ao exame, verificação ou vistoria por agente da fiscalização municipal.

Art. 269 A cassação de licença consistirá na paralisação da atividade constante do alvará, nos casos seguintes:

- I. Não cumprimento, nos prazos estabelecidos, de exigências que motivarem a suspensão da licença, embargo ou indenização;
- II. Quando ocorrer invalidação de licença na forma prevista neste código.

Art. 270 Cessados os motivos que determinarem a cassação da licença, o interessado poderá restabelecer o exercício da atividade, subordinando-se às exigências estabelecidas para outorga de nova licença.

Art. 271 O alvará de Localização e Funcionamento do estabelecimento poderá ser cassado como medida de proteção:

- I. Da higiene;
- II. Da saúde;
- III. Da moral;
- IV. Do meio ambiente;
- V. Do sossego público;
- VI. Da segurança pública.

Art. 272 A cassação também poderá ocorrer nos casos seguintes:

- I. Pela não revalidação da carteira de saúde;
- II. Quando o vendedor for acometido de moléstia infecto-contagiosa;
- III. Venda de mercadoria deteriorada, de procedência clandestina, ou nociva à saúde;
- IV. Quando o feirante se deslocar de uma feira para outra sem a devida autorização;
- V. Quando o feirante deixar de comparecer, sem justa causa, quatro vezes consecutivas à feira para a qual foi matriculado;
- VI. Sonegação de mercadorias ou majoração de preços além dos limites estabelecidos pelo órgão competente;
- VII. Fraude nos pesos, medidas ou balanças;
- VIII. Agressão física ou moral a terceiros, durante o exercício da atividade de feirante;
- IX. Admissão de empregado sem matrícula a que estiver obrigado no município;
- X. Não pagamento de taxas municipais nos prazos estabelecidos.

Art. 273 Cassado o Alvará de Localização e Funcionamento, o estabelecimento será imediatamente fechado até que seja regularizada a atividade ali instalada, qualquer que seja a sua natureza.

SEÇÃO IV

DA DEMOLIÇÃO

Art. 274 Além dos casos previstos no Código de Obras e Edificações, poderá ocorrer a demolição total ou parcial de construção que ponha em risco a segurança da população, ou quando se tratar de ruínas que comprometam a estética ou o aspecto paisagístico da cidade.

§1º. A aplicação da penalidade prevista neste artigo será precedida de vistoria técnica e interdição.

§2º. Se, por motivo de segurança, for necessária a demolição imediata de qualquer construção, o órgão competente do Município procederá à vistoria prévia e intimará o proprietário ou responsável para executar a demolição em prazo pré-fixado, exceto bens

de interesse histórico, artístico, arquitetônico e cultural.

§3º. Findo o prazo sem que o proprietário ou responsável efetuem a demolição, o Município a executará, ficando os infratores responsáveis pela indenização das despesas dela decorrentes, acrescidos de 30% (trinta por cento) como preço da prestação de serviço.

§4º. As despesas referidas no parágrafo anterior não paga no prazo de trinta (30) dias, contados do término da demolição, serão inscritas em dívida ativa.

§5º. Bens de interesse histórico, cultural paisagístico, arquitetônico, não poderão ser alterados ou demolidos sem a prévia análise e autorização do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO

SEÇÃO I

DAS MEDIDAS PRELIMINARES

Art. 275 Constituem medidas preliminares do processo, quando necessárias à configuração da infração, o exame, a vistoria e a diligência.

§1º. Concluídas as providências de que trata este artigo, será lavrado o termo correspondente e apresentado relatório circunstanciado.

§2º. Quando da medida preliminar ficar apurada a existência da infração, será lavrado o competente auto.

Art. 276 Sempre que se verificar a existência de ato ou fato com possibilidade de pôr em risco a segurança, a saúde ou o bem-estar da população proceder-se-á à necessária vistoria.

Art. 277 A vistoria será realizada em dia e hora previamente marcados, na presença de autoridade municipal e do responsável pelo ato ou fato que a motivar.

Parágrafo Único - Na hipótese de não comparecer o responsável far-se-á a vistoria à sua revelia.

Art. 278 Quando da vistoria ficar apurada a prática de infração da qual resulte risco à população, além da aplicação da penalidade a que o responsável estiver sujeito, será assinado prazo para cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, no sentido de eliminar o risco.

Parágrafo Único - Findo o prazo de que trata este artigo, sem o cumprimento das medidas indicadas pela vistoria, será aplicada ao infrator a penalidade que couber.

SEÇÃO II

DAS MEDIDAS PREVENTIVAS

SUBSEÇÃO I

DO EMBARGO

Art. 279 O embargo administrativo consiste no impedimento da prática de ato contrário ao interesse público, ou que seja proibido por lei ou regimento, baixado no exercício do poder de polícia.

Parágrafo Único - O embargo não impede a aplicação de penalidade estabelecida neste Código.

Art. 280 O embargo poderá ser determinado, além de outros, nos casos seguintes:

I. quando o estabelecimento estiver funcionando:

- a) com atividade diferente ou além daquela para a qual foi concedida a licença;
- b) sem o alvará de licença;
- c) em local não autorizado.

II. como medida de segurança da população ou do próprio pessoal empregado nos serviços do estabelecimento;

III. para preservação da higiene pública;

IV. para evitar a poluição do meio ambiente;

V. quando a obra de construção não obedecer às especificações do projeto ou estiver sendo executada sem o competente alvará de licença ou, ainda, para assegurar a estabilidade e resistência das obras em execução, dos edifícios, dos terrenos ou dos equipamentos;

VI. para suspender a execução de qualquer ato ou fato contrário

ou prejudicial ao bem-estar da coletividade;

VII. quando se verificar falta de obediência a limites, restrições ou condições determinadas nas licenças, para exploração de jazidas minerais ou funcionamento de equipamento mecânico e de aparelhos de divertimentos;

VIII. quando se tratar de máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos funcionando sem o necessário alvará de licença especial.

Art. 281 Lavrado, o auto de embargo, em duas vias, a segunda será entregue ao infrator para cumprimento das exigências nele contidas, procedendo-se à intimação na forma do artigo 290 e seguintes.

Art. 282 O auto de embargo será lavrado pela autoridade administrativa responsável pelos serviços de fiscalização do poder de polícia.

Art. 283 Quando ocorrer desrespeito à ordem de embargo, para seu cumprimento, será requisitada força policial.

Art. 284 A suspensão do embargo somente poderá ser autorizada depois de removida a causa que a motivou.

SUBSEÇÃO II

DA INTERDIÇÃO

Art. 285 A interdição consiste na proibição do funcionamento de máquinas, motores e equipamentos eletromecânicos em geral, do uso ou ocupação de prédio ou local, e, ainda, da execução de obra, desde que ponham em risco a segurança, a higiene e o bem-estar da população ou a estabilidade de edificações.

§1º. Além dos casos previstos neste artigo, a interdição ocorrerá quando não forem cumpridas as exigências do auto de embargo.

§2º. A interdição será sempre precedente de vistoria.

§3º. A interdição não impede a aplicação de penalidade prevista neste Código.

§4º. Até que cessem os motivos da interdição, o bem interditado ficará sob a vigilância da fiscalização municipal.

Art. 286 Lavrado o auto de interdição procederá a intimação do interessado obedecida às disposições do art. 290 e seguintes.

Art. 287 O cumprimento das medidas estabelecidas para a suspensão da interdição deverá ocorrer em prazo fixado pela administração.

Parágrafo Único - Expirado o prazo e persistindo os motivos da interdição, será lavrado o competente auto de infração, aplicando-se ao infrator a penalidade que couber, sem prejuízo do auto de interdição.

Art. 288 Quando a interdição recair em obra de construção civil ou prédio e ficar comprovada, através de vistoria, a sua irrecuperabilidade, o Município determinará prazo para sua demolição na forma do disposto na Seção II, Capítulo II do Título XI.

Art. 289 O auto de interdição será lavrado pela autoridade administrativa responsável pelos serviços de fiscalização do poder de polícia.

SEÇÃO III

DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 290 Verificada a violação de qualquer dispositivo da lei ou regulamento do poder de polícia municipal, o processo terá início por:

I. auto de infração;

II. ato administrativo do qual resulte aplicação de penalidade prevista na legislação do poder de polícia;

Art. 291 Iniciado o processo, intimar-se-á o infrator:

I. pessoalmente, mediante assinatura no auto ou instrumento fiscal;

II. através de carta registrada, com aviso de recepção ou entrega por protocolo, nos casos de:

- a) recusa do recebimento de cópia do auto ou instrumento fiscal;
- b) ausência do infrator;

III. por edital, quando:

- a) impossível a intimação na forma dos itens anteriores;
- b) desconhecido ou incerto o endereço do infrator.

Parágrafo Único - A intimação considera-se feita:

I no caso do inciso I, da data da assinatura do auto ou instrumento fiscal;

II no caso do inciso II, da data de entrega do aviso de recepção ou da do recebimento do auto ou instrumento fiscal, através de protocolo;

III no caso do inciso III, da data de publicação no órgão oficial.

SUBSEÇÃO I

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 292 O auto de infração é um dos instrumentos por meio do qual se inicia o processo para apurar infração às normas de poder de polícia.

Art. 293 O auto de infração conterá:

I. O dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II. O nome da autoridade que o lavrou, relatando-se com clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir como atenuante e de agravantes;

III. A sanção prevista para a infração

IV. Identificação do infrator, ou na sua ausência os elementos que possam levar a identificação, como indicação de testemunhas;

V. Discriminação das medidas ou providências a serem tomadas pela parte e o respectivo prazo.

VI. A assinatura da autoridade que lavrou o auto e do infrator.

Art. 294 Da lavratura do auto intimar-se-á o infrator, mediante entrega de cópia do instrumento fiscal, observado o disposto no capítulo anterior.

Art. 295 O infrator terá o prazo de dez (10) dias para defesa, que deverá ser interposta através de petição entregue contra recibo, no protocolo do órgão por onde corre o auto de infração, contando-se o prazo da data de intimação.

Art. 296 Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, sem que o autuado tenha apresentado defesa, será considerado revel, lavrando-se no processo o termo de revelia.

Art. 297 Apresentada a defesa, o atuante terá o prazo de dez (10) dias, para instrução do processo.

§1º. O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério do diretor do órgão.

§2º. No caso de impedimento legal do atuante ou não, apresentação da instrução no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o processo será distribuído a outro funcionário que a formulará, contando-se novo prazo.

Art. 298 A autoridade julgadora terá o prazo de dez (10) dias, a contar do recebimento do processo, para exarar despacho decisório.

§1º. Não se considerando habilitada para decidir, a autoridade poderá, dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas do recebimento do processo, convertê-lo em diligência ou submetê-lo a parecer jurídico ou técnico, passando a contar, da data do retorno do processo, o prazo estabelecido para decisão.

§2º. Para cumprimento da diligência ou emissão do parecer será fixado prazo não superior a dez (10) dias, total ou parcial, do auto de infração.

Art. 299 A decisão será proferida por escrito, com simplicidade e clareza, concluindo pela procedência ou improcedência, total ou parcial, do auto de infração.

Art. 300 Da decisão será notificado o interessado ou infrator, por instrumento de comunicação contra recibo ou registro em livro protocolo, ou mediante publicação no órgão oficial.

Art. 301 O prazo de pagamento da penalidade pecuniária é de dez (10) dias, a contar da ciência da decisão.

Art. 302 Serão julgados em primeira instância, como instância única, os processos de que resulte aplicação de multa de valor inferior a uma Unidade Fiscal do Município.

Parágrafo Único - Quando a aplicação da multa, no limite deste artigo, for cumulada com outra penalidade, caberá recurso para julgamento da outra penalidade.

Art. 303 O desacato a funcionário no exercício das funções de

agente fiscal, dependendo da gravidade, sujeita o autor à multa correspondente a dez (10) vezes o valor da prevista para a infração cometida, sem prejuízo da ação criminal e cassação da licença, quando couber.

Parágrafo Único - Para fins de instauração de processo penal, será lavrado auto de desacato para encaminhamento à autoridade competente.

SUBSEÇÃO II

DO ATO ADMINISTRATIVO

Art. 304 Os secretários do município, em suas respectivas áreas, poderão iniciar o processo através de ato administrativo.

Art. 305 Iniciado o processo, é assegurado ao infrator o direito de defesa, que deverá ser exercitado no prazo de dez (10) dias, a contar da data da notificação ou publicação do ato administrativo.

Parágrafo Único - O instrumento de defesa será entregue no protocolo do órgão onde for iniciado o processo fiscal.

Art. 306 O processo originário de ato administrativo terá o mesmo rito processual do iniciado por auto de infração.

SEÇÃO IV

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 307 Da decisão de primeira instância cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, dentro do prazo de dez (10) dias, contados da data da ciência da decisão, à autoridade imediatamente superior.

§1º. No caso de aplicação de penalidade pecuniária de valor inferior ao definido pela Prefeitura Municipal, em valores de referências.

§2º. O recurso será interposto perante a autoridade prolatora da decisão, que o encaminhará ao seu superior hierárquico, devidamente instruído.

§3º. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, salvo quando proferidas em um mesmo processo fiscal,

Art. 308 Julgado improcedente o recurso, será intimado o recorrente para, no prazo de dez (10) dias, a contar do recebimento da intimação, dar cumprimento à decisão.

SEÇÃO V

DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 309 A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício, com efeito suspensivo, sempre que julgar improcedente o auto de infração.

§1º. O recurso de ofício será interposto mediante simples declaração no próprio despacho decisório.

§2º. A decisão sujeita a recurso de ofício não se torna definitiva na instância administrativa, enquanto não for julgado o recurso interposto.

SEÇÃO VI

DOS EFEITOS DA DECISÃO

Art. 310 Considerada definitiva, a decisão produz os efeitos seguintes:

I. em processo originário de auto de infração, obriga o infrator ao pagamento da penalidade pecuniária, dentro do prazo de dez (10) dias;

II. em processo do qual resulte a aplicação de outra penalidade, ainda que cumulativa esta será cumprida no prazo estabelecido pela autoridade julgadora.

§1º. No caso do não pagamento da penalidade pecuniária, o processo será encaminhado para inscrição do débito em dívida ativa.

§2º. No caso de não cumprimento de penalidade prevista no item II o processo será encaminhado à Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis.

Art. 311 Quando o processo for encaminhado para inscrição de débito em dívida ativa, aplicar-se-ão, no que couberem, as formalidades previstas no Código Tributário do município.

SEÇÃO VII

DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS

Art. 312 Em primeira instância, é competente para decidir o

processo relativo à aplicação de penalidade pecuniária proveniente de auto de infração o diretor, secretário ou chefe do Departamento a que estiver subordinado o órgão responsável pela expedição da providência fiscal.

Art. 313 Quando o processo se referir à aplicação de penalidade que não seja pecuniária, a competência para decidir em primeira instância é a seguinte:

I. secretário do município, nos casos de suspensão e cassação de licença ou de matrícula de demolição:

II. diretor do departamento, nos casos de apreensão ou perda de bens e mercadorias.

Art. 314 Em segunda instância, é competente para julgar o processo o secretário do município a que estiver subordinado o diretor de Departamento que decidiu o processo em primeira instância, ou o Prefeito, nos casos em que a decisão de primeira instância for proferida pelo secretário do município.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 315 Para as infrações capituladas no presente código, em que não esteja cominada a pena, a multa será fixada nos parâmetros dos artigos 261 e 262 no valor mínimo em VRM (Valor de Referência Municipal) a ser definida pela Prefeitura

Art. 316 No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo as normas técnicas, padrões e critérios definidos com base em estudos e propostas realizados pela Secretaria de Administração, Secretaria de Obras e Coordenadoria do Meio Ambiente e demais órgãos pertinentes integrantes da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. No mesmo prazo deverá regulamentar os demais procedimentos para licenciamento, controle e fiscalização necessários à implementação do disposto neste Código.

Art. 317 São recepcionados por este código todos os dispositivos de leis municipais com ele não conflitantes, revogando-se disposições contrárias, em especial a Lei Municipal 003/97.

Art. 318 Ficam revogadas as disposições em contrário.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto 182/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 182/2011

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 001/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo, objeto do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2011, conforme relação de candidatos aprovados em anexo.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Decreto Nº171.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 171/2011

NOMEIA LEILOEIRO PARA DIREÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 74/2011, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL

O Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1.º- Nomeia-se como LEILOEIRA para direção e condução do Processo de Licitação - Edital n.º 74/2011, a servidora, Sra. Michelle Nalovaiko, matriculada sob o n.º 2861.

Art. 2.º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº174.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 174/2011

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA e PONTO FACULTATIVO

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - No dia 23 (vinte e três) de dezembro de dois mil e onze, o horário de funcionamento da Prefeitura será das 13h00min às 17h30min.

Art. 2º - No dia 30 (trinta) de dezembro de dois mil e onze e dia 2 (dois) de Janeiro de dois mil e doze, será Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipal.

Art. 3º - Excetuam-se os serviços essenciais.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Decreto Nº181.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 181/2011

Exonera MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES do Cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES do Cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento .

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor a partir de 30/12/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 405.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA Nº 405/2011

Concede férias a servidora MICHELE MAIA DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 91, da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora MICHELE MAIA DA SILVA, ocupante do cargo de Diretora de Controle Interno, férias por 30 dias que gozará a partir de 20/12/2011 a 18/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 406.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 406/2011

Exonera IGOR LUNA PEIXOTO do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar IGOR LUNA PEIXOTO do cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - PSF, contrato de trabalho n.º. 047/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 407.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 407/2011

Concede férias ao servidor ANTONIO LORIBERTO HAMES.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ANTONIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, férias por 30 dias que gozará a partir de 26/12/2011 a 24/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 408.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 408/2011

Concede férias ao servidor MAURICIO PFLEGER.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor MAURICIO PFLEGER, ocupante do cargo de Coordenador de Agricultura, férias por 30 dias que gozará a partir de 26/12/2011 a 24/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria 409.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 409/2011

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 30 dias que gozará a partir de 26/12/2011 a 24/01/2012, referente ao período aquisitivo de 2010/2011.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Timbó**PREFEITURA****Ext. Primeiro Termo de apostilamento 2010_36**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/36

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Acréscimo correspondente ao reajuste apurado através da aplicação do índice de reajuste de Obras Rodoviárias de R\$ 3.595,03 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e três centavos), para a pavimentação asfáltica do 1º trecho da Rua Osvaldo Cruz.

PRAZO: prorrogação até 15/01/2012

Timbó, 26 de dezembro de 2011.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Ext. Primeiro Termo de apostilamento 2010_38

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/38

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Acréscimo correspondente ao reajuste apurado através da aplicação do índice de reajuste de Obras Rodoviárias de R\$ 14.978,77 (Catorze mil novecentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos), da pavimentação asfáltica do 2º trecho da Rua Osvaldo Cruz.

PRAZO: prorrogação até 15/01/2012

Timbó, 26 de dezembro de 2011.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Turvo**PREFEITURA****Decreto 115/2011**

DECRETO No 115/11, de 23 de dezembro de 2011.

DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 30 de dezembro de 2011 (sexta-feira).

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 23 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Pregao Presencial 87/2011

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 87/2011 - Pregão Presencial nº 87/2011

Objeto: Fornecimento parcelado e contínuo de combustíveis (gasolina comum, álcool e óleo diesel) para manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Turvo/SC, para o exercício de 2012.

Entrega dos envelopes: até as 09:00 do dia 10/01/2012

Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 10/01/2012

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC, em 26 de Dezembro de 2011

NESTOR RECO

Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

Lei Complementar Nº118/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 118/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÕES E DO ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, CRIA NOVOS CARGOS E ESTABELECE DISPOSIÇÕES ESPECIAIS TRANSITÓRIAS PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DO NOVO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS

Art. 1º Fica instituído por esta Lei Complementar o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo do Município de Videira, vinculados à Administração Direta, mantendo-se a adoção do Regime Jurídico Estatutário, que obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Excepcionalmente, fica mantida a adoção da contratação de servidores na modalidade de emprego público, nos termos da Lei municipal nº 1942/2007, para o desenvolvimento de atividades vinculadas aos Programas Federais.

Art. 2º O Plano de Cargos constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimentos e desenvolvimento dos servidores públicos do Município de Videira vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos, segregado em Grupos Ocupacionais, composto por cargos existentes, permanentes e em extinção, e cargos novos, criados nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores.

Art. 3º Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Plano de Cargos: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos;

II - Quadro Geral de Cargos: o conjunto de cargos de carreira, composto por cargos existentes, permanentes e em extinção, e cargos novos, criados nos termos desta Lei, todos pertencentes à Administração Municipal Direta;

III - Quadro em Extinção: o conjunto de cargos em extinção quando todas suas vagas tornarem-se desocupadas por qualquer das modalidades de vacância indicadas no art. 32, incisos I a V da Lei Complementar nº 007/97;

IV - Grupo Ocupacional: é o conjunto de cargos de provimento efetivo reunidos segundo formação, escolaridade, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

V - Modalidade: é a subdivisão de cada Grupo Ocupacional, observada a área de atuação dos cargos e o mesmo padrão de vencimento;

VI - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que devem ser cometidas ao servidor, observada a área de atuação e formação profissional;

VII - Lotação: é o órgão no qual o servidor, após designado, deverá desempenhar as suas atribuições;

VIII - Padrão de Vencimento Inicial (PVI): constitui a posição do valor fixado para o vencimento inicial do cargo, alocado na Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, identificado pelos números "1" a "12";

IX - Referências: consiste na subdivisão dos Padrões de Vencimento, em graduação ascendente, motivada pela promoção por merecimento, observadas as disposições específicas contidas nesta Lei, no total de 15 (quinze) alíneas, indicadas pelas letras "A" a "P";

X - Remuneração: corresponde à soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho, instituídas pela Lei Complementar nº 007/97 ou legislação especial;

XI - Vencimento: consiste no valor estipulado para cada cargo, observada a aplicação da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições e o posicionamento nas Referências pela concessão de promoção por antiguidade ou por merecimento;

XII - Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens de caráter permanente, relativas ao desempenho do cargo, instituídas pela Lei Complementar nº 007/97 ou legislação especial.

Art. 4º São partes integrantes do Plano de Cargos e Vencimento:

I - Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, que contém os Grupos Ocupacionais, segregados em Modalidades, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos existentes, permanentes e em extinção, novos criados por esta Lei;

II - Anexo II - Do Quadro de Cargos em Extinção, que contém os Grupos Ocupacionais, segregados em Modalidades, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial, contendo todos os cargos a serem extintos, quando vagarem;

III - Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

IV - Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas;

V - Anexo V - Do Quadro de Cargos Extintos;

VI - Anexo VI - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes;

VII - Anexo VII - Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial;

VIII - Anexo VIII - Da Tabela de Referências;

IX - Anexo IX - Do Quadro Geral de Vagas;

X - Anexo X - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo;

XI - Anexo XI - Do Boletim de Avaliação por Desempenho para efeito de obtenção de progressão por merecimento.

Parágrafo Único. Observadas as determinações constantes no Título II - Das Disposições Transitórias Relacionadas ao Magistério Municipal, são parte integrante desta Lei:

I - Anexo XII - Do Quadro de Cargos do Magistério Municipal, com as respectivas cargas horárias e a fixação do Padrão de Vencimento Inicial;

II - Anexo XIII - Da Tabela de Padrões de Vencimento Inicial do Magistério;

III - Anexo XIV - Da Tabela de Referências do Magistério;

IV - Anexo XV - Do Quadro Geral de Vagas do Magistério.

V - Anexo XVI - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de novas nomenclaturas;

VI - Anexo XVII - Da Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas;

VII - Anexo XVIII - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes;

CAPÍTULO II DOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo do serviço público municipal serão organizados em 5 (cinco) Grupos Ocupacionais, reunidos segundo a formação e qualificação profissional e grau de complexidade e responsabilidade das atribuições.

Art. 6º Os Grupos Ocupacionais abrangendo as diversas carreiras conforme sejam especificadas as respectivas atividades, compreendem:

I - Grupo Ocupacional Especialistas - ANS - Atividades de Nível Superior, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Administrativa;
- b) Modalidade Auditoria e Procuradoria;
- c) Modalidade Contábil;
- d) Modalidade Cultura;
- e) Modalidade Fiscalização;
- f) Modalidade Operacional;
- g) Modalidade Serviços e Turismo;

II - Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Operacional;
- b) Modalidade Saúde, Segurança e Informática;

c) Modalidade Serviços;

III - Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Administrativa;
- b) Modalidade Cultura;
- c) Modalidade Operacional;
- d) Modalidade Transportes;

IV - Grupo Ocupacional Operacional I - ANFC - Atividades de Nível Fundamental Completo, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Administrativa;
 - b) Modalidade Serviços;
 - c) Modalidade Contábil;
 - d) Modalidade Cultura;
 - e) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público;
 - f) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público Especializado I;
 - g) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público Especializado II;
 - h) Modalidade Serviços de Saúde;
- V - Grupo Ocupacional Operacional II - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto, que é subdividida nas seguintes modalidades:

- a) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público;
- b) Modalidade Manutenção do Patrimônio Público Especializado;
- c) Modalidade Serviços;
- d) Modalidade Transportes e Máquinas Pesadas.

Art. 7º O Grupo Ocupacional Especialista - ANS - Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de administração, controle, tecnologia e ciências exatas, jurídicas, humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso I, alíneas "a" a "g".

Art. 8º O Grupo Ocupacional Técnico - ANT - Atividades de Nível Técnico congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades profissionais estejam relacionadas com a execução das atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio integrado à modalidade técnica, bem como respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso II, alíneas "a" a "c".

Art. 9º O Grupo Ocupacional Funcional - ANM - Atividades de Nível Médio congrega as carreiras de cargo de provimento efetivo cujas atividades funcionais estejam relacionadas com o desempenho de atividades administrativas, operacionais e serviços diversos, para cujo desempenho é exigida a escolaridade de Nível Médio, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso III, alíneas "a" a "d".

Art. 10 O Grupo Ocupacional Operacional I - ANFC - Atividades de Nível Fundamental Completo congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes as atividades de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Completo, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso IV, alíneas "a" a "h".

Art. 11 O Grupo Ocupacional Operacional II - ANFI - Atividades de Nível Fundamental Incompleto congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo a que sejam inerentes as atividades

de apoio operacional em geral, para cujo desempenho é exigida a escolaridade do Ensino Fundamental Incompleto, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso V, alíneas "a" a "d".

Art. 12 As atribuições dos cargos efetivos dispostos em cada um dos Grupos Ocupacionais estão definidas no Anexo X - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo, desta Lei.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA NORTEADORA DO PLANO DE CARGOS

Art. 13 A política norteadora do Plano de Cargos da Administração Municipal Direta, é fundada nos princípios de flexibilidade e maximização da realização do potencial individual do servidor, e tem por objetivos:

I - efetivar a valorização do servidor pelo reconhecimento dos esforços individuais na direção do crescimento profissional;

II - proporcionar aos servidores pleno conhecimento das oportunidades de crescimento na carreira;

III - estabelecer um clima organizacional participativo e de confiança mútua entre a Administração e o servidor sobre as perspectivas de desenvolvimento profissional;

IV - motivar e encorajar o servidor na exploração de sua capacidade em busca de maior conhecimento e desenvolvimento profissional;

V - criar condições para o desenvolvimento e manutenção de talentos no serviço público municipal.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS

Seção I Disposições Preliminares

Art. 14 Os cargos públicos classificam-se em cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Seção II Dos Cargos de Provimento Comissionado

Art. 15 Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo.

Parágrafo Único. As quantidades, denominações e fixação dos subsídios dos cargos de provimento comissionado, são os constantes das leis de estrutura administrativa do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Art. 16 Os cargos de provimento em comissão serão preenchidos, preferencialmente, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo.

Seção III Dos Cargos de Provimento Efetivo

Art. 17 São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:

I - a nacionalidade brasileira ou equiparada;

II - a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

III - o gozo dos direitos políticos;

IV - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

V - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - aptidão física e mental.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

Art. 18 Os cargos de provimento efetivo, constantes do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, serão preenchidos:

I - por nomeação, precedida da aprovação em concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição da República;

II - pelo enquadramento dos atuais servidores, na nova nomenclatura dos cargos constantes do Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

III - pelas demais formas de provimento, indicadas no art. 8º da Lei Complementar nº 007/97.

§1º Os atuais servidores que ingressaram nos cargos contidos por intermédio de aprovação em concurso público ou por classificação decorrente de Lei anterior, ficam dispensados da escolaridade/habilitação exigida nesta Lei.

§2º O provimento dos cargos efetivos no âmbito do Poder Executivo, dar-se-á, exclusivamente, por ato do Prefeito Municipal, ou por ato de preposto definido em Lei.

§3º O total de vagas existentes, ocupadas e em aberto para cada cargo de provimento efetivo estão contidas no Anexo IX - Do Quadro Geral de Vagas.

§4º O conjunto de vagas novas criadas para cargos existentes está contido no Anexo VI - Do Quadro de Vagas Criadas para Cargos Existentes.

Art. 19 Ficam extintos os cargos efetivos vagos dispostos no Anexo V - Do Quadro de Cargos Extintos.

Art. 20 Serão automaticamente extintos, quando vagarem, os cargos efetivos indicados no Anexo II - Do Quadro de Cargos em Extinção quando vagarem.

Parágrafo único. Após a edição desta Lei fica vedada a realização de concurso público para o provimento dos cargos em extinção contidos no Anexo II desta Lei.

Art. 21 Fica autorizada a criação dos cargos, suas respectivas vagas e a fixação de jornada constantes no Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas, observadas as atribuições e a exigência de escolaridade/habilitação indicadas no Anexo X - Do Manual de Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo.

Seção IV Do Concurso Público

Art. 22 Para operacionalizar a realização do concurso público a Administração Municipal deverá observar as disposições contidas nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 007/97 e quanto à participação das pessoas portadoras de deficiência, as disposições contidas nos artigos 23 a 28 desta Lei.

Parágrafo único. O Edital do Concurso deverá obrigatoriamente prever que o candidato possua pleno conhecimento do disposto nesta Lei, especialmente no tocante às disposições relativas ao deferimento das promoções por antiguidade e por merecimento.

Art. 23 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Art. 24 Consideram-se deficiências aquelas definidas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para a integração social.

Art. 25 Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único. Na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o caput, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida.

Art. 26 Os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas portadoras de deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever.

§1º Por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga.

§2º A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso.

§3º Não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

Art. 27 A pessoa portadora de deficiência deverá submeter-se à avaliação com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o caput deverá ser realizada por equipe multidisciplinar designada no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, antes da homologação da inscrição pretendida.

Art. 28 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO V DAS CARREIRAS Seção Única Disposições Preliminares

Art. 29 O ingresso na Carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento do cargo para o qual o servidor foi concursado e nomeado.

Art. 30 É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvadas, no entanto, as seguintes modalidades:

I - a participação em comissões ou grupos de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da comunidade;

II - o exercício do trabalho voluntário, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, de acordo com o, expressamente, definido na Lei Federal nº 9.608, de 18/02/98 e Lei Municipal nº 1220/2003.

CAPÍTULO VI DOS PADRÕES INICIAIS DE VENCIMENTO Seção I

Art. 31 O Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Videira é constituído de 12 Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor pecuniário é fixado na forma do Anexo VII, desta Lei.

§1º Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, são inadmissíveis desigualdades de vencimento em face de adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

§2º Apenas poderá ser majorado o padrão de vencimento inicial do cargo se todos os cargos contidos na modalidade que subdivide o Grupo Ocupacional sofrerem o mesmo percentual de reajuste.

Art. 32 Fica autorizada a alteração do padrão de vencimento inicial dos seguintes cargos já existentes e/ou aglutinados, observada as indicações contidas nos Anexos I e III, desta Lei:

- I - Analista de Sistemas, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
- II - Analista de Nível Superior, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
- III - Fiscal de Vigilância Sanitária, de R\$ 3.320,36 para R\$ 3.223,65;
- IV - Assistente Social, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
- V - Bibliotecário, de R\$ 1.842,93 para R\$ 2.691,94;
- VI - Especialista em Museologia de R\$ 1.842,93 para R\$ 2.691,94;
- VII - Fonoaudiólogo, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
- VIII - Nutricionista, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
- IX - Psicólogo, de R\$ 2.676,85 para R\$ 2.691,94;
- X - Técnico em Higiene Dental, de R\$ 1.089,17 para R\$ 1.250,00;
- XI - Técnico em Radiologia, de R\$ 1.089,17 para R\$ 1.250,00;
- XII - Técnico em Segurança do Trabalho, de R\$ 1.089,17 para R\$ 1.250,00;
- XIII - Técnico de Enfermagem, de R\$ 882,09 para R\$ 1.017,87;
- XIV - Auxiliar de Enfermagem, de R\$ 882,09 para R\$ 1.017,87;
- XV - Agente Administrativo I, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
- XVI - Auxiliar Administrativo, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
- XVII - Auxiliar de Desenhista, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
- XVIII - Fotógrafo, de R\$ 622,28 para R\$ 753,94;
- XIX - Supervisor de Serviços de Campo, de R\$ 2.507,37 para R\$ 2.691,94;
- XX - Borracheiro, de R\$ 622,28 para R\$ 1.339,04;
- XXI - Pedreiro, de R\$ 622,28 para R\$ 1.339,04;
- XXII - Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, de R\$ 1.221,69 para R\$ 1.225,43;
- XXIII - Professor de Educação Infantil, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
- XXIV - Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
- XXV - Professor de Ensino Fundamental Séries Finais, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
- XXVI - Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;
- XXVII - Professor de Artes Ensino Infantil e Fundamental, de R\$ 1.470,91 para R\$ 1.470,94;

Seção II Das Referências

Art. 33 Cada Padrão de Vencimento é subdividido em 15 (quinze) Referências, correspondentes às letras "A" a "P", alocadas horizontalmente, conforme Anexo VIII desta Lei.

Parágrafo único. As Referências são utilizadas exclusivamente para a operacionalização da promoção por merecimento indicada no art. 37 e seguintes desta Lei.

Seção III Das Promoções

Art. 34 Os servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo que se encontrarem empossados até a data de promulgação desta Lei, usufruirão mediante a implementação dos requisitos necessários, as seguintes promoções:

I - promoção por antiguidade;

II - promoção por merecimento.

Parágrafo único. Os servidores públicos que forem empossados após a data de promulgação desta Lei, usufruirão apenas da promoção por antiguidade, nos termos das disposições contidas nos artigos 35 a 36 desta Lei.

Seção IV Da Promoção por Antiguidade

Art. 35 A promoção por antiguidade se dará a cada período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, sob a denominação Adicional por Tempo de Serviço.

§1º O Adicional por Tempo de Serviço corresponderá a 6% (seis por cento) do vencimento do cargo.

§2º Excepcionalmente, os servidores detentores de cargo de provimento efetivo que percebam a parcela denominada "Vantagem Pessoal" terão o Adicional por Tempo de Serviço correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento do cargo acrescido da referida parcela.

§3º O servidor poderá computar no máximo 8 (oito) Adicionais por Tempo de Serviço.

§4º O período de afastamento em virtude de Licença sem Remuneração, em qualquer de suas modalidades, não será computado para a composição do período aquisitivo para a obtenção do Adicional de Tempo de Serviço.

§5º Os servidores detentores de cargos efetivos, nomeados para o exercício de cargos comissionados, perceberão o Adicional por Tempo de Serviço, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.

Art. 36 Aos que ingressarem no serviço público municipal após a edição desta Lei ou para aqueles que já se encontrarem provendo cargos efetivos e que optarem pela nomeação em novo cargo de provimento efetivo após aprovação em concurso público, fica estabelecido que, para efeito de pagamento do Adicional por Tempo de Serviço:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, para a percepção do Adicional por Tempo de Serviço, iniciar-se-á a partir do primeiro dia seguinte à data em que o servidor obtiver a aprovação no estágio probatório;

II - o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço se dará a partir do mês em que completar o período aquisitivo indicado no inciso I deste artigo;

III - fica vedado o aproveitamento de qualquer tempo de serviço público anterior, exercido sob qualquer natureza e em qualquer unidade da Federação, incluído o laborado no Município de Videira.

Seção V Da Promoção por Merecimento

Art. 37 A promoção por merecimento, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 34, constitui-se na graduação ascendente, de forma horizontal, nos limites e termos do contido no Anexo VIII, do padrão de vencimento fixado para o cargo de provimento efetivo de ingresso, mediante a submissão e aprovação no processo de avaliação de desempenho.

§1º A realização da avaliação de desempenho independe de requerimento.

§2º Na hipótese da existência de acumulação legal de cargos públicos, o servidor terá avaliações de desempenho independentes, em cada um dos cargos.

Art. 38 É de 18 (dezoito) meses cada período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, prazo ao final do qual reiniciar-se-á outro e, assim sucessivamente, cujo termo inicial observará a seguinte regra:

I - 01 de fevereiro de 1995, por força da edição da Lei n. 128/95, aos servidores empossados em seu respectivo cargo de provimento efetivo atual, até esta data;

II - a data da posse no cargo de provimento efetivo atual, aos servidores que ingressaram na Administração Municipal Direta, após 01 de fevereiro de 1995.

Parágrafo único. As avaliações serão efetuadas através da edição de processos individuais, nos termos dos critérios constantes nesta Lei.

Art. 39 O período aquisitivo de apuração será suspenso, quando o servidor gozar licença sem a percepção de remuneração, em qualquer de suas modalidades.

Parágrafo único. O servidor que suspender o período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, nos termos do caput:

I - terá o tempo de serviço funcional laborado antes do gozo da licença computado para efeito de formação do período aquisitivo;

II - deverá laborar e ser avaliado pelo período remanescente após o retorno da licença, a fim de totalizar o período aquisitivo de apuração indicado no caput do art. 38 desta Lei.

Art. 40 O período aquisitivo de apuração será suspenso, quando o servidor gozar licença ou afastamento com a percepção de remuneração, por período superior a 6 (seis) meses, excetuada a licença concedida para o cumprimento do mandato de Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais.

Parágrafo único. Aplica-se neste caso o disposto nos incisos I e II do parágrafo único do art. 39.

Art. 41 O período de gozo de férias será computado para efeito da composição do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento.

Art. 42 O período de exercício de cargo comissionado ou função de confiança por servidor efetivo será computado automaticamente para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento constante do caput do artigo 38.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo que sejam nomeados para o cargo de Secretário Municipal.

Art. 43 O período em que o servidor estiver cedido, com ou sem ônus para a origem, a unidades da Administração Federal e Estadual apenas será computado para efeito da formação do período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, mediante:

I - o fornecimento de informações quanto ao seu desempenho, pela chefia imediata do órgão em que executa suas atividades, observados os itens constantes no art. 47, desta Lei;

II - previsão específica, do constante no inciso I, em cláusula própria, no convênio que autorizar a cessão.

Art. 44 O servidor que sofrer as penalidades administrativas de advertência ou suspensão perderá todo o período aquisitivo adquirido até a data de aplicação da pena.

Parágrafo único. O novo período aquisitivo de apuração da progressão por merecimento, iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao término do cumprimento da pena.

Art. 45 A avaliação de desempenho será realizada pela chefia imediata do servidor.

§1º Observada a inexistência de chefia imediata ou seu impedimento, a avaliação será realizada pelo Secretário Municipal em que estiver lotado o servidor.

§2º Havendo mudança de lotação do servidor a avaliação de desempenho deve ser assinada por todos os chefes imediatos existentes no período aquisitivo de apuração.

Art. 46 Para efeito desta Lei considera-se como impedimento para realizar a avaliação de desempenho, a chefia imediata que:

I - possuir grau de parentesco até o segundo grau, com o servidor a ser avaliado;

II - possuir grau de parentesco por afinidade, com o servidor a ser avaliado;

III - possuir processo judicial, na condição de Autor ou Réu, em que o servidor a ser avaliado, seja parte ou interessado.

Art. 47 A avaliação de desempenho conterá os seguintes itens para atribuição de pontos, indicados no Boletim de Avaliação contido no Anexo XI desta Lei:

I - interesse pelo trabalho, que contempla a motivação e o interesse do servidor para aperfeiçoar-se no desempenho de suas atividades funcionais;

II - qualidade e produtividade do trabalho, que contempla:

a) a precisão e o esmero com que o trabalho é executado, levando em conta o resultado final;

b) o modo como organiza sua atividade e o cumprimento das tarefas que lhe são estabelecidas;

c) a capacidade de compreender instruções e executá-las de modo eficiente;

III - responsabilidade, que contempla a preocupação, com o compromisso funcional assumido e a execução das tarefas;

IV - cuidado com materiais e equipamentos, que contempla o zelo e o cuidado com os bens da Administração Municipal;

V - aperfeiçoamento, que contempla a aprendizagem através da

participação de cursos, com duração mínima de 08 (oito) horas, relacionados à sua área funcional, comprovados através da apresentação de certificados.

Parágrafo único. A pontuação do item aperfeiçoamento será limitada a apresentação de 04 (quatro) cursos, cuja realização deve se dar obrigatoriamente nos meses considerados para efeito de cômputo do período aquisitivo de apuração.

Art. 48 Somente será promovido por merecimento o servidor cujo somatório dos pontos atribuídos aos itens contidos nos incisos I a V do artigo 47 desta Lei, perfizer o total de no mínimo 07 (sete).

§1º Os itens indicados nos incisos I a IV do artigo 47 desta Lei serão individualmente pontuados, nos seguintes graus:

I - grau 01: zero pontos;

II - grau 2: meio ponto;

III - grau 3: um ponto;

IV - grau 4: um ponto e meio;

V - grau 5: dois pontos.

§2º O item indicado no inciso V (aperfeiçoamento) será pontuado da seguinte forma:

I - meio ponto, pela comprovação da realização de um curso;

II - um ponto, pela comprovação da realização de dois cursos;

III - um ponto e meio, pela comprovação da realização de três cursos;

IV - dois pontos, pela comprovação da realização de quatro cursos.

§3º A definição do conceito de cada grau contido no respectivo item de avaliação está disposto no Boletim de Avaliação contido no Anexo XI desta Lei.

§4º Para efeito da pontuação do item aperfeiçoamento não será considerada a apresentação de diplomas ou certificados de pós-graduação, lato ou stricto sensu.

Art. 49 Todos os Boletins de Avaliação de Desempenho deverão conter a assinatura do servidor avaliado, do avaliador e do Secretário Municipal da pasta correspondente.

Art. 50 Ao servidor que obtiver o deferimento da promoção por merecimento será expedido ato do Chefe do Poder Executivo, para fins de registro e estabelecimento do início da vigência da promoção.

Parágrafo único. O início da vigência da promoção por merecimento se dará no primeiro mês subsequente à conclusão do período aquisitivo.

Art. 51 Ao servidor que tiver Avaliação de Desempenho com somatório de pontos inferior a sete, será assegurado o devido processo legal e ampla defesa através da instauração de processo administrativo.

§1º Após tomar ciência do total de pontos que lhe foi auferido, o servidor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, expondo suas razões e fundamentos, ao Prefeito Municipal.

§2º O Chefe do Poder Executivo terá o prazo de 30 (trinta) dias para manifestar-se sobre o recurso.

Seção VI Do Adicional de Pós-Graduação

Art. 52 O servidor estável em cargo de escolaridade de nível superior que concluir pós-graduação lato sensu (Especialização), com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas

receberá um adicional correspondente a 10% (dez por cento) sobre a referência "A" do padrão de vencimento fixado para seu cargo.

Art. 53 O servidor estável que concluir pós-graduação stricto sensu (Mestrado ou Doutorado), de natureza presencial, receberá um adicional correspondente a 20% (vinte por cento) sobre a referência "A" de seu padrão de vencimento.

Art. 54 Os Adicionais de Pós-Graduação indicados nos artigos 52 e 53 são de natureza não acumulável.

Art. 55 Para obtenção do Adicional de Pós-Graduação o servidor estável deverá:

I - requerer o pagamento do adicional, motivando a correlação do curso com o desempenho de suas atividades;

II - apresentar diploma expedido por entidade reconhecida pelo MEC, observada a carga horária mínima prevista no art. 52 desta Lei;

III - obter parecer favorável de Comissão nomeada para analisar a correlação entre a qualificação conferida pela pós-graduação e as atribuições do cargo que ocupa.

Parágrafo único. O pagamento do Adicional de Pós-Graduação será iniciado a partir da data de efetivação do requerimento.

CAPÍTULO VII DA LOTAÇÃO

Art. 56 O servidor efetivo terá exercício no órgão em que for lotado, a critério da Administração Municipal e de acordo com as atribuições definidas para seu cargo.

§1º Entende-se por lotação, o número de funcionários que deva ter exercício em cada órgão, mediante prévia distribuição dos cargos e das funções gratificadas.

§2º O afastamento do funcionário de sua lotação só se verificará com expressa autorização do Prefeito Municipal, no interesse do serviço público, havendo compatibilidade na transferência.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E TRANSITÓRIAS PARA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Art. 57 Aplica-se aos profissionais do magistério o disposto nesta Lei.

Art. 58 Fica assegurado aos profissionais do magistério o pagamento do complemento do piso nacional do magistério, na forma da Lei Municipal n. 2.582/11, a título de vencimento.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 59 Os candidatos aprovados em concursos públicos anteriores cujos cargos tiveram as denominações e os padrões de vencimento inicial alterados por esta Lei serão reequadrados nos novos cargos constantes do Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, observado o contido no Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas.

Art. 60 Aos servidores que se encontrarem empossados na data de edição desta Lei, fica estabelecido que para efeito de pagamento do Adicional por Tempo de Serviço:

I - o cômputo do primeiro período aquisitivo para a percepção do Adicional por Tempo de Serviço iniciar-se-á a partir da data da posse;

II - o pagamento do Adicional por Tempo de Serviço se dará a partir do mês em que completar o período aquisitivo de três anos de efetivo exercício, a contar da data da posse;

III - o tempo de serviço público anterior, prestado ao Município de Videira pelo exercício de cargo efetivo, cargo comissionado ou função temporária será computado para efeito de contagem dos períodos aquisitivos ao Adicional por Tempo de Serviço.

§1º A contagem dos tempos de serviço público anterior, dispostos no inciso III do caput, para efeito de obtenção de Adicional de Tempo de Serviço, que ainda não foram solicitados pelos servidores, devem ser requeridos em até 60 (sessenta) dias após a edição desta Lei.

§2º Após o decurso do prazo fixado no §1º deste artigo, fica vedada a utilização de tempo de serviço público municipal anterior, para computo de período aquisitivo à obtenção do Adicional por Tempo de Serviço.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61 Fica assegurado o enquadramento dos aposentados, nos novos padrões de vencimento fixados por esta Lei, cujos benefícios foram concedidos na hipótese prevista nos artigos 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, de acordo com o cargo em que foi concedido o benefício.

Art. 62 O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 63 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Art. 64 Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente os artigos 62,63 e 64 da Lei Complementar nº 007/97, e as Leis Municipais n. 82/89; n. 96/89; n. 158/90; n. 159/90; n. 025/91; n. 036/91; n. 054/92; n. 052/93; n. 009/94; n. 100/94; n. 043/95; n. 128/95; n. 206/97; n. 700/00; n. 835/01; n. 922/01; n. 957/01; n. 1.324/04; n. 1.497/05; n. 1.530/05; n. 1.543/05; n. 1.568/05; n. 1.613/05; n. 1.742/06; n. 1.817/07; n. 1.953/07; n. 2.134/09; n. 2.200/09; n. 2.214/09; n. 2.272/10; n. 2.454/10; n. 2.508/11; n. 2.624/11.

Videira, 21 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO I - DO QUADRO GERAL DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR				
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Analista de Sistemas	40	10	R\$ 2.691,94
2	Analista de Nível Superior	40	10	R\$ 2.691,94
3	Analista de Recursos Humanos	40	10	R\$ 2.691,94
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Auditor Interno	40	12	R\$ 4.141,43
2	Procurador Municipal	40	12	R\$ 4.141,43
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CONTÁBIL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Contador	40	11	R\$ 3.223,65
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Instrutor de Capoeira	40	9	R\$ 1.630,64
2	Instrutor de Dança	40	9	R\$ 1.630,64
3	Instrutor de Teatro	40	9	R\$ 1.630,64
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Fiscalização de Nível Superior	40	11	R\$ 3.223,65
2	Fiscal de Obras e Posturas	40	11	R\$ 3.223,65
3	Fiscal de Tributos Municipais	40	11	R\$ 3.223,65
4	Fiscal de Vigilância Sanitária	40	11	R\$ 3.223,65

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Arquiteto e Urbanista	40	11	R\$ 3.223,65
2	Engenheiro Agrimensor	40	11	R\$ 3.223,65
3	Engenheiro Agrônomo	40	11	R\$ 3.223,65
4	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	40	11	R\$ 3.223,65
5	Engenheiro Civil	40	11	R\$ 3.223,65
6	Médico Veterinário	40	11	R\$ 3.223,65
7	Advogado CREAS	40	11	R\$ 3.223,65
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	40	10	R\$ 2.691,94
2	Assistente Social	40	10	R\$ 2.691,94
3	Bibliotecário	40	10	R\$ 2.691,94
4	Bioquímico Farmacêutico	40	10	R\$ 2.691,94
5	Enfermeiro	40	10	R\$ 2.691,94
6	Especialista em Museologia	40	10	R\$ 2.691,94
7	Fisioterapeuta	40	10	R\$ 2.691,94
8	Fonoaudiólogo	40	10	R\$ 2.691,94
9	Nutricionista	40	10	R\$ 2.691,94
10	Psicólogo	40	10	R\$ 2.691,94
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO				
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Técnico Agrícola	40	9	R\$ 1.630,64
2	Técnico de Cadastro	40	9	R\$ 1.630,64
3	Técnico de Edificações	40	9	R\$ 1.630,64
4	Técnico de Agrimensura	40	9	R\$ 1.630,64
5	Técnico Eletricista	40	9	R\$ 1.630,64

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Técnico de Higiene Dental	40	7	R\$ 1.250,00
2	Técnico em Informática	40	7	R\$ 1.250,00
3	Técnico em Radiologia	40	7	R\$ 1.250,00
4	Técnico em Segurança do Trabalho	40	7	R\$ 1.250,00
5	Técnico em Vigilância Sanitária	40	7	R\$ 1.250,00
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Técnico de Enfermagem	40	4	R\$ 1.017,87
2	Auxiliar de Enfermagem	40	4	R\$ 1.017,87
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO				
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente Administrativo II	40	5	R\$ 1.025,00
2	Agente de Desenhos e Projetos	40	5	R\$ 1.025,00
3	Agente Social	40	5	R\$ 1.025,00
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Monitor de Oficina de Violino	40	3	R\$ 882,10
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	40	3	R\$ 882,10
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Chefe de Equipe Estável	40	9	R\$ 1.630,64
2	Mecânico Supervisor Geral	40	9	R\$ 1.630,64
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRANSPORTES				

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Peq.	40	6	R\$ 1.225,43
2	Motorista II - Ambulância	40	6	R\$ 1.225,43
3	Motorista III - Ônibus	40	6	R\$ 1.225,43
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente Administrativo I	40	2	R\$ 753,94
2	Auxiliar Administrativo	40	2	R\$ 753,94
3	Auxiliar de Desenhista	40	2	R\$ 753,94
4	Fotografo	40	2	R\$ 753,94
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Chefe de Escritório	40	4	R\$ 1.017,87
2	Datilógrafo	40	4	R\$ 1.017,87
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CONTÁBIL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Auxiliar de Contabilidade	40	9	R\$ 1.630,64
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Regente de Banda	40	4	R\$ 1.017,87
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Marroeiro	40	2	R\$ 753,94
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO I				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL

1	Carpinteiro	40	8	R\$ 1.339,04
2	Marceneiro	40	8	R\$ 1.339,04
3	Mecânico de Manutenção de Trator	40	8	R\$ 1.339,04
4	Mecânico de Máquinas em Geral	40	8	R\$ 1.339,04
5	Soldador (Mecânico)	40	8	R\$ 1.339,04
6	Torneiro Mecânico	40	8	R\$ 1.339,04
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Supervisor de Serviços de Campo	40	10	R\$ 2.691,94
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE				
1	Agente Operacional de Saúde Pública	40	2	R\$ 753,94
2	Auxiliar de Saúde Pública	40	2	R\$ 753,94
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Serviços Gerais	40	1	R\$ 622,28
2	Agente Operacional de Vigilância	40	1	R\$ 622,28
3	Almoxarife	40	1	R\$ 622,28
4	Auxiliar de Agrimensura	40	1	R\$ 622,28
5	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	R\$ 622,28
6	Auxiliar Operacional	40	1	R\$ 622,28
7	Calceteiro	40	1	R\$ 622,28
8	Coveiro	40	1	R\$ 622,28
9	Frentista	40	1	R\$ 622,28
10	Jardineiro	40	1	R\$ 622,28
11	Pintor Letrista	40	1	R\$ 622,28
12	Trabalhador Braçal	40	1	R\$ 622,28
13	Vigia	40	1	R\$ 622,28
14	Viveirista Florestal	40	1	R\$ 622,28

15	Zelador	40	1	R\$ 622,28
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Pavimentação Pública	40	8	R\$ 1.339,04
2	Borracheiro	40	8	R\$ 1.339,04
3	Pedreiro	40	8	R\$ 1.339,04
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE SERVIÇOS				
1	Atendente de Creche	40	1	R\$ 622,28
2	Merendeira	40	1	R\$ 622,28
3	Monitor	40	1	R\$ 622,28
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRASPORTES E MÁQUINAS PESADAS				
1	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes	40	6	R\$ 1.225,43
2	Operador de Trator de Esteira	40	6	R\$ 1.225,43
3	Operador de Motoniveladora	40	6	R\$ 1.225,43
4	Oper. de Retroescavadeira, Esc. Hidr. e Pá-Carregadeira	40	6	R\$ 1.225,43
5	Oper. Trator de Pneus, Máqu. de Varrição e Capina Mec.	40	6	R\$ 1.225,43
6	Operador de Máquinas e Equipamentos p/Obras de Paviment	40	6	R\$ 1.225,43
7	Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados	40	6	R\$ 1.225,43

ANEXO II - QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO QUANDO VAGAREM				
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO				
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Chefe de Equipe Estável	4	1	3
2	Mecânico Supervisor Geral	1	1	0
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Agente Administrativo I	6	1	5
2	Auxiliar Administrativo	13	5	8
3	Fotógrafo	3	3	0
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Chefe de Escritório	8	2	6
2	Datilógrafo	5	3	2
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Mecânico de Máquinas em Geral	3	1	2
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CONTÁBIL				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Auxiliar de Contabilidade	2	1	1
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Agente Operacional de Saúde Pública	4	3	1

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Agente de Serviços Gerais	2	1	1
2	Almoxarife	2	1	1
3	Auxiliar de Agrimensura	3	1	2
4	Jardineiro	4	1	3
5	Trabalhador Braçal	103	84	19
6	Vigia	30	10	20
7	Viveirista Florestal	5	2	3
8	Zelador	56	53	3
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Calceteiro	5	1	4
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Atendente de Creche	67	58	9
2	Merendeira	24	14	10
3	Monitor	8	2	6
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRANSPORTES E MÁQUINAS PESADAS				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados	13	11	2

ANEXO III			
TABELA DE CARGOS AGLUTINADOS			
ORDEM	CARGO ATUAL	CARGO NOVO	TOTAL DE VGS EXISTENTES
1	Fiscal de Higiene + Fiscal de Limpeza	Agente Operacional de Saúde Pública	4
2	Operador de Escavadeira + Operador de Pá-Carregadeira	Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidraulica e Pá-Carr	14
3	Oper. Rolo Compressor + Op. Marteleto + Op. Mandibula + Op. Usina de Asfalto	Operador de Maq. E Equip.p/Obras de Pavimentação	18
4	Motorista de Caminhão + Condutor de Caminhão Basculante	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes	40
TABELA DE CORRELAÇÃO DE NOVAS NOMENCLATURAS			
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR			
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA			
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA	
1	Técnico de Nível Superior	Analista de Nível Superior	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA			
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA	
1	Procurador da Fazenda Municipal	Procurador Municipal	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL			
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA	
1	Engenheiro Sanitarista	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO			
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA			
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA	
1	Agente Técnico Administrativo	Agente Administrativo II	
2	Desenhista/Projetista	Agente de Desenhos e Projetos	
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRANSPORTES			
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA	
1	Motorista	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos	

2	Motorista de Ambulância	Motorista II - Ambulância
3	Motorista de Ônibus	Motorista III - Ônibus
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO		
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA		
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA
1	Agente Administrativo	Agente Administrativo I
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS E SAÚDE		
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA
1	Fiscal Higiene	Agente Operacional de Saúde Pública
2	Fiscal de Limpeza Pública	Agente Operacional de Saúde Pública
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO		
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRANSPORTES E MÁQUINAS PESADAS		
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA
1	Motorista de Caminhão	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes
2	Condutor de Caminhão Basculante	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes
3	Operador de Trator de Lâmina	Operador de Trator de Esteira
4	Operador de Trator de Pneu	Oper. Trator de Pneus, Máqu. de Varrição e Capina Mec.
5	Operador de Escavadeira	Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidraulica e Pá-Carregadeira
6	Operador de Pá Carregadeira	Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidraulica e Pá-Carregadeira
7	Operador de Rolo Compressor	Oper. De Máquinas e Equip. p/ Obras de Pavimentação
8	Operador de Martetele	Oper. De Máquinas e Equip. p/ Obras de Pavimentação
9	Operador de Mandíbula	Oper. De Máquinas e Equip. p/ Obras de Pavimentação
10	Operador de Usina de Asfalto	Oper. De Máquinas e Equip. p/ Obras de Pavimentação

ANEXO IV - TABELA DE CARGOS NOVOS E SUAS VAGAS				
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR				
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Analista de Recursos Humanos	40	10	03
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Bioquímico Farmacêutico	40	10	02
2	Fisioterapeuta	40	10	02
3	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	40	10	04
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Arquiteto e Urbanista	40	11	02
2	Engenheiro Agrimensor	40	11	02
3	Advogado do CREAS	40	11	02
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Instrutor de Capoeira	40	9	01
2	Instrutor de Dança	40	9	01
3	Instrutor de Teatro	40	9	01
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - ANT CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO				
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Técnico em Eletricista	40	9	02
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Técnico em Informática	40	7	10

2	Técnico de Vigilância Sanitária	40	7	07
---	---------------------------------	----	---	----

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO				
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Agente Social	40	5	7
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Auxiliar de Saúde Pública	40	3	06
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Monitor de Oficina de Violino	40	3	01
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	40	3	01
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Agente de Pavimentação Pública	40	8	03

ANEXO V - TABELA DE CARGOS EFETIVOS EXTINTOS				
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	LEI DE CRIAÇÃO
1	Agente de Serviços Técnico Administrativo II	8	0	Lei 100/94
2	Agente de Serviços Operacionais Especializado	5	0	Lei 043/95
3	Ajudante de Mecânico	1	0	Lei 052/93
4	Agente de Contabilidade de Nível Superior	1	0	Lei 052/93
5	Apontador de Mão de Obra	2	0	Lei 052/93
6	Auxiliar de Desenhista	2	0	Lei 052/93
7	Auxiliar de Mecânico	2*	0	Lei 052/93
8	Auxiliar Social	3	0	Lei 052/93
9	Chapeador	3	0	Lei 052/93
10	Contínuo	4	0	Lei 052/93
11	Coordenador de Componentes Curriculares	3	0	Lei 114/89
12	Coordenação de Educação de Adultos	1	0	Lei 114/89
13	Coordenador de Ensino Pré-Escolar	1	0	Lei 114/89
14	Coordenador de Ensino de 1º Grau	1	0	Lei 114/89
15	Diretor de Escola	2	0	Lei 114/89
16	Desenhista	1	0	Lei 052/93
17	Detonador	2*	0	Lei 052/93
18	Eletricista de Máquinas e Veículos	1	0	Lei 052/93
19	Eletricista	2	0	Lei 052/93
20	Encanador	2	0	Lei 052/93
21	Encarregado de Equipe de Asfalto	1	0	Lei 052/93
22	Especialista em Museologia	1	0	Lei 052/93
23	Fiscal de Ambulante	1	0	Lei 052/93
24	Ferreiro	2	0	Lei 052/93
25	Lavador de Veículos	1	0	Lei 052/93
26	Mecânico de Manutenção de Veículos	2	0	Lei 052/93
27	Professor MG I	20	0	Lei 114/89
28	Professor PS I	10	0	Lei 114/89
29	Professor PS II	5	0	Lei 114/89
30	Professor PS III	10	0	Lei 114/89
31	Secretário de Escola	2	0	Lei 114/89

32	Supervisor de Serviço Social	1	0	Lei 052/93
33	Supervisor de Usina de Britagem	1	0	Lei 052/93
34	Técnico de Tributos	1	0	Lei 052/93
35	Telefonista	3	0	Lei 052/93
36	Topógrafo	2	0	Lei 052/93
37	Tratorista	1	0	Lei 052/93
38	Triturador de Pedras	8	0	Lei 052/93
* Cargos com vgs originais extintas parcilamente pela Lei 1953/2007				

ANEXO VI - TABELA DE VAGAS CRIADAS PARA CARGOS EXISTENTES**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR****GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO**

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Assistente Social	7	6	2	3

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Fiscal de Obras e Posturas	2	1	2	3
2	Fiscal de Vigilância Sanitária	1	0	1	2
3	Fiscal de Tributos Municipais	3	1	1	3

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	1	1	1	1
2	Engenheiro Civil	1	0	1	2

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO**GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA**

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	1	1

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO**GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA**

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Agente Administrativo II	55	29	8	34

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRANSPORTES

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Motorista II - Ambulância	4	2	3	5

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO					
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO I					
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Soldador Mecânico	2	2	2	2

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II -- MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO					
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Auxiliar Operacional	40	32	38	46
2	Auxiliar de Serviços Gerais	201	167	58	92
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - - MODALIDADE TRANSPORTE E MÁQUINAS PESADAS					
ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Oper. De Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira	11	7	3	7
2	Operador de Motoniveladora	8	7	5	6
3	Oper. De Trator de Esteira	5	2	1	4
4	Op. Trator de Pneus, Maqu de Varrição e Capina Mec.	3	2	5	6

ANEXO VII - TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL	
PADRÃO	VALOR INICIAL DO VENCIMENTO
1	R\$ 622,28
2	R\$ 753,94
3	R\$ 882,10
4	R\$ 1.017,87
5	R\$ 1.025,00
6	R\$ 1.225,43
7	R\$ 1.250,00
8	R\$ 1.339,04
9	R\$ 1.630,64
10	R\$ 2.691,94
11	R\$ 3.223,65
12	R\$ 4.141,43

ANEXO VIII - TABELA DE REFERENCIAS

PADRÃO	REFERENCIAS														
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
1	R\$ 622,28	R\$ 640,95	R\$ 660,18	R\$ 679,98	R\$ 700,38	R\$ 721,39	R\$ 743,03	R\$ 765,33	R\$ 788,29	R\$ 811,93	R\$ 836,29	R\$ 861,38	R\$ 887,22	R\$ 913,84	R\$ 941,25
2	R\$ 753,94	R\$ 776,56	R\$ 799,85	R\$ 823,85	R\$ 848,57	R\$ 874,02	R\$ 900,24	R\$ 927,25	R\$ 955,07	R\$ 983,72	R\$ 1.013,23	R\$ 1.043,63	R\$ 1.074,94	R\$ 1.107,19	R\$ 1.140,40
3	R\$ 882,10	R\$ 908,56	R\$ 935,82	R\$ 963,89	R\$ 992,81	R\$ 1.022,60	R\$ 1.053,27	R\$ 1.084,87	R\$ 1.117,42	R\$ 1.150,94	R\$ 1.185,47	R\$ 1.221,03	R\$ 1.257,66	R\$ 1.295,39	R\$ 1.334,26
4	R\$ 1.017,87	R\$ 1.048,41	R\$ 1.079,86	R\$ 1.112,25	R\$ 1.145,62	R\$ 1.179,99	R\$ 1.215,39	R\$ 1.251,85	R\$ 1.289,41	R\$ 1.328,09	R\$ 1.367,93	R\$ 1.408,97	R\$ 1.451,24	R\$ 1.494,78	R\$ 1.539,62
5	R\$ 1.025,00	R\$ 1.055,75	R\$ 1.087,42	R\$ 1.120,05	R\$ 1.153,65	R\$ 1.188,26	R\$ 1.223,90	R\$ 1.260,62	R\$ 1.298,44	R\$ 1.337,39	R\$ 1.377,51	R\$ 1.418,84	R\$ 1.461,40	R\$ 1.505,25	R\$ 1.550,40
6	R\$ 1.225,43	R\$ 1.262,19	R\$ 1.300,06	R\$ 1.339,06	R\$ 1.379,23	R\$ 1.420,61	R\$ 1.463,23	R\$ 1.507,12	R\$ 1.552,34	R\$ 1.598,91	R\$ 1.646,88	R\$ 1.696,28	R\$ 1.747,17	R\$ 1.799,59	R\$ 1.853,57
7	R\$ 1.250,00	R\$ 1.287,50	R\$ 1.326,13	R\$ 1.365,91	R\$ 1.406,89	R\$ 1.449,09	R\$ 1.492,57	R\$ 1.537,34	R\$ 1.583,46	R\$ 1.630,97	R\$ 1.679,90	R\$ 1.730,29	R\$ 1.782,20	R\$ 1.835,67	R\$ 1.890,74
8	R\$ 1.339,04	R\$ 1.379,21	R\$ 1.420,59	R\$ 1.463,21	R\$ 1.507,10	R\$ 1.552,31	R\$ 1.598,88	R\$ 1.646,85	R\$ 1.696,26	R\$ 1.747,14	R\$ 1.799,56	R\$ 1.853,54	R\$ 1.909,15	R\$ 1.966,43	R\$ 2.025,42
9	R\$ 1.630,64	R\$ 1.679,56	R\$ 1.729,95	R\$ 1.781,84	R\$ 1.835,30	R\$ 1.890,36	R\$ 1.947,07	R\$ 2.005,48	R\$ 2.065,65	R\$ 2.127,62	R\$ 2.191,44	R\$ 2.257,19	R\$ 2.324,90	R\$ 2.394,65	R\$ 2.466,49
10	R\$ 2.691,94	R\$ 2.772,70	R\$ 2.855,88	R\$ 2.941,56	R\$ 3.029,80	R\$ 3.120,70	R\$ 3.214,32	R\$ 3.310,75	R\$ 3.410,07	R\$ 3.512,37	R\$ 3.617,74	R\$ 3.726,27	R\$ 3.838,06	R\$ 3.953,20	R\$ 4.071,80
11	R\$ 3.223,65	R\$ 3.320,36	R\$ 3.419,97	R\$ 3.522,57	R\$ 3.628,25	R\$ 3.737,09	R\$ 3.849,21	R\$ 3.964,68	R\$ 4.083,62	R\$ 4.206,13	R\$ 4.332,32	R\$ 4.462,29	R\$ 4.596,15	R\$ 4.734,04	R\$ 4.876,06
12	R\$ 4.141,43	R\$ 4.265,67	R\$ 4.393,64	R\$ 4.525,45	R\$ 4.661,22	R\$ 4.801,05	R\$ 4.945,08	R\$ 5.093,44	R\$ 5.246,24	R\$ 5.403,63	R\$ 5.565,74	R\$ 5.732,71	R\$ 5.904,69	R\$ 6.081,83	R\$ 6.264,28

ANEXO IX - DO QUADRO GERAL DE VAGAS**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR****GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA**

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Analista de Sistemas	0	1	0	1
2	Analista de Nível Superior	2	11	4	15
3	Analista de Recursos Humanos	3	0	3	3

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Auditor Interno	0	0	1	1
2	Procurador Municipal	0	3	0	3

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CONTÁBIL

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Contador	0	4	0	4

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Instrutor de Capoeira	1	0	1	1
2	Instrutor de Dança	1	0	1	1
3	Instrutor de Teatro	1	0	1	1

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente de Fiscalização de Nível Superior	0	1	0	1
2	Fiscal de Obras e Posturas	2	1	3	4
3	Fiscal de Tributos Municipais	1	1	3	4
4	Fiscal de Vigilância Sanitária	1	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Arquiteto e Urbanista	2	0	2	2
2	Engenheiro Agrimensor/Geomenssura	2	0	2	2
3	Engenheiro Agrônomo	0	1	0	1
4	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	1	1	1	2
5	Engenheiro Civil	1	0	1	2
6	Médico Veterinário	0	1	0	1
7	Advogado CREAS	2	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	4	0	4	4
2	Assistente Social	2	6	3	9
3	Bibliotecário	0	0	2	2
4	Bioquímico Farmacêutico	2	0	2	2
5	Enfermeiro	0	5	1	6
6	Especialista em Museologia	0	0	1	1
7	Fisioterapeuta	2	0	2	2
8	Fonoaudiólogo	0	1	0	1
9	Nutricionista	0	2	0	2
10	Psicólogo	0	4	1	5

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO**GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL**

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico Agrícola	0	3	0	3
2	Técnico de Cadastro	0	1	0	1
3	Técnico de Edificações	0	1	0	1
4	Técnico de Agrimensura/Geomenssura	0	0	1	1
5	Técnico Eletricista	2	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico de Higiene Dental	0	1	1	2
2	Técnico em Informática	10	0	10	10

3	Técnico em Radiologia	0	0	2	2
4	Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	1	2
5	Técnico em Vigilância Sanitária	7	0	7	7
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SERVIÇOS					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico de Enfermagem	0	15	16	31
2	Auxiliar de Enfermagem	0	24	0	24
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO					
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente Administrativo II	8	29	34	63
2	Agente de Desenhos e Projetos	0	1	0	1
3	Agente Social	7	0	7	7
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Monitor de Oficina de Violino	1	0	1	1
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	1	0	1	1
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE OPERACIONAL					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Chefe de Equipe Estável	0	1	3	4
2	Mecânico Supervisor Geral	0	1	0	1
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRASNPORTE					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Peq.	0	6	10	16
2	Motorista II - Ambulância	3	2	5	7
3	Motorista III - Ônibus	0	8	1	9
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO					
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS

1	Agente Administrativo I	0	1	5	6
2	Auxiliar Administrativo	0	5	8	13
3	Auxiliar de Desenhista	0	0	2	2
4	Fotografo	0	3	0	3
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Chefe de Escritório	0	2	6	8
2	Datilógrafo	0	3	2	5
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CONTÁBIL					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Auxiliar de Contabilidade	0	1	1	2
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CULTURA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Regente de Banda	0	1	0	1
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Marroeiro	0	3	4	7
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Carpinteiro	0	2	3	5
3	Marceneiro	0	0	3	3
4	Mecânico de Manutenção de Trator	0	2	3	5
5	Mecânico de Máquinas em Geral	0	1	2	3
6	Soldador (Mecânico)	2	2	2	4
7	Torneiro Mecânico	0	1	0	1
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Supervisor de Serviços de Campo	0	1	2	3
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente Operacional de Saúde Pública	0	3	1	4
2	Auxiliar de Saúde Pública	0	6	0	6

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente de Serviços Gerais	0	1	2	2
2	Agente Operacional de Vigilância	0	17	38	55
3	Almoxarife	0	1	1	2
4	Auxiliar de Agrimensura/Geomenssura	0	1	2	3
5	Auxiliar de Serviços Gerais	58	167	92	259
6	Auxiliar Operacional	38	32	46	78
7	Calceteiro	0	1	4	5
8	Coveiro	0	1	1	2
9	Frentista	0	1	1	2
10	Jardineiro	0	1	3	4
11	Pintor Letrista	0	0	2	2
12	Trabalhador Braçal	0	84	19	103
13	Vigia	0	10	20	30
14	Viveirista Florestal	0	2	3	5
15	Zelador	0	53	3	56

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente de Pavimentação Pública	3	0	3	3
2	Borracheiro	0	0	2	2
3	Pedreiro	0	1	3	4

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE SERVIÇOS

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Atendente de Creche	0	58	9	67
2	Merendeira	0	14	10	24
3	Monitor	0	2	6	8

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRASPORTES E MÁQUINAS PESADAS

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes	0	14	26	40
3	Operador de Trator de Esteira	1	2	4	6
4	Operador de Motoniveladora	5	7	6	13
5	Oper. de Retroescavadeira, Esc. Hidr. e Pá-Carregadeira	3	7	7	14

6	Oper. Trator de Pneus, Máqu. de Varrição e Capina Mec.	5	2	6	8
7	Operador de Máquinas e Equipamentos p/Obras de Paviment	0	8	10	18
8	Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados	0	11	2	13

ANEXO X - MANUAL DAS ATRIBUIÇÕES**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS –
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR****GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –
MODALIDADE ADMINISTRATIVA****ANALISTA DE SISTEMAS****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciências da Computação ou Processamento de Dados**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Estudar as características e planos da Administração Municipal em conjunto com o corpo diretivo, para verificar as possibilidades e conveniências do processamento eletrônico de dados e da criação de sistemas e aplicativos específicos ao órgão ou unidade;
2. Identificar a estrutura organizacional dos diversos órgãos ou unidades, efetuando contatos com os servidores que neles trabalham, para obter idéia do volume de dados e levantar o fluxograma dos sistemas atuais;
3. Desenvolver estudos sobre a viabilidade e custo da utilização de sistemas e aplicativos existentes no mercado ou de seu desenvolvimento, levantando os recursos disponíveis e necessários, para ser submetido a uma decisão;
4. Coordenar os processos de aquisição, atualização e treinamento em sistemas e aplicativos;
5. Examinar os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias e sua normatização, para determinar os planos e seqüências de elaboração de programas, bem como estabelecer os métodos e os procedimentos possíveis, para obter dados que se prestem ao tratamento em computador;
6. Preparar diagramas de fluxo e outras instruções referentes ao sistema ou aplicativos, elaborando-os segundo linguagem apropriada, para orientar os programadores e outros servidores envolvidos na operação do computador;
7. Verificar o desempenho de sistema ou aplicativo proposto, realizando experiências práticas, para assegurar-se de sua eficiência e introduzir as modificações oportunas;
8. Coordenar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases da análise do programa, as definições e o detalhamento das soluções, a codificação do problema, teste e eliminação de erros, para assegurar exatidão e rapidez dos diversos sistemas;
9. Orientar sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado, dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação, supervisionando e planejando a passagem do sistema antigo para o novo;
10. Implantar e administrar a operação de bancos de dados distribuídos, redes locais de computadores e acessos a redes remotas via internet;
11. Supervisionar e coordenar todas as atividades de processamento de dados do órgão;
12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
13. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas.

ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Executar atividades de administração e coordenação, relacionadas a levantamento, pesquisas, análises, interpretação de dados, elaborando pareceres, projetos e planos de ação concernentes à organização e métodos, administração financeira, material e de recursos humanos, além de outras atividades administrativas afins;
2. Analisar sistemas, métodos e rotinas de trabalho, elaborando, planos e desenvolvendo projetos para a simplificação e racionalização de rotinas e procedimentos administrativos;
3. Coordenar, orientar e/ou elaborar estudos relativos a padronização e racionalização de impressos e formulários, recomendando sua implantação e prestando assistência aos usuários;
4. Orientar e/ou elaborar planos, desenvolver atividades relativas à movimentação de materiais, níveis de estoque, pontos de suprimentos, padronização de materiais, pesquisa de mercado, compras, arranjo físico do almoxarifado e patrimônio;
5. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da proposta orçamentária anual e plano plurianual de investimentos, a partir do conhecimento da realidade econômico-financeira do Município;
6. Realizar e apresentar estudos para a elaboração da programação financeira anual, calculando, especificando e fazendo previsão de receita e despesa;
7. Acompanhar a execução orçamentária, analisando o comportamento da receita e da despesa e propondo medidas corretivas, quando da ocorrência de desvios dos padrões estabelecidos;
8. Orientar e/ou elaborar planos e desenvolver atividades relacionadas à análise, descrição, especificação e avaliação de cargos, pesquisas salariais, redigindo as instruções necessárias para a implantação ou aperfeiçoamento de sistema de classificação de cargos, salários e carreiras;
9. Elaborar estudos pertinentes a recrutamento e seleção, treinamento, promoção e demais aspectos da administração de pessoal utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizadas;
10. Fazer levantamento da capacidade ociosa da Prefeitura de modo a atender de forma eficiente as demandas atuais e futuras;
11. Coletar, estudar e conhecer a legislação e demais normas institucionais, ligadas à área em que atua;
12. Participar das atividades de previsão financeira durante as negociações salariais;
13. Verificar a solvência financeira e a capacidade de endividamento da Administração Municipal;
14. Desenvolver atividades relacionadas com administração e legislação de pessoal, administração patrimonial e de material, transportes internos, cadastro imobiliário, administração tributária, administração financeira, execução orçamentária, licitação e contratos;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Promover a capacitação dos servidores;
2. Trabalhar na Avaliação de Desempenho;
3. Executar o planejamento estratégico de RH em função das metas institucionais;
4. Implementar e monitorar as políticas de Recursos Humanos;
5. Promover atividades motivacionais;
6. Tratar da administração de pessoal: contratos, remuneração e benefícios;
7. Executar levantamento de dados e confecção de relatórios diversos;
8. Controlar as férias, banco de horas e licenças diversas;
9. Buscar melhorias nos benefícios e condições de trabalho, que possibilitem um ambiente adequado e agradável a todos os funcionários;
10. Administrar e operacionalizar o sistema informatizado de folha de pagamentos;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho;
13. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –
MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA**

AUDITOR INTERNO

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Superior em Contabilidade com registro no CRC.

Padrão Inicial: R\$ 4.141,43

Atribuições:

1. Realizar auditorias com a finalidade de examinar:

- a) a regularidade da arrecadação e recolhimento da receita, bem como da realização da despesa;
- b) a compatibilidade entre a execução de programas de trabalho e do orçamento de sorte a possibilitar a avaliação, por autoridade competente, dos resultados alcançados pelos administradores;
- c) cumprimento de contratos, convênios, acordos, ajustes de natureza financeira;
- d) a probidade dos responsáveis pela guarda e aplicação de dinheiros, valores e outros bens do Município;
- e) a eficiência e o grau de qualidade dos controles contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais;
- f) o registro da execução dos programas quanto à obediência das disposições legais e normas estabelecidas para o Serviço Público;
- g) o registro, demonstrações contábeis e outros elementos da gestão dos administradores das entidades da Administração Indireta, e dos ordenadores da despesa, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores e responsáveis por estoques de material, da Administração Direta;
- h) a existência de procedimentos gerenciais equivocados ou intempestivos, propondo as medidas corretivas adequadas;
- i) a existência de procedimentos gerenciais adequados, denotadores de zelo e virtude que os recomendem como modelo a outros setores da administração;
- j) a ocorrência de falhas, erros e fraudes localizados, obtendo as provas evidentes quanto à sua ocorrência;

2. Inspeccionar os órgãos da Administração Municipal com vistas a:

- a) fornecer orientações que possibilitem a observação e fiel cumprimento da legislação pertinente, relativamente à execução orçamentária-financeira, licitações, administração patrimonial, de material, de pessoal etc.;
- b) verificar a eficiência dos controles internos e o cumprimento dos programas;
- c) avaliar a economicidade, a eficiência, a eficácia, o rendimento e a produtividade,

3. Efetuar análises contábeis;

4. Elaborar relatórios de inspeções e os relatórios financeiros e orçamentários, fazendo apreciações críticas e apresentando sugestões para o aperfeiçoamento do Controle Interno;

5. Fiscalizar as entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado, que recebam contribuições, subvenções ou transferências à conta do Tesouro Municipal, inclusive para fins de comprovação quanto à regularidade e autenticidade da documentação e prestações de contas apresentadas;

6. Proceder à auditoria da aplicação de recursos em financiamento de programas e projetos de cooperação técnica e de empréstimos do exterior;

7. Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;

8. Apresentar Relatórios e Fornecer dados estatísticos de suas atividades;

9. Desempenhar outras tarefas de execução, qualificada, sob direção superior, de trabalhos relativos às atividades de administração financeira, contabilidade e auditoria;

10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

11. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho;

12. Executar outras atividades correlatas.

PROCURADOR MUNICIPAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Direito com registro na OAB.**Padrão Inicial:** R\$ 4.141,43**Atribuições:**

1. Representar judicialmente o Município, em processos em que o mesmo seja parte;
2. Representar o município em juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo a audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;
3. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada;
4. Participar de sindicâncias e processos administrativos instaurados no âmbito municipal;
5. Elaborar projetos de lei de origem do Executivo;
6. Representar a Procuradoria Geral do Município, quando designado, em Comissões e Conselhos de que a mesma faça parte;
7. Atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como em outros decorrentes de autuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª instância, emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos a julgamento;
8. Analisar projetos de lei de origem legislativa, elaborando pareceres de forma a orientar o Chefe do Executivo;
9. Analisar os projetos de lei aprovados pelo Legislativo Municipal e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos;
10. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

CONTADOR**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Ciências Contábeis com registro no CRC.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Assinar juntamente com o Prefeito, os balanços, balancetes e outras demonstrações contábeis do Município, seus fundos e fundações;
2. Visar todos os documentos elaborados pela contabilidade;
3. Elaborar, de acordo com as instruções vigentes, a proposta orçamentária do Município, bem como coordenar a elaboração da proposta orçamentária dos fundos municipais e fundações;
4. Acompanhar a execução orçamentária do Município, seus fundos e fundações;
5. Coordenar a elaboração da Lei Orçamentária e do Plano Plurianual;
6. Elaborar, quando solicitadas e necessárias, as propostas para abertura de créditos adicionais;
7. Proceder ao levantamento, na época própria, do Balanço Geral do Município, compreendido seus fundos e fundações;
8. Examinar, conferir e instituir processos de pagamento;
9. Controlar os prazos de aplicação e prestação de contas de adiantamentos;
10. Participar de sindicâncias e processos administrativos instaurados no âmbito municipal;
11. Determinar a abertura, encerramento, reabertura e o desdobramento de contas do Plano de Contas do Município;
12. Estabelecer normas e acompanhar o correto registro das entradas de receita no Município;
13. Supervisionar o registro, acompanhar e controlar as variações patrimoniais;
14. Supervisionar, acompanhar e controlar as prestações de contas devidas pelo Município;
15. Supervisionar o controle de custos dos serviços públicos;
16. Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas, no tocante à execução, organização, e controle dos serviços de contabilidade do Município, compreendida a Administração direta e indireta;
17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –
MODALIDADE CULTURA****INSTRUTOR DE CAPOEIRA****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Educação Física com registro no CREF.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Ministras aulas de capoeira nas escolas de capoeira oferecidas pelo Município à população;
2. Planejar e ministras aulas de capoeira;
3. Acompanhar e avaliar a evolução do conhecimento dos seus respectivos alunos;
4. Supervisionar o adequado uso do material disponibilizado aos alunos;
5. Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da sua área e de área correlata;
6. Participar e colaborar com eventos públicos municipais, divulgando a capoeira;
7. Participar de oficinas promovidas pela Secretaria de Educação, junto às escolas municipais;
8. Emitir relatórios referentes às aulas de capoeira ministradas, bem como históricos referentes aos alunos;
9. Participar de eventos escolares;
10. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE DANÇA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Educação Física com registro no CREF.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Ministrar aulas de dança nas escolas de dança oferecidas pelo Município à população;
2. Planejar e ministrar aulas de dança;
3. Acompanhar e avaliar a evolução do conhecimento dos seus respectivos alunos;
4. Supervisionar o adequado uso do material disponibilizado aos alunos;
5. Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da sua área e de área correlata;
6. Participar e colaborar com eventos públicos municipais, divulgando a dança;
7. Participar de oficinas promovidas pela Secretaria de Educação, junto às escolas municipais;
8. Emitir relatórios referentes às aulas de dança ministradas, bem como históricos referentes aos alunos;
9. Participar de eventos escolares;
10. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

INSTRUTOR DE TEATRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Artes Cênicas.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Ministrar aulas de teatro nas escolas de teatro oferecidas pelo Município à população;
2. Planejar e ministrar aulas de teatro;
3. Acompanhar e avaliar a evolução do conhecimento dos seus respectivos alunos;
4. Supervisionar o adequado uso do material disponibilizado aos alunos;
5. Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da sua área e de área correlata;
6. Participar e colaborar com eventos públicos municipais, divulgando as artes cênicas;
7. Participar de oficinas promovidas pela Secretaria de Educação, junto às escolas municipais;
8. Emitir relatórios referentes às aulas de teatro ministradas, bem como históricos referentes aos alunos;
9. Participar de eventos escolares;
10. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –
MODALIDADE FISCALIZAÇÃO****AGENTE DE FISCALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto:

- a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;
 - b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais;
 - c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido;
 - d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
 - e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
 - f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária;
 - g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária;
 - h) solicitar a apresentação, em Juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, pela conduta tipificada no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.137/90;
 - i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;
 - j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais;
 - k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
 - l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais;
2. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o

Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;

3. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;

4. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação;

5. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;

6. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal;

7. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela Chefia;

8. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;

9. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90);

10. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;

11. Elaborar relatórios mensais de suas atividades;

12. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

14. Executar outras atividades correlatas.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Graduação em Engenharia Civil com registro no CREA.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários;
2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos munícipes, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, o Código de Posturas Municipais e as normas técnicas vigentes;
3. Fiscalizar obra para fins de concessão de habite-se, visitando-as para verificar se foram construídas de acordo com o projeto aprovado pelo Município;
4. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;
5. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência;
6. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação;
7. Informar processos referentes a construção, renovação de alvará, substituição de projeto, cancelamento de auto de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, amembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas, etc.;
8. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras atividades correlatas.

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em uma das seguintes áreas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto:

a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal;

b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais;

c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido;

d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;

e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;

f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária;

g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária;

h) solicitar a apresentação, em Juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, pela conduta tipificada no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.137/90;

i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;

j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais;

k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;

l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais;

2. Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;

3. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;

4. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de

trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação;

5. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;

6. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal;

7. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela Chefia;

8. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;

9. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90);

10. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;

11. Elaborar relatórios mensais de suas atividades;

12. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

14. Executar outras atividades correlatas.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Farmácia, Bioquímica ou Engenharia Sanitária com registro no respectivo órgão de classe.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Atender os municípios, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas referentes à saúde pública;
2. Conhecer, observar e manter-se atualizado quanto à legislação pertinente à sua área de atuação, emanadas nas diversas esferas (União, Estado e Município), entre as quais: Legislação Ambiental, Legislação Sanitária, Saúde Pública etc.;
3. Vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação;
4. Contribuir nos levantamentos de dados essenciais ao serviço, estabelecendo prioridades à implantação de saneamento básico;
5. Elaborar, sob orientação, programas de trabalho, recomendações técnicas e normas sanitárias bem como realizar o acompanhamento dos projetos;
6. Executar visitas com vistas à inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de estabelecimentos de interesse da saúde pública entre os quais: indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares, restaurantes, bares, farmácias, consultórios, clínicas, escolas, creches, asilos, orfanatos;
7. Inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública;
8. Executar a vigilância sanitária de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e perfumes, saneantes e domissanitários, produtos químicos, sangue e hemoderivados e fontes de radiações ionizantes;
9. Notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do Município;
10. Participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população;
11. Manter contato com os denunciantes para servirem de testemunhas nos autos dos processos;
12. Elaborar relatórios das atividades realizadas;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados;
15. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –
MODALIDADE OPERACIONAL****ADVOGADO CREAS****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Direito com registro na OAB.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Oferecer atendimento de advocacia pública; receber denúncias;
2. Prestar orientação jurídica aos usuários do Centro de Referência;
3. Fazer encaminhamentos processuais;
4. Proferir palestras sobre os direitos dos usuários do serviço;
5. Esclarecer procedimentos legais aos técnicos do Município;
6. Participar de palestras informativas a comunidade;
7. Fazer estudo permanente acerca do tema da violência;
8. Capacitar agentes multiplicadores;
9. Manter atualizado os registros de todos os atendimentos;
10. Participar de todas as reuniões da equipe;
11. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
13. Executar tarefas correlatas.

ARQUITETO E URBANISTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Arquitetura e Urbanismo com registro no CAU.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Proceder à supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
2. Coletar dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
3. Estudar a viabilidade técnica e ambiental;
4. Efetuar assistência técnica;
5. Acompanhar a direção de obras e de serviço técnico;
6. Desempenhar vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
7. Efetuar desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
8. Produzir e divulgar técnica especializada;
9. Executar, fiscalizar e conduzir obra, instalação e serviço técnico;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Zelar pela guarda dos materiais equipamentos de trabalho
12. Executar outras atividades correlatas.

ENGENHEIRO AGRIMENSOR**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Engenharia com registro no CREA.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Orientar e executar projetos de loteamentos, de sistemas de saneamento, de irrigação e drenagem e de traçados de cidades;
2. Consultar levantamentos topográficos e geodésicos para abertura de estradas e construção de barragens;
3. Zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados;
4. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
5. Executar outras atividades correlatas.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Engenharia Agrônômica, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo etc;
2. Zelar pela exploração racional da terra, água, flora e fauna;
3. Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município;
4. Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação;
5. Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias;
6. Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas:
 - a) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente;
 - b) Executar estudo, planejamento, projeto e especificação;
 - c) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica;
 - d) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico;
 - e) Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão;
 - f) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;
 - g) Executar obra e serviço técnico;
 - h) Fiscalizar obra e serviço técnico;
 - i) Efetuar produção técnica e especializada;
 - j) Conduzir trabalho técnico;
 - k) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção;
 - l) Executar instalação, montagem e reparo;
 - m) Operar e realizar manutenção de equipamento e instalação;
 - n) Executar desenho técnico;
7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atividades correlatas.

ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Engenharia Sanitária com registro no CREA.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Analisar e avaliar projetos de saneamento ambiental, com enfoque nos projetos de saneamento básico;
2. Realizar atividade de apoio à pesquisa, divulgação técnica e demais serviços relativos à implementação da política ambiental do Município;
3. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos;
4. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário;
5. Atender a denúncias e acompanhamento de processos de infrações e licenciamento ambiental no âmbito municipal;
6. Elaborar relatórios diversos em sua área de atuação;
7. Efetuar vistoria, perícia, avaliação e arbitramento na sua área de atuação;
8. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação;
9. Analisar projetos hidro sanitários comerciais e residenciais;
10. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

ENGENHEIRO CIVIL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Graduação em Engenharia Civil com registro no CREA.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes;
2. Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes;
3. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos;
4. Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e loteamentos, formulando pareceres técnicos e prestando orientação técnica;
5. Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatados;
6. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário;
7. Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas;
8. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas;
9. Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos;
10. Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo;
11. Desenvolver pesquisa, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo;
12. Elaborar relatórios diversos em sua área de atuação;
13. Atender ao público em assuntos relativos a prestação de serviços da Administração Municipal;
14. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação;
15. Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros;
16. Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistema viário, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamento, e os que exigirem estudo específico de localização;
17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

MÉDICO VETERINÁRIO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Graduação em Medicina Veterinária, com registro no CFMV.**Padrão Inicial:** R\$ 3.223,65**Atribuições:**

1. Tratar animais lesados ou doentes, realizando tratamento clínico e cirúrgico;
2. Diagnosticar doenças e anomalias em produtos de origem animal;
3. Orientar a população quanto à prevenção e controle de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias de animais, através de difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos;
4. Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos referentes à sua especialidade;
5. Prestar assessoramento quanto as necessidades de alimentação e "habitat" do animais e demais espécies zoológicas;
6. Pesquisar e orientar a preservação da fauna;
7. Elaborar e supervisionar programas de defesa sanitária;
8. Efetuar o controle sanitário de produtos de origem animal em indústrias e locais de comércio;
9. Elaborar receituários e executar a aplicação de medicamentos;
10. Prestar atendimento à programas de vigilância sanitária animal, através de visitas e orientações à criadores pecuaristas;
11. Efetuar palestras de orientação à comunidade;
12. Realizar trabalhos nas áreas de ginecologia, obstetrícia, andrologia e inseminação artificial em animais;
13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar tarefas correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –
MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO****ANALISTA DE ATIVIDADES TURÍSTICAS E CULTURAIS****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em uma das seguintes áreas: Turismo e Hotelaria, História.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Planejar, orientar e executar trabalhos que visem ao desenvolvimento turístico do Município;
2. Proceder ao levantamento e planejar o aproveitamento dos recursos turísticos do Município, bem como estudar as suas potencialidades;
3. Analisar dados turísticos obtidos nos pontos de entrada e saída de turistas;
4. Elaborar dados e informações turísticas consistentes em diagnósticos e análises macroambientais;
5. Coordenar a elaboração do Plano Municipal de Turismo;
6. Planejar campanha de divulgação, visando conscientizar a comunidade das vantagens do desenvolvimento turístico;
7. Manter contato com os órgãos similares de âmbito federal, estadual e municipal, a fim de incentivar o turismo;
8. Manter contato com outros órgãos da administração municipal, estadual e federal, visando à recuperação, conservação e exploração dos recursos turísticos existentes no Município;
9. Estudar, incrementar e colaborar na realização de certames, feiras e exposições em geral;
10. Orientar a organização de festividades populares, a promoção de concursos sobre trabalhos considerados de interesse turístico para o Município e a elaboração de itinerários turísticos;
11. Planejar, analisar e executar eventos turísticos e de lazer de interesse do Município;
12. Colaborar com as empresas de turismo, quando solicitado, em estudos que visem a uma melhor prestação de serviços e ao consequente incremento do turismo no Município;
13. Realizar estudos da conjuntura turística, visando acompanhar o desenvolvimento turístico do Município e a elaboração de políticas públicas de turismo;
14. Acompanhar o desenvolvimento de projetos de implantação turística;
15. Desenvolver pesquisas e elaborar pareceres em matéria de sua especialidade;
16. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho
18. Executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE SOCIAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior de Serviço Social**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação;
2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal;
3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho etc.;
4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se autodeterminem, quanto à vida funcional;
5. Articular junto a outras Secretarias e órgãos do Município a implantação de projetos na área social;
6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais do Município;
7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local;
8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social;
9. Participar na organização e realização de eventos populares;
10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelas mesmas;
11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados, dos grupos, postos de saúde e escolas;
12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, da prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos;
13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos a entidades próprias, providenciando internamento e abrigo;
14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população;
15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente);
16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas e outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida;
17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares que contribuem na execução de trabalhos da área de Serviço Social;
18. Intermediar a relação poder público/comunidade, detectando focos de carência a fim de garantir um atendimento eficaz;
19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas;
20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
21. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
22. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
23. Executar outras atividades correlatas.

BIBLIOTECÁRIO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Biblioteconomia, com registro no CRB.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Executar os serviços de registro, catalogação e classificação de livros, folhetos, periódicos, outros materiais especiais (mapas, filmes etc.) utilizando sistemas específicos para armazenamento e recuperação de informações, colocando-as à disposição dos usuários;
2. Executar serviços de indexação de jornais com matérias de interesse da Administração Municipal;
3. Organizar fichários, catálogos e índices, utilizando ficha padrão para possibilitar busca e recuperação da informação;
4. Efetuar quadro estatístico do movimento da biblioteca;
5. Atender e manter atualizado o controle de pedidos e empréstimos de livros;
6. Supervisionar os trabalhos de encadernação, restauração de livros e demais documentos, prestando orientação técnica para assegurar a conservação do material bibliográfico;
7. Contatar com escolas, postos de saúde e demais setores da municipalidade, visando assessorar o encaminhamento das atividades de rotina, com subsídios bibliográficos ou documentais;
8. Coordenar a realização de cursos para dinamizadores e professores, visando o uso adequado do acervo;
9. Manter intercâmbio de informações com pessoas e órgãos relacionados à área;
10. Auxiliar na Promoção de concursos literários na área de educação e contribuir com as demais atividades educativas na área de saúde e meio ambiente, através de documentação pertinente;
11. Elaborar projetos para a criação, ampliação ou organização de bibliotecas nos diversos órgãos municipais;
12. Implementar métodos de disseminação da informação, visando o estímulo ao hábito da leitura e ao uso da comunicação técnico-científica;
13. Coordenar a distribuição do acervo bibliográfico, mobiliário e material de consumo para bibliotecas dinamizadas;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Bioquímica.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Fazer análise clínica de exsudatos e transudatos humanos, sangue, urina, fezes, liquor e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas;
2. Analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos;
3. Proceder a análise legal de peças anatômicas e de substâncias suspeitas de estarem envenenadas;
4. Efetuar análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da Saúde Pública;
5. Fazer análise de água, como pesquisa de microorganismo e determinações de elementos químicos, valendo-se de técnicas específicas;
6. Participar, conforme a política interna do Município, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
7. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
8. Participar de programa de treinamento, quando convocado;
9. Trabalhar segundo normas técnicas de biosegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
10. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

ENFERMEIRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Enfermagem, com registro no COFEN.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto as equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem;
2. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;
3. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial;
4. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
5. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
6. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes a enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal;
7. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal;
8. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infecto-contagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
9. Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
10. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;
11. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
12. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
14. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
15. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
16. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência;
17. Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
18. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
19. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160);
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

ESPECIALISTA EM MUSEOLOGIA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Museologia ou graduação em Ciências Humanas com habilitação em nível de pós-graduação em Museologia.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Constituir o acervo público municipal, seja recebendo doações, seja adquirindo peças de valor histórico, artístico, cultural ou científico;
2. Promover o intercâmbio com outros museus para aquisição ou empréstimo de peças;
3. Acompanhar a conservação do acervo, preservando-o de fatores como temperatura, umidade, iluminação, produtos químicos inapropriados, insetos etc.;
4. Providenciar a recuperação ou restauração de peças, quando assim o indicar profissional habilitado;
5. Trabalhar com a apresentação de acervos ao público, procurando estimular seu interesse e facilitar a compreensão do conteúdo das exposições;
6. Organizar mostras em conjunto com artistas plásticos e pesquisadores, decidindo quais serão as peças e os documentos a serem apresentados e as técnicas para melhor exibi-los;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atividades correlatas.

FISIOTERAPEUTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Fisioterapia, com registro no COFFITO.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Definir, planejar, organizar, supervisionar, prescrever e avaliar as atividades da assistência fisioterapêutica aos munícipes;
2. Avaliar o estado funcional do paciente, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame de cinesia, funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas;
3. Estabelecer rotinas para a assistência fisioterapêutica, fazendo sempre as adequações necessárias;
4. Solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do paciente;
5. Recorrer a outros profissionais de saúde e/ou solicitar pareceres técnicos especializados, quando necessário;
6. Reformular o programa terapêutico sempre que necessário;
7. Registrar no prontuário do paciente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e a alta em Fisioterapia;
8. Integrar a equipe multidisciplinar de saúde, com participação plena na atenção prestada ao paciente;
9. Colaborar na formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, orientando estágios;
10. Efetuar controle periódico da qualidade e resolufividade do seu trabalho;
11. Elaborar pareceres técnicos especializados;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas.

FONOAUDIÓLOGO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Fonoaudiologia, com registro no CFFA.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição;
2. Participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;
3. Realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição;
4. Realizar aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;
5. Colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras áreas;
6. Projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas;
7. Lecionar teoria e prática fonoaudiológicas;
8. Dirigir serviços de fonoaudiologia no estabelecimento;
9. Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Fonoaudiologia;
10. Assessorar outros órgãos municipais no campo da Fonoaudiologia;
11. Participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;
12. Dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição;
13. Realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária pelo currículo;
14. Exercer atividades vinculadas às técnicas psicomotoras, quando destinadas à correção de distúrbios auditivos ou de linguagem, efetivamente realizado;
15. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

NUTRICIONISTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Nutrição, com registro no CFN.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere às atividades inerentes à alimentação e nutrição;
2. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes as estas consultas;
3. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
4. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional e central, estudos e padronização relativas às atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde;
5. Coordenar e supervisionar os programas de suplementação alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais instituições envolvidas no programa, Segundo as diretrizes Municipais de Saúde;
6. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos, do número de beneficiários, dos desligamentos etc., às demais entidades envolvidas no programa;
7. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes municipais de saúde;
8. Participar de projetos de pesquisa que envolvam a ciência da nutrição;
9. Emitir parecer técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados a área de alimentação e nutrição;
10. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene e conservação dos mesmos;
11. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados;
12. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplementação alimentar e assemelhados, e inspecionar o seu cumprimento;
13. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene;
14. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados;
15. Estudar os hábitos alimentares e o estado nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

PSICÓLOGO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Psicologia.**Padrão Inicial:** R\$ 2.691,94**Atribuições:**

1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores;
2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal;
3. Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores;
4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho;
5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido;
6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem;
7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores;
8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento;
9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos;
10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde;
11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental;
12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos;
13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade;
14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas;
15. Participar de estudos de ervas medicinais;
16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas;
17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade;
18. Participar de estudos de técnicas grupais;
19. Supervisionar as atividades de estagiários de psicologia;
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT
– ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO****GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO – MODALIDADE OPERACIONAL****TÉCNICO AGRÍCOLA**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico Agrícola.

Padrão Inicial: R\$ 1.630,64

Atribuições:

1. Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
2. Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
3. Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
4. Dar assistência técnica na compra, e utilização de produtos e equipamentos especializados;
5. Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;
6. Executar e conduzir diretamente a execução técnica de trabalhos profissionais referentes a instalação, montagens e operações;
7. Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, sob a supervisão de um profissional de nível superior, exercendo dentre outras as seguintes tarefas: coleta de dados de natureza técnica; desenho de detalhes e de representação gráfica de cálculo; elaboração de orçamento de materiais, equipamentos, instalações e mão-de-obra; detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança; aplicação de normas técnicas concorrentes aos respectivos processos de trabalho; execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos; regulação de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos;
8. Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparos de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;
9. Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamento e materiais especializados, limitada a prestação de informações quanto as características técnicas e de desempenho;
10. Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos e detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projeto;
11. Ministrando disciplina técnica, atendida a legislação específica em vigor;
12. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e conforme a necessidade do município, desde que solicitadas pelo seu superior;
13. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE AGRIMENSURA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio - Técnico em Agrimensura.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Efetuar levantamentos topográficos e planialométricos de terrenos para fins de desmembramentos, permutas, desapropriações, atualizações de confrontações e medidas, doações, alinhamentos para fins de edificações, construções de muros e calçadas, locações de obras, elaborando esboços e plantas;
2. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e conforme a necessidade do Município, desde que solicitadas pelo seu superior;
3. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
4. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
5. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE CADASTRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio - Técnico em Cadastro**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Executar atividades de manutenção dos cadastros geográficos, redes e munícipes;
2. Consolidar a atualização dos cadastros através de dados oriundos das áreas operacional e comercial;
3. Levantar informações de expansão de redes, crescimento vegetativo, substituição de redes de água e redes de esgoto e unidades operacionais;
4. Atualizar a base, através do sistema de cadastro, com informações referentes a localidades, bairros, logradouros e outros;
5. Validar os dados existentes nos cadastros;
6. Elaborar relatórios específicos dos cadastros;
7. Elaborar mapas temáticos e croquis através do sistema de geoprocessamento;
8. Elaborar e executar roteiros de serviços;
9. Gerar impressões e cópias de mapas para atendimento às áreas do município;
10. Executar atividades conforme padrões da área de atuação.
11. Executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade;
12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio - Técnico em Edificações.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Desenvolver, sob supervisão, atividades na área de edificações;
2. Realizar estudos no local das obras, procedendo a medições, analisando amostras de solo e efetuando cálculos para auxiliar a preparação de plantas e especificações destinadas à construção, reparo e conservação de edifícios e outras obras de engenharia civil;
3. Executar esboços e desenhos técnicos estruturais; preparar estimativas detalhadas sobre quantidade e custo de mão-de-obra, efetuando cálculos referentes a materiais, pessoal e serviços;
4. Promover a inspeção dos materiais, estabelecendo testes a serem realizados, de acordo com as especificações e o emprego de cada material para controlar a qualidade e observância das especificações;
5. Executar levantamentos e pesquisas, coleta de dados e registro de observações relativas a solos, construções, equipamentos, aparelhos, materiais e instalações em geral;
6. Identificar problemas que surjam, aplicando conhecimentos teóricos e práticos sobre construção, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, para assegurar o desenvolvimento dos trabalhos; emitir relatório periódico sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito de irregularidades encontradas;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO ELETRECISTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio - Técnico em Eletricidade ou Eletrotécnica.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Fazer a instalação elétrica em qualquer etapa do processo de geração, transmissão ou distribuição de eletricidade;
2. Realizar manutenções, inspecionar e testar equipamentos e estruturas, diagnosticando causas de problemas e implementando soluções para sua correção;
3. Projetar e executar sistemas de aterramento e de proteção de descargas elétricas;
4. Planejar métodos e sequências de operações para testar e desenvolver sistemas elétricos;
5. Supervisionar sistemas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade;
6. Realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão;
7. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos de iluminação de cenários ou palcos do Município;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO –
MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA**

TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico em Higiene Dental

Padrão Inicial: R\$ 1.250,00

Atribuições:

1. Participar do treinamento de atendentes de consultórios dentários;
2. Colaborar nos programas educativos de saúde bucal;
3. Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos;
4. Educar e orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre prevenção e tratamento das doenças bucais;
5. Fazer a demonstração de técnicas de escovação;
6. Supervisionar, sob delegação, o trabalho das atendentes de consultórios dentários;
7. Proceder à conservação e a manutenção do equipamento odontológico;
8. Instrumentar o cirurgião dentista junto a cadeira operatória;
9. Fazer a tomada e revelação de radiografias;
10. Realizar testes de vitalidade pulpar;
11. Realizar a remoção de indutos, placas e cálculos supragengivais;
12. Inserir e condensar substâncias restauradas;
13. Proceder a limpeza e anti-sepsia do campo operatório antes e após os atos cirúrgicos bem como remover suturas;
14. Preparar materiais restauradores de modelagens, confeccionar modelos e preparar molduras;
15. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Nível Médio - Técnico em Vigilância Sanitária

Padrão Inicial: R\$ 1.250,00

Atribuições:

1. Desenvolver atividades de controle, fiscalização de produtos e serviços;
2. Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;
3. Promover a educação sanitária e ambiental;
4. Monitorar o meio ambiente, privilegiando ações educativas com a população, quanto aos seus direitos e deveres;
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio - Técnico em Informática**Padrão Inicial:** R\$ 1.250,00**Atribuições:**

1. Analisar, detectar, diagnosticar e resolver problemas em geral referente a questões de hardware e software;
2. Realizar a manutenção e configuração de equipamentos de rede (intranet e Internet);
3. Instalar, configurar e dar manutenção em Sistemas Operacionais, software aplicativos e sistemas gestores de bancos de dados;
4. Instalar, configurar e dar manutenção em redes de computadores;
5. Possuir noções básicas de elétrica e eletrônica, capacidade de identificação de defeitos e possíveis reparos técnicos;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio e Formação Profissional mínima de Nível Técnico em Radiologia, nos termos das Leis 7.394/85, 10.508/02 e alterações.**Padrão Inicial:** R\$ 1.250,00**Atribuições:**

1. Realizar exames radiológicos sob a supervisão do médico radiologista;
2. Operar a câmara escura para revelação de filmes, carregamento de chassis e reposição de material para as atividades diárias;
3. Realizar trabalhos em câmara clara classificando películas radiográficas quanto à identificação e qualidade de imagem, controlando filmes gastos e eventuais perdas, e registrando o movimento de exames para fins estatísticos e de controle;
4. Encaminhar os exames realizados para o médico radiologista para fins de elaboração de laudo;
5. Participar de plantões diurnos e noturnos e de atividades diárias;
6. Realizar exames na clínica radiológica para pacientes ambulatoriais e de emergência;
7. Exercer as atividades de sua área de acordo com a conveniência do serviço;
8. Operar aparelhos de Raio-X, acionando seus comandos e observando instruções de funcionamento para provocar a descarga de radioatividade correta sobre a área a ser radiografada;
9. Selecionar chapas e filmes a serem utilizados, de acordo com o tipo de radiografia, ajustando-as no chassi do aparelho, fixando letras e números radiopacos, para bater radiografias;
10. Preparar pacientes, observando a correta posição do corpo no aparelho, utilizando técnicas a cada tipo de exame, medindo distâncias para focalização, visando obter chapas nítidas;
11. Revelar chapas e filmes radiológicos em câmara escura submetendo-os a processo apropriado de revelação, fixação e secagem e encaminhamento ao médico para leitura;
12. Controlar radiografias realizadas, registrando números, discriminando tipos e requisitantes;
13. Zelar pela conservação e manutenção do aparelho de Raio-X e componentes, solicitar material radiográfico, identificando e comunicando problemas à supervisão;
14. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo, Curso de Técnico em Segurança do Trabalho reconhecido pelo MEC; possuir registro no Ministério do Trabalho; Registro no Conselho Regional de Classe; Conhecimento básico em informática.**Padrão Inicial:** R\$ 1.250,00**Atribuições:**

1. Elaborar, conhecer e implementar programas de prevenção de acidentes;
2. Inspeccionar locais e avaliar as condições de segurança das instalações e emitir pareceres com recomendações de medidas corretivas;
3. Analisar acidentes do trabalho ocorridos, identificando suas causas e emitir propostas de melhorias das condições de segurança;
4. Recomendar e especificar equipamento de proteção individual e coletiva, bem como treinar os trabalhadores quanto ao seu uso;
5. Ministrar treinamentos, inspecionar locais, instalações e equipamentos dos órgãos municipais;
6. Propor medidas de proteção de caráter coletivo, antecipando-se aos riscos ocupacionais;
7. Elaborar e implementar programas de controle de higiene ocupacional e de prevenção de riscos ergonômicos;
8. Identificar e avaliar, utilizando-se das técnicas e dos equipamentos próprios, os riscos relacionados aos agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, propondo medidas de controle;
9. Fiscalizar a execução das políticas de acidentes; executar tarefas para melhorar as condições de saúde e bem estar dos servidores; executar outras atribuições afins;
10. Planejar a política de saúde e segurança do trabalho; diagnosticar condições gerais da área de SST e desenvolver sistema de gestão de SST;
11. Controlar licenças para tratamento de saúde dos servidores, perícias médicas, altas médicas, retorno ao trabalho, exames admissionais e demissionais;
12. Fazer cumprir o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho) e controlar a incidência e o direito a insalubridades, periculosidades e o uso de EPI pelos servidores;
13. Emitir relatórios e documentos previdenciários;
14. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
19. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
20. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO –
MODALIDADE SERVIÇOS****TÉCNICO DE ENFERMAGEM****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.**Padrão Inicial:** R\$ 1.017,87**Atribuições:**

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;
11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
14. Participar da equipe de saúde;
15. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;
16. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
17. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.017,87**Atribuições:**

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
5. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
6. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a: nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis e efetuando registro em fichas e livros;
7. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades;
8. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
9. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
10. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
13. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL ANM –
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO****GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL –
MODALIDADE ADMINISTRATIVA****AGENTE ADMINISTRATIVO II**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Médio Completo.

Padrão Inicial: R\$ 1.025,00

Atribuições:

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Recepcionar clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
3. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
4. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
5. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
6. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
7. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
8. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
9. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples;
10. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
11. Informar processos administrativos;
12. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
13. Assistir Superiores;
14. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
15. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
18. Executar tarefas correlatas.

AGENTE DE DESENHOS E PROJETOS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.025,00**Atribuições:**

1. Elaborar desenhos;
2. Trabalhar na geração de planta baixa, cortes, perspectivas, fachadas, imagens renderizadas, adição de luzes, criação de cenas a partir do modelo 3D (Arqui3D);
3. Desenvolver a configuração do espaço do papel;
4. Criar e mudar a escala de viewports;
5. Mudar o tamanho e escala de desenhos de viewports;
6. Fazer referências externas a outros desenhos;
7. Criar e adicionar blocos e atributos;
8. Trabalhar na geração de arquivos de plotagem (plt) e plotagem dos arquivos a partir do ambiente MS-DOS;
9. Confeccionar projetos utilizando-se de coordenadas absolutas e polares;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE SOCIAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.025,00**Atribuições:**

1. Desenvolver a ação comunitária, a organização popular, onde os membros da comunidade desenvolvem as alternativas e soluções possíveis, na tentativa de acionar um processo de transformação da sua realidade, ficando o agente como: assessor, mediador, facilitador e educador nos possíveis processos de mudança;
2. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
3. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
4. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL –
MODALIDADE CULTURA****MONITOR DE OFICINA DE VIOLINO****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio Completo e Curso de Música, comprovado através de certificado com habilitação musical em Violino, com mínimo de 300 horas-aula.**Padrão Inicial:** R\$ 882,10**Atribuições:**

1. Ensinar musicalização e utilização de violino nas escolas de música oferecidas pelo Município à população;
2. Planejar e ministrar aulas de violino;
3. Avaliar a evolução do conhecimento musical dos seus respectivos alunos;
4. Cuidar dos instrumentos musicais utilizados em aula;
5. Supervisionar o adequado uso dos instrumentos musicais pelos alunos;
6. Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da área musical e correlata;
7. Participar e colaborar com eventos públicos municipais, divulgando a cultura musical do violino;
8. Participar de oficinas musicais promovidas pelas Secretarias da Administração Municipal, junto às escolas municipais;
9. Emitir relatórios referentes às aulas de violino ministradas, bem como históricos referentes aos alunos;
10. Participar de eventos escolares;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

MONITOR DE OFICINA DE VIOLONCELO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Nível Médio Completo e Curso de Música, comprovado através de certificado com habilitação musical em Violoncelo, com mínimo de 300 horas-aula.**Padrão Inicial:** R\$ 882,10**Atribuições:**

13. Ensinar musicalização e utilização de violoncelo nas escolas de música oferecidas pelo Município à população;
14. Planejar e ministrar aulas de violoncelo;
15. Avaliar a evolução do conhecimento musical dos seus respectivos alunos;
16. Cuidar dos instrumentos musicais utilizados em aula;
17. Supervisionar o adequado uso dos instrumentos musicais pelos alunos;
18. Participar da promoção e coordenação de reuniões, encontros, seminários, cursos, eventos da área musical e correlata;
19. Participar e colaborar com eventos públicos municipais, divulgando a cultura musical do violoncelo;
20. Participar de oficinas musicais promovidas pelas Secretarias da Administração Municipal, junto às escolas municipais;
21. Emitir relatórios referentes às aulas de violoncelo ministradas, bem como históricos referentes aos alunos;
22. Participar de eventos escolares;
23. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
24. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL –
MODALIDADE OPERACIONAL****CHEFE DE EQUIPE ESTÁVEL****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Acompanhar e supervisionar os trabalhos das equipes de pavimentação, tubulação de redes pluviais, drenagem, cascalhamento das vias públicas etc., nas novas obras e nas de recuperação;
2. Providenciar material e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades referentes às obras sob sua chefia;
3. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
4. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
5. Executar outras atividades correlatas.

MECÂNICO SUPERVISOR GERAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.630,64**Atribuições:**

1. Trabalhar na administração e manutenção de infraestrutura operacional da oficina;
2. Supervisionar a prestação de serviços dos mecânicos;
3. Controlar as operações de compra de peças, recebimento de entradas e saídas de materiais diversos e demais atividades pertinentes ao setor;
4. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
5. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
6. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL –
MODALIDADE TRANSPORTES****MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS
PEQUENOS**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Médio Completo - CNH – conforme CBT

Padrão Inicial: R\$ 1.225,43

Atribuições:

1. Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
8. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
9. Executar pequenas atividades administrativas como encaminhar ou buscar orçamentos, levar e buscar documentos cartoriais, judiciais e outros do gênero dentro e fora do Município, assinando, se necessário, dando a contra fé como servidor público;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar tarefas correlatas.

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo. - CNH – conforme CBT**Padrão Inicial:** R\$ 1.225,43**Atribuições:**

1. Dirigir veículos de ambulância;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
8. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
9. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatorios, hospitais e outros locais pertinentes;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas;

MOTORISTA III – ONIBUS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.- CNH – conforme CBT**Padrão Inicial:** R\$ 1.225,43**Atribuições:**

1. Dirigir veículos de transporte coletivo de pessoas;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do município;
8. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior do ônibus auxiliando-as a adentrar para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes;
9. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros quando solicitados;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I – ANFC –
ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO****GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I –
MODALIDADE ADMINISTRATIVA****AGENTE ADMINISTRATIVO I**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 753,94

Atribuições:

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Recepcionar clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
3. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
4. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
5. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
6. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
7. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
8. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
9. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples;
10. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
11. Informar processos administrativos;
12. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
13. Assistir Superiores;
14. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
15. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar tarefas correlatas.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 753,94

Atribuições:

1. Prestar apoio aos serviços administrativos;
2. Receber, registrar, arquivar e encaminhar documentos;
3. Dar atendimento às solicitações de empregados e do público em geral;
4. Preencher, quando necessário, requisições e formulários;
5. Controlar e requisitar material de expediente;
6. Executar serviços de datilografia e digitação, copiando textos e preenchendo quadros, tabelas, fichas e documentos diversos;
7. Efetuar lançamentos simples em livros de registros;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

AUXILIAR DE DESENHISTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 753,94**Atribuições:**

1. Auxiliar na criação de projetos arquitetônicos, desenhista de cad (projetos de prefeitura, executivos, projetos de layout, detalhamentos) e serviços gerais de escritório;
2. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
3. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
4. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

FOTÓGRAFO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 753,94**Atribuições:**

1. Manejar câmeras fotográficas e acessórios com o objetivo de tirar fotografias, retratando pessoas, paisagens, objetos ou outros temas que atendam a objetivos diversos do Município;
2. Fotografar, em preto e branco ou colorido, de acordo com estilo e gênero orientados, tendo conhecimentos sobre disposição de refletores, escolha de fundos apropriados, regulagem de câmera, utilização de fotômetro, enfim, tudo o que determina a obtenção de um efeito harmonioso nas fotografias dentro dos padrões desejados;
3. Registrar eventos e acontecimentos importantes relacionados ao Município;
4. Tirar fotografias para compor dossiês, relatórios, painéis educativos, álbuns ou qualquer outro trabalho que demande ilustrações;
5. Trabalhar junto à assessoria de comunicação social do Município, auxiliando atividades relacionadas com imagens fotográficas, inclusive acompanhando o trabalho de outros fotógrafos ou da imprensa em geral;
6. Guardar e zelar pelo equipamento fotográfico, além de catalogar e arquivar as imagens produzidas;
7. Revelar, retocar negativos e tirar cópias quando necessário;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar tarefas correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I –
MODALIDADE SERVIÇOS****CHEFE DE ESCRITÓRIO**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 1.017,87

Atribuições:

1. Supervisionar as rotinas administrativas;
2. Coordenar serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc.;
3. Organizar documentos e correspondências;
4. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
5. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
6. Executar tarefas correlatas.

DATILÓGRAFO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.017,87**Atribuições:**

1. Transcrever à máquina documentos tais como: atas, ofícios, comunicações internas, cartas, correspondências etc.;
2. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
3. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
4. Executar tarefas correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I –
MODALIDADE CONTÁBIL****AUXILIAR DE CONTABILIDADE**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 1.630,64

Atribuições:

1. Auxiliar na escrituração de livros contábeis, anotando corretamente os dados contidos nos documentos originais, para cumprir as exigências legais e administrativas;
2. Auxiliar na classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas, para apropriar custos de bens e serviços e para registrar dados contábeis;
3. Auxiliar nos trabalhos de análise, e conciliação de contas conferindo os saldos, para assegurar a correção das operações contábeis;
4. Elaborar quadros demonstrativos, relatórios e tabelas, compilando dados contábeis e efetuando cálculos segundo a orientação da chefia e com base em informações de arquivos, fichários e outros;
5. Operar máquinas de contabilidade, acionando seus dispositivos para efetuar lançamentos contábeis;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar tarefas correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I –
MODALIDADE CULTURA****REGENTE DE BANDA**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 1.017,87

Atribuições:

1. Planejar o ensino da música e promovê-lo através de aulas;
2. Programar e realizar ensaios;
3. Reger as apresentações da Banda de Música Municipal;
4. Escolher, juntamente com o Secretário Municipal de Turismo e Cultura, o repertório adequado para cada apresentação da Banda de Música Municipal;
5. Controlar a disciplina dos instrumentistas, bem como a conservação dos instrumentos musicais e outros objetos pertencentes à Banda de Música Municipal;
6. Suspender ou excluir instrumentistas, mediante autorização da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, quando faltarem às aulas, ensaios e apresentações sem justificativa plausível ou, ainda, se praticarem atos de indisciplina;
7. Informar a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura as necessidades de aquisições de instrumentos musicais e outros materiais indispensáveis ao adequado funcionamento das aulas, ensaios e apresentações da Banda de Música Municipal, além das questões dos reparos dos equipamentos musicais;
8. Efetuar, anualmente, o inventário dos bens pertencentes ao Município, encaminhando-o à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
9. Promover o bom relacionamento entre os instrumentistas;
10. Informar a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura as atividades em andamento da Banda de Música Municipal e, quando necessário, os fatos que ultrapassem as suas competências;
11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
13. Executar tarefas correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I – MODALIDADE MANUTENÇÃO
DO PATRIMÔNIO PÚBLICO****MARROEIRO**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 753,94

Atribuições:

1. Executar serviços gerais em setores designados pela chefia;
2. Atuar como trabalhador braçal, auxiliando nos serviços gerais, preparando e descarregando veículos;
3. Transportar material de um local para outro, inclusive, carregando e descarregando veículos;
4. Executar tarefas manuais e rotineiras que exigem esforços físicos;
5. Executar serviços de limpeza, manutenção e/ou organização da pedreira;
6. Auxiliar nos trabalhos relativos à extração e ao transporte de pedras;
7. Assentar pedras irregulares;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Desempenhar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I – MODALIDADE MANUTENÇÃO
DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO I****CARPINTEIRO**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 1.339,04

Atribuições:

1. Preparar canteiro de obras e montar formas para alvenaria; especificar materiais e equipamentos; isolar área com tapume e organizar posto de trabalho; locar eixos da construção (pilares e parede); conferir esquadro, prumo e nível (forro, pilar, viga); separar peças e painéis conforme projeto de montagem de formas e fazer seu gabarito; fazer painéis de forma usando pregos e distribuir cavaletes para viga conforme projeto; acompanhar concretagem, reparando formas, se necessário;
2. Confeccionar formas de madeira, telhados e forros de laje (painéis) para construção civil; montar escoramento de forro de laje e longarinas e barrotes para apoio de forro de laje; construir andaimes, bandejas salva-vidas, proteção provisória de escadas, proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado, além de escorar lajes de grandes vãos;
3. Montar e assentar portas e esquadrias; executar serviços tais como: desmonte de andaimes, seleção de materiais reutilizáveis, armazenamento de peças e equipamentos;
4. Confeccionar e reformar móveis; operar máquinas de marcenaria, tais como: topia, plaina, máquina circular, serra de fita, desengrosso, lixadeira e furadeira; executar serviços de marcenaria, tais como: montagem e desmontagem de mobiliários e divisórias, consertos de móveis, fabricação de móveis em geral; executar serviços de carpintaria, tais como: desdobro de madeira, engradamentos, fabricação e instalação de marcos de portas e portões;
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

MARCENEIRO

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 1.339,04

Atribuições:

1. Executar serviços relativos à marcenaria como: fabricar, consertar e restaurar produtos de madeira e derivados;
2. Colocação de molduras em quadros e mapas;
3. Executar serviços de construção e colocação de madeira em obras;
4. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
5. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
6. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE TRATOR**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.339,04**Atribuições:**

1. Inspecionar tratores e veículos similares, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
2. Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar peças, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário para manutenção de tratores;
3. Revisar motores e peças diversas de tratores, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
4. Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, barra de sustentação e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular de tratores;
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

MECÂNICO DE MÁQUINAS EM GERAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.339,04**Atribuições:**

1. Inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
2. Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
3. Revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
4. Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
5. Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
6. Fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

SOLDADOR (MECÂNICO)**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.339,04**Atribuições:**

1. Executar trabalhos de cortes e solda de peças metálicas;
2. Saber ler desenhos elementares em perspectiva;
3. Realizar serviços de solda elétrica e de oxigênio;
4. Regular o equipamento de solda, determinando a amperagem e a voltagem adequadas, de acordo com o trabalho a executar;
5. Carregar e limpar geradores de acetileno;
6. Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos típico da classe, inclusive quanto as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Executar outras atribuições afins.

TORNEIRO MECÂNICO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 1.339,04**Atribuições:**

1. Preparar, regular e operar máquinas e ferramentas para usinar peças metálicas e similares;
2. Regular os mecanismos do torno, estabelecendo a velocidade ideal, graduando os dispositivos de controle automático e controlando o fluxo de lubrificante sobre o gume da ferramenta;
3. Interpretar desenhos, esboços, modelos, especificações e outras informações para planejamento das tarefas;
4. Selecionar os instrumentos de medição tais como calibradores, micrômetro, esquadro, brocas, mandris etc.;
5. Examinar as peças produzidas, observando a precisão e acabamento das mesmas através de instrumentos de medição e controle;
6. Afiar as ferramentas de corte utilizadas;
7. Executar serviços de solda em geral;
8. Colaborar em programas e em projetos dando suporte técnico;
9. Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
10. Participar de programa de treinamento, quando convocado;
11. Aplicar procedimentos de segurança e de preservação do meio ambiente;
12. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I – MODALIDADE
MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II**

SUPERVISOR DE SERVIÇOS DE CAMPO

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 2.691,94

Atribuições:

6. Acompanhar e supervisionar os trabalhos das equipes de pavimentação, tubulação de redes, drenagem, cascalhamento das vias públicas etc., nas novas obras e nas de recuperação no interior do Município;
7. Providenciar material e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades referentes às obras sob sua chefia;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I –
MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE****AGENTE OPERACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo.

Padrão Inicial: R\$ 753,94

Atribuições:

1. Orientar e vistoriar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária;
2. Promover a educação sanitária e ambiental;
3. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
4. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
5. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE SAÚDE PÚBLICA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Médio Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 753,94**Atribuições:**

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
5. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
6. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a: nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis e efetuando registro em fichas e livros;
7. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades;
8. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
9. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
10. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
13. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OCUPACIONAL II – ANFI CARGO
DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO****GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II –
MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO****AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Padrão Inicial: R\$ 622,28

Atribuições:

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
9. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;
10. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
11. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
12. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
13. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
14. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
15. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
16. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
17. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
18. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências,

encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;

19.Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;

20.Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;

21.Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;

22.Elaborar pedidos de material para merenda;

23.Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;

24.Receber, guardar os alimentos recebidos;

25.Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;

26.Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

27.Executar outras atividades correlatas.

AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar depredações, pixações, algazarras, entrada de pessoas estranhas, roubos e prevenir incêndios e outros danos;
2. Vigiar parques, praças e reservas do meio ambiente;
3. Controlar a movimentação de pessoas, veículos e materiais;
4. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
5. Atender os visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados;
6. Investigar todas as condições anormais que tenha observado;
7. Comunicar a pessoa ou órgão competente, informando das ocorrências do seu setor, para permitir a tomada de providências adequadas a cada caso;
8. Responder as chamadas telefônicas e anotar recados;
9. Cumprir todas as determinações emanadas de seu superior hierárquico e;
10. Executar outras atividades correlatas.

ALMOXARIFE

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Padrão Inicial: R\$ 622,28

Atribuições:

1. Recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais em almoxarifado, armazém e depósitos;
2. Fazer os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlar os estoques;
3. Distribuir produtos e materiais a serem expedidos;
4. Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE AGRIMENSURA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Auxiliar em tarefas de topografia, manejando níveis, balizas e outros instrumentos de medição, para determinação de altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas, referências de nível e outras características da superfície terrestre;
2. Efetuar levantamento da rede de distribuição de água, esgoto, luz etc.;
3. Colaborar no balizamento, efetuando a colocação de estacas e as medições de distâncias a trena;
4. Auxiliar na organização de arquivos e orientação do envio e recebimento de documentos pertinentes à sua área de atuação;
5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

28. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
29. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
30. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
31. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
32. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
33. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
34. Preparar e servir chá, café ou água;
35. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
36. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;
37. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
38. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
39. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
40. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
41. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
42. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
43. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
44. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
45. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
46. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
47. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
48. Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;
49. Elaborar pedidos de material para merenda;
50. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
51. Receber, guardar os alimentos recebidos;
52. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
53. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
54. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR OPERACIONAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia;
2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros;
3. Carregar e descarregar viaturas em geral;
4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, roçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos;
5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos;
6. Auxiliar na implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função;
7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos;
8. Auxiliar calceteiros e pedreiros no preparo de argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferramentas peculiares ao trabalho;
9. Executar serviços de limpeza de terrenos;
10. Auxiliar carpinteiros e encanadores na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares;
11. Auxiliar o trabalho de operação da usina de asfalto limpando e/ou untando com óleo rolos, telas do silo, caminhões e alimentado o silo manualmente com brita e areia quando necessário;
12. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários;
13. Auxiliar o mecânico nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais;
14. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

CALCETEIRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Recompôr a pavimentação das vias públicas;
2. Pavimenta solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrindo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos;
3. Compactar e preparar o nivelamento do solo;
4. Marcar com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material;
5. Preparar o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
6. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a para encaixá-las em seu lugar;
7. Recobrir junções, preenchendo-se com pedrisco ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
8. Fazer a limpeza dos logradouros, removendo sobras de materiais;
9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar outras tarefas correlatas.

COVEIRO

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Padrão Inicial: R\$ 622,28

Atribuições:

1. Auxiliar nos serviços funerários;
2. Construir, preparar, limpar, abrir e fechar sepulturas;
3. Realizar sepultamento e exumar cadáveres;
4. Trasladar corpos e despojos;
5. Conservar cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho;
6. Zelar pela segurança do cemitério;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras tarefas correlatas.

FRENTISTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Realizar o abastecimento de veículos, operando bomba de combustível;
2. Registrar em fichas próprias, a quantidade de combustível, de entrada e saída, preenchendo os formulários necessários;
3. Fazer relatório periódico para prestação de contas do combustível utilizado;
4. Executar a limpeza da latria e do motor de veículos leves e pesados, utilizando produtos adequados;
5. Manter o local de trabalho limpo e organizado;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

JARDINEIRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Zelar pela manutenção e pela limpeza de vasos e jardins do Município;
2. Introduzir sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;
3. Efetuar o preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais;
4. Realizar tratos culturais, além de preparar o solo para plantio;
5. Executar serviços de poda, de adubação e de mudanças de vasos;
6. Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
7. Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços;
8. Fazer manutenção de áreas gramadas, utilizando instrumentos manuais, mecânicos ou elétricos;
9. Trabalhar na conservação das plantas;
10. Auxiliar na aplicação de inseticidas e fungicidas;
11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
13. Executar outras atividades correlatas.

PINTOR LETRISTA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar moldes a mão livre e aplicar, com o uso do modelo, letreiros, emblemas, dísticos, placas, etc.;
2. Executar trabalhos de pintura em interiores e exteriores;
3. Pintar veículos;
4. Preparar tintas e vernizes em geral; combinar tintas de diferentes cores;
5. Preparar superfícies para pintura; remover e retocar pinturas;
6. Laquear e esmaltar objetos de madeira, metal, portas, janelas, paredes, estruturas, etc.;
7. Pintar postes de sinalização, meios-fios, faixas de rolamentos, etc.;
8. Lixar e fazer tratamento anticorrosivo;
9. Abrir lustro com polidores;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

TRABALHADOR BRAÇAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar serviços braçais tais como carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, trabalho braçal;
2. Executar cavação e compactação de valetas, confecção de cercas, plantio e colheita;
3. Executar serviços de aterro e desaterro;
4. Fazer carregamento e descarregamento de caminhões;
5. Carregar terra, areia e entulhos em caminhões;
6. Realizar trabalhos de limpeza, varrição, capinação, roçagem;
7. Executar serviços auxiliares de alvenaria, pintura e obras;
8. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
9. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
10. Executar outras atividades correlatas.

VIGIA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Completo.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar depredações, pixações, algazaras, entrada de pessoas estranhas, roubos e prevenir incêndios e outros danos;
2. Vigiar parques, praças e reservas do meio ambiente;
3. Controlar a movimentação de pessoas, veículos e materiais;
4. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
5. Atender os visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados;
6. Investigar todas as condições anormais que tenha observado;
7. Comunicar a pessoa ou órgão competente, informando das ocorrências do seu setor, para permitir a tomada de providências adequadas a cada caso;
8. Responder as chamadas telefônicas e anotar recados;
9. Cumprir todas as determinações emanadas de seu superior hierárquico;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

VIVEIRISTA FLORESTAL**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar trabalhos de preparar a terra, arando-a, adubando-a, irrigando-a e efetuando outros tratos necessários, para proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos e outras plantas;
2. Introduzir sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal;
3. Efetuar o preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais;
4. Realizar tratos culturais, além de preparar o solo para plantio;
5. Cultivar e manter mudas, plantas e flores ornamentais;
6. Usar técnicas e processos adequados para executar seus serviços;
7. Trabalhar na conservação das plantas;
8. Auxiliar na aplicação de inseticidas e fungicidas;
9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar outras atividades correlatas.

ZELADOR**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar trabalhos externos, braçais ou não, desde que não exijam especialização, limpeza do local que seja determinado, em especial a urbana, manter em ordem o local de trabalho, bem como outros que a estes sejam correlatos, prestar serviços de apoio, transporte e conservação de estradas e outros;
2. Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a estética e apresentação do local, atender aos cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-lo;
3. Executar serviços de limpeza urbana, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores;
4. Carregar e descarregar veículos em geral, transportar mercadorias e materiais de construção, bem como todos os demais serviços braçais que sejam necessários desde que determinada sua execução por superior;
5. Fazer mudanças. Proceder à abertura de valas. Efetuar serviços de capina em geral, coletar lixo, varrer, lavar e remover o lixo e detritos das ruas e prédios municipais.
6. Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais;
7. Executar faxinas em geral nos bens públicos;
8. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando quando necessário, as autorizações do ingresso. Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso, estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente.
9. Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado no local de trabalho;
10. Responder as chamadas telefônicas e anotar recados;
11. Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada;
12. Acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções;
13. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II – MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO**AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Padrão Inicial: R\$ 1.339,04

Atribuições:

1. Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrindo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar-lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos;
2. Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrindo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças;
3. Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrindo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra;
4. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
5. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
6. Executar outras atividades correlatas.

BORRACHEIRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 1.339,04**Atribuições:**

1. Realizar trabalhos braçais que exijam conhecimento em borracharia;
2. Conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos;
3. Executar tarefas, tais como: confecção e conserto de capas e estofados;
4. Acender forjas; vulcanizar e recauchutar pneus e câmaras;
5. Engraxar, lubrificar e zelar pelo funcionamento e limpeza de equipamentos, veículos e máquinas utilizados ou em uso;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

PEDREIRO**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 1.339,04**Atribuições:**

1. Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares;
2. Verificar as características da obra, examinando a planta e especificações, para orientar se na escolha do material apropriado e na melhor forma de execução do trabalho;
3. Misturar cimento, areia e água, dosando as quantidades de forma adequada, para obter a argamassa a ser empregada no assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais afins;
4. Construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para formar a base de paredes, muros e construções similares;
5. Assentar tijolos, ladrilhos ou pedras, superpondo-os em fileiras horizontais ou seguindo os desenhos e formas indicadas e unindo-os com argamassa, para levantar paredes, vergas, pilares, degraus de escada e outras partes da construção;
6. Rebocar as estruturas construídas, empregando argamassa de cal ou cimento e areia e atentando para o prumo e nivelamento das mesmas, para torná-las aptas a outros tipos de revestimento;
7. Proceder à aplicação de camadas de cimento ou ao assentamento de ladrilhos ou material similar, utilizando processos apropriados, para revestir pisos e paredes;
8. Aplicar uma ou várias camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificação, utilizando pá, colher de pedreiro ou outro instrumento apropriado, para dar a essas partes acabamento mais esmerado;
9. Construir bases de concreto ou de outro material, baseando se nas especificações, para possibilitar a instalação de máquinas, postes de rede elétrica e para outros fins;
10. Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças e chumbando bases danificadas, para reconstruir essas estruturas;
11. Poder armar e desmontar andaimes de madeira ou metálicos para execução da obra desejada;
12. Responsabilizar-se pela qualidade das obras que executa, observando as normas da boa técnica e usando corretamente suas ferramentas;
13. Executar trabalhos de construção e reformas em bueiros, pontilhões, pontes, muros, abrigos, bocas de lobo, banheiro, edificações de madeira e em alvenaria;
14. Fazer a limpeza dos logradouros, removendo sobras de materiais;
15. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II –
MODALIDADE SERVIÇOS****ATENDENTE DE CRECHE**

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Padrão Inicial: R\$ 622,28

Atribuições:

1. Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas;
2. Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da entidade;
3. Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal como
 - a) Tomar banho;
 - b) Trocar fraldas e roupas;
 - c) Escovar os dentes;
 - d) Servir as crianças e auxiliar as crianças menores a se alimentarem;
4. Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora;
5. Observar a saúde e o bem-estar das crianças;
6. Ministrar medicamentos conforme prescrição médica;
7. Prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência;
8. Orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes os acontecimentos do dia;
9. Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorrida;
10. Vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento;
11. Apurar a frequência diária ou mensal dos menores;
12. Receber e acompanhar as crianças até o portão de entrada da entidade;
13. Proporcionar um ambiente agradável para a hora do soninho dos bebês e de outras crianças que necessitarem;
14. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

MERENDEIRA

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

Padrão Inicial: R\$ 622,28

Atribuições:

1. Efetuar o cozimento dos alimentos para merenda dos alunos, limpeza do local que seja determinado, em especial as Unidades Escolares e Creches Municipais, manter em ordem o local de trabalho, bem como outros que a estes sejam correlatos, prestar serviços de apoio na conservação de merenda e outros.
2. Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a higiene no cozimento dos alimentos, estética e apresentação do local, atender aos cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-los;
3. Executar serviços de limpeza na unidade de trabalho, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores;
4. Proceder à limpeza e efetuar serviços em geral, coletar lixo, varrer, lavar e remover o lixo e detritos das Escolas Municipais;
5. Proceder à limpeza dos locais de trabalho;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

MONITOR**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto.**Padrão Inicial:** R\$ 622,28**Atribuições:**

1. Executar atividades diárias de recreação e monitoramento das crianças e trabalhos educacionais de artes diversas;
2. Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da entidade;
3. Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal como
 - e) Tomar banho;
 - f) Trocar fraldas e roupas;
 - g) Escovar os dentes;
 - h) Servir as crianças e auxiliar as crianças menores a se alimentarem;
4. Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora;
5. Observar a saúde e o bem-estar das crianças;
6. Ministras medicamentos conforme prescrição médica;
7. Prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência;
8. Orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes os acontecimentos do dia;
9. Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorrida;
10. Vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento;
11. Apurar a frequência diária ou mensal dos menores;
12. Receber e acompanhar as crianças até o portão de entrada da entidade;
13. Proporcionar um ambiente agradável para a hora do soninho dos bebês e de outras crianças que necessitarem;
14. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

**GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II –
MODALIDADE TRANSPORTE E MÁQUINAS PESADAS**

MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES

Carga Horária: 40 horas

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.

Padrão Inicial: R\$ 1.225,43

Atribuições:

1. Dirigir veículos tais como caminhões e caminhonetes;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas, dentro e fora do Município;
8. Auxiliar carga e descarga, quando necessário;
9. Transportar materiais orgânicos, inorgânicos e minerais, tais como: cascalho, terra, areia, brita, resíduos domésticos sólidos, líquidos e outros materiais, bem como a distribuição de asfalto e emulsões correlatas;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.**Padrão Inicial:** R\$ 1.225,43**Atribuições:**

1. Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura de terraplanagem ou pavimentação tais como: trator de esteira;
2. Executar serviços de terraplanagem, tais como: corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;
3. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do trator;
4. Executar serviços de melhorias internas das propriedades rurais, com a abertura de estradas, retiradas de pedras e tocos, dentre outros;
5. Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas públicas bem como nos serviços de incentivos agropecuários nas propriedades rurais do Município;
6. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

OPERADOR DE MOTONVELADORA**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.**Padrão Inicial:** R\$ 1.225,43**Atribuições:**

1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, entre outras;
2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos em vias públicas;
3. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
4. Executar serviços de patrolamento, distribuição de cascalho, brita e asfalto nas vias públicas;
5. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho e responsabilizar-se pelos mesmos;
6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
7. Executar outras atividades correlatas.

OPERADOR. DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA. HIDRÁULICA E PÁ-CARREGADEIRA

Carga Horária: 40 horas
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.
Padrão Inicial: R\$ 1.225,43

Atribuições:

1. Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura, tais como: pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e rompedor;
2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;
3. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira;
4. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
5. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
6. Espalhar terra, areia, pedra, brita e asfalto;
7. Abrir e limpar valas e canais para a melhoria dos sistemas de drenagem, e nos serviços de rompimento de pedras;
8. Providenciar controle de abastecimento, controle das revisões e manutenção preventiva;
9. Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município;
10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

**OPERADOR DE TRATOR PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E
CAPINA MECÂNICA****Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.**Padrão Inicial:** R\$ 1.225,43**Atribuições:**

1. Operar máquinas para a execução de serviços, tais como: tratores;
2. Executar serviços de rolo compactador tracionado em obras públicas;
3. Executar serviços inerentes aos programas de incentivos a agropecuária, como transporte de dejetos suínos, preparo de solo e silagem;
4. Operar máquina de varrição e capina mecânica em vias públicas;
5. Executar serviços de roçada mecânica e capina química;
6. Desenvolver atividades de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do Município;
7. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo;
8. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar outras atividades correlatas.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Carga Horária: 40 horas
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.
Padrão Inicial: R\$ 1.225,43

Atribuições:

1. Operar máquinas de pavimentação tais como: usina de asfalto, vibroacabadora de asfalto, rolo compactador autopropelido, usina de britagem, mandíbula e martelete;
2. Operar usina asfáltica, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio para a pavimentação de ruas e estradas;
3. Preparar o leito das vias, adequar a drenagem, distribuição e compactação dos materiais da base de pavimentação;
4. Atuar na manutenção e conservação da pavimentação das vias públicas, bem como na rede de drenagem;
5. Conservar as máquinas e equipamentos, lavando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários, bem como cuidar da manutenção preventiva;
6. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atividades correlatas.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS**Carga Horária:** 40 horas**Escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto e CNH conforme CBT.**Padrão Inicial:** R\$ 1.225,43**Atribuições:**

1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá carregadora, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica;
2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;
3. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada;
4. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando do equipamento apropriado;
5. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira;
6. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de Perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas;
7. Operar usina asfáltica, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio para a pavimentação de ruas e estradas;
8. Providenciar os materiais necessários, abrindo as comportas dos silos de agregados e de emulsão asfáltica ou água, controlando sua vazão através de calibragem dos silos e válvulas nas bombas, afim de obter a Quantidade requerida para a mistura;
9. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos da ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador;
10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção;
11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao misturador onde serão adicionados a emulsão ou água para obtenção do asfalto frio ou brita graduada;
12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despejá-los no veículo de transporte;
13. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajetos determinados de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas;
14. Conservar o veículo, lavando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários;
15. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;
16. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

Ordem	Itens de Avaliação	GRAUS					Avaliação	Pontos				
		1	2	3	4	5						
I	INTERESSE PELO TRABALHO (considerar a motivação e o interesse para aperfeiçoar-se no desempenho de suas atividades funcionais)	Não demonstra interesse algum.	Não demonstra interesse, na maioria das vezes.	Demonstra interesse instável.	É interessado.	Destaca-se pelo seu interesse.						
II	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO TRABALHO (considerar a precisão e o asseio com que o trabalho é executado, levando em consideração o resultado final, o modo como organiza suas atividades e suas tarefas e a capacidade de compreender instruções e executá-las de modo eficiente)	Não produz o mínimo necessário e tem má qualidade na execução.	Tem produtividade mínima, porém de qualidade ruim, na maioria das vezes.	Tem produtividade e qualidade na execução das atividades de modo instável.	Tem boa produtividade e qualidade na execução dos serviços.	Possui excelente produtividade e qualidade na execução dos serviços.						
III	RESPONSABILIDADE (considerar a preocupação, com o compromisso funcional assumido e a execução das tarefas)	Não demonstra nenhuma responsabilidade.	Demonstra pouca responsabilidade, na maioria das vezes.	Demonstra responsabilidade nas tarefas que fazem parte de sua rotina.	Assume responsabilidade com os compromissos assumidos e empenha-se na execução das tarefas.	Destaca-se pela total responsabilidade e dedicação, chegando a se preocupar em dar suporte aos colegas nas questões de trabalho.						
IV	CUIDADO COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (considerar o zelo e o cuidado com os bens da Administração Municipal)	Não tem nenhum zelo pelos materiais e equipamentos.	As vezes zela pelos materiais e equipamentos, as vezes não.	Zela pelos materiais e equipamentos satisfatoriamente.	Zela pelos materiais e equipamentos, com dedicação.	Destaca-se pelo extremo zelo com os materiais e equipamentos.						
Somatório de Pontos												
V - Item de Desempenho do Aperfeiçoamento												
Cursos					Pontos							
<input type="checkbox"/>	1 curso											
<input type="checkbox"/>	2 cursos											
<input type="checkbox"/>	3 cursos											
<input type="checkbox"/>	4 cursos											
Total de Pontos												

ANEXO XII - DO QUADRO GERAL DE CARGOS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL				
GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES				
GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES MG				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Professor MG02	40	1	R\$ 916,68
2	Professor MG03	40	2	R\$ 1.161,22
3	Professor MG04	40	3	R\$ 1.470,94
4	Professor MG05	40	4	R\$ 1.863,39
GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES - QUADRO PERMANENTE				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Professor Educação Infantil	40	3	R\$ 1.470,94
2	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	40	3	R\$ 1.470,94
3	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais	40	3	R\$ 1.470,94
4	Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental	40	3	R\$ 1.470,94
5	Professor de Artes Ensino Infantil e Fundamental	40	3	R\$ 1.470,94
6	Professor de Inglês	40	3	R\$ 1.470,94
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Especialista em Educação	40	4	R\$ 1.863,39

**ANEXO XIII - TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL DO
MAGISTÉRIO**

PADRÃO	VALOR INICIAL DO VENCIMENTO
1	R\$ 916,68
2	R\$ 1.161,22
3	R\$ 1.470,94
4	R\$ 1.863,39

ANEXO XIV - TABELA DE REFERENCIAS

PADRÃO	REFERENCIAS														
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
1	R\$ 916,68	R\$ 944,18	R\$ 972,47	R\$ 1.001,64	R\$ 1.031,65	R\$ 1.062,63	R\$ 1.094,50	R\$ 1.127,32	R\$ 1.161,19	R\$ 1.196,06	R\$ 1.231,88	R\$ 1.268,85	R\$ 1.306,88	R\$ 1.346,08	R\$ 1.386,49
2	R\$ 1.161,22	R\$ 1.196,07	R\$ 1.231,99	R\$ 1.268,88	R\$ 1.306,95	R\$ 1.346,12	R\$ 1.386,54	R\$ 1.428,15	R\$ 1.470,90	R\$ 1.515,06	R\$ 1.560,50	R\$ 1.607,29	R\$ 1.655,55	R\$ 1.705,24	R\$ 1.756,37
3	R\$ 1.470,94	R\$ 1.515,06	R\$ 1.560,52	R\$ 1.607,33	R\$ 1.655,55	R\$ 1.705,22	R\$ 1.756,37	R\$ 1.809,07	R\$ 1.863,34	R\$ 1.919,24	R\$ 1.976,82	R\$ 2.036,12	R\$ 2.097,20	R\$ 2.160,12	R\$ 2.224,92
4	R\$ 1.863,39	R\$ 1.919,23	R\$ 1.976,77	R\$ 2.036,11	R\$ 2.097,21	R\$ 2.160,22	R\$ 2.225,04	R\$ 2.291,80	R\$ 2.360,53	R\$ 2.431,30	R\$ 2.504,22	R\$ 2.579,41	R\$ 2.656,79	R\$ 2.736,49	R\$ 2.818,62

ANEXO XV - DO QUADRO GERAL DE VAGAS**GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES****GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES MG**

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Professor MG02	0	41	59	100
2	Professor MG03	0	2	6	8
3	Professor MG04	0	33	7	40
4	Professor MG05	0	33	0	33

GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Professor de Educação Infantil	0	51	34	85
2	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	0	18	40	58
3	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais	0	13	32	45
4	Professor de Educação Física Ensino Infantil e Fundamental	0	9	6	15
5	Professor de Artes Ensino Infantil e Fundamental	4	4	5	9
6	Professor de Inglês	2	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Especialista em Educação	1	8	3	11

ANEXO XVI			
TABELA DE CARGOS AGLUTINADOS			
ORDEM	CARGO ATUAL	CARGO NOVO	TOTAL DE VGS EXISTENTES
1	Orientador Educacional + Orientador Educacional I + Orientador EducacionalII + Supervisor Escolar + Especialista Educacional	Especialista em Educação	10

TABELA DE CORRELAÇÃO DE NOVAS NOMENCLATURAS		
GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES		
GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES		
ORDEM	CARGO ATUAL	NOMENCLATURA NOVA
1	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª	Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais
2	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª	Professor de Ensino Fundamental Séries Finais

ANEXO XVII - TABELA DE CARGOS NOVOS E SUAS VAGAS**GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES****GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES**

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Professor de Inglês	40	3	02

ANEXO XVIII - TABELA DE VAGAS CRIADAS PARA CARGOS EXISTENTES**GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES****GRUPO OCUPACIONAL PROFESSORES**

ORDEM	CARGO	VG EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS CRIADAS	VAGAS EM ABERTO
1	Professor de Artes Ensino Inantil e Fundamental	5	4	4	05

Consórcios

CINCO

Extrato T.A. n.0022/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0022/2011/CINCO

Contrato: CT0022/2011/CINCO. Contratada: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA. Objeto: Execução de serviços e fornecimento de materiais para a manutenção de iluminação pública, nos municípios consorciados ao CINCO. Objeto do Aditivo: as partes alteram/redizem as quantidades de materiais e serviços ficando alterado o valor total do contrato para R\$ 1.366.888,90 (um milhão e trezentos e sessenta e seis mil e oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos). Data do Aditivo: 07.12.2011. Data do Contrato: 01.06.2011. Vigência do Contrato: 01.06.2011 a 31.05.2012.

NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

Aviso do Chamamento Público n. 0002/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0002/2011 - CINCO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Ambulatoriais interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito de Fraiburgo
Presidente do CINCO

Extrato T. A. n. 0001/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0001/2012

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO
CONTRATADO: Diogo Cruz Ralber
CONTRATO: 0006/2011
OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, para função pública de Operadora de Máquinas - Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA: Prorrogação de vigência do contrato é de 1º de Fevereiro de 2012 até 31 de Dezembro de 2012, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 46, do

Protocolo de Intenções.

PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público

Extrato T.A. n. 0004/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N. 0004/2012

CONTRATANTE: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO
CONTRATADO: José Adriano Ribeiro
CONTRATO: 0004/2012
OBJETO: Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, para função pública de Operador de máquina - Retroescavadeira, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA: Prorrogação de vigência do contrato em epígrafe até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado até o limite previsto no artigo 46, do Protocolo de Intenções.
PREVISÃO LEGAL: Inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público e artigos 50 a 52, do Estatuto do Consórcio Público

CVC

Decreto/Presidente N. 001/2011

DECRETO/PRESIDENTE nº 001/2011

De 23/12/2011

"NOMEIA O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC."

O Presidente Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. Sr. Mauri José Zucco, no uso da atribuição e na forma do artigo 25, § 3º do Protocolo de Intenções do CVC,

DECRETA:

Art. 1º) Conforme deliberação da Assembléia Geral realizada no dia 22 de dezembro de 2011, fica nomeado para o cargo de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC o Sr. MARCOS FERNANDO ZANELLA, inscrito no CPF sob n. 726.130.509-00 e no RG sob n. 1.785.510, que exercerá as funções do cargo definidas no Protocolo de Intenções do consórcio CVC.

Art. 2º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 23 de dezembro de 2011.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Presidente da CVC

Ata da 2ª Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - (CVC).

ATA DA 2ª ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

As 17:30 (dezessete horas e trinta minutos) do dia 22 de dezembro de 2011, reuniram-se os membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, com a seguinte pauta: 1º) Apresentação do Nome do Indicado ao cargo de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC; 2º) Apresentação do Currículo Vitae do Indicado ao cargo de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC; 3º) Votação pelos

membro da Assembléia Geral; 4º) Posse ao eleito para o cargo de Diretor Executivo do CVC; 5º) Assuntos diversos. O Presidente do CVC e Prefeito Municipal de Coronel Freitas Sr. Mauri José Zucco, abriu a Assembléia, salientando a importância na nomeação do Diretor Executivo do CVC, para que possa ser dada a continuidade das atividades de constituição do mesmo, haja vista que conforme o Protocolo de Intenções, as atividades desenvolvidas pelo Diretor Executivo são de extrema necessidade ao andamento dos trabalhos, citando por exemplo, a abertura e movimentação das contas correntes. Informando aos demais membros da Diretoria que a nomeação de hoje dar-se-á através do disposto no §3º do artigo 25 do protocolo de intenções, sendo esta nomeação é provisória, podendo ser efetivada por até 02 (dois) anos. Alertou ainda, que a pessoa indicada para assumir o cargo de Diretor Executivo deverá preencher os requisitos elencados no §2º do artigo 25 do protocolo de intenções, bem como o especificado no Anexo II, item II do mesmo documento, a saber: Ensino Superior em Contabilidade, Direito ou Administração e Registro no respectivo Conselho de Fiscalização, mencionou ainda que além destas exigências o Diretor Executivo necessita ser pessoa de confiança de todos os membros da assembléia, e por estes motivo indica o nome do Sr. Marcos Fernando Zanella, o qual vem colaborando desde o início com a formação do CVC e já é conhecido de todos os membros da Assembléia Geral, onde foi lido o curriculum vitae do mesmo, o qual ficará arquivado junto a esta, logo após o Presidente deixou a palavra livre aos demais membros do CVC para as devidas manifestações, ato continuo o presidente coloca o nome do indicado em votação o qual foi eleito por unanimidade dos votos, onde o Presidente nomeou o Sr. Marcos Fernando Zanella, como Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. o Sr. Marcos Fernando Zanella, agradeceu a todos a confiança nele depositado e comprometeu-se a corresponder com as expectativa da assembléia geral do CVC. Com relação a movimentação bancária descrita no inciso VIII do artigo 24 do Protocolo de Intenções, são atribuídas exclusivas e individuais do Diretor Executivo os seguinte poderes: Abrir contas de depósito; Aceitar avaliações; Ajustar validade, cláusulas e condições de empréstimo e ou financiamento; Assinar apólice de seguros; Assinar aditivo de qualquer espécie; Assinar boleto de câmbio; Assinar carta vinculatória e cartas de compromisso; Assinar certificados de origem e documentos compro.; Assinar contrato de abertura de credito e seus respectivos aditivos; Assinar contrato de cambio pronto; Assinar instrumento de crédito; Assinar menção adicional; Assinar orçamento; Assinar proposta de abertura de carta de credito de im.; Assinar proposta de empréstimo/financiamento; Assinar termo de transf. de direitos s/ carta de credito; Autorizar aplicações em fundo de investimentos; Autorizar aplicações financeiras; Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações; Autorizar cancelamento de agendamento de resgate; Autorizar cobranças; Autorizar débito em conta relativo a operações; Autorizar movimentação de pontos; Autorizar outros débitos; Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; Autorizar resgate de aplicações financeiras; Autorizar transações no balcão de comercio exterior; Autorizar transações no site agronegocios-e; Avaliar cheques; Avaliar duplicatas; Avaliar e prestar fiança; Avaliar letras de câmbio; Avaliar nota promissória; Avaliar baixar cheques; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Cancelar cheques; Cartão transporte - autorizar débito/transferência meio eletrônico; Caucionar títulos; Conceder abatimentos; Confessar, Transigir, desistir; Consulta de orpag do exterior pela CABB; Cnsultar contas/aplicações programas repasses recursos; consultar depósitos judiciais via internet; Consultar obrigações do debito direto autorizado; Dar em garantia de penhor ced e ou hipoteca bens pertencentes; Dar em garantia penhor ceder de bens pertencente; Descontar duplicatas; Descontar títulos de crédito; Efetuar acordo; Efetuar movimentação financeira no RPG; Efetuar pagamentos de AFRMM por meio eletrônico; Efetuar pagamentos de ICMS por meio eletrônico; Efetuar pagamentos por meio eletrônico; Efetuar resgates/aplicações financeiras; Efetuar saques - BB rural rápido; Efetuar saques - conta corrente;

Efetuar saques poupança; efetuar transferência eletrônica para alívio de numerário; Efetuar transferência para mesma titularidade - meio eletrônico; Efetuar transferência por meio eletrônico; Efetuar transferência/pagamentos, por qualquer meio; Emitir cheques; Emitir comprovantes; Emitir duplicatas; Emitir letras de câmbio; Emitir nota promissória; Emitir títulos de credito a exportação; Emitir título de crédito comercial; Emitir título de crédito industrial; Emitir título de crédito rural; Emitir, endossar e avalizar letras de cambio; Emitir endossar, avalizar e descontar duplicatas; Emitir, endossar e avalizar notas promissória; Encerrar conta de depósito; Endossar Cheque; Endossar Duplicatas; Endossar e/ou descontar título de créditos; Endossar nota promissória; Endossar título de crédito; Estipular cláusulas e condições; Fechar operações a termo; Fechar operações de derivativos; Fechar operações de opções; Fechar operações SWAP; Firmar compromissos; Liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; Negociar/Transferir títulos e valores mobiliários; Oferecer outros bens pertencentes ao CVC em garantia; Onerar bens; Outorgar/cancelar poder para assinar SIF/DIF; Poderes específico para uma operação; Participar demais atos; Prestar fianças; Recebimento citação intimação e notificação em procedimentos judiciais e extrajudiciais; Receber ordem de pagamento; Receber rendimentos de títulos e valores mobiliários; Receber/quitar, pelo vendedor. credito de financiamento; Receber, passar recibo e dar quitação; reivindicar direitos; Requisitar cartão eletrônico; requisitar talonários de cheques; Retirar cheques devolvidos; Serviços de cambio e comercio exterior; solicitar movimentação de contas no exterior; Solicitar saldos/extratos de conta judicial UNIFIC; Solicitar saldos/extratos de investimentos; Solicitar saldos/extratos de operações de credito; Sustar/contrordenar cheques; utilizar o credito aberto na forma e condições; Vender os bens hipotecados e apenhados. Não havendo mais nada a relatar, O Presidente do CVC Sr. Mauri José Zucco, agradecendo a presença de todos, e declarou encerrada a 2ª Assembléia Geral do CVC. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella (OAB/SC 30881), declaro como autênticos os fatos acima narrados.

MARCOS FERNANDO ZANELLA
Assessor jurídico - OAB/SC 30881

MARINO DAGA

MAURI JOSÉ ZUCCO

DORILDO PEGORINI

EVERALDO LUIS CASONATTO